

MANUAL DO PROFESSOR

Gilberto Cotrim

3

História Global

COMPONENTE
CURRICULAR
HISTÓRIA

3º ANO
ENSINO MÉDIO



Editora
Saraiva

Manual do Professor

3

História Global

COMPONENTE
CURRICULAR
HISTÓRIA

3º ANO
ENSINO MÉDIO

Gilberto Cotrim

Bacharel em História pela Universidade de São Paulo (USP)

Licenciado em História pela Faculdade de Educação
da Universidade de São Paulo (USP)

Mestre em Educação, Arte e História da Cultura
pela Universidade Mackenzie

Professor de História na rede particular de ensino
Advogado

3ª edição
São Paulo, 2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Cotrim, Gilberto
História global 3 / Gilberto Cotrim. -- 3. ed. --
São Paulo : Saraiva, 2016.

Obra em 3 v.
Suplementado pelo manual do professor.
Bibliografia.
ISBN 978-85-472-0569-0 (aluno)
ISBN 978-85-472-0570-6 (professor)

1. História (Ensino médio) I. Título.

16-03507

CDD-907

Índices para catálogo sistemático:

1. História : Ensino médio 907



Jovens no Museu de Arte Contemporânea de Niterói, projetado por Oscar Niemeyer, no Rio de Janeiro. (Upperhall Ltd/Age Fotostock/ EasyPix)

Diretora editorial	Lidiane Vivaldini Olo
Gerente editorial	Luiz Tonolli
Editor responsável	Kelen L. Giordano Amaro
Editores	Luciana Martinez, Ana Pelegrini, Helena Botelho Gomes
Editor assistente	Adele Motta
Assessoria técnico-pedagógica	Gabriel Farias Rodrigues, Giordana Cotrim
Gerente de produção editorial	Ricardo de Gan Braga
Gerente de revisão	Hélia de Jesus Gonsaga
Coordenador de revisão	Camila Christi Gazzani
Revisores	Cesar G. Sacramento, Maura Loria, Patrícia Cordeiro, Sueli Bossi
Produtor editorial	Roseli Said
Supervisor de iconografia	Sílvio Kligin
Coordenador de iconografia	Cristina Akisino
Pesquisa iconográfica	Daniela Ribeiro, Renata Freitas, Angelita Cardoso
Licenciamento de textos	Erica Brambila, Paula Claro
Coordenador de artes	José Maria de Oliveira
Design	Luis Vassalo
Capa	Carlos Magno
Edição de arte	Carlos Magno
Diagramação	Estúdio Anexo
Assistente	Bárbara de Souza
Cartografia	Dacosta Mapas, Mário Yoshida, Sonia Vaz
Tratamento de imagens	Emerson de Lima
Protótipos	Magali Prado
077657.003.001	Impressão e acabamento

O material de publicidade e propaganda reproduzido nesta obra está sendo utilizado apenas para fins didáticos, não representando qualquer tipo de recomendação de produtos ou empresas por parte do(s) autor(es) e da editora.



Editora
Saraiva

SAC

0800-0117875

De 2ª a 6ª, das 8h às 18h

www.editorasaraiva.com.br/contato

Avenida das Nações Unidas, 7221 – 1ª andar – Setor C – Pinheiros – CEP 05425-902

Caro estudante

Esta obra apresenta uma visão geral de alguns conteúdos históricos sobre diversas sociedades e culturas, com destaque para aqueles sobre o Brasil. A proposta é convidá-lo a refletir sobre o fazer histórico e dele participar ativamente.

Nos vários percursos desta obra, foi realizada uma seleção de temas e interpretações históricas. No entanto, outros caminhos podem ser trilhados. Por isso, este livro deve ser debatido, questionado e aprimorado por suas pesquisas.

Espero que, ao estudar História, você possa ampliar a consciência do que fomos para transformar o que somos.

O autor

Conheça o livro

UNIDADE

1

Coesão e coerção

Em uma sociedade, as pessoas estão reunidas por eles como idioma, educação, história, esporte, arte, religião e normas jurídicas. Contudo, não existem sociedades que sejam completamente integradas, livres de conflitos e rupturas.

Para fortalecer a integração, os grupos sociais desenvolvem mecanismos de coesão e de coerção. De modo geral, a coesão é construída quando as pessoas internalizam valores, normas e ideias comuns à coletividade. Já a coerção é utilizada para punir desvios dos padrões dominantes. Esses mecanismos não operam separadamente e, muitas vezes, confundem-se.

No século XX, coesão e coerção foram maciçamente utilizadas pelo nazismo, socialismo e capitalismo. Em nome da coesão social, diferentes governos criaram instrumentos de censura e propaganda que atuavam em meios de comunicação e instituições de ensino. Além disso, recorreram à coerção, com o uso frequente de forças policiais para reprimir vozes discordantes.

Conversando

- Você identifica na sociedade atual mecanismos de coesão e coerção? Quais? Onde? Reflita com os colegas.

8



Cartaz soviético produzido em 1922 em comemoração ao quinto aniversário da Revolução Russa de 1917. Muitos cartazes foram utilizados na União Soviética como propaganda governamental.

Abertura de capítulo

Procura atrair a atenção dos estudantes para o tema histórico que será estudado. Apresenta um breve texto que sintetiza o conteúdo do capítulo, uma imagem acompanhada de legenda e a seção **Treinando o olhar**, que propõe atividades de leitura da imagem, muitas vezes estabelecendo relações com História da Arte.

Treinando o olhar, que propõe atividades de leitura da imagem, muitas vezes estabelecendo relações com História da Arte.

Propósitos modernistas

Um dos principais objetivos do movimento modernista era reagir aos padrões considerados arcaicos de nossa arte (técnica, estética, literária) e a inovação cultural estrangeira, que despersonalizava a expressão artística no Brasil.

Para os líderes do modernismo, como os escritores Mário de Andrade e Oswald de Andrade, abraçaram a ideia de que eles defendiam era o diálogo com o mundo, afirmando as singularidades nacionais dentro do contexto internacional.

As obras e as ideias dos jovens artistas apresentadas na Semana de Arte Moderna foram registradas por artistas contemporâneos, mas contemporâneos, com o tempo, influenciando a arte brasileira.

Antropofagia cultural

No início do século XX, a cultura francesa dominava os meios artísticos e intelectuais brasileiros. Os principais expoentes da intelectualidade foram e faziam o francês e viajavam conscientemente a Paris para realizar seus trabalhos ou buscar inspiração. Os modernistas de 1922 contestavam justamente o consumo cultural dessa produção transportada da Europa.

Para o escritor Mário de Andrade, a cultura popular deveria nascer entrelaçada à sua terra, como um aprofundamento do terreno nacional. Era um projeto contra a mentalidade submissiva, contra o sentimento de inferioridade dos brasileiros em relação aos europeus. Era também uma crítica à dominação cultural e política do Brasil pelos estrangeiros.

A foto (1919-1920) mostra uma sala de Arte Moderna em um momento da Semana de Arte Moderna em 1922. A obra pertence ao Museu de Arte Contemporânea do IAC São Paulo.

Investigando

1. Você tem mais contato com produções artísticas nacionais ou estrangeiras? Por que você acha que isso acontece?
2. É possível compatibilizar a influência cultural estrangeira com a construção de uma identidade nacional? Debate e converse com os colegas.

CAPÍTULO 7 - História do Primeiro República 117

CAPÍTULO

10

África, Ásia e Oriente Médio

Na primeira metade do século XX, diversos países da África, da Ásia, do Oriente Médio e da Oceania se envolveram sob o domínio colonial das grandes potências. Mas, entre o final da Segunda Grande Guerra e 1975, a maior parte deles conquistou a independência.

O que a independência significava para as populações desses países?



Madama Cayrol, em uma obra intitulada 'A África', mostra a luta de um homem negro contra um homem branco. Cayrol nasceu em França, em 1898, e morreu em 1975. Seu trabalho foi influenciado por artistas como Pablo Picasso e Henri Matisse. A obra 'A África' foi criada em 1938, durante a Segunda Guerra Mundial, e retrata a luta de um homem negro contra um homem branco.

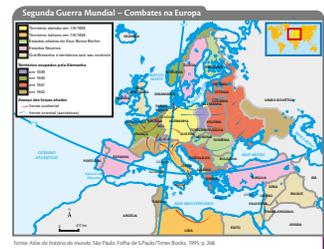
Treinando o olhar

- Quem é o protagonista dessa pintura? Como ele foi representado? E os demais personagens?

CAPÍTULO 10 - África, Ásia e Oriente Médio 155

Abertura de unidade

Apresenta texto e imagem, sempre acompanhada de legenda, que conversam com temas abordados nos capítulos da unidade, por vezes estabelecendo relações entre o passado e o presente. As atividades da seção **Conversando** dialogam com o tema da abertura, muitas vezes trabalhando os conhecimentos prévios e as vivências dos estudantes.



Conversando o mapa

- Com base no mapa e no conteúdo estudado no capítulo, identifique os países que:
 - a) se mantiveram neutros durante todo o conflito;
 - b) se aliam ao Eixo;
 - c) tiveram solo invadido, por volta de 1940, antes do início do conflito;
 - d) foram invadidos pela Alemanha antes e durante o conflito.

Combates na Inglaterra e na África

No dia 3 junho de 1940, o governo da Itália declarou guerra à Inglaterra e à França, entrando no conflito do lado alemão. Dias depois, ocorreu a rendição francesa.

Historiadores consideram que, se descobrissem os países neutros: Irlanda, Portugal, Espanha, e possível saber que, na Europa ocidental, estavam principalmente as forças da Inglaterra como grandes aderentes dos nazistas. Desde maio de 1940, o governo britânico era chefiado por Winston Churchill (1874-1965), que liderou o país durante a guerra. Ao assumir o governo, Churchill declarou: "Sei muito pouco sobre o futuro, mas sei muito sobre o presente".

No norte da África, entretanto, tropas alemãs e italianas, comandadas pelo general Rommel, do Afrika Korps (Força Especial Coronel Alemão na África), obtiveram significativas vitórias sobre os ingleses, ameaçando a dominação britânica no Egito.

60 UNIDADE 1 - Condição humana

Observar o mapa

Esta seção apresenta atividades que trabalham a leitura dos mapas apresentados no capítulo.

FAÇA NO CADERNO NÃO ESCREVA NO LIVRO

Este livro não é consumível. Faça todas as atividades em seu caderno.

Interpretar fonte

Esta seção propõe a análise de fonte histórica escrita ou não escrita, estimulando a interpretação e a reflexão. Procura aproximar os estudantes do ofício do historiador.

Em destaque

Esta seção contém textos que ampliam os assuntos estudados e/ou apresentam diferentes versões históricas. Em muitos casos, os textos são acompanhados por imagens contextualizadas.

Glossário

Pequenas notas explicam os significados de termos em destaque no texto.

Interpretar fonte A guerra pela visão de soldados

Leia o trecho de uma carta encaminhada no bolso de um soldado alemão, que participou da Batalha de Somme (1918), na França, considerando sua data mais sangrenta da história: calcule-se que tenham morrido mais de um milhão de combatentes.

Estaremos tão exaustos que dormimos mesmo sob intenso barulho. A melhor coisa que poderia acontecer seria os ingleses avançarem e nos fazermos prisioneiros. Ninguém se importa conosco. Não somos reverenciados, de qualquer maneira ninguém sabe mais. Ninguém mais consegue pensar. As roupas estão sujas — são, conservas, bala, tudo terminado! Não há uma única gota de água. É o próprio inferno!

ROBERTO L. DE OLIVEIRA DE MELLO, in: MACHADO, Adriano Soares et al. História contemporânea Brasil: História, São Paulo, Contexto, 1999, p. 100.

Observe também o cartão-postal reproduzido abaixo, de autoria de um soldado chamado Otto Schubert. Os soldados alemães recebiam cartões-postais em França para encorajá-los a lutar. Também Schubert utilizou os cartões para mostrar cenas de guerra. Seus desenhos foram expostos em 2014 na Galeria Popul Education Place, em Washington, nos EUA.



Cartão-postal enviado em 1916 pelo soldado Otto Schubert.

1. O texto e a imagem podem ser utilizados como fontes históricas? Por quê?
2. Identifique semelhanças e diferenças entre essas duas documentações. Procure analisar aspectos como estilo, época em que foram produzidos, temas etc.

CARTELÃO 1 - Primeira Guerra Mundial 15

Governo Médici Os anos de chumbo do regime militar

Reconhecendo a impossibilidade da Cezca e Silva restar em presidência, o alto comando militar indicou o general Emílio Garrastazu Médici para sucedê-lo. Seu nome foi selecionado pelo parlamentar da Arena no Congresso, e o novo presidente assumiu o cargo em 30 de outubro de 1969.

Após a legislação inconstitucional no final do governo Costa e Silva, o governo Médici representou os chamados anos de chumbo da ditadura, período em que o poder ditatorial e a repressão repressiva contra as oposições chegaram ao seu auge.

Com a supressão dos direitos fundamentais da cidadania, qualquer um que se pronunciava contra o governo podia ser perseguido politicamente, demitido do emprego ou até mesmo preso.

Os militares procuraram acionar da população o combate violento que moviam contra grupos sociais de esquerda, sobretudo aqueles que se opunham à ditadura. Lutas, socialistas e comunistas. Com o cessar das ações de comunicação, grande parte da

população não sabia o que acontecia nos portões dos órgãos de segurança pública ou em outros locais para onde eram levados os presos políticos.

Luta armada
Com o endurecimento político, alguns grupos opo-
sicionistas decidiram partir para a luta armada. Pro-
moveram diversas ações violentas, incluindo assaltos a bancos, com o objetivo de obter dinheiro para fi-
nanciar a luta, a aquisição de equipamentos neces-
sários, para treinar-se por meios próprios.

Dois líderes importantes desse período, o an-
tiditador comunista Carlos Marighella (da Ação Li-
beradora Nacional - ALN) e o ex-cavaleiro do Exército
Carlos Lamarca (da Vanguarda Popular Revolucionária
- VPR), foram mortos. Além deles, milhares de pes-
soas acusadas de **subversão**

Subversão
intelectual ou de ideias se acionaram
com o intuito de serem mortas em todo o país.

Em destaque Tortura nunca mais

Leia um trecho do livro *Tortura, nunca mais*, em que o autor, Dom Paulo Evaristo Arns, denuncia os crimes praticados por integrantes dos órgãos de segurança à serviço dos governos militares.

Das o artigo da Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinada pelo Brasil, que

"ninguém será submetido a tortura ou castigo cruel, desumano ou degradante".

Em 20 anos de regime militar, esse princípio foi ignorado pelas autoridades brasileiras. A pesquisa do projeto "Tortura, nunca mais" (1984-1979) mostrou que uma centena de métodos de tortura mediante agulhas, fístula, pressão psicológica e utilização dos mais variados instrumentos, aplicadas aos presos políticos brasileiros [...]. Como "o pão da espera", o choque elétrico, o "alagamento", e "galaxias", a "cadeia do diabo", o uso de produtos químicos etc [...].

[...] rituais foram sacrificados diante dos pais, mulheres grávidas tiveram seus filhos abortados, esposas sofreram por incriminações sem fundamento.

O emprego da tortura foi peça essencial da estratégia repressiva posta em movimento pelo regime militar que se implantou em 1964.

Retome no artigo da Declaração Universal dos Direitos Humanos, reproduzido no capítulo 4, sobre um tema relacionado com o que governos militares e suas ações violaram nos seus direitos.

Oficina de História

Vivenciar e refletir

1. Com base nos textos e vídeos, o que você estudou, pensando no período ditatorial da Vargas, conhecido como Estado Novo, teve aspectos inspirados no modelo europeu?



Cartão comemorativo da Revolução Constitucionalista de 1932, emitido em 1962.

2. Reflete o contexto da Revolução de 1932. **Diálogo interdisciplinar** do capítulo 4 (tema: "organização industrial"). "Nós, brasileiros, vivemos no Brasil", afirmação com uma origem e significado muito diferentes daquele que atualmente se lhe atribui. Como você interpreta esse uso do termo "Brasil"?

Diálogo interdisciplinar

3. Leia os trechos de duas letras de samba e compare-os.

Quem trabalha é o que tem razão
Eu digo e não tenho medo de estar
O bonde São Januário
Leva minha um operário!
Se eu que vou trabalhar,
Antigamente eu não tinha jeito
Mas não foi ganoso meus fizesse
Vájam voude!

Seu fêde, vive muito bem
A bonéia não dá caneta e ninguém
É, dige bem.
MÚSICA. Verso e AVAL. História (Dimitris N. Papanicolaou). 6ª edição da coleção L

Eu passo chegando
Primeiro e depois
Eu tenho orgulho
De ser tão vaidoso.
Sei que eles dizem
Deixe-me prosaigar
Eu vejo quem trabalha
Assim no mundo.

MÚSICA. Verso: Sérgio Porto (1905-1986). História (Dimitris N. Papanicolaou). 6ª edição da coleção L

- Analise o conteúdo da letra de O Bonde São Januário. O que ela avalia? Quem são seus autores? Em que período foi escrita?

- Analise o conteúdo da letra *Lempu não prosaigar*. O que ela avalia? Quem são seus autores? Em que período foi escrita?

- Relacione a mudança da mensagem dessas músicas à ação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Enuncie sua própria leitura de cada uma.

- A propaganda foi um instrumento importante para legitimar o poder político no Estado Novo. Ela foi inventada pela propaganda que o governo transmitia aos "votos" para os cidadãos. O poeta Cavaco Neto (1909-1976) definiu assim o papel da imagem nesse período:

Também explicou: [...] a gente que o brasileiro tem pela imagem. Deixa lembrar justificam essa preferência brasileira. Primeiro porque a imagem é um processo demotivacional de expressão. Segundo porque a imagem fala mais ao sentimento do que a letra e o Brasil já é uma democracia sentimental. O sentimento democrático na bonéia pela solidificação, caminhando para todos os lados da glândula social [...]. Já a imagem, pelo contrário, é um meio democrático sentimental. Uma imagem vale um voto mais do que um argumento.

MÚSICA. Verso e AVAL. História (Dimitris N. Papanicolaou). 6ª edição da coleção L

Para saber mais

Na internet

1. **Lutas armadas**. *Cartão-postal*. Disponível em: www.imagem.com.br. Acesso em: 12 de maio de 2015.
2. **Movimento no Brasil**. *Cartão-postal*. Disponível em: www.imagem.com.br. Acesso em: 12 de maio de 2015.
3. **Movimento no Brasil**. *Cartão-postal*. Disponível em: www.imagem.com.br. Acesso em: 12 de maio de 2015.
4. **Movimento no Brasil**. *Cartão-postal*. Disponível em: www.imagem.com.br. Acesso em: 12 de maio de 2015.
5. **Movimento no Brasil**. *Cartão-postal*. Disponível em: www.imagem.com.br. Acesso em: 12 de maio de 2015.

Nois filmes

1. **Nois filmes**. Disponível em: www.imagem.com.br. Acesso em: 12 de maio de 2015.
2. **Nois filmes**. Disponível em: www.imagem.com.br. Acesso em: 12 de maio de 2015.
3. **Nois filmes**. Disponível em: www.imagem.com.br. Acesso em: 12 de maio de 2015.
4. **Nois filmes**. Disponível em: www.imagem.com.br. Acesso em: 12 de maio de 2015.
5. **Nois filmes**. Disponível em: www.imagem.com.br. Acesso em: 12 de maio de 2015.

CARTELÃO 1 - Primeira Guerra Mundial 15

Projeto temático

Cidade em movimento

Nos projetos temáticos, você não realiza atividades experimentais que problematizam e validam o aprender a aprender. Você realiza atividades que problematizam o tema de estudo e a cidade em movimento. Para desenvolvê-lo, propõe-se a elaboração de um cartaz que envolva o estudo do espaço social.

1. Escolham um dos seguintes temas:
• Moradia
• Cultura e lazer
• Transportes



2. Todos os grupos, independentemente do tema escolhido, devem responder às seguintes questões utilizando as fontes sugeridas.

Questões
• Quando sua cidade foi fundada?
• Quem é o atual prefeito da sua cidade e quem são os outros membros do executivo?
• Qual é a população de sua cidade? E qual são as outras mais próximas do Brasil?
• Qual é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de sua município? E o Produto Interno Bruto (PIB)?
• Existem áreas verdes em sua cidade? Eas estão bem conservadas?

Fontes sugeridas
• BGE. Cidades. <http://www.bge.com.br>. Acesso em: 12 de maio de 2015.
• Governo Federal. www.gov.br. Acesso em: 12 de maio de 2015.
• IBGE. <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 de maio de 2015.
• Prefeitura de São Paulo. <http://www.prefeitura.sp.gov.br>. Acesso em: 12 de maio de 2015.

Oficina de História

Localizada ao final de cada capítulo, reúne diferentes tipos de atividades que visam promover a autonomia e o pensamento crítico dos estudantes. As atividades estão agrupadas em:

Vivenciar e refletir – propõe atividades de pesquisa, experimentação, debate e interpretação de fontes.

Diálogo interdisciplinar – propõe atividades que realizam diálogos entre a História e outros componentes curriculares.

De olho na universidade – apresenta questões de vestibulares de diferentes regiões do país e do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

No último capítulo de cada unidade, o **Para saber mais** indica livros, sites e filmes relacionados a conteúdos trabalhados na unidade. As indicações são acompanhadas de atividades.

Projeto temático

Encontra-se ao final do volume e propõe atividades experimentais e/ou interdisciplinares, que trabalham com procedimentos de pesquisa. Pode ser desenvolvido no decorrer do ano e está relacionado a assuntos abordados ao longo do livro.

Sumário

Unidade 1

Coesão e coerção

Capítulo 1 – Primeira Guerra Mundial 10

Antecedentes: A situação conflituosa do início do século 11

A Grande Guerra: A conjuntura do conflito bélico mundial 13

Pós-guerra: A paz dos vencedores 18

Oficina de História 22

Capítulo 2 – Revolução Russa 24

Antecedentes: Declínio e crise do Império Russo 25

Processo revolucionário: Do fim do czarismo à supremacia bolchevique 29

União Soviética: A construção de uma potência 32

Oficina de História 35

Capítulo 3 – Abalo capitalista e regimes totalitários 37

Grande Depressão: A crise internacional do capitalismo 38

Totalitarismo: O avanço de ideologias autoritárias 41

Oficina de História 51

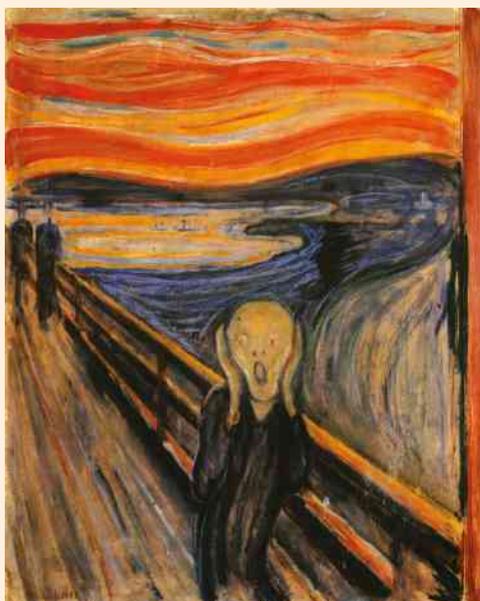
Capítulo 4 – Segunda Guerra Mundial 54

Antecedentes: O caminho para a guerra 55

Guerra Mundial: Momentos decisivos do conflito 59

Breve balanço: Resultados da guerra e punição dos derrotados 67

Oficina de História 69



ALBUMFOTODARENA/GALERIA NACIONAL, OSLO, NORUEGA

Unidade 2

República e sociedade

Capítulo 5 – A instituição da República 74

República: Governo provisório e mudanças institucionais 75

Governos militares: A gestão dos primeiros presidentes 79

Oficina de História 81

Capítulo 6 – República Oligárquica 83

Vida política: A alternância no poder entre as oligarquias agrárias 84

Vida econômica: A produção agroexportadora 89

Vida social: Imigração, industrialização e mudanças sociais 94

Oficina de História 101

Capítulo 7 – Revoltas na Primeira República 103

Messianismo: Religiosidade e revolta sertaneja 104

Cangaço: Revolta e violência no nordeste 108

Rio de Janeiro: Revoltas na capital da República 109

Modernismo: Renovação nas artes brasileiras 116

Oficina de História 118

Capítulo 8 – Era Vargas 122

A república em crise: A agonia da Primeira República 123

Governo provisório: O combate às velhas estruturas 127

Governo constitucional: A intensa agitação política e social 129

Governo ditatorial: A instituição do Estado Novo 132

Trabalho e sociedade: Agricultura, industrialização, trabalhismo 135

Oficina de História 138



AUTORIA DESCONHECIDA. S/D, MEMORIAL DO IMIGRANTE, SÃO PAULO, BRASIL

Unidade 3

Globalização e meio ambiente

Capítulo 9 – Pós-guerra e novos confrontos 142

Nova ordem: As transformações mundiais no pós-guerra 143

Guerra Fria: O enfrentamento político-ideológico entre EUA e URSS 148

Oficina de História 153

Capítulo 10 – África, Ásia e Oriente Médio 155

Descolonização ou retomada: A luta pela autonomia 156

Independências na Ásia, no Oriente Médio e na Oceania:

Os desdobramentos pós-coloniais 158

Independências na África: Os desdobramentos pós-coloniais 163

Conflito árabe-israelense: Alguns focos constantes de tensão militar 169

Oficina de História 170

Capítulo 11 – Socialismo: da revolução à crise 173

União Soviética: Do pós-guerra ao fim do império soviético 174

Europa Oriental: Do socialismo autoritário à abertura democrática 180

China: O socialismo no país mais populoso do mundo 182

Cuba: Uma revolução socialista na América Latina 185

Oficina de História 188

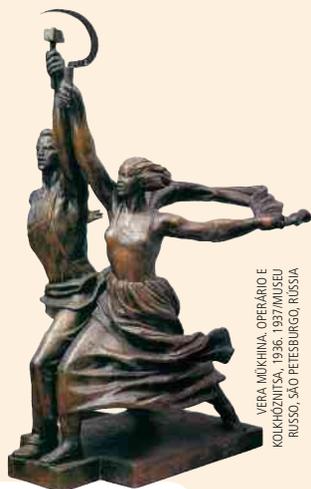
Capítulo 12 – Desigualdades e globalização 191

Riqueza e pobreza: O abismo que separa os povos do mundo 192

Globalização: O processo de integração mundial 195

Grandes potências: As beneficiárias da globalização 203

Oficina de História 213



VERA MUKHINA. OPERÁRIO E KOLKHOZNITSA, 1936. T. 1937/MUSEU RUSSO, SÃO PETERSBURGO, RUSSIA

Unidade 4

Democracia e movimentos sociais

Capítulo 13 – O Brasil democrático 218

Democracia: Eleições e a nova Constituição 219

Governo Dutra: Conservador na política, liberal na economia 220

Governo Vargas: O retorno de Getúlio ao poder 222

Governo Juscelino: Uma onda de otimismo e “progresso” 225

Governo Jânio: Gestão breve e cheia de surpresas 229

Governo Goulart: O nacionalismo reformista 232

Oficina de História 235

Capítulo 14 – Governos militares 237

Militares no poder: A ruptura com o regime democrático 238

Governo Castello Branco: Primeiros passos do regime militar 239

Governo Costa e Silva: O recrudescimento da ditadura 241

Governo Médici: Os anos de chumbo do regime militar 244

Governo Geisel: O lento caminho da abertura política 247

Governo Figueiredo: A transição do regime militar para a democracia 250

Um breve balanço: Avanço tecnológico e problemas sociais 252

Oficina de História 254

Capítulo 15 – O Brasil contemporâneo 257

Redemocratização: Conquista da sociedade brasileira 258

Governo Sarney: A reconstrução das instituições democráticas 260

Governo Collor: Promessa de modernização e decepção 263

Governo Itamar: A busca de equilíbrio em meio à crise 267

Governo Fernando Henrique: Um projeto liberal-reformista 268

Governo Lula: Esperanças de inclusão social 272

Governo Dilma: Desigualdade social, o grande desafio do país 275

Democracia e cidadania: sociedade livre, justa e solidária 277

Oficina de História 278

Projeto Temático: Cidade em movimento 280

Cronologia 284

Bibliografia 287

Manual do Professor – Orientações didáticas 289

UNIDADE

1

Coesão e coerção

Em uma sociedade, as pessoas estão reunidas por elos como idioma, educação, história, esporte, arte, religião e normas jurídicas. Contudo, não existem sociedades que sejam completamente integradas, livres de conflitos e rupturas.

Para fortalecer a integração, os grupos sociais desenvolvem mecanismos de coesão e de coerção. De modo geral, a coesão é construída quando as pessoas internalizam valores, normas e ideias comuns à coletividade. Já a coerção é utilizada para punir desvios dos padrões dominantes. Esses mecanismos não operam separadamente e, muitas vezes, confundem-se.

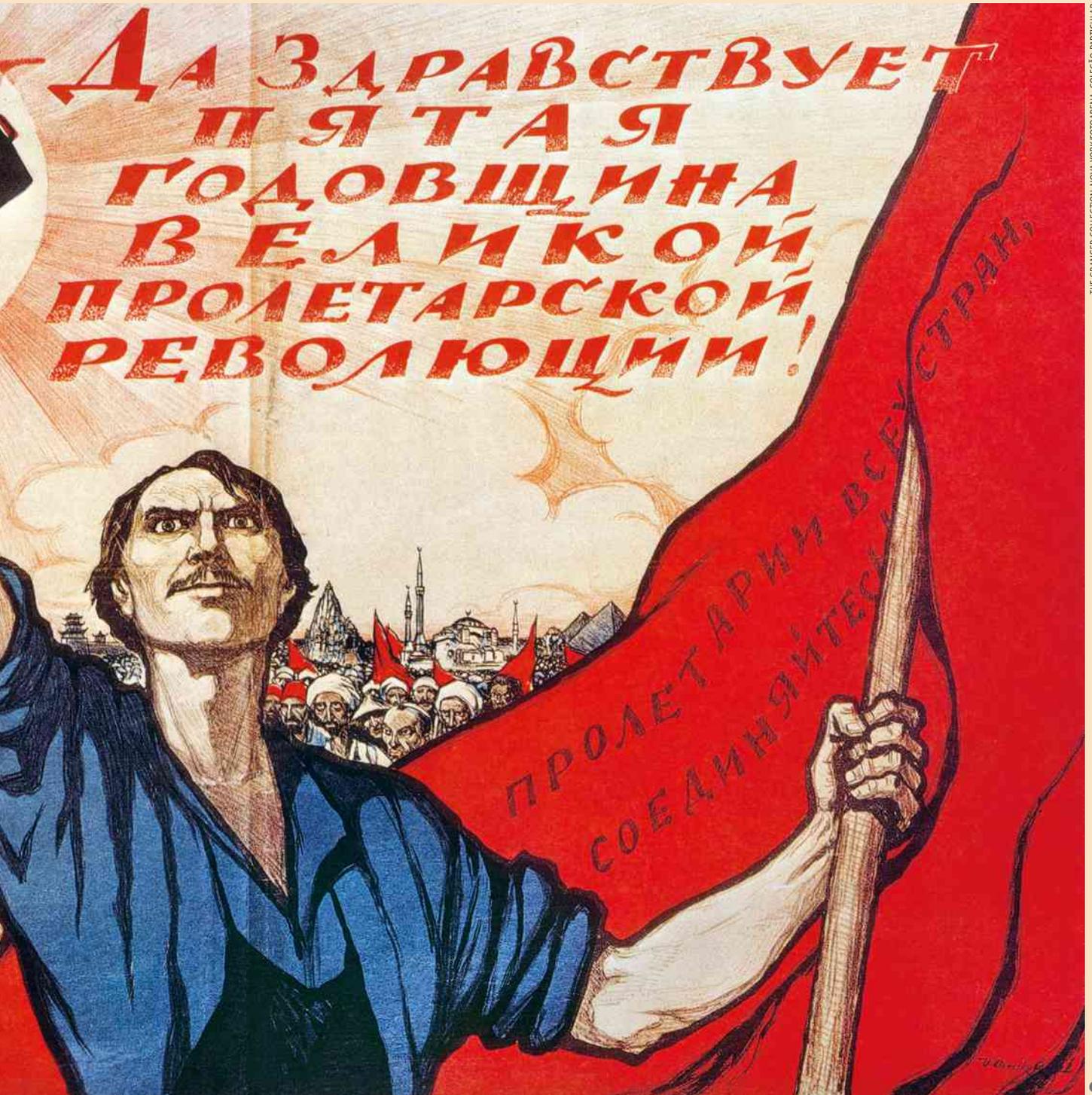
No século XX, coesão e coerção foram maciçamente utilizadas pelo nazismo, socialismo e capitalismo. Em nome da coesão social, diferentes governos criaram instrumentos de censura e propaganda que atuavam em meios de comunicação e instituições de ensino. Além disso, recorreram à coerção, com o uso frequente de forças policiais para reprimir vozes discordantes.

Conversando

- Você identifica na sociedade atual mecanismos de coesão e coerção? Quais? Onde? Reflita com os colegas.



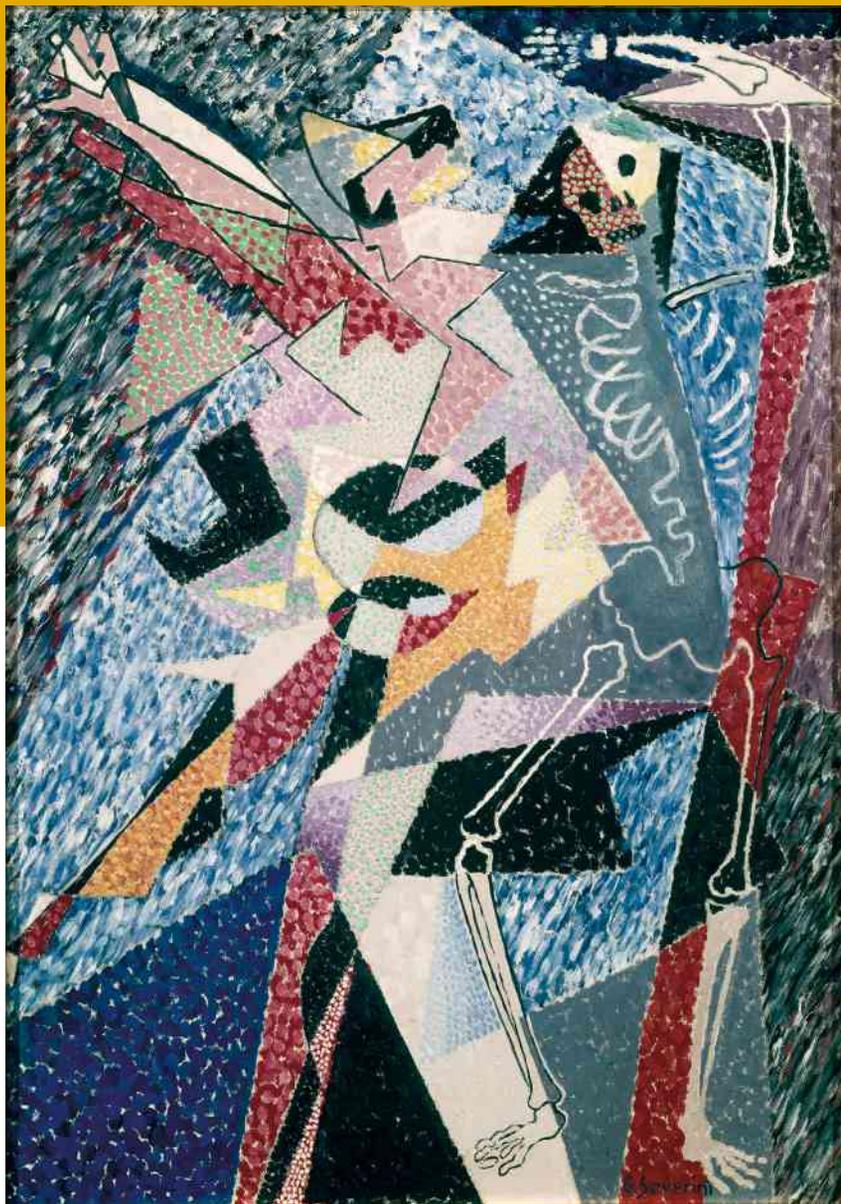
Cartaz soviético produzido em 1922, em comemoração ao quinto aniversário da Revolução Russa de 1917. Muitos cartazes foram utilizados na União Soviética como propaganda governamental.



Primeira Guerra Mundial

Uma guerra generalizada e catastrófica, que envolveu vários países, foi vivida por milhões de pessoas na segunda década do século XX. Esse confronto ficou conhecido como Primeira Guerra Mundial.

O que teria provocado um conflito de tais proporções?



Dança da Morte. Obra criada no século XX pelo pintor futurista Gino Severini.

GINO SEVERINI. DANÇA DA MORTE. 1964. COLEÇÃO DE ARTE CONTEMPORÂNEA, MUSEUS DO VATICANO, CIDADE DO VATICANO

Treinando o olhar

1. A partir do seu ponto de vista, descreva como o pintor futurista italiano Gino Severini representou a “Dança da Morte”.
2. Quais foram os artifícios ou recursos usados pelo artista para dar movimento à imagem?

Antecedentes

A situação conflituosa do início do século

No início do século XX, as relações entre diversos povos e governos da Europa estavam afetadas por conflitos ligados a rivalidades nacionais, disputas econômicas e ressentimentos políticos. Essas condições contribuíram para gerar, na Europa, um clima de tensão prolongada que culminou em um confronto belicoso sem precedentes.

Como era a primeira vez que uma guerra envolvendo as principais potências mundiais de sua época alcançava tal proporção, os historiadores passaram a chamar esse confronto, que ocorreu entre 1914 e 1918, de **Primeira Guerra Mundial** (ou Primeira Grande Guerra).

Imperialismo e nacionalismo

De acordo com historiadores e estudiosos do tema, os conflitos que favoreceram o clima belicoso entre as nações europeias podem ser enquadrados, de modo geral, como imperialistas e nacionalistas.

Disputas imperialistas

Rivalidades e disputas marcavam as relações entre os governos das grandes potências europeias, principalmente entre Alemanha, Inglaterra e França, no começo do século XX. Essa tensão resultava de disputas por territórios e mercados, tanto na Europa como fora dela, para manter ou ampliar os domínios desses países.

Desde 1850, aproximadamente, com a expansão do capitalismo financeiro e monopolista, os empresários buscavam novos mercados para seus produtos. Isso levou os governos dos países industrializados europeus a disputar colônias na África e na Ásia. Ao mesmo tempo, o governo de cada país industrializado procurava dificultar a expansão econômica dos concorrentes, fechando seus mercados à importação de produtos similares aos nacionais e tentando impedir a expansão do império colonial dos rivais. No início do século XX, essa disputa econômica envolvia principalmente interesses ingleses e alemães.



Visitantes passeiam pela ala da Primeira Guerra Mundial do Museu Imperial da Guerra, em Londres, Inglaterra. Fotografia de 2014.

Movimentos nacionalistas

Alado das disputas econômicas e por colônias, havia na Europa movimentos que catalisaram antigas rivalidades e ressentimentos, carregados de fervor patriótico. Esses movimentos pretendiam agrupar, sob um mesmo Estado, povos de matrizes étnico-culturais semelhantes, o que implicava um desejo de expansão territorial. Era o caso, por exemplo, de movimentos como os seguintes:

- **pan-eslavismo** – que buscava a união de todos os povos eslavos da Europa Oriental e era liderado, principalmente, pelo governo russo;

- **pangermanismo** – que lutava, por exemplo, pela anexação à Alemanha (Império Alemão) dos territórios da Europa Central onde viviam germânicos;
- **revanchismo francês** – que defendia a recuperação dos territórios da Alsácia-Lorena, região rica em minério de ferro e carvão que os franceses haviam sido obrigados a entregar aos alemães depois da derrota na Guerra Franco-Prussiana, em 1870, durante o processo de unificação da Alemanha.

Investigando

- O que as pessoas e os governos podem fazer para que diferentes culturas sejam respeitadas? Debata o tema com os colegas.

Momentos críticos

As tensões no início do século XX aumentaram gradativamente, chegando a tal ponto que qualquer incidente poderia dar início à guerra. Nesse contexto desenvolveram-se duas grandes crises que contribuíram para o acirramento das tensões internacionais.

Entre 1905 e 1911, os governos da França e da Alemanha quase entraram em guerra devido à disputa pelo território do Marrocos, no norte da África. Em 1906, foi convocada uma conferência internacional, na cidade espanhola de Algeiras, para resolver a questão. Essa conferência deliberou que os franceses teriam supremacia sobre o Marrocos e que aos alemães caberia uma pequena faixa de terras no sudoeste africano. O governo da Alemanha não concordou com essa decisão desfavorável, e, em 1911, surgiram novos conflitos com a França pela disputa de territórios da África. Para evitar a guerra, o governo francês acabou concedendo parte do Congo à Alemanha.

Além disso, um dos principais focos de atrito entre as potências europeias encontrava-se na península Balcânica (sudeste da Europa), onde se chocavam o nacionalismo da Sérvia (pan-eslavismo), apoiada pela Rússia, e o expansionismo da Áustria-Hungria, aliada da Alemanha. Em 1908, o governo da Áustria-Hungria anexou a Bósnia-Herzegovina a seus territórios. Isso contrariava os interesses da Sérvia, que pretendia incorporar aquela região, habitada por eslavos, e criar a Grande Sérvia, com saída para o mar Adriático. Em consequência, os movimentos nacionalistas sérvios passaram a agir vio-

lentamente, manifestando toda a sua contrariedade. Esse foi o cenário do início da Primeira Grande Guerra.

Corrida armamentista e política de alianças

Esse clima de disputas e rivalidades deu origem à chamada **paz armada**. O que significava esse termo? Diante do risco de guerra, as principais potências da Europa iniciaram uma corrida armamentista para fortalecer seus exércitos e, ao mesmo tempo, evitar que uma debilidade militar precipitasse um ataque inimigo.

Os governos daquelas potências também firmaram tratados de aliança entre si, com o objetivo de somar forças para enfrentar os rivais. Depois de negociações e tratados, a Europa, em 1907, ficou dividida em dois grandes blocos:

- **Tríplice Aliança** – formada inicialmente por Alemanha, Áustria-Hungria (ou Império Austro-Húngaro) e Itália;
- **Tríplice Entente** – formada inicialmente por Inglaterra, França e Rússia.

Posteriormente, ao longo da Primeira Guerra Mundial, essas alianças sofreram alterações. Conforme seus interesses, algumas forças acabaram mudando de lado. Foi o caso do governo da Itália, que em 1915 passou para o lado da Entente por ter recebido a promessa de compensações territoriais.

Entente: do francês *entente*, “entendimento, acordo”.

A Grande Guerra

A conjuntura do conflito bélico mundial

O estopim da Primeira Guerra Mundial foi o assassinato do arquiduque Francisco Ferdinando, herdeiro do trono austro-húngaro, e de sua esposa na cidade de Sarajevo, na Bósnia, em 28 de junho de 1914. O autor do crime foi o estudante Gavrilo Princip, que pertencia à organização secreta nacionalista Unidade ou Morte, também conhecida como Mão Negra, que tinha o apoio do governo sérvio.

O assassinato de Francisco Ferdinando provocou a reação militar da Áustria-Hungria contra a Sérvia. Em razão da política de alianças, isso causou a entrada de outras nações no conflito.

Observe, a seguir, a sucessão de acontecimentos no ano de 1914:

- 28 de julho – a Áustria-Hungria declarou guerra à Sérvia (com o respaldo da Alemanha, a potência que liderava a Tríplice Aliança);
- 29 de julho – a Áustria-Hungria invadiu a Sérvia. Em apoio à Sérvia, a Rússia mobilizou suas tropas;
- 1ª de agosto – a Alemanha declarou guerra à Rússia e, posteriormente, à França;
- 4 de agosto – para atingir a França, o exército alemão invadiu a Bélgica (país, até então, neutro no conflito);
- 5 de agosto – a Inglaterra declarou guerra à Alemanha.

A notícia de declaração de guerra foi celebrada por multidões reunidas em praças públicas. Lealdade à pátria e dever nacionalista eram expressões repetidas com entusiasmo. Grande parte das populações foram arrastadas pelo clima da guerra sem demonstrar angústias ou hesitações. O historiador italiano Mario Isnenghi descreve o fascínio que a guerra, em um primeiro momento, exerceu sobre grande parcela da população:

Os testemunhos da época [...] designaram esses dias de agosto de 1914 como um momento único e inesquecível [...]. Romances, poesias, fotografias, filmes, canções, testemunhos epistolares e memórias descrevem de maneira semelhante esse clima de expectativa e embriaguez, de excitação e de entusiasmo coletivo; multidões agitando bandeiras nas praças, com música e paradas militares; a partida dos trens abarrotados de soldados, com civis aplaudindo nas estações e nas estradas de ferro [...].

ISNENGI, Mario. *História da Primeira Guerra Mundial*. São Paulo: Ática, 1995. p. 27.

Em muitos lugares, as pessoas que se declaravam contrárias à guerra eram apontadas como traidoras da pátria. Poucos pareciam ter consciência do poder de destruição dos novos armamentos da época, como metralhadoras, tanques (veículos blindados e armados), projéteis explosivos e aviões militares.

Tanque alemão utilizado na Primeira Guerra Mundial, que se encontra exposto no Museu Militar de Belgrado, na Sérvia. Fotografia de 2014.



ZORAN MILICHIGETTY IMAGES

Blocos de países

Ao longo dos quatro anos de duração da Primeira Guerra Mundial, dois blocos rivais de países se enfrentaram, com base nas alianças firmadas.

De um lado, estavam Alemanha, Império Austro-Húngaro, Turquia e Bulgária (as duas últimas em 1914), além da Itália, que, como vimos, passou em 1915 para o lado da Entente. De outro, França, Inglaterra, Rússia, Bélgica (inicialmente neutra), Sérvia, Itália (a partir de 1915), Grécia, Japão e Estados Unidos (1917), entre outros.

Era a primeira vez que ocorria uma guerra generalizada, envolvendo as principais potências de diversas regiões do planeta, embora as batalhas tenham acontecido principalmente no continente europeu.

O governo do Brasil foi o único da América do Sul a entrar efetivamente nesse conflito, declarando guerra à Alemanha. Cooperando com os ingleses, patrulhou o Atlântico Sul e enviou médicos e aviadores à Europa.

Principais fases

Para organizar as interpretações a respeito da Primeira Guerra Mundial, estudiosos costumam dividir os conflitos em três fases.

- **Primeira fase (1914-1915)** – marcada pela intensa movimentação das forças beligerantes. Depois de uma rápida ofensiva das tropas alemãs em território francês, em setembro de 1914, os exércitos da

França organizaram uma contraofensiva, detendo o avanço germânico sobre Paris na chamada Batalha do Marne. A partir desse momento, nenhum dos lados conseguiu vitórias significativas, mantendo-se um equilíbrio de forças nas frentes de combate.

- **Segunda fase (1915-1917)** – a intensa movimentação de tropas da fase anterior foi substituída por uma guerra de trincheiras e desgastes, em que cada lado procurava garantir suas posições, evitando o avanço do inimigo. Foi um período extremamente duro para as tropas em conflito. Sob ataque intermitente do inimigo, os soldados guarneciam suas posições nas trincheiras, enfrentando frio, fome, chuva e barro.

- **Terceira fase (1917-1918)** – caracterizada pela entrada e saída de outros países na guerra. A Marinha alemã, utilizando submarinos, afundou navios de países tidos como neutros, alegando que transportavam alimentos e armas para os inimigos. Foi o caso, por exemplo, dos navios Lusitânia e Arábia, dos Estados Unidos, e do navio Paraná, do Brasil. Nessa fase da guerra, dois acontecimentos se destacaram: a entrada das forças dos Estados Unidos no conflito (6 de abril de 1917) e a saída dos exércitos da Rússia, devido ao início da Revolução de 1917 no país e à assinatura de um tratado de paz com a Alemanha (3 de março de 1918). A Revolução Russa de 1917 será estudada no capítulo 2 deste livro.



Observar o mapa

- Com base no mapa, identifique os países europeus que:
 - a) pertenciam ou eram aliados da Tríplice Aliança;
 - b) pertenciam ou eram aliados da Tríplice Entente;
 - c) foram invadidos pela Áustria-Hungria e pela Alemanha durante o conflito;
 - d) permaneceram neutros.

Fonte: *Atlas da história do mundo*. São Paulo: Folha de S.Paulo/Times Books, 1995. p. 248.

Leia o trecho de uma carta encontrada no bolso de um soldado alemão, que participou da Batalha do Somme (1916), na França, considerada uma das mais sangrentas da história: calcula-se que tenham morrido nela um milhão de combatentes.

Estamos tão exaustos que dormimos, mesmo sob intenso barulho. A melhor coisa que poderia acontecer seria os ingleses avançarem e nos fazerem prisioneiros. Ninguém se importa conosco. Não somos revezados. Os aviões lançam projéteis sobre nós. Ninguém mais consegue pensar. As rações estão esgotadas — pão, conservas, biscoitos, tudo terminou! Não há uma única gota de água. É o próprio inferno!

ROBERTS, J. M. (Org.). História do século XX. In: MARQUES, Adhemar Martins et al. *História contemporânea através de textos*. São Paulo: Contexto, 1994. p. 120.

Observe também o cartão-postal reproduzido abaixo, de autoria de um soldado chamado Otto Schubert. Os soldados alemães recebiam cartões-postais em branco para escreverem a suas famílias. Schubert utilizou os cartões para retratar cenas da guerra. Seus desenhos foram expostos em 2014 na galeria Pepco Edison Place, em Washington, nos EUA.



OTTO SCHUBERT, WOUNDED MEN AT COLLECTION POINT, 1916/COLEÇÃO PARTICULAR

Cartão-postal criado em 1916 pelo soldado Otto Schubert.

1. O texto e a imagem podem ser utilizados como fontes históricas? Por quê?
2. Identifique semelhanças e diferenças entre esses dois documentos. Procure analisar aspectos como: autoria, época em que foram produzidos, temas etc.

Destruição e mudanças

Os combates terrestres da Primeira Guerra Mundial resultaram em número elevado de mortes, em razão do uso de novas armas com maior poder de destruição, como tanques blindados, metralhadoras, lança-chamas e projéteis explosivos. Além disso, pela primeira vez o avião e o submarino foram usados como recursos militares, ampliando as possibilidades de ataque e devastação.

Fora das frentes de combate, a guerra também trouxe consequências e transformações para a vida das populações europeias. Quase todos os segmentos sociais foram envolvidos, de alguma forma, pelo “estado de guerra”.

Com a destruição de diversas estruturas econômicas (fábricas, plantações, estradas, portos etc.) em muitos países, verificou-se também a escassez de alimentos, além do aumento de preços dos gêneros de primeira necessidade. Os governos impuseram medidas de racionamento, e a fome espalhou-se por várias camadas da população, principalmente nas regiões próximas às zonas de combate.



Primavera nas trincheiras, obra criada por Ridge Wood em 1917. Nela, estão representados três soldados britânicos. Enquanto dois deles descansam, um terceiro permanece vigiando o local.

PAUL NASH/WWW.GETTY IMAGES/MUSEU IMPERIAL DA GUERRA, LONDRES, INGLATERRA

Em destaque **Batalha pelo alimento**

O texto do historiador Lionel Richard trata do problema da fome nas cidades alemãs, durante a Primeira Guerra Mundial:

Durante a Primeira Guerra Mundial, a fome foi um dos maiores problemas enfrentados pelas populações das cidades alemãs. Leite, manteiga, batatas tornaram-se produtos de luxo. Só eram encontrados no “mercado negro” e comprados apenas pelos ricos.

Quando havia alimentos à venda, havia também racionamento. Cada pessoa só podia comprar um ovo, 2,5 kg de batatas, 20 g de manteiga e até 190 g de carne por semana.

A população pobre era a que mais sofria. Quase 200 mil pessoas entravam diariamente em longas filas para conseguir comer um prato de sopa distribuído pelo exército.

Como consequência da miséria, o roubo era inevitável. Roubavam-se desde roupas até cães para matar a fome. Muitas crianças sobreviviam apenas com ralas sopas de batata ou com as frutas que apanhavam nos quintais das casas.

Com tanta fome, as mortes não ocorriam apenas nos campos de batalha. A desnutrição tornava as pessoas vulneráveis às doenças. A tuberculose, o tifo, a cólera e as epidemias de gripe também mataram milhares de pessoas na Alemanha, durante a guerra.

RICHARD, Lionel. *A República de Weimar (1919-1933)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 13-17.

- De acordo com o texto, “as mortes não ocorriam apenas nos campos de batalha”. Onde elas também ocorriam e qual era a sua causa?

Fim do conflito

Com o apoio financeiro e material dado pelo governo dos Estados Unidos a partir de 1917, os recursos da Entente e de seus aliados tornaram-se muito superiores aos da Tríplice Aliança. Esse apoio foi decisivo para a vitória da Entente.

No início de 1918, as forças lideradas pela Alemanha já estavam isoladas e sem condições de sustentar os combates. Em 11 de novembro daquele ano, o governo alemão assinou o **armistício**, com condições bastante desvantajosas. Aceitou, por exemplo, retirar suas tropas de todos os territórios ocupados durante a guerra, pagar indenizações e entregar aos adversários materiais como canhões e metralhadoras.

Armistício: acordo que suspende as atividades de uma guerra.

Mulheres no trabalho industrial

A economia dos países que tomaram parte na Primeira Guerra Mundial foi direcionada para aumentar a produção dos artigos necessários à guerra, como armas, munições, veículos de transporte e tecidos para a confecção de uniformes militares. Como grande número de homens participava dos combates, considerável parcela de mulheres ingressou no mercado de trabalho, especialmente na Inglaterra, na França, na Itália e na Alemanha. Desse modo, as mulheres passaram a desempenhar funções que lhes eram incomuns, como motoristas de ônibus e caminhões, operadoras de máquinas e muitas outras atividades na indústria e no comércio.

Além disso, terminada a guerra, em alguns desses países, as mulheres conseguiram ampliar a luta por seus direitos, conquistando, por exemplo, o direito de voto. Em 1918, as mulheres conquistaram esse direito na Inglaterra. No ano seguinte, em 1919, foi a vez das estadunidenses.



Mulheres trabalhando com marcenaria na França, em 1914, durante a Primeira Guerra Mundial.

Investigando

- No Brasil atual, existem funções desempenhadas predominantemente por homens ou por mulheres? Quais são os caminhos para que todas as pessoas, independente do gênero, tenham as mesmas oportunidades e condições de trabalho?

Interpretar fonte

Otto Dix

Otto Dix (1891-1969) foi um pintor expressionista alemão que produziu diversas obras inspiradas em acontecimentos marcantes do século XX. Entre eles, a Primeira Guerra Mundial.

Dix interrompeu seus estudos e se alistou no exército da Alemanha. Ao longo do conflito, feriu-se várias vezes em combate.

Terminada a guerra, Dix voltou a dedicar-se à pintura. Perturbado pela brutalidade das batalhas que vivenciou, o artista desenvolveu uma vigorosa pintura “antibélica”, representando temas como sofrimento dos soldados, violência e morte. É o caso da obra *Flandres*, ilustrada ao lado, que mostra uma paisagem desolada, com trincheiras cobertas de corpos.

Durante o nazismo, a obra de Dix foi censurada e, por vezes, destruída.

Flandres, criada por Otto Dix entre 1934 e 1936.



MUSEUS NACIONAIS DE PATRIMÔNIO CULTURAL PRUSSIANO, BERLIM, ALEMANHA

1. Quais elementos dessa pintura permitem considerá-la uma crítica à guerra?
2. Que sensação essa obra desperta em você?

Pós-guerra

A paz dos vencedores

Terminada a Primeira Guerra Mundial, eram comuns as cenas de destruição nos diversos locais onde foram travados combates.

Alguns historiadores estimam que a guerra provocou um total aproximado de 10 milhões de mortos e de 30 milhões de feridos. Uma grave crise socioeconômica acabou assolando os países europeus envolvidos no conflito, já abalados pelas perdas materiais e humanas e pelos gastos com a guerra.

O sentimento de patriotismo eufórico, que em muitos países havia marcado o início da Guerra (quase sempre estimulado pela propaganda governamental), transformou-se, em 1918, em um clima geral de desolação e desesperança, seja pela derrota, seja pelo saldo de mortos e feridos.

Para que tinha servido, afinal, tanta violência e brutalidade? O que significava “vencer” em uma situação como aquela?

Investigando

- Se as guerras ocorrem devido a decisões humanas, seria possível evitar que elas aconteçam? Reflita.

Duras imposições à Alemanha

Após a rendição da Alemanha e de seus aliados, realizou-se no palácio de Versalhes, na França, de janeiro de 1919 a janeiro de 1920, uma série de conferências com a participação de representantes das 27 nações “vencedoras” do conflito. Lideradas pelos representantes dos Estados Unidos, da Inglaterra e da França, essas reuniões ficaram conhecidas como Conferência de Paz de Versalhes.

Durante a conferência, elaborou-se o Tratado de Versalhes, concluído em 28 de junho de 1919. Esse documento definiu os termos finais de paz com a Alemanha, pondo fim oficialmente à Primeira Guerra Mundial.

Uma de suas cláusulas (a chamada “cláusula de culpa”) determinou que a Alemanha era a principal responsável pelo conflito, razão pela qual os alemães sofreram as mais duras imposições. O Tratado de Versalhes estipulava, por exemplo, que a Alemanha deveria:

- restituir a região da Alsácia-Lorena à França;
- ceder outras regiões à Bélgica, à Dinamarca e à Polônia;

- entregar quase todos os seus navios mercantes à França, à Inglaterra e à Bélgica;
- pagar uma enorme indenização aos países vencedores;
- reduzir o poderio militar de seus exércitos, sendo proibida de constituir aviação militar.

Na Alemanha, a derrota no conflito foi acompanhada pela abdicação do **cáiser** Guilherme II, em novembro de 1918, e pela instauração da República de Weimar. Era o fim do Segundo **Reich**, período da história que teve início com a unificação alemã (1871) e terminou com o final da Primeira Guerra Mundial (1918).

O conjunto de decisões impostas aos alemães provocou, em pouco tempo, uma intensa reação das forças políticas que se organizavam nesse país. Muitos alemães consideravam injustas, vingativas e humilhantes as condições do Tratado de Versalhes. Anos mais tarde, o ressentimento e o desejo de mudar essas condições motivariam o ressurgimento do nacionalismo alemão.

Cáiser: do alemão *Kaiser*, título dos imperadores alemães.
Reich: do alemão *Reich*, império.

Interpretar fonte

Tratado de Versalhes

Leia trechos do Tratado de Versalhes, nos quais se destacam as duras exigências impostas aos alemães, principalmente no que se refere a possíveis pretensões expansionistas e de poderio bélico.

Art. 45 – A Alemanha cede à França a propriedade absoluta [...], com direito total de exploração, das minas de carvão situadas na bacia do rio Sarre.

Art. 80 – A Alemanha reconhece e respeitará estritamente a independência da Áustria.

Art. 119 – A Alemanha renuncia, em favor das potências aliadas, a todos os direitos sobre as colônias ultramarinas.

Art. 160 – O exército alemão não deverá ter mais do que sete divisões de infantaria e três de cavalaria. Em nenhum caso, a totalidade dos efetivos do exército deverá ultrapassar 100 mil homens.

Art. 171 – Estão proibidas na Alemanha a fabricação e a importação de carros blindados, tanques ou qualquer outro instrumento que sirva a objetivos de guerra.

Art. 173 – Todo serviço militar universal e obrigatório será abolido na Alemanha. O exército alemão só poderá ser constituído e recrutado através do alistamento voluntário.

Art. 232 – A Alemanha se compromete a reparar todos os danos causados à população civil das potências aliadas e a seus bens.

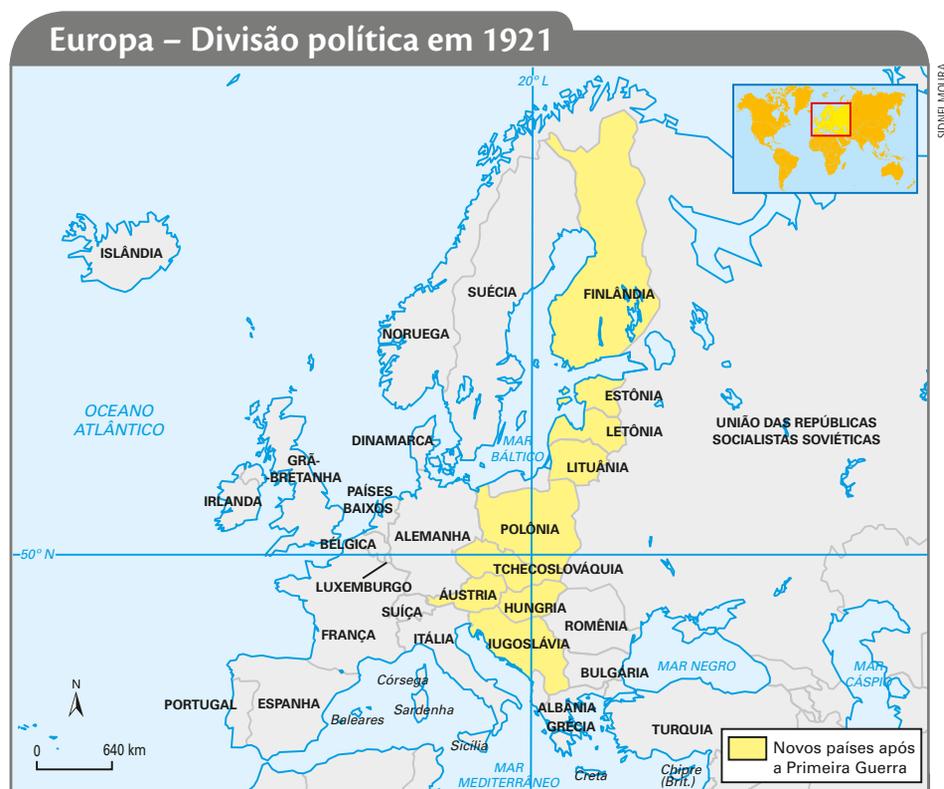
Tratado de Versalhes. In: MARQUES, Adhemar Martins et al. *História contemporânea: textos e documentos*. São Paulo: Contexto, 1999. p. 115-117; JANOTTI, Maria de Lourdes M. *A Primeira Guerra Mundial: o confronto do imperialismo*. São Paulo: Atual, 1992. p. 62-64.

- Com base nos artigos citados no Tratado de Versalhes, cite algumas medidas que procuravam frear as possíveis pretensões de futuros governos da Alemanha com relação à expansão territorial e ao poderio bélico-militar.

O novo mapa europeu

Além do Tratado de Versalhes, outras convenções foram estabelecidas durante a conferência de paz, assinadas pelos representantes dos países envolvidos no conflito. Desse modo, o pós-guerra se caracterizou, em parte, pelas mudanças territoriais que redesenharam o mapa político da Europa. Entre essas mudanças podemos destacar:

- desmembramento de impérios: os impérios Alemão, Austro-Húngaro, Russo e Turco-Otomano deixaram de existir, pois tiveram suas fronteiras modificadas. Alguns países ganharam territórios e outros perderam;
- criação de novos países, como Hungria, Polônia, Áustria, Letônia, Lituânia e Estônia, além de Tchecoslováquia (hoje desmembrada em dois países: República Tcheca e Eslováquia) e Iugoslávia (hoje desmembrada em várias repúblicas: Bósnia-Herzegovina, Croácia, Eslovênia, Macedônia, Montenegro, Sérvia e Kosovo).



Fonte: DUBY, Georges. *Atlas historique mondial*. Paris: Larousse, 2006. p. 90-91.

Observar o mapa

- Compare este mapa com o mapa da página 14. Depois, responda:
 - a) Quais países surgiram a partir do desmembramento do Império Austro-Húngaro?
 - b) A Polônia foi formada com partes dos territórios de que países?
 - c) De quais países a Romênia recebeu territórios?
 - d) O que aconteceu com Sérvia e Montenegro? E com as regiões da Bósnia e Herzegovina, que haviam sido incorporadas ao Império Austro-Húngaro?

Liga das Nações

Em 28 de abril de 1919, os membros da Conferência de Paz de Versalhes aprovaram a criação da Liga das Nações (ou Sociedade das Nações), atendendo à proposta do presidente dos Estados Unidos, Woodrow Wilson.

Tendo como sede a cidade suíça de Genebra, a Liga das Nações deu início às suas atividades em janeiro de 1920. Integrada por países-membros de diversos continentes, sua principal missão seria agir como mediadora nos conflitos internacionais, procurando preservar a paz mundial.

O Senado dos Estados Unidos, no entanto, vetou a participação de seu país na Liga das Nações, pois discordava da posição fiscalizadora dessa entidade em relação à execução dos tratados internacionais firmados no pós-guerra.

Assim, sem a adesão dos Estados Unidos e de outras potências, a Liga das Nações não reuniu a força política necessária para cumprir seu papel. Essa impotência se revelaria, por exemplo, em não conseguir impedir alguns conflitos internacionais que ocorreram naquele período, como a invasão japonesa da Manchúria (Ásia), em 1931, o ataque italiano à Etiópia (África), em 1935, e a Guerra do Chaco, entre Paraguai e Bolívia, de 1932 a 1935.

Prosperidade dos Estados Unidos

Desde as últimas décadas do século XIX, a produção industrial estadunidense vinha se expandindo e seu campo de atuação econômica se ampliava para diferentes partes do mundo. Com a eclosão da Primeira Guerra Mundial na Europa, houve uma explosão do crescimento agrícola e industrial dos Estados Unidos.

Isso ocorreu porque, conservando-se o país, no início, em uma posição de neutralidade, seus produtores e empresários puderam abastecer as nações envolvidas no conflito, já que estas tinham sido obrigadas a redirecionar suas atividades econômicas.

Além disso, enquanto as potências europeias concentravam seus esforços na guerra, os industriais dos EUA aproveitavam para ocupar e suprir mercados da Ásia e da América Latina que deixaram de ser atendidos pelos produtores europeus.

Ao final do conflito, os bancos e o governo dos Estados Unidos possuíam aproximadamente a metade de todo o ouro que circulava nos mercados financeiros internacionais, tornando-se credores da Europa arrasada. E, assim, esse país se projetou como grande potência econômica mundial.

Em decorrência desse crescimento, os estadunidenses viveriam, durante quase toda a década de 1920, um período de euforia e prosperidade que ficou conhecido como “anos felizes”. Tal “felicidade” seria interrompida, porém, pela Crise de 1929, que será estudada no capítulo 3.



There's a rhythm in Victor dance music that brings joy with every step

And no wonder! The best dance orchestras make Victor Records—Paul Whiteman and His Orchestra, The Benson Orchestra of Chicago, Club Royal Orchestra, Joseph C. Smith and His Orchestra, The Virginians, All Star Trio and Their Orchestra, Hackel-Berge Orchestra, International Novelty Orchestra, and other favorite organizations. And such records played as only the Victrola can play them make dance music a perpetual delight.

Victrolas in great variety of styles from \$25 to \$1500.



Victrola
Important! Look for these trade-marks. Under the lid. On the label.
Victor Talking Machine Company, Camden, New Jersey

Propaganda de vitrola, aparelho de som, datada de 1922. A imagem é inspirada no clima de prosperidade do início do século XX nos Estados Unidos.

Vivenciar e refletir

1. Com a Primeira Guerra Mundial, a Europa tornou-se palco de uma das mais sangrentas lutas de sua história. Os historiadores procuram refletir sobre as principais características desse imenso conflito:

Três elementos alteraram completamente o rosto da guerra. O primeiro é a utilização de armas desconhecidas até então: canhões de longo alcance, metralhadoras, granadas de mão, tanques, gases asfixiantes, aviões de caça e bombardeiros, submarinos. [...]

A segunda grande mudança diz respeito à base populacional de apoio à frente de combate. [...] as populações veem-se implicadas no esforço da guerra como nunca anteriormente tinha sucedido. Para que as indústrias bélicas continuem a produzir, as mulheres devem substituir os homens nas fábricas e noutros locais. [...] A época dos conflitos limitados a alguns campos de batalha está ultrapassada. Nascerá a guerra total.

Finalmente, a propaganda de guerra faz uma entrada estridente: cartazes, panfletos, postais veiculam, em cada campo, uma imagem positiva da pátria e muito negativa do inimigo. Todos os meios são bons para reforçar a vontade de vencer.

DELOUCHE, Frédéric (Org.). *História da Europa*. Coimbra: Livraria Minerva, 1992. p. 325 e 326.

Segundo o texto, por que o “rosto da guerra” foi alterado com a Primeira Guerra Mundial?

2. Em grupos, elaborem um memorial sobre a Primeira Guerra Mundial. Para isso, sigam as orientações:
 - a) Pesquisem e selecionem livros; filmes, fotografias e outras expressões culturais relacionadas ao período.
 - b) Para cada obra selecionada, indiquem autoria, data de produção e temas representados.
 - c) Apresentem o memorial em forma de *blog*, livreto ou painel.
 - d) Em seguida, debatam: por que é importante preservar a memória pública de eventos históricos?

Diálogo interdisciplinar

Diálogo interdisciplinar com Geografia, Sociologia e Filosofia.

3. Os Estados Unidos destacaram-se como grande potência econômica após o fim da Primeira Guerra

Mundial. Tendo isso em vista, faça o que se pede:

- a) Pesquise em jornais, revistas e na internet notícias sobre a atuação do governo dos EUA no cenário internacional.
- b) Na sociedade em que vive, como você percebe a influência tecnológica e cultural dos EUA? Você também percebe a influência cultural de algum outro país? Qual? Comente suas respostas.
- c) Sob a orientação do professor, debata esse assunto em grupo.

Diálogo interdisciplinar com Geografia e Sociologia.

4. Alguns conflitos nacionalistas atuais ou mais recentes têm origem na divisão política europeia após a Primeira Guerra Mundial. Você concorda ou discorda dessa afirmação? Por quê? Debata esse assunto em grupo e elabore um texto sobre o tema.

Diálogo interdisciplinar com Arte.

5. O movimento artístico dadaísta, surgido em Zurique em 1916, buscava escandalizar e provocar polêmicas com seus manifestos e publicações. Os artistas dadás criavam suas obras por meio de escolhas aleatórias, sem sentido preconcebido, criticando, dessa forma, a grande racionalidade da sociedade. O próprio termo dadaísmo foi escolhido aleatoriamente, encontrado por acaso em um dicionário de francês.

Leia um texto que se relaciona ao dadaísmo e faça o que se pede:

[...] o próprio dadaísmo não se explica, se esquecemos que ele nasceu em plena guerra, em 1916, que se propagou como um rastilho de pólvora pela Alemanha vencida de 1918, para atingir finalmente a França **exangue** dos anos 1919-1920.

Exangue: que perdeu sangue, ficou enfraquecido.

No Armistício, a situação social e política da Europa é excepcional. Teoricamente há dois planos: o dos vencedores e o dos vencidos, mas os primeiros se encontram numa miséria um pouco menor do que os segundos. Penúria não apenas material, mas total, e já colocando, após quatro anos de matanças materiais e destruições de toda espécie, a questão da confiança no regime. Por que isto?

[...] Um regime incapaz de disciplinar suas energias para outra coisa que não o enfraquecimento e a destruição do homem foi à falência.

In: NADEAU, Maurice. *História do Surrealismo*. São Paulo: Perspectiva, 1985. p. 14-15.



Duas jovens, obra dadaísta e surrealista de Max Ernst (1891-1976).



Senhor Faca e Senhora Garfo, obra dadaísta de Man Ray (1944-1973).

A partir do texto lido e da pequena introdução ao dadaísmo, escreva um comentário relacionando o conteúdo deste capítulo àquele movimento artístico. **Diálogo interdisciplinar com Física e Geografia.**

6. O físico Albert Einstein (1879-1955) propôs inscrever na fachada da sede da Liga das Nações, em Genebra, as seguintes palavras:

Apoio os fortes e reduzo os frágeis ao silêncio sem derramamento de sangue...

In: FERRO, Marc. *A Liga das Nações está morta, viva a ONU*. Le Monde Diplomatique, abril 2003.

A que se refere a frase de Einstein? No seu entender, a crítica que ele expressa em relação à Liga das Nações poderia ser aplicada à ONU, organização que a substituiu? Por quê?

De olho na universidade

7. (UFG) Leia os documentos a seguir.

Os camponeses partem para o front com incrível entusiasmo; e as classes superiores da sociedade, quer sejam liberais ou conservadoras, os aclamam, desejando-lhes boa sorte [...]. Habitualmente, os camponeses sentiam que não tinham nada a fazer a não ser beber; mas agora não é mais assim. É como se a guerra lhes desse uma razão para viver [...]. No ardor dos soldados russos se percebe o entusiasmo que agita o coração dos antigos mártires se lançando para a morte gloriosa.

LE BON, Gustave. 1916 apud JANOTTI, Maria de Lourdes. *A Primeira Guerra Mundial*. O confronto de imperialismos. São Paulo: Atual, 1992. p. 17.

Após um ano de massacre, o caráter imperialista da guerra cada vez mais se afirmou; essa é a prova de que suas causas encontram-se na política imperialista e colonial de todos os governos responsáveis pelo desencadeamento desta carnificina. [...] Hoje, mais do que nunca, devemos nos opor a essas pretensões anexionistas e lutar pelo fim desta guerra [...] que provocou misérias tão intensas entre os trabalhadores de todos os países.

CONFERÊNCIA DE ZIMMERWALD — 5 a 8 de setembro de 1915 apud JANOTTI, Maria de Lourdes. *A Primeira Guerra Mundial*. O confronto de imperialismos. São Paulo: Atual, 1992 (adaptado pela instituição).

No início da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), estabeleceu-se, sobretudo na Europa, uma disputa de ideias em torno do envolvimento nesse conflito. Com base na leitura de cada um dos documentos, explique as posições assumidas sobre a participação na guerra.

Revolução Russa

Em 1917 explodiu na Rússia uma revolução que instituiu o primeiro Estado socialista da história e fez emergir ideias que impactaram vários países do mundo. Dessa revolução nasceu a União Soviética, que se tornou uma das maiores potências do século XX, rivalizando com os Estados Unidos.



Operária do metrô com broca. Óleo sobre tela de Aleksandr Samokhvalov, de 1937.

ALEKSANDR SAMOKHVALOV, OPERÁRIA DO METRÔ COM BROCA, 1937 / MUSEU RUSSO, SÃO PETERSBURGO, RÚSSIA

Treinando o olhar

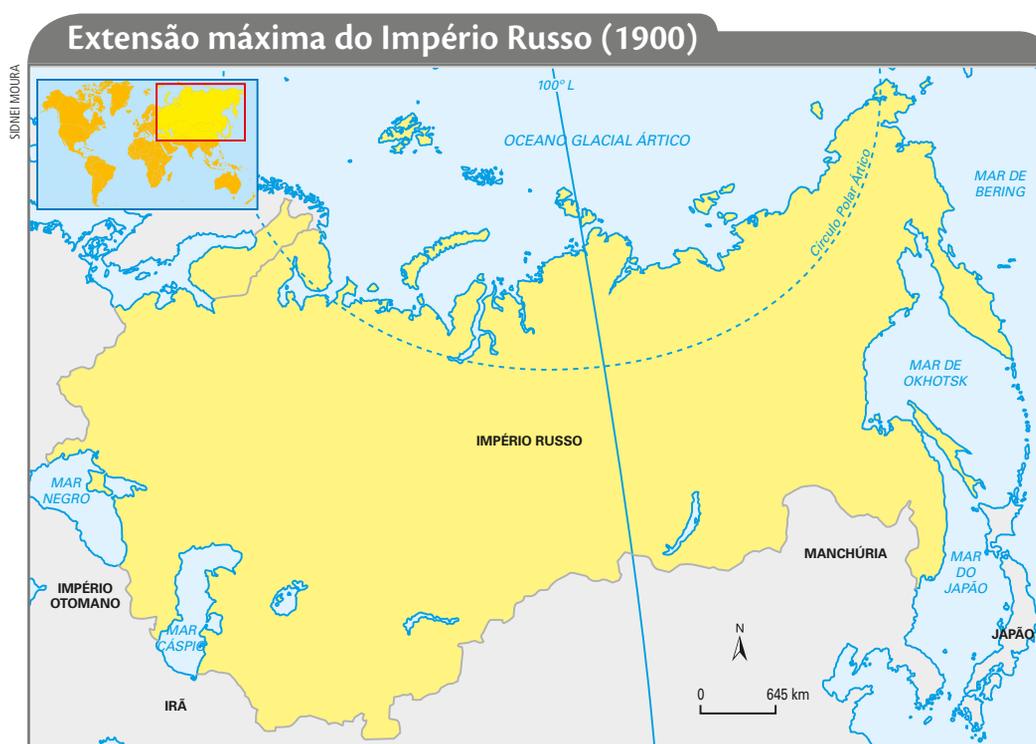
1. A partir desta imagem, procure inferir qual seria o papel da mulher na sociedade russa durante a Revolução de 1917.
2. Em sua opinião, esse papel era representativo das mulheres, na época, em outros países? Pesquise o tema e justifique sua resposta.

Antecedentes

Declínio e crise do Império Russo

A Rússia foi um dos maiores impérios do mundo em extensão territorial, atingindo cerca de 22,4 milhões de km². Seu processo de expansão iniciou-se no século XVII, durante o governo do czar Pedro I (ou Pedro, o Grande), e alcançou o apogeu no século XIX, como pode ser observado no mapa a seguir. Entre 1721 e 1917, adotou oficialmente a denominação Império Russo.

Além da extensão transcontinental, o Império Russo caracterizava-se por reunir uma população imensa: em 1914, contava com cerca de 175 milhões de pessoas. Essa população era bastante heterogênea, formada por povos de etnias diferentes, cada qual com suas línguas e tradições culturais.



Fonte: DUBY, Georges. *Atlas historique mondial*. Paris: Larousse, 2006. p. 149.

Governo dos czares

Nas primeiras décadas do século XX, a maioria dos países europeus adotava regimes políticos liberais. O Império Russo, porém, mantinha o czarismo, isto é, uma monarquia absolutista comandada por um czar, título do imperador russo, que remetia a “cezar”.

De acordo com estudiosos, o poder do czar não era limitado por instituições legais. O czar comandava o governo segundo costumes e vínculos mantidos com a nobreza rural (latifundiários) e com o setor militar.¹

Entre os grupos privilegiados da sociedade russa estava a nobreza rural, proprietária da maior parte das terras cultiváveis do império. Das famílias da nobreza rural provinham os oficiais do exército e os principais dirigentes da Igreja Cristã Ortodoxa Russa, a mais importante organização religiosa do Império Russo.

Também formavam a base de apoio político da monarquia absolutista russa um setor de camponeses proprietários (os *kulaks*), um grupo de industriais e os altos funcionários da administração pública.

¹ Cf. TRAGTENBERG, Maurício. *A Revolução Russa*. São Paulo: Atual, 1988. p. 10.



Museu Hermitage, em São Petersburgo, na Rússia. O acervo desse museu possui mais de 3 milhões de objetos, incluindo obras de arte e armamentos. Esse prédio foi construído entre 1754 e 1762. Era o Palácio de Inverno, uma das residências imperiais russas. Fotografia de 2015.

Economia e sociedade

No começo do século XX, a economia do Império Russo ainda era predominantemente rural e destacava-se por sua produção de trigo. Cerca de 80% da população morava no campo e era constituída, em sua maioria, por camponeses pobres que tinham vivido sob o regime formal de servidão até 1861.

Mesmo após a abolição jurídica da servidão, as condições de vida dos camponeses não melhoraram: faltavam técnicas modernas para o plantio e a produção agrícola era insuficiente para atender às necessidades da população.

A industrialização do Império Russo teve início somente no governo do czar Nicolau II (1894-1917). Um grupo de industriais – que apoiava a monarquia absolutista –, associado ao capital estrangeiro que entrou no país pelos incentivos do czar, deu início ao processo de industrialização. A industrialização do Império Russo foi, portanto, posterior à da maioria dos países da Europa Ocidental.

Os investimentos industriais concentraram-se em centros urbanos populosos, como Moscou, São Petersburgo, Odessa e Kiev. Nessas cidades, formou-se um operariado de aproximadamente 3 milhões de pessoas, que geralmente recebiam salários miseráveis e eram submetidas a jornadas de 12 horas diárias de trabalho.

Diante dessas condições, muitos grupos de trabalhadores russos foram reagindo e construindo

projetos políticos. Esse processo resultou na criação de entidades operárias, inspiradas em ideias socialistas e revolucionárias.

Origem do partido socialista

Em decorrência do processo de industrialização, as relações entre o Império Russo e a Europa Ocidental aumentaram. Isso permitiu a entrada, no Império Russo, de correntes de pensamento político contrárias ao absolutismo dos czares. Entre essas correntes destacou-se o marxismo, conjunto de ideias desenvolvidas por Karl Marx (1818-1883) centradas na crítica da exploração capitalista e na defesa da construção do socialismo.

Foi então que líderes socialistas criaram o Partido Operário Social-Democrata Russo, inspirado no partido alemão de mesmo nome. Como outras correntes socialistas que lutavam contra a ditadura czarista, esse partido foi violentamente perseguido pela polícia política do czar. Desarticulado dentro da Rússia em 1898, reorganizou-se no exterior, em cidades como Londres, Munique e Genebra, para onde fugiram da perseguição seus membros mais conhecidos: Georgi Plekhanov, Vladimir Ulianov (conhecido como Lenin) e Lev Bronstein (conhecido como Trotsky). Em 1903, divergências político-ideológicas levaram os membros do partido a se dividir em dois grupos:

- **Mencheviques (termo que significa “minoria”)** – que defendia que o melhor caminho para conquistar o poder era o estabelecimento de alianças políticas entre trabalhadores e burguesia liberal. Também entendia que era necessário esperar o pleno desenvolvimento do capitalismo no Império Russo para dar início à ação revolucionária dos trabalhadores. Os principais líderes dessa corrente eram Martov e Plekhanov.
- **Bolcheviques (termo que significa “maioria”)** – que defendia a conquista do poder pelos trabalhadores de forma imediata, mediante a luta revolucionária para derrubar a monarquia absolutista e transformar a sociedade russa. Pregava a formação de uma ditadura do proletariado, isto é, uma forma de governo em que os poderes político, social e econômico estariam centrados nas mãos da classe operária. Esta se uniria em um partido, que representaria também os camponeses. O principal líder dessa corrente era Lenin.

Revolta de 1905

Em 1904, devido à disputa imperialista por territórios na China, o Império Russo entrou em guerra contra o Japão. No ano seguinte, com exércitos despreparados e frota obsoleta, os russos foram derrotados pelas tropas japonesas, perdendo territórios e influência na área banhada pelo oceano Pacífico. A derrota agravou as dificuldades econômicas do Império Russo e aumentou a insatisfação popular contra o governo.

Nesse mesmo ano, o regime czarista passou a enfrentar uma série de greves e protestos, dos quais participaram ativamente líderes socialistas e diversos setores sociais. O conjunto dessas manifestações ficou conhecido como **Revolta de 1905**.

Entre os episódios que marcaram essa revolta, a historiografia do assunto costuma destacar os seguintes:

- **Domingo Sangrento** – ocorreu em janeiro de 1905, quando uma manifestação pacífica diante do palácio de Nicolau II, em São Petersburgo, resultou na morte de aproximadamente uma centena de pessoas pela guarda czarista. A violenta reação revoltou diversos setores da sociedade, que também passaram a protestar.
- **Revolta do encouraçado Potemkin** – ocorreu em junho de 1905, na cidade portuária de Odessa. Os tripulantes do encouraçado Potemkin rebelaram-se contra seus comandantes em razão, entre outros fatores, dos maus-tratos e da péssima alimentação que recebiam. A revolta recebeu apoio popular e evidenciou que setores militares também estavam insatisfeitos com a ordem social vigente.

Encouraçado: navio de guerra de grande porte, protegido por forte couraça.

Também foi nessa época que surgiram os primeiros sovietes, isto é, conselhos de operários formados para coordenar as greves operárias.



Cartaz do filme *O encouraçado Potemkin*. Obra do artista russo Anton Lavinsky para o filme de Sergei Eisenstein (1925).

Reformas liberais

Diante do crescente clima de revolta, o czar Nicolau II acenou com o fim do regime absolutista e a melhoria das condições de vida dos trabalhadores. Prometeu realizar importantes reformas políticas, como a convocação de eleições gerais para a Duma (Parlamento), que se encarregaria de elaborar uma Constituição para o país.

Alguns grupos políticos ficaram satisfeitos com as promessas do czar. Esses grupos temiam o caráter socialista da revolta dos trabalhadores, que pregavam a distribuição da riqueza, o que ameaçava a propriedade privada. Para eles, as reformas prometidas cessariam as rebeliões e levariam industriais e proprietários de terras russos ao domínio da Duma, o que lhes daria certa tranquilidade social.

Paralelamente, com o final das lutas contra o Japão no Oriente, as tropas czaristas retornaram ao país e foram usadas para reprimir as manifestações internas e dissolver os sovietes. Assim, a Revolta de 1905 acabou sendo controlada, e os bolcheviques, como resultado, ficaram isolados.

Recuperando forças, o czar abandonou as promessas liberais que havia feito. O fortalecimento do czarismo deu-se principalmente a partir de 1907, com

empréstimos obtidos no exterior. Os líderes da oposição foram perseguidos e exilados, e a Duma perdeu seus poderes efetivos.

Na análise do líder bolchevique Lenin, a Revolta de 1905, apesar da derrota, não foi inútil: teria servido para que os revolucionários avaliassem seus erros e suas fraquezas, preparando-se para superá-los.

A Rússia na Primeira Guerra

Passados alguns anos, as tensões sociais voltaram a se elevar, pois as promessas do czar não foram cumpridas. Rebeliões e greves começaram a explodir em diferentes regiões do Império Russo.

A situação agravou-se a partir de agosto de 1914, quando o czar decidiu apoiar a Sérvia, envolvendo a Rússia na Primeira Guerra Mundial.

As forças do império, entretanto, não estavam preparadas para enfrentar uma guerra por muito tempo. Depois de dois anos de combates, a economia russa entrou em colapso. Em função da guerra, grande parte dos meios de transporte foi destruída e a produção agrícola ficou arrasada. Os preços dos alimentos subiram de forma estrondosa e a maioria da população começou a passar fome.



Fotografia de prisioneiros russos durante a Primeira Guerra Mundial.

Dos cerca de 13 milhões de soldados russos enviados ao combate, mais de 3 milhões já haviam morrido, enquanto outros 2 milhões, feridos, tiveram de deixar a guerra. O exército russo desorganizava-se cada vez mais, e milhões de soldados tornaram-se desertores.

Essa situação levou a população russa a se mobilizar por meio de protestos e passeatas. De modo geral, a opinião pública culpava o czar e seu governo pelos problemas sociais russos. Essa insatisfação era expressa em pichações e panfletos que traziam dizeres como: “Abaixo o czar-fome”. Além disso, greves de trabalhadores pararam as cidades de Petrogrado (nome da atual cidade de São Petersburgo no período de 1914 a 1924) e Moscou, recebendo o apoio de uma parcela do exército, que se recusava a cumprir as ordens do governo de reprimir os grevistas.

Ilustrativo desse momento crítico vivido pelo povo russo é o relatório enviado ao ministro do Interior russo, em janeiro de 1917, pela direção da polícia política do governo em Petrogrado. Leia um trecho desse documento histórico:

As mães de famílias, esgotadas por permanecerem horas intermináveis nas portas das lojas, acabrunhadas com a visão dos filhos esfaimados e doentes, talvez estejam agora muito mais perto da revolução... A fome delas, o desespero delas são reservas de matéria inflamável que não precisam mais que uma centelha para deflagrar o incêndio.

MARABINI, Jean. *A Rússia durante a Revolução de Outubro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 37.

Processo revolucionário

Do fim do czarismo à supremacia bolchevique

Aproveitando a situação crítica, em 15 de março de 1917, o conjunto das forças políticas de oposição (socialistas e liberais burgueses) depôs o czar Nicolau II e tomou o poder. Tinha início, assim, a **Revolução Russa**, que colocaria fim ao czarismo e instalaria o socialismo na Rússia.

Alguns estudiosos do processo revolucionário russo costumam dividi-lo em três fases:

- **Revolução Branca** – conhecida também como Revolução Liberal Burguesa, iniciou-se em março de 1917. Nesse período, o governo foi controlado pelos “brancos”, designação dada aos grupos não bolcheviques (mencheviques, liberais e aristocracia);
- **Revolução Vermelha** – conhecida também como Revolução Comunista, iniciou-se em novembro de 1917. Nesse momento, o poder foi tomado pelos “vermelhos”, designação dada aos bolcheviques.
- **Guerra civil** – período, de 1918 a 1920, em que os “brancos” tentaram derrubar os “vermelhos” do poder.

Revolução Liberal

Com a deposição do czar, instalou-se um governo provisório, formado em sua maioria por políticos liberais e chefiado pelo príncipe Lvov. O socialista moderado Alexander Kerensky, que ocupou o cargo de ministro da Guerra, tornou-se, em 27 de julho, o principal líder do governo.

Os membros do governo provisório tomaram algumas medidas importantes, exigidas pelas oposições políticas, como a redução da jornada de trabalho de doze para oito horas diárias, a garantia das liberdades fundamentais do cidadão (direitos de expressão e associação) e a anistia aos presos políticos e permissão para que os exilados voltassem ao país.

O novo governo não ofereceu, porém, respostas rápidas aos graves problemas sociais que afligiam os operários e os camponeses, como a falta de terra e alimentos. Além disso, tomaram uma medida impopular: mantiveram a participação da Rússia na Primeira Guerra Mundial.

Oposição bolchevique

Como vimos, Lenin fora perseguido e exilado, com outros líderes da oposição, antes da Primeira Guerra Mundial. Beneficiado pela medida que permitia a volta dos exilados ao país, Lenin regressou à Rússia em abril de 1917 e passou a liderar a oposição bolchevique ao governo provisório.

Além de ter organizado o Partido Bolchevique, em 1903, Lenin publicou em 1917 as Teses de Abril, nas quais pregava a formação de uma república dos soviets (denominação dos comitês políticos dos trabalhadores) e defendia a nacionalização dos bancos e da propriedade privada. Um dos seus principais lemas era: “Todo o poder aos soviets”.

Revolução Comunista

Com um grande número de militantes e com o apoio de parte das forças armadas, em 7 de novembro de 1917 (25 de outubro, pelo calendário russo), os bolcheviques ocuparam lugares estratégicos da cidade de Petrogrado, sede do governo provisório, e tomaram o poder. O líder do governo, Kerensky, conseguiu fugir, mas outros membros do governo provisório foram presos.

Os soviets da Rússia reuniram-se, então, em um congresso e delegaram o poder governamental ao chamado Conselho dos Comissários do Povo, que, presidido por Lenin, tomou as seguintes medidas:

- **pedido de paz imediata** – o governo da Rússia declarou unilateralmente sua retirada da Primeira Guerra Mundial. Em março de 1918, os membros do Conselho firmaram a paz com o governo da Alemanha, por meio do Tratado de Brest-Litovsk;
- **confisco de propriedade privada** – muitas propriedades, cerca de 150 milhões de hectares, foram confiscadas dos nobres e da Igreja Ortodoxa, sem pagamento de indenizações, e distribuídas entre os camponeses;
- **estatização da economia** – o novo governo passou a intervir na vida econômica do país, nacionalizando diversas empresas, como bancos e fábricas.

Interpretar fonte

Os dez dias que abalaram o mundo

O jornalista John Reed testemunhou os momentos decisivos que levaram os bolcheviques ao poder na Rússia. Com base em suas observações, escreveu um livro que se tornou um clássico: *Os dez dias que abalaram o mundo*. Dessa obra, publicada em 1919, retiramos o trecho seguinte, em que ele descreve suas impressões do primeiro discurso de Lenin, logo após o triunfo da Revolução.

Exatamente às oito horas e quarenta minutos, uma tempestade de aplausos anunciou a chegada de Lenin. Uma silhueta baixa. Cabeça redonda e calva, enfiada nos ombros. Olhos pequenos, boca larga e generosa. O casaco estava desgastado. As calças eram compridas demais. [...]

Quando as palmas foram diminuindo, disse simplesmente:

— É chegado o momento de emprendermos a construção do socialismo. — Novamente, explodiu pelo salão uma tempestade de aplausos.

— Em primeiro lugar, precisamos adotar medidas práticas para obter a paz. Vamos fazer propostas de paz para os povos em guerra. Uma paz democrática e justa...

Lenin parecia sorrir. A voz, apesar de rouca, não era desagradável. Estava como que endurecida por anos e anos de discursos. Quando desejava frisar uma ideia, Lenin inclinava-se ligeiramente para a frente. Não gesticulava.

— A revolução de 7 de novembro — disse Lenin, concluindo — inaugurou a era da revolução socialista. O movimento operário, em nome da paz e do socialismo, alcançará a vitória e cumprirá sua missão.

O tom calmo e enérgico com que ele dizia as coisas comovia as pessoas. Dominados por um sentimento comum, todos começaram a cantar o **hino da Internacional**. Um velho soldado de cabelos brancos chorava como criança.

— A guerra acabou! A guerra acabou! — gritava ao meu lado um jovem operário, radiante de alegria.

REED, John. *Os dez dias que abalaram o mundo*. São Paulo: Círculo do Livro, s/d. p. 143-149.

Hino da Internacional:

hino de confraternização dos trabalhadores socialistas.

- Neste texto, como Lenin é retratado pelo jornalista John Reed: de forma positiva ou negativa? Quais são os elementos do trecho que permitem sua conclusão?

Guerra Civil

Entre 1918 e 1919, para consolidar a chamada revolução socialista, os bolcheviques tiveram de enfrentar as forças políticas ligadas à monarquia russa em uma guerra civil.

As forças ligadas à monarquia russa montaram uma organização contra o novo governo, contando com auxílio econômico e militar de países como Inglaterra, França e Japão, que temiam a repercussão das ideias socialistas.

Após conflitos violentos, o governo bolchevique conseguiu manter-se no poder graças à resistência militar do Exército Vermelho, que, liderado por Trotsky, saiu vitorioso. Assim, os membros do Partido Bolchevique (que em 1918 mudara o nome para Partido Comunista) firmaram sua posição no comando do governo.

Derrotaram também as manifestações de outras correntes políticas que haviam lutado contra o czarismo, como os grupos socialistas que não seguiam estritamente os mandamentos bolcheviques, além dos anarquistas e dos liberais.

A Revolução Comunista causou temor em grupos no mundo inteiro, principalmente entre os capitalistas. Estes consideravam que o socialismo poderia representar uma ameaça para sua riqueza privada.

Depois da vitória dos bolcheviques na guerra civil, esse medo aumentou, e os governos dos países capitalistas ocidentais procuraram isolar a Rússia socialista do cenário internacional. O objetivo dessa estratégia era impedir a expansão do socialismo.



“Quem é contra a fome, quem é a favor de montes de pão, que pegue o martelo, alegre e disposto...”. Cartaz de 1920 de M. Tcheremnikh conclamando as pessoas a aderirem à Revolução.

União Soviética

A construção de uma potência

Terminada a guerra civil, a economia e a sociedade russas estavam arrasadas. As medidas adotadas pelo governo, sob a liderança de Lenin, não alcançavam os resultados esperados. Devido à queda na produção agrícola e industrial, a população sofria com a falta de alimentos. No campo, a resistência na entrega da produção de trigo ao Estado complicava a situação. Além disso, havia desânimo entre soldados e operários diante de tantas dificuldades, o que aumentava o risco de novas rebeliões internas.

Dessa maneira, os grandes desafios dos representantes do governo eram, agora, vencer a fome, recompor o ânimo popular e estimular o crescimento da economia. O governo soviético decidiu, então, abandonar o chamado comunismo de guerra, que havia mantido a economia do país sob o controle governamental entre 1918 e 1921.

Assim, adotou-se, em março de 1921, a Nova Política Econômica (conhecida pela sigla, em inglês, NEP), programa de medidas com o objetivo de reconstruir a nação.

Alguns aspectos da NEP representaram, de certo modo, um retorno a práticas capitalistas: permitiram-se, por exemplo, a liberdade de comércio interno e de salários, a criação de empresas privadas e o empréstimo de capitais estrangeiros.

Cabia ao Estado, porém, a supervisão geral da economia e o controle de setores vitais, como comércio exterior, sistema bancário e indústrias de base.

O partido único

No plano político, o governo soviético reagiu duramente contra as oposições internas e externas. Quem discordasse das orientações do Partido Comunista era considerado inimigo da revolução e traidor da pátria.

Esse processo de restrição à liberdade de pensamento levou, em 1921, à proibição das oposições políticas e à unificação de todos os sindicatos dos trabalhadores sob o comando dos comunistas. O Partido Comunista tornou-se o único partido autorizado a funcionar no país.

Nesse contexto, em abril de 1922, o comunista Josef Stalin (1879-1953) foi nomeado secretário-

geral do Partido Comunista. Nesse cargo, ele lideraria o mais duro combate às oposições políticas, incluindo as eventuais vozes discordantes que se expressavam dentro do próprio partido. Muitas vezes a simples suspeita de oposição foi suficiente para terríveis perseguições.

Fundação da União Soviética

Em dezembro de 1922, durante o Congresso Pan-russo dos Sovietes, foi fundada a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), também designada simplesmente União Soviética.

No início, a União Soviética era formada pelas repúblicas da Rússia, Ucrânia, Rússia Branca e Transcaucásia. Posteriormente, foram incorporadas as repúblicas do Usbequistão e Turcomenistão, em 1924, e do Tadjiquistão, em 1929.

A União Soviética era controlada por membros das diversas repúblicas. O órgão máximo do governo era o Soviete Supremo (Legislativo), ao qual competia eleger um comitê executivo (*Presidium* ou comitê central), dirigido por um presidente com a função de chefe de Estado.

Entre as principais obrigações do governo da União Soviética estavam o controle da economia, a defesa militar da União e a definição da política internacional.

Confronto: Trotsky X Stalin

Lenin, considerado o fundador do Estado socialista soviético, afastou-se do governo por questões de saúde em 1922 e faleceu em 1924. Após sua morte, divergências políticas internas no Partido Comunista da União Soviética (PCURSS) vieram à tona, principalmente aquelas envolvendo Trotsky, Stalin e a luta pelo poder.

Trotsky e Stalin não estavam de acordo, por exemplo, sobre a maneira de prosseguir na construção do socialismo. Trotsky defendia a tese da Revolução permanente, segundo a qual o socialismo deveria ser construído simultaneamente em escala internacional, como parte da revolução de uma classe (a proletária), e não de um só país. Ele acreditava que, se a revolução socialista não fosse levada à Europa e ao mundo,

as forças dos países capitalistas acabariam com a União Soviética. Stalin, por sua vez, defendia que a consolidação da revolução socialista ocorresse primeiramente na União Soviética para depois avançar para outros lugares.

Stalin saiu vitorioso na luta pelo poder, pois controlava os órgãos de decisão (a burocracia) e fez aprovar sua tese no XIV Congresso do Partido Comunista. Trotsky passou, então, a ser perseguido. Perdeu suas funções no governo e, em 1929, foi expulso da União Soviética. Em 1940, provavelmente a mando de Stalin, foi assassinado no México.

Com Stalin como secretário-geral, o Partido Comunista da União Soviética passou a dominar a sociedade soviética: as ordens do partido tornaram-se inquestionáveis e todos deviam se submeter a elas.

Ditadura stalinista

A partir de dezembro de 1929, Stalin conseguiu concentrar todo o poder em suas mãos. Começava a ditadura e a glorificação infundável ao ditador.

Em busca de uma rápida industrialização do país, Stalin levou adiante, em seu governo, a nacionalização da economia (ou seja, o abandono do modelo econômico da NEP) e a execução dos planos quinquenais, em uma política econômica definida desde 1928.

Assim, por meio do planejamento econômico estatal, elaborado por técnicos do governo para períodos de cinco anos, a União Soviética:

- desenvolveu a indústria pesada, explorando reservas de carvão, ferro e petróleo, produzindo aço e ampliando a instalação da rede de energia elétrica;
- mecanizou a agricultura e promoveu uma imensa coletivização do campo (extinção forçada da propriedade privada da terra), que atingiu mais de 60% das atividades agropastoris;
- desenvolveu a educação pública, por meio do ensino obrigatório e gratuito, ampliando o número de alunos, erradicando o analfabetismo, construindo muitas escolas e universidades.

Realismo socialista

Entre 1930 e 1950, o realismo socialista tornou-se o estilo artístico oficial da União Soviética. Em geral, valorizava-se obras figurativas e acessíveis ao público. Essas obras tinham como protagonistas operários, camponeses, soldados e heróis nacionais, sobretudo em situações de trabalho, demonstrando força e fidelidade na construção do Estado soviético.

Os representantes do realismo socialista acreditavam que a arte servia como instrumento de propaganda, combatendo valores da burguesia capitalista.



Charge com a frase: "Destrua o inimigo do povo Trotsky!", criada em 1937. Faz parte do acervo da Biblioteca Estatal Russa, em Moscou.



Cartaz com a frase: “Obrigado ao querido Stalin por nossa infância feliz!”, criado em 1936. Faz parte do acervo da Biblioteca Estatal Russa, em Moscou.

Perseguições stalinistas

O lado perverso do governo de Stalin foi a implantação de uma das mais sangrentas ditaduras do século XX, que perseguiu duramente as oposições políticas.

No período de 1936 a 1938, ocorreram as chamadas “depurações stalinistas”, cujo objetivo era eliminar supostos inimigos do governo. Desse modo, milhares de cidadãos foram presos, torturados e mortos.

Por exemplo, artistas que buscavam experimentação e inovação sofreram com as imposições do governo e o cerceamento da liberdade de expressão. Entre eles, estavam Pavel Filonov (1883-1941), Alexander Osmerkin (1892-1953) e Óssip Mandelstam (1891-1938).

No total, estima-se que o terror político da era stalinista tenha matado cerca de 500 mil pessoas, além de prender e torturar mais de 5 milhões de cidadãos.

Em destaque **Brasil e Rússia**

Neste texto, o historiador Luís Felipe de Alencastro traça um paralelo entre Brasil e Rússia.

Sucedem que nas discussões dos pesquisadores interessados em história comparativa volta e meia aparece alguém fazendo uma analogia entre a Rússia e o Brasil. Principalmente quando se examina a história dos dois países ao longo do século XIX. Dois impérios oitocentistas vacilando entre um conservadorismo visceral e a necessidade da modernização. Dois países presos a instituições – a escravidão no Brasil, a servidão na Rússia – que apareciam como a essência da brutalidade e do atraso social. Assim, o mote “civilização contra a barbárie” era igualmente utilizado pela imprensa inglesa para fustigar o escravismo brasileiro e a opressão dos servos na Rússia. Confrontados à pressão interna e internacional, os dois imperadores, Pedro II (1840-1889) e Alexandre II (1855-1881), são levados a liberar os servos russos (1861) e os escravos brasileiros (1888), desencadeando movimentos sociais que derrubam ambas as dinastias. Desse modo, simpatizantes e detratores dos Romanov e dos Bragança podiam retratar os dois imperadores como bem lhes conviesse. Uns diziam que se tratava de reformadores incompreendidos, outros os apresentavam como aristocratas tapados. [...]

ALENCASTRO, Luís Felipe de. In: *Veja*. São Paulo: Abril, 29 mar. 2000. p. 20.

- De acordo com o texto, quais aspectos permitem estabelecer uma analogia entre a história do Brasil e a da Rússia?

Vivenciar e refletir

1. Pesquise outros exemplos de levantes populares, revoltas ou rebeliões e compare as semelhanças e diferenças com a Revolução Russa. Em seguida, elabore uma tabela comparativa que apresente dados como local, data, pessoas ou grupos envolvidos, motivações e forma de organização.

Diálogo interdisciplinar

Diálogo interdisciplinar com Língua Portuguesa, Biologia, Química e Física.

2. Analise as diferenças entre os conceitos de revolução e de reforma, conforme foram trabalhados neste capítulo.
 - a) Pesquise textos na imprensa que utilizem as palavras reforma e revolução. Dessas duas palavras, qual é a mais utilizada? Ou as duas apresentam o mesmo grau de dificuldade de serem encontradas nos textos?
 - b) Como os conceitos de reforma e revolução são utilizados na linguagem contemporânea?
 - c) Pergunte aos professores de Biologia, de Química e de Física se o termo revolução pode ser aplicado nessas ciências. Em que situações?

Diálogo interdisciplinar com Arte.

3. Sob a orientação do professor, assista ao filme *O encouraçado Potemkin* (1925), do diretor Sergei Eisenstein, e discuta com os colegas as questões a seguir. Para auxiliar suas reflexões, pesquise a importância histórica do filme e informações biográficas sobre seu diretor.
 - a) Como Eisenstein introduz o tema da revolta no encouraçado?
 - b) Em sua opinião, o que a morte de Vakulinchuk representa no desenrolar do filme?
 - c) Em seu entendimento, quais cenas retratam a opinião do diretor do filme a respeito das autoridades militares de Odessa?
 - d) Como o filme lida com o tema da Revolução: de forma positiva ou negativa? Justifique.
 - e) Após ver o filme, retome o cartaz de *O encouraçado Potemkin* apresentado neste capítulo (na página 27) e responda: Em sua opinião, o que os elementos mostrados no cartaz poderiam informar sobre a obra cinematográfica?

Diálogo interdisciplinar com Geografia.

4. Durante a guerra civil que se seguiu à Revolução Russa, os governos de algumas potências capitalistas enviaram auxílio econômico e militar aos contrarrevolucionários para combater os bolcheviques.
 - a) Você considera que a intervenção estrangeira nos assuntos internos de uma nação afeta a sua soberania? Em quais situações? Por quê?
 - b) Existem exemplos atuais ou recentes de tais intervenções? Quais? Faça uma pequena pesquisa sobre o assunto. Comente.
 - c) Reflita sobre essas perguntas e depois debata com os colegas de sala sobre suas conclusões.

Diálogo interdisciplinar com Língua Portuguesa.

5. Óssip Mandelstam é um dos poetas russos mais importantes do século XX. Nascido na cidade de Varsóvia, na Polônia, mudou-se ainda criança para São Petersburgo, na Rússia. Publicou sua primeira coleção de poemas em 1913, quando tinha 22 anos. Sua obra expressava pensamentos e sentimentos sob uma perspectiva humanista. Em 1917, quando irrompeu a Revolução Russa, Mandelstam apoiou os bolcheviques, mas recusou-se a utilizar sua poesia para fins de propaganda política. Por isso, foi considerado subversivo e uma ameaça ao Estado soviético.

Em 1933, Mandelstam escreveu o poema satírico conhecido como “Epigrama contra Stalin”. Em função desse poema, o artista foi preso, torturado e exilado pelas autoridades soviéticas. Mandelstam nunca se recuperou das torturas físicas e psicológicas que sofreu. De acordo com a versão oficial, ele morreu por causa de um ataque cardíaco após ter sido preso pela segunda vez, em 1937. A seguir, leia o poema conhecido como “Epigrama contra Stalin”:



Fotografia de Óssip Mandelstam, no final dos anos 1920.

Osseta: habitante da região montanhosa de Ossétia. Acredita-se que a família de Joseph Stalin tinha raízes nessa região.

Vivemos sem sentir a Rússia embaixo,
não se ouvem nossas vozes a dez passos.

Mas onde houver meia conversa – sempre
se há de lembrar o montanhês do Kremlin.

Seus grossos dedos são vermes obesos;
e as palavras – precisas como pesos.

Sorri – largos bigodes de barata;
e as longas botas brilham engraxadas.

Rodeiam-no cascudos manda-chuvas;
seu jogo: os meio-homens que subjuga.

Um assobia, um rosna, um outro mia,
só ele é quem açoita, quem atiça.

E prega-lhes decretos-ferraduras
na testa ou no olho, na virilha ou nuca.

Degusta execuções como quem prova
uma framboesa, o **osseta** de amplo tórax.

MANDELSTAM, Óssip. “Vivemos sem sentir...”. Trad. Boris Schnaiderman. Criação/Poesia. In: Revista Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. v. 12, n. 32 (1998), p. 112. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/issue/view/694>>. Acesso em: 28 jan. 2016.

- Na sua interpretação, quem seria o “montanhês do Kremlin”? Como ele é descrito?
- Analise o poema e procure relacioná-lo com as “depurações stalinistas”, que ocorreram entre 1936 e 1938.

De olho na universidade

6. (Unicamp)

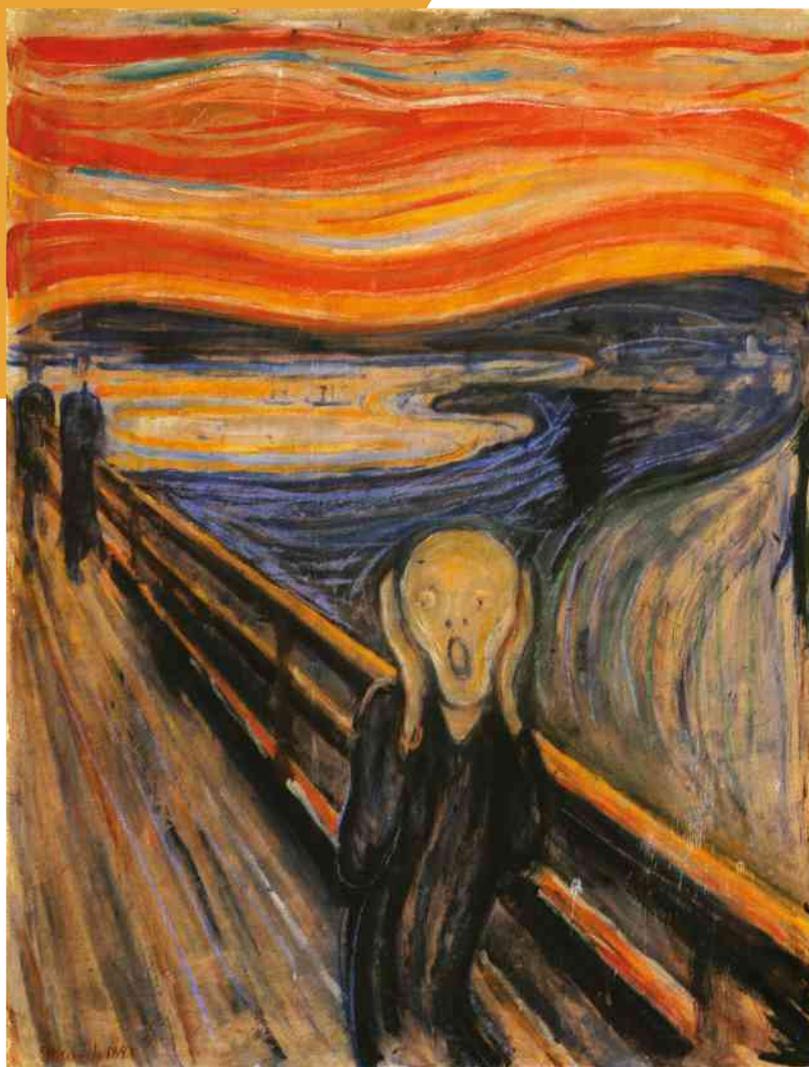
Alguns comunistas franceses encontravam conforto na ideia de que as atitudes de Stalin em relação aos opositores do regime político vigente na União Soviética eram tão justificadas pela necessidade quanto havia sido o Terror de 1793-1794, liderado por Robespierre. Talvez em outros países, onde a palavra Terror não sugerisse tão prontamente episódios de glória nacional e triunfo revolucionário, essa comparação entre Robespierre e Stalin não tenha sido feita.

HOBBSAWM, Eric. *Ecossistemas da Marselha: dois séculos reveem a Revolução Francesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 67-68. (Adaptado pela instituição)

- De acordo com o texto, o que permitiu aos comunistas a comparação entre os regimes de Robespierre e de Stalin?
- Quais os princípios políticos que definiam o regime soviético?

Abalo capitalista e regimes totalitários

Uma crise econômica profunda atingiu diversos países do mundo durante a década de 1930. Os centros econômicos capitalistas foram abalados. Nesse mesmo período desenvolveram-se regimes políticos autoritários e ditatoriais em vários países, cujos exemplos mais típicos foram o fascismo e o nazismo. Como se deu a ascensão desses regimes políticos totalitários?



O grito. Têmpera sobre madeira de Edvard Munch. Obra produzida em 1893.

ALBUM/FOTODARENA/GALERIA NACIONAL, OSLO, NORUEGA

Treinando o olhar

1. Observe esta obra do pintor norueguês Edvard Munch. Que sensações ela desperta em você?
2. Em sua opinião, que relações podemos estabelecer entre esta imagem e o título deste capítulo?

Grande Depressão

A crise internacional do capitalismo

Após a Primeira Guerra Mundial, a economia dos Estados Unidos tinha se tornado a mais poderosa do mundo. Em 1920, este país era responsável por quase 50% de toda a produção industrial do planeta. Sua agricultura também tinha crescido significativamente, impulsionada pela mecanização e pela instalação de redes elétricas no espaço rural.

Em razão dessa prosperidade econômica, a sociedade estadunidense vivia um clima de entusiasmo e euforia, e essa época ficou conhecida como “anos felizes”. Foi nesse momento que se cunhou a expressão *American way of life*, isto é, “estilo de vida americano”, caracterizado pelo consumismo de produtos como eletrodomésticos e automóveis. Viver bem era sinônimo de consumir mais.

Esse clima de euforia permaneceu durante quase toda a década de 1920. Entretanto, no ano de 1929, os Estados Unidos enfrentaram uma forte **recessão** que afetou vários países do mundo. A Crise de 1929, conhecida como a Grande **Depressão**, foi uma das mais graves crises econômicas do século XX, por sua amplitude, seus efeitos e sua duração (toda a década de 1930).

Recessão: redução da atividade econômica durante certo período, com efeitos negativos em vários indicadores da economia de um país, como emprego, produção e investimentos.

Depressão: recessão econômica prolongada e de maior gravidade; crise econômica.

Investigando

- Você se considera uma pessoa consumista? Em sua opinião, “viver bem” está ligado a “consumir mais”?

Superprodução econômica

Até por volta de 1925, as sociedades europeias ainda estavam se recuperando dos prejuízos da Primeira Guerra Mundial. Enquanto isso, os Estados Unidos, em notável crescimento econômico, exportavam a países europeus a maior parte do que eles necessitavam na época: alimentos, máquinas, combustível, armas etc.

À medida que a recuperação da Europa avançava, especialmente a partir de 1925, a estrutura produtiva de seus países também se reorganizava. Os governos e empresários da Inglaterra, da Alemanha e da França, por exemplo, procuraram modernizar rapidamente seu parque industrial. Adotaram, também, uma série de medidas protecionistas para reduzir as importações de produtos estadunidenses.

Nos Estados Unidos, porém, o ritmo da produção industrial e agrícola continuava a crescer, ultrapassando a capacidade de compra dos mercados interno e externo. Ocorreu, então, uma gradativa superprodução de mercadorias, isto é, uma enorme quantidade de produtos para os quais não existiam compradores. Essa situação ocasionou:

- **queda dos preços e dos lucros** – os preços e a margem de lucro dos empresários e agricultores baixaram drasticamente. Mesmo assim, a produção excedente não conquistou consumidores;
- **redução da atividade econômica** – os produtores agrícolas e industriais foram obrigados a reduzir o ritmo de suas atividades e a produzir menos;
- **desemprego em massa** – com a queda das atividades, houve redução de salários e demissão de milhões de trabalhadores. O número de desempregados nos Estados Unidos chegou a mais de 15 milhões de pessoas.

Crash da Bolsa de Valores de Nova York

A redução constante da atividade econômica nos Estados Unidos levou um número cada vez maior de acionistas e investidores a vender as **ações** que possuíam. Com isso, a oferta desse tipo de papel aumentou progressivamente, seus preços caíram cada vez mais e o pânico tomou conta do mercado financeiro.

No dia 29 de outubro de 1929, conhecido como Quinta-Feira Negra, ocorreu a queda vertiginosa do valor de milhões de ações que eram negociadas na Bolsa de Valores de Nova York: era a quebra do mercado financeiro, marco principal da crise econômica que afetava o país, levando inúmeras empresas e bancos à falência. A depressão econômica prolongou-se até 1932, período em que a produção industrial dos Estados Unidos foi reduzida em 54%.

Repercussão internacional

O *crash* (falência, quebra econômica) da Bolsa de Valores de Nova York afetou grande parte do mundo capitalista, pois nessa época os Estados Unidos já eram a maior potência industrial e financeira do planeta.

Com a crise, investidores e empresas redirecionaram seus investimentos para outros países, principalmente europeus. Paralelamente, os Estados Unidos reduziram suas importações, o que gerou problemas econômicos para seus parceiros comerciais, como os países latino-americanos de economia agroexportadora.

Os cafeicultores do Brasil, por exemplo, que vendiam boa parte de suas safras ao mercado dos Estados Unidos, perderam vendas para este grande comprador. Por isso, os estoques de café chegaram a tal quantidade que milhões de sacas desse produto foram queimadas pelo governo brasileiro, em uma tentativa desesperada de estabilizar os preços. Entretanto, foi impossível conter o desastre econômico que, na ocasião, afetou a cafeicultura brasileira e abalou as estruturas sociopolíticas da República.

Ação: termo econômico que se refere à unidade ou fração em que se subdivide o capital das sociedades anônimas. O proprietário de um conjunto de ações é denominado acionista.

Interpretar fonte

Estilo de vida americano

A propaganda que exaltava o *american way of life* começou a contrastar com a realidade vivida por grande parte da população estadunidense depois da crise. Sobre esse assunto, observe a imagem a seguir.



Fila de vítimas de enchente esperando por doações de comida e roupa diante de cartaz com os dizeres, em inglês: "O maior padrão de vida do mundo. Não há nada igual ao estilo de vida americano". Fotografia da década de 1920.

1. Descreva a imagem, destacando elementos como cenário, personagens e frases representados. Em que contexto histórico ela foi produzida?
2. Em sua opinião, o que esta fotografia expressa ao focar uma fila de desabrigados com o cartaz ao fundo?

New Deal contra a crise

De início, o governo dos Estados Unidos pouco fez para combater a crise, seguindo a política liberal adotada até então de não intervenção do governo na economia. Isso se modificaria, porém, com a eleição de Franklin Delano Roosevelt para a presidência do país.

Nos primeiros anos de seu longo governo (de 1933 a 1945), Roosevelt foi o principal defensor de um conjunto de medidas adotadas pelo país para superar a crise, que ficou conhecido como *New Deal* (Novo Acordo). Tratava-se de um programa socioeconômico inspirado nas ideias do economista inglês John Maynard Keynes (1883-1946).

Intervenção do Estado

As ideias presentes no *New Deal* rompiam com os princípios tradicionais do liberalismo econômico, que tinham marcado a administração dos presidentes estadunidenses durante a prosperidade dos “anos felizes”. O *New Deal* era um programa misto, que procurava conciliar as leis de mercado e o respeito pela iniciativa privada com a intervenção do Estado em vários setores da economia.

Entre as principais medidas adotadas por este programa estavam o controle dos preços de produtos agrícolas e industriais pelo governo, a concessão de empréstimos aos fazendeiros arruinados para que pagassem suas dívidas e reordenassem a produção, a realização de diversas obras públicas com o objetivo de criar postos de trabalho, a criação de um salário-desemprego para aliviar a situação de miséria dos desempregados, a limitação dos preços e da produção às exigências do mercado e a fixação de salários mínimos e limitação das jornadas de trabalho.

Resultados do programa

A política econômica do *New Deal* não alcançou todo o sucesso esperado, mas conseguiu controlar relativamente a crise econômica e os violentos conflitos sociais que ela gerava. A partir de 1935, a economia dos Estados Unidos voltou a se fortalecer e, aos poucos, as consequências da crise foram superadas.

Por adotar ideias keynesianas em seus programas de apoio aos desempregados – como na instituição do salário mínimo –, as ações do *New Deal* costumam ser consideradas precursoras do **Estado de bem-estar social** (*welfare state*), que se desenvolveria depois da Segunda Guerra em alguns países da Europa Ocidental.

Em destaque

A revolução Keynesiana

Rompendo com a hegemonia do pensamento liberal da época, John Maynard Keynes foi um defensor de doutrinas intervencionistas na economia. O impacto de seu pensamento sobre as teorias e as práticas econômicas do século XX constituiu para alguns uma verdadeira revolução.

Embora considerasse a existência de forças de reequilíbrio no campo econômico, em seu texto *O fim do laissez-faire* (1926) e em alguns artigos preparatórios de sua obra intitulada *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda* (1936), Keynes defendeu a tese de que esses mecanismos não são automáticos em longo prazo. Não confiava, portanto, na teoria do *laissez-faire* (“deixai fazer”) e em sua “naturalidade” na economia.

Segundo Keynes, os “impulsos” dos empresários muitas vezes iam contra o que era “natural”, e, até que houvesse um reequilíbrio da situação, muitas vidas poderiam ser destruídas. O Estado precisava, portanto, intervir na economia onde e quando fosse necessário, para garantir equilíbrio e maior eficiência do sistema produtivo.

Entre as ideias defendidas por Keynes, estava a de que cabia aos governos implantar políticas econômicas que garantissem o pleno emprego dos trabalhadores. Ele também defendia a redistribuição dos lucros, para que o poder aquisitivo dos consumidores aumentasse de forma proporcional ao desenvolvimento dos meios de produção.

- De acordo com o texto, qual era a crítica do economista John M. Keynes à teoria do *laissez-faire*?

Totalitarismo

O avanço de ideologias autoritárias

Na década de 1920, em alguns países da Europa, iniciou-se um processo político caracterizado pela crise das democracias liberais. Essa crise acabou influenciando tanto o recuo do liberalismo como a ascensão de regimes totalitários em alguns locais da Europa, conforme estudaremos neste capítulo.

O chamado totalitarismo é um regime político marcado por um Estado forte que busca estender seu poder sobre todos os setores da sociedade, supondo alcançar a completa submissão dos indivíduos. Sua denominação derivou-se de uma frase proferida pelo líder fascista Benito Mussolini: “Tudo no Estado, nada contra o Estado, nada fora do Estado”.

Entre os distintos elementos que podem caracterizar o totalitarismo, historiadores costumam destacar os seguintes:

- **partido único** – determinação da linha política do Estado por um único partido, de hierarquia rígida, conduzido em geral por um líder autoritário;

- **ideologia oficial** – existência de uma ideologia de Estado bastante abrangente, representada pelo partido único, que deve ser seguida por todos os cidadãos;
- **Estado policial** – controle estrito da sociedade por órgãos de repressão política (polícia política, exército etc.) e eliminação das oposições por intermédio, por exemplo, de prisões, censura aos meios de comunicação, coerção física e psicológica;
- **propaganda estatal** – adoção de vigorosa propaganda com o propósito de divulgar a ideologia oficial e promover o culto à personalidade dos líderes do regime;
- **intervencionismo econômico** – direção e controle geral da economia pelo Estado. São exemplos de regimes totalitários desse período a União Soviética stalinista (considerado totalitarismo de esquerda), a Itália fascista e a Alemanha nazista (considerados totalitarismos de direita).

Investigando

1. Nos regimes totalitários, o que acontece com os direitos do cidadão e as liberdades individuais?
2. É possível considerar os totalitarismos (de direita e de esquerda) o avesso da democracia? Debata.



Na fotografia, parada militar organizada para comemorar o 50º aniversário de Hitler, em 1939. As grandes cerimônias públicas eram um dos meios utilizados para a difusão do nazismo.

Situação explosiva

Durante a década de 1920, houve a ascensão ao poder de regimes totalitários na Europa. Em que contexto histórico isso ocorreu?

Os governos dos países envolvidos na Primeira Guerra Mundial tinham de administrar problemas sociais e econômicos graves e de difícil solução.

Havia a necessidade de reconstruir obras públicas (edifícios, estradas, pontes etc.), restabelecer a produção industrial, criar empregos e pagar dívidas de guerra, contraídas, principalmente, com os Estados Unidos.

Agravando a situação, muitos países europeus foram afetados pela recessão estadunidense.

Essa crise do capitalismo favorecia a conquista de mais adeptos para o socialismo, que tinha ganhado vigor com o exemplo da Revolução Russa.

Nesse cenário, a tensão e os conflitos sociais tornaram-se cada vez mais profundos e vários governos europeus, em sua maioria democráticos e liberais, não estavam conseguindo administrar seus problemas.

Tudo isso preocupava as elites desses países (como industriais, banqueiros, grandes comerciantes e latifundiários), que resolveram, então, dar seu apoio a políticos autoritários, capazes de, na concepção deles, formar governos fortes e restabelecer a ordem social e capitalista. Com a promessa de emprego e de melhoria das condições de vida, muitos trabalhadores também aderiram às ideologias totalitárias.

Fascismo na Itália

Após a Primeira Guerra Mundial, o governo da Itália teve de enfrentar o saldo doloroso do conflito: cerca de 700 mil mortos, 500 mil feridos e dívidas enormes contraídas com os bancos dos Estados Unidos e da Inglaterra. Além disso, a miséria, a inflação e o desemprego afetavam operários e camponeses, provocando grande agitação social.

Foi nesse clima de instabilidade e de descontentamento que se deu a ascensão de Benito Mussolini (1883-1945), considerado um dos fundadores do movimento fascista.



VLADIMIR POLKÓVNIKOV. MORTE AO FASCISMO. 1930. MUSEU RUSSO, SÃO PETERSBURGO

Morte ao fascismo. Propaganda stalinista de autoria de Vladimir Polkóvnikov (1930). Palavras de ordem e cores vivas eram características básicas do realismo socialista.

Ascensão de Mussolini

Filho de um ferreiro adepto dos ideais socialistas, Mussolini havia pertencido ao Partido Socialista Italiano, de onde foi expulso devido a suas posições antipacifistas nos anos da Primeira Guerra Mundial. Em março de 1919, fundou uma organização política denominada *fasci di combattimento* (esquadrões de combate), composta principalmente de ex-combatentes e desempregados desiludidos. Para isso, contou com o apoio financeiro de alguns industriais italianos. Essa organização daria origem, em novembro de 1921, ao Partido Nacional Fascista.

Mussolini e seus companheiros de partido apresentavam-se como a solução para a crise italiana. Afirmavam ser capazes de acabar com as greves operárias e a agitação dos socialistas e de encaminhar a economia do país ao crescimento, o que conquistou o apoio de industriais e proprietários rurais. Em 1922, Mussolini chegou ao poder na Itália.

Ideologia fascista

Segundo o próprio Mussolini, em 1919, o movimento fascista não tinha uma doutrina claramente elaborada. Era impulsionado por uma vontade de cunho nacionalista dirigida contra o liberalismo e o socialismo. Antiproletário, o movimento também atraiu parcela das classes médias conservadoras e da alta burguesia.

Aos poucos, porém, os fascistas foram definindo suas concepções sobre o modelo de sociedade a ser construído.

Neste modelo, o indivíduo deveria ser submisso às necessidades do Estado, que se tornaria, então, uma instituição poderosa, capaz de controlar, inclusive, a vida pública e a vida privada.



Cartaz de propaganda fascista criado pelo artista italiano Anselmo Ballester (1897-1974). Essa obra se assemelha a cartazes de propaganda nazista e stalinista.

Interpretar fonte

Valores fascistas

Leia o trecho a seguir retirado de um texto em que Mussolini expõe alguns princípios do fascismo.

O fascismo não acredita na possibilidade nem na utilidade de uma paz permanente. Somente a guerra exige, ao máximo, as energias humanas e imprime um sinal de nobreza aos povos. Para os fascistas, a vida é um combate incessante.

O essencial do fascismo é sua concepção de Estado. Tudo no Estado, nada contra o Estado, nada fora do Estado.

Se o liberalismo significa indivíduo, o fascismo significa Estado. Para nós, fascistas, o indivíduo está subordinado às necessidades do Estado. O fascismo luta para que o Estado seja forte, organizado e tenha, ao mesmo tempo, uma grande base popular.

O fascismo não é apenas fundador de instituições. É também educador. Pretende reconstruir o homem, seu caráter, sua fé. Para atingir esse objetivo, o fascismo conta com autoridades e disciplina capazes de penetrar no espírito das pessoas e aí reinar completamente.

MUSSOLINI, Benito. Fascismo: novo estilo de vida. In: *Le Monde Actuel*. Paris: P.U.F., 1963.

Com base no texto, segundo os princípios e valores fascistas, como deve ser a relação:

- a) do indivíduo com o Estado?
- b) do Estado com a educação dos jovens?
- c) do Estado e da sociedade com o mundo?

Governo de Mussolini

Historiadores costumam dividir o governo de Benito Mussolini em duas fases, considerando desde sua ascensão ao poder (em 1922) até a eclosão da Segunda Guerra Mundial (em 1939):

- **Primeira fase (1922-1924)** – marcada pela organização de milícias (tropas) fascistas, que promoveram uma série de atentados terroristas contra políticos de oposição. Outras características importantes dessa fase foram o nacionalismo extremado e a construção de um Estado autoritário.
- **Segunda fase (1925-1939)** – caracterizada pela implantação da ditadura fascista na Itália e pela repressão violenta aos protestos dos trabalhadores. Mussolini tornou-se o chefe supremo do Estado, sendo conhecido como Duce (em italiano, “aquele que dirige”). Tribunais especiais assumiram a missão de defender o Estado – dentre os instrumentos de repressão, dispunham da aplicação da pena de morte. O Estado podia intervir diretamente nas relações socioeconômicas, entre patrões e trabalhadores, por meio do código jurídico chamado *Carta del Lavoro* (Carta do Trabalho), de 1927.

O governo de Mussolini empenhou-se em impor à sociedade a doutrina fascista, por meio, principalmente, da educação pública. O ideal básico da educação fascista era conseguir a total obediência do indivíduo ao Estado: “Crer, obedecer e combater” era um dos lemas pedagógicos do fascismo.

À medida que o fascismo se firmou como regime, o governo ampliou o processo de transformação das instituições educacionais. Isso incluiu, por exemplo, a militarização da vida escolar e o lançamento, em 1929, de um livro didático único para as classes elementares.

Os militantes fascistas criaram associações para jovens, que promoviam festas, competições esportivas e desfiles paramilitares. De acordo com o estudioso italiano Franco Cambi, em todas essas ocasiões, o objetivo era exaltar o respeito às autoridades fascistas e sua doutrina social.¹

No campo econômico, o Estado fascista estimulou o crescimento, fomentando a indústria e a construção de obras públicas (como autoestradas) e fortalecendo a moeda italiana (a lira). Esse esforço de recuperação econômica foi abalado pelos reflexos da Crise de 1929, que atingiram a Itália a partir de 1930. Houve queda dos níveis da atividade produtiva e crescimento do desemprego no país.

O governo de Mussolini reagiu à depressão aumentando a intervenção estatal na economia. Isso ocorreu principalmente pela criação do Instituto para a Reconstrução Industrial, que incentivou os investimentos na indústria, especialmente na indústria bélica.

No plano externo, Mussolini conduziu a expansão colonial italiana na África. A Etiópia – invadida pelos italianos em outubro de 1935 – teve sua capital, Adis-Abeba, ocupada por tropas italianas em maio de 1936. Muitos dos governos dos países representados na Liga das Nações protestaram contra a invasão e, em represália, aprovaram sanções às transações comerciais da Itália. Isso, no entanto, não foi suficiente para deter o regime fascista.

1 Cf. CAMBI, Franco. *História da pedagogia*. São Paulo: Unesp, 1999. p. 579.

Nazismo na Alemanha

Após a Primeira Guerra Mundial, humilhada pela derrota e pelas duras condições impostas pelo Tratado de Versalhes, grande parte da sociedade alemã enfrentou os anos 1920 com imensas dificuldades econômicas e sociais. Era o período político da história da Alemanha conhecido como República de Weimar. Weimar é a cidade alemã onde foi redigida a Constituição de 1919, que deu origem ao regime republicano.

Terminada a guerra, a população alemã passou por um período de enormes dificuldades em decorrência do pagamento de indenizações aos países vencedores, da desmobilização de milhões de soldados, do elevado número de desempregados e de uma das mais altas taxas de inflação já conhecidas. Animados com o exemplo da Revolução Russa, diversos setores do operariado protestavam contra a situação social e a exploração capitalista em greves organizadas pelos partidos Comunista da Alemanha e Social-Democrata da Alemanha.

Temendo a expansão do socialismo, considerável parcela da elite política e econômica alemã passou a apoiar o Partido Nazista – autoritário e antidemocrático – liderado por Adolf Hitler. Os partidários do nazismo eram também chamados de nazis. A palavra nazi é formada de duas sílabas extraídas da palavra alemã *Nationalsozialistische* (Nacional-Socialista), que compõe o nome do partido liderado por Hitler. Daí derivaram-se os termos nazista e nazismo.

Ascensão de Hitler

Adolf Hitler (1889-1945) nasceu em Braunau, na Áustria, e residiu em Viena de 1909 a 1913, onde procurou ingressar na Academia de Belas Artes. Não conseguindo atingir seu objetivo, mudou-se para Munique e, em 1914, alistou-se como voluntário no Exército alemão. Ferido em combate na Primeira Guerra Mundial, foi condecorado com a medalha Cruz de Ferro.

Ao final da guerra, Hitler retornou a Munique e passou a trabalhar em um departamento de imprensa e propaganda das Forças Armadas alemãs. Em setembro de 1919, filiou-se ao Partido dos Trabalhadores Alemães, rebatizado em 1920 como Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães. Em julho de 1921, Hitler tornou-se chefe absoluto desse partido, também conhecido como Partido Nazi.

Em novembro de 1923, os nazistas promoveram, sem sucesso, um golpe militar (*putsch*) para derrubar o governo alemão. O *putsch* ocorreu em Munique e contou com a participação do general alemão Ludendorff. Hitler foi detido e condenado a cinco anos de prisão, mas conseguiu ser anistiado em menos de um ano.

Em 1925, Von Hindenburg elegeu-se chefe de Estado da Alemanha. Nos anos em que governou, não conseguiu realizar a estabilização política desejada nem superar as dificuldades econômicas do país, herdadas da Primeira Guerra Mundial: perdas territoriais, dívidas de guerra, indústria abalada, altos índices de desemprego etc. Os nazistas aproveitaram-se dessa situação para fazer duras críticas à ineficiência do governo, o que lhes rendeu a maior bancada do Parlamento (38% dos deputados) nas eleições de julho de 1932.

A tumultuada situação política e social no final desse ano favoreceu a ascensão de Hitler ao poder. Com a aprovação do presidente Hindenburg, que havia sido reeleito, ele foi nomeado chanceler, em 30 de janeiro de 1933. Era o início do período da história alemã que ficou conhecido como Terceiro Reich, denominação adotada pelo próprio Hitler.

Doutrina nazista

Antes de se tornar chanceler, enquanto estava detido, Hitler escreveu o livro *Mein Kampf* (Minha luta), que se tornou a obra fundamental do nazismo. Nesse livro, foram expostas as bases da doutrina nazista — um conjunto de ideias autoritárias e pseudocientíficas. Algumas dessas ideias autoritárias eram as seguintes:

- **Superioridade da raça ariana** – teoria de que o povo alemão descenderia, supostamente, de uma “raça superior” (os arianos) e, por isso, teria o direito de dominar as “raças consideradas inferiores” (judeus, eslavos etc.).
- **Antissemitismo** – ideia de que os judeus (ou semitas) fazem parte de uma “raça inferior” e, por isso, poderiam corromper e destruir a suposta “pureza” alemã. Propunha que relações sexuais e casamentos entre judeus e alemães deveriam ser proibidos, e os judeus, aniquilados.
- **Total fortalecimento do Estado** – ideia de que o indivíduo deve submeter-se totalmente à autoridade soberana do Estado, personificado na figura do *Führer* (chefe supremo).
- **Expansionismo** – tese segundo a qual o povo alemão teria o direito de conquistar seu espaço vital, ou seja, expandir militarmente seu território para, inclusive, reunir as comunidades alemãs que se encontravam em outros países e sustentar seu crescimento.

Quanto à educação, Hitler pregou, no *Mein Kampf*: “O povo alemão, hoje destruído, morrendo, entregue, sem defesa, aos pontapés do resto do mundo, tem absoluta necessidade da força que a confiança em si proporciona. Todo o sistema educacional deve ter como objetivo dar às crianças de nosso povo a certeza de que são absolutamente superiores aos outros povos”.

Fotografia de juventude hitlerista durante comício na Alemanha por volta de 1934.



UNIVERSAL HISTORY ARCHIVE/GETTY IMAGES

Em destaque Ódio racial

O jornal inglês *The Times* publicou, em 1933, uma notícia sobre a humilhação sofrida por uma jovem alemã, fruto do antissemitismo nazista.²

Segundo o texto, no dia 13 de agosto daquele ano, quem estivesse no centro da cidade de Nuremberg poderia ter assistido à cena de uma jovem alemã, cabeça raspada, sendo arrastada pelas ruas por soldados nazistas, que a obrigavam a carregar um cartaz com a seguinte frase: “Entreguei-me a um judeu”. A jovem é descrita pelo jornal como magra, frágil e, apesar das condições em que se encontrava, bonita.

Os soldados nazistas a escoltavam pelas principais ruas da cidade, de restaurante em restaurante, e eram seguidos por uma multidão de aproximadamente 2 mil pessoas. Nesse trajeto, a jovem teria perdido os sentidos várias vezes, mas foi reanimada e erguida pelos soldados para que todos os transeuntes pudessem vê-la e insultá-la de várias maneiras.

- O texto descreve uma situação de violência contra uma jovem no contexto do nazismo. Em sua opinião, as sociedades atuais conseguiram acabar com situações de preconceito e ódio racial como a descrita no texto? Debata.

Implantação da ditadura nazista

Ao se tornar chanceler, Hitler empenhou-se em consolidar o poder alcançado pelo Partido Nazista.

Para isso, utilizou como principais recursos as técnicas da propaganda de massa e a violência opressiva ou explícita contra os adversários do regime.

A propaganda nazista foi conduzida por Joseph Goebbels, titular do Ministério da Educação do Povo e da Propaganda, que exercia controle sobre as instituições educacionais e os meios de comunicação.

Goebbels empregava métodos desonestos e sensacionalistas para divulgar a doutrina nazista. Seus adver-

sários afirmavam que ele seguia o lema: “Uma mentira dita cem vezes torna-se verdade”.

O uso da violência contra os adversários políticos do nazismo ficava a cargo principalmente da Gestapo (Polícia Secreta do Estado), que tinha poderes para prender e executar os suspeitos de deslealdade contra o governo nazista.

Assim, impondo a ideologia nazista e esmagando as oposições, em dezembro de 1933, o Partido Nazista tornou-se o único partido do Estado alemão. Com a morte de Hindenburg, em agosto de 1934, o chanceler Hitler assumiu também a presidência do país, tornando-se, então, o chefe supremo (*Führer*) da Alemanha.

Investigando

- Pensando na velocidade com que as informações se propagam pela internet, debata com os colegas os significados atuais do lema: “Uma mentira dita cem vezes torna-se verdade”.

Governo de Hitler

Durante seu governo, Hitler manteve rígido controle sobre diversos setores da sociedade alemã. Além da censura política e do controle sobre a educação, buscou impor os padrões e as ideias nazistas às artes plásticas, à música, à literatura, ao cinema e até mesmo à pesquisa científica.

O sistema educacional organizado pelo governo nazista, embora tivesse semelhanças com o do fascismo italiano, foi mais intensamente marcado pelo militarismo, pelo racismo e pelo antissemitismo.

Controlados duramente pelo governo, os professores alemães eram obrigados a aprender e ensinar os princípios nazistas (destacando-se a crença na “superioridade da raça ariana”), a inscrever-se na Liga Nazista dos Docentes e a prestar juramento de fidelidade ao *Führer*.

A doutrina nazista também era difundida por meio de diversas associações educativas, como a Juventude Hitlerista, que organizava entre os jovens alemães diversas competições esportivas, reuniões políticas e exercícios de preparação para a guerra.³

2 Cf. *The Times*. Londres, 28 ago. 1933.

3 Cf. CAMBI, Franco. op.cit. p. 579.

Além desse trabalho com a juventude, o governo nazista propagava sua ideologia entre a população em geral por meio dos discursos de Hitler para as multidões, das publicações do partido e dos grandes espetáculos criados para influenciar a opinião pública. Dentre estes, destacam-se desfiles militares e um conjunto de ritos pomposos, adotados para transmitir a ideia de ordem, disciplina e organização.

No plano econômico, Hitler dedicou-se à reabilitação do país, estimulando a agricultura e o crescimento da produção industrial, principalmente na área de armamentos.

No plano externo, desrespeitando as proibições do Tratado de Versalhes, o governo nazista militarizou rapidamente o país e, em 1938, iniciou sua política de expansão pela Europa. Com base na tese do espaço vital, sua primeira investida foi contra a Áustria, que conquistou sem luta militar em 1938. A política expansionista alemã desencadearia, um ano depois, a Segunda Guerra Mundial.

Interpretar fonte

Educação nazista

Observe a ilustração do professor e oficial nazista Julius Streicher (1885-1946).



Na representação de 1938, alunos alemães divertem-se ao expulsar da escola um grupo de crianças judias e seu professor, caricaturados.

1. Descreva como foram representados na imagem os judeus e os não judeus.
2. Identifique quais princípios da doutrina nazista estão sendo transmitidos aos jovens. Justifique.

Difusão do totalitarismo

Doutrinas totalitárias de inspiração nazifascista surgiram em diversas partes do mundo. Foi o caso da Espanha, de Portugal e mesmo do Brasil.

Espanha: ditadura de Franco

Na Espanha, o general Francisco Franco (1892-1975), apoiado por grupos representantes das mais tradicionais instituições da sociedade espanhola – o latifúndio, a Igreja Católica e o exército –, reuniu forças para lutar contra a República espanhola, instalada desde 1931.

Em consequência, uma sangrenta guerra civil explodiu em 1936, com o país sendo dividido em dois grupos antagônicos: republicanos, liberais e socialistas, de um lado, e monarquistas, fascistas e tradicionalistas, de outro, liderados por Franco. O conflito terminou em 1939, com a vitória das tropas de Franco (chamadas de franquistas), que haviam recebido apoio militar dos governos de Mussolini e Hitler.

Franco impôs, então, uma ditadura, sustentada por uma organização política denominada Falange, que existia desde 1933. Os falangistas passaram a exercer controle autoritário sobre diversos setores da vida social: educação, sindicalismo, meios de comunicação e órgãos de segurança.

Esse regime totalitário – apesar das mudanças ocorridas ao longo dos anos – seria mantido até a morte de Franco, quando então a monarquia parlamentar na Espanha foi restaurada, com eleições democráticas, disputadas por diversos partidos políticos.



Cena do filme *El largo invierno*, que retrata a história de uma família de classe média que vive na Espanha durante o governo de Franco. (Direção de Jaime Camino, França/Espanha, 1992, 135 min.)

Portugal: ditadura de Salazar

Em Portugal, António de Oliveira Salazar assumiu, em 1932, a presidência do Conselho de Ministros, cargo equivalente ao de primeiro-ministro. Concentrou, então, todos os poderes, conduzindo a vida política do país como chefe de governo até 1968, quando se afastou por problemas de saúde.

A ditadura implantada por Salazar teve como base jurídica a Constituição de 1933, com a qual teve início o período da história portuguesa conhecido como Estado Novo. O ditador acabou com a atividade dos diversos partidos políticos portugueses existentes, instituindo um partido único: a União Nacional. O movimento dos trabalhadores passou

a ser, então, severamente controlado pelo Estado.

A democratização política de Portugal desenvolveu-se somente com a Revolução de Abril de 1974, ocorrida quatro anos após a morte de Salazar (1970). A Revolução de Abril também ficou conhecida como Revolução dos Cravos.

Brasil: integralismo e Estado Novo

No Brasil, a ideologia nazifascista foi assimilada pela Ação Integralista Brasileira, fundada por Plínio Salgado em 1932. Com o apoio dos integralistas, Getúlio Vargas implantaria a ditadura do Estado Novo em 1937, como veremos no capítulo 8.

Interpretar fonte

Destruição de Guernica: ensaio militar nazista

Durante o processo de aproximação entre Hitler e Mussolini, forças militares da Alemanha e da Itália foram enviadas à Espanha para lutar a favor das tropas do general Francisco Franco, na Guerra Civil.

Conforme vimos anteriormente, Franco conduzia suas forças contra a república espanhola, eleita pela maioria dos espanhóis e composta, em grande parte, de grupos políticos de orientação socialista.

Combater na Espanha foi uma boa oportunidade para o governo nazista testar suas armas. Exemplo disso foi o massacre que a aviação alemã protagonizou contra os habitantes – a maioria camponeses – da pequena cidade de Guernica, situada no norte da Espanha, em abril de 1937. Em poucas horas de ataque, os bombardeios mataram quase um quarto da população local. O massacre foi uma demonstração de força – direcionada aos republicanos, aos socialistas e ao mundo –, do poderio militar alemão.

Esse episódio violento ficou celebrizado no quadro *Guernica*, do pintor e escultor espanhol Pablo Picasso (1881-1973), que expressa os horrores desse massacre. Conta-se que, em uma exposição em Paris, um representante do nazismo teria perguntado a Picasso se *Guernica* era sua obra. O artista teria respondido: “Não, é obra de vocês!”.



PABLO PICASSO. GUERNICA. 1937

Guernica. Óleo sobre tela de Pablo Picasso (1937). Representação do bombardeio alemão sobre a pequena cidade de Guernica durante a Guerra Civil Espanhola. Cerca de 7 mil pessoas foram mortas. Essa obra pertence ao acervo do Museu Nacional Centro de Arte Reina Sofia, em Madri, Espanha.

1. De que forma é representado o acontecimento que inspirou a obra?
2. Que impressões a imagem causa em você?

Vivenciar e refletir

1. Leia o texto:

[...] em 1937, a legião dos alemães nazistas posta à disposição do general Franco bombardeou a pequena cidade basca de Guernica, destruindo-a completamente. [...] Quando do cinquentenário desse fato, em 1987, fui ver em Guernica como se celebrava esta lembrança e como as pessoas representavam este episódio. [...] (Ao voltar) a Paris, acatei a sugestão de um de meus colegas de falar sobre esse assunto a alguns alunos [...]. Durante minha exposição perguntei: “Para vocês, o que é Guernica?”. Eles me responderam rápida e brevemente: “Guernica é um quadro!”. Efetivamente, a representação de Guernica – no espírito de muita gente que não tem mais o cuidado de saber exatamente de onde isto surgiu – é um quadro de Picasso. [...] Guernica tornou-se a representação de um fato preciso. O fato preciso está esquecido, a representação continua. [...] É evidente que há a representação, mas não se pode esquecer do fato.

D’ALESSIO, Marcia Mansor. *Reflexões sobre o saber histórico*: Pierre Vilar, Michel Vovelle, Madeleine Rebérioux. São Paulo: Unesp, 1998. p. 29-30.

- a) Em sua opinião, o que o autor do texto quis dizer com a seguinte frase: “O fato preciso está esquecido, a representação continua”?
- b) É possível citar outros exemplos em que a “representação” predomina sobre a lembrança do “fato preciso”? Discuta com seus colegas.
- c) Em sua opinião, é possível separar o “fato” de sua “representação” ou os dois se misturam? Comente.

2. Leia o texto escrito em 1930 por Sigmund Freud, médico que desenvolveu a teoria psicanalítica.

Os homens não são criaturas gentis que desejam ser amadas e que, no máximo, podem defender-se quando atacadas; pelo contrário, são criaturas entre cujos dotes instintivos deve-se levar em conta uma poderosa quota de agressividade. Em resultado disso, o seu próximo é, para eles, não apenas um ajudante potencial ou um objeto sexual, mas também alguém que os tenta a satisfazer sobre ele a sua agressividade, a explorar sua capacidade de trabalho sem compensação, utilizá-lo sexualmente sem o seu consentimento, apoderar-se de suas posses, humilhá-lo, causar-lhe sofrimento, torturá-lo e matá-lo. *Homo homini lupus* (O homem é o lobo do homem). Quem, em face de toda sua experiência da vida e da história, terá coragem de discutir essa asserção?

FREUD, S. O mal-estar na civilização. In: *Os pensadores*. São Paulo: Abril, 1978. p. 167.

- a) Considerando que o texto foi concebido no período pós-Primeira Guerra Mundial e na época de ascensão dos regimes totalitários, que resposta você daria à afirmativa (asserção) final de Freud?
- b) Converse com os colegas: Você concorda com a concepção de ser humano esboçada no texto? Justifique sua resposta.

Diálogo interdisciplinar

Diálogo interdisciplinar com Arte.

3. Estas imagens retratam cenas alusivas ao nazismo, fascismo e stalinismo.



Multidão saudando Hitler. Nuremberg, na Alemanha, em 1937.



Manifestação de apoio a Mussolini. Milão, na Itália, por volta de 1930.



Cartaz de propaganda política com o título “Sob a liderança do grande Stalin”, de B. Beresovski, 1951.

- a) Descreva os elementos comuns que você percebe nas três cenas.
- b) Em grupo, comparem o fascismo (Itália), o nazismo (Alemanha) e o stalinismo (URSS). Destaquem semelhanças e diferenças entre esses regimes políticos. Depois, elaborem um texto sobre o assunto.

Diálogo interdisciplinar com Geografia, Sociologia e Filosofia.

4. A “superioridade racial” e a consequente eliminação de grupos étnicos são ideias que se manifestaram apenas no nazismo? Pesquise o significado da palavra genocídio. Haveria outros conflitos que guardam semelhança com processos de violência que podem ser chamados de genocídio? Justifique sua resposta.

Diálogo interdisciplinar com Arte.

5. Sob a orientação do professor, assista ao filme *O Grande Ditador* (Estados Unidos, 1940), com direção e atuação de Charles Chaplin, e discuta com os colegas as questões a seguir.

- a) O filme inicia-se com os seguintes dizeres: “Esta história decorre entre duas guerras mundiais, período em que a demência se desprende, a liberdade se estranhou e a humanidade foi atormentada”. Em seguida, é introduzida uma sátira ao totalitarismo por meio do ditador Hynkel, personagem principal, na Tomânia. Em sua opinião, quem seria a inspiração real para o personagem do ditador Hynkel? E qual país real seria aquele cujo nome no filme é Tomânia? Apresente cenas nas quais se torna possível a averiguação dessas semelhanças.
- b) Como é retratada a vida dos judeus no gueto?
- c) Como a amnésia do barbeiro judeu pode ser um fator de humor no filme?
- d) Em sua opinião, como a célebre cena de Hynkel brincando com um globo terrestre pode se relacionar ao totalitarismo?
- e) É possível afirmar que, no filme, é retratada uma resistência dos judeus ao antissemitismo do governo? Justifique.
- f) Quem é o governante real representado por Benzino Napaloni? Como Charles Chaplin, diretor e ator do filme, satiriza o seu poder totalitário no encontro com Hynkel, na Tomânia?
- g) Em sua opinião, qual é a ironia contida no fato de o barbeiro judeu ser confundido com Hynkel?

- h)** Leia um trecho do discurso final do barbeiro judeu quando ele se encontra no lugar do ditador Hynkel. Levando em conta que esse filme é de 1940, escreva um texto relacionando a crítica que o filme faz ao totalitarismo com o período histórico no qual ele foi realizado. Utilize este trecho de discurso como um dos pontos centrais de sua redação:

Por que havemos de odiar e desprezar uns aos outros? Neste mundo há espaço para todos. [...] O caminho da vida pode ser o da liberdade e o da beleza, porém nos extraviamos. A cobiça envenenou a alma dos homens, levantou no mundo as muralhas do ódio [...]. Criamos a época da velocidade, mas nos sentimos enclausurados dentro dela. A máquina que produz abundância tem-nos deixado em penúria. [...] Pensamos em demasia e sentimos bem pouco. Mais que de máquinas, precisamos de humanidade. Mais que de inteligência, de afeição e doçura. Sem essas virtudes, a vida será de violência e tudo será perdido. [...] Soldados! Não batalheis pela escravidão! Lutai pela liberdade! Vós, o povo, tendes o poder, o poder de criar máquinas, de criar felicidade! [...] Portanto, em nome da democracia, usemos desse poder, unamo-nos todos nós. Lutemos por um mundo novo. [...] Lutemos para libertar o mundo, abater as fronteiras nacionais, dar fim à ganância, ao ódio e à prepotência.

De olho na universidade

- 6.** (Enem-2009) Os regimes totalitários da primeira metade do século XX apoiaram-se fortemente na mobilização da juventude em torno da defesa de ideias grandiosas para o futuro da nação. Nesses projetos, os jovens deveriam entender que só havia uma pessoa digna de ser amada e obedecida, que era o líder. Tais movimentos sociais juvenis contribuíram para a implantação e a sustentação do nazismo, na Alemanha, e do fascismo, na Itália, Espanha e Portugal.

A atuação desses movimentos juvenis caracterizava-se:

- a)** pelo sectarismo e pela forma violenta e radical com que enfrentavam os opositores ao regime.
- b)** pelas propostas de conscientização da população acerca dos seus direitos como cidadãos.
- c)** pela promoção de um modo de vida saudável, que mostrava os jovens como exemplos a seguir.
- d)** pelo diálogo, ao organizar debates que opunham jovens idealistas e velhas lideranças conservadoras.
- e)** pelos métodos políticos populistas e pela organização de comícios multitudinários.

Segunda Guerra Mundial

No final de 1939, iniciou-se a Segunda Guerra Mundial, um dos maiores conflitos armados da história da humanidade. Essa guerra resultou na morte de milhões de pessoas (entre civis e militares), além de feridos, órfãos e refugiados. No fim da guerra, bombas atômicas foram lançadas sobre as populações de duas cidades japonesas.

O que teria levado os governos de diversos países a entrarem nessa guerra?



ALBUMIAG - IMAGENS FOTODARENA/COLEÇÃO PARTICULAR

Caim ou Hitler no inferno. Óleo sobre tela de George Grosz, de 1944.

Treinando o olhar

1. Observando a imagem, é possível inferir que o autor desta obra, George Grosz, era a favor do nazismo ou contra ele? Justifique.
2. Em sua opinião, qual seria o significado do título da obra?

Antecedentes

O caminho para a guerra

A Segunda Guerra Mundial foi um conjunto de confrontos bélicos que envolveu cerca de 58 países de várias regiões do planeta entre os anos de 1939 e 1945. As principais batalhas foram travadas na Europa, no norte da África e no Extremo Oriente.

Durante o conflito, formaram-se dois blocos (ou alianças) rivais entre as potências beligerantes:

- **Potências do Eixo** – bloco formado pela Alemanha, pela Itália e pelo Japão;
- **Potências Aliadas** – bloco formado pelos países Inglaterra, Estados Unidos e União Soviética, além da China, em menor escala, e da França, invadida e ocupada pelos alemães durante quase todo o conflito.

Investigando

- Você já leu livros ou assistiu a filmes sobre a Segunda Guerra Mundial? Quais? Conte aos colegas o enredo deles.

Feridas da guerra

Historiadores apontam que a Segunda Guerra foi, em diversos aspectos, o resultado de disputas mal resolvidas desde a Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

Os governos dos países vencedores tinham imposto, por meio do Tratado de Versalhes, duras condições às nações derrotadas, especialmente à Alemanha, considerada responsável pelo conflito. Muitos alemães sentiram-se humilhados com as imposições desse tratado. No momento em que a economia da Alemanha atravessava grave crise, o líder político Adolf Hitler fez despertar o sentimento de revolta da população. Apelando para o orgulho nacional, ele alcançou o poder e fortaleceu o Estado nazista. Entre os principais objetivos do governo hitlerista estavam o de desafiar as imposições do Tratado de Versalhes e romper o domínio internacional dos países do grupo vencedor da Primeira Guerra, especialmente França e Inglaterra.

Fragilidade da Liga das Nações

Como vimos no capítulo 1, sem a adesão de várias potências, a Liga das Nações não conseguiu reunir a força política necessária para cumprir seu papel na manutenção da paz mundial.

Entre os países ausentes da Liga das Nações estavam os Estados Unidos. Adotando uma política isolacionista, o governo estadunidense preferia concentrar suas atenções na América Latina e na Ásia.

Já a presença da União Soviética na Liga das Nações era vista com desconfiança pelos governantes dos

países capitalistas ocidentais, para os quais o socialismo soviético era uma espécie de “epidemia social” que poderia contaminar os trabalhadores do mundo. Em 1939, a União Soviética foi expulsa da organização.

Assim, a Liga das Nações acabou sendo controlada pelos representantes da Inglaterra e da França, vencedores da Primeira Guerra, que aproveitaram as condições favoráveis para fortalecer seus impérios coloniais.

Expansionismo das ditaduras

Durante a década de 1930, os governos totalitários da Alemanha e da Itália e o regime militarista do Japão buscaram um alto grau de disciplina social em seus países, dirigindo seus esforços para a recuperação econômica e o desenvolvimento militar. No plano externo, empenharam-se em modificar a ordem internacional estabelecida pelos vencedores da Primeira Guerra, implementando uma política de expansão territorial, militar e econômica.

Os governos da Inglaterra e da França, por sua vez, adotaram no início uma política de apaziguamento em relação a esse expansionismo. Historiadores interpretam que isso foi feito porque, de modo geral, os dirigentes ingleses e franceses poderiam se beneficiar da ordem internacional em vigor e pretendiam evitar um novo conflito bélico.

O resultado não foi o esperado, pois foi exatamente a expansão contínua dos governos totalitários que acabou por fomentar, de modo geral, o início da guerra. Veja a sucessão de acontecimentos favoráveis ao estopim da guerra.

Expansão japonesa

Desde a última década do século XIX, os governantes do Japão vinham expandindo seus domínios pela Ásia, principalmente em direção à China. Em setembro de 1931, as forças japonesas iniciaram a invasão do reino da Manchúria (no leste asiático, entre a China e a União Soviética), que era apoiado pelos chineses.

Vitorioso nessa investida militar, o governo do Japão decidiu invadir, em julho de 1937, a China. Os chineses resistiram, dando início à chamada Guerra Sino-japonesa. A Liga das Nações chegou a condenar formalmente o expansionismo japonês, mas não conseguiu evitar os conflitos que se sucederam.

Expansão italiana

Em outubro de 1935, tropas italianas iniciaram a invasão da Abissínia (Etiópia), no leste da África. Em maio de 1936, quando tomaram a capital etíope, Adis-Abeba, Mussolini proclamou o rei italiano Vítor Emanuel III imperador da Etiópia.

Por iniciativa dos representantes da Inglaterra, a Liga das Nações impôs sanções econômicas à Itália, determinando um bloqueio a seu comércio internacional. Essa medida, porém, não alcançou o efeito proposto, pois o bloqueio foi desrespeitado por importantes nações. As empresas petrolíferas dos Estados Unidos, por exemplo, continuaram vendendo seu produto ao mercado italiano, enquanto os alemães forneciam-lhe carvão.

Desse modo, na sequência de seus planos expansionistas, o governo de Mussolini invadiu, em abril de 1939, a Albânia, anexando-a ao território italiano.

Expansão alemã

Com base na ideologia do “espaço vital”, o governo alemão – liderado por Hitler – planejou a trajetória expansionista da Alemanha nazista, cujo desdobraimento foi o início do conflito mundial. Veja como isso aconteceu.

• Renânia (1936)

Em março de 1936, Hitler ordenou que o exército alemão ocupasse a Renânia, região da Alemanha cortada pelo rio Reno, na fronteira com a França. O Tratado de Versalhes havia determinado que essa região deveria permanecer desmilitarizada, mas Hitler descumpriu tal determinação.

A maioria dos franceses não reagiu à ocupação da Renânia, pois estava politicamente dividida: havia conflitos internos entre os partidos de orientação marxista,

de base operária, e as forças políticas tradicionais, que se mostravam, inclusive, simpatizantes do fascismo.

Além disso, de modo geral, os generais franceses não se preocuparam com um eventual ataque alemão ao território da França. Muitos desses militares ainda confiavam nos métodos antigos utilizados pelo exército na Primeira Guerra, razão pela qual elaboraram uma estratégia de defesa com base na guerra de trincheiras, com exércitos imóveis garantindo suas posições. Ordenaram, assim, a construção de uma longa fortificação que percorria a fronteira entre a França e a Alemanha, conhecida como Linha Maginot.

Em novembro de 1936, Hitler firmou um pacto de amizade e cooperação com Mussolini, formando o denominado eixo Roma-Berlim. Pouco depois, no mesmo ano, assinou também um acordo com o Japão, para impedir a expansão do comunismo soviético (Pacto Anti-**Comintern**). Essa política de alianças culminaria com a assinatura do Pacto Tripartite entre as três nações em setembro de 1940 e a formação definitiva do chamado Eixo.

• Áustria (1938)

Em março de 1938, Hitler prosseguiu com sua política expansionista e anexou a Áustria à Alemanha, com o apoio do forte Partido Nazista austríaco, que preparou o caminho político para essa anexação, denominada *Anschluss* (união).

Os partidários da anexação alegavam que alemães e austríacos constituíam um único povo germânico e, portanto, deviam viver sob o comando de um mesmo Estado. A *Anschluss* foi confirmada por um plebiscito realizado na Áustria, em abril de 1938, demonstrando que o nazismo era popularmente aceito no país.

• Tchecoslováquia (1938-1939)

Logo depois, Hitler passou a reivindicar também a anexação da região dos **Sudetos**, que pertencia à Tchecoslováquia, mas era habitada por cerca de

Comintern: o mesmo que Internacional Comunista – organização criada por Lenin, em 1919, para apoiar a expansão do socialismo pelo mundo; é uma abreviação do nome em inglês Communist International (Komintern, em russo).

Sudetos: denominação de uma cadeia de montanhas que forma uma fronteira natural entre Alemanha, Polônia e República Tcheca, na divisão política atual da Europa. A região pertencia ao Império Austro-Húngaro até a Primeira Guerra Mundial. Com o desmembramento desse império, em 1919, passou a fazer parte da então recém-criada Tchecoslováquia.

3 milhões de alemães. O Estado nazista acusava as autoridades tchecas de oprimir os cidadãos alemães. O governo tcheco, por sua vez, afirmava que essa acusação era falsa e que constituía um argumento inventado por Hitler para ocupar a Tchecoslováquia.

Para discutir essa questão, convocou-se em setembro de 1938 a Conferência de Munique, que reuniu representantes das potências europeias. Dela participaram, além de Hitler e Mussolini, os primeiros-ministros Neville Chamberlain (Inglaterra) e Édouard Daladier (França). Os representantes do governo da Tchecoslováquia, principais interessados no tema em discussão, foram impedidos de participar da conferência.

Para os líderes tchecos, o resultado desse encontro era quase previsível. Franceses e ingleses decidiram ceder mais uma vez às ambições nazistas e concordaram com a anexação dos Sudetos pela Alemanha. Insistiam em manter a política de apaziguamento, talvez pensando que essa seria a última reivindicação territorial de Hitler. Sobre essa situação, o ministro inglês Chamberlain teria dito: “É a paz para nossa época”.

Seguindo ordens secretas de Hitler, os exércitos alemães não só ocuparam a região dos Sudetos, mas

também invadiram a Tchecoslováquia, em março de 1939, desrespeitando as decisões acordadas na Conferência de Munique.

• Polônia (1939)

As autoridades dos governos da França e da Inglaterra não reagiram energicamente contra as ações dos nazistas. É provável que não desejassem, ainda, se indispor frontalmente com o governo da Alemanha, pois suas atenções continuavam dirigidas àquele que consideravam ser o grande inimigo do mundo capitalista ocidental: o socialismo da União Soviética.

Para surpresa das lideranças ocidentais, representantes dos governos da União Soviética stalinista e da Alemanha nazista — inimigos ideológicos — assinaram, em agosto de 1939, um pacto de não agressão mútua. Não se sabia que eles também tinham acertado, secretamente, a divisão da Polônia e de outros países da região entre as duas potências.

Pouco tempo depois, em 1ª de setembro de 1939, tropas alemãs invadiram o território polonês pelo oeste, sendo seguidas pelas tropas russas, que, em 17 de setembro de 1939, invadiram o lado leste.

Interpretar fonte

Expansionismo nazista

Observe, a seguir, uma caricatura de Hitler produzida durante o expansionismo nazista.



Caricatura de 1938 representando Hitler e suas ambições em relação à Europa. O personagem sobre o dedo indicador de Hitler é, provavelmente, Mussolini.

- Como você interpretaria a caricatura, considerando a data em que ela foi feita e relacionando seus elementos com o que ocorria naquele momento na Europa?

Em destaque Irena Sendler

Irena Sendler (1910-2008) foi uma assistente social polonesa que salvou a vida de cerca de 2500 bebês e crianças judias durante o regime nazista.

Em 1940, ela teve permissão para entrar no Gueto de Varsóvia, onde mais de 380 mil judeus foram confinados pelos nazistas. Ali, Sendler e seus colaboradores organizaram o arriscado resgate das crianças judias.

Sofrendo com a falta de alimentos, maus-tratos e doenças, a maioria das crianças provavelmente morreria se permanecesse no gueto. Por isso, muitos pais consentiram em entregar seus filhos a Irena.

Após resgatar as crianças, a assistente social organizava uma lista com seus nomes e dados e procurava famílias polonesas que pudessem criá-las. Assim, posteriormente, as crianças adotadas conseguiriam recuperar suas histórias e identidades.

Descoberta pelos nazistas em 1943, Irena Sendler foi presa e torturada pela Gestapo. Ela não delatou seus cúmplices e, por isso, foi sentenciada à morte. No entanto, um grupo da resistência judaico-polonesa conseguiu libertá-la.

Depois da guerra, Sendler entregou a lista com os nomes das crianças a representantes do comitê de salvação dos judeus sobreviventes. Infelizmente, a maioria das famílias havia morrido nos campos de extermínio.

Em 2007, Irena foi indicada para o Prêmio Nobel da Paz e considerada uma heroína da guerra. Segundo autoridades polonesas, Irena ajudou a resgatar “as vítimas mais indefesas da ideologia nazista: as crianças judias”.



Fotograma do filme *O coração corajoso de Irena Sendler*, inspirado na vida dessa assistente social polonesa durante a Segunda Guerra Mundial (Direção de John Kent Harrison, EUA, 2009, 95 min).

- Elabore um breve texto relacionando as palavras protagonismo, resistência e mulher.

Guerra Mundial

Momentos decisivos do conflito

Dois dias depois do ataque alemão à Polônia, os governos da Inglaterra e da França declararam guerra à Alemanha.

Para diversos historiadores, esse teria sido o começo da Segunda Guerra Mundial, embora o conflito ainda se restringisse a confrontos entre essas três potências. O governo da Itália mantinha-se neutro, e o Japão lutava isoladamente contra a China.

Estudiosos consideram que, desde a declaração de guerra à Alemanha pelos governos inglês e francês até o final do conflito, a Segunda Guerra pode ser dividida em duas grandes fases:

- **Primeira fase (1939-1941)** – marcada, principalmente, pela rápida e eficiente ofensiva alemã, com a ocupação de vários países pelas forças nazistas;
- **Segunda fase (1942-1945)** – marcada pela entrada da União Soviética e, depois, dos Estados Unidos na guerra e pela “mundialização” do conflito, com a formação de dois grandes blocos de países (os que apoiavam o Eixo e os que apoiavam os Aliados). Essa fase terminou com a vitória dos Aliados.

Ofensiva alemã (1939-1941)

Os primeiros anos da guerra caracterizaram-se pela rápida ofensiva das forças nazistas. Foi a chamada guerra-relâmpago (*Blitzkrieg*) sobre as linhas de defesa adversárias, estratégia marcada pelo avanço veloz dos veículos blindados (*Panzers*), apoiados pelos bombardeios da *Luftwaffe* (força aérea alemã), e a chegada, por último, das tropas de ocupação, que consolidavam a vitória nazista.

Com a nova estratégia militar, os exércitos alemães, depois de dominar a Polônia, conquistaram rapidamente os seguintes países:

- **Dinamarca (9 de abril de 1940)** – os alemães utilizaram um poderoso ataque combinando forças navais, aéreas e terrestres, ao qual os dinamarqueses não conseguiram resistir.
- **Holanda (15 de maio de 1940)** – com a invasão alemã, a família real holandesa fugiu para Londres, formando um governo no exílio para coordenar a resistência contra os nazistas.
- **Bélgica (28 de maio de 1940)** – os exércitos ingleses e franceses que combatiam no norte do território belga foram obrigados a se retirar pelo porto de Dunquerque. Com a rápida chegada dos exércitos alemães, quase todo o equipamento militar inglês e francês foi tomado pelos nazistas. Na retirada, milhares de franceses foram aprisionados pelos alemães.
- **Noruega (10 de junho de 1940)** – apesar da heroica resistência, as tropas norueguesas foram vencidas pela superioridade dos armamentos alemães. O rei da Noruega fugiu para Londres, e os nazistas entregaram o poder a Vidkun.
- **França (14 de junho de 1940)** – contornando as defesas francesas posicionadas na Linha Maginot, os alemães invadiram a França e ocuparam Paris. Parte do território francês ficou diretamente sob o controle nazista, enquanto na outra parte formou-se um governo que colaborou com os alemães, comandado pelo marechal Pétain e sediado na cidade francesa de Vichy.

Segunda Guerra Mundial – Combates na Europa



Fonte: Atlas da história do mundo. São Paulo: Folha de S.Paulo/Times Books, 1995. p. 268.

Observar o mapa

- Com base no mapa e no conteúdo estudado no capítulo, identifique os países que:
 - se mantiveram neutros durante todo o conflito;
 - se aliam ao Eixo;
 - havia sido invadidos pela Itália antes do início do conflito;
 - foram invadidos pela Alemanha antes e durante o conflito.

Combates na Inglaterra e na África

No dia 3 junho de 1940, o governo da Itália declarou guerra à Inglaterra e à França, entrando no conflito do lado alemão. Dias depois, ocorreria a rendição francesa.

Historiadores consideram que, se descontarmos os países neutros (Irlanda, Portugal, Espanha), é possível dizer que, na Europa ocidental, restavam principalmente as forças da Inglaterra como grandes adversárias dos nazistas. Desde maio de 1940, o governo britânico era chefiado por Winston Churchill (1874-1965), que liderou o país durante a guerra. Ao assumir o governo, Churchill declarou: “Só tenho para oferecer sangue,

trabalho, suor e lágrimas. Temos perante nós longos meses de luta e sofrimento”.

Bombardeados violentamente dia e noite, os ingleses resistiam aos ataques comandados pelos nazistas. Na Batalha da Inglaterra (1940-1941), a aviação inglesa (*Royal Air Force – RAF*) conseguiu rechaçar os ataques da força aérea alemã.

No norte da África, entretanto, tropas alemãs e italianas, comandadas pelo general Rommel, do *Afrika Korps* (corpo expedicionário alemão na África), obtiveram significativas vitórias sobre os ingleses, ameaçando a dominação britânica no Egito.

Resistência europeia

Para se opor ao governo do marechal Pétain, considerado colaboracionista, formou-se a organização França Livre, liderada pelo general Charles de Gaulle, que representava as forças da resistência francesa no exílio. Instalado em Londres, o general De Gaulle conclamava os franceses, por meio da rádio britânica BBC, a lutar internamente contra a ocupação nazista. Também reuniu forças militares francesas sediadas no exterior, como a Legião Estrangeira, para participar de algumas batalhas.

Assim, aos poucos e em épocas diferentes, organizaram-se diversas formas de resistência à dominação nazista nos países europeus ocupados pelos exércitos alemães. Ocorreram desde manifestações pacíficas e espontâneas da população (como as dos dinamarqueses, que se retiravam dos bares assim que entrava um militar alemão) até a formação de milícias armadas para lutar diretamente contra os nazistas.

Em diversos lugares, a resistência armada, agindo na clandestinidade, procurava, por exemplo, destruir instalações alemãs por meio de sabotagem e guerrilhas – ações realizadas por pequenas tropas que utilizavam emboscadas.

Ataques à URSS e aos EUA

No ano de 1941, ocorreram dois fatos que mudaram totalmente os rumos e a dimensão do conflito:

- **invasão alemã à União Soviética** – no dia 22 de junho, rompendo acordos anteriores, tropas alemãs invadiram a União Soviética, o que motivou a reação militar soviética contra os nazistas;
- **ataque japonês a Pearl Harbor** – no dia 7 de dezembro, pressionados pelos embargos econômico e de fornecimento de petróleo por parte do governo dos Estados Unidos, os japoneses atacaram a base militar estadunidense de Pearl Harbor, no Haváí. No dia seguinte, o Congresso dos Estados Unidos aprovou a declaração de guerra contra o Japão.

Expansão do conflito (1942-1945)

Com a entrada das forças militares da União Soviética e dos Estados Unidos, a guerra ganhou proporções realmente mundiais. Foi só então que se formaram com maior clareza os dois grandes blocos antagônicos: o grupo de países que apoiavam as po-



HEINRICH HOFFMANN/ALBUWAKG-IMAGESFOTODARENA

Após a ocupação de Paris, Hitler deixa-se filmar ladeado pelo ministro do Armamento Albert Speer, à esquerda, e pelo artista plástico e escultor oficial do Terceiro Reich Arno Breker, à direita. Ao fundo, a torre Eiffel, o mais importante símbolo daquela cidade. Fotografia de 28 de junho de 1940.

tências do Eixo (Alemanha, Itália e Japão) e o grupo de países que apoiavam as chamadas potências Aliadas (Inglaterra, Estados Unidos e União Soviética, além de França e China). O Brasil também participou da guerra, nessa fase, ao lado dos Aliados.

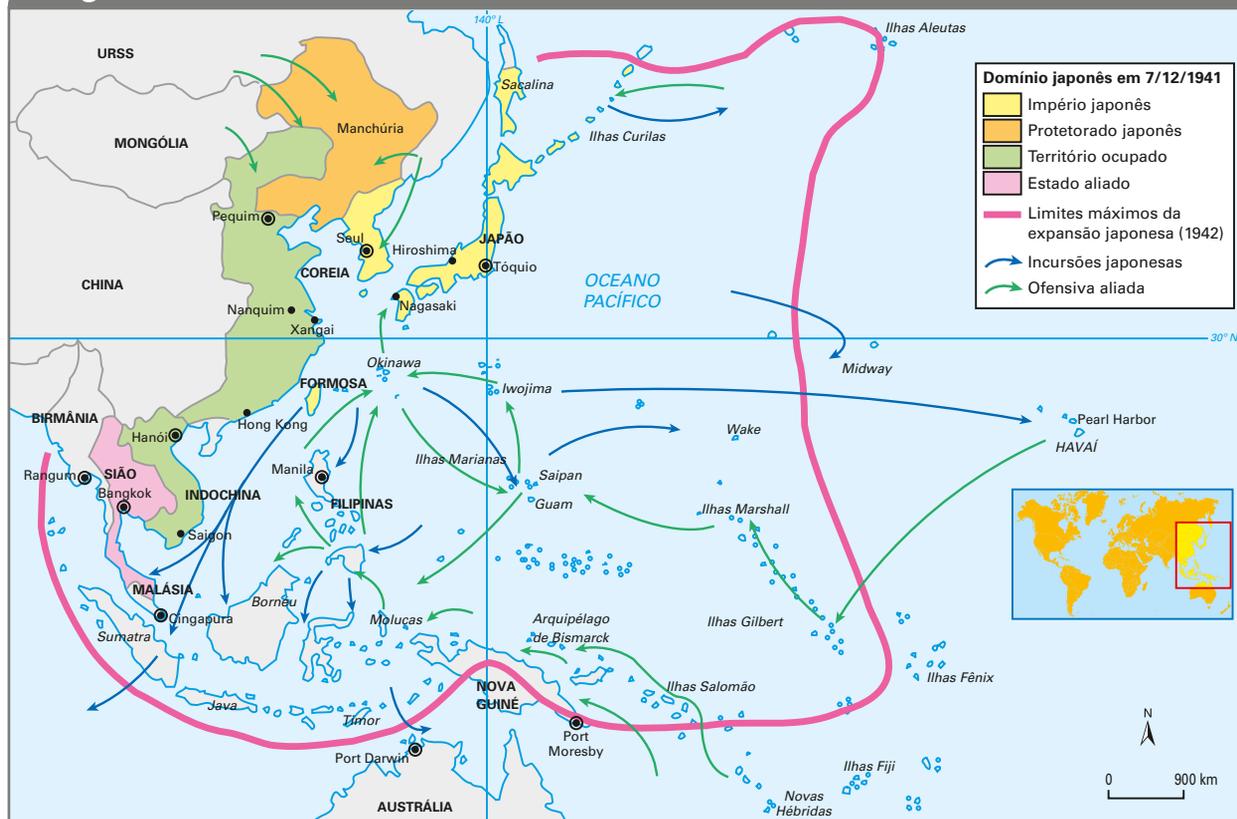
Avanço japonês no Pacífico

Causando grande destruição à frota estadunidense baseada em Pearl Harbor, os japoneses puderam, durante alguns meses, avançar sobre várias ilhas e regiões do Pacífico, conquistando Hong-Kong, Filipinas, Malásia, Tailândia, Cingapura, Indonésia, Vietnã, Laos e Camboja, entre outros locais.

Em junho de 1942, o Japão detinha a supremacia naval na região. Suas ações eram geralmente apoiadas pela força aérea japonesa.

A partir da segunda metade de 1942, após reorganizar sua frota no Pacífico, as forças dos Estados Unidos passaram a combater os japoneses com todo o seu poderio.

Segunda Guerra Mundial – A luta na Ásia



SIDNEI MOURA

Fonte: ALBUQUERQUE, Manoel Maurício de et al. *Atlas histórico escolar*. 8. ed. Rio de Janeiro: MEC/Fename, 1986. p. 157.

Observar o mapa

- Com base no mapa, que mostra as principais ofensivas da Segunda Guerra Mundial no Pacífico, identifique as ilhas, as regiões e os países que:
 - pertenciam ao Império Japonês;
 - eram protetorados do Japão;
 - foram ocupados pelo Japão durante a Segunda Guerra.

Derrota nazista na URSS

As mais terríveis batalhas da Segunda Guerra foram travadas na frente oriental europeia, entre alemães e soviéticos. Foi lá que o governo de Hitler concentrou a maior parte do exército nazista (cerca de 65%), seus melhores equipamentos militares e suas tropas de elite.

Entre junho de 1941 e agosto de 1942, os exércitos alemães – apoiados por aliados húngaros, finlandeses e italianos – avançaram de modo fulminante pelo território da União Soviética, aniquilando cerca de um terço de seu exército.

Segundo o historiador e general soviético Dmitri Volkogonov, calcula-se que na luta contra os nazistas tenham morrido de 26 a 27 milhões de pessoas, entre militares e civis, dos quais cerca de 10 milhões caíram nos campos de batalha ou morreram em prisões.¹

Em setembro de 1942, veículos blindados do exército alemão entraram na cidade de Stalingrado (atual Volgogrado), situada às margens do rio Volga, onde seria travada uma das mais sangrentas batalhas da Segunda Guerra. Os combates ocorreram inclusive no corpo a corpo entre as ruínas das ruas, casas, fábricas e edificações. Foram mais de dois meses enfrentando uma

¹ Cf. VOLKOGONOV, Dmitri. *Stalin – triunfo e tragédia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004. p. 523.

terrível resistência soviética, sem que os nazistas conseguissem dominar a cidade por completo. Receberam, porém, ordens diretas de Hitler para não retroceder.

Contraofensiva

Os soviéticos, por sua vez, recebiam ordens diretas de Stalin de “nenhum passo para trás”. Lutaram e resistiram até poderem organizar uma reviravolta nos combates. Assim, a partir de 19 de novembro de 1942, o exército soviético iniciou uma grande contraofensiva. O resultado foi a rendição das tropas alemãs, em fevereiro de 1943.

Com a Batalha de Stalingrado, pela primeira vez na guerra, um general alemão (Friedrich Paulus) e seu exército foram obrigados a se render. Acabava o mito da invencibilidade alemã.

Depois dos episódios de Stalingrado, os soviéticos tomaram a iniciativa dos ataques e foram conquistando, um a um, os territórios dos países antes controlados pelos nazistas: Finlândia, Bulgária, Hungria, Romênia, Polônia e Tchecoslováquia. Mantendo esse avanço, os soviéticos seriam os primeiros, no final da guerra, a entrar vitoriosamente em Berlim.

Interpretar fonte

Batalha de Stalingrado

Um tenente do exército alemão fez o seguinte relato sobre a violência dos combates em Stalingrado:

Para tomarmos uma única casa lutamos 15 dias, lançando mão de morteiros, granadas, metralhadoras e baionetas. Já no terceiro dia, 54 cadáveres de soldados alemães estavam espalhados pelos porões, pelos patamares e pelas escadas. Nossa frente é um corredor ao longo de quartos incendiados [...]. Pelas chaminés e escadas de incêndio das casas vizinhas é que chegam reforços. A luta não cessa nunca. De um andar para o outro, rostos enegrecidos pelo suor, nós nos bombardeamos uns aos outros com granadas, em meio a explosões, nuvens de poeiras e fumaça, montes de argamassa, em meio ao dilúvio de sangue, aos destroços de mobiliário de seres humanos. Perguntem a qualquer soldado o que significa meia hora de luta corpo a corpo numa peleja deste tipo. Depois imaginem Stalingrado oitenta dias e oitenta noites só de luta corpo a corpo. As ruas já não se medem por metros, mas por cadáveres [...]. Stalingrado já não é mais uma cidade [...] quando chega a noite [...] causticante de sangue e de gemidos, os cães lançam-se às águas do Volga e nadam desesperadamente à outra margem [...]. Só os homens resistem.

CLARK, Alain. Stalingrado – século XX. In: PEDRO, Antonio. *A Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Atual, 1994. p. 40-41.



SOVPHOTO/GETTY IMAGES

Nos arredores de Stalingrado (URSS), soldados russos avançam em direção às chamas. Eles lutam contra o exército alemão que pretendia conquistar a cidade. Fotografia de dezembro de 1942.

- Na Batalha de Stalingrado, as forças soviéticas ofereceram, durante mais de dois meses, dura resistência aos nazistas. Encontre frases no texto que exemplifiquem a dureza da batalha e a firmeza da resistência soviética.

Bombardeios sobre a Alemanha

Com a entrada dos Estados Unidos no conflito, toda a sua força industrial foi posta a serviço da guerra e dos Aliados. Milhares de navios, tanques e aviões, bem como toneladas de armamentos, foram produzidos pelas indústrias bélicas do país.

Em 1942, tiveram início bombardeios aéreos sistemáticos ingleses e estadunidenses sobre as grandes cidades alemãs. A intensidade desses ataques foi aumentando até 1945. Aos poucos, a aviação Aliada destruía as redes de comunicação e as zonas petrolíferas dos nazistas, paralisando, assim, a indústria bélica germânica.

Vitória Aliada na África

No norte da África, o general inglês Montgomery iniciou, em outubro de 1942, a contraofensiva às tropas do general alemão Rommel, do Afrika Korps.

Com Rommel e seus exércitos cercados pelas forças Aliadas, em 13 de maio de 1943, 252 mil soldados alemães e italianos foram obrigados a se render.

Conquista da Itália

Desembarcando na Sicília em julho de 1943, as tropas Aliadas, lideradas por estadunidenses e ingleses, iniciaram a invasão da Itália. Mussolini foi, então, preso e afastado do governo pelo Conselho Fascista, sendo designado para sucedê-lo o general Pietro Badoglio, que assinou um acordo de paz com os Aliados.

Mussolini ainda contava, porém, com a proteção dos alemães, que dominavam o norte do país. Um comando militar nazista libertou Mussolini, nos Abrúzios, levando-o para o norte da Itália, onde fundou a República Social Italiana, em setembro de 1943. Mussolini voltaria a ser preso por tropas italianas da resistência antinazista, sendo imediatamente executado, em 29 de abril de 1945.

Os Aliados continuaram a ofensiva em território italiano. Depois de reconquistar Roma, em junho de 1944, avançaram até o norte do país, onde tropas alemãs ainda ofereciam resistência. Sua rendição final ocorreria apenas em 2 de maio de 1945.

A Força Expedicionária Brasileira (FEB), com um efetivo de mais de 25 mil homens, participou da luta contra o nazifascismo durante essa campanha na Itália.

Invasão da Normandia

Em 1944, a França ainda estava ocupada pelos nazistas. Assim, uma nova frente de combate contra os alemães foi cuidadosamente planejada por ingleses e estadunidenses. No dia 6 de junho desse ano, tropas Aliadas desembarcaram nas praias da Normandia (noroeste da França) e iniciaram intenso ataque às tropas alemãs.

Historiadores consideram esse desembarque como a maior invasão militar marítima da história, com cerca de 3 milhões de soldados. O dia 6 de junho de 1944 ficou conhecido como Dia D (Dia da Decisão), que, na terminologia militar, significa a data escolhida para a realização de uma operação bélica.

Depois de controlar a Normandia, as tropas Aliadas foram avançando para o interior do território francês até libertar Paris, em 25 de agosto de 1944. Depois, seguiram em direção à fronteira com a Alemanha.



Rendição nazista

Mesmo diante da esmagadora pressão dos adversários, tanto na frente oriental (soviéticos) como na frente ocidental (ingleses, estadunidenses e demais aliados), o comando nazista, situado em Berlim, decidiu lutar até a morte. Para isso, promoveu uma mobilização maciça da população alemã, incluindo crianças, mulheres e idosos. Tribunais militares nazistas obrigavam a população a lutar.

Em 25 de abril de 1945, a cidade de Berlim estava totalmente cercada. Em 30 de abril, Adolf Hitler, sua mulher Eva Braun e o ministro Joseph Goebbels suicidaram-se. No dia 8 de maio de 1945, deu-se a rendição incondicional da Alemanha. Essa data é considerada na Europa o Dia da Vitória.

Soldados estadunidenses, em 6 de junho de 1944, o Dia D, prestes a desembarcar na Normandia, França. Ao fundo, pode-se observar formação proveniente de bombardeio.



Fotograma do filme *A queda! As últimas horas de Hitler*. Essa obra retrata os momentos finais da vida de Hitler. Pouco antes de seu suicídio, o ditador vivia em um *bunker* (abrigo militar) na cidade de Berlim. (Direção de Oliver Hirschbiegel, Alemanha/Austria/Itália, 2005, 156 min.)



SPULATINSTOCK

Fotografia colorizada da explosão atômica em Nagasaki, no Japão, em 9 de agosto de 1945.

Rendição japonesa

No Extremo Oriente, porém, a guerra prosseguiu, pois o Japão não se rendia, e já tinham se passado quase três meses desde o final do conflito na Europa. O governo e os líderes militares dos Estados Unidos, que desde o ataque a Pearl Harbor vinham combatendo os japoneses, decidiram desferir o golpe definitivo, em agosto de 1945.

Em uma demonstração ao mundo de seu poderio militar, os estadunidenses explodiram duas bombas atômicas em território japonês: a primeira em Hiroshima (6 de agosto), e a segunda em Nagasaki (9 de agosto). Nas duas cidades, morreram instantaneamente cerca de 160 mil pessoas. Tempos depois, milhares de pessoas viriam a morrer em consequência de doenças provocadas pela radiação nuclear daquelas bombas. A rendição incondicional japonesa ocorreu, finalmente, em 2 de setembro de 1945.

Segundo Harry Truman, presidente dos Estados Unidos na época, a bomba atômica foi utilizada para apressar a rendição do governo japonês. Entretanto, para muitos analistas, o uso da bomba atômica foi um crime de guerra cometido pelo governo dos Estados Unidos, cujo objetivo seria intimidar o governo da União Soviética e demarcar sua força política, tendo em vista a nova ordem internacional do pós-guerra, que começava a se estruturar.

Interpretar fonte

Descobrir a liberdade

Neste texto, o escritor italiano Umberto Eco conta como, após a prisão de Mussolini, descobriu o significado da liberdade. Nesse momento, o escritor tinha apenas 11 anos de idade.

Na manhã de 27 de julho de 1943 foi-me dito que, segundo informações lidas na rádio, o fascismo havia caído e Mussolini tinha sido feito prisioneiro. Minha mãe mandou-me comprar o jornal. Fui ao jornaleiro mais próximo e vi que os jornais estavam lá, mas os nomes eram diferentes. Além disso, depois de uma breve olhada nos títulos, percebi que cada jornal dizia coisas diferentes.

Comprei um, ao acaso, e li uma mensagem impressa na primeira página, assinada por cinco ou seis partidos políticos como Democracia Cristã, Partido Comunista, Partido Socialista, Partido de Ação, Partido Liberal. Até aquele momento pensei que só existisse um partido em todas as cidades e que na Itália só existisse, portanto, o Partido Nacional Fascista.

Eu estava descobrindo que, no meu país, podiam existir diversos partidos ao mesmo tempo. E não só isso: como eu era um garoto esperto, logo me dei conta de que era impossível que tantos partidos tivessem aparecido de um dia para o outro. Entendi assim que eles já existiam como organizações clandestinas.

A mensagem celebrava o fim da ditadura e o retorno à liberdade: liberdade de palavra, de imprensa, de associação política. Estas palavras “liberdade”, “ditadura” — Deus meu —, era a primeira vez em toda a minha vida que eu as lia. Em virtude dessas palavras renasci como homem livre ocidental.

ECO, Umberto. *Cinco escritos morais*. Rio de Janeiro: Record, 1988. p. 51-52.

- De acordo com o texto autobiográfico, como Umberto Eco, ainda menino, descobriu o sentido da palavra liberdade?

Breve balanço

Resultados da guerra e punição dos derrotados

Ao final do conflito, grande parte da Europa e algumas regiões da Ásia encontravam-se devastadas. Milhões de pessoas choravam seus mortos, feridos e inválidos, e outras tantas padeciam pela falta de alimentos e moradia. Haviam perdido tudo. Milhões de pessoas também foram desalojadas de seus países durante e após o conflito.

Segundo alguns historiadores, a Segunda Guerra produziu uma brutalidade assustadora, em uma escala nunca antes registrada: cerca de 55 milhões de mortos, 35 milhões de feridos, 20 milhões de órfãos e 190 milhões de refugiados. Por isso, conforme escreveu o historiador Marc Ferro: “cinquenta anos após o fim da Segunda Guerra Mundial, as sociedades ainda estão sob o choque de um conflito que as feriu profundamente. Sem dúvida, o ressentimento das nações se explica pela violência dos combates, pela vastidão dos dramas humanos, pela multiplicidade dos crimes cometidos.”²

Segunda Guerra: estimativas de vítimas militares de alguns países	
País	Combatentes mortos
União Soviética	13,6 milhões
Alemanha	4 milhões
Polônia	4 milhões
China	2,2 milhões
Japão	1,2 milhão
França	530 mil
Inglaterra	400 mil
Itália	400 mil
Estados Unidos	300 mil

Fonte: KINDER, Hermann; HILGEMANN, Werner. *Atlas histórico mundial: de la Revolución Francesa a nuestros días*. Madrid: Ediciones Istmo, 1982. p. 240.

Tribunal de Nuremberg

Ao final do conflito, uma das grandes preocupações dos governos das potências vencedoras foi o tratamento a ser dado aos líderes nazistas, considerados os principais causadores do conflito, além de responsáveis por crimes de guerra e contra a humanidade (definidos, então, como extermínio, escravidão, deportação, entre outros atos desumanos cometidos contra alguma população).

Assim, entre 1945 e 1946, instalou-se na cidade alemã de Nuremberg um tribunal militar internacional, conhecido como Tribunal de Nuremberg, que julgou mais de 20 dos principais líderes nazistas. Os julgamentos foram conduzidos por juízes britânicos, estadunidenses, soviéticos e franceses. Dentre os líderes nazistas, onze foram condenados à morte por enforcamento, e somente três receberam absolvição.

Holocausto ou Shoah

Também se realizaram nessa cidade julgamentos de colaboradores do nazismo, principalmente médicos. Calcula-se que centenas de médicos, desprovidos de senso ético, tenham atuado em campos de concentração nazistas, realizando experimentos pseudocientíficos com seres humanos, conduzidos de forma brutal. Foi durante esses julgamentos que o mundo tomou conhecimento dos horrores cometidos nesses recintos e soube da extensão do extermínio programado de milhões de pessoas pelos nazistas, o que ficou conhecido como holocausto. Os judeus preferem referir-se a esses acontecimentos pela expressão *Shoah* (“catástrofe”).

² FERRO, Marc. *História da Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Ática, 1995. p. 31.

Investigando

- A filósofa Hannah Arendt (1906-1975) concluiu que as formas de extermínio utilizadas pelo regime nazista eram práticas cientificamente programadas e racionalizadas da violência. A partir dessa análise, reflita: qual é a importância da ética na ciência?

Os campos de concentração e extermínio (como Auschwitz, Chelmno, Belzec, Sobibor e Treblinka) eram locais onde o governo nazista aprisionava os “indesejáveis” do regime: judeus, eslavos, ciganos, comunistas, homossexuais, deficientes físicos e mentais, entre outros, além de alemães que colaboravam com essas pessoas. Eram pessoas de todas as idades, desde crianças até idosos, submetidas a todo tipo de tortura, maus-tratos e humilhação. Por último, nos campos de extermínio, eram conduzidas à morte, utilizando-se para esse fim principalmente as câmaras de gás, disfarçadas com frequência como locais de banho.

Leia algumas anotações do engenheiro Kurt Gerstein, que trabalhava para os nazistas no campo de extermínio de Belzec, na Polônia, onde se estima que tenham sido exterminados cerca de 550 mil judeus:

SS: sigla formada a partir da expressão alemã Schutzstaffel, “escudo de proteção”, que designava uma organização militar vinculada ao partido nazista, a qual se tornou uma tropa de elite do regime nazista.

Eu estava de pé com o capitão Wirth, próximo às câmaras da morte. Homens, mulheres, crianças, pessoas com pernas amputadas, todos completamente nus, passavam diante de nós. Um forte militar das **SS** acompa-

nha essa gente e lhes dizia com voz suave: Não vai acontecer nada. Vocês devem respirar profundamente para fortalecer os pulmões; esta inalação é necessária para combater enfermidades e infecções [...]. Mas a maioria das pessoas compreendia o que estava acontecendo. Mães nuas com o pequeno filho ao peito; crianças de todas as idades; todos vacilavam, mas acabavam entrando nas câmaras da morte. A maioria caminhava em silêncio, empurrados pelos que vinham atrás e conduzidos pelas chicotadas dos militares das SS.

GERSTEIN, Kurt. Extratos de notas. In: GARAU, Estela; RODGERS, Susana Brauner. *Occidente y su legado*. Buenos Aires: Temas Grupo Editorial, 2005. v. II. p. 371.

Os cálculos sobre as vítimas do nazismo em campos de concentração variam muito. Os soviéticos, por exemplo, consideram que só em Auschwitz (Polônia), o maior desses campos, tenham morrido cerca de 4 milhões de pessoas. Já o trabalho de historiadores como Raul Halbug aponta um número entre 1,1 e 1,5 milhão, dos quais 90% eram judeus.

Qual foi a participação da Itália fascista nesse contexto de violências? Embora haja semelhanças entre o nazismo alemão e o fascismo italiano, é sabido que, diferentemente da Alemanha nazista, o governo fascista italiano nunca determinou o massacre coletivo de camadas inteiras de sua população.

Os fascistas cometeram crimes políticos dos quais foram vítimas alguns dos seus adversários declarados — como o deputado socialista Giacomo Matteotti, assassinado em junho de 1924 —, mas não construíram um sistema de campos de concentração para escravizar ou exterminar milhões de cidadãos, como fez o regime nazista.³

Outras medidas contra a Alemanha

As potências Aliadas também determinaram o pagamento de indenizações pelas nações do Eixo aos diversos países atingidos pela guerra, totalizando mais de 2 bilhões de dólares. A Alemanha teve seu território dividido e todos os seus recursos materiais e econômicos passaram a ser controlados pelas quatro potências Aliadas. Suas indústrias não puderam mais produzir armamentos militares.

Nos anos seguintes, uma nova ordem mundial começou a ser construída. Os países da Europa semidestruída perderam o poder político-econômico que haviam exercido até então. Os Estados Unidos e a União Soviética tornariam-se as nações mais poderosas do mundo, dando início a uma divisão ideológica internacional e à Guerra Fria.

3 Cf. REVEL, Jean-François. Biografia reinterpreta vida de Mussolini. In: *O Estado de S. Paulo*, 21 nov. 1999.

Vivenciar e refletir

1. Leia o trecho de um pronunciamento de Winston Churchill, primeiro-ministro da Inglaterra na época da Segunda Guerra Mundial:

Esta guerra, de fato, é uma continuação da anterior.

Winston Churchill, trecho de seu pronunciamento no Parlamento Inglês, 21 ago. 1941.

- a) Debata, em grupo, as relações históricas entre as duas guerras mundiais.
 - b) Elabore um texto comentando suas conclusões sobre o assunto.
2. Leia o texto:

Por fim, as potências vitoriosas [da guerra de 1914-1918] buscaram desesperadamente o tipo de acordo de paz que tornasse impossível outra guerra como a que acabara de devastar o mundo [...]. Fracassaram de forma mais espetacular. Vinte anos depois, o mundo estava de novo em guerra.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 39-40.

Por que o historiador Hobsbawm afirma que as potências vitoriosas de 1918 “fracassaram de forma mais espetacular” na busca de impedir outra guerra?

Diálogo interdisciplinar

Diálogo interdisciplinar com Língua Portuguesa e Literatura.

3. Anne Frank foi uma menina judia de treze anos que, durante a Segunda Guerra Mundial, viu-se obrigada, com sua família, a esconder-se num pequeno anexo a fim de não ser capturada pelos nazistas. Entretanto, em agosto de 1944, ela e os outros moradores do esconderijo foram capturados. Anne Frank faleceu no inverno de 1944-1945, num campo de concentração na Alemanha. O seu diário, conhecido como *O diário de Anne Frank*, é um dos principais testemunhos a respeito do terror vivido pelos judeus durante esse período bélico. Leia um trecho do início de seu diário, no qual Anne narra as dificuldades dos judeus que viviam na Holanda naquela época:

Depois de maio de 1940 os bons tempos foram poucos e muito espaçados: primeiro veio a guerra, depois a capitulação, e em seguida a chegada dos alemães, e foi então que começaram os problemas para os judeus. Nossa liberdade foi seriamente restringida com uma série de decretos antisemitas: os judeus deveriam usar uma estrela amarela; os judeus eram proibidos de andar nos bondes; os judeus eram proibidos de andar de carro, mesmo que fossem carros deles; os judeus deveriam fazer suas compras entre três e cinco horas da tarde; os judeus só deveriam frequentar Barbearias e salões de beleza de proprietários judeus; os judeus eram proibidos de sair às ruas entre oito da noite e seis da manhã; os judeus eram proibidos de comparecer a teatros, cinemas ou qualquer outra forma de diversão; os judeus eram proibidos de frequentar piscinas, quadras de tênis, campos de hóquei ou qualquer outro campo de atletismo; os judeus eram proibidos de ficar em seus jardins ou nos de amigos depois das oito da noite; os judeus eram proibidos de visitar casas de cristãos; os judeus deveriam frequentar escolas judias etc. Você não podia fazer isso nem aquilo, mas a vida continuava. Jacque sempre me dizia: “Eu não ousa fazer mais nada, porque tenho medo de que não seja permitido”.

FRANK, Anne. *O diário de Anne Frank*. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 17-18.

- a) Após a leitura do texto, comente o significado da seguinte frase: “Eu não ousa fazer mais nada, porque tenho medo de que não seja permitido”.
 - b) A partir do trecho do diário de Anne Frank e do conteúdo apresentado neste capítulo e no anterior, elabore uma redação com o seguinte tema: “O antisemitismo e o totalitarismo nas décadas de 1930 e 1940”.
- Diálogo interdisciplinar com Língua Portuguesa, Literatura e Arte.
4. Leia um poema de Vinicius de Moraes (1913-1980) sobre a bomba atômica em Hiroshima. Em seguida, leia um trecho do diálogo do filme francês *Hiroshima, mon amour* (1959), de direção de Alain Resnais:

A rosa de Hiroshima

Pensem nas crianças
Mudas telepáticas
Pensem nas meninas
Cegas inexatas
Pensem nas mulheres
Rotas alteradas
Pensem nas feridas
Como rosas cálidas
Mas, oh, não se esqueçam
Da rosa da rosa
Da rosa de Hiroshima
A rosa hereditária
A rosa radioativa
Estúpida e inválida
A rosa com cirrose
A antirrosa atômica
Sem cor sem perfume
Sem rosa, sem nada

MORAES, Vinicius. "A rosa de Hiroshima". In: *Nova antologia poética de Vinicius de Moraes*. Seleção e organização de Antonio Cícero e Eucanaã Ferraz. São Paulo: Companhia das Letras/Editora Schwarcz Ltda., 2008. p. 147. ©VVM e ©CIA.DAS LETRAS (Editora Schwarcz).

Trecho do diálogo do filme francês *Hiroshima, mon amour* (1959)

Assim como essa ilusão existe no amor, a ilusão de nunca esquecer eu tive, diante de Hiroshima. A ilusão de jamais esquecer, como no amor. [...] Eu vi a paciência, a inocência, a doçura aparente, com que os sobreviventes provisórios de Hiroshima se adaptavam a um destino tão injusto que a imaginação, em geral tão fecunda diante deles, se cala. [...] Como você também tentei lutar com todas as forças contra o esquecimento. Como você, eu esqueci. [...] Lutei por conta própria, com todas as forças, contra o horror de não entender o porquê dessa lembrança.

Hiroshima, mon amour (1959).

Refleta com seus colegas a respeito das ideias contidas em ambos os textos. Para aprofundar suas reflexões, faça uma pequena pesquisa sobre a obra de Vini-

cius de Moraes e sobre o filme *Hiroshima, mon amour*. Em seguida, faça uma redação com o seguinte tema: "A fundamental importância da memória e do saber histórico para as sociedades humanas".

Diálogo interdisciplinar com Geografia e Física.

5. Leia o texto, escrito pelo historiador Luis Ínigo Fernández:

O lançamento de duas bombas atômicas sobre o Japão, aliado da Alemanha, em agosto de 1945, impressionou tanto ao mundo como a Robert E. Lewis, copiloto do Enola Gay, o avião que lançou a primeira destas bombas, que se perguntou: "Meu Deus, o que nós fizemos?". Depois daquele dia, nada mais foi como antes.

FERNÁNDEZ, Luis Ínigo. *La historia de Occidente: contada con sencillez*. Madri: Maeva Ediciones, 2008. p. 269 (trecho traduzido pelo autor).

- O governo de que país foi responsável pelo lançamento das bombas atômicas sobre o Japão? Há explicações para esse fato? Comente sua resposta.
- Discuta em grupo que tipo de resposta você daria à pergunta exclamativa do piloto Robert Lewis, citada no texto.
- O risco de destruição do planeta pelo uso de armas nucleares tem sido discutido ao longo de décadas. Hoje, esse perigo está afastado ou sob controle? Que países dispõem de arsenal nuclear? Há ameaças de colocá-lo em uso? Pesquise e escreva um comentário com as suas conclusões.
- Converse com o professor de Física sobre o funcionamento, as possibilidades e os riscos do uso pacífico da energia nuclear. Pesquise sobre as operações das usinas nucleares brasileiras de Angra 1, Angra 2 e Angra 3, depois apresente para os colegas de sala as suas conclusões.

De olho na universidade

6. (Enem-2008)

Em discurso proferido em 17 de março de 1939, o primeiro-ministro inglês à época, Neville Chamberlain, sustentou sua posição política: "Não necessito defender minhas visitas à Alemanha no outono passado, que alternativa existia? Nada do que pudéssemos ter feito, nada do que a França pudesse ter feito, ou mesmo a Rússia, teria sal-

vado a Tchecoslováquia da destruição. Mas eu também tinha outro propósito ao ir até Munique. Era o de prosseguir com a política por vezes chamada de ‘apaziguamento europeu’, e Hitler repetiu o que já havia dito, ou seja, que os Sudetos, região de população alemã na Tchecoslováquia, eram a sua última ambição territorial na Europa, e que não queria incluir na Alemanha outros povos que não os alemães”.

Internet: <www.johndclare.net> (adaptado pela instituição).

Sabendo-se que o compromisso assumido por Hitler em 1938, mencionado no texto, foi rompido pelo líder alemão em 1939, infere-se que:

- a) Hitler ambicionava o controle de mais territórios na Europa além da região dos Sudetos.
- b) a aliança entre a Inglaterra, a França e a Rússia poderia ter salvado a Tchecoslováquia.
- c) o rompimento desse compromisso inspirou a política de “apaziguamento europeu”.
- d) a política de Chamberlain de apaziguar o líder alemão era contrária à posição assumida pelas potências aliadas.
- e) a forma que Chamberlain escolheu para lidar com o problema dos Sudetos deu origem à destruição da Tchecoslováquia.

Para saber mais

Na internet

- **Primeira Guerra Mundial – 100 anos:** <http://infograficos.estadao.com.br/especiais/100-anos-primeira-guerra-mundial/>
Site sobre a Primeira Guerra Mundial.
Em grupo, produzam um seminário sobre um dos temas indicados no menu superior da página (Sarajevo, Horror, Trincheiras, Tecnologia, Gás, Mártires, Culpa e Brasil).
(Acesso em: 22 jan. 2016.)

Nos livros

- **ZUSAK, Markus. *A menina que roubava livros*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.**
Ficção sobre uma jovem alemã que, diante da censura nazista, se arrisca para aprender a ler e descobrir o mundo dos livros. Levando em conta a história do livro, reflita: por que o regime nazista procurou controlar a educação dos jovens? Durante a ditadura de Hitler, por que alguns livros eram vistos como uma ameaça? Para os nazistas, a educação deveria emancipar ou doutrinar a população?

Nos filmes

- ***A lista de Schindler*. Direção de Steven Spielberg. EUA, 1993, 195 min.**

Baseado em fatos reais. Conta a história do empresário alemão Oskar Schindler, que salvou a vida de milhares de judeus, ao mesmo tempo que contava com o apoio dos nazistas. Em grupo, elaborem uma resenha sobre o filme, destacando a relação de Schindler com os judeus e os nazistas e também o cotidiano dos presos nos campos de concentração.

- ***Arquitetura da destruição*. Direção de Peter Cohen. Suécia, 1989, 121 min.**
Documentário sobre a estética e o pensamento nazista a partir das estratégias de Hitler e seus colaboradores para criar uma arte segundo os padrões de beleza do nazismo. Na sua interpretação, é possível perceber no filme uma crítica ao nazismo? Qual? Dê exemplos.
- ***Feliz natal*. Direção de Christian Carion. França, Alemanha, Reino Unido, Bélgica, Romênia, Noruega e Japão, 2005, 116 min.**
Baseado em fatos reais. No início da Primeira Guerra Mundial, soldados escoceses, franceses e alemães realizam um cessar-fogo para celebrar o Natal de 1914.
Com base nesse filme, formem grupos e expliquem a frase: “Os soldados daquelas trincheiras revelaram mais admiração por seus inimigos de batalha do que pelas autoridades de seu próprio país”.

República e sociedade

A República nasceu acenando com projetos de cidadania. Seria necessário construir uma sociedade baseada no trabalho livre e na educação ampliada, que garantisse acesso aos brasileiros antes excluídos em função de cor, religião, nascimento ou pobreza. No entanto, a utopia progressista foi em grande parte cerceada por racismos, coronelismos e clientelismos.

Apesar das dificuldades, o período republicano teve momentos decisivos na construção do Estado laico, na criação da Justiça Eleitoral e no avanço das lutas pelos direitos da mulher, dos negros e dos indígenas.

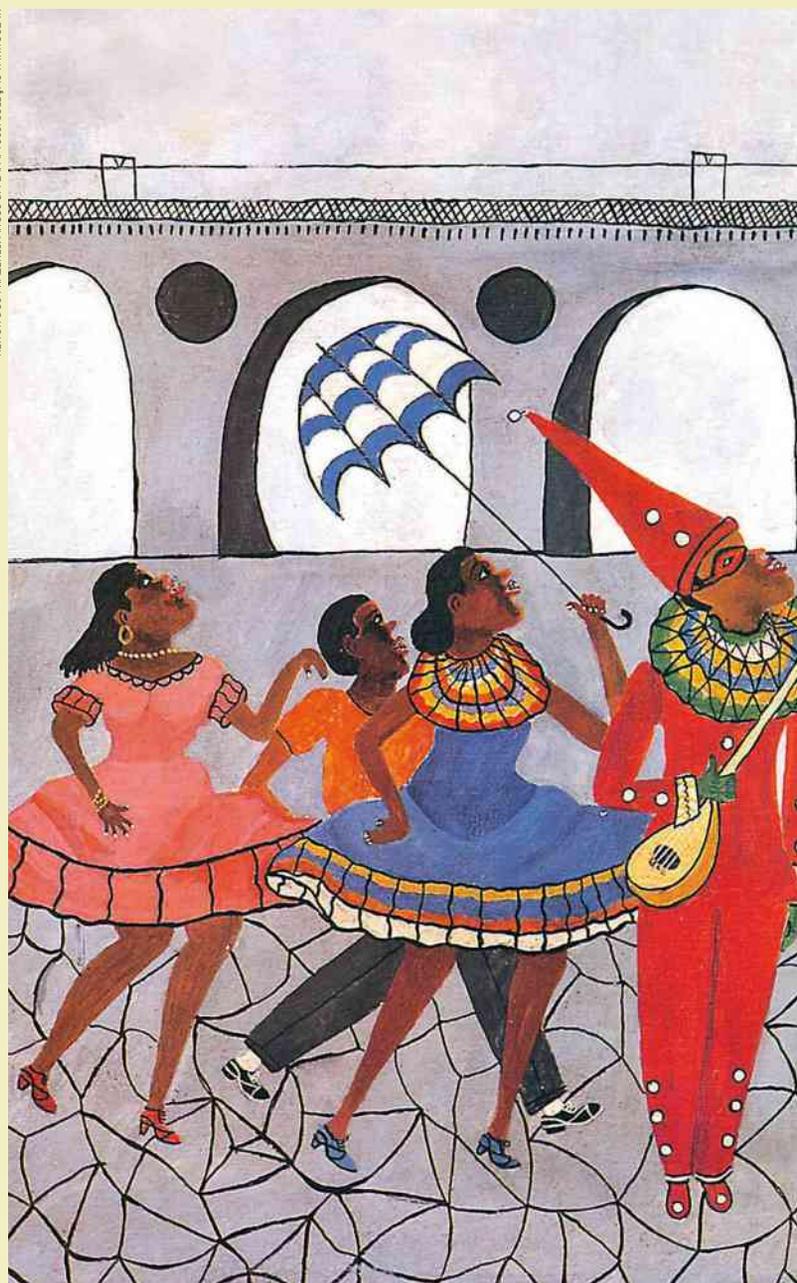
Ao longo do século XX, a população cresceu cerca de dez vezes: em 1900, era de 17,4 milhões; no ano 2000, era de quase 170 milhões. Refletindo melhorias nas condições gerais de saúde, a expectativa de vida mais que duplicou nos últimos cem anos: em 1910, era de 34 anos; em 2015, alcançou 75 anos.

O Império legou ao Brasil um território imenso, o quinto maior do mundo. Permanece a tarefa republicana de transformar esse país grande em um grande país: uma pátria mais justa e solidária.

Conversando

- Na sua opinião, quais são os principais desafios que a sociedade brasileira precisa enfrentar para transformar “esse país grande em um grande país”?

HETOR DOS Prazeres, Arcos da Lapa, 1965, Coleção Particular



Obra *Arcos da Lapa*, criada por Heitor dos Prazeres (1898-1966), em 1965. Este artista afro-brasileiro foi pintor e compositor de diversos sambas. O samba se consolidou como gênero musical brasileiro durante a Primeira República.



A instituição da República

No final do século XIX, a República foi implantada no Brasil. Entre outras medidas, os republicanos trocaram a bandeira do país, separaram a Igreja do Estado e fizeram uma nova Constituição.

Qual foi o alcance social das transformações republicanas?



Alegoria à proclamação da República e à partida da família imperial. Nesta obra de 1889, de autor desconhecido, Deodoro da Fonseca e outros líderes republicanos foram representados entregando a bandeira da República à Nação, simbolizada pela figura feminina.

Treinando o olhar

1. Nesta imagem estão representados, simultaneamente, dois momentos marcantes da história brasileira. Que momentos são esses? Em sua opinião, qual deles recebeu maior destaque? Como isso fica evidenciado?
2. Descreva o grupo de pessoas que aparentemente não participa de nenhum dos núcleos de ação. Como você interpreta essa representação?

Governo provisório e mudanças institucionais

A queda do regime monárquico e a proclamação da República ocorreram em um clima de ordem e concordância entre as elites. Provavelmente, a ideia dominante era mudar a forma de governo sem revolucionar a sociedade brasileira. Por isso, não houve interesse, por parte das elites, em convocar a população para participar desse processo.

Em um relato que ficou famoso, Aristides da Silveira Lobo, jornalista e ministro do primeiro governo republicano, expressou a ausência popular no dia em que foi proclamada a República. Ele conta que, naquela ocasião, o povo assistiu a tudo “bestializado”, supondo que estivesse vendo, talvez, uma parada militar.

Formação do novo governo

Na noite de 15 de novembro de 1889, formou-se um governo provisório republicano para dirigir o país. O novo governo, organizado por grupos de militares, de cafeicultores e de profissionais liberais, era liderado pelo marechal Deodoro da Fonseca, que deixara de ser monarquista às vésperas do golpe republicano.

Elaborou-se, então, um documento que proclamava as decisões tomadas pelo novo governo, declarando também suas intenções e objetivos. Embora esse documento qualificasse a instituição da República como uma “revolução nacional”, outras partes do texto contradiziam essa ideia. O documento deixava claro, por exemplo, que não haveria nenhuma transformação radical da sociedade e que a principal preocupação do governo provisório era defender a ordem pública já existente, a segurança e o direito dos

proprietários brasileiros e estrangeiros. Para acalmar possíveis temores dos países capitalistas, declarava, também, o compromisso do novo governo de pagar todas as dívidas que o antigo regime monárquico tinha com credores externos.

Primeiras providências

Entre as principais medidas adotadas pelo governo provisório, destacam-se:

- **a instituição do federalismo** – as províncias imperiais foram transformadas em estados-membros da federação. Com isso, teriam maior autonomia administrativa em relação ao governo federal, cuja sede recebeu o nome de Distrito Federal, situado no Rio de Janeiro;
- **a separação entre Igreja e Estado** – foi extinto o regime do padroado, por meio do qual o Estado controlava a Igreja Católica no país, e o catolicismo deixou de ser a religião oficial do Estado. Em consequência, foram criados o registro civil de nascimento e o casamento civil. Até então, havia apenas a certidão de batismo e o casamento religioso;
- **a criação de novos símbolos nacionais** – novos símbolos foram desenvolvidos para substituir os da Monarquia, como uma nova bandeira e um novo hino nacional;
- **a promulgação da lei da grande naturalização** – com a intenção de amenizar o sentimento antilusitano de boa parte da população brasileira urbana – sobretudo das camadas mais pobres, que se sentiam exploradas pelos portugueses, já que estes controlavam boa parte do comércio e dos imóveis de aluguel –, foi decretada, em dezembro de 1889, uma lei que declarava cidadãos brasileiros os estrangeiros residentes no Brasil. Quem não quisesse ser naturalizado brasileiro deveria manifestar-se no órgão competente.



PEDRO BRUNO. A PÁTRIA. 1919

A *Pátria*, obra de Pedro Bruno, de 1919. A esposa de Benjamin Constant, positivista republicano, foi representada costurando a nova bandeira do Brasil. A obra encontra-se no Museu da República, no Rio de Janeiro.

Em destaque **Bandeira nacional**

Com a proclamação da República, houve disputas entre grupos políticos para decidir qual seria a nova bandeira do Brasil. Prevaleceu a bandeira desenhada por Décio Villares, que foi instituída em 1889. Ela substituiu a bandeira imperial, criada pelo pintor francês Jean-Baptiste Debret e instituída em 1822.

Na bandeira do Império havia um retângulo verde preenchido por um losango amarelo ouro, dentro do qual estava o brasão imperial. O brasão era composto por diversos elementos: a cruz, a esfera armilar, a coroa, um ramo de café e um ramo de tabaco. Os ramos se referiam a produtos agrícolas produzidos e exportados pelo país na época.

A bandeira da República substituiu o brasão imperial por um círculo azul com estrelas, cortado por uma faixa branca. As 21 estrelas equivaliam às 21 unidades da federação na época (20 estados e Distrito Federal). Na faixa branca, estava escrito “Ordem e Progresso”, lema inspirado no **positivismo** do pensador francês Auguste Comte (1798-1857).

No entanto, a bandeira republicana manteve alguns elementos da bandeira imperial, como o retângulo verde e o losango amarelo. O verde correspondia à cor da casa real dos Bragança, dinastia de D. Pedro I. O amarelo referia-se à casa real dos Habsburgo, dinastia de sua mulher, a imperatriz Leopoldina. De certa forma, essas cores representavam a continuidade e integridade da pátria.

Ao longo do tempo, a bandeira sofreu pequenas modificações, passando a ter 27 estrelas, correspondentes aos 26 estados mais o Distrito Federal. Além disso, suas cores foram reinterpretadas pelos brasileiros, que passaram a remeter o verde à abundância de nossas florestas e o amarelo à riqueza do ouro de nosso subsolo.

- Em que situações do seu cotidiano a bandeira nacional aparece?

Positivismo: doutrina filosófica criada por Auguste Comte. Fundada na valorização do método científico (baseado nos fatos e na experiência), essa doutrina caracterizou-se por um tom geral de confiança nos benefícios da industrialização, bem como por um otimismo em relação ao progresso capitalista, guiado pela técnica e pela ciência.



Bandeira imperial, criada por Jean-Baptiste Debret.



Bandeira republicana, criada por Décio Villares.

BANDEIRA DO BRASIL IMPERIAL

THINKSTOCK/GETTY IMAGES

Encilhamento: a reforma financeira

O governo provisório implantou uma reforma financeira conhecida como Encilhamento. Essa reforma foi executada pelo ministro da Fazenda, Rui Barbosa, a partir de janeiro de 1890.

O objetivo dessa mudança era estimular o crescimento econômico, sobretudo o do setor industrial. Para isso, o governo permitiu que bancos instalados nos atuais estados da Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul emitissem grande quantidade de moeda, que serviria para criar novas indústrias e pagar os salários dos operários.

Essa reforma financeira gerou, no entanto, uma grave crise econômica, ligada basicamente a três elementos:

- **inflação** – os bancos emitiram muito mais dinheiro que o necessário. A circulação de quantidade de moeda superior à produção real da economia trouxe como resultado a **inflação**;
- **empresas-fantasma** – o grande volume de dinheiro gerado pelas emissões bancárias e a falta de controle governamental possibilitou a criação de empresas-fantasma, que surgiram apenas para obter o crédito facilitado dos bancos. Em outras palavras, o dinheiro emitido não se convertia, em muitos casos, em produção;
- **especulação financeira** – a reforma acabou estimulando uma excessiva especulação financeira, desviando os investimentos da área produtiva. Na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, muita gente, em busca do lucro fácil, comprava ações para esperar sua rápida valorização e vendê-las por um preço maior, sem nem mesmo se preocupar com o que produziam as empresas.

De acordo com historiadores, é provável que o nome dado à reforma tenha surgido da especulação desenfreada que ela gerou. O termo encilhar significa arrear o cavalo, preparando-o para uma corrida. A reforma produziu um movimento tão grande na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro que era semelhante a um hipódromo em dia de corrida: os investidores eram comparados a apostadores tentando a sorte no jogo.

Na época, muitos cafeicultores protestaram contra essa política econômica, pois não lhes interessavam medidas que dessem mais importância à indústria que ao café. Os resultados da reforma financeira despertaram críticas até mesmo entre os ministros republicanos. Pressionado, Rui Barbosa demitiu-se do cargo em janeiro de 1891.

Em primeiro plano, Monumento a Rui Barbosa, na praça Ramos de Azevedo, na cidade de São Paulo. Ao fundo, Teatro Municipal de São Paulo. Fotografia de 2010.



Inflação: aumento de volume, inchação. Em economia, o termo refere-se ao aumento generalizado dos preços. Esse processo pode ser entendido também como a queda do valor do dinheiro, ou, como preferem alguns economistas, a queda de seu poder de compra. Quando o governo emite muito dinheiro sem que a oferta de bens e serviços aumente, ocorre um desequilíbrio. Com mais dinheiro disponível e sem crescimento da produção e oferta de mercadorias, a moeda perde seu valor e os preços sobem de maneira generalizada, havendo inflação.

Primeira Constituição da República

A partir de 15 de novembro de 1890, reuniu-se no Rio de Janeiro a Assembleia Constituinte, com o objetivo de elaborar uma nova constituição, agora republicana. A primeira Constituição da República foi promulgada em 24 de fevereiro de 1891. Veja, resumidamente, alguns de seus principais tópicos.

- **Governo e Estado** – o Brasil adotou a forma de governo republicana, com sistema presidencialista. O presidente da República tornou-se chefe de governo e de Estado, auxiliado por ministros. O Estado passou a ser federalista, ou seja, as antigas províncias do Império foram transformadas em estados-membros. Os estados ganharam autonomia para eleger seu presidente (cargo que hoje recebe a nomenclatura governador) e seus deputados estaduais. Cada estado teria uma constituição própria, que, entretanto, não poderia contrariar as normas da Constituição federal. O governo republicano, o Estado federalista e o presidencialismo são mantidos até hoje no país.
- **Divisão dos poderes** – o Estado brasileiro passou a ter três poderes independentes: Executivo (exercido pelo presidente da República e pelos ministros de Estado), Legislativo (exercido pelo Congresso Nacional, composto da Câmara dos Deputados e do Senado Federal) e Judiciário (cujo órgão máximo era o Supremo Tribunal Federal). Essa divisão de poderes também vigora na atualidade.
- **Voto** – foi abolido o voto censitário, isto é, aquele condicionado a certos níveis de renda, e foi garantido o direito de votar aos brasileiros maiores de 21 anos, excetuando-se mulheres, analfabetos, mendigos, soldados e religiosos sujeitos à obediência eclesiástica. O voto era aberto (não secreto), obrigando os eleitores a revelar publicamente em que candidato votavam, o que permitia aos grandes fazendeiros pressioná-los na hora da votação.

Manteve-se, assim, no início da República, o mecanismo de exclusão que impedia a participação popular nas decisões políticas do país. Disso teria resultado o desinteresse de grandes parcelas da população pelas questões políticas.

Como analisa o historiador José Murilo de Carvalho, na capital da República, a cidade do Rio de Janeiro:

[...] os acontecimentos políticos eram representações em que o povo comum aparecia como espectador ou, no máximo, como figurante. Sem os caminhos da participação política, o povo do Rio de Janeiro concentrou sua atividade social nos bairros, nas associações, nas igrejas, nas festas religiosas, nas rodas de capoeira etc. Foram o futebol, o samba e o carnaval que deram ao Rio de Janeiro uma comunidade de sentimentos, por cima e além das grandes diferenças sociais que sobreviveram e ainda sobrevivem. Negros livres, ex-escravos, imigrantes, proletários e classe média encontraram aos poucos um terreno comum de autorreconhecimento que não lhes era propiciado pela política.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 163-164.

Investigando

- Em que momentos você é espectador(a) ou protagonista de sua história? Reflita e dê exemplos.

No decorrer do período republicano, no entanto, os segmentos sociais excluídos da vida política do país passariam a lutar não só pelo direito de participar, mas também de fazê-lo sem pressões. As conquistas foram graduais, ao longo do século XX: o voto tornou-se secreto e, aos poucos, as mulheres, os religiosos e os analfabetos, assim como os jovens maiores de 16 anos, adquiriram o direito de votar.

Governos militares

A gestão dos primeiros presidentes

Depois de elaborar a Constituição de 1891, a Assembleia Constituinte foi transformada em Congresso Nacional. Coube a esse órgão, então, eleger os primeiros presidente e vice-presidente da República.

O marechal Deodoro da Fonseca candidatou-se à presidência, com o apoio de militares. Os poderosos fazendeiros de café, que constituíam a elite econômica do país, recebiam, no entanto, o autoritarismo de Deodoro. Além disso, muitos o responsabilizavam pela crise econômica causada pelo Encilhamento, pois Rui Barbosa fora seu ministro.

Assim, nessas primeiras eleições, a oligarquia cafeeira de São Paulo apresentou seus candidatos: Prudente de Moraes para presidente e o marechal Floriano Peixoto para vice-presidente. Os setores militares insistiram na candidatura de Deodoro da Fonseca, com o almirante Eduardo Wandenkolk como vice-presidente.

Com o apoio dos militares, que pressionaram as ações do Congresso, o marechal Deodoro venceu as eleições, em 1891, com uma pequena vantagem sobre Prudente de Moraes. O vice-presidente da chapa de Deodoro, entretanto, perdeu a eleição para Floriano Peixoto.

Governo constitucional de Deodoro da Fonseca (1891)

Embora tivesse vencido as eleições, Deodoro não conseguiu o apoio político necessário para governar o país com tranquilidade. Ele sofria a oposição dos cafeicultores de São Paulo, que dispunham de representantes no Congresso Nacional.

Como não conseguia lidar com a oposição parlamentar, em novembro de 1891 Deodoro decidiu fechar o Congresso e prender seus principais líderes, em atitude de grave desrespeito à Constituição.

Organizou-se, então, uma forte contestação ao governo de Deodoro. Em protesto contra seu autori-

tarismo, os trabalhadores da Estrada de Ferro Central do Brasil entraram em greve. Ao mesmo tempo, membros da Marinha — liderados pelo almirante Custódio José de Melo — ameaçaram bombardear o Rio de Janeiro com os navios de guerra ancorados no porto, no episódio que ficou conhecido como **Primeira Revolta da Armada**.

Diante de situação tão crítica, Deodoro renunciou à presidência, em 23 de novembro de 1891. Seu cargo foi ocupado pelo vice-presidente, Floriano Peixoto.

Governo de Floriano Peixoto (1891-1894)

O marechal Floriano Peixoto chegou ao poder apoiado pelas forças políticas de São Paulo e por influentes setores das Forças Armadas. Dentre suas primeiras medidas destacaram-se o afastamento dos chefes de governo estaduais considerados adversários e a reabertura do Congresso Nacional.

Além disso, o governo de Floriano procurou estimular a industrialização. Para isso, facilitou a importação de equipamentos industriais e a concessão de financiamento a empresários da indústria. Foi o bastante para provocar a antipatia dos fazendeiros tradicionais, defensores da “vocação agrícola” do país.

O governo também promoveu importante reforma bancária. Apreendendo com os erros anteriores, proibiu os bancos particulares de emitir dinheiro. A emissão de moeda passou a ser responsabilidade exclusiva do governo federal, medida que lhe conferia maior controle sobre o dinheiro em circulação.

Para conquistar a simpatia das camadas urbanas (comerciários, profissionais liberais, funcionários públicos e o nascente operariado), Floriano adotou medidas de repercussão popular: baixou o preço da carne e dos aluguéis residenciais e aprovou uma lei que previa a construção de casas populares.

Investigando

- A palavra vocação remete a uma aptidão ou habilidade natural para realizar certas atividades. Em sua opinião, é possível dizer que um país possui uma única vocação? Debata.

Marechal de Ferro

O perfil mais popular de Floriano Peixoto não encobriu, porém, sua face autoritária. Em pouco tempo surgiram fortes críticas a seu governo e grupos oposicionistas passaram a defender a convocação de novas eleições presidenciais.

Essas pressões iniciaram-se no dia 31 de março de 1892, quando 13 generais enviaram ao presidente uma carta-manifesto, exigindo a convocação de novas eleições. Alegavam que essa era a única maneira de restabelecer a tranquilidade interna da nação e o prestígio internacional do país. Ao receber a carta, Floriano puniu os militares, colocando-os na reserva das Forças Armadas.

A conduta do presidente não fez a oposição recuar por muito tempo. Em setembro de 1893, o almirante Custódio José de Melo liderou a **Segunda Revolta da Armada**: 15 navios da Marinha, ancorados na baía de Guanabara, ameaçavam bombardear o Rio de Janeiro caso o presidente não convocasse novas eleições. Os comandantes cumpriram a ameaça.

Nesse contexto, Floriano recebeu o apoio do Partido Republicano Paulista (representante dos cafeicultores de São Paulo) e utilizou as tropas do Exército. A revolta foi contida em março de 1894.

Apesar dos conflitos e críticas, Floriano não cedeu às pressões e permaneceu no poder até o fim do mandato iniciado por Deodoro. Devido a sua maneira enérgica de enfrentar os adversários políticos, Floriano ficou conhecido como Marechal de Ferro.

Revolução Federalista

Ainda em 1893, explodiu no Rio Grande do Sul a Revolução Federalista, um violento conflito entre dois grupos políticos locais: o Partido Republicano Rio-grandense (PRR) e o Partido Federalista.

O PRR defendia a forma de governo republicana e o sistema presidencialista. Os republicanos (apelidados de **pica-paus**) eram adeptos do positivismo e tinham o apoio político-militar de Floriano Peixoto. Mantinham aliança com o líder do governo gaúcho, Júlio de Castilhos.

O Partido Federalista apoiava a forma de governo republicana, mas defendia o parlamentarismo. Pretendia revogar a Constituição gaúcha, que naquela época permitia a reeleição indefinida do presidente do estado (atual governador). Os federalistas (apelidados de **maragatos**) eram liderados por Silveira Martins e contavam com muitos partidários entre os tradicionais estancieiros gaúchos. Acabaram unindo-se aos rebeldes da Armada, no Rio de Janeiro, e ameaçaram atacar o estado de São Paulo, cuja elite política representava os cafeicultores e prestigiava o governo central.

O governo federal enviou tropas ao sul para combater os revoltosos. Em mais de dois anos de conflito, a Revolução Federalista causou a morte de aproximadamente 10 mil pessoas. Terminou somente em agosto de 1895, com a vitória dos pica-paus, durante o governo de Prudente de Moraes, presidente eleito em 1º de março de 1894.



COLEÇÃO PARTICULAR

Óleo sobre tela de 1893 que retrata a Revolta Armada, criada por A. Santos.

Vivenciar e refletir

1. Leia trechos do manifesto do governo provisório republicano, elaborado após a destituição da monarquia.

Manifesto do novo governo

O povo, o Exército e a **Armada Nacional** [...] acabam de decretar a **deposição** da dinastia imperial e, conseqüentemente, a extinção do sistema monárquico representativo. Como resultado imediato desta revolução nacional [...] acaba de ser instituído um governo provisório, cuja principal missão é garantir, com a ordem pública, a liberdade e o direito do cidadão. [...]

Concidadãos!

O governo provisório, simples agente temporário da soberania nacional, é o governo da paz, da fraternidade e da ordem.

No uso das atribuições e das faculdades extraordinárias de que se acha investido, [...] o governo provisório, por todos os meios ao seu alcance, promete e garante a todos os habitantes do Brasil a segurança da vida e da propriedade, o respeito aos direitos individuais e políticos. [...]

Fica, porém, abolida, desde já, a **vitaliciedade** do Senado e bem assim o Conselho de Estado.

Fica dissolvida a Câmara dos Deputados.
Cidadãos!

Armada Nacional: a Marinha.

Deposição: derrubada.

Concidadãos: pessoas que vivem no mesmo país; neste caso, os brasileiros.

Vitaliciedade: qualidade ou estado do que se prolonga por toda a vida.

Estatuído: decretado, estabelecido em estatuto.

O governo provisório reconhece e acata os compromissos nacionais contraídos durante o regime anterior, os tratados subsistentes com as potências estrangeiras, a dívida pública externa e interna, contratos vigentes e mais obrigações legalmente **estatuídas**.

Marechal Deodoro da Fonseca,
Chefe do governo provisório.

Aristides da Silveira Lobo, Ministro do Interior.

Tenente-Coronel Benjamin Constant Botelho de Magalhães, Ministro da Guerra.

Chefe da Esquadra Eduardo Wandenkolk,
Ministro da Marinha.

Quintino Bocaiúva, Ministro das Relações Exteriores e interinamente da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

In: Carone, Edgard. *A Primeira República* (1889-1930).
São Paulo: Difel, 1976. p. 13-14.

Na definição do sociólogo brasileiro Florestan Fernandes (1920-1995), revolução é um termo que se refere a mudanças drásticas e profundas em uma sociedade. Uma mudança revolucionária é aquela que “mexe nas estruturas, que subverte a ordem social existente”. Considerando essa definição, em grupo, debata: a proclamação da República e o que ocorreu em seguida, durante o Governo Provisório, constituíram uma revolução nacional?

Em seguida, elaborem um quadro comparativo apontando semelhanças e diferenças entre o regime monárquico e a república nascente. Considerem aspectos como: trabalho e mão de obra; principais atividades econômicas; relação entre Igreja e Estado; participação popular nas decisões políticas etc.

2. A Revolução Federalista foi motivada, entre outros fatores, pelo projeto de autonomia de políticos gaúchos. Compare esse movimento com a Revolução Farroupilha e aponte semelhanças e diferenças entre as duas revoltas.

Diálogo interdisciplinar

Diálogo interdisciplinar com Sociologia e Filosofia.

3. Leia o texto a seguir sobre república e responda às questões:

Qual o cerne, então, da república? A definição de monarquia destaca quem exerce o poder, e a de república para que serve o poder. Na monarquia manda um, e na república o poder é usado para o bem comum. Assim, embora quando um único mande ele tenda a usar o poder em benefício próprio, a verdadeira ameaça à república está nesse uso do poder, e não na forma institucional: está nos fins, e não nos meios.

Resumindo: o inimigo da república é o uso privado da coisa pública. É sua apropriação, como se fosse propriedade pessoal.

RIBEIRO, Renato Janine. *A República*. São Paulo: Publifolha, 2005. p. 36.

- a) Qual é a ideia principal do texto?
- b) Busque na internet, em jornais e em revistas artigos que problematizem a questão do uso privado da coisa pública. Em seguida, discutam em classe as reportagens, buscando compreender como o cerne da república é respeitado ou desrespeitado nas situações explicitadas nos textos.

Diálogo interdisciplinar com Língua Portuguesa, Sociologia e Filosofia.

4. A tragédia grega *Ifigênia em Áulide*, de Eurípedes, se passa em um acampamento das forças gregas em Áulide. O rei de Micenas, Agamêmnon, se vê compelido a sacrificar sua filha, Ifigênia, a fim de que Ártemis pare de impedir que os ventos soprem. Com isso, o exército grego poderia finalmente embarcar para a guerra. Ao final da tragédia, Ifigênia se oferece em sacrifício a fim de que o bem coletivo possa ser feito.

Leia uma das últimas falas de Ifigênia na peça.

[...] Conduzi-me, que eu sou

A destruição de Ílion e dos Frígios.

Dai-me grinaldas para me cingir, trazei-mas,

— aqui está minha trança, para depor no altar —

e águas vivas lustrais.

Em círculos dançai, à volta do templo,

à volta do altar, em honra de Ártemis,

da soberana Ártemis,

a bem-aventurada; pois que — assim é preciso —

com o sacrifício do meu sangue

os oráculos apagarei.

Ô senhora, senhora mãe, lágrimas

minhas não terás.

É que não ficam bem junto do altar.

[...]

EURÍPEDES. *Ifigênia em Áulide*. Coimbra: Fund. Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica. p. 169.

A partir desse texto e do de autoria de Renato Janine Ribeiro, que você analisou na atividade anterior, escreva uma redação relacionando a República e o bem comum. Utilize também os textos a respeito do início

da República no Brasil, contidos no capítulo, para complementar sua argumentação.

5. Em grupo, reflitam sobre o lema “Ordem e Progresso”, da Bandeira Nacional.

- a) Faça uma pesquisa e procure conhecer aspectos do positivismo de Auguste Comte. Relacione o positivismo com o lema da Bandeira Nacional.

- b) Na sua interpretação, a maioria dos políticos e militares do início da República estava mais preocupada com a ordem ou com o progresso do país? Justifique.

De olho na universidade

6. (Enem-2010) O artigo 402 do Código Penal Brasileiro de 1890 dizia:

Fazer nas ruas e praças públicas exercícios de agilidade e destreza corporal, conhecidos pela denominação de capoeiragem: andar em correrias, com armas ou instrumentos capazes de produzir uma lesão corporal, provocando tumulto ou desordens. Pena: Prisão de dois a seis meses.

SOARES, C. E. L. *A Negregada instituição: os capoeiras no Rio de Janeiro: 1850-1890*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1994 (adaptado pela instituição).

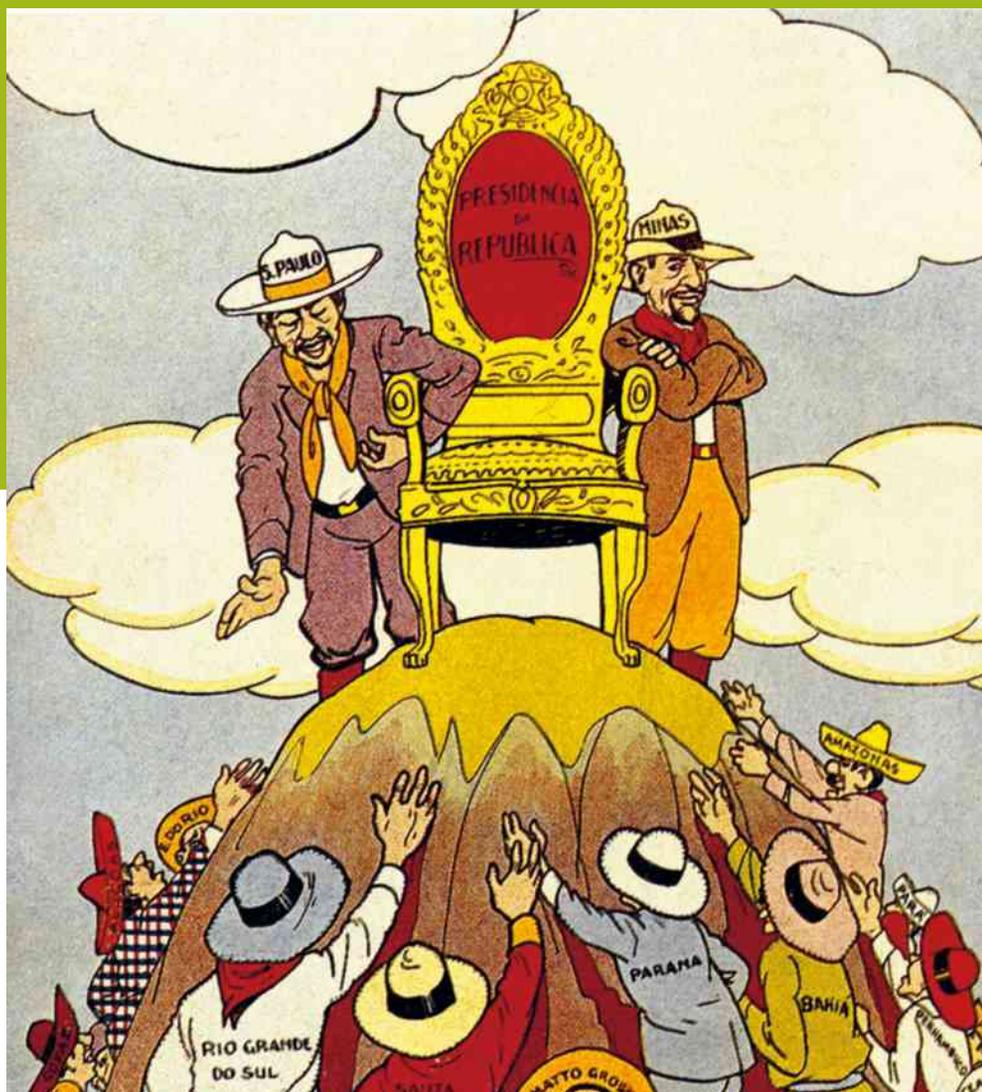
O artigo do primeiro Código Penal Republicano naturaliza medidas socialmente excludentes. Nesse contexto, tal regulamento expressava:

- a) a manutenção de parte da legislação do Império com vistas ao controle da criminalidade urbana.
- b) a defesa do retorno do cativo e escravidão pelos primeiros governos do período republicano.
- c) o caráter disciplinador de uma sociedade industrializada, desejosa de um equilíbrio entre progresso e civilização.
- d) a criminalização de práticas culturais e a persistência de valores que vinculavam certos grupos ao passado de escravidão.
- e) o poder do regime escravista, que mantinha os negros como categoria social inferior, discriminada e segregada.

República Oligárquica

Em 1894, com a eleição de Prudente de Moraes – o primeiro presidente civil do Brasil – teve início um período que muitos historiadores chamam de República Oligárquica.

Quais são as características desse período que por tanto tempo influenciou a vida social do país?



“A fórmula democrática – os detentores: tenham paciência, mas aqui não sobe mais ninguém!”. Charge de Alfredo Storni para a revista humorística *Careta* (29/8/1925) sobre as oligarquias regionais da Primeira República.

Treinando o olhar

- A charge faz uma crítica à situação política do Brasil na Primeira República. Qual seria essa crítica? Procure justificar sua resposta com elementos da imagem.

Vida política

A alternância no poder entre as oligarquias agrárias

A expressão Primeira República é utilizada por historiadores para referir-se ao período da história brasileira que vai de 1889 a 1930. Também é comum a designação República Velha, baseada no critério cronológico. Outras denominações para identificar esse período são: República da Espada (1889-1894), para destacar a presença dos governos militares de Deodoro e Floriano; República Oligárquica e República do Café com Leite, que destacam o predomínio das oligarquias agrárias no governo central, especialmente de políticos dos estados de São Paulo (grande produtor de café, na época) e Minas Gerais (grande produtor de leite).

A partir de 1894 – com a posse de Prudente de Moraes na Presidência da República –, o país começou a ser governado por civis. Com esse fazendeiro e político do interior de São Paulo, a oligarquia cafeeira chegava efetivamente ao poder. Essa época seria marcada, entre outras características, pela influência eleitoral e política de grandes fazendeiros, muitos deles conhecidos como “coronéis”.

Voto restrito à minoria

Durante o Império, somente pequena parcela de brasileiros participava do processo eleitoral. Essa parcela reduziu-se ainda mais quando, em 1881, uma lei proibiu o voto dos analfabetos.

De acordo com o historiador José Murilo de Carvalho, a exclusão dos analfabetos significou uma redução drástica dos eleitores por uma razão simples: “somente 15% da população era alfabetizada, ou 20%, se considerarmos a população masculina. De imediato, 80% da população masculina era excluída do direito de voto”.¹ Na última década do Império, o país tinha aproximadamente 12 milhões de habitantes, dos quais apenas cerca de 1% participava das eleições.

Com a instalação da República, o número absoluto de eleitores cresceu em relação ao Império, mas não chegou a alcançar 10% da população do país. A Constituição Republicana (1891) acabou com o voto censitário (exigência de renda para os eleitores) e instituiu o voto aberto masculino para os maiores de 21 anos. Entretanto, ficavam sem direito a voto os analfabetos, as mulheres, os mendigos, os padres e os soldados.

Se fizermos um balanço geral, podemos dizer que tanto no Império como na Primeira República as mulheres e os pobres ficaram excluídos das eleições. No Império, até 1881, a renda econômica destacou-se dentre as causas da exclusão. Já na Primeira República, o analfabetismo foi o principal fator de exclusão da maioria das pessoas do processo eleitoral.

Voto aberto

A participação no processo eleitoral ocorria por meio do voto aberto. Esse processo permitia aos chefes políticos locais conhecer o voto dos eleitores e, assim, pressioná-los e manipulá-los de acordo com seus interesses políticos.

¹ CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 39.

Na época, não havia no país uma Justiça Eleitoral independente que pudesse averiguar possíveis irregularidades nas eleições. O que existia era uma Comissão Verificadora no Congresso Nacional, que julgava os resultados eleitorais. Mas seu trabalho se realizava em sintonia com os interesses do grupo político dominante no momento. Sendo assim, a Comissão Verificadora poderia distorcer o resultado das urnas, aprovando, por exemplo, os nomes dos deputados e senadores que apoiavam o governo (situação) e impondo obstáculos ao reconhecimento da vitória dos candidatos da oposição. Essa prática de impedir que o candidato da oposição assumisse o cargo para o qual fora eleito ficou conhecida como **degola**.

Investigando

- Refletindo sobre a reduzida participação da população brasileira na vida política, o escritor Lima Barreto (1881-1922) afirmou: “O Brasil não tem povo, tem público”. Em grupos, debatam as questões:
 - a) Vocês concordam com a afirmação? Ou acham que os brasileiros deixaram de “assistir” para participar dos assuntos de interesse nacional?
 - b) Qual o envolvimento de vocês em relação a assuntos da vida coletiva? Explique.

Coronelismo

Nos primeiros anos da República, a política regional foi dominada — em várias partes do país — por grandes proprietários rurais, que se tornaram verdadeiros chefes ou líderes políticos das cidades ou regiões onde estavam estabelecidos. Como eram chamados comumente de “coronéis”, suas práticas de mando e dominação ficaram conhecidas como **coronelismo**.

Uma sociedade rural

Atualmente, cerca de 80% da população brasileira vive em áreas urbanas e sua distribuição pelos setores da economia é bastante diversificada, isto é, as pessoas trabalham em atividades de prestação de serviço, comércio, indústria, negócios agropastoris etc. Durante a Primeira República, porém, a situação era bem diferente: a maioria da população morava em áreas rurais e dedicava-se, principalmente, à atividade agrícola. Observe os dados da tabela abaixo.

Nessa sociedade predominantemente rural, grande número de pessoas trabalhava em fazendas recebendo remuneração miserável. Devido à exploração que sofriam, dependiam dos favores dos patrões. Auxílios como empréstimos em dinheiro, por exemplo, em momentos de doença, eram algumas das formas utilizadas pelos coronéis para criar a relação de dependência com os trabalhadores e mantê-los sob seu controle.

Distribuição da população brasileira pelos setores da economia (1920)		
Setor	Milhões de pessoas	Percentual
Agricultura	6,3	69,7%
Indústria	1,2	13,8%
Serviços	1,5	16,5%
Total	9,0	100%

Fonte: Censo Geral de 1920. In: FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1995. p. 281-282.

Clientelismo

De acordo com historiadores, o poder dos coronéis ultrapassava os limites de suas propriedades rurais, chegando, por vezes, a alcançar as cidades. Diversos empregos e cargos estavam, com frequência, sujeitos à sua influência, fosse na prefeitura, na delegacia, na escola, no cartório público ou na estação de trem, entre outros lugares. Muitas pessoas, como donos de armazéns, médicos, advogados, prefeitos, vereadores, delegados, juizes, padres e professores, procuravam se aproximar dos coronéis em busca de apoio e favores.

Era nesse cenário que se manifestava uma das principais características do coronelismo: o clientelismo, isto é, a prática dos coronéis de premiar com favores públicos o grupo de pessoas apadrinhadas, que lhes demonstrava fidelidade política.

Voto de cabresto

Em troca de favores, os coronéis exigiam que os eleitores votassem nos candidatos por eles indicados (prefeito, governador, presidente da República, vereadores, deputados e senadores). Quem se negasse ficava sujeito à violência dos jagunços ou capangas que trabalhavam nas fazendas dos coronéis. Eles formavam grupos armados que perseguiram os inimigos do patrão ou aqueles que lhe fossem infiéis.

Durante as eleições, cumprindo ordens dos fazendeiros, os jagunços procuravam controlar o voto de cada eleitor. Essa tarefa não era difícil, pois, como vimos, naquela época a votação não era secreta, tendo o eleitor que declarar em quem estava votando.

Esse voto aberto e dado sob pressão ficou conhecido como voto de **cabresto**, expressão popular que significa voto induzido, imposto e que não expressa a vontade do eleitor.

Cabresto: conjunto de cintas de couro ou outro material colocado na cabeça de um animal para controlar sua marcha.



Charge sobre voto de cabresto na campanha eleitoral de 1928. O Partido Democrático formou-se a partir de uma dissidência do Partido Republicano Paulista.

Fraudes eleitorais

Com tanto poder nas mãos e a ausência de uma Justiça Eleitoral independente, os coronéis também praticavam fraudes para conseguir que seus candidatos vencessem as eleições. Dentre as principais fraudes, estavam a falsificação de documentos para que menores e analfabetos pudessem votar, a inscrição de pessoas falecidas como eleitoras, a violação de urnas e adulteração das cédulas de votação e a contagem errônea dos votos, com favorecimento do candidato do coronel.

Estrutura de poder

A troca de favores funcionava da seguinte maneira: o coronel mais influente e poderoso em cada município ou região estabelecia alianças com coronéis de outros municípios ou regiões para eleger o governador do estado. Depois de eleito, o governador retribuía o apoio recebido dos coronéis destinando verbas e favores para as áreas de influência de seus correligionários. Era a prática do clientelismo elevada ao nível estadual.

Em virtude dessas alianças, o poder político de cada estado tendia a permanecer nas mãos de um mesmo grupo em sucessivas eleições. Isso quer dizer que, no final do mandato, cada governador passava o poder para um parente ou correligionário. Nessa rede de transmissão de poder montada pelas oligarquias agrárias, o coronelismo desempenhava importante papel, costurando o fio das alianças na base da troca de favores, da dependência política pessoal e da corrupção.

Cabe ressaltar, por último, que o coronelismo não teve a mesma influência política e social em todos os lugares do Brasil. De acordo com estudos historiográficos, em várias regiões do interior do Nordeste, os coronéis tiveram, sem dúvida, muito poder, organizando até mesmo tropas militares próprias. Já em São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, a força do coronelismo dissolveu-se dentro de outras estruturas de poder (partido político, administração do governo estadual, entre outras) e sua influência relativizou-se.²

Caricatura de Kalixto publicada na revista *Fon-Fon* (1907) satirizando o “eleitorado fantasma”, publicada no Rio de Janeiro.



FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, RIO DE JANEIRO

2 Cf. FAUSTO, Boris. op. cit. p. 264.

O escritor Mário Palmério (1916-1996) expressou em um texto de ficção literária as práticas dos coronéis em relação aos eleitores, principalmente no campo, e as artimanhas usadas por esses políticos para interferir nos resultados eleitorais. Mostrou, também, a distância que havia entre o mundo do trabalho rural e as eleições.

João Soares estava com a razão: política só se ganha com muito dinheiro. A começar pelo alistamento, que é trabalhoso e caro: tem-se que ir atrás de eleitor por eleitor, convencê-los a se alistarem e ensinar tudo, até a copiar o requerimento. Cabo de enxada engrossa as mãos — o laço de couro cru, machado e foice também. Caneta e lápis são ferramentas muito delicadas. A lida é outra: labuta pesada, de sol a sol, nos campos e nos currais [...]. Ler o quê? Escrever o quê? Mas agora é preciso: a eleição vem aí e o alistamento rende a estima do patrão, a gente vira pessoa.

PALMÉRIO, Mário. *Vila dos Confins*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973. p. 62.

1. De acordo com o texto, como eram encaradas as eleições no meio rural?
2. Em sua opinião, o que significa a frase: “a gente vira pessoa”?

Política dos governadores

Campos Sales, político e fazendeiro paulista, foi o segundo presidente civil da República (1898-1902) e um dos principais articuladores do sistema de alianças que se formou, durante sua gestão e as gestões de seus sucessores, entre governadores de estado e o governo federal: era a chamada política dos governadores.

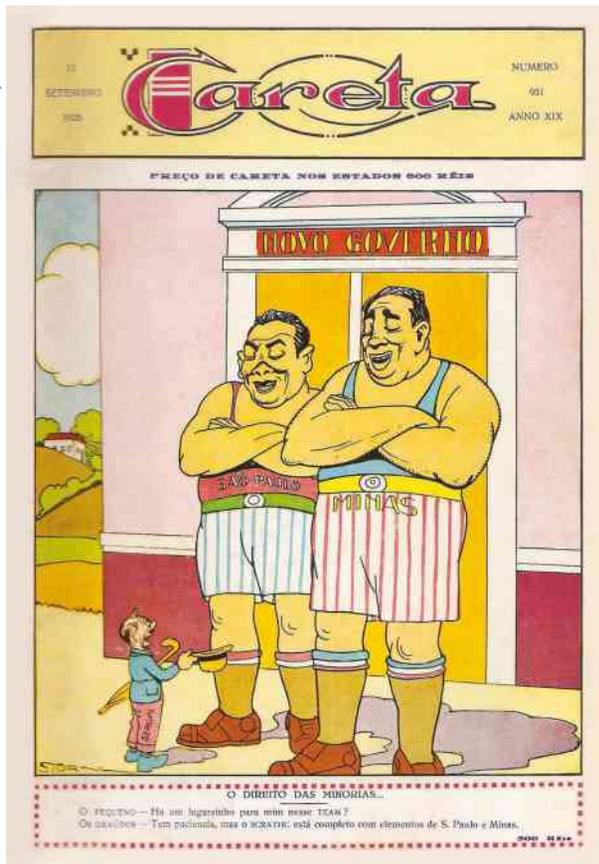
Esse sistema de alianças também se baseava, de modo geral, na troca de favores. Os governadores de estado davam seu apoio ao governo federal, ajudando-o a eleger deputados federais e senadores favoráveis ao presidente, que, em retribuição, apoiava os governadores concedendo mais verbas para seus estados, além de empregos e favores para seus aliados e apadrinhados políticos.

A política dos governadores reproduzia, portanto, no plano federal, a rede de compromissos e o clientelismo que já ligavam os coronéis aos governadores dentro dos estados. Assim, por meio de tantas alianças e fraudes, as oligarquias agrárias estiveram no poder durante a maior parte da Primeira República.

Política do café com leite

Os dois estados que lideraram a política dos governadores foram São Paulo e Minas Gerais. Nesses estados, as oligarquias agrárias paulista e mineira estavam organizadas, respectivamente, em torno de dois partidos políticos: o PRP (Partido Republicano Paulista) e o PRM (Partido Republicano Mineiro). Fazendo coligações com os proprietários rurais dos demais estados, os políticos desses partidos lideravam a vida política do país, alternando-se no poder. Além disso, como São Paulo e Minas Gerais eram os estados com maior população, aqueles políticos tinham a bancada mais numerosa na Câmara dos Deputados.

Embora a união dessas oligarquias não explique toda a história política dessa época, podemos dizer que quase todos os presidentes da Primeira República foram eleitos com o apoio dos paulistas ligados ao PRP e dos mineiros ligados ao PRM.



Como São Paulo era o primeiro estado em produção de café e Minas Gerais destacava-se pela produção de leite (e era o segundo produtor de café), nasceu daí a expressão **política do café com leite** para designar essa aliança entre os dois partidos, característica desse período.

O direito das minorias..., charge de Alfredo Storni, publicada em 11 de setembro de 1926 na revista *Careta*. Nela, os estados de São Paulo e Minas Gerais são representados por dois gigantes que impedem a passagem de um pequeno homem identificado como o estado de Sergipe.

Investigando

- Atualmente, o Brasil é formado por 26 estados membros mais o Distrito Federal. Que estados fazem fronteira com o seu? O que você sabe sobre a cultura, a economia e a política desses estados?

Vida econômica

A produção agroexportadora

O advento do regime republicano não provocou alterações substanciais na vida política brasileira.

No plano econômico, é possível dizer que a estrutura dominante do país também manteve seus traços gerais, com uma economia baseada na produção de matérias-primas e gêneros tropicais destinados à exportação e sujeita às oscilações do mercado internacional.

A produção agrícola brasileira destinada à exportação – como a do açúcar, do algodão, da borracha e do cacau – sofreu, nesse período, a concorrência de outros países. Assim, as exportações brasileiras acabaram se concentrando em um único produto: o café.

Veja, na tabela da próxima página, a participação dos principais produtos agrícolas nas exportações brasileiras no período de 1889 a 1933.

Principais produtos agrícolas e pastoris de exportação do Brasil (1889-1933)
Participação (em %) na receita das exportações

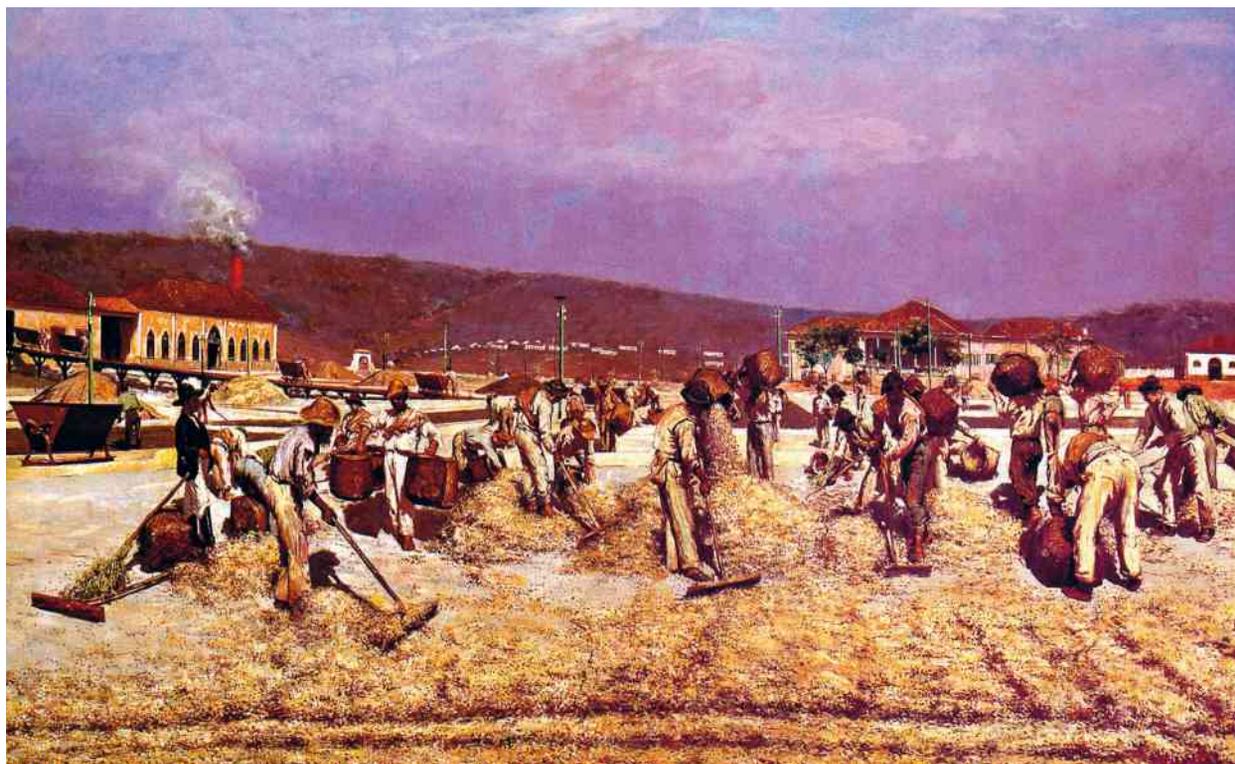
Período	Café	Açúcar	Cacau	Mate	Fumo	Algodão	Borracha	Couro e pele	Outros
1889-1897	67,6	6,6	1,5	1,1	1,2	2,9	11,8	2,4	4,9
1898-1910	52,7	1,9	2,7	2,7	2,8	2,1	25,7	4,2	5,2
1911-1913	61,7	0,3	2,3	3,1	1,9	2,1	20,0	4,2	4,4
1914-1918	47,4	3,9	4,2	3,4	2,8	1,4	12,0	7,5	17,4
1919-1923	58,8	4,7	3,3	2,4	2,6	3,4	3,0	5,3	16,5
1924-1929	72,5	0,4	3,3	2,9	2,0	1,9	2,8	4,5	9,7
1930-1933	69,1	0,6	3,5	3,0	1,8	1,4	0,8	4,3	15,5

Fonte: VILELA, Annibal Villanova; SUZIGAN, Wilson. *Política do governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1945*. Rio de Janeiro: Ipea/Inpes, 1973. p. 70.

Café

Como visto na tabela, o café representou, em média, mais de 50% do valor das exportações brasileiras durante quase todo o período correspondente à

Primeira República. Sem concorrentes de peso no mercado internacional, o Brasil chegou a abastecer dois terços do mercado mundial de café.



ANTONIO FERRIGNO, 1903

Secagem do café, obra criada por Antonio Ferrigno em 1903. Essa tela foi encomendada pelo proprietário da Fazenda Santa Gertrudes e representa a cultura do café no interior paulista. Encontra-se hoje exposto no Museu Paulista da Universidade de São Paulo, em São Paulo.

Entusiasmados com os lucros e contando com o grande afluxo de mão de obra imigrante europeia, os cafeicultores brasileiros aumentaram desmedidamente as plantações. Em consequência, a produção ultrapassou a capacidade de consumo do produto.

Com a oferta de café sendo maior que a procura, a economia cafeeira começou a enfrentar crises de superprodução no início do século XX. Assim, os preços caíram e acumularam-se imensos estoques do produto. De acordo com o historiador Caio Prado Jr., em 1905, esses estoques chegaram a 11 milhões de sacas de 60 kg cada uma, quantidade que representava 70% do consumo mundial de um ano.³

Em busca de uma solução para essa crise econômica, representantes do setor cafeeiro realizaram, em 1906, uma reunião na cidade paulista de Taubaté. Receberam o apoio de parlamentares federais e dos governadores dos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

Nessa reunião, os participantes chegaram a um acordo conhecido como **Convênio de Taubaté**, no qual se propunha que: o governo compraria a produção de café que ultrapassasse a procura do mercado; o excedente seria estocado pelos governos estaduais para ser vendido quando os preços se normalizassem; os recursos para comprar esse café viriam de empréstimos contraídos no exterior pelo governo; o governo adotaria medidas para desestimular o surgimento de novas plantações.

As propostas do Convênio de Taubaté foram aceitas pelo governo federal, no mandato de Afonso Pena. Assim, o preço do produto não caiu, e os cafeicultores não tiveram prejuízos. O estoque do governo, porém, foi aumentando de maneira contínua, e nunca surgia uma boa oportunidade para vendê-lo no mercado externo.

Para os cafeicultores, que continuaram plantando em larga escala, o prejuízo tornou-se um problema do governo, pois seus lucros estavam garantidos. Alguns deles até mesmo utilizaram parte desses lucros para investir no setor industrial.



Movimento no porto de Santos: embarque de café. O porto de Santos era o maior exportador de café do mundo. Ilustração sem data, do acervo do Memorial do Imigrante, em São Paulo.

Açúcar

O açúcar foi, durante o período colonial, o principal produto agrícola brasileiro de exportação. A partir de 1830, devido à ascensão da produção do café e à queda em suas vendas, causada pela concorrência, primeiro, do açúcar antilhano e, depois, do açúcar de beterraba (produzido em países como Alemanha, Bélgica e França), o açúcar deixou de ocupar essa posição.

Além disso, a partir do século XX, a produção do açúcar de cana em Cuba e em Porto Rico — ex-colônias espanholas dominadas, então, pelos Estados Unidos — passou a ser negociada com tarifas preferenciais no mercado estadunidense, um dos principais compradores do produto. Desse modo, o açúcar produzido no Brasil passou a ser destinado, cada vez mais, ao mercado interno.

3 Cf. PRADO JR., Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 229.

Algodão

Durante o Primeiro Reinado, entre 1821 e 1830, o algodão chegou a ocupar o segundo lugar na pauta de exportações brasileiras. Mas, nas décadas seguintes, entrou em decadência devido à concorrência da produção algodoeira dos Estados Unidos.

Historiadores consideram que a produção estadunidense foi gradativamente conquistando o mercado internacional, sobretudo o europeu, devido a fatores como: a menor distância entre os Estados Unidos e a Europa, o que barateava os custos de transporte, e a melhor qualidade da produção estadunidense, uma vez que os agricultores dos EUA contavam com mais recursos técnicos, mão de obra e terras.

Durante a Guerra de Secessão (1861-1865), porém, o norte dos EUA bloqueou as exportações algodoeiras do sul. Os produtores de algodão do Brasil aproveitaram essa situação para suprir as necessidades das indústrias têxteis europeias. Assim, no Segundo Reinado, entre 1861 e 1870, o algodão voltou a ocupar o segundo lugar na pauta das exportações brasileiras.

Terminada essa década, o produto brasileiro entrou em franco declínio no mercado externo. Nas primeiras décadas do século XX, sua produção já se destinava, progressivamente, às indústrias brasileiras de fiação e tecelagem, em expansão no país.

Borracha

Quando se iniciou a Primeira República, em 1889, a produção brasileira de borracha já vivia seus anos de glória. Produzida a partir do látex extraído de seringueiras originárias da Amazônia, a borracha tornou-se, a partir de 1840, um produto de crescente procura nos países industrializados.

Servia de matéria-prima para a fabricação de pneus, inicialmente de bicicletas e depois de automóveis.

Na Amazônia encontrava-se a maior reserva de seringueiras do mundo, e o Brasil passou a suprir progressivamente quase toda a demanda mundial de borracha, escoando sua produção pelos portos de Manaus e Belém. Durante o ciclo da borracha, a região amazônica conheceu súbito esplendor, que durou cerca de três décadas (1891-1918). Nesse período, o produto ocupou o segundo lugar na pauta de exportações brasileiras, superado apenas pelo café.

Foi nesse contexto que, em 1903, a região amazônica correspondente ao atual estado do Acre, que pertencia à Bolívia, foi incorporada ao território brasileiro. Boa parte da população local era composta de brasileiros, que viviam da atividade de seringueira e controlavam a região como se fosse um território independente. Quando surgiram conflitos fronteiriços com as autoridades bolivianas, representantes do governo brasileiro aproveitaram a oportunidade para negociar a incorporação dessa área ao Brasil, mediante o pagamento de 2 milhões de libras esterlinas e a concessão de outros benefícios.

Teatro Amazonas, em Manaus (AM), inaugurado em 1896, no auge da extração da borracha. Fotografia de 2007.

MAURICIO SIMONETTI/PULSAR IMAGENS



Com o tempo, porém, os problemas começaram a aparecer. A produção da borracha brasileira exigia constantes expedições pela mata, em busca de seringais nativos. Essa dificuldade de acesso elevava os custos da extração e, conseqüentemente, o preço do produto. Paralelamente, a produção brasileira tornou-se insuficiente para atender a demanda do mercado internacional, e a necessidade do produto nos centros industrializados crescia cada vez mais.

Nessa conjuntura, produtores de países europeus, como França, Inglaterra e Holanda, investiram no cultivo de seringais em algumas áreas de dominação colonial, como Malásia, Ceilão e Indonésia. Nessas regiões, desenvolveu-se um plantio especialmente planejado para o aproveitamento industrial que, em pouco tempo, alcançou produtividade bem superior à do extrativismo praticado nos seringais brasileiros.

A partir de 1920, a borracha brasileira praticamente não teve mais lugar no mercado internacional. Isso mudou apenas na época da Segunda Guerra Mundial, especialmente entre 1942 e 1945, quando os produtores brasileiros viveram novamente um breve impulso exportador.



A extração do látex da seringueira é feita a partir de incisões no tronco da árvore e recolhimento da seiva através de potes afixados nas extremidades inferiores dos cortes. Essa técnica de extração também era utilizada no século XIX. Neves Paulista-SP. Fotografia de 2014.

Cacau

O cacau é o fruto do cacaueiro, planta originária da América do Sul e da América Central. De suas sementes secas e processadas é produzido o chocolate. Cultivado no sul da Bahia, principalmente nos municípios de Itabuna e Ilhéus, o cacau brasileiro teve destino semelhante ao da borracha no mercado externo.

Durante toda a Primeira República, a produção brasileira de cacau cresceu, acompanhando o aumento do consumo de chocolates na Europa e nos Estados Unidos. Mas os ingleses decidiram investir na produção de cacau na região africana da Costa do Ouro (que hoje integra Gana), então sob seu domínio.

Como aconteceu com a borracha, em pouco tempo o produto dessa região conquistou os mercados internacionais, fazendo declinar a produção do cacau brasileiro nos anos seguintes. Os números deixam clara essa situação: em 1935, o Brasil exportou 100 mil toneladas de cacau, e a Costa do Ouro, 260 mil toneladas.

Imigração, industrialização e mudanças sociais

O período da Primeira República também foi marcado pela grande imigração, principalmente europeia, pela criação de uma política de proteção aos indígenas por parte do governo federal, pelo avanço industrial no país e pelo surgimento do movimento operário.

Grande imigração

Com Estados Unidos, Argentina e Canadá, o Brasil está entre as nações que mais receberam imigrantes europeus e asiáticos na época contemporânea.

Em um processo que se intensificou durante o Segundo Reinado, a imigração no país alcançou seu auge durante a Primeira República, quando se estima que tenham entrado no Brasil mais de 3,5 milhões de estrangeiros.

Seduzidos por incentivos e anúncios de prosperidade que o governo brasileiro divulgava no exterior, esses imigrantes vinham em busca de trabalho e melhores condições de vida. Muitos sonhavam em enriquecer. Era comum entre os italianos o uso da

expressão *"Fare l'America"* (em português, "Fazer a América"), que expressava esse sonho.

De acordo com pesquisas historiográficas, nessas quatro décadas, os italianos representaram aproximadamente 33% do total dos imigrantes que chegaram ao país, seguidos por portugueses (29%) e espanhóis (15%). Outros grupos percentualmente menores foram alemães, japoneses, sírio-libaneses, russos, lituanos e austríacos, entre outros.⁴

Entre os estados brasileiros, São Paulo recebeu o maior número de imigrantes: cerca de 57% do total. Isso se explica, em boa medida, pela expansão da economia cafeeira (que abria milhares de postos de trabalho) e pela política do governo paulista de incentivo à imigração (propaganda no exterior e concessão de passagens e alojamentos).

A contínua vinda de estrangeiros contribuiu para mudar muitos aspectos da vida social no país, principalmente nas regiões Sudeste e Sul. Esse cenário favoreceu transformações nos hábitos de alimentação, nas rotinas e técnicas de trabalho, nos valores culturais, entre outros.



AUTORIA DESCONHECIDA. C. 1910/COLEÇÃO PARTICULAR

Imigrantes trabalhando em fazenda de café em São Paulo, no começo do século XX.

4 Cf. PETRONE, Maria Tereza Schores. Imigração. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1985, v. 9. p. 93-133.

Em destaque Na trilha do futebol

O futebol é provavelmente o esporte coletivo mais popular do mundo. Este esporte, tão querido do povo brasileiro, não nasceu aqui. De origem inglesa, o futebol foi introduzido no Brasil pelo esportista Charles Miller (1874-1953), filho de um britânico que veio ao país trabalhar na ferrovia São Paulo Railway Company. Assim, quando investigamos as trilhas do futebol brasileiro vamos encontrar os trilhos ingleses.

Ao lado de outros esportistas, Charles Miller começou a difundir o futebol no Brasil desde os primeiros anos da República.

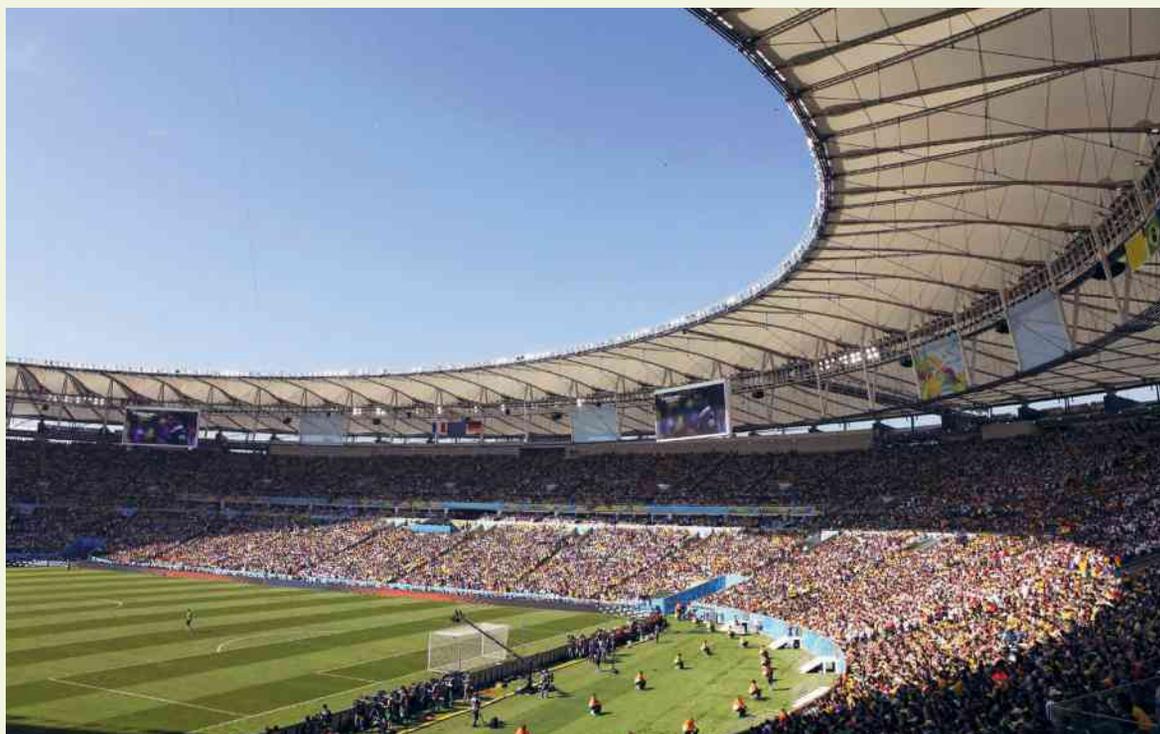
Inicialmente, o futebol brasileiro tinha um caráter elitista, pois havia times que não aceitavam jogadores pobres nem negros.

No entanto, essa discriminação social e racial foi combatida a partir das primeiras décadas do século XX, com a popularização e a democratização do esporte.

Gerações de jogadores habilidosos e torcedores apaixonados ajudaram a fazer do futebol brasileiro um dos melhores do mundo. O esporte tornou-se parte de nossa identidade cultural.

Até o ano de 2002, a seleção brasileira conquistou cinco Copas do Mundo. Três delas tiveram a participação de Pelé, eleito o “atleta do século XX” por jornalistas de vários países e pela Fifa (Federação Internacional de Futebol).

Atualmente, o Brasil também se destaca no futebol feminino, com Marta, que foi considerada a melhor jogadora de futebol do mundo cinco vezes consecutivas, entre 2006 e 2010, um recorde entre mulheres e homens.



EDUARDO ZAPPALPULSAR/IMAGENS

O Maracanã foi inaugurado na cidade do Rio de Janeiro em 1950. Na época, era o maior estádio do mundo, suportando cerca de 200 mil torcedores. Foi palco de momentos inesquecíveis do futebol brasileiro e mundial. Ali, no ano de 1969, Pelé marcou seu milésimo gol, durante uma partida entre o Vasco e seu time, o Santos. Fotografia de 2014.

- Você torce para algum time de futebol? Reflita sobre a importância social do futebol, considerando aspectos positivos e negativos.

Política indigenista

Durante o período colonial, a política indigenista baseava-se na catequese promovida pela Igreja Católica e na criação e manutenção de aldeamentos indígenas. Ao tempo do Império, não houve grandes mudanças nas diretrizes dessa política.

Com a República, a Igreja foi separada do Estado. E o governo, por seu caráter laico, não tinha mais interesse em incentivar a catequese. Além disso, no início do século XX, havia certo consenso de que o trabalho missionário falhava em converter os indígenas, defender seu território e impedir ações de extermínio.

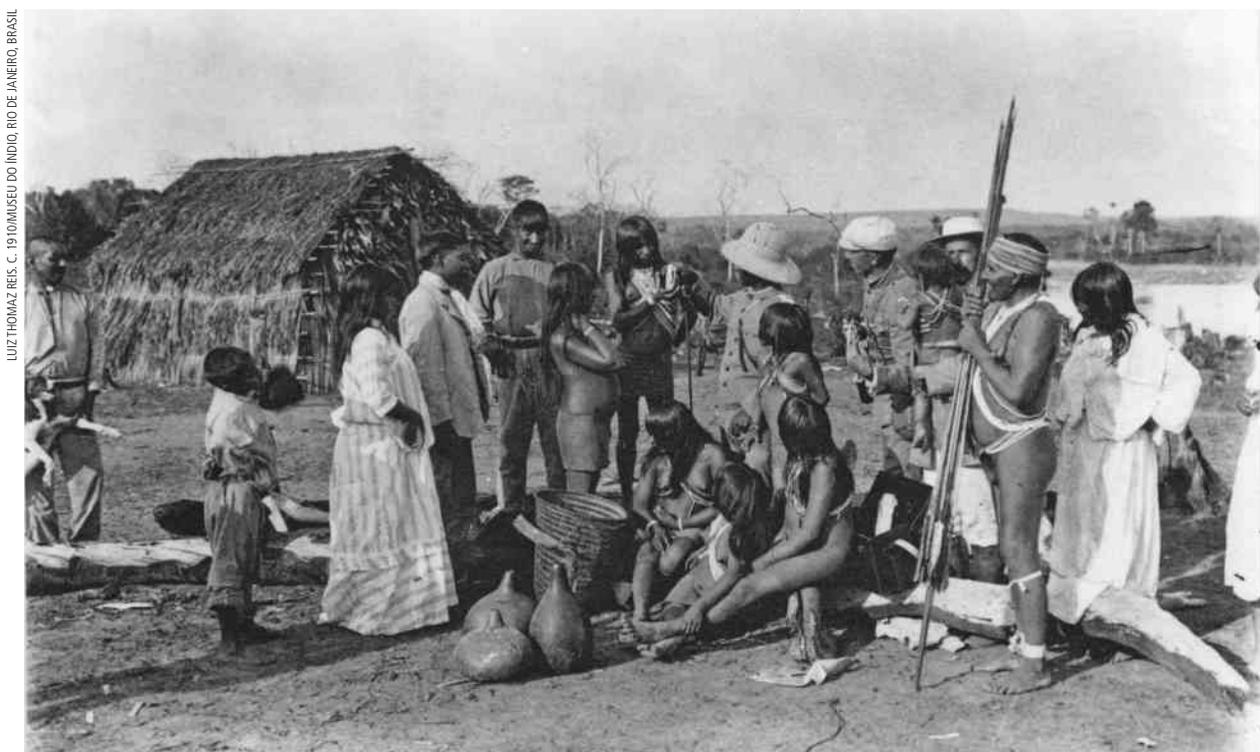
Ao longo do período republicano, em várias regiões do país, ocorreram confrontos com grupos indígenas. Em São Paulo, por exemplo, os kaingáng tentaram bloquear o avanço da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil; no Espírito Santo e Minas Gerais, os botocudo tentaram impedir a invasão de suas terras por colonos; em Santa Catarina e Paraná, os xoklêng lutaram contra a ocupação de suas terras por colonos italianos e alemães.

Nesse contexto histórico, foi criado o **Serviço de Proteção aos Índios (SPI)**, em 20 de junho de 1910. Para dirigir o SPI, foi convidado o militar Cândido Rondon. Segundo Julio Cezar Melatti:

A criação do Serviço de Proteção aos Índios inaugura novo tipo de política indigenista: os índios passam a ter o direito de viver segundo suas tradições, sem ter de abandoná-las necessariamente; a proteção é dada aos índios em seu próprio território, pois já não se defende a ideia colonial de retirar os índios de suas aldeias para fazê-los viver em aldeamentos construídos pelos civilizados; fica proibido o desmembramento da família indígena, mesmo sob pretexto de educação e catequese dos filhos; garante-se a posse coletiva pelos indígenas das terras que ocupam e em caráter inalienável [...].

MELATTI, Julio Cezar. *Índios no Brasil*. Edunb: Brasília/Hucitec: São Paulo, 1993. p. 190.

Com a criação do SPI, o governo federal assumia a tarefa de lutar contra o extermínio dos povos indígenas e “pacificar” os conflitos entre os indígenas e outros segmentos da sociedade nacional. Apesar do empenho de alguns funcionários, o SPI não teve apoio suficiente para impedir a exploração de mão de obra indígena e a invasão de suas terras. O SPI foi extinto em 1967, sendo substituído pela Fundação Nacional do Índio (Funai).⁵



LUÍZ THOMAZ REIS, C. 1910/MUSEU DO ÍNDIO, RIO DE JANEIRO, BRASIL

Fotografia de Cândido Rondon reunido com indígenas da etnia paresí, no Mato Grosso, em cerca de 1910.

⁵ Cf. MELATTI, Julio Cezar. *Índios no Brasil*. Edunb: Brasília/Hucitec: São Paulo, 1993. p. 186-191.

Avanço industrial

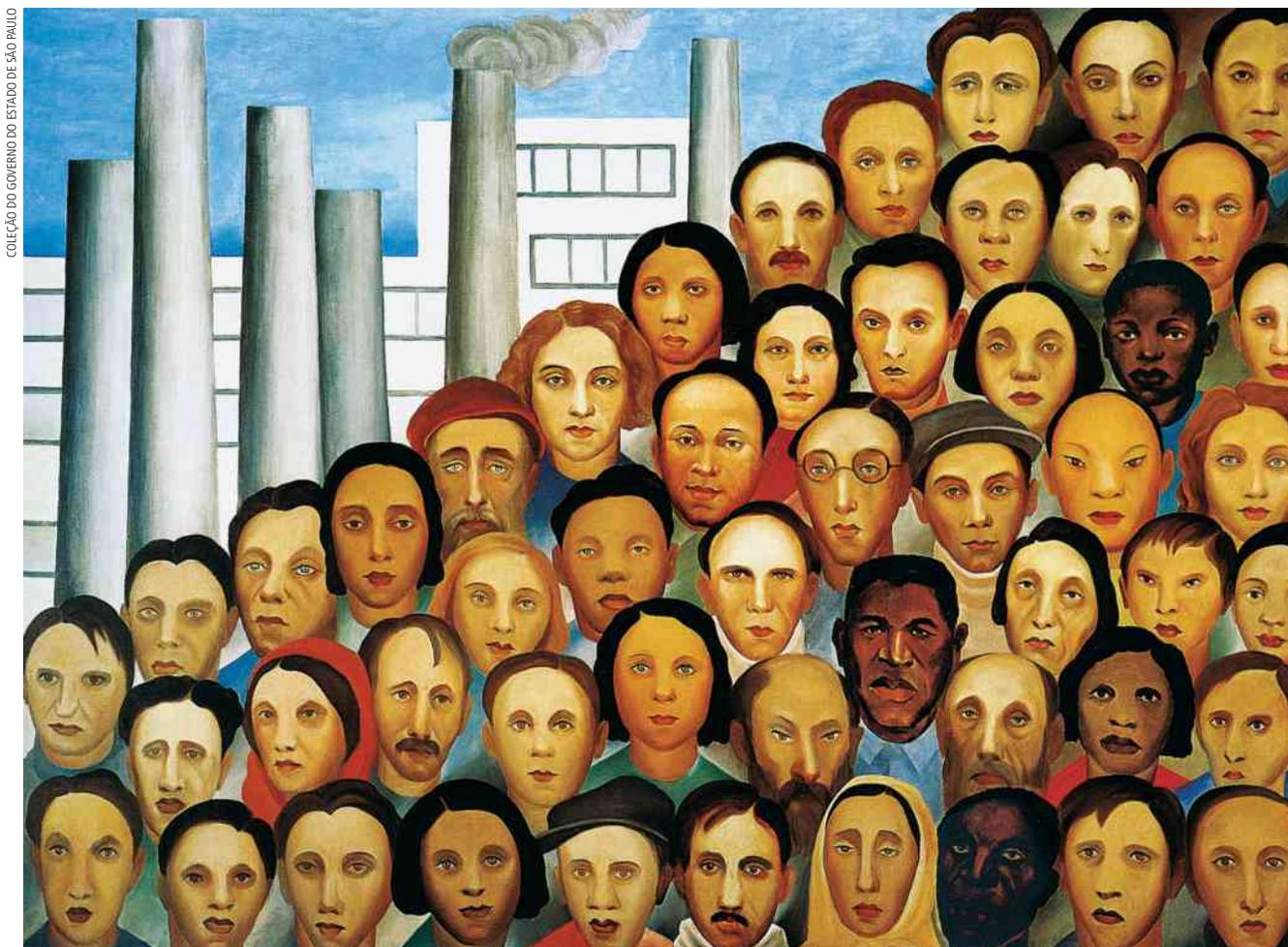
A Primeira República, período vigoroso da economia cafeeira, foi também a época em que a industrialização ganhou o maior impulso, até então, de nossa história. Isso se deveu, em grande parte, à expansão dos cafezais e às crises de superprodução do café ocorridas nessa época, que levaram muitos cafeicultores a aplicar na indústria parte de seus lucros, garantidos pelo governo após o Convênio de Taubaté.

Números do crescimento

Em 1889, havia no Brasil pouco mais de 600 fábricas, nas quais trabalhavam 54 mil operários. Em 1930, já existiam no país cerca de 13 mil indústrias, que empregavam 275 mil operários. Havia ainda 233 usinas de açúcar, nas quais trabalhavam 18 mil operários, e 231 salinas, que empregavam cerca de 5 mil trabalhadores.

Concentrando 31% das indústrias, o principal centro da industrialização brasileira era o estado de São Paulo, onde viviam os mais importantes produtores de café do país e onde havia um grande número de ex-escravos (e seus descendentes) e imigrantes que viviam do trabalho na agricultura. Muitos desses trabalhadores deixaram o campo e, em busca de novas oportunidades, acabaram constituindo a mão de obra do setor industrial. Também se destacaram pela concentração industrial: Rio Grande do Sul (13,3%), Rio de Janeiro (11,5%) e Minas Gerais (9,3%).

A indústria nacional desenvolveu-se procurando substituir os produtos importados até então, especialmente durante a Primeira Guerra Mundial, quando caíram as exportações europeias. Dedicou-se principalmente à fabricação de tecidos de algodão, calçados, materiais de construção e móveis e à produção de alimentos. Em 1928, a renda do setor industrial superou, pela primeira vez, a da agricultura.



Operários, óleo sobre tela de Tarsila do Amaral, de 1933. Nessa obra, podemos identificar características distintas em cada uma das figuras, o que indica diferentes origens étnicas. Apesar da igualdade social, pois são todos operários, não há um rosto igual a outro e muitos parecem fruto da miscigenação.

Movimento operário

Com a industrialização progressiva da economia e a oferta de emprego a um número crescente de operários, produziu-se uma mudança importante na organização política e econômica da sociedade brasileira. Antes desse período, grande parte da força político-econômica situava-se no setor rural. O avanço industrial deu ao setor urbano maior importância e visibilidade. Em consequência, operários e grupos médios urbanos passaram a exigir cada vez mais o direito de participar das decisões políticas e econômicas do país, como foi o caso do movimento operário.

Trabalho nas fábricas

As condições de trabalho do operariado brasileiro nos anos da Primeira República eram bastante desfavoráveis. Não havia uma legislação específica que limitasse, por exemplo, a extensão da jornada de trabalho. Assim, em geral, trabalhava-se de segunda a sábado, até 15 horas por dia (às vezes, também aos domingos). Não havia salário mínimo, direito a férias, pagamento por horas extras. O trabalhador, quando demitido, não tinha direito a aviso prévio nem a indenização. Os operários ganhavam pouquíssimo, o que obrigava toda a família a trabalhar, incluindo as crianças.

As instalações das fábricas geralmente eram ruins, com pouco espaço e ambientes mal iluminados, quentes e sem ventilação. Não havia cuidado com a higiene nem com a segurança dos locais de trabalho. Com tais condições, eram frequentes entre os operários os acidentes de trabalho e as doenças, sendo as crianças as principais vítimas.

Meninos e meninas também sofriam, com frequência, castigos físicos, e as mulheres eram afetadas pela violência sexual. Segundo a economista e historiadora Maria Alice Rosa Ribeiro:

Os trabalhadores menores, de 7 a 14 anos, eram as principais vítimas dos mestres [chefes de operários] e contramestres [encarregados do comando de equipes de trabalho], que os castigavam com espancamentos, sopapos, pontapés e puxões de orelha. Contra isso, criou-se, em 1917, um comitê popular de agitação contra a exploração de menores operários. [...]

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. Fábrica e cidade. In: *Revista Trabalhadores*. Campinas: Fundo de Assistência à Cultura, 1989. p. 13.

Investigando

- Na sua interpretação, quais são os principais problemas enfrentados atualmente pelos trabalhadores brasileiros? Debata o assunto com os colegas.

Organização operária

Os inúmeros acidentes, os baixos salários e as longas jornadas sem descanso provocaram a mobilização dos operários, que começaram a se unir para realizar protestos e reivindicações. Surgiram, então, várias formas de organização operária, entre elas os sindicatos, que assumiram a luta pela conquista de direitos trabalhistas e sociais.

Dentre as correntes políticas que influenciaram ideologicamente o movimento operário, destacou-se o anarquismo.

Também podem ser citadas outras tendências, como: o **sindicalismo revolucionário**, uma corrente anarcossocialista que defendia a greve como principal instrumento de luta dos operários na busca de conquistas mais amplas, e a **corrente católica**, que procurava, entre outras ações, afastar os trabalhadores das influências anarquista e socialista.

Em destaque Anarquismo

É comum as palavras anarquismo e anarquia serem utilizadas com o significado de confusão, bagunça, desordem, baderna. Mas esse não é o sentido político do termo anarquismo. Na origem etimológica, a palavra anarquia vem do grego e significa “ausência de poder”.

O pensamento político anarquista considera o poder — isto é, o domínio de uma pessoa sobre outra — um mal em si. Os anarquistas rejeitavam, portanto, toda forma de opressão social sobre o indivíduo, defendendo a existência de uma sociedade que funcionaria pela cooperação e pela solidariedade entre as pessoas. Evidentemente, eram contrários à exploração dos empregados pelos patrões.

O anarquismo foi trazido para o Brasil por imigrantes europeus, especialmente italianos e espanhóis, que seguiam as ideias do italiano Errico Malatesta (1853-1932) e do russo Pedro Kropotkin (1842-1921).

- De acordo com o texto, qual é a concepção fundamental do anarquismo e qual é sua relação com o movimento operário?

A luta pela autonomia feminina

No período colonial, grande parte das mulheres que eram consideradas de “boa família” vivia submissa aos homens e trancada em casa. Durante o império, um maior número de mulheres passou a ser visto pelas ruas, embora fosse comum encontrá-las na companhia vigilante do pai ou do marido. Na República, entretanto, a mulher foi dando passos decisivos para romper o círculo fechado que a oprimia.

A força de trabalho da mulher passou a ser intensamente requisitada nas primeiras fábricas, tornando-se maioria em muitos setores, como o têxtil e o de alimentos. Apesar de exploradas, as mulheres operárias contribuíram na luta pela autonomia feminina. Mesmo recebendo salário inferior ao dos homens, igualavam-se a eles ao sair dos lares para trabalhar nas fábricas e completar o reduzido orçamento familiar. Elas mostravam que podiam executar outros trabalhos além das então tradicionais profissões de enfermeira e professora.

De acordo com a historiadora Margareth Rago:

Apesar do elevado número de trabalhadoras presentes nos primeiros estabelecimentos fabris brasileiros, não se deve supor que elas foram progressivamente substituindo os homens e conquistando o mercado de trabalho fabril. Ao contrário, as mulheres vão sendo progressivamente expulsas das fábricas, na medida em que avançam a industrialização

e a incorporação da força de trabalho masculina. As barreiras enfrentadas pelas mulheres para participar do mundo dos negócios eram sempre muito grandes, independentemente da classe social a que pertencessem. Da variação salarial à intimidação física, da desqualificação intelectual ao assédio sexual, elas tiveram sempre de lutar contra inúmeros obstáculos para ingressar em um campo definido — pelos homens — como “naturalmente masculino”.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

Um dos fatores que contribuíram para abalar o mito da inferioridade feminina foi o surgimento do cinema no Brasil, em 1907. Por meio de diversos filmes, as mulheres foram estimuladas a tomar contato com um mundo fora dos limites do lar. Muitas personagens femininas eram reflexo de uma sociedade moderna e industrializada e eram psicologicamente fortes, determinadas e participativas.

O advento da República e suas mudanças institucionais fizeram nascer, também, a esperança na aprovação do voto feminino pelos deputados. Em 1920, Berta Lutz fundou a Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher para lutar pela igualdade de salários e pelo sufrágio feminino. No entanto, as mulheres só conquistaram o direito ao voto em meados da década de 1930.



ACERVO ICONOGRAPHIA

Operárias da Tecelagem Mariangela, das Indústrias Reunidas F. Matarazzo, em São Paulo (SP), nos anos 1920.

Greve de 1917

Em julho de 1917, foi organizada em São Paulo a primeira greve geral da história do Brasil, provocada pelo descontentamento dos operários com as condições de trabalho às quais estavam submetidos.

As manifestações dos operários, em passeatas pelas ruas, provocaram muitos conflitos com a polícia. Em um deles, em 9 de julho, o sapateiro anarquista José Martinez, de 21 anos de idade, morreu baleado.

Esse episódio ampliou o movimento: a greve tornou-se geral, paralisando as fábricas da cidade de São Paulo e de outras regiões do país. Estima-se que entre 50 mil e 70 mil trabalhadores tenham participado dessa greve, coordenada pelo Comitê de Defesa Proletária — cujos líderes eram Edgard Leuenroth, Florentino de Carvalho, Antonio Duarte, Francisco Cianci, Rodolfo Felipe e Teodoro Monicelli, entre outros. Os grevistas exigiam, entre outras reivindicações, aumentos salariais, jornada de trabalho de oito horas, direito de associação e libertação dos grevistas presos.

Diante da extensão do movimento operário, o governo e os industriais resolveram negociar. Prometeram melhores salários e condições de trabalho e assumiram o compromisso de não punir os grevistas, caso todos voltassem a seus postos. As promessas e os compromissos, no entanto, não foram cumpridos à risca.

Repressão policial

Em 1922, apoiado pelos líderes operários, foi fundado o Partido Comunista do Brasil (PCB), inspirado na vitória dos comunistas na Revolução Russa de 1917. O Partido Comunista foi considerado ilegal pelas autoridades judiciárias logo após sua fundação, mas continuou a existir clandestinamente. A luta operária também se manteve atuante.

Para as elites políticas e econômicas do país, as manifestações operárias não passavam de baderna. Exemplo disso deu o último presidente da Primeira República, Washington Luís, quando disse que a questão social no Brasil era “caso de polícia”. Assim, até o final desse período, os protestos dos trabalhadores não mereceram a devida atenção da maioria dos empresários e dos políticos, que tratavam a questão por meio do uso da violência policial.

Vivenciar e refletir

- Os anarquistas propunham a formação de uma sociedade livre, sem coerção e sem Estado, baseada fundamentalmente na cooperação e na solidariedade entre as pessoas. Sob a orientação do professor, debatam as seguintes questões em grupo:
 - Na opinião do grupo, a sociedade proposta pelos anarquistas é possível? Vocês gostariam de viver em um mundo assim?
 - Como vocês imaginam que seria a sociedade ideal? Vocês trabalhariam pela construção dessa sociedade? O que seria necessário para realizá-la?
 - Reflitam sobre o assunto e escrevam um texto sobre esse tema.
- Durante a Primeira República, as eleições foram marcadas por práticas como o voto de cabresto e o clientelismo. Cerca de um século depois, o que mudou e o que permaneceu em relação ao processo eleitoral brasileiro? Para responder a essa pergunta, formem grupos e sigam as orientações abaixo.
 - Pesquisem na internet, jornais e revistas informações sobre o funcionamento da Justiça eleitoral e a realização de eleições no Brasil atual.
 - Debatam as questões a seguir:
 - o voto de cabresto desapareceu totalmente do cenário eleitoral brasileiro?
 - na cidade ou região onde você vive, é possível perceber se ainda existe algum tipo de manipulação eleitoral?
 - na cidade ou região onde você vive, é possível perceber se ainda há clientelismo de pessoas, empresas e políticos que apoiam candidatos esperando receber favores depois da eleição?
 - na percepção do grupo, a justiça eleitoral atua com imparcialidade para julgar e coibir tais práticas (clientelismo, voto de cabresto etc.)?
 - há outras formas, atuais, de pôr “cabresto” nos eleitores?
 - Escrevam uma dissertação com as conclusões do grupo sobre o que mudou e o que permaneceu em relação ao processo eleitoral brasileiro. Procurem fundamentar o texto com elementos encontrados em sua pesquisa.

Diálogo interdisciplinar

Diálogo interdisciplinar com Sociologia e Filosofia.

- Leia o texto e responda ao que se pede:

Na região central de São Paulo, em pleno horário comercial, centenas de casas e lojas amanhecem e anoitecem com seus portões abaixados e janelas fechadas, para abafar o ruído das máquinas de costura. Atrás das portas trancadas, milhares de imigrantes bolivianos vivem e trabalham em aglomerados que confundem as linhas entre o cooperativismo, a terceirização e a degradação. Em muitos casos, o regime é análogo à escravidão. Os fiscais do trabalho começaram a desbaratar o esquema, alimentado por grandes lojistas e intermediários. Mas para o batalhão de trabalhadores, que cruzaram a fronteira para tentar o “sonho brasileiro”, as oficinas de costura representam uma chance de melhorar de vida. Cerca de 300 mil bolivianos vivem hoje no país, sendo que 250 mil se fixaram em São Paulo, de acordo com o consulado.

[...]

Segundo as entidades que combatem o trabalho escravo, esse fluxo de trabalhadores cria uma situação conveniente para a cadeia produtiva, que prefere terceirizar a baixo custo usando uma série de intermediários. Mas alguns grandes lojistas já começam a ser responsabilizados pelo Ministério do Trabalho [...].

Na rua Coimbra, uma “pequena Bolívia”, uma líder da comunidade, a sra. Alicia Orellana, reconta sua trajetória, que se confunde com a evolução das oficinas. [...]

— Eu não acho que seja escravidão, como estão dizendo. Os bolivianos não são forçados, costumam voluntariamente. Costuram muito para ganhar mais, são pagos por peça. Somos pessoas muito trabalhadoras e muito humildes e no nosso país simplesmente não há oportunidade — disse doña Alicia, como é conhecida.

[...]

As nuances culturais e econômicas da questão não evitam que algumas denúncias, de casos mais flagrantes, venham à tona. Na última quinta, o Globo acompanhou a saga de uma família que fugiu com a roupa do corpo de uma oficina no Brás. O casal, com três filhos pequenos, peregrinou da polícia até o sindicato das costureiras, onde pediam ajuda para receber os salários atrasados, retidos pelo patrão. Com medo de represálias, pediram resguardo de seus nomes e rostos.

— Viemos porque nos falaram mil maravilhas do Brasil. Pensávamos que o trabalho de costura era diferente, que estaríamos em firmas ou fábricas. Em um ano passamos por três oficinas e, nesta última, fomos muito maltratados — conta N., 28, que começou a chorar quando explicava que começou a enlouquecer com as ameaças, o medo e a jornada excessiva.

— Trabalhava 17 horas por dia e não podia levantar para ir no banheiro. Vi minha mulher e meus filhos chorando, e não podia fazer nada, estava sem saída. Se defendesse minha família, poderia ir preso. Não sei o que meu patrão pode fazer conosco, mas precisamos recuperar nosso dinheiro — completou.

[...]

SUWWAN, Leila. Sonhos bolivianos viram pesadelos no Brasil. *O Globo*, 27 ago. 2011. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/sonhos-bolivianos-vm-vm-pesadelos-no-brasil-2671499>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

- a) Discuta com os colegas as diferentes opiniões presentes na reportagem a respeito do trabalho feito pelos bolivianos na cidade de São Paulo.
- b) Em seguida, reflita: em sua opinião, existe algum dos relatos que seja o mais verdadeiro? Comente.
- c) Escreva um texto sobre o seguinte assunto: Como podemos relacionar o caso da reportagem citada ao conteúdo estudado neste capítulo?

De olho na universidade

4. (Enem-2011)

Completamente analfabeto, ou quase, sem assistência médica, não lendo jornais,

nem revistas, nas quais se limita a ver as figuras, o trabalhador rural, a não ser em casos esporádicos, tem o patrão na conta de benfeitor. No plano político, ele luta com o “coronel” e pelo “coronel”. Aí estão os votos de cabresto, que resultam, em grande parte, da nossa organização econômica rural.

LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976. (adaptado pela instituição)

O coronelismo, fenômeno político da Primeira República (1889-1930), tinha como uma de suas principais características o controle do voto, o que limitava, portanto, o exercício da cidadania. Nesse período, esta prática estava vinculada a uma estrutura social:

- a) igualitária, com um nível satisfatório de distribuição da renda.
- b) estagnada, com uma relativa harmonia entre as classes.
- c) tradicional, com a manutenção da escravidão nos engenhos como forma produtiva típica.
- d) ditatorial, perturbada por um constante clima de opressão mantido pelo exército e polícia.
- e) agrária, marcada pela concentração da terra e do poder político local e regional.

5. (Unesp)

As grandes noites do teatro Amazonas chegavam ao fim. [...] Manaus despediu-se definitivamente do antigo esplendor no carnaval de 1915. No mesmo ano, o preço da borracha caiu verticalmente. Em 1916 já não houve carnaval. [...] [Manaus e Belém] começaram a entrar num marasmo típico dos centros urbanos que viveram um luxo artificial.

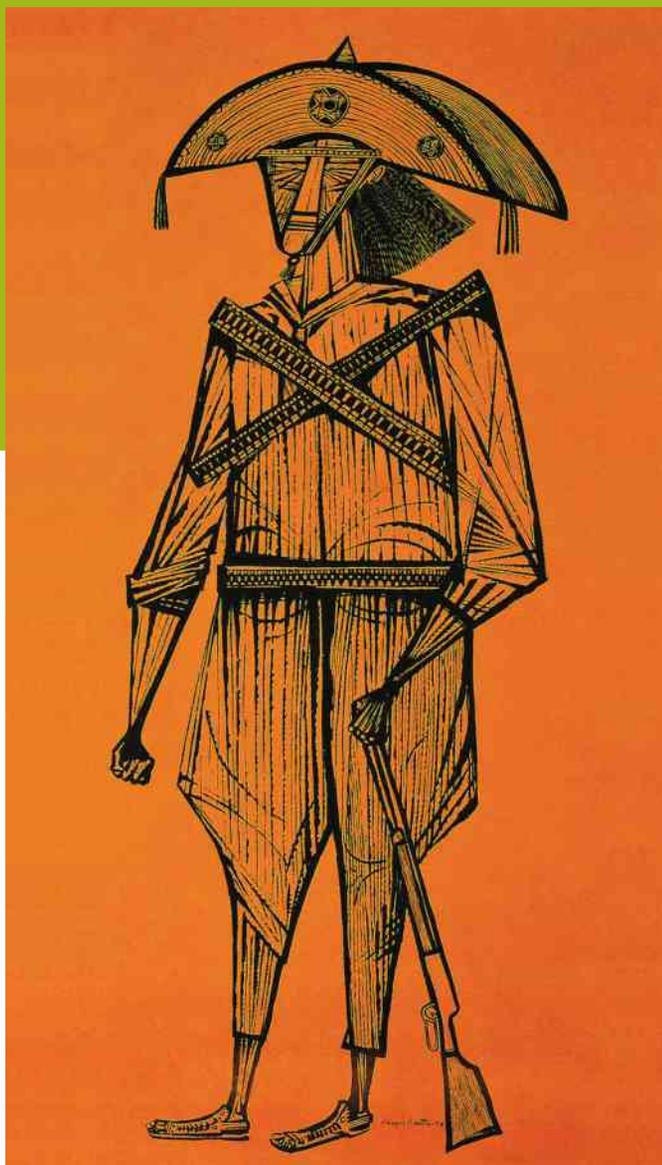
SOUZA, Márcio. *A Belle-Époque amazônica chega ao fim*.

Considerando o texto, responda:

- a) Por que “o preço da borracha caiu verticalmente” a partir de 1915?
- b) Por que a crise da economia da borracha produziu estagnação econômica na região amazônica, enquanto no sul do país a crise da economia cafeeira não levou a semelhante marasmo econômico? Apresente uma razão dessa diferença.

Revoltas na Primeira República

Nas primeiras décadas do século XX, apesar das transformações socioeconômicas, milhões de brasileiros viviam na miséria, sem perspectivas de mudança. Muitos dos que se indignavam contra essa situação participaram de revoltas violentas. Que aspirações sociais alimentaram essas revoltas?



PINA COTECA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Cangaceiro. Nanquim sobre papel, de Aldemir Martins, de 1956.

Treinando o olhar

1. Que características desta figura comprovam tratar-se de um cangaceiro?
2. Como o artista conseguiu transmitir a aridez e o calor do Nordeste?

Messianismo

Religiosidade e revolta sertaneja

A palavra **messianismo** é derivada de **messias**, que significa “o enviado de Deus”, “o salvador”. Originalmente, o termo refere-se à crença da religião judaica na futura vinda do Messias, isto é, daquele que libertará o povo judeu dos sofrimentos, conduzindo-o à felicidade eterna. Com base nessa crença, os cristãos entendem que Jesus Cristo é o Messias, que já veio à Terra indicar o caminho da salvação eterna e voltará no dia do Juízo Final.

Assim, o termo messianismo passou a ser utilizado, por historiadores, sociólogos e outros estudiosos, para designar a crença de um grupo de pessoas em um líder político-religioso (o chamado líder messiânico), capaz de conduzir determinada coletividade a uma nova era de justiça e felicidade. Geralmente, a crença messiânica desenvolve-se a partir da necessidade de se ter esperança de uma vida melhor, entre pessoas castigadas pelo sofrimento cotidiano, pela miséria e pelas injustiças sociais.

Na historiografia do Brasil, o termo messianismo costuma ser usado para denominar os movimentos sociais nos quais milhares de sertanejos de áreas rurais pobres fundaram comunidades comandadas por um líder religioso. Atribuía-se a esse líder dons como o de fazer milagres, realizar curas e profetizar acontecimentos.

Na Primeira República, os dois principais movimentos de caráter messiânico foram Canudos e Contestado, caracterizados pela religiosidade e pelo sentimento de revolta dos sertanejos.

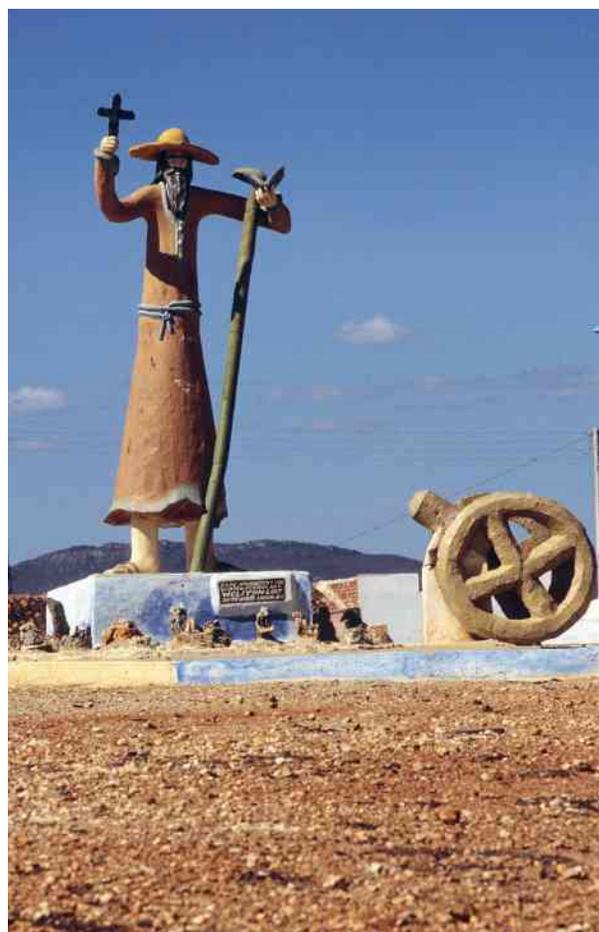
Revolta de Canudos (1893-1897)

Nas últimas décadas do século XIX, parte da população nordestina, principalmente das regiões do semiárido, vivia de maneira miserável. De acordo com historiadores, as principais condições que contribuíam para agravar o sofrimento de milhares de sertanejos nesse período foram: o declínio da produção açucareira; as constantes secas; a prepotência dos coronéis-fazendeiros e os novos rumos políticos que o país tomou com a instituição da República, que não os beneficiou.

Antônio Conselheiro

Foi nesse contexto de opressão e desesperança, durante o mandato do presidente Prudente de Moraes, que Antônio Vicente Mendes Maciel (cerca de 1828-1897), chamado de Antônio Conselheiro, desenvolveu suas pregações político-religiosas.

Antônio Conselheiro discordava de algumas mudanças implementadas pela República. Declarava-se, por exemplo, contra o casamento civil. Era identificado por seus adversários como monarquista e “religioso fanático”, mas essas caracterizações não davam conta de seu ideário complexo. Sua figura, ainda hoje, desperta polêmicas. A partir de 1870, realizou pregações que atraíram crescente número de pessoas do sertão nordestino. Um de seus lemas principais era: “A terra não tem dono, a terra é de todos”.



Monumento a Antônio Conselheiro (líder de Canudos) localizado em Canudos (BA).

LUCIANO ANDRADE/ESTADÃO CONTEÚDO

Em 1893, aos 65 anos, Conselheiro chegou a uma propriedade rural abandonada no sertão baiano, situada às margens do rio Vaza-Barris. A localidade chamava-se Canudos (embora Conselheiro a tivesse batizado como Belo Monte). Foi o início da formação de sua “cidade santa”.



Fonte: MARINS, Francisco. *A guerra de Canudos*. São Paulo: Ática, 1987. p. 31.

Observar o mapa

1. Em que estado brasileiro se situava Canudos?
2. No mapa, o que representa a área na cor amarela?
3. De acordo com o que está representado no mapa, que outras localidades foram influenciadas pelo movimento de Canudos?

A vida em Canudos

Muitas pessoas mudaram-se para Canudos: sertanejos sem-terra, vaqueiros, ex-escravos, pequenos proprietários pobres, homens e mulheres perseguidos pelos coronéis ou pela polícia. De modo geral, buscavam paz e justiça em meio à fome e à seca do sertão. Em pouco tempo, o povoado transformou-se em uma das localidades mais populosas da Bahia, reunindo entre 20 mil e 30 mil habitantes.

Segundo pesquisadores, o modo de vida da população de Canudos apresentava algumas características, como a prática de um sistema comunitário, em que as colheitas, os rebanhos e o fruto do trabalho eram repartidos. O excedente era vendido ou trocado com os povoados vizinhos. Não havia cobrança de tributos e eram proibidas a prostituição e a venda de bebidas alcoólicas.

O povoado tinha normas próprias e representava, de certa forma, uma alternativa de sociedade para os sertanejos que fugiam da dominação dos coronéis.

Reação contra Canudos

O crescimento de Canudos passou a ser visto, por diversos grupos da sociedade brasileira, como uma ameaça. Para alguns membros da Igreja Católica, Antônio Conselheiro e seus seguidores representavam um perigo, porque desviavam os cristãos da “fé verdadeira”. Para os proprietários rurais, bem como para as elites políticas e o governo, Canudos constituía uma ameaça tanto pela ocupação das terras quanto pela recusa à subordinação ao Estado.

Assim, predominou na época a versão — que durante muito tempo foi reproduzida como única verdade — de que ali viviam apenas “fanáticos religiosos” e monarquistas. Não se considerava que a comunidade de Canudos era fruto, por exemplo, da necessidade que os sertanejos tinham de escapar da miséria e da violência. O messianismo foi a maneira encontrada por eles para expressar sua vontade de construir uma ordem social diferente.

Guerra de Canudos

Em novembro de 1896, tropas dos coronéis locais e do governo estadual baiano foram enviadas para acabar com o arraial (povoado), mas não conseguiram vencer as forças de Canudos. Assim, o governo federal entrou nos combates, mandando tropas para a região. Finalmente, um poderoso exército de cerca de 7 mil homens foi organizado pelo ministro da Guerra e Canudos foi destruído em 5 de outubro de 1897.

Mais de 5 mil casas foram incendiadas pelo exército. A população sertaneja morreu defendendo sua comunidade, em uma das mais trágicas lutas da história da República.

A Guerra de Canudos foi tema do livro *Os sertões*, do escritor e jornalista Euclides da Cunha. Publicado em 1902, o livro alcançou grande repercussão e logo se tornou um clássico, consagrando seu autor como um dos mais importantes ensaístas brasileiros.

Leia, a seguir, um trecho das últimas páginas do livro, nas quais é narrada a destruição do povoado.

Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a história, resistiu até ao esgotamento completo. Expugnado palmo a palmo, na precisão integral do termo, caiu no dia 5, ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2005. p. 441.

No texto a seguir, o ensaísta e professor de Teoria Literária Roberto Ventura (1957-2002) discute a interpretação de Euclides da Cunha acerca da Guerra de Canudos.

Euclides da Cunha interpretou a Guerra de Canudos a partir de fontes orais, como os poemas populares e as profecias religiosas encontradas em papéis e cadernos nas ruínas da comunidade. Baseou-se em profecias apocalípticas, que julgou serem da autoria de Antônio Conselheiro, para criar, em *Os sertões*, um retrato sombrio do líder da comunidade. Esses poemas e profecias foram o ponto de partida de sua visão de Canudos como movimento sebastianista e messiânico, vinculado à crença no retorno mágico do rei português D. Sebastião, para derrotar as forças da república e restaurar a monarquia. [...]

Foi além da narração da guerra, ao construir uma teoria do Brasil cuja história seria movida pelo choque de etnias e culturas. [...]

O conflito entre Canudos e a república resultou, para Euclides, do choque entre dois processos de mestiçagem: a litorânea e a sertaneja. O mestiço do sertão apresentaria vantagem sobre o mulato do litoral, devido ao isolamento histórico e à ausência de componentes africanos, que tornariam mais estável sua evolução racial e cultural.

VENTURA, Roberto. Canudos como cidade ilustrada: Euclides da Cunha urbs monstruosa. In: ABDALA JR., Benjamin. *Canudos: palavra de deus, sonho da terra*. São Paulo: Senac/Boitempo Editorial, 1997. p. 89-93.

1. Caracterize a maneira como Euclides da Cunha descreve a ação dos defensores de Canudos e das forças que os combatiam, na batalha final de Canudos.
2. Debata com seus colegas: por que atualmente não é mais possível concordar com as ideias de Euclides da Cunha a respeito das causas do conflito entre Canudos e a República?

Guerra do Contestado (1912-1916)

Outro importante movimento messiânico ocorreu na fronteira entre Paraná e Santa Catarina, em uma região contestada (disputada) pelos dois estados. Por isso, o movimento ficou conhecido como Contestado.

Antecedentes gerais

Era grande o número de sertanejos estabelecidos na região do Contestado que viviam da criação de gado e da extração de erva-mate e de madeira desde o século XVIII. Com o início da construção de uma ferrovia que ligaria São Paulo ao Rio Grande do Sul, em 1890, muitos deles foram desalojados dessas terras, perdendo também seu meio de vida.

Alguns conseguiram trabalho, sob duras condições, com os fazendeiros locais. Outros, a partir de 1908, começaram a trabalhar em duas empresas estadunidenses que ali passaram a atuar: a Brazil Railway, contratada pelo governo para terminar a construção da ferrovia que havia sido interrompida, e sua coligada Southern Brazil Lamber and Colonization, que herdou o direito de explorar e vender a madeira na faixa de terreno desapropriada ao longo dessa ferrovia.

Os problemas sociais e a disputa pela terra agravaram-se quando a Brazil Railway, para aumentar sua receita,

[...] passou a contratar trabalhadores em outros estados para a construção da estrada de ferro, pagando salários muito baixos. Em 1910, quando a ferrovia ficou pronta, a empresa mandou embora todos os seus funcionários — mais ou menos 8 mil homens. Sem casa, sem dinheiro e sem ter como voltar para seus estados, eles passaram a perambular pela região, saqueando, invadindo propriedades e até se oferecendo como jagunços aos coronéis. Tudo isso fez crescer muito as tensões sociais e políticas na região.

AFONSO, Eduardo José. *O Contestado*. São Paulo: Ática, 1994. p. 8.

Fundação de povoados

Sem terra e famintos, os sertanejos do Contestado começaram a se organizar sob a liderança de um “monge” chamado João Maria. Após sua morte, seu lugar foi ocupado por outro “monge”, Miguel Lucena Boaventura, conhecido como José Maria.

José Maria reuniu mais de 20 mil sertanejos e fundou com eles alguns povoados que compunham a chamada Monarquia Celeste. Como em Canudos, a “monarquia” do Contestado tinha um governo próprio e normas igualitárias, não obedecendo às ordens das autoridades da República.

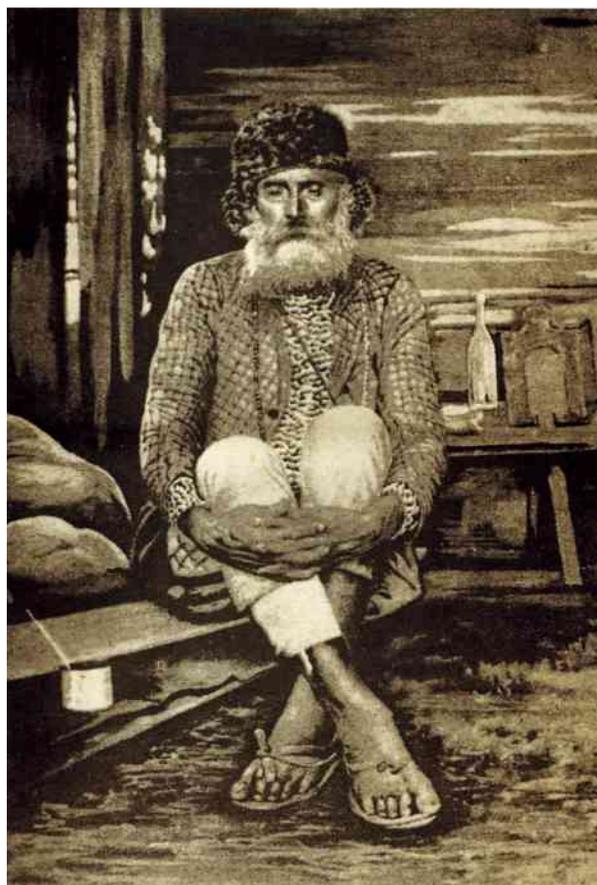
Combate aos sertanejos

Os sertanejos do Contestado passaram a ser perseguidos por pessoas a mando dos coronéis-fazendeiros e dirigentes das empresas estrangeiras estabelecidas na região, com o apoio de tropas do governo. O objetivo era destruir a organização comunitária e expulsar os sertanejos das terras que ocupavam.

Em novembro de 1912, José Maria foi morto em combate e “santificado” pelos moradores da região. Seus seguidores, entretanto, criaram novos núcleos da Monarquia Celeste, que depois foram combatidos e destruídos por forças do Exército brasileiro.

Em 1916, os últimos núcleos foram arrasados por tropas de 7 mil homens armados de canhões, metralhadoras e até alguns aviões de bombardeio, pela primeira vez usados como arma de combate no Brasil.

O “monge” José Maria ainda hoje é venerado por descendentes caboclos do sul do país, da região onde ocorreu a Guerra do Contestado (1912-1916). Imagem da década de 1910, pertencente ao Museu Histórico Orty de Magalhães Machado, em Canoinhas (SC).



AUTORIA DESCONHECIDA. SÉCULO XX

Cangaço

Revolta e violência no nordeste

No final do século XIX e início do século XX, havia seca, fome, concentração de terras e injustiças no Nordeste. Nesse contexto, formaram-se grupos armados, que praticavam assaltos a fazendas e, muitas vezes, matavam pessoas.

As pessoas que participavam desses grupos armados eram conhecidas como **cangaceiros**, e o tipo de vida que levavam recebeu o nome de **cangaço**. Atuando frequentemente com violência, os cangaceiros espalhavam terror por onde passavam. Entre as populações mais pobres, despertavam sentimentos contraditórios, que iam do medo à admiração.

O cangaço ainda é objeto de discussões entre pesquisadores. Para alguns estudiosos, foi uma forma pura e simples de banditismo e criminalidade. Para outros, constituiu uma forma de contestação social,

isto é, uma forma encontrada por pessoas que viviam oprimidas para expressar sua revolta, sendo por isso reconhecida como legítima.

Rei do cangaço

Entre os mais conhecidos grupos de cangaceiros destacaram-se o de Antônio Silvino (1875-1944) e o de Virgulino Ferreira, mais conhecido como Lampião (cerca de 1897-1938), considerado o “Rei do Cangaço”. Ele e sua mulher, Maria Bonita (que vivia com o bando), se tornariam os personagens mais famosos do cangaço.

Depois que a polícia massacrou o bando de Lampião, em 1938, durante o governo de Getúlio Vargas, o cangaço praticamente desapareceu no nordeste.



BENJAMIN ABRAHÃO, 1936

Grupo de cangaceiros, fotografados em 1936 por Benjamin Abrahão, responsável pelo registro iconográfico do cangaço de Lampião. A imagem pertence ao acervo Abafilm, Fortaleza (CE).

Investigando

- Você já tinha ouvido falar em Lampião e Maria Bonita? O que sabia sobre eles?

Rio de Janeiro

Revoltas na capital da República

Nem todas as revoltas da Primeira República ocorreram no interior do país e no campo. Em algumas das maiores cidades – especialmente na capital da República, Rio de Janeiro –, também ocorreram diferentes movimentos populares ou de certos grupos que se sentiam oprimidos pela ordem social vigente. Entre esses movimentos, destacaram-se a Revolta da Vacina, a Revolta da Chibata e o Tenentismo.

Revolta da Vacina (1904)

No início do século XX, a população do Rio de Janeiro enfrentava problemas sociais (muita pobreza e alto índice de desemprego) e de saneamento (existência de mangues, lixo amontoado nas ruas, ratos e mosquitos transmissores de doenças). Em consequência, milhares de pessoas morriam em epidemias como febre amarela, peste bubônica e varíola.

Reforma da capital

Paralelamente a essa grave situação social, os primeiros governos republicanos planejavam transformar o Rio de Janeiro na “capital do progresso”, uma

espécie de cartão-postal que mostrasse “o novo tempo” trazido pela República.

Coube ao presidente Rodrigues Alves (1902-1906) a decisão de implementar esse projeto. As obras de reforma e modernização do Rio de Janeiro, comandadas pelo prefeito da cidade, Francisco Pereira Passos, incluíam o alargamento das principais ruas do centro, a construção da avenida Central (atual avenida Rio Branco), a ampliação da rede de água e esgotos e a remodelação do porto.

Para realizar essas obras, cortiços e casebres dos bairros centrais foram demolidos. O governo, entretanto, não ofereceu novas moradias às pessoas desalojadas, que passaram a viver em barracos nos morros do centro ou no subúrbio. Esse conjunto de medidas gerou insatisfação entre a população mais pobre.

Investigando

- É possível evitar que melhorias urbanísticas se tornem sinônimo de exclusão social? Converse com os colegas sobre o assunto.



A avenida Central (atual avenida Rio Branco), com destaque para o Teatro Municipal do Rio de Janeiro, à esquerda, após a urbanização da cidade. Fotografia de Marc Ferrez, de cerca de 1910.

MARC FERREZ. C. 1910/INSTITUTO MOREIRA SALLES

Em destaque Matrizes do samba

O samba é um gênero musical conhecido no mundo inteiro como símbolo da cultura brasileira. Esse gênero se consolidou durante as primeiras décadas do século XX, sobretudo no Rio de Janeiro.

O samba pode ser interpretado como expressão de resistência das comunidades negras atingidas pela reforma urbana que as afastou do centro do Rio de Janeiro. Foi nessas comunidades que, sob a influência do jongo, do maxixe e das marchas carnavalescas, desenvolveram-se as três principais matrizes do samba: o partido-alto, o samba de terreiro e o samba-enredo.

O **partido-alto** é um samba marcado pelo improviso, com canções provocativas e cheias de jogos de linguagem. Os cantores de partido-alto, os partideiros, costumam se desafiar e são admirados por seu raciocínio ágil e por sua capacidade de criar belas poesias.

O **samba de terreiro** nasceu no subúrbio carioca, em casas onde as pessoas se reuniam para comer, beber, tocar e dançar em rodas de samba. Em uma dessas casas, no ano de 1916, foi criada a música *Pelo telefone*, considerada o primeiro samba gravado em disco.

O **samba-enredo** surgiu para acompanhar os desfiles carnavalescos, em 1928, quando um

grupo de sambistas saiu com a escola Deixa Falar. A partir de então, esse tipo de samba se consolidou como um dos quesitos básicos dos desfiles das escolas de samba.

Atualmente, as **matrizes do samba do Rio de Janeiro** são registradas como Patrimônio Imaterial do Brasil pelo Iphan.



ANITA MALFATTI, SAMBA, 1943-1945. COLEÇÃO PARTICULAR

Samba, obra criada por Anita Malfatti entre 1943 e 1945.

- Pesquise letras de samba criadas no começo do século XX. Em seguida, analise as letras pesquisadas identificando: nome, autor, ano da criação e tema.

Campanha de vacinação

O governo federal concentrou quase todas as suas atenções e recursos na reforma da capital. O combate às epidemias locais foi também um de seus principais objetivos. Foi nesse contexto que o médico sanitarista Oswaldo Cruz (1872-1917), diretor da Saúde Pública, convenceu o presidente a decretar a lei da vacinação obrigatória contra a varíola.

Naquela época, entretanto, a população quase não tinha informações sobre os benefícios das vacinas e não obteve qualquer esclarecimento por parte das autoridades. Para alguns, a aplicação de injeções em mulheres era imoral. Para outros, a obrigatoriedade da vacina feria a liberdade individual. Outros, ainda, não

compreendiam como uma doença poderia ser evitada com a introdução do vírus no corpo da pessoa sadia.

O descontentamento das pessoas afetadas pela demolição dos cortiços, a impopularidade do governo e a obrigatoriedade da vacinação provocaram, no período de 10 a 15 de novembro de 1904, uma revolta popular no Rio de Janeiro.

Políticos e militares de oposição quiseram aproveitar a revolta popular para derrubar Rodrigues Alves da presidência da República, mas não conseguiram. O governo dominou os revoltosos usando tropas do corpo de bombeiros e da cavalaria. Cerca de 50 pessoas morreram e mais de 100 foram feridas. Centenas de participantes dos conflitos foram presos e deportados para o Acre.

Investigando

- Como são realizadas as campanhas de vacinação na região onde você mora? Que vacinas são oferecidas gratuitamente pelo Estado brasileiro? Pesquise.

Em destaque **Revolta dos excluídos**

No texto, as historiadoras Margarida de Souza Neves e Alda Heizer falam sobre as reformas que, por um lado, transformaram o Rio de Janeiro na “capital do progresso”, e, por outro, provocaram a continuidade da exclusão social. Leia-o com atenção.

A avenida Central foi aberta em 1905. A varíola desapareceu da cidade com a vacinação em massa obrigatória. O cais do porto foi remodelado e reequipado. “O Rio civiliza-se”, diziam então muitos, encantados com o cenário parisiense montado no centro da cidade [...]. Estava feita a reforma que transformara o Rio de Janeiro na capital do progresso [...].

Por trás do cenário francês da avenida Central, estava o Brasil de verdade, onde pouca coisa mudara com a proclamação da República. Por trás da barulheira e da agitação com as obras de reformulação da capital estava a rotina de um país que substituíra o açúcar pelo café na pauta de exportação, que deixara de ter escravos para ter ex-escravos, imigrantes e trabalhadores nacionais trabalhando no pesado e onde os barões do império viraram ministros da República. Por trás do discurso do progresso estava a preocupação com a ordem, uma ordem que excluía muitos da cidadania plena e que hierarquizava a sociedade como um todo. [...]

Nos sertões, outra forma de sonho de uma ordem diferente se esboçava: alguns, cansados da vida dura que levavam no campo, tentaram construir um mundo à parte, fora da ordem que os excluía, um espaço onde as normas e a disciplina fossem de outra natureza. Para construir essa outra sociedade, levavam o que possuíam: sua gente, sua religiosidade, certamente diversa da doutrina oficial da Igreja Católica, e sua fé na promessa de que a terra — ao menos aquela terra em que pisavam — seria, enfim, uma terra deles.

NEVES, Margarida de Souza; HEIZER, Alda. *A ordem é o progresso: o Brasil de 1870 a 1910*. São Paulo: Atual, 1991. p. 65-67, 79-80.

- De acordo com o texto, no Rio de Janeiro do início do século, “por trás do discurso do progresso estava a preocupação com a ordem”. Responda:
 - a) Que ordem era essa? Qual era o motivo da preocupação com ela?
 - b) A que frase famosa em nosso país o trecho citado faz referência?

Revolta da Chibata (1910)

Seis anos depois da Revolta da Vacina, em 22 de novembro de 1910, explodiu outra insurreição no Rio de Janeiro: aproximadamente 2 mil membros da Marinha brasileira, liderados pelo marinheiro João Cândido, rebelaram-se contra os castigos físicos que recebiam nessa instituição, dando início ao episódio que ficou conhecido como Revolta da Chibata.

Explosão da revolta

No início do século XX, a Marinha do Brasil ainda mantinha em seu código disciplinar algumas normas que remontavam aos séculos XVIII e XIX. Entre elas estava a punição dos marinheiros, por faltas graves, com 25 chibatadas. Essa punição humilhante era aplicada na presença dos demais companheiros, obrigados a assistir ao açoite dos faltosos.

A indignação das tripulações dos navios crescia. A tolerância com os maus-tratos chegou ao limite

depois que um marujo do encouraçado Minas Gerais recebeu uma punição de 250 chibatadas, quantidade dez vezes superior ao limite estabelecido.

Quando o encouraçado chegou à baía de Guanabara, sua tripulação amotinou-se. Primeiro, os revoltosos tomaram o comando do Minas Gerais, sendo, em seguida, acompanhados pelos marujos dos encouraçados São Paulo, Bahia e Deodoro, que também assumiram o controle de seus respectivos navios.

Em seguida, todos apontaram os canhões para a cidade do Rio de Janeiro e enviaram um comunicado ao presidente da República, explicando as razões da revolta e fazendo exigências. Queriam mudanças no código de disciplina da Marinha (especificamente, acabar com as chibatadas). Além dos castigos físicos, os marinheiros reclamavam da má alimentação e dos soldos (salários) miseráveis que recebiam.

Leia o documento que apresenta a mensagem dos marinheiros rebelados na chamada Revolta da Chibata, enviado ao presidente da República de então.

Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1910.

Ilmo. e Exmo. Sr. Presidente da República Brasileira.

Cumpre-nos comunicar a V. Excia. como Chefe da Nação Brasileira:

Nós, marinheiros, cidadãos brasileiros e republicanos, não podendo mais suportar a escravidão na Marinha Brasileira, a falta de proteção que a Pátria nos dá [...], rompemos o negro véu, que nos cobria aos olhos do patriótico e enganado povo.

Achando-se todos os navios em nosso poder, tendo a seu bordo como prisioneiros todos os Oficiais, os quais têm sido os causadores de a Marinha Brasileira não ser grandiosa, porque durante vinte anos de república ainda não foi bastante para tratar-nos como cidadãos fardados em defesa da Pátria, mandamos esta honrada mensagem para que V. Excia. faça aos Marinheiros Brasileiros possuímos os direitos sagrados que as leis da República nos facilitam, acabando com a desordem e nos dando outros gozos que venham engrandecer a Marinha Brasileira; bem assim como: retirar os oficiais incompetentes e indignos de servir a Nação Brasileira; reformar o Código Imoral e Vergonhoso que nos rege, a fim de que desapareça a chibata, o bolo, e outros castigos semelhantes; aumentar o nosso soldo pelos últimos planos do ilustre Senador José Carlos de Carvalho; educar os marinheiros que não têm competência para vestir a orgulhosa farda; mandar pôr em vigor a tabela de serviço diário, que a acompanha.

Tendo V. Excia. o prazo de 12 horas para mandar-nos a resposta satisfatória, sob pena de ver a Pátria aniquilada — Bordo do Encouraçado “São Paulo”, em 22 de novembro de 1910.

Nota: não poderá ser interrompida a ida e a volta do mensageiro — Marinheiros.

In: MOREL, Edmar. *A Revolta da Chibata*. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 84-85.

1. Quais são as reivindicações dos marinheiros apresentadas no documento?
2. Aponte a forma como a república é tratada pelos marinheiros no documento.

Reação do governo

Sob a mira dos canhões e após alguns disparos, o governo respondeu, depois de quatro dias de muita tensão, que atenderia a todas as exigências dos marujos. Rapidamente, a Câmara dos Deputados aprovou um projeto que punha fim às chibatadas e **anistiava** os revoltosos, já que o motim, no direito militar, é considerado um crime contra a disciplina.

Anistiar: perdoar.

Os marinheiros, confiando na palavra das autoridades, entregaram os navios aos comandantes. O governo, entretanto, não cumpriu tudo o que havia prometido: os castigos foram abolidos, mas alguns líderes da rebelião foram presos e vários marinheiros acabaram sendo expulsos da corporação militar.

Em reação, no dia 9 de dezembro, os marujos organizaram outra rebelião. Só que dessa vez o governo estava preparado para reagir, e o fez violentamente. Dezenas de revoltosos foram mortos e centenas foram presos e mandados para a Amazônia. Mais de mil foram expulsos da Marinha.

João Cândido foi preso em uma masmorra da ilha das Cobras, no Rio de Janeiro, sendo julgado e absolvido em 1912. Passou para a história como o Almirante Negro, que acabou com o castigo da chibatada na Marinha do Brasil.

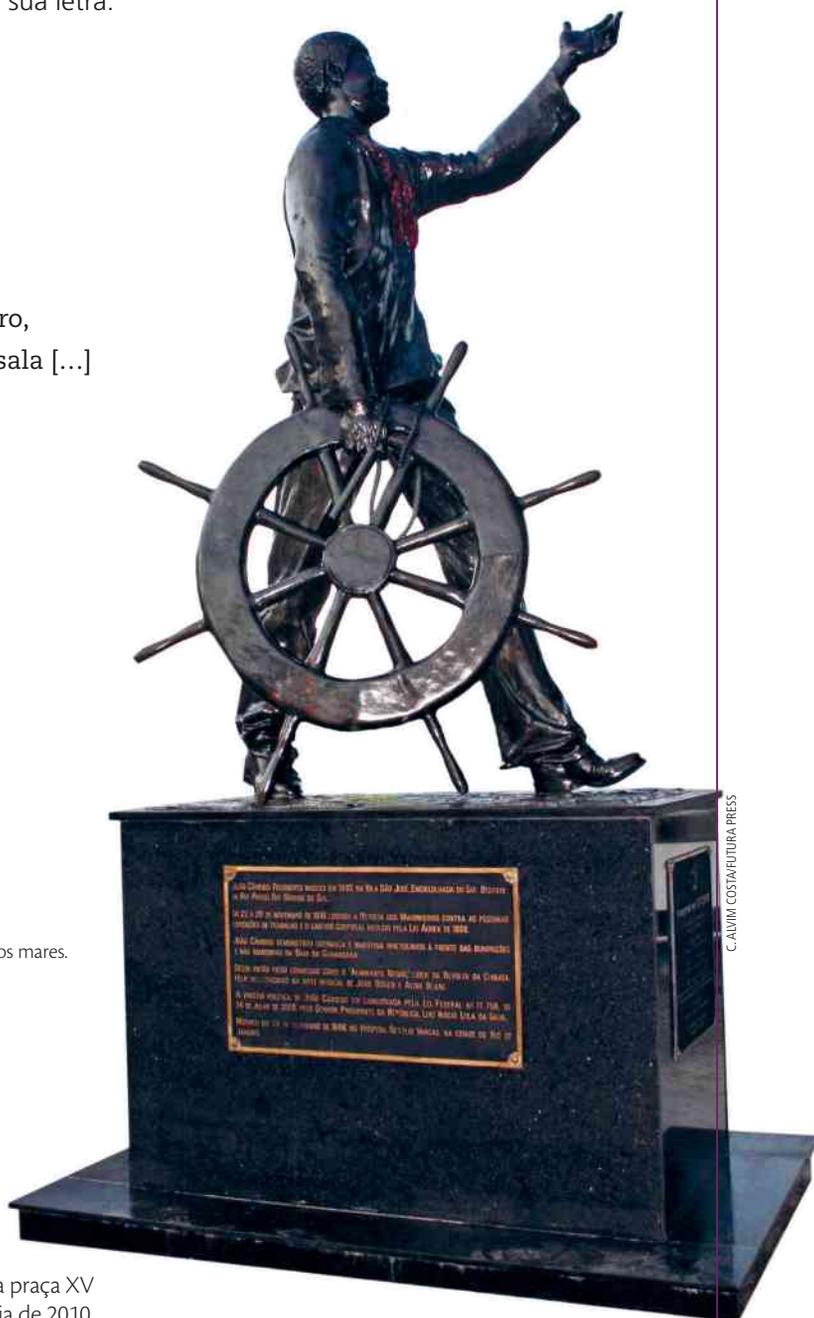
A música *O mestre-sala dos mares*, dos compositores Aldir Blanc e João Bosco, tem como tema a Revolta da Chibata. Leia alguns trechos de sua letra.

O mestre-sala dos mares

Há muito tempo
 Nas águas da Guanabara
 O dragão do mar reapareceu
 Na figura de um bravo feiticeiro
 A quem a história não esqueceu
 Conhecido como o navegante negro,
 Tinha a dignidade de um mestre-sala [...]
 Rubras cascatas,
 Jorravam das costas dos santos
 Entre cantos e chibatas
 Inundando o coração
 Do pessoal do porão
 Que a exemplo do feiticeiro
 Gritava então: [...]
 Glória a todas as lutas inglórias
 Que através da nossa história
 Não esquecemos jamais
 Salve o navegante negro
 Que tem por monumento
 As pedras pisadas do cais [...]

BOSCO, João; BLANC, Aldir. *O mestre-sala dos mares*.
 ©BMG Music Publishing Brasil, 1974.

Mestre-sala: aquele que conduz uma festa, um baile ou uma cerimônia; nas escolas de samba, figura de destaque que acompanha a porta-bandeira.



Estátua de João Cândido, que se encontra na praça XV de Novembro, no Rio de Janeiro. Fotografia de 2010.

- Com base na letra da canção e no episódio da Revolta da Chibata, explique o significado dos seguintes termos ou expressões poéticas:
 - a) bravo feiticeiro/navegante negro;
 - b) rubras cascatas;
 - c) pessoal do porão;
 - d) lutas inglórias.

Tenentismo (1922-1926)

Uma década depois da Revolta da Chibata, seguia crescendo o descontentamento de diversas camadas sociais com o tradicional sistema oligárquico que dominava a política brasileira. Esse descontentamento era particularmente notado entre as populações dos grandes centros urbanos, que não estavam diretamente sujeitas às pressões dos coronéis.

O clima de revolta atingiu as forças armadas, difundindo-se, sobretudo, entre jovens oficiais, a maioria tenentes. Estes acabaram liderando uma série de rebeliões, como parte de um movimento político-militar, que ficou conhecido como **tenentismo**.

O movimento tenentista pretendia conquistar o poder pela luta armada e promover reformas na Primeira República. Entre suas principais reivindicações, incluíam-se: a moralização da administração pública e o fim da corrupção eleitoral; o voto secreto e uma Justiça Eleitoral confiável; a defesa da economia nacional contra a exploração das empresas e do capital estrangeiro; a reforma da educação pública, para que o ensino fosse gratuito e obrigatório a todos os brasileiros.

A maioria das propostas do tenentismo contava com a simpatia de grande parte da classe média suburbana, dos produtores rurais que não pertenciam ao grupo que estava no poder e de alguns empresários da indústria.

Na interpretação do historiador Boris Fausto:

[os] tenentes pretendiam dotar o país de um poder centralizado, com o objetivo de educar o povo e seguir uma política vagamente nacionalista. Tratava-se de reconstruir o Estado para construir a nação. Embora não chegassem nessa época a formular um programa antiliberal, os “tenentes” não acreditavam que o “liberalismo autêntico” fosse o caminho para a recuperação do país. Faziam restrições às eleições diretas, ao sufrágio universal, insinuando a crença em uma via autoritária para a reforma do Estado e da sociedade.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1995. p. 314.

Fazem parte do movimento tenentista a Revolta do Forte de Copacabana, as Revoltas de 1924 e a **Coluna** Prestes. Nenhuma delas pro-

Coluna: na terminologia militar, tropas dispostas em formação compacta que se deslocam em direção a um objetivo estratégico de combate.

duziu efeitos imediatos na estrutura política brasileira, mas mantiveram acesa a chama da revolta contra o poder e os privilégios das oligarquias.

Revolta do Forte de Copacabana (1922)

A primeira revolta tenentista teve início em 5 de julho de 1922, no Forte de Copacabana, que contava com uma tropa de aproximadamente 300 homens. Os revoltosos do forte decidiram impedir a posse do presidente Artur Bernardes.

Tropas fiéis ao governo isolaram os rebeldes, que não tiveram condições para resistir. Mesmo diante da superioridade das forças governamentais, 17 tenentes e um civil saíram às ruas para um combate corpo a corpo com as tropas opositoras. Dessa luta, apenas dois revoltosos escaparam com vida: os tenentes Eduardo Gomes e Siqueira Campos.

Esse episódio ficou conhecido como Revolta do Forte de Copacabana ou Os Dezoito do Forte.

Revoltas de 1924

Dois anos depois da Revolta do Forte de Copacabana, ocorreram novas rebeliões tenentistas em regiões como Rio Grande do Sul e São Paulo.

Em São Paulo, a revolta eclodiu também em 5 de julho, liderada pelo general Isidoro Dias Lopes, pelo tenente Juarez Távora e por políticos como Nilo Peçanha. Com uma guarnição de aproximadamente mil homens, os revolucionários rapidamente ocuparam os lugares mais estratégicos da cidade, travando diversas batalhas com as forças governamentais.

O governo paulista viu-se obrigado a fugir da capital para uma localidade próxima, de onde pôde organizar melhor a reação contra os rebeldes. Recebendo reforços militares do Rio de Janeiro, preparou uma violenta contraofensiva.

Depois de mais de vinte dias no controle da cidade, os rebeldes perceberam que não teriam mais condições de resistir e decidiram abandoná-la. Formou-se, então, uma numerosa e bem-armada tropa de rebeldes – a chamada Coluna Paulista, liderada pelo militar Miguel Costa –, que seguiu em direção ao sul do país, ao encontro de outra coluna militar tenentista: era a tropa liderada pelo capitão Luís Carlos Prestes, que partira do Rio Grande do Sul.

Modernismo

Renovação nas artes brasileiras

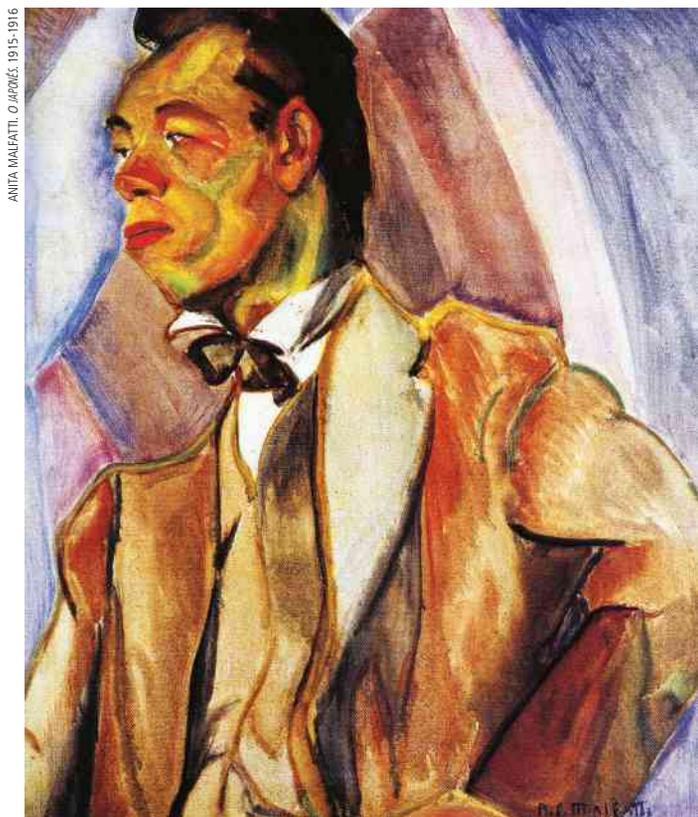
O ano de 1922 foi marcado por importantes acontecimentos políticos, como a primeira revolta dos tenentes e a fundação do Partido Comunista Brasileiro. As cidades cresciam e se modernizavam. São Paulo tinha cerca de 600 mil habitantes e o Rio de Janeiro, mais de 1 milhão.

Nesse contexto de transformações, surgiu o movimento modernista, que propunha a remodelação da arte brasileira, reagindo às formas tradicionais das artes plásticas e da literatura, dominadas pela influência europeia.

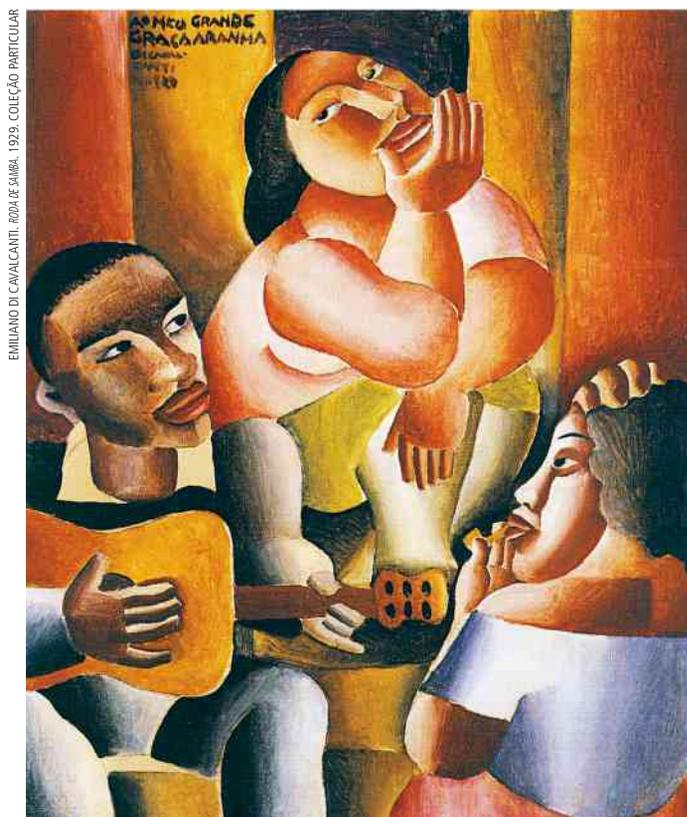
Semana de Arte Moderna

O movimento modernista teve como marco inicial a Semana de Arte Moderna, realizada na cidade de São Paulo entre os dias 11 e 18 de fevereiro de 1922. Tendo como palco o Teatro Municipal de São Paulo, a Semana contou com recitais de poesia, exposições de pintura e escultura, festivais de música e conferências sobre arte.

Os nomes que mais se destacaram na Semana de Arte Moderna foram os dos escritores Mário de Andrade, Menotti del Picchia, Ronald de Carvalho e Oswald de Andrade; dos músicos Heitor Villa-Lobos e Ernani Braga; e dos artistas plásticos Emiliano Di Cavalcanti, Anita Malfatti, Tarsila do Amaral e Victor Brecheret.



O japonês (1915-1916). Óleo sobre tela de Anita Malfatti. Sua polêmica mostra individual de pintura em São Paulo, em 1917, é considerada precursora da Semana de Arte Moderna. A obra pertence à coleção Mário de Andrade, IEB-USP, São Paulo.



Roda de samba (1929). Óleo sobre madeira, do pintor carioca Emiliano Di Cavalcanti.

Propósitos modernistas

Um dos principais objetivos do movimento modernista era reagir aos padrões considerados arcaicos de nossa arte (pintura, escultura, literatura) e a invasão cultural estrangeira, que despersonalizava a expressão artística no Brasil.

Para os líderes do modernismo, como os escritores Mário de Andrade e Oswald de Andrade, abraçar nossa arte não significava provincianismo nem isolamento cultural. O que eles defendiam era o diálogo com o mundo, afirmando as singularidades nacionais dentro do contexto internacional.

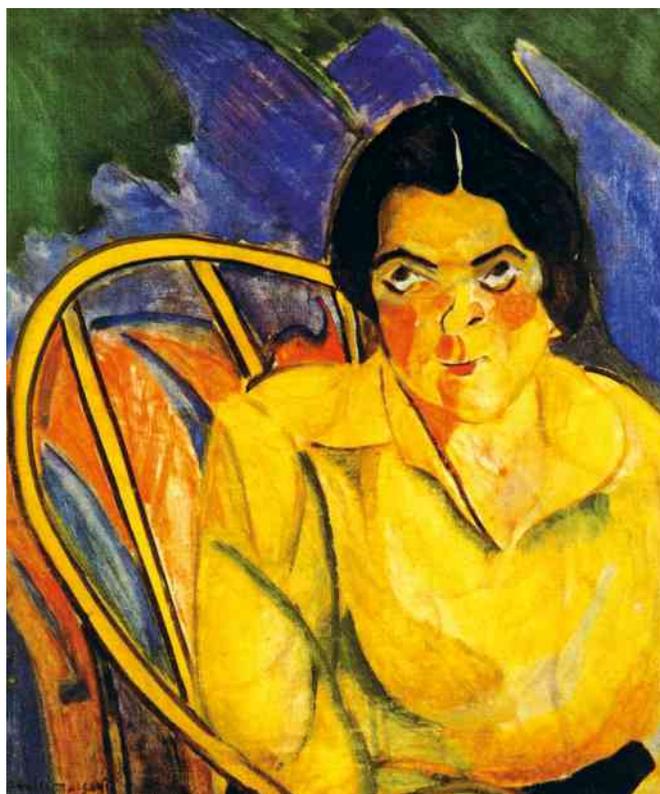
As obras e as ideias dos jovens artistas apresentadas na Semana de Arte Moderna foram rejeitadas por setores conservadores, mas conseguiram, com o tempo, influenciar as artes brasileiras.

Antropofagia cultural

No início do século XX, a cultura francesa dominava os meios artísticos e intelectuais brasileiros. Os principais expoentes da intelectualidade liam e falavam o francês e viajavam constantemente a Paris para realizar seus trabalhos ou buscar inspiração. Os modernistas de 1922 contestavam justamente o comodismo cultural dessa produção transplantada da Europa.

Para o escritor Mário de Andrade, a cultura popular deveria nascer enraizada à sua terra, como um aprofundamento do terreno nacional. Era um protesto contra a mentalidade subserviente, contra o sentimento de inferioridade dos brasileiros em relação aos europeus. Era também uma crítica à dominação cultural e política do Brasil pelos estrangeiros.

A boba (1915-1916). Óleo sobre tela de Anita Malfatti, exposto na Semana de Arte Moderna, em 1922. A obra pertence ao Museu de Arte Contemporânea da USP, São Paulo.



ANITA MALFATTI. A BOBA. 1915-1916

Investigando

1. Você tem mais contato com produções artísticas nacionais ou estrangeiras? Por que você acha que isso acontece?
2. É possível compatibilizar a influência cultural estrangeira com a construção de uma identidade nacional? Debata o assunto com os colegas.

Vivenciar e refletir

1. Leia o trecho da declaração de princípios da Coluna Prestes e reflita sobre semelhanças e diferenças entre a situação político-social brasileira da década de 1920 e a de hoje. Depois, responda ao que se pede.

Somos contra: os impostos exorbitantes, a incompetência administrativa, a falta de justiça, a mentira do voto, o amordaçamento da imprensa, as perseguições políticas, o desrespeito à autonomia dos estados, a falta de legislação social, o estado de sítio.

Somos a favor: do ensino primário gratuito, da instrução profissionalizante e técnica, da liberdade de pensamento, da unificação e autonomia da justiça, da reforma da lei eleitoral e do fisco, do voto secreto obrigatório, da liberdade sindical, do castigo aos defraudadores do patrimônio do povo e aos políticos corruptos, do auxílio estatal às forças econômicas.

In: RIBEIRO, Darcy. *Aos trancos e barrancos*. n. 624. Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 1985.

- a) Que itens apontados no documento já foram, em certa medida, incorporados à atual democracia brasileira?
 - b) Em sua opinião, há itens propostos que você considera desejáveis, mas que ainda não foram cumpridos ou que o foram de maneira insatisfatória? Justifique.
2. Forme um grupo para realizar as tarefas propostas a seguir.
 - a) Discutam a questão: A que se deve a grande desigualdade econômica que existia no início da República brasileira e que ainda persiste no Brasil atual?
 - b) Escrevam um texto reunindo as explicações que vocês consideram melhores em termos históricos e socioeconômicos.
 - c) Elaborem um álbum fotográfico ou um vídeo-documentário mostrando contrastes socioeconômicos em sua região.

Diálogo interdisciplinar

Diálogo interdisciplinar com Geografia e Arte.

3. Leia o texto e, em seguida, faça o que se pede:

José Celso Martinez Correa, do Teatro Oficina, entregará ao ministro da Cultura, Gilberto Gil, e ao presidente do Iphan, Luiz Fernando de Almeida, o pedido formal de reconhecimento da região de Canudos (BA) como paisagem cultural brasileira. [...]

O arraial de Canudos ficava em um Vale, hoje inundado pelo açude de Cocorobó. Sobrou no local apenas o material arqueológico no fundo do lago e, fora dele, alguns vestígios do assentamento do exército. Em 1997 [...] foi aberto um processo de tombamento da região. A partir de então, o Iphan chegou à conclusão de que seria necessário preservar a história local por meio de outros instrumentos, como o reconhecimento da região como paisagem cultural brasileira.

Paisagem cultural

Esse conceito é utilizado pela Unesco desde a Convenção de 1972 e tem como objetivo o reconhecimento de porções singulares dos territórios, onde a inter-relação entre a cultura humana e o ambiente natural confere à paisagem uma identidade singular. Em 2007, foi instituído esse título no Brasil, com o reconhecimento da região de imigração de Santa Catarina. Essa área é constituída por espaços e tradições remanescentes da peregrinação italiana, alemã, polonesa e ucraniana, principalmente em estradas rurais do estado.

Com a atribuição do título, são conduzidas ações de gestão no local, para a preservação desses valores e dessa história singular. O Iphan ainda irá estudar a região de Canudos para determinar se cabe a chancela de paisagem cultural e se deverá haver também algum tombamento ou registro de patrimônio imaterial.

Paisagem Cultural de Canudos. Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). 18 dez. 2007. Disponível em: <<http://portal.iphangov.br/noticias/detalhes/1970/paisagem-cultural-de-canudos>>. Acesso em: 7 jan. 2016.

- a) Explique, com suas palavras, o conceito de “paisagem cultural”.
- b) Escreva uma carta apresentando os motivos para que a região de Canudos seja reconhecida como “paisagem cultural”. Utilize elementos abordados no capítulo como argumentação para seu texto.

Diálogo interdisciplinar com Arte e Língua Portuguesa.

4. Leia a letra da canção. Em seguida, responda ao que se pede.

O fim da história

Não creio que o tempo

Venha comprovar

Nem negar que a História

Possa se acabar

Basta ver que um povo

Derruba um czar

Derruba de novo

Quem pôs no lugar

É como se o livro dos tempos pudesse

Ser lido trás pra frente, frente pra trás

Vem a História, escreve um capítulo

Cujo título pode ser “Nunca Mais”

Vem o tempo e elege outra história, que escreve

Outra parte, que se chama “Nunca É Demais”



Arco das ruínas da Igreja de Canudos (BA), destruída pela guerra. As ruínas reaparecem na época de seca da barragem. Fotografia de 1998.

“Nunca Mais”, “Nunca É Demais”, “Nunca Mais”
“Nunca É Demais”, e assim por diante, tanto faz
Indiferente se o livro é lido
De trás pra frente ou lido de frente pra trás
[...]

Por isso é que um cangaceiro
Será sempre anjo e capeta, bandido e herói
Deu-se notícia do fim do cangaço
E a notícia foi o estardalhaço que foi
Passaram-se os anos, eis que um plebiscito
Ressuscita o mito que não se destrói
Oi, Lampião sim, Lampião não, Lampião talvez
Lampião faz bem, Lampião dói
Sempre o pirão de farinha da História
E a farinha e o moinho do tempo que mói

Tantos cangaceiros
Como Lampião
Por mais que se matem
Sempre voltarão

E assim por diante
Nunca vai parar
Inferno de Dante
Céu de Jeová

GIL, Gilberto. O fim da história. In: *Parabolicamará*. Warner Music, 1992.
© Gege Edições Musicais.

- a) A canção apresenta uma certa percepção a respeito da história. Explique que percepção é essa.
- b) Relacione essa percepção da história ao trecho referente ao cangaço. Qual é a discussão presente na música a respeito desse assunto, apresentada também nos textos do capítulo?

Diálogo interdisciplinar com Geografia.

5. Considerando semelhanças e diferenças entre a realidade social do fim do século XIX e os tempos atuais, dê sua opinião sobre o lema que Antônio Conselheiro repetia a seus seguidores, “A terra não tem dono, a terra é de todos”, relacionando-o com:
- a) o problema da grande concentração de terras nas mãos de poucos no Brasil (cerca de 3% da população detém, aproximadamente, 43% das terras agrícolas disponíveis);
 - b) o grande movimento de trabalhadores rurais sem terra, conhecido como MST, que luta pela reforma agrária.

Diálogo interdisciplinar com Literatura.

6. Leia trecho do poema *Morte e Vida Severina*, de João Cabral de Mello Neto.

Essa cova em que estás, com palmos medida, é a conta menor que tiraste em vida. É de bom tamanho, nem largo nem fundo,	é a parte que te cabe deste latifúndio. Não é cova grande, é cova medida, é a terra que querias ver dividida.
---	--

- a) Interpretando esse trecho, escreva qual o conflito social retratado no poema.
- b) Transcreva dois trechos do poema em que fica bem caracterizado esse conflito. Explique-os.

De olho na universidade

7. (Enem-2011)



Charge capa da revista *O Malho*, de 1904.

A imagem representa as manifestações nas ruas da cidade do Rio de Janeiro, na primeira década do século XX, que integraram a Revolta da Vacina. Considerando o contexto político-social da época, essa revolta revela:

- a) a insatisfação da população com os benefícios de uma modernização urbana autoritária.
- b) a consciência da população pobre sobre a necessidade de vacinação para a erradicação das epidemias.
- c) a garantia do processo democrático instaurado com a República, através da defesa da liberdade de expressão da população.
- d) o planejamento do governo republicano na área de saúde, que abrangia a população em geral.
- e) o apoio ao governo republicano pela atitude de vacinar toda a população em vez de privilegiar a elite.

Era Vargas

Getúlio Vargas foi, provavelmente, um dos personagens de maior expressão da história republicana brasileira. Nacionalismo, populismo, autoritarismo, estatização, paternalismo, industrialização, trabalhismo e sindicalismo são alguns dos temas que podem ser relacionados ao seu governo.



CARLOS PRADO, VARREDORES DE RUA, 1935

Varredores de rua (Os garis), de 1935, de Carlos Prado. Esse óleo sobre tela do pintor paulista Carlos Prado foi doado pelo também pintor Flávio de Carvalho ao Museu de Arte de São Paulo (MASP), em cujo acervo hoje se encontra.

Treinando o olhar

1. O que caracteriza o grupo representado nessa obra como pertencente à classe trabalhadora?
2. Observando os elementos da imagem, qual parece ser o clima da cena?

A república em crise

A agonia da Primeira República

O ano de 1930 foi difícil para os cafeicultores brasileiros. De acordo com o historiador Boris Fausto, o volume de vendas do café caiu mais de 35% naquele ano.¹ A principal causa da queda das exportações do produto foi a crise mundial do capitalismo.

Crise econômica

O principal motivo dessa crise foi a superprodução da indústria dos Estados Unidos, que cresceu além das necessidades dos mercados interno e internacional.

A queda do valor das ações na Bolsa de Valores de Nova York, em outubro de 1929, foi o grande marco dessa crise que levou empresas e bancos à falência e milhões de trabalhadores ao desemprego.

Com o desemprego, houve queda no consumo e, com a redução das vendas, os comerciantes dos EUA reduziram também as compras. Isso afetou a economia de várias nações, que dependiam das importações dos Estados Unidos. Foi o caso do Brasil, que deixou de vender milhões de sacas de café para o mercado estadunidense, causando um desastre econômico que levou muitos cafeicultores à falência.

A crise afetou diversos setores da economia brasileira da época, mas sobretudo o cafeicultor, porque era no café que estava investida a maior parte do capital das elites econômicas.

Segundo Darcy Ribeiro, até a década de 1930, a cafeicultura era a atividade econômica mais dinâmica do país, tanto pelo valor de sua exportação como por toda a importação que custeava.

Sendo produzido em unidades monocultoras, as fazendas de café são os principais núcleos de consumo das safras de alimentos. É também o café que move o sistema de transportes, que implanta as estradas, ferrovias e portos, essencialmente para servi-lo. [...]

É também com capitais oriundos do café que se fazem indústrias, que se urbanizam cidades e que se moderniza a vida social. Assim, a crise da economia agroexportadora cafeeira afeta [...] do lavrador enxadaieiro ao operário fabril, do financista portuário ao banqueiro e ao empresário fabril.

RIBEIRO, Darcy. *Aos trancos e barrancos*. Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 1985, nota 624.

Crise política

O enfraquecimento econômico dos cafeicultores também significou o declínio de seu poder, contribuindo para desestruturar as bases políticas que sustentavam a Primeira República. Isso se manifestou nas eleições de 1930, no momento da indicação do nome do próximo presidente.

¹ Cf. FAUSTO, Boris. Expansão do café e política cafeeira. In: *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1985. p. 247.

As elites políticas de Minas Gerais e São Paulo não conseguiram chegar a um acordo. Os políticos da situação em São Paulo apoiavam o candidato Júlio Prestes, do Partido Republicano Paulista (PRP), que era, então, presidente do estado. Os políticos mineiros apoiavam Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, o presidente do estado de Minas Gerais pelo Partido Republicano Mineiro (PRM).



RUBENS CHAVES/PULSAR IMAGENS

Visita monitorada de estudantes no Museu do Café, antiga Bolsa Oficial de Café, na cidade de Santos (SP). Esse prédio, inaugurado em 1922, foi construído com materiais luxuosos importados de diversos países. Fotografia de 2014.

Aliança Liberal

O rompimento do acordo da política do café com leite, isto é, o desentendimento entre os partidários do PRP e do PRM, agitou a cena política do país, pois a oposição aproveitou o momento para conquistar espaço e formar alianças.

Foi nesse contexto histórico que nasceu a Aliança Liberal (AL), agrupamento político que reunia líderes do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais e da Paraíba.

Nas eleições presidenciais de 1930, a Aliança Liberal lançou o gaúcho Getúlio Vargas para presidente da República e o paraibano João Pessoa para vice-presidente.

Os dois candidatos passaram a ter o apoio de diferentes grupos sociais e políticos, tanto de renovadores, que queriam acabar com o esquema político tradicional da Primeira República, como daqueles que pretendiam conservar o poder. Era o caso do presidente do estado de Minas Gerais, Antônio Carlos, que passou a apoiar a Aliança Liberal depois de romper com o governo do estado de São Paulo.

A Aliança Liberal apresentava um programa de reformas cujos principais pontos eram: o incentivo à produção industrial, a instituição do voto secreto (para acabar com as fraudes eleitorais e a pressão dos coronéis) e a criação de algumas leis trabalhistas, como a regulamentação do trabalho de adolescentes e mulheres.

Esse programa tinha grande aceitação entre as classes médias urbanas e os militares ligados ao tenentismo, dada a semelhança entre as propostas dos grupos.

Bloco Operário Camponês

Naquela época, outros setores da sociedade brasileira também manifestavam suas aspirações. Foi o caso, por exemplo, dos operários, que lutavam pela melhora de suas condições de vida e de trabalho, e dos comunistas do PCB, fundado em 1922, mas que em 1930 se encontrava na ilegalidade. Ambos os grupos contribuíram para a formação do Bloco Operário Camponês (BOC).

Das propostas do BOC, constavam:

- a crítica e o combate à **plutocracia**;
- a cobrança de impostos somente para os ricos;
- a construção de habitações para os operários;
- a extensão e a obrigatoriedade do ensino primário que hoje equivale ao Ensino Fundamental I;
- a instituição do voto secreto e obrigatório, inclusive para as mulheres;
- o restabelecimento das relações diplomáticas e comerciais com a União Soviética, considerada a “aliada natural” das classes trabalhadoras.

Nas eleições presidenciais de 1930, o BOC lançou a candidatura do operário marmorista Minervino de Oliveira, do Rio de Janeiro. Apesar de ter obtido votação inexpressiva, Minervino foi o primeiro operário a se candidatar à presidência do Brasil.

Plutocracia: governo exercido pelas classes mais favorecidas economicamente.

Movimento rebelde de 1930

Júlio Prestes saiu vitorioso das eleições presidenciais realizadas em 1º de março de 1930. Seu principal adversário, o candidato da Aliança Liberal, Getúlio Vargas, fora derrotado. No entanto, os líderes da Aliança Liberal (gaúchos, mineiros e paraibanos) recusaram-se a aceitar o resultado, afirmando que a vitória de Júlio Prestes era uma fraude.

Conforme a análise de vários historiadores, é difícil saber qual dos dois lados utilizou mais violência e praticou mais fraudes naquele processo eleitoral. Mas o grupo do qual participava a oligarquia paulista foi mais eficiente nos métodos empregados e conseguiu eleger Júlio Prestes, que obteve quase 59% dos votos, enquanto Getúlio Vargas atingiu cerca de 40%.

Assassinato de João Pessoa

O clima de revolta após as eleições presidenciais de 1930 foi aumentando em várias regiões do país e envolvendo diversos grupos sociais: operários, militares, profissionais liberais etc. Atribui-se ao mineiro Antônio Carlos uma frase que simboliza a tensão existente na época: “Façamos a revolução, antes que o povo a faça”.

Essas palavras demonstram os líderes da Aliança Liberal, preocupados com as insatisfações populares, tinham consciência de que era preciso agir rapidamente e assumir o comando do processo político. Caso contrário, outros o fariam.

A revolta ganhou mais intensidade quando João Pessoa, candidato a vice-presidente pela Aliança Liberal, foi assassinado por motivos que misturavam questões pessoais e políticas, em 26 de julho de 1930. Esse episódio levou à união e à organização das oposições contra o governo.



Vista da praia de Tambaú, em João Pessoa (PB). O nome dessa cidade homenageia o antigo governador da Paraíba, assassinado em 1930. Fotografia de 2014.

Levante militar

Em 3 de outubro, teve início uma luta armada no estado do Rio Grande do Sul, que se espalhou por outros estados, como Minas Gerais, Paraíba e Pernambuco. O objetivo era impedir a posse de Júlio Prestes como presidente da República, o que deveria ocorrer em 15 de novembro de 1930.

Reconhecendo o avanço do movimento, militares do Rio de Janeiro aliaram-se aos revoltosos e depuseram o presidente Washington Luís, no dia 24 de outubro, poucas semanas antes do fim de seu mandato.

Getúlio no poder

No dia 3 de novembro de 1930, no Palácio do Catete, o poder foi entregue a Getúlio Vargas, considerado o chefe político do movimento de 1930 – também chamado, por grande parte dos historiadores e estudiosos, de **Revolução de 1930**.

Assim terminava a Primeira República e tinha início uma nova etapa na história do Brasil, que seria marcada pela política do líder gaúcho. Por isso, essa época, que se estendeu até 1945, ficou conhecida como Era Vargas ou período getulista. Durante esses 15 anos, ocorreriam significativas transformações socioeconômicas no país.

Estudaremos esse período seguindo a divisão tradicionalmente adotada pelos historiadores: Governo Provisório (1930-1934), Governo Constitucional (1934-1937) e Governo Ditatorial ou Estado Novo (1937-1945).

Governo provisório

O combate às velhas estruturas

Ao chegar à presidência da República, Getúlio Vargas tomou medidas para assumir o controle político do país. Entre suas primeiras providências, destacam-se: a suspensão da Constituição republicana de 1891, o fechamento dos órgãos do Poder Legislativo (Congresso Nacional, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais) e a indicação de **interventores** militares ligados ao tenentismo e de sua confiança para chefiar os governos estaduais.

O que Getúlio pretendia com a designação de interventores estaduais era desmontar a estrutura política da Primeira República, baseada no poder dos coronéis-fazendeiros. Os interventores acreditavam que em pouco tempo eliminariam a força dos grupos políticos tradicionais. Não eliminaram, mas conseguiram reduzir o poder dos seus representantes.

Movimento constitucionalista (1932)

Aos poucos, além de centralizador, o governo Vargas revelou-se preocupado com a questão social e também interessado em defender as riquezas nacionais. Tudo isso assustou grupos opositores, especialmente os de São Paulo, que desejavam a volta das práticas existentes na Primeira República e temiam as mudanças socioeconômicas apontadas por Getúlio.

Assim, para enfrentar o governo federal, os líderes do Partido Republicano Paulista formaram uma frente única com os do Partido Democrático (dissidentes do próprio PRP), que haviam apoiado a Revolução de 1930, mas estavam descontentes com a nomeação do interventor João Alberto Lins e Barros para governar São Paulo. Eles exigiam a nomeação de um interventor civil e paulista para o estado.

Cedendo a essas pressões, o presidente Vargas nomeou Pedro de Toledo para a função, mas isso não foi suficiente para silenciar a oposição de São Paulo, que também pedia a convocação de novas eleições e de uma Assembleia Constituinte. Como ainda controlavam o viciado sistema eleitoral da região, os ricos fazendeiros paulistas acreditavam que, com novas eleições, poderiam retomar o controle da situação.

Luta armada

Instalou-se, então, em São Paulo, um movimento constitucionalista que alcançou as ruas e mobilizou parte da população. Em 23 de maio de 1932, quatro estudantes paulistas – Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo – morreram em confronto com a polícia, numa manifestação pública contra o governo federal. Esse fato exaltou ainda mais os ânimos.

Com as letras iniciais dos nomes desses estudantes mortos, formou-se a sigla MMDC, que se tornou o símbolo do movimento.

No dia 9 de julho de 1932, teve início a chamada **Revolução** ou **Revolta Constitucionalista**, que mobilizou 30 mil pessoas armadas em São Paulo para lutar contra o governo federal.

Obelisco em frente ao parque do Ibirapuera, em São Paulo (SP). Esse monumento é um mausoléu que guarda os corpos dos estudantes e dos ex-combatentes paulistas mortos durante o movimento de 1932.

Interventor: pessoa nomeada pelo chefe do Poder Executivo, ou por autoridades competentes, para assumir provisoriamente um governo.



As tropas paulistas eram formadas por soldados da polícia estadual (Força Pública), que aderiram ao movimento contra as determinações do interventor, e por um grande contingente de voluntários. Muitas indústrias do estado contribuíram com a fabricação de armamentos e uniformes, como granadas, máscaras contra gases, lança-chamas e capacetes. Diversas mulheres também participaram do movimento, na maior parte das vezes atendendo a feridos nas batalhas.

Os paulistas – que acreditavam que contariam com o apoio prometido de outros estados — só não

ficaram totalmente isolados porque forças de Mato Grosso lutaram com eles contra o governo federal. Depois de três meses de enfrentamentos e muitos mortos e feridos, os rebeldes acabaram derrotados pelas tropas federais, mais numerosas e bem equipadas. Era o fim do movimento.

Para não se indispor novamente com a elite de um estado que, embora derrotado militarmente, tinha grande poder socioeconômico, o governo federal convocou eleições para uma Assembleia Nacional Constituinte, principal reivindicação formal do movimento de 1932.

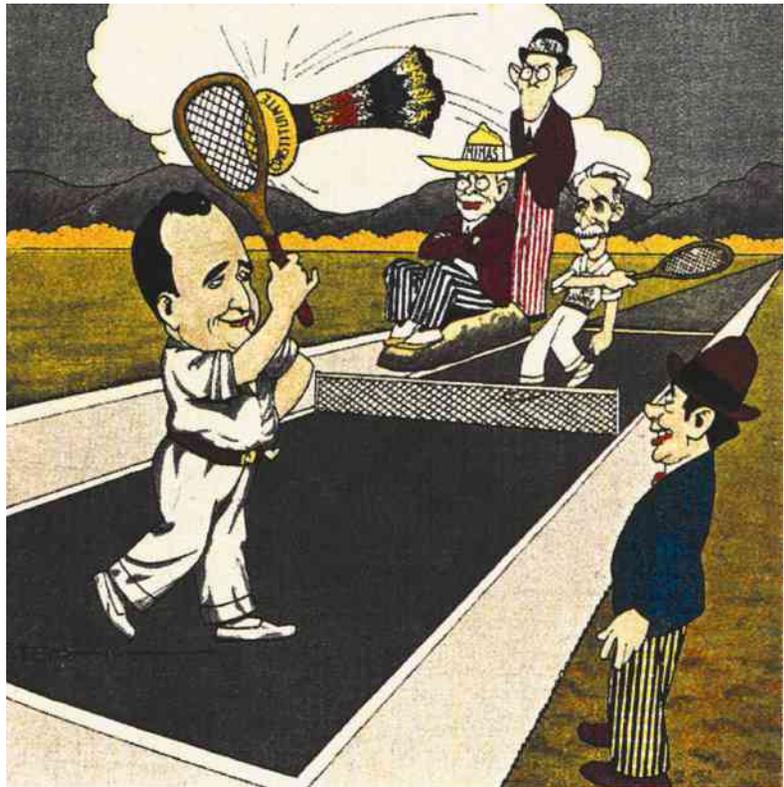
Interpretar fonte

Jogo político

A caricatura ao lado mostra Getúlio Vargas jogando peteca com o “Rio Grande”, sendo observado por “Minas” e “S. Paulo”. Observe que a peteca tem nome: “Constituinte”.

Caricatura de Alfredo Storni publicada na revista *Careta*, em 14 de maio de 1932.

- De acordo com o que você estudou, interprete a caricatura: como Getúlio Vargas lidava com as pressões dos estados? Por que a peteca se chama “constituinte”?



FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, RIO DE JANEIRO (RJ)

Código eleitoral e voto feminino

Para moralizar o sistema eleitoral no país, o Governo Provisório decretou, em fevereiro de 1932, uma lei que instituía o primeiro Código Eleitoral brasileiro.

Entre outras medidas, criava-se a Justiça Eleitoral, introduzia-se o voto secreto e estabelecia-se o voto feminino. A primeira vez em que as mulheres puderam votar no Brasil foi em maio de 1933, quando houve eleições para a Assembleia Constituinte. Mas, antes disso:

[...] é conhecido um caso de participação política feminina: em 1928, no Rio Grande do Norte foi eleita a primeira prefeita da América do Sul, Alzira Soriano.

Muitas mulheres se candidataram à Constituinte de 1934, como Bertha Lutz e Leolinda de Figueiredo Dalto, mas apenas Carlota Pereira de Queirós conseguiu se eleger por São Paulo. [...]

[...] Vários artigos da Constituição de 1934 iriam de fato beneficiar a mulher, entre eles os que estabeleciam a regulamentação do trabalho feminino, a igualdade salarial e a proibição de demissão por gravidez.

Mas a questão do papel da mulher não despertava consenso. O grupo católico, articulado em torno do Centro Dom Vital, fazia

restrições à emancipação feminina, considerando-a uma ameaça à estabilidade familiar. [...] Nas revistas humorísticas ilustradas, a mulher emancipada passaria a ser objeto de inúmeras charges e caricaturas.

Fundação Getúlio Vargas/CPDOC. *Anos de Incerteza (1930-1937)/Participação política feminina*. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/Constituicao1934/ParticipacaoFeminina>>. Acesso em: 11 maio 2015.

Investigando

- Na sua interpretação, a emancipação feminina ainda encontra obstáculos na sociedade brasileira? Quais?

Governo constitucional

A intensa agitação política e social

Com a promulgação da segunda Constituição republicana do Brasil, em 16 de julho de 1934, teve início o período constitucional da Era Vargas.

Constituição de 1934

Dentre as principais disposições contidas na Constituição de 1934 – algumas delas já instituídas por leis anteriores –, destacavam-se:

- o **voto secreto** – a eleição dos candidatos aos poderes Executivo e Legislativo seria por voto secreto;
- o **voto feminino** – o direito de voto foi estendido às mulheres, mas não para analfabetos, mendigos, militares até o posto de sargento e pessoas judicialmente declaradas sem direitos políticos;
- a **Justiça Eleitoral** – um ramo especializado do Poder Judiciário zelaria pelas eleições;
- os **direitos trabalhistas** – direitos fundamentais teriam de ser garantidos pelos empregadores, como salário mínimo, jornada de trabalho não superior a oito horas diárias, férias anuais remuneradas e indenização na demissão sem justa causa, entre outros. Também foi proibido o trabalho de menores de 14 anos;
- o **nacionalismo econômico** – as riquezas naturais do país, como jazidas minerais e quedas-d'água capazes de gerar energia, ficaram sob a proteção do Estado brasileiro.

A Constituição de 1934 também estabelecia que, após sua promulgação, o próximo presidente da República seria eleito de forma indireta pelos próprios membros da Assembleia Constituinte.

Getúlio Vargas recebeu 175 votos, enquanto o segundo colocado, Borges de Medeiros, ficou com 59 votos. Vitorioso, Vargas iniciou seu mandato constitucional em 20 de julho de 1934.

Os indígenas na Constituição

A Constituição de 1934 foi a primeira a tratar dos direitos dos povos indígenas, assegurando a posse de seus territórios e atribuindo à União a promoção da política indigenista.

Art 5º – Compete privativamente à União:

[...]

m) a incorporação dos **silvícolas** à comunidade nacional.

[...]

Silvícola: aquele que nasce ou vive na selva; selvagem.

Art. 129 – Será respeitada a posse de terras de silvícolas que nelas se achem permanentemente localizados, sendo-lhes, no entanto, vedado aliená-las.

Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm>. Acesso em: 12 fev. 2016.

As Constituições posteriores, de 1937 e de 1946, mantiveram esses mesmos pontos em relação aos povos indígenas. A prática do respeito às terras indígenas, porém, continuou a ser problemática, pois não havia por parte do Estado órgãos eficazes para fazer valer suas decisões.

Integralistas X aliancistas

Durante o Governo Constitucional, houve intensa agitação social e política no país, com destaque para a atuação de dois grupos políticos com ideologias opostas: os integralistas e os aliancistas.

Plínio Salgado e o integralismo

Em 1932, o escritor modernista Plínio Salgado lançou, com outros intelectuais e políticos, seu Manifesto à Nação, no qual expunha os princípios do **integralismo**. Fundava-se, assim, o movimento político nacional que deu origem à **Ação Integralista Brasileira** (AIB), organização criada em 1934. O integralismo mostrava-se, em grande medida, influenciado pelo nazifascismo.

Dentre as ações e os princípios defendidos pelo integralismo, destacavam-se: o nacionalismo extremado, a organização da sociedade de maneira hierárquica e disciplinada e um Estado poderoso dirigido pelo chefe da nação. Além disso, os integralistas combatiam o comunismo e o liberalismo.

Os integralistas adotaram como símbolo do movimento a letra grega sigma (Σ) e como lema as palavras "Deus, pátria e família". Seguindo o modelo nazifascista, submetiam-se a uma rígida disciplina. Vestiam uniforme com camisas verdes (sendo, por isso, conhecidos como camisas-verdes) e desfilavam pelas ruas gritando a saudação indígena *Anauê!* (que em tupi significa "Você é meu irmão!"). No entanto, caracterizavam-se por atitu-



Cartaz de propaganda do integralismo de 1937. Atrás do personagem, há uma bandeira com o símbolo do movimento: a letra sigma do alfabeto grego.

des agressivas em relação aos adversários de outras organizações políticas.

A Ação Integralista Brasileira conquistou a simpatia de uma parcela de empresários, profissionais da classe média e militares. Ao todo, foram criados mais de mil núcleos dessa organização política no país.

Aliança Nacional Libertadora

Uma das principais frentes políticas que se opuseram ao integralismo foi a **Aliança Nacional Libertadora** (ANL), cujos membros eram chamados de aliancistas. Fundada em março de 1935, a ANL reunia grupos de várias tendências, sobretudo socialistas, anarquistas e comunistas.

O Partido Comunista, que funcionava na clandestinidade desde o ano de sua fundação (1922), era uma das principais correntes da ANL. Em abril de 1935, Luís Carlos Prestes, que já pertencia aos quadros desse partido e voltara recentemente ao país, foi eleito presidente de honra da ANL.

O programa político da ANL incluía: o combate ao capitalismo e ao liberalismo, a estatização das empresas estrangeiras, o não pagamento da dívida externa brasileira e a realização de uma reforma agrária para a distribuição de terras aos trabalhadores do campo e o combate ao latifúndio.

Um dos lemas adotados pela ANL era “Pão, terra e liberdade”. A organização cresceu rapidamente, contando, em muito pouco tempo, com cerca de 1 600 núcleos pelo país e entre 70 mil e 100 mil membros.

O governo Vargas declarou a ANL ilegal em junho de 1935 e ordenou a prisão de seus líderes, sob a alegação de que tinham a intenção de promover um golpe de Estado no país.

Intentona Comunista (1935)

Diante da repressão governamental, os comunistas que participavam da Aliança Nacional Libertadora planejaram uma revolta militar contra o governo, que ficou conhecida como **Intentona Comunista**. Em novembro de 1935, promoveram uma série de rebeliões em batalhões das cidades de Natal, Recife e do Rio de Janeiro. Mal organizadas, todas elas foram rapidamente dominadas pelas forças governamentais.

Ainda assim, a Intentona Comunista serviu de pretexto para a radicalização do regime político. Em nome do “perigo comunista”, foram presos sindicalistas, operários, militares e intelectuais, acusados de atividades **subversivas** contra o governo.

Intentona: levante que não dá resultado, que fracassa.

Subversivo: que pretende destruir ou transformar a ordem política, social e econômica estabelecida.

Em destaque Nise da Silveira

Nise da Silveira (1905-1999) foi uma importante psiquiatra brasileira. Ela nasceu em Alagoas e, aos 15 anos, foi admitida na Faculdade de Medicina da Bahia, sendo a única mulher em uma turma de 157 homens. Formou-se aos 21 anos com uma monografia sobre a criminalidade entre as mulheres baianas. Mais tarde, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde trabalhou como psiquiatra em um hospital público.

Militante da Aliança Nacional Libertadora, Nise foi presa após a Intentona Comunista, acusada de possuir livros comunistas. Na prisão, ela conheceu o escritor Graciliano Ramos e tornou-se personagem do livro *Memórias do Cárcere*. Solta depois de 16 meses, afastou-se do serviço público, temendo ser presa novamente.

Em 1944, com a anistia aos presos políticos, Nise retomou seu cargo no hospital. Enquanto esteve afastada, surgiram tratamentos psiquiátricos como o confinamento, o eletrochoque e a lobotomia, que ela, por considerá-los violentos, recusava-se a empregar nos pacientes.

A partir de 1946, Nise desenvolveu um trabalho pioneiro no Brasil, tratando distúrbios psiquiátricos por meio da expressão artística e do contato com animais. As pinturas de seus pacientes foram muito apreciadas por importantes críticos de arte.

Considerado mais humano do que os tratamentos tradicionais da época, o trabalho de Nise foi elogiado pelo famoso psicólogo suíço Carl Gustav Jung (1875-1961). Além disso, ela recebeu inúmeros prêmios, títulos e homenagens no Brasil e no exterior.

- Histórias como a de Nise da Silveira inspiraram muitas mulheres a buscar profissões que, até então, eram exercidas predominantemente por homens. Você conhece a história de outras mulheres que devem ser lembradas? Quais? Por quê?

Plano Cohen: uma farsa

De acordo com as regras constitucionais, o mandato de Getúlio Vargas terminaria em 1938. Assim, com a aproximação da data das eleições presidenciais, teve início a campanha eleitoral. Embora desse sinais de que seguiria a Constituição, Vargas preparava um golpe de Estado para permanecer no cargo.

Em fins de setembro de 1937, o serviço secreto do Exército noticiou a descoberta de um plano comunista,

chamado Plano Cohen, para acabar com o regime democrático no Brasil. Tratava-se de uma farsa, tramada pelo próprio governo com a ajuda dos integralistas.

Assim, em nome do combate ao “perigo comunista”, foi decretado estado de guerra, e a polícia prendeu grande número de adversários do governo. Estava pronto o cenário para a quebra da normalidade constitucional.

Governo ditatorial

A instituição do Estado Novo

No dia 10 de novembro de 1937, Vargas ordenou o cerco militar ao Congresso Nacional, impôs o fechamento dos órgãos do Poder Legislativo e outorgou uma Constituição autoritária para o país – a Constituição de 1937. Iniciava-se o período ditatorial da Era Vargas, conhecido como **Estado Novo**.

Dentre as características políticas do Estado Novo, podemos destacar:

- o **estado de emergência** – instaurado no país, autorizava o governo a invadir casas, prender pessoas, julgá-las sumariamente e condená-las. Vargas detinha amplos poderes e os atos do governo não eram submetidos à Justiça;
- o **fim do federalismo** – os estados brasileiros perderam sua autonomia política e foram entregues ao comando de interventores da confiança do presidente. Em comemorações públicas realizadas em todas as capitais, as bandeiras estaduais foram queimadas para simbolizar a “morte” do antigo federalismo;
- e a **supressão das instituições democráticas** – os partidos políticos foram extintos, e as eleições democráticas, suspensas. As greves e as manifestações contrárias ao governo estavam proibidas. A polícia política do governo Vargas perseguiu milhares de cidadãos. Muitos foram presos e torturados.

Imprensa e propaganda

Desde que se instalou no poder, o governo Vargas utilizou vários recursos de propaganda para conquistar a simpatia popular, estratégia empregada por diversos ditadores europeus das décadas de 1930 e 1940, como Mussolini (Itália), Hitler (Alemanha) e Stalin (União Soviética).

Com esse objetivo, o governo Vargas criou, em 1939, o **Departamento de Imprensa e Propaganda** (DIP), órgão diretamente ligado à presidência da República, encarregado de coordenar a propaganda oficial e censurar os meios de comunicação – como rádio, cinema, teatro e imprensa.

Esse departamento foi responsável pela produção do programa radiofônico de transmissão obrigatória em todas as rádios, chamado *Hora do Brasil*, que divulgava as realizações do governo. Aos poucos, o *Hora do Brasil* passou a ser também conhecido como “Hora da desliga” ou “O fala sozinho”, pois muitos desligavam os aparelhos radiofônicos para não ouvir as propagandas do governo.² O substituto atual do *Hora do Brasil* é o programa *A voz do Brasil*.

O DIP também foi responsável pela produção de milhares de cartazes que apresentavam Vargas como “salvador da pátria”.

² SALVADORI, Maria Ângela B. *Cidade em tempos modernos*. São Paulo: Atual, 1995. p. 19.

Educação e cultura

O **Ministério da Educação** foi outro órgão importante na exaltação da imagem de Getúlio Vargas. Ele tornou obrigatória a adoção, pelas escolas, de diversos instrumentos que difundiam a ideologia governista entre os estudantes. São exemplos disso: a instituição da disciplina de moral e civismo, as aulas de canto coral, com repertório musical nacionalista, a realização de desfiles e paradas estudantis nas comemorações de datas cívicas e a adoção de livros didáticos que promoviam o culto à personalidade de Getúlio Vargas e a exaltação de seu governo.

Vargas também se esforçou para obter a colaboração de intelectuais, artistas e formadores de opi-

nião, conseguindo a adesão, por exemplo, do sociólogo Oliveira Viana e do jurista Pontes de Miranda.

Na área da música popular, o governo “encomendava” canções com letras favoráveis à sua política a compositores famosos, como Ataulfo Alves e Wilson Batista. Em 1943, Benedito Lacerda e Darci de Oliveira compuseram o samba “Salve 19 de abril!”, gravado por Dalva de Oliveira, em homenagem ao aniversário de 60 anos de Getúlio Vargas. A letra dizia:

Se veio ao mundo

Foi Deus quem quis

O timoneiro que está com o leme do meu país

E pra que siga rumo certo o meu Brasil

Deus que lhe dê muitos 19 de abril!

Na literatura e nas artes, o movimento modernista procurava desde o início dos anos 1920 redefinir a cultura brasileira. Foi nesse contexto que antes da implantação do Estado Novo, surgiu o **Grupo Verde-Amarelo**. Ele pregava um nacionalismo romântico exaltado e um orgulho patriótico obsessivo, que, em certos momentos, transformava-se em civismo de caráter militar.

Ao Grupo Verde-Amarelo estavam ligados intelectuais como Cassiano Ricardo, Menotti del Picchia e, na vertente mais extremada, o escritor Plínio Salgado, líder do integralismo. Essa corrente do nacionalismo modernista foi, de certo modo, direcionada por Vargas para a ditadura do Estado Novo, e a exaltação da nação foi transformada em exaltação do governo.

Muitos intelectuais, entretanto, resistiram à ditadura Vargas. O exemplo mais conhecido é o do escritor Graciliano Ramos, autor de obras notáveis da literatura brasileira, como *São Bernardo* (1934) e *Vidas secas* (1938). Acusado de participar da Aliança Nacional Libertadora, foi preso em 1936 e libertado depois de um ano. Graciliano relataria essa experiência na prisão no livro *Memórias do cárcere* (1953).

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA (DIP). C. 1940/COLEÇÃO PARTICULAR



Reprodução de capa da *Cartilha para a juventude*, editada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e tornada obrigatória nas escolas pelo Ministério da Educação.

Investigando

1. Que diferenças podemos perceber entre a educação na época de Getúlio Vargas e a educação nos dias atuais?
2. Em sua opinião, qual é a importância da escola na educação de jovens e crianças? O que você gostaria de aprender em sua escola?

Brasil na Segunda Guerra

Entre os anos de 1939 e 1945 o mundo foi abalado pela Segunda Guerra Mundial, quando duas grandes forças se enfrentaram: de um lado, as potências do Eixo (Alemanha, Itália e Japão) e, do outro, os Aliados (liderados por Inglaterra, Estados Unidos e União Soviética).

Apesar de ter certa afinidade com os regimes nazista e fascista, o governo Vargas procurou manter o Brasil em posição de neutralidade durante a guerra. Com isso, seria possível tirar proveito do conflito para obter vantagens político-econômicas para o país. Além do mais, no ministério de Vargas havia tanto simpatizantes do Eixo (como o ministro da Justiça Francisco Campos) quanto defensores dos Aliados (como o ministro do Exterior Oswaldo Aranha).

Apoio aos Aliados

A partir de 1941, porém, o governo brasileiro começou a fazer acordos internacionais para apoiar os Aliados. Comprometeu-se a fornecer borracha e minério de ferro para esses países e permitiu que militares estadunidenses fossem enviados para bases instaladas no Nordeste brasileiro. Em troca desse apoio, obteve do governo dos Estados Unidos grande parte do financiamento para a construção da Usina Siderúrgica de Volta Redonda – obra significativa para a industrialização do país.

A Alemanha logo reagiu à cooperação do Brasil com os Aliados. Entre fevereiro e agosto de 1942, submarinos alemães torpedearam e afundaram nove navios brasileiros, matando mais de 600 pessoas. A agressão nazista provocou indignação nacional. Multidões reuniram-se em várias capitais, pedindo guerra e vingança contra os alemães.

Em 31 de agosto de 1942, o governo brasileiro declarou guerra às potências do Eixo. Em 1944, partiram para lutar na Itália as primeiras tropas da **Força Expedicionária Brasileira** (FEB), comandadas pelo general Mascarenhas de Moraes.

Mais de 25 mil soldados foram enviados para participar de batalhas, como as de Monte Castello, Castelnuovo, Collecchio, Montese e Fornovo.

Fim do Estado Novo

A guerra contra o nazifascismo na Europa foi aproveitada, de certo modo, pelos grupos liberais brasileiros para combater o “fascismo interno” do próprio Estado Novo – a ditadura Vargas.

Abertura política

Atento ao que acontecia, Getúlio Vargas decidiu antecipar-se aos adversários e liderar a abertura democrática. Em fevereiro de 1945, fixou prazo para a eleição presidencial e concedeu anistia ampla a todos os condenados políticos. Assim, foram libertados presos, como o líder comunista Luís Carlos Prestes, e muitas pessoas que haviam sido exiladas pela ditadura puderam retornar ao país.

Nesse contexto de abertura política, renascia a vida partidária. Foram organizados diversos partidos políticos, como a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Social Democrático (PSD), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Social Progressista (PSP). Foi também legalizado o Partido Comunista do Brasil (PCB).

Queremismo, Lei Antitruste e renúncia de Vargas

Nas eleições presidenciais, marcadas para 2 de dezembro de 1945, concorreriam três candidatos: o general Eurico Gaspar Dutra (pelo PSD e PTB), que contava com o apoio de Vargas; o brigadeiro Eduardo Gomes (pela UDN); e o engenheiro Yedo Fiúza (pelo PCB).

No decorrer da campanha eleitoral, Vargas fazia um jogo político ambíguo. Aparentemente apoiava o general Eurico Gaspar Dutra, mas também estimulava um movimento popular que pedia sua permanência no poder. Era o **queremismo**, palavra derivada dos gritos populares “Queremos Getúlio!”. O queremismo era apoiado pelos membros do PTB e do PCB.

Aproveitando esse momento de prestígio popular, em junho de 1945, o governo decretou a Lei Antitruste, que limitava a entrada de capital estrangeiro no Brasil.

Essa lei provocou forte reação dos representantes de empresas estrangeiras, especialmente das estadunidenses.



Emblema da Força Expedicionária Brasileira. O símbolo da cobra fumando adotado pela FEB fazia referência a uma expressão, utilizada antes da entrada do país no conflito, que dizia ser mais fácil uma cobra fumar do que o Brasil ir à guerra.

Nesse contexto, setores da oposição, concentrados na UDN, que temiam que Vargas impedisse a realização das eleições presidenciais e continuasse no poder, uniram forças para derrubá-lo da presidência.

Em 29 de outubro de 1945, tropas do Exército, lideradas pelos generais Góis Monteiro e Eurico Gaspar Dutra, cercaram a sede do governo (o Palácio do Catete) e obrigaram Vargas a renunciar. A presidência da República foi entregue temporariamente a José Linhares, então presidente do Supremo Tribunal Federal. Era o fim do Estado Novo.

Getúlio Vargas retirou-se para sua estância, em São Borja, no Rio Grande do Sul. Mas foi com seu apoio político que o general Dutra venceu as eleições presidenciais realizadas em dezembro. Preservando seu prestígio, Vargas voltaria democraticamente ao poder anos depois, vitorioso nas eleições de 1950.

Escultura de mármore com espelho-d'água no Memorial Getúlio Vargas. Esse memorial, projetado pelo arquiteto Henock de Almeida, fica no Rio de Janeiro. Fotografia de 2014.



Trabalho e sociedade

Agricultura, industrialização, trabalhismo

Com relação à economia, a Era Vargas caracterizou-se por apresentar diversas medidas consideradas intervencionistas, como a adoção de políticas que buscavam estabilizar a cafeicultura, diversificar a produção agrícola e estimular o desenvolvimento industrial.

No plano social, acompanhando o aumento populacional urbano e as reivindicações do movimento operário, o período getulista foi marcado pela instituição de leis que garantiam direitos básicos aos trabalhadores.

Cuidados com a agricultura

Nos primeiros anos da década de 1930, as exportações de café haviam diminuído devido à crise de 1929. Muitos cafeicultores faliram e milhares de trabalhadores do campo perderam o emprego.

O governo Vargas procurou agir em defesa da cafeicultura, proibindo o plantio de novas mudas de café durante três anos e ordenando a queima de milhões de sacas estocadas em depósitos do governo. O objetivo era evitar uma nova superprodução cafeeira

e recuperar o preço do produto no mercado. Com essas e outras medidas, a cafeicultura foi lentamente se reequilibrando e, a partir de 1939, o café voltou a alcançar bons preços no exterior.

Para diversificar a produção agrícola, o governo incentivou o cultivo de outros produtos, como algodão, cana-de-açúcar, óleos vegetais e frutas tropicais. Nos anos finais da Segunda Guerra Mundial (1942-1945), produtos como o algodão e o café voltaram a ser exportados em condições favoráveis.

Avanços na industrialização

A política industrial adotada no período getulista tinha por objetivo substituir artigos importados por produtos fabricados no Brasil. Para tanto, era necessário estimular o desenvolvimento industrial no país. Assim, o governo Vargas aumentou as taxas de importação, para elevar os preços dos produtos estrangeiros, e diminuiu os impostos sobre a indústria, estimulando a produção interna e o consumo de bens nacionais.

Como resultado dessa política econômica, o número de indústrias brasileiras dobrou (especialmente as de alimentos, tecidos, calçados, móveis etc.). A esse crescimento somou-se a instalação de filiais de indústrias estrangeiras, voltadas para a produção química, farmacêutica, de eletrodomésticos, motores de veículos, pneus etc.

Vista do interior da Fábrica Nacional de Motores, em Duque de Caxias (RJ), por volta de 1945. Foi fundada como parte da política de substituição de importações.



CPROCFGV

Empresas estatais

Devido às dificuldades para a criação de **indústrias de base**, o governo passou a intervir na economia, fundando empresas estatais para atuar nos campos siderúrgico e de mineração. Por esse motivo, costuma-se falar do **estatismo** da Era Vargas.

Duas empresas são exemplos dos empreendimentos do Estado nesse setor:

- a **Companhia Vale do Rio Doce** – fundada em 1942 para explorar o minério de ferro em Minas Gerais;
- e a **Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)** – instalada a partir da construção da Usina de Volta Redonda, no Rio de Janeiro, em 1941. O aço fornecido por essa usina foi fundamental para a industrialização no país, pois era utilizado como matéria-prima em outros setores.

Trabalhismo

Desde o início do período getulista, o desenvolvimento urbano de São Paulo e do Rio de Janeiro atraía cada vez mais pessoas para essas cidades. Dentre elas, destacava-se grande número de trabalhadores rurais, que saíam principalmente do Nordeste, fugindo da miséria, da exploração e da seca. Essa massa de trabalhadores pobres veio aumentar a mão de obra disponível no Sudeste e acabou sendo utilizada, em boa parte, pelos setores industrial, de construção civil, de serviços etc.

Legislação trabalhista

Com o aumento do número de indústrias ao longo da Era Vargas, cresceu também o número de operários e a importância desses trabalhadores como grupo social. Percebendo a força política do operariado nas cidades, o governo Vargas procurou sistematizar e promover uma legislação social e trabalhista voltada para essa grande massa de trabalhadores urbanos, especialmente durante o Estado Novo. Assim surgiu o **trabalhismo** no Brasil.

Dentre as leis trabalhistas implantadas nessa época, destacam-se aquelas que asseguravam ao operariado direitos como salário mínimo, férias remuneradas, jornada diária não superior a oito horas, proteção ao trabalho da mulher e do menor e estabilidade no emprego.

Algumas dessas leis já haviam sido instituídas em meados da década de 1920, como resultado da luta dos trabalhadores, mas eram rotineiramente descumpridas pelos empresários. Durante o Estado Novo, porém, to-

das essas leis foram reunidas na **Consolidação das Leis do Trabalho** (CLT), decreto-lei assinado em 1º de maio de 1943 por Getúlio Vargas e que constitui um importante marco na história do direito trabalhista no país.

É importante notar que essas leis não podem ser consideradas simples concessões do governo Vargas aos trabalhadores. Elas dificilmente teriam sido editadas sem as lutas e as reivindicações dos movimentos operários desse período.

Investigando

1. Você sabe como é uma carteira de trabalho? Que dados ela pede? Qual a sua finalidade? Todo trabalhador tem carteira de trabalho? Como podemos obter uma carteira de trabalho?
2. Qual é o valor do salário mínimo atual? Pesquise.

Populismo

Para muitos estudiosos, a adoção de leis trabalhistas pelo governo Vargas tinha, também, objetivos populistas. De acordo com historiadores, como Boris Fausto, podemos situar o chamado populismo, de modo geral, como uma política fundada na sedução dos grupos sociais de menor poder aquisitivo por meio de medidas que representam ou parecem representar seus interesses e que enalteçam o líder do governo.⁴

O estilo populista do governo Vargas se expressava nitidamente na propaganda política, que o apresentava como “grande protetor” dos trabalhadores, uma espécie de “pai dos pobres”. Para reforçar essa imagem, Vargas sempre começava seus discursos dizendo: “Trabalhadores do Brasil”.

Segundo a análise de alguns historiadores, a política trabalhista do governo Vargas inspirara-se na *Carta del Lavoro* (Carta do Trabalho), elaborada pelo governo fascista italiano, e tinha dupla função: conquistar a simpatia dos trabalhadores e exercer domínio sobre eles, controlando seus sindicatos.

Dessa forma, ao pregar a conciliação nacional entre trabalhadores e empresários, o governo Vargas coloca-

va-se como uma espécie de juiz dos conflitos entre patrões e empregados. Por um lado, reconhecia as necessidades e aspirações dos trabalhadores e, por isso, fazia “concessões” ao operariado. Mas, por outro, utilizava essas “concessões” como meio de controlá-los e impedir reivindicações mais profundas e radicais. Para o empresariado, portanto, essa política representou uma garantia de ordem pública e estabilidade social.



Getúlio Vargas em visita a um orfanato. O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) utilizava fotografias de Vargas com crianças para associá-lo a uma figura paternal. Essa fotografia de 1941 pertence ao acervo do CPDOC-FGV.

4 Cf. FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2001. p. 206-207.

Vivenciar e refletir

1. Com base nesta fotografia e no que você estudou, responda: o período ditatorial da Era Vargas, conhecido como Estado Novo, teve aspectos inspirados no fascismo? Explique.



Desfile em comemoração ao 1º de Maio no campo do Vasco da Gama, na cidade do Rio de Janeiro, em 1942.

2. Releia o texto presente na atividade 3 da seção **Diálogo interdisciplinar** do capítulo 6 (reportagem intitulada “Sonhos bolivianos viram pesadelos no Brasil”), e discuta com seus colegas o seguinte tema: podemos afirmar que atualmente as leis trabalhistas estão presentes em todos os lugares do país? Se possível, pesquise outras reportagens que podem ser úteis como argumentação para a sua opinião.

Diálogo interdisciplinar

Diálogo interdisciplinar com Arte e Língua Portuguesa.

3. Leia estes trechos de duas letras de samba e compare-os.

Quem trabalha é que tem razão
Eu digo e não tenho medo de errar
O bonde São Januário
Leva mais um operário:
Sou eu que vou trabalhar.
Antigamente eu não tinha juízo
Mas resolvi garantir meu futuro
Vejam vocês:
Sou feliz, vivo muito bem
A boemia não dá camisa a ninguém
É, digo bem.

BATISTA, Wilson e ALVES, Ataulfo. O bonde São Januário (1940).
©Todamérica Edições Ltda.

Eu passo gingando
Provoco e desafio
Eu tenho orgulho
De ser tão vadio.
Sei que eles falam
Deste meu proceder
Eu vejo quem trabalha
Andar no miserê.

BATISTA, Wilson. Lenço no pescoço (1933). ©Warner Chappell Edições Musicais Ltda.

- a) Analise o conteúdo da letra de *O bonde São Januário*. O que ela exalta? Quem são seus autores? Em que período foi escrita?
- b) Analise o conteúdo da letra *Lenço no pescoço*. O que ela exalta? Quem é seu autor? Em que período essa letra foi escrita?
- c) Relacione a mudança da mensagem dessas músicas à ação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Escreva uma pequena redação com esse tema.

Diálogo interdisciplinar com Sociologia e Filosofia.

4. A propaganda foi um instrumento importante para legitimar o poder político no Estado Novo. Era por intermédio da propaganda que o governo transmitia seus “recados” para os cidadãos. O poeta Cassiano Ricardo (1895-1974) definiu assim o papel das imagens nesse período:

Tentei explicar [...] o gosto que o brasileiro tem pela imagem. Duas razões justificam essa predileção incurável. Primeiro porque a imagem é um processo democrático de expressão. Segundo porque a imagem fala mais ao sentimento do que à razão e o Brasil é uma democracia sentimental. O sentimento democratiza os homens pela solidariedade, caminhando para todos os lados da planície social. [...] Só a imagem, pois, convence o povo, em nossa democracia sentimental. Uma imagem vale cem vezes mais do que um argumento.

RICARDO, Cassiano. In: LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas: Papyrus/Unicamp, 1986. p. 54-55.

Em sua opinião, a propaganda dos partidos políticos e dos governos atuais também faz grande uso das imagens? Que imagens são essas? Qual é a mensagem que elas transmitem? Discuta o assunto com os colegas e escreva um pequeno relatório com suas conclusões.

Diálogo interdisciplinar com Biologia.

5. Compare a situação da saúde pública nos dias atuais com a situação desse setor na década de 1930, conforme ela é retratada no texto a seguir.

Ao começar a década de 30, ninguém se preocupava com poluição, [...] nem com cigarros, considerados por muitos médicos como um hábito higiênico, nem com drogas [...].

Em compensação, havia o medo obsessivo da tuberculose, que contaminava todos os anos meio milhão de brasileiros e levava para o túmulo nada menos do que 100 mil. A tuberculose não fazia distinção entre velhos, crianças ou jovens, mesmo os de talento, como o compositor Noel Rosa, falecido em 1937, aos 27 anos, na sua casa de Vila Isabel.

E não era só a tuberculose que assustava, mas a difteria, a paralisia infantil, a varíola, a sífilis e todas aquelas outras doenças hoje benignas, mas terríveis antes da vacinação em massa e da revolução dos antibióticos.

In: *Brasil dia a dia*. São Paulo: Abril, 1990. p. 6-7.

- a) Segundo o texto, o que preocupava a sociedade brasileira nos anos 1930? O que mudou em relação ao Brasil atual?
- b) Na sua opinião, atualmente existem doenças que são mais temidas do que outras? Quais? Explique.

De olho na universidade

6. (UFPR) Criada em 1932, a Carteira de Trabalho foi durante décadas o principal documento para os brasileiros. Até 1980, a carteira ainda trazia inscrita a seguinte apresentação, assinada por Alexandre Marcondes Filho, ministro do Governo Vargas:

A carteira de trabalho, pelos lançamentos que recebe, configura a história de uma vida. Quem examina logo verá se o portador é um temperamento aquietado ou versátil; se ama a profissão escolhida ou se ainda não encontrou a própria vocação; se andou de fábrica em fábrica como uma abelha, ou permaneceu no mesmo estabelecimento, subindo a escala profissional. Pode ser um padrão de honra. Pode ser uma advertência.

Associe o teor desse documento com o ideário político da época em que foi produzido.

Para saber mais

Na internet

- **Lampião, uma viagem pelo cangaço:** <www2.uol.com.br/lampiao>.

Site com informações e curiosidades sobre Lampião e o cangaço.

Em grupo, apresentem um seminário a partir dos temas indicados no menu superior e inferior da página.

- **Modernismo no Brasil:** <<http://www.mac.usp.br/mac/templates/projetos/seculoxx/modulo2/modernismo/index.html>>.

Página do Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo (MAC-USP), com biografias e obras de alguns artistas modernistas brasileiros.

Em grupo, elaborem um breve texto sobre um dos artistas indicados no site.

- **Museu da República:** <http://www.eravirtual.org/mrepublica_01_br/>.

Passeio virtual pelo Museu da República, instalado no Palácio do Catete, no Rio de Janeiro, sede do Poder Executivo entre 1896 e 1960.

Elabore um relatório de sua visita destacando elementos que chamaram sua atenção.

(Acessos em: 12 fev. 2016.)

Nos livros

- **SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina*. São Paulo: Scipione, 1993.**

Apresenta uma interpretação a respeito do conflito ocorrido no Rio de Janeiro.

Em grupo, elaborem um resumo sobre um dos capítulos do livro.

Nos filmes

- ***Guerra de Canudos*. Direção de Sérgio Rezende. Brasil, 1997, 167 min.**

A trajetória de Antônio Conselheiro e seus seguidores, que se estabeleceram no arraial de Canudos e foram vistos como uma ameaça à República que acabara de nascer no Brasil.

A partir do filme e de sua leitura do capítulo 7, explique a seguinte frase de Euclides da Cunha sobre a Guerra de Canudos: "Aquela campanha [...] foi, na significação integral da palavra, um crime. Denunciemo-lo".

UNIDADE

3

Globalização e meio ambiente

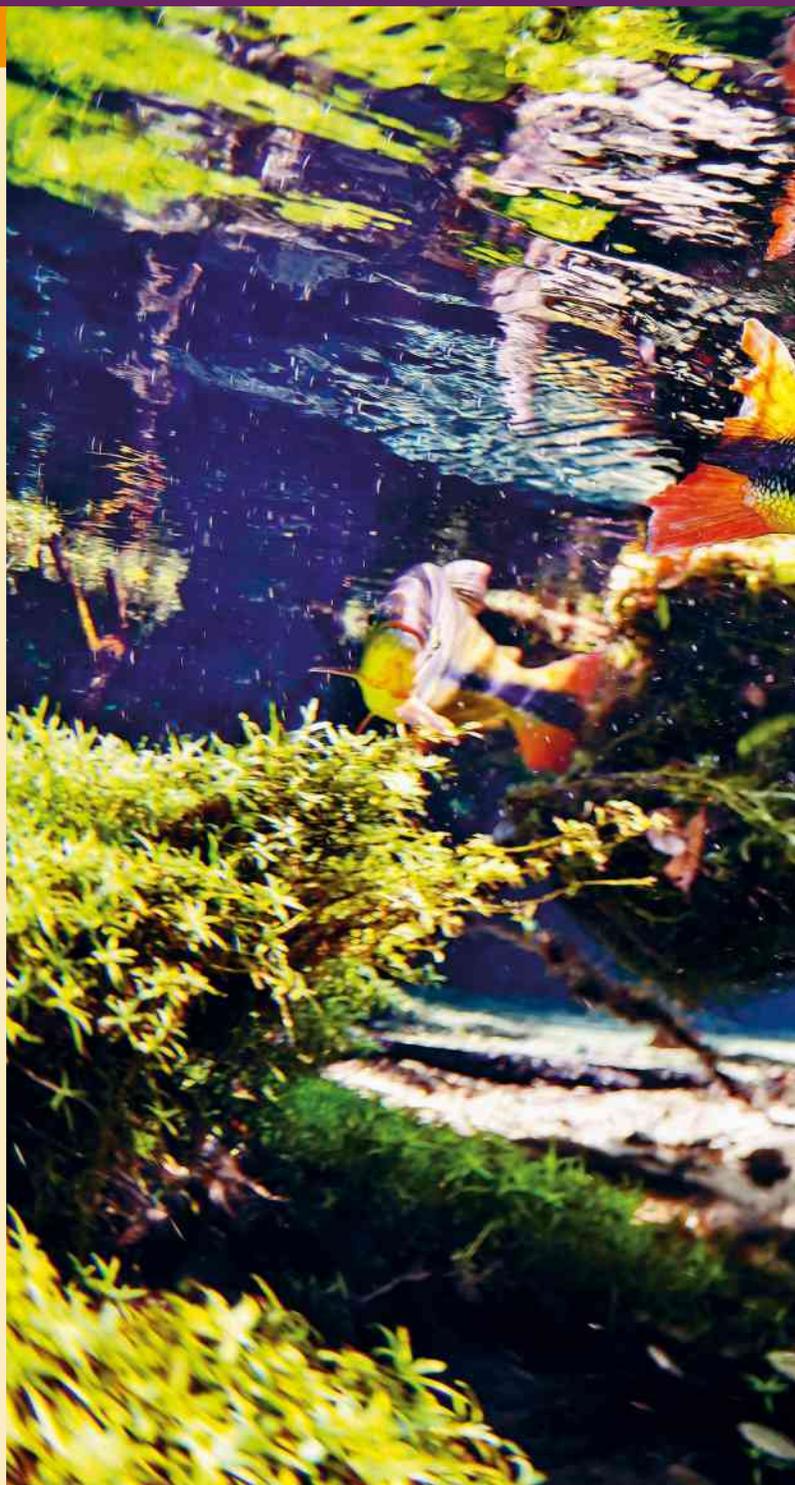
A globalização promoveu intensa interligação econômica e cultural no mundo. A aceleração das comunicações que ela provocou, por meio da internet, por exemplo, modificou as relações das pessoas consigo mesmas, com os outros, com o mundo e com a natureza.

Esse processo foi movido por um ímpeto de produção e consumo, muitas vezes baseado na exploração perversa da natureza. Em uma escala gigantesca, sucederam-se devastações de ecossistemas, ameaças à biodiversidade e aquecimento global.

Apesar dos graves impactos ao meio ambiente, cresceu também a consciência de que vivemos num planeta finito que não suporta um desenvolvimento irresponsável, ilimitado e desordenado. Com sua rica e delicada variedade de plantas e animais, a Terra necessita do cuidado das pessoas e dos povos.

Conversando

- Que valores e atitudes estão voltados para a conservação do meio ambiente e a promoção de uma boa qualidade de vida? Quais desses valores e atitudes fazem parte do seu cotidiano?



Peixes nadando em águas cristalinas no município de Bonito, no Mato Grosso do Sul. Essa cidade é um polo de ecoturismo visitado por pessoas de vários países do mundo. Seus patrimônios naturais integram o Parque Nacional da Serra da Bodoquena, protegido pelo Ministério do Meio Ambiente.



Pós-guerra e novos confrontos

Em novembro de 1989, a imprensa mundial noticiava a queda do Muro de Berlim, que dividia a capital alemã em duas partes. Construído em 1961, o muro tornou-se um dos símbolos da chamada Guerra Fria, enfrentamento político-ideológico que marcou a segunda metade do século XX.

O que motivou a construção do Muro de Berlim? O que levou à sua queda quase trinta anos depois?



HUITON ARCHIVE/GETTY IMAGES

Fotograma colorizado do filme *O dia em que a Terra parou* (*The day the Earth stood still*), de 1951.

Treinando o olhar

1. *O dia em que a Terra parou* é um filme de ficção científica produzido no começo da década de 1950. Em sua opinião, qual dos dois personagens que aparecem nesse fotograma mais se assemelha a um alienígena? Justifique.
2. Após a leitura do capítulo, explique as possíveis relações existentes entre o filme e os acontecimentos do período em que ele foi produzido.

As transformações mundiais no pós-guerra

Os anos seguintes ao fim da Segunda Guerra Mundial – período conhecido como **pós-guerra** – foram marcados por uma série de transformações no cenário político-econômico mundial, configurando o que historiadores e estudiosos chamam de **nova ordem internacional**. Vejamos algumas das principais transformações ocorridas nesse período.

Divisão da Alemanha

Em fevereiro de 1945, um pouco antes da rendição oficial da Alemanha na Segunda Guerra, os representantes das três principais potências vitoriosas – Churchill (Inglaterra), Roosevelt (Estados Unidos) e Stalin (União Soviética) – reuniram-se na cidade de Yalta, na Ucrânia, para discutir os rumos da política internacional no pós-guerra. Nessa reunião também foi discutida a redefinição do mapa europeu, especialmente em relação à Alemanha nazista, que se encontrava prestes a ser derrotada.

Meses depois, em julho de 1945, com a rendição oficial alemã, realizou-se na Alemanha a Conferência de Potsdam. Como na reunião em Yalta, essa conferência contou com a participação de representantes das potências vitoriosas na Segunda Guerra Mundial. Em Potsdam, decidiu-se oficialmente que o território alemão seria dividido em quatro zonas de ocupação: uma francesa, outra britânica, uma terceira estadunidense e uma quarta soviética.

Posteriormente, em 1949, o território da Alemanha foi dividido em dois países:

- República Federal Alemã (RFA ou Alemanha Ocidental), com capital em Bonn, sob a influência dos Estados Unidos;
- República Democrática Alemã (RDA ou Alemanha Oriental), com capital em Berlim, sob a influência da União Soviética.

O crescente clima de hostilidade e disputa entre os governos dos Estados Unidos e da União Soviética caracterizou o pós-guerra e levou à divisão da cidade de Berlim em duas partes:

- Berlim Ocidental, sob influência estadunidense;
- Berlim Oriental, sob influência soviética.

Muro de Berlim

Nos primeiros anos do pós-guerra, devido ao apoio financeiro dos Estados Unidos, a parte ocidental da cidade de Berlim foi rapidamente reconstruída. Por sua prosperidade econômica, logo se tornou um lugar atrativo para os alemães da parte oriental, que viviam sob contida economia socialista. Isso gerou um fluxo migratório para o lado ocidental.

Para impedir essa migração, em agosto de 1961, o governo da Alemanha Oriental construiu uma imensa cerca, mais tarde substituída por um muro de concreto, isolando os dois lados de Berlim. Posteriormente, esse muro foi reforçado com torres de vigilância, alambrados e zonas minadas.

As pessoas que simpatizavam com o governo da Alemanha Oriental viam o Muro de Berlim como uma barreira necessária para conter o que eles consideravam ser uma perda de trabalhadores, principalmente de mão de obra qualificada, para o lado ocidental. Por isso, chamavam-no de Muro Antifascismo.



Fonte: Folha de S.Paulo, 30 set. 2005. (Especial Reunificação alemã – 15 anos.)

Para aqueles que apoiavam o regime da Alemanha Ocidental, o Muro de Berlim demonstrava o desrespeito dos comunistas a um dos princípios básicos dos direitos humanos: o de ir e vir. Por isso chamavam a construção de Muro da Vergonha.

Reunificação das Alemanhas

A partir de 1985, o regime político da República Democrática Alemã passou por um acelerado processo de reformas liberalizantes. Um dos momentos mais significativos desse processo foi o anúncio oficial, em 9 de novembro de 1989, da abertura das fronteiras entre as Alemanhas Ocidental e Oriental. Essa decisão levou à queda do Muro de Berlim, símbolo da separação entre os blocos capitalista e socialista.

A divisão da Alemanha tinha sido, desde o início, uma imposição dos interesses políticos dos governos da França, da Inglaterra, dos Estados Unidos e da União Soviética. Essa divisão contrariava a vontade da maioria dos alemães, que falavam a mesma língua, compartilhavam tradições culturais comuns e formavam um mesmo povo.

Com a queda do muro e a continuidade das reformas democráticas no lado oriental, processou-se a reunificação das duas Alemanhas, concluída em 3 de outubro de 1990. Hoje, o povo alemão tem um só país: a República Federal Alemã (RFA).



Do lado ocidental da cidade, alemães assistem a soldados da parte oriental derrubarem o Muro de Berlim em novembro de 1989. Estima-se que no dia seguinte à abertura das fronteiras entre as Alemanhas Ocidental e Oriental, 10 de novembro de 1989, 2 milhões de alemães do lado oriental foram para a parte ocidental.

Recuperação econômica europeia

Após a Segunda Guerra Mundial, as economias de diversos países da Europa estavam devastadas. Nesse contexto, líderes dos Estados Unidos e de outros países capitalistas do Ocidente temiam que as dificuldades econômicas enfrentadas pelas sociedades europeias as conduzissem ao socialismo. O Partido Trabalhista da Inglaterra, por exemplo, que contava com políticos socialistas, já havia vencido as eleições de 1945, razão pela qual o político conservador Winston Churchill perdera o cargo de primeiro-ministro.

Em 1947, o presidente dos EUA, Harry Truman, lançou o **Plano Marshall**, que destinava gigantescos recursos financeiros para a recuperação econômica dos países capitalistas ocidentais. O plano ficou conhecido por esse nome porque foi elaborado pelo secretário de Estado do governo Truman, o general George Marshall.

O Plano Marshall fazia parte da **Doutrina Truman**, que pregava a defesa do mundo capitalista e democrático pelos Estados Unidos contra a ameaça comunista. Foram destinados ao plano cerca de 13 bilhões de dólares, que beneficiaram principalmente França, Inglaterra, Itália, Alemanha Ocidental, Holanda e Bélgica. Esses investimentos aceleraram a reativação de suas economias.

A partir da década de 1950, com a explosão da Guerra da Coreia, o Japão e outros países do sudeste asiático também começaram a receber recursos do governo estadunidense em moldes semelhantes.

Desenvolvimento tecnológico e industrial

Apesar das grandes perdas econômicas sofridas pelas potências envolvidas no conflito, a Segunda Guerra estimulou a pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico e industrial, o que foi extremamente importante para a recuperação econômica desses países no pós-guerra.

Contando com esses avanços técnicos e com a ajuda financeira do governo estadunidense, a produção e o comércio mundiais reconquistaram em pouco tempo o volume anterior ao início da guerra, sobretudo na Europa Ocidental. Em 1950, a economia mundial já estava praticamente recuperada dos danos causados pelo conflito.

Criação da ONU

A Organização das Nações Unidas (ONU) foi criada em junho de 1945, quando representantes de 51 países, inclusive do Brasil, assinaram a **Carta das Nações Unidas**, que entrou em vigor no dia 24 de outubro de 1945 – data em que se comemora mundialmente o Dia das Nações Unidas.

Os princípios básicos estabelecidos no documento são: a manutenção da paz e da segurança internacionais; o desenvolvimento de relações amistosas entre as nações; o estímulo à cooperação entre os países na busca de soluções para problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural e humanitário; e a promoção do respeito aos direitos humanos.

Apesar de ter sido criada para manter a paz entre as nações, a ONU não é um fórum que representa a vontade política da maioria de seus países-membros. Isso se deve, entre outras razões, ao fato de um de seus principais órgãos, o Conselho de Segurança, ser controlado por cinco grandes potências. Os representantes dessas nações detêm o poder de vetar decisões importantes sobre questões mundiais e de impor assim seus interesses sobre os das demais.

Investigando

- O governo brasileiro tem lutado nos fóruns internacionais pelo direito de integrar o Conselho de Segurança da ONU como membro permanente. Quais são os membros permanentes? Pesquise.

Direitos humanos

Em 1948, a Assembleia Geral da ONU aprovou importante documento de defesa dos direitos fundamentais dos seres humanos: a **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. De acordo com historiadores e estudiosos, essa declaração serviu de base para outros documentos que tratam dos direitos humanos e também como referência para a definição de normas constitucionais de alguns países – como serviu para a elaboração de alguns artigos da Constituição Federal do Brasil.

Em face da violência social e cotidiana que aflige nossas sociedades, sabemos que muitos preceitos dessa declaração ainda encontram resistência para sua prática efetiva. No entanto, o documento tornou-se uma referência jurídica internacional em prol dos direitos humanos. E cabe a todos nós lutar para que esses direitos fundamentais sejam cumpridos.



BEBETO MATTHEWS/AP PHOTO/GLOW IMAGES

Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas realizada no dia 15 de dezembro de 2015 na sede da organização. O prédio que a sedia, na cidade de Nova York, EUA, foi projetado pelo arquiteto brasileiro Oscar Niemeyer.

Leia alguns artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948.

Artigo I

Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

Artigo II

1. Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

[...]

Artigo III

Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

Artigo IV

Ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas.

Artigo V

Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.

[...]

Artigo VII

Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

[...]

Artigo IX

Ninguém poderá ser arbitrariamente preso, detido ou exilado.

[...]

Artigo XIII

1. Todo ser humano tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado.

2. Todo ser humano tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar.

[...]

Artigo XVII

1. Todo ser humano tem direito à propriedade, só ou em sociedade com outros.

2. Ninguém será arbitrariamente privado de sua propriedade.

Artigo XVIII

Todo ser humano tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, em público ou em particular.

Artigo XIX

Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

Artigo XX

1. Todo ser humano tem direito à liberdade de reunião e de associação pacífica.

2. Ninguém poderá ser obrigado a fazer parte de uma associação.

Artigo XXI

1. Todo ser humano tem o direito de fazer parte no governo de seu país diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos.

2. Todo ser humano tem igual direito de acesso ao serviço público de seu país.

3. A vontade do povo será a base da autoridade do governo; esta vontade será expressa em eleições periódicas e legítimas, por sufrágio universal, por voto secreto ou outro processo equivalente que assegure a liberdade de voto.

[...]

Artigo XXVI

1. Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. [...]

[...]

Disponível em: <<http://www.dudh.org.br/wp-content/uploads/2014/12/dudh.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

- Pesquise na internet, em jornais e em revistas situações em que os direitos transcritos não são cumpridos no Brasil ou em outro país. Depois, formule uma hipótese para responder à questão: por que esses direitos não são respeitados?

Guerra Fria

O enfrentamento político-ideológico entre EUA e URSS

As antigas potências da Europa Ocidental perderam sua posição de liderança no cenário internacional do pós-guerra. Esse lugar foi ocupado pelos Estados Unidos, que passaram a liderar o bloco de países capitalistas e a reunir um imenso poder econômico, militar e armamentista. Além disso, financiaram boa parte da recuperação econômica dos países europeus.

Já no bloco socialista, foi a União Soviética que conduziu a reconstrução do pós-guerra. Em 1949, lançou o Comecon (sigla de *Council for Mutual Economic Assistance* ou Conselho para Assistência Econômica Mútua), para apoiar a recuperação econômica dos países do Leste Europeu.

Desse modo, Estados Unidos e União Soviética tornaram-se os grandes líderes mundiais do pós-guerra.

Disputando áreas de influência em várias regiões do mundo, soviéticos e estadunidenses geraram um período de graves tensões políticas, que ficou conhecido como **Guerra Fria**. Entre os principais alvos dos governos dos Estados Unidos e da União Soviética nesse período estavam os países subdesenvolvidos – como eram então chamadas as nações mais pobres da América Latina, da Ásia e da África.

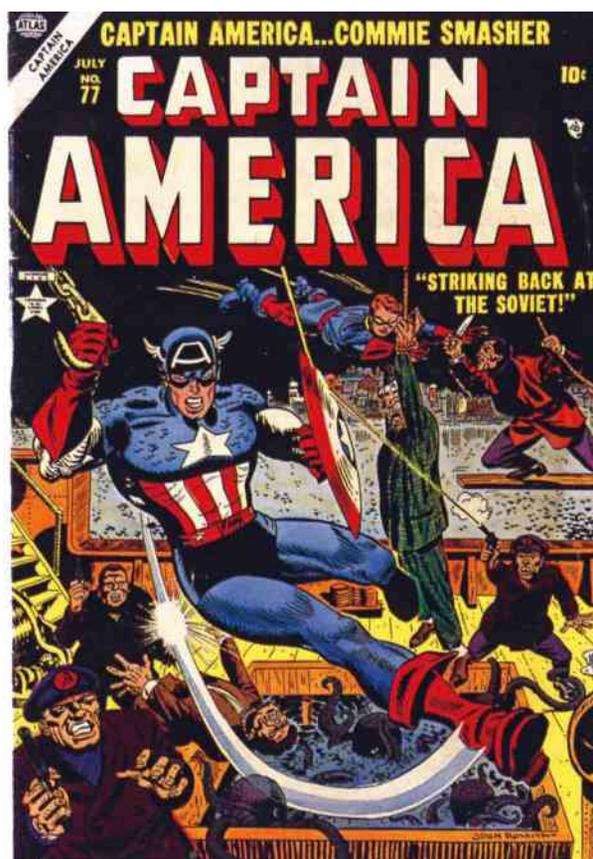
Iniciada por volta de 1946, a Guerra Fria caracterizou-se pela rivalidade, por vezes extrema, entre esses dois países, cujos governantes acusavam-se mutuamente de pretender dominar o mundo. Prevendo um eventual confronto militar direto, que nunca ocorreu de fato, os blocos rivais trataram de aumentar suas forças, com a formação de alianças militares supranacionais e a corrida nuclear armamentista.

Capa da revista em quadrinhos *Capitão América*, publicada na década de 1950. Personagem criado no início dos anos 1940, em meio à Segunda Guerra Mundial, o Capitão América “nasceu” enfrentando alemães e japoneses – os inimigos dos Aliados. Já no contexto da Guerra Fria, os vilões passaram a ser os soviéticos, como é possível observar nesta capa que diz “Capitão América combatendo os soviéticos”.

Alianças militares

Em 1949, sob a liderança estadunidense, formou-se uma aliança militar entre as forças dos EUA e da Europa Ocidental, que ficou conhecida como **Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan)**. Com a formação dessa aliança, os sucessivos governos estadunidenses passaram a promover a instalação de armas nucleares na Europa Ocidental, que ficaram sob o controle das forças da Otan. Era uma preparação para um possível conflito militar com os soviéticos.

Assim como o financiamento da recuperação econômica da Europa Ocidental, a criação da Otan constituiu uma estratégia dos sucessivos governos dos Estados Unidos para apoiar os dirigentes dos países daquela região no projeto de preservar o capitalismo e assumir uma política anticomunista. Com sede em Bruxelas, na Bélgica, a Otan conta, atualmente, com 28 países-membros.¹



THE ADVERTISING ARCHIVES/EASYPix

¹ Cf. dados publicados no site oficial da OTAN. Disponível em: <http://www.nato.int/cps/en/natohq/nato_countries.htm>. Acesso em: 13 jan. 2016.

Nos países da Europa Oriental, que pertenciam à área de influência da União Soviética, as populações foram submetidas às regras do socialismo soviético, comandado por Josef Stalin. Durante seu governo, Stalin adotou medidas enérgicas para controlar esses países: expulsou e perseguiu os inimigos políticos do regime socialista e promoveu a instalação de governos dirigidos por partidos comunistas únicos, subordinados às orientações de Moscou.

Em 1955, os governos socialistas da Europa Oriental também resolveram formar uma aliança de ajuda militar mútua, como resposta à Otan. Tal aliança, que ficou conhecida como **Pacto de Varsóvia**, pois o tratado de sua criação foi assinado na capital polonesa, foi extinta em 1991.



Fonte: BARRACLOUGH, Geoffrey. *Atlas da história do mundo*. São Paulo: Folha de S.Paulo/ Times Books, 1993. p. 270.

Observar o mapa

- Identifique, no mapa, os países europeus que, durante a Guerra Fria:
 - a) pertenciam à esfera de influência dos Estados Unidos;
 - b) participavam da Otan;
 - c) pertenciam à esfera de influência da União Soviética;
 - d) participavam do Pacto de Varsóvia.

Corrida armamentista

O clima de rivalidade da Guerra Fria, somado aos interesses dos setores bélicos, levou à chamada corrida armamentista. Essa disputa foi responsável pelo assombroso desenvolvimento de armas nucleares que, se acionadas, poderiam provocar a completa destruição do planeta.

Os Estados Unidos foram os primeiros a produzir e utilizar armas nucleares, já no final da Segunda Guerra, estabelecendo a supremacia bélica do país. A União Soviética desenvolveu seu primeiro artefato militar atômico em 1949. A partir dos anos 1950, ambos pas-

saram a acumular arsenais nucleares, numa estratégia militar que foi chamada de “equilíbrio pelo terror”.

A consciência da catástrofe que uma guerra nuclear poderia representar para o planeta e para a humanidade deu origem a diversos movimentos pacifistas em todo o mundo. Conta-se que quando perguntado sobre o tipo de armas que seria utilizado numa Terceira Guerra Mundial, o autor da Teoria da Relatividade, Albert Einstein, teria respondido que não sabia, mas supunha que no conflito subsequente as armas seriam paus e pedras.

Investigando

- Interprete a suposição de Albert Einstein sobre uma eventual Quarta Guerra Mundial: por que nela as armas seriam paus e pedras?

Corrida espacial

A Guerra Fria também se manifestou na rivalidade técnico-científica entre Estados Unidos e União Soviética, cuja expressão máxima foi a corrida espacial: quem lançaria o primeiro satélite? Quem faria o primeiro voo espacial tripulado por astronautas? Quem pousaria primeiro na Lua?

A União Soviética foi o primeiro país a lançar um satélite artificial no espaço. Tratava-se do *Sputnik*, lançado em 1957. Quatro anos depois, os soviéticos promoveram o primeiro voo espacial tripulado por um astronauta. A bordo da nave *Vostok 1*, Yuri Gagarin foi o primeiro homem a fazer o voo orbital em torno da Terra – e a descobrir que a Terra é azul.

Apesar desse pioneirismo soviético, foram os Estados Unidos que, em 1969, enviaram o primeiro astronauta à Lua. Ao caminhar no solo lunar, Neil

Armstrong disse: “Este é um pequeno passo para o homem, mas um grande salto para a humanidade”.

Na década de 1970, os conhecimentos adquiridos com a corrida espacial foram utilizados, principalmente, no desenvolvimento de satélites artificiais. Nos dias atuais, esses satélites servem a diversas finalidades: telecomunicações, meteorologia, observação militar etc.

Foi nesse contexto de rivalidade técnico-científica entre EUA e URSS que surgiu a internet. No início, durante a década de 1960, a rede de transmissão de conteúdos por computadores teve uso restrito aos meios militares estadunidenses. Posteriormente, a internet estendeu-se para amplos setores da sociedade, principalmente após a invenção de computadores pessoais, *tablets*, telefones celulares etc.

Investigando

1. A internet está presente no seu dia a dia? Em que situações?
2. A internet é um veículo que permite expor ideias e opiniões. Porém, a exposição excessiva pode comprometer a privacidade dos usuários. Em sua opinião, é possível conciliar exposição e privacidade na internet? Debata o assunto com seus colegas.

Guerra da Coreia (1950-1953)

Em um dos períodos mais tensos da Guerra Fria, ocorreu um violento conflito na Coreia, envolvendo as duas superpotências do pós-guerra.

Divisão da Coreia

A Coreia é uma península do leste da Ásia, que em 1910 foi anexada pelos japoneses, em meio às disputas territoriais envolvendo Japão e China, e integrou o império japonês até 1945.

Terminado o conflito mundial, tropas dos EUA e da URSS ocuparam a península coreana e a dividiram entre si, com base no paralelo 38:

- ao norte desse paralelo, a península ficou sob a influência soviética;
- ao sul, sob a influência dos Estados Unidos.

Explosão do conflito

Essa divisão seria mantida até a realização de eleições gerais, quando se deliberaria sobre a unificação do país. Entretanto, uma série de hostilidades entre o norte e o sul impediu que elas ocorressem, culminando com a invasão da Coreia do Sul (capitalista) pela Coreia do Norte (socialista), em 25 de junho de 1950.



Fonte: DUBY, Georges. *Atlas historique mondial*. Paris: Larousse, 2006. p. 197.

Para conter essa invasão, forças militares lideradas pelos EUA intervieram diretamente no conflito e conseguiram deter os norte-coreanos, obrigando-os a recuar até o território chinês.

Tropas chinesas entraram na guerra, apoiando o exército norte-coreano. Os governantes soviéticos também enviaram armamentos e instrutores militares aos norte-coreanos. As tropas da Coreia do Norte iniciaram, então, uma contraofensiva e recuperaram todo o território conquistado pelos sul-coreanos, avançando até a cidade de Seul. Posteriormente, Seul foi reconquistada pelas forças da Coreia do Sul, com a ajuda de seus aliados estadunidenses.

Em 1953, aceleraram-se as negociações de paz. O cessar-fogo foi formalizado em 27 de julho de 1953. Os governantes das duas Coreias, com o aval da ONU, restabeleceram o paralelo 38 como fronteira entre os dois países.

Os combates da Guerra da Coreia deixaram um saldo de, aproximadamente, 2 milhões de mortos.

Interpretar fonte

Massacre na Coreia

Observe atentamente a pintura *Massacre na Coreia* criada por Pablo Picasso durante o conflito.



Massacre na Coreia, de 1951, de Pablo Picasso. Essa pintura se encontra no Museu Picasso de Paris, na França.

- Elabore uma descrição detalhada dos elementos e personagens dessa obra. Em seguida, redija uma interpretação do significado que essa pintura tem para você.

Fim da Guerra Fria

Na década de 1980, teve início uma série de transformações no bloco socialista, promovidas pela política de distensão então adotada pela União Soviética, que atravessava grave crise econômica.

A partir de 1989, sob o impulso de reformas voltadas para a reestruturação da economia (*perestroika*) e a liberalização política (*glasnost*), promoveu-se a abertura político-econômica do Leste Europeu. Os

governos comunistas foram derrubados e o comando russo abolido. Uma série de transformações políticas e econômicas difundiu-se pela URSS e pela Europa Oriental, levando à queda do Muro de Berlim (1989), à unificação das duas Alemanhas (1990) e ao desmembramento da União Soviética (1991). Esses episódios foram apontados como eventos marcantes do fim da Guerra Fria.



Cerca de 1 milhão de pessoas celebram a reunificação alemã na noite de 3 de outubro de 1990, com fogos de artifício e bandeiras, em frente ao Palácio do Reichstag, em Berlim.

Em destaque Charlie Chaplin

Charlie Chaplin nasceu em 1889, em Londres, na Inglaterra. Quando criança perdeu os pais e enfrentou a miséria. Posteriormente, viajou com um grupo de artistas para os Estados Unidos e conseguiu emprego em Hollywood.

Chaplin é considerado um dos maiores artistas da história do cinema. Foi um dos atores mais famosos do século XX, destacando-se pelo uso da mímica e do humor. Um de seus personagens, Carlitos, “o adorável vagabundo”, é um homem pobre e gentil.

No auge dos regimes totalitários, Chaplin dirigiu e atuou no filme *O Grande Ditador* (1940), que satirizava Hitler e Mussolini.

Durante a Guerra Fria, Chaplin foi acusado de promover em seus filmes ideias antiamericanas e anticapitalistas. A perseguição **macarthista** obrigou o cineasta a deixar os EUA, em 1952. Chaplin exilou-se na Suíça, onde morreu em 1977.

Macarthismo: movimento político que deriva do nome do senador Joseph McCarthy, que dirigia a comissão do Senado dos EUA nos anos 1950, caracterizado por perseguir artistas, escritores e intelectuais acusados de atividades antiamericanas e envolvimento com ideias comunistas.

1. Você já assistiu a algum filme de Charles Chaplin? Qual?
2. Você conhece outras expressões artísticas que conciliam crítica social e linguagem acessível? Quais?

Oficina de História

Vivenciar e refletir

1. Para referir-se às relações internacionais entre EUA e URSS, entre 1945 e 1980, o sociólogo francês Raymond Aron declarou: “Guerra improvável, paz impossível”. Com base no que você estudou neste capítulo, explique o sentido dessa frase.
2. Em grupo, desenvolvam, de forma criativa, uma página de jornal sobre a Guerra Fria. Para isso, leiam as orientações abaixo.
 - a) Elaborem uma resenha sobre um dos seguintes filmes: *A vida dos outros* (direção de Florian Henckel von Donnersmarck, Alemanha, 2007), *Boa noite e boa sorte* (direção de George Clooney, EUA, 2005), *Apocalypse now* (direção de Francis Coppola, EUA, 1979), *Dr. Fantástico* (direção de Stanley Kubrick, EUA, 1964) ou *Alemanha ano zero* (direção de Roberto Rossellini, Itália/Alemanha/França, 1948).
 - b) Seleccionem imagens (fotografia, charge, pintura ou escultura) sobre a Guerra Fria e redijam legendas para elas.
 - c) Criem uma manchete para essa página.
 - d) Apresentem seu trabalho aos colegas.
3. Observe atentamente a charge e escreva um parágrafo explicando o seu humor. Não se esqueça de relacioná-la ao que você aprendeu sobre a Guerra Fria.



Charge feita pelo cartunista brasileiro Belmonte, em 1946. À esquerda, o presidente dos EUA Harry Truman e à direita, Stalin, líder da União Soviética.

Diálogo interdisciplinar

Diálogo interdisciplinar com Geografia e Biologia.

4. Após o fim da Segunda Guerra Mundial, cresceu pelo mundo o medo de um conflito nuclear que, segundo os cientistas, destruiria grande parte da vida na Terra. Atualmente, sabemos que há diversas outras ações dos seres humanos que contribuem para transformar e degradar o planeta, como as que provocam o fenômeno conhecido como aquecimento global. Pesquise o assunto e elabore um texto destacando:
 - a) o que é aquecimento global;
 - b) quais são suas principais causas;
 - c) quais são suas possíveis consequências.

De olho na universidade

5. (Enem-1999)

Os 45 anos que vão do lançamento das bombas atômicas até o fim da União Soviética não foram um período homogêneo único na história do mundo. [...] dividem-se em duas metades, tendo como divisor de águas o início da década de 70. Apesar disso, a história deste período foi reunida sob um padrão único pela situação internacional peculiar que o dominou até a queda da URSS.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

O período citado no texto e conhecido por “Guerra Fria” pode ser definido como aquele momento histórico em que houve:

- a) corrida armamentista entre as potências imperialistas europeias ocasionando a Primeira Guerra Mundial.
- b) domínio dos países socialistas do Sul do globo pelos países capitalistas do Norte.
- c) choque ideológico entre a Alemanha Nazista/União Soviética Stalinista, durante os anos 30.
- d) disputa pela supremacia da economia mundial entre o Ocidente e as potências orientais, como a China e Japão.
- e) constante confronto das duas superpotências que emergiam da Segunda Guerra Mundial.

6. (UERJ)



Muro de Berlim antes de novembro de 1989.



Muro de Berlim em novembro de 1989.

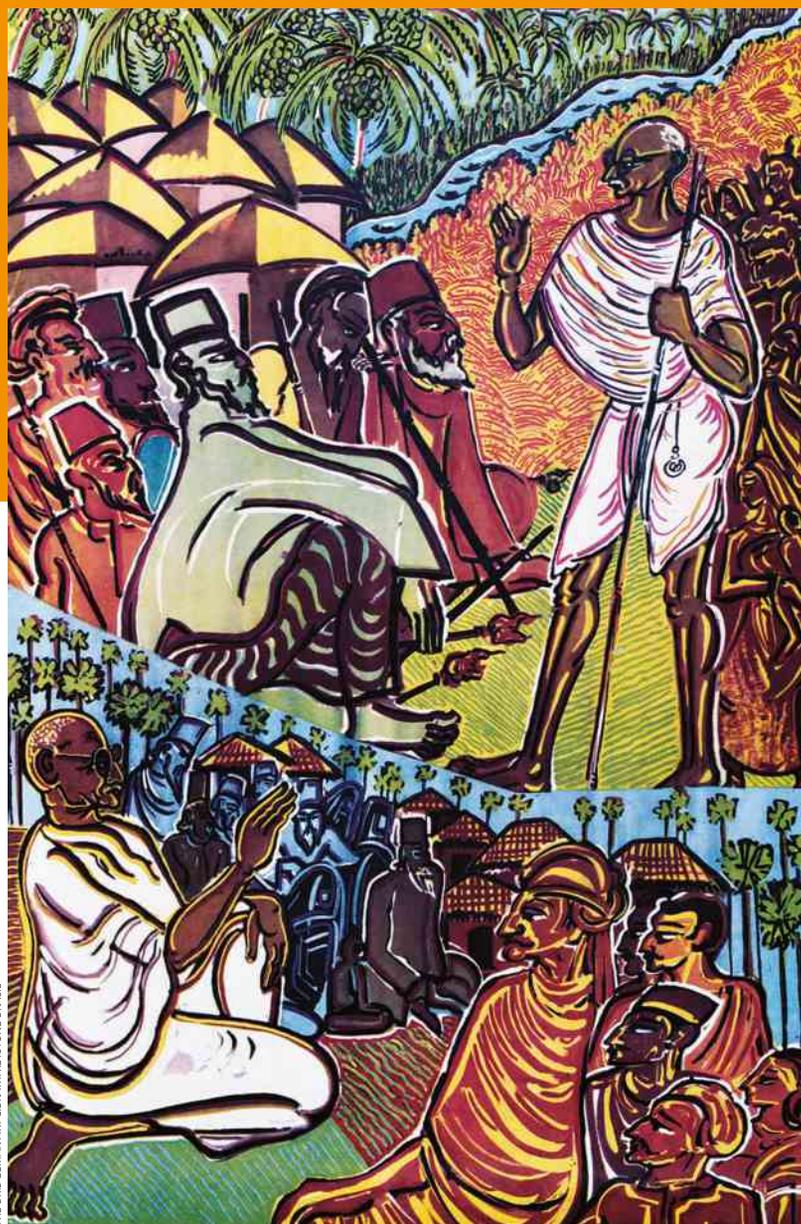
A derrubada do Muro de Berlim completou vinte anos em 2009. Construído em agosto de 1961, sua destruição é lembrada como marco do fim de uma época.

Indique o significado político da queda do Muro de Berlim para a Alemanha e o significado simbólico desse acontecimento para o contexto político internacional.

África, Ásia e Oriente Médio

Na primeira metade do século XX, diversos países da África, da Ásia, do Oriente Médio e da Oceania se encontravam sob o domínio colonial das grandes potências. Mas, entre o final da Segunda Grande Guerra e 1979, a maior parte deles conquistou a independência.

O que a independência significou para as populações desses países?



THE BRIDGE/ART LIBRARY/KESTONE BRASIL

Mahatma Gandhi em visita a Bengala e a Bihar, durante a divisão da Índia, em 1947. Gandhi tentou amenizar a violência e o ódio entre muçulmanos (parte superior da imagem) e hindus (parte inferior) pregando o pacifismo. Litografia colorida de Anil Sengupta que integra o acervo da Biblioteca da Embaixada da Índia em Paris, França.

Treinando o olhar

- Quem é o protagonista dessa pintura? Como ele foi representado? E os demais personagens?

Descolonização ou retomada

A luta pela autonomia

A partir da segunda metade do século XIX, os governos das potências econômicas se lançaram sobre a África, a Ásia, o Oriente Médio e a Oceania para formar seus impérios coloniais. Esse processo foi chamado, por alguns historiadores, de **neocolonialismo**.

A dominação neocolonial afetou as relações internas e o desenvolvimento socioeconômico das regiões colonizadas. Além da exploração econômica a que eram submetidos, muitos territórios foram divididos de acordo com os interesses das potências. Com isso, povos de uma mesma etnia passaram a viver separados por uma fronteira política, enquanto grupos étnicos que mantinham entre si uma história de rivalidade acabaram reunidos em um mesmo país.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, iniciou-se um processo de descolonização nessas regiões, isto é, aos poucos, as colônias da África, da Ásia, do Oriente Médio e da Oceania alcançaram sua independência.

Alguns estudiosos não concordam que se deva chamar de descolonização os processos das independências se considerarmos a perspectiva desses povos. Preferem, nesse caso, falar em “retomada”, “reanimação” ou “reconquista” – ou “luta pela emancipação nacional”, como aponta o historiador francês Marc Ferro:

Em vez de “colonização”, eles [os povos colonizados] escolhem falar de “colonialismo”, o que é um julgamento negativo da presença europeia nas colônias.

Em vez de “descolonização”, termo que pressupõe que a saída dos colonizadores se deve às metrópoles, eles preferem a expressão “luta pela emancipação nacional”, que os transforma em agentes de sua própria história.

FERRO, Marc. *O século XX explicado aos meus filhos*. Rio de Janeiro: Agir, 2008. p. 71.

Investigando

- A denominação dada às coisas afeta a nossa maneira de interpretá-las? Discuta com seus colegas.

Processo de independência

Diversas condições contribuíram para a descolonização e independência das colônias da África, da Ásia, do Oriente Médio e da Oceania. Entre elas:

- **movimentos emancipacionistas e nacionalistas** – grupos locais que organizaram em seus países movimentos contra a dominação colonial;
- **crise econômica europeia** – a manutenção do domínio colonial por meio de forças militares foi dificultada pela delicada situação econômica das potências europeias no pós-guerra;
- **consciência anticolonialista e anti-imperialista** – se até as primeiras décadas do século XX muitos europeus sentiam orgulho por seu país possuir impérios coloniais, depois da Segunda Guerra essa situação tornou-se constrangedora. Era uma contradição governos inimigos da opressão nazifascista oprimirem os povos de praticamente toda a África e de parte da Ásia, do Oriente Médio e da Oceania.

No pós-guerra, em razão da opinião pública contrária ao colonialismo que se desenvolveu, os dirigentes dos governos democráticos europeus passaram a evitar serem identificados como imperialistas;

- **Guerra Fria** – interessados em desenvolver novas formas de influência nas regiões colonizadas, os governantes das duas grandes potências do pós-guerra (Estados Unidos e União Soviética) assumiram posições favoráveis à descolonização e procuraram apoiar as lideranças dos grupos emancipacionistas afro-asiáticos, atraindo-as para seus respectivos blocos;
- **criação da ONU** – na Carta das Nações Unidas (documento de criação dessa entidade, em 1945), destaca-se entre seus objetivos “desenvolver relações amistosas entre as nações, baseadas no respeito ao princípio da igualdade de direitos e de autodeterminação dos povos”¹. Assim, a ONU tornou-se um fórum internacional contra o colonialismo, contribuindo para a disseminação das propostas defendidas pelos movimentos de descolonização.

¹ Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/carta/cap1/>>. Acesso em: 16 fev. 2016.



CORBIS/FOOTARENA

Indiano servindo chá para uma senhora europeia, no início do século XX. O colonialismo transformava os nativos em serviçais dos europeus.

Conferência de Bandung

Outro acontecimento de destaque na luta contra a dominação colonialista e o subdesenvolvimento ocorreu em abril de 1955, na Indonésia: a Conferência Afro-Asiática de Bandung.

Convocada pelos líderes da Indonésia, da Índia, da Birmânia (atual Mianmar), do Ceilão (hoje Sri Lanka) e do Paquistão – países que haviam alcançado a independência poucos anos antes –, essa conferência constituiu um marco importante na organização política dos países do então chamado Terceiro Mundo (considerados “subdesenvolvidos”).

No documento final, firmado pelos representantes dos 29 países participantes, destacavam-se os seguintes pontos:

- rejeição à divisão mundial nos blocos socialista e capitalista e defesa de uma política de não alinhamento automático com as superpotências;
- condenação do racismo e da corrida armamentista;
- proclamação do direito de autodeterminação política, reprovando-se, portanto, o colonialismo (dominação direta da metrópole sobre a colônia) e o neocolonialismo (dominação mascarada, realizada por meio de práticas econômicas imperialistas);
- afirmação de que a submissão imposta aos povos afro-asiáticos era uma negação dos direitos fundamentais do homem e, por estar em contradição com a Carta das Nações Unidas, um obstáculo à paz e à cooperação mundial.

Quando a Conferência de Bandung se realizou, 14 países asiáticos já tinham conseguido sua emancipação política. A maioria das nações africanas, no

entanto, ainda se encontrava submetida à dominação colonial. Mas nos anos seguintes à conferência, o processo de descolonização da África se acelerou e, até o ano de 1960, 23 países africanos já haviam conquistado a independência. Até 1980, outras 23 nações africanas e mais 12 países asiáticos e oceânicos alcançaram igual destino.

Formas de ruptura

Quais foram os caminhos para a independência desses países? O rompimento com as metrópoles ocorreu de duas formas principais: pacífica ou violentamente.

- **Ruptura pacífica** – alcançada mediante acordos firmados com as metrópoles. Nessa forma, as metrópoles reconheciam formalmente a emancipação política das colônias, mas procuravam preservar, ao menos em parte, as relações econômicas de dominação.
- **Ruptura violenta** – alcançada mediante o confronto armado entre as forças das metrópoles e as tropas de libertação nacional. Essa forma ocorreu principalmente quando a luta pela independência política transformava-se em luta contra a dominação imperialista, apontando para a construção de uma sociedade socialista.

A ruptura dos laços coloniais não significou, no entanto, a conquista imediata da paz e do bem-estar almejados pelas ex-sociedades coloniais da Ásia, do Oriente Médio, da África e da Oceania. Frequentemente, os processos de independência desdobraram-se numa série de lutas internas, envolvendo movimentos políticos ou grupos étnicos rivais, que passaram a disputar o controle do poder nas diferentes regiões.

Independências na Ásia, no Oriente Médio e na Oceania

Os desdobramentos pós-coloniais

O processo de descolonização teve início na Ásia. Nesse continente havia amplas áreas sob dominação colonial da Grã-Bretanha e da França.



Fonte: *Atlas da história do mundo*. São Paulo: Folha de S.Paulo/Times Books, 1995. p. 240-241.

Observar o mapa

- Identifique os três maiores impérios coloniais na Ásia e na Oceania no início do século XX.

Entre o início da década de 1940 e o final dos anos 1970, os países asiáticos, e também os oceânicos, tornaram-se independentes. Em muitos casos, os processos de independência e seus desdobramentos ocorreram por meio de grandes conflitos, nos quais houve a intervenção – direta ou indireta – dos governos dos Estados Unidos e da União Soviética, sempre procurando firmar sua influência política e econômica sobre a região. O quadro a seguir relaciona os países da Ásia, incluindo os que compõem o Oriente Médio, e os da Oceania que se tornaram independentes nesse período.

Independência	País	Antiga potência colonial
1943	Líbano	França
1945	Coreia*	Japão
1946	Jordânia	Grã-Bretanha
	Síria	França
	Filipinas	Estados Unidos
1947	Índia	Grã-Bretanha
	Paquistão	Grã-Bretanha
1948	Mianmar	Grã-Bretanha
	Sri Lanka	Grã-Bretanha
1949	Laos	França
	Indonésia	Holanda
1953	Camboja	França

Independência	País	Antiga potência colonial
1954	Vietnã	França
1957	Malásia	Grã-Bretanha
1961	Kuwait	Grã-Bretanha
1965	Cingapura	Grã-Bretanha
1967	Iêmen	Grã-Bretanha
1971	Catar	Grã-Bretanha
	Emirados Árabes Unidos	Grã-Bretanha
	Bahrein	Grã-Bretanha
1978	Ilhas Salomão	Grã-Bretanha
	Tuvalu	Grã-Bretanha
1979	Kiribati	Grã-Bretanha

* Em 1948, divisão em Coreia do Norte (sob influência da URSS) e Coreia do Sul (sob influência dos EUA).

Fonte: CIA World Factbook. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

Alguns processos de emancipação nacional na Ásia foram marcantes, como o da Índia em relação à Grã-Bretanha. Em outros casos, o que se destacou não foi tanto a emancipação em si, mas a gravidade de seus desdobramentos, como a guerra que estourou no Vietnã logo após sua independência. Vejamos esses dois casos.

Independência da Índia (1947)

A Índia é um país, localizado no sul da Ásia, que possui uma rica cultura milenar. A partir do século XVI, algumas regiões de seu território começaram a ser ocupadas por países europeus, como Portugal e Holanda e, posteriormente, França e Inglaterra. Um dos marcos da conquista portuguesa da Índia ocorreu em 1510, quando o almirante Afonso de Albuquerque fundou a “Velha Goa”, que se tornou capital e residência do vice-rei das Índias.

A partir do século XVIII, a Índia passou a ser explorada pela Companhia Inglesa das Índias Orientais, e no século XIX foi incorporada ao Império Britânico. Era então considerada a “joia da Coroa”, tanto pela grandeza de seu território e pela riqueza de seus recursos quanto pela população numerosa que já apresentava, e constituía importante mercado consumidor para os produtos industrializados ingleses.

Embora a cultura e o idioma ingleses tenham se tornado fatores de união entre os indianos – existiam na Índia mais de 20 idiomas e grande diversidade cultural –, as autoridades britânicas enfrentaram, desde o início, diversas rebeliões anticoloniais.

A desobediência civil

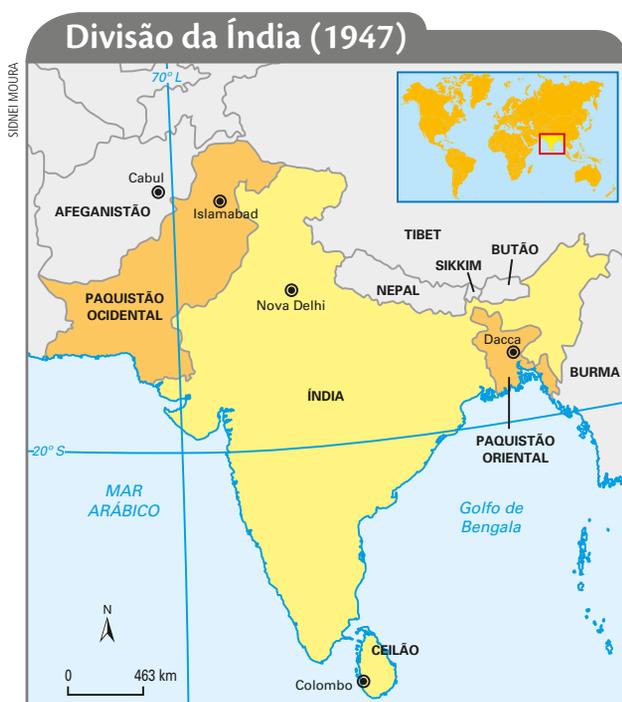
No decorrer da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), representantes do governo britânico haviam prometido aos indianos que, se lutassem contra os alemães, receberiam em troca maior autonomia administrativa. Terminada a guerra, porém, apesar de algumas concessões nesse sentido, o governo britânico manteve a dominação colonial. Além disso, passou a reprimir violentamente todas as tentativas de emancipação da Índia, conduzidas principalmente pelo Partido do Congresso – criado em 1885 e, posteriormente, liderado por Jawaharlal Nehru.

As atividades pró-autonomia da Índia contaram com a participação de Mahatma Gandhi, que se transformaria no principal líder indiano opositor à dominação britânica. Ele pregou e praticou a **desobediência civil** contra as autoridades metropolitanas por meio do não pagamento de impostos e da rejeição aos produtos industriais da Grã-Bretanha. O propósito era debilitar o adversário sem utilizar a violência, sem derramar sangue.

Mahatma Gandhi praticou a estratégia da não violência ativa, considerando o princípio da não agressão como uma forma de mudar as pessoas e a sociedade. Ele liderou grandes protestos na Índia, entre 1920 e 1942, e foi preso algumas vezes por suas ações. Gandhi tinha uma vida simples e despojada de bens materiais. Suas posses pessoais limitavam-se a coisas essenciais como uma tigela de comida, um garfo, um óculos e um relógio. Queria que seu estilo de vida transmitisse uma mensagem de amor, pois não acreditava em vitória alcançada pelo ódio.

Investigando

- No seu entendimento, é possível relacionar a vida de Gandhi com sua estratégia de não violência ativa? Justifique.



Fonte: Atlas da história do mundo. São Paulo: Folha de S.Paulo/Times Books, 1995. p. 273.

Índia, Paquistão e Bangladesh

Nem toda a Índia, porém, estava unida em torno das propostas de Gandhi e Nehru. Havia no país outros grupos de oposição ao colonialismo britânico, como a Liga Muçulmana, fundada em 1905 e liderada por Muhammad Ali Jinnah. Seu objetivo era a criação de um Estado muçulmano, independente dos hindus ligados ao Partido do Congresso.

Os britânicos procuraram manipular ao máximo o conflito entre esses dois grupos rivais para retardar o processo de emancipação da Índia, que acabou ocorrendo em 1947. Atendendo à exigência dos muçulmanos, o território indiano foi dividido em: **República da Índia**, de maioria hindu, e **República do Paquistão** (Oriental e Ocidental), de maioria muçulmana. Posteriormente, em 1972, após violenta guerra, o Paquistão Oriental separou-se do Ocidental e passou a se chamar **Bangladesh**.



MARIE-ANTOINETTE BOULLARD-DEVE. PAINEL REPRESENTANDO OS VÁRIOS "TIPOS" DA COLÔNIA. 1931.

Painel idealizado por Marie-Antoinette Boullard-Deve para o pavilhão da Indochina na Exposição Colonial Internacional de 1931, em Paris (França), representando os vários "tipos" da colônia. Hoje ele se encontra no Museu do Quai Branly, Paris, França.

Independência da Indochina

A Indochina, região da Ásia dominada pela França desde 1860, foi ocupada pelos japoneses durante a Segunda Guerra Mundial. Após a derrota do Japão no conflito, o governo francês tentou recuperar seu domínio sobre a antiga colônia, mas teve de enfrentar a resistência dos movimentos nacionalistas que lutavam pela independência.

Deflagrou-se, então, a **Guerra da Indochina** (1946-1954), em que se destacou a liderança de Ho Chi Minh, do movimento de libertação *Vietminh*. A guerra terminou com um acordo internacional, celebrado em Genebra, pelo qual a península indochinesa foi dividida em três países independentes: Laos, Camboja e Vietnã.

Guerra do Vietnã (1964-1975)

Ficou determinado também que o Vietnã ficaria dividido temporariamente em duas zonas: uma ao norte e outra ao sul.

- **República Democrática do Vietnã** – ao norte, com capital em Hanói e liderada por Ho Chi Minh, recebia o apoio dos governos do bloco socialista (China e União Soviética).
- **República do Vietnã** – ao sul, com sede em Saigon e liderada pelo general Ngô Dinh Diem, era apoiada pelo governo dos Estados Unidos.

O acordo estabelecia ainda que, em 1956, seriam realizadas eleições gerais no Vietnã para a unificação do país. O governo do Vietnã do Sul, no entanto, impediu a realização dessas eleições, adotando uma política de hostilidades contra o Vietnã do Norte.

Em 1960, foi organizada, no Vietnã do Sul, a **Frente de Libertação Nacional (FLN)**, de tendência socialista. A FLN se opunha ao governo ditatorial instalado em Saigon e tinha o apoio dos governos do Vietnã do Norte e dos países do bloco socialista.

Para sustentar o governo de Saigon, no entanto, o governo dos EUA decidiu intervir militarmente na região, em 1964. Teve início, então, a **Guerra do Vietnã**, conflito que envolveu também o Laos e o Camboja e que costuma ser interpretado por alguns historiadores como um desdobramento da Guerra da Indochina.

A Guerra do Vietnã foi marcada pelo envolvimento direto de mais de 540 mil soldados dos Estados Unidos na região, combatendo as forças da FLN. Dispondo de recursos precários, essas forças utilizavam táticas de guerrilha e foram, aos poucos, avançando sobre os adversários e arrastando o conflito.

Nos Estados Unidos, a Guerra do Vietnã causava impactos na opinião pública, que acompanhava pela imprensa as mortes dos soldados e as cenas de violência transmitidas pela TV. O governo dos EUA foi gradativamente retirando seus soldados do Vietnã e iniciando negociações de paz. Em 1973, realizou a retirada da última tropa, depois de firmar o Acordo de Paris.

Calcula-se que mais de 50 mil soldados estadunidenses tenham morrido nessa guerra que abalou o orgulho nacional do país. Entre os vietnamitas, morreram milhões de pessoas. As estimativas oscilam entre 1 e 3 milhões de mortos.

NICK UT/ASSOCIATED PRESS/GLOW IMAGES



Crianças correm após explosão de bomba de **napalm** no Vietnã do Sul, em junho de 1972. Ao centro, menina vietnamita de 9 anos, nua, grita de desespero pelas intensas queimaduras em seu corpo, causadas pelo napalm. Depois de 17 cirurgias, ela sobreviveu.

Napalm: substância empregada na produção de mistura líquida, inflamável e gelatinosa usada em bombas incendiárias; por extensão, a bomba incendiária preparada com esse produto.

Unificação do Vietnã

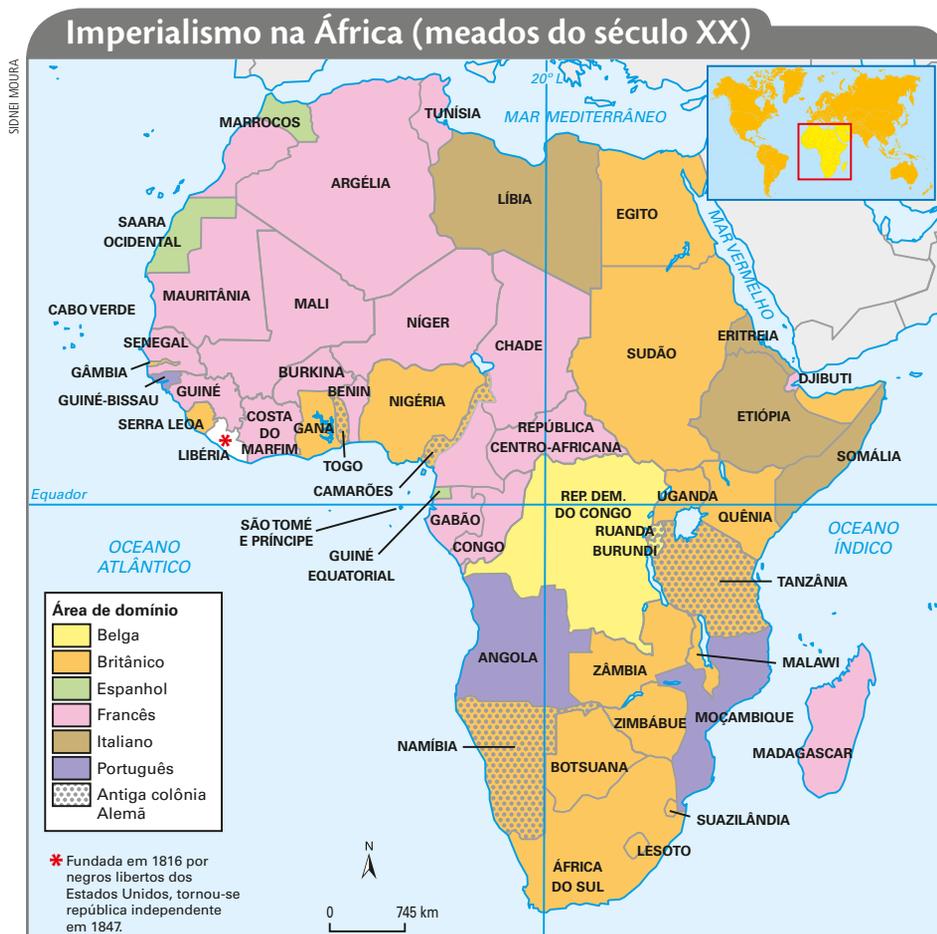
Após a retirada das forças militares estadunidenses, a guerra prolongou-se por mais algum tempo, com o avanço das forças socialistas do Vietnã do Norte, até a rendição total do exército sul-vietnamita, em 1975.

Assumindo o poder, os líderes da Frente de Libertação Nacional, junto com o governo do Vietnã do Norte, promoveram a unificação do país, sob o nome de *República Socialista do Vietnã*. Adotando um regime político autoritário, o governo vietnamita seguiria o modelo da ditadura stalinista.

Independências na África

Os desdobramentos pós-coloniais

Até pouco antes da Segunda Guerra Mundial, quase todo o continente africano encontrava-se sob o domínio colonial de países europeus, sobretudo da Grã-Bretanha e da França.



Fonte: DUBY, Georges. *Atlas historique Larousse*. Paris: Larousse, 2006. p. 219.

Observar o mapa

- Identifique:
 - uma ex-colônia portuguesa na África Ocidental e outra na África Oriental;
 - a mais meridional ex-colônia inglesa na África;
 - a mais setentrional ex-colônia francesa na África.

Após a guerra – principalmente depois da Conferência de Bandung (1955) –, os países africanos foram conquistando sua independência. A maior parte do processo de independência desses países ocorreu entre 1956 e 1968.

Investigando

- Observe o quadro da página seguinte e verifique em que década ocorreu o maior número de independências no continente africano. Relacione esses acontecimentos às condições históricas do período.

Independência	País	Antiga potência colonial	Independência	País	Antiga potência colonial
1951	Líbia	Itália	1961	Serra Leoa	Grã-Bretanha
1956	Sudão	Grã-Bretanha	1962	Tanzânia	Grã-Bretanha
	Marrocos	França		Burundi	Bélgica
	Tunísia	França		Ruanda	Bélgica
1957	Gana	Grã-Bretanha		Argélia	França
1958	Guiné	França		Uganda	Grã-Bretanha
1960	Camarões	França	1963	Quênia	Grã-Bretanha
	Togo	França	1964	Malawi	Grã-Bretanha
	Madagascar	França		Zâmbia	Grã-Bretanha
	República Democrática do Congo	Bélgica	1965	Gâmbia	Grã-Bretanha
	Somália	Grã-Bretanha/Itália	1966	Botsuana	Grã-Bretanha
	Benin	França		Lesoto	Grã-Bretanha
	Níger	França	1968	Suazilândia	Grã-Bretanha
	Burkina Faso	França		Guiné Equatorial	Espanha
	Costa do Marfim	França		Maurício	Grã-Bretanha
	Chade	França	1974	Guiné-Bissau	Portugal
	República Centro-Africana	França	1975	Moçambique	Portugal
	Congo	França		Cabo Verde	Portugal
	Gabão	Grã-Bretanha		Ilhas Comores	França
	Senegal	França		São Tomé e Príncipe	Portugal
	Mali	França		Angola	Portugal
	Nigéria	Grã-Bretanha	1977	Djibuti	França
	Mauritânia	França	1980	Zimbábue	Grã-Bretanha

Fonte: CIA World Factbook. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

Colônias britânicas

Nas regiões de colonização britânica, os movimentos pela independência caracterizaram-se, em geral, pela ruptura pacífica. Foram os casos, por exemplo, de Gana, Nigéria, Serra Leoa e Gâmbia.

No Quênia, entretanto, a emancipação política foi precedida de conflitos violentos – conhecidos como Revolta dos Mau-Mau – devido à resistência da população branca local, que detinha 25% das terras mais férteis do país.

Em destaque

Wangari Maathai: plantando um mundo solidário

Nascida em 1940, a queniana Wangari Muta Maathai estudou Biologia nos Estados Unidos, na Alemanha e na Nigéria. Foi a primeira mulher das Áfricas Oriental e Central a obter um título de doutorado.

Além de se dedicar à vida universitária, como professora de Anatomia Veterinária na Universidade de Nairóbi, Maathai participava das lutas pela democracia em seu país.

Em 1977, criou o Movimento Cinturão Verde, cujo objetivo era combater o desmatamento que ameaçava a subsistência da população rural do Quênia. Essa iniciativa estimulou mulheres a plantar árvores na região onde viviam. O movimento espalhou-se por outros países africanos e contribuiu para que fossem plantadas mais de 30 milhões de árvores.

Para Maathai, o Movimento Cinturão Verde lutava por desenvolvimento sustentável, democracia, direitos das mulheres e solidariedade internacional. Por seu trabalho, ela se tornou a primeira mulher africana a ganhar o Prêmio Nobel da Paz, em 2004. Segundo o Comitê do Prêmio Nobel, Maathai “pensa globalmente e age localmente”.



GIANLUIGI GUERCIA/APF

Wangari Muta Maathai durante visita a um projeto ambiental na Cidade do Cabo (África do Sul). Fotografia de 2005.

- Reflita sobre a última frase do texto, depois responda: o que você pode fazer para preservar o meio ambiente?

África do Sul

A região mais meridional da África pertenceu à Grã-Bretanha até 1961. Nesse mesmo ano, ao retirar-se da Comunidade Britânica, a África do Sul obteve plena independência.

Sua colonização teve início cerca de três séculos antes, em 1652, quando representantes da Companhia Holandesa das Índias Orientais fundaram a Cidade do Cabo e promoveram a ocupação do seu entorno. Grupos calvinistas holandeses, e também alemães, franceses e escoceses, instalaram-se na cidade. A dominação britânica sobre a região acentuou-se no final do século XVIII, após a guerra entre Grã-Bretanha e Holanda, a qual terminou com vitória dos britânicos.

Desde o século XIX, a África do Sul foi dominada por representantes da minoria branca de origem europeia (19% da população total), que, no século seguinte, promoveram a independência política do país.

Antes mesmo da independência, essa minoria branca havia imposto à maior parte da população sul-africana, composta por negros, um regime de segregação racial conhecido como **apartheid**. Nesse regime, os negros eram forçados a viver separadamente dos brancos. Além disso, a população negra não tinha os mesmos direitos políticos e econômicos que a branca.

O regime racista da África do Sul foi oficializado em 1948, com a chegada do Partido Nacionalista ao poder. Sob seu governo foram elaboradas leis que segregavam os negros dos brancos, proibindo, por exemplo, casamentos mistos, o compartilhamento de áreas habitacionais e de espaços públicos (escolas, cinemas, meios de transporte, competições esportivas etc.). Caso essas leis não fossem cumpridas, eram aplicadas penas como multas, chicotadas, trabalho forçado e prisão.

O *apartheid* desencadeou inúmeras revoltas de grupos negros, além de provocar a indignação da opinião pública internacional. Líderes negros, como Nelson Mandela e Bantu Steve Biko, foram punidos por seu ativismo político. Mandela ficou preso por 27 anos e Steve Biko foi torturado e morto pela polícia em 1977. Após sua morte, cerca de 600 organizações negras formaram a Frente Democrática Unida, que continuou a lutar pelo fim da segregação.

Somente em junho de 1991, o governo da África do Sul, cedendo a pressões antirracistas e bloqueios internacionais, começou a revogar o *apartheid*. O presidente Frederik de Klerk instituiu reformas democráticas e, em 22 de dezembro de 1993, o Parlamento (ainda dominado por brancos) aprovou o projeto de Constituição que estabelecia a democracia plena e punha fim ao *apartheid*.

Em 10 de maio de 1994, após a realização de eleições multiétnicas, Nelson Mandela foi eleito o primeiro presidente negro da África do Sul, pondo fim ao secular domínio político dos brancos naquele país.



JUDA NGWENYA/REUTERS/LATINSTOCK

Nelson Mandela, à direita, no dia de sua posse como presidente da África do Sul. À esquerda, o ex-presidente Frederik de Klerk. Nesse dia, Mandela declarou: “Agora há perspectivas de um amanhã mais justo para o povo negro. Esta data é o alvorecer de nossa liberdade”. Fotografia de 1994.

Investigando

- O regime de segregação racial existente na África do Sul até 1991 assemelha-se a outros regimes racistas? Quais?

Em destaque A águia e a galinha

James Aggrey, filósofo e educador ganense, é considerado um dos precursores do nacionalismo africano e do moderno pan-africanismo. Em 1925, durante uma reunião em que se discutia a libertação do domínio colonial britânico, Aggrey contou a seguinte história.

Era uma vez um camponês que foi à floresta vizinha apanhar um pássaro para mantê-lo cativo em sua casa. Conseguiu pegar um filhote de águia. Colocou-o no galinheiro junto com as galinhas. Comia milho e ração própria para galinhas. [...]

Depois de cinco anos, este homem recebeu em sua casa a visita de um naturalista. Enquanto passeavam pelo jardim, disse o naturalista:

— Esse pássaro aí não é galinha. É uma águia.

— De fato — disse o camponês. É águia. Mas eu a criei como galinha. Ela não é mais uma águia. [...]

— Não — retrucou o naturalista. Ela é e será sempre uma águia. Pois tem um coração de águia. Este coração a fará um dia voar às alturas.

— Não, não — insistiu o camponês. Ela virou galinha e jamais voará como águia.

Então decidiram fazer uma prova. O naturalista tomou a águia, ergueu-a bem alto e desafiando-a disse:

— Já que você de fato é uma águia, já que você pertence ao céu e não à terra, então abra suas asas e voe!

A águia pousou sobre o braço estendido do naturalista. Olhava distraidamente ao redor. Viu as galinhas lá embaixo, ciscando grãos. E pulou para junto delas.

O camponês comentou:

— Eu lhe disse, ela virou uma simples galinha!

— Não — tornou a insistir o naturalista. Ela é uma águia. [...] Vamos experimentar novamente amanhã.

[...]

No dia seguinte, o naturalista e o camponês levantaram bem cedo. Pegaram a águia, levaram-na para fora da cidade, longe das casas dos homens, no alto de uma montanha. [...]

O naturalista ergueu a águia para o alto e ordenou-lhe:

— Águia, já que você é uma águia, já que você pertence ao céu e não à terra, abra suas asas e voe!

A águia olhou ao redor. Tremia como se experimentasse nova vida. Mas não voou. Então o naturalista segurou-a firmemente, bem na direção do Sol, para que seus olhos pudessem encher-se da claridade solar e da vastidão do horizonte.

Nesse momento, ela abriu suas potentes asas [...]. E começou a voar [...].

E Aggrey terminou conclamando:

— Irmãos e irmãs, meus compatriotas! [...] houve pessoas que nos fizeram pensar como galinhas. [...] Mas nós somos águias. Por isso, [...] abramos as asas e voemos. [...] Jamais nos contentemos com os grãos que nos jogarem aos pés para ciscar.

BOFF, Leonardo. *A águia e a galinha: uma metáfora da condição humana*. São Paulo: Vozes, 2013. p. 25-28.

- A metáfora criada por James Aggrey sobre a águia e a galinha pode ser relacionada a situações sociais que você conhece. Reflita.

Colônias francesas

O governo francês procurou negociar formas pacíficas de ruptura com diversas colônias, como Camarões, Senegal, Madagascar, Costa do Marfim e Mauritânia. Em 1960, o império colonial francês na África estava praticamente desfeito.

Independência da Argélia

Houve, no entanto, intensa luta armada na Argélia, no norte da África, onde 10% da população era de origem francesa. Controlando a vida política e econômica do país, essa minoria opunha-se à separação da França. Por isso, resistiu à **Frente de Libertação Nacional (FLN)**, que, em 1954, iniciou as lutas pela independência.

Em 1961, o presidente francês Charles de Gaulle obteve, por meio de referendo popular, “carta branca” para negociar a paz na Argélia com a FLN. No ano seguinte, a independência da Argélia foi reconhecida pela França.

O saldo desses anos de conflito foi a morte de cerca de 25 mil soldados franceses e de quase 1 milhão de pessoas ligadas à Frente de Libertação Nacional argelina.

Colônias belgas

As regiões africanas que estavam sob dominação belga – que correspondem aos atuais países da República Democrática do Congo, de Ruanda e de Burundi – obtiveram, de modo geral, sua emancipação de forma não militar, mas foram assoladas por disputas políticas internas ou conflitos étnicos extremamente violentos.

República Democrática do Congo

No território que hoje pertence à República Democrática do Congo, o movimento de independência foi marcado pela violência. Isso ocorreu devido a uma série de conflitos internos entre os grupos políticos locais e, também, a interesses internacionais na disputa das riquezas da região, principalmente dos diamantes.

Em 1960, Patrice Lumumba, líder do **Movimento Nacional Congolês**, proclamou a independência do país. Pouco depois, iniciaram-se movimentos separatistas em algumas províncias congolêsas. Em Catanga, por exemplo, o líder, Moïse Tshombé, era apoiado por belgas interessados nas riquezas minerais da região.

Para manter a unidade do país, Lumumba pediu auxílio às forças internacionais da ONU. Não obtendo apoio, recorreu à União Soviética, o que provocou a reação dos grupos ligados ao bloco capitalista. O chefe do exército, coronel Mobutu, prendeu Lumumba e o levou para Catanga, onde foi assassinado, em fevereiro de 1961.

Mobutu conseguiu impor-se como ditador em 1965, derrubando Tshombé do poder, e o Congo passou a ser oficialmente denominado República do Zaire. Mobutu dirigiu o país até 1997, quando uma rebelião liderada por Laurent Kabila derrubou-o do poder. Kabila, ao assumir o governo, retomou o antigo nome do país: República Democrática do Congo. As disputas étnicas e políticas, no entanto, continuaram, provocando violentos confrontos pelo país.

Colônias portuguesas

Uma das últimas regiões da África a conquistar independência foi a que se encontrava sob dominação portuguesa. Isso porque o ditador António Salazar, que governou Portugal de 1932 a 1968, manteve o país isolado da onda liberal que se espalhou pelo mundo no pós-guerra, evitando as pressões anticolonialistas. O regime autoritário prolongou-se pelo governo de Marcelo Caetano até 1974.

A resistência portuguesa à descolonização africana somente se desfez com a revolução de 25 de abril de 1974, conhecida como **Revolução dos Cravos**, que pregava o estabelecimento da democracia em Portugal e o fim do colonialismo.

O fim do regime salazarista abriu caminho para a independência das colônias portuguesas de Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Angola.

Conflito árabe-israelense

Alguns focos constantes de tensão militar

O conflito árabe-israelense no Oriente Médio é um dos principais enfrentamentos regionais que marcaram o cenário internacional nas últimas décadas. Para entendê-lo, é preciso recuar até o fim do século XIX, quando teve início o movimento sionista na Europa, sob a liderança do jornalista judeu austríaco Theodor Herzl.

Os sionistas defendiam a ideia de reunir o povo judeu, disperso pelo mundo, em um Estado judaico independente. O local escolhido foi a Palestina, considerada a área de origem dos ancestrais do povo judeu, os hebreus.

Criação de Israel (1948)

Grupos de judeus europeus começaram a adquirir, desde então, terras na Palestina. Ali, fundaram diversas colônias agrícolas, tendo como objetivo estabelecer o sonhado Estado judaico independente. Devido à perseguição nazista, milhares de judeus europeus migraram para a Palestina, aumentando a colonização judaica na região.

O fim da guerra e a morte de cerca de 6 milhões de judeus pelos nazistas (um terço da população judaica no mundo) abalaram a opinião pública mundial. Esse impacto contribuiu para que fosse aprovada, pela ONU, a criação de um Estado judaico na Palestina, em 29 de novembro de 1947.

Com base na decisão da ONU, o líder judeu David Ben Gurion proclamou a criação do **Estado de Israel**, em maio de 1948. A partir dessa data, milhares de judeus de todo o mundo migraram para Israel. Isso provocou conflitos com a população árabe que habitava a região havia muitas gerações e há décadas reivindicava a criação de um Estado palestino independente. Assim, teve início a longa série de conflitos entre árabes e israelenses.

Luta por um Estado palestino

A decisão da ONU de 1947 também previa a fundação de um Estado árabe-palestino na região da Palestina. Mas o que se seguiu foi justamente o contrário: lideranças de Israel, apoiadas pelos sucessivos governos dos Estados Unidos, aproveitaram

-se de confrontos armados contra grupos palestinos para expandir o território israelense, expulsando os árabes da região.

Banidos de seu território, milhares de palestinos espalharam-se pelos países árabes vizinhos e por outras nações do mundo, passando a reivindicar o direito a uma pátria.

As lutas entre árabes e israelenses tiveram momentos dramáticos, marcados pelo ódio extremista de organizações guerrilheiras palestinas, como foi o episódio do assassinato de atletas judeus nos Jogos Olímpicos de Munique em 1972. Por sua vez, os israelenses também promoveram ações brutais contra a população palestina, como o massacre em campos de refugiados de Sabra e Chatila, no sul do Líbano, em 1982.

Em 1964, os palestinos fundaram a **Organização para a Libertação da Palestina (OLP)**, que teve Yasser Arafat como um de seus mais destacados líderes. A partir de 1974, ano em que foi à ONU como presidente da OLP, Arafat começou a buscar apoio internacional para a formação de um Estado palestino.

Em 13 de setembro de 1993, tendo como mediador o então presidente dos EUA, Bill Clinton, Arafat e o primeiro-ministro israelense Yitzhak Rabin assinaram um primeiro acordo de paz, chamado Acordo de Oslo, que representou o início das negociações entre as lideranças palestinas e israelenses. Entre as principais decisões desse acordo estava a criação da **Autoridade Nacional Palestina (ANP)**, instituição estatal que governaria os territórios sob controle palestino: a Faixa de Gaza e a Cisjordânia.

Dois anos mais tarde, no entanto, em 4 de novembro de 1995, Yitzhak Rabin foi assassinado por um extremista judeu que se opunha às negociações de paz. Desde então, levantes palestinos, conhecidos como **Intifadas**, vêm sendo duramente combatidos pelos israelenses. O processo, marcado por avanços e retrocessos, acordos firmados e não cumpridos, adentrou o século XXI.

Após a morte de Arafat, em novembro de 2004, Mahmoud Abbas foi eleito presidente da ANP.

Vivenciar e refletir

1. Nos processos de descolonização, muitos países africanos, asiáticos e oceânicos conquistaram a independência política. Pesquise sobre o tema, reúna informações e depois, em grupo, debatam as questões a seguir.
 - a) A autonomia econômica acompanhou o processo de independência política?
 - b) O que mudou na vida das populações desses países depois da independência? O que se manteve?
2. Selecione uma das sociedades estudadas neste capítulo (Israel, Palestina, África do Sul, Argélia, Índia, Vietnã etc.). Em seguida, elabore um guia histórico do país escolhido, apresentando mapa, informações sobre os habitantes, o idioma oficial e as principais religiões, uma comida típica e uma expressão artística.
3. Amadou Hampâté Bâ é considerado um dos mais importantes escritores da África contemporânea. Ele nasceu no início do século XX em Bandiagara, no atual Mali, região que fazia parte do antigo império colonial francês.
A seguir, leia trechos de um artigo sobre Hampâté Bâ e seu livro autobiográfico *Amkoullel, o Menino Fula*.

Na África, cada ancião que morre é uma biblioteca que se queima. A frase, do malinês Amadou Hampâté Bâ, expressa a importância da transmissão oral no continente [...]

“Desde a infância, éramos treinados a observar, olhar e escutar com tanta atenção que todo acontecimento se inscrevia em nossa memória como cera virgem”, diz o etnólogo, filósofo e historiador em “Amkoullel, o Menino Fula”.

Um dos maiores pensadores da África no século 20, Hampâté Bâ integra a primeira geração do Mali com educação ocidental. Seu vínculo com a tradição oral do povo fula (nação de pastores nômades que conduz seu rebanho pela África savânica) o levou a buscar o reconhecimento da oralidade africana como fonte legítima de conhecimento histórico.

[...]

FARAH, Paulo Daniel. Hampâté Bâ leva oralidade africana ao papel. *Folha de S.Paulo*, 16 set. 2003, Ilustrada. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1609200312.htm>>. Acesso em: 16 fev. 2016.

- a) Explique a frase de Hampâté Bâ: “Na África, cada ancião que morre é uma biblioteca que se queima”.
- b) A oralidade e a escrita convivem como veículos da cultura. Em grupo, pesquisem nas mídias alguns usos sociais da fala e da escrita.

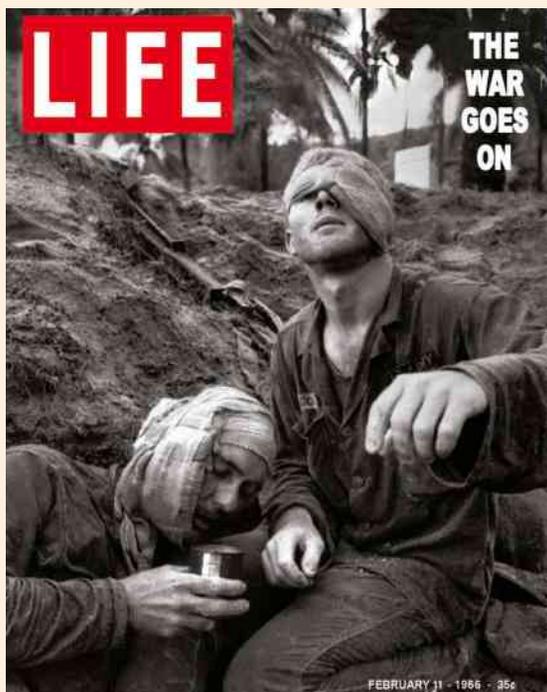
Diálogo interdisciplinar

Diálogo interdisciplinar com Arte.

4. Observe duas capas da revista *Life Magazine* – especializada em fotojornalismo – feitas durante a Guerra do Vietnã. Uma delas foi realizada em 1965 e, a outra, em 1966. Em seguida, responda às questões propostas.



Capa da revista *Life Magazine* de julho de 1965, em que se lê: "Cada vez mais embrenhados na Guerra do Vietnã".



Capa da revista *Life Magazine* de fevereiro de 1966, em que se lê: "A guerra continua".

- a) Descreva as imagens. Quem são os personagens fotografados? Como foram retratados?
- b) Na sua opinião, fotografias encontradas em reportagens podem ser consideradas "neutras", ou seja, podemos afirmar que elas não pretendem defender nenhuma ideia? Justifique sua resposta.

De olho na universidade

5. (Enem-2005) Um professor apresentou os mapas a seguir numa aula sobre as implicações da formação das fronteiras no continente africano.



Com base na aula e na observação dos mapas, os alunos fizeram três afirmativas.

- I. A brutal diferença entre as fronteiras políticas e as fronteiras étnicas no continente africano aponta para a artificialidade em uma divisão com objetivo de atender apenas aos interesses da maior potência capitalista na época da descolonização.
- II. As fronteiras políticas jogaram a África em uma situação de constante tensão ao desprezar a diversidade étnica e cultural, acirrando conflitos entre tribos rivais.
- III. As fronteiras artificiais criadas no contexto do colonialismo, após os processos de independência, fizeram da África um continente marcado por guerras civis, golpes de estado e conflitos étnicos e religiosos.

É verdadeiro apenas o que se afirma em:

- a) I. d) I e II.
 - b) II. e) II e III.
 - c) III.
6. (PUC-RJ) A Guerra do Vietnã é frequentemente representada no cinema norte-americano como um “trauma” para aquela sociedade: uma guerra em um país distante, na qual muitos jovens morreram e o país foi derrotado por uma força militar tecnologicamente muito inferior.
- a) Relacione o envolvimento norte-americano na Guerra do Vietnã a, pelo menos, dois acontecimentos ocorridos no equilíbrio político da Ásia, após a Segunda Guerra Mundial.
 - b) Indique dois movimentos de resistência ao envolvimento norte-americano na Guerra do Vietnã, ocorridos nos EUA.
7. (Enem-2009)
- A formação dos Estados foi certamente distinta na Europa, na América Latina, na África e na Ásia. Os Estados atuais, em especial na América Latina – onde as instituições das populações locais existentes à época da conquista ou foram eliminadas, como no caso do México e do Peru, ou eram frágeis,

como no caso do Brasil –, são o resultado, em geral, da evolução do transplante de instituições europeias feito pelas metrópoles para suas colônias. Na África, as colônias tiveram fronteiras arbitrariamente traçadas, separando etnias, idiomas e tradições, que, mais tarde, sobreviveram ao processo de descolonização, dando razão para conflitos que, muitas vezes, têm sua verdadeira origem em disputas pela exploração de recursos naturais. Na Ásia, a colonização europeia se fez de forma mais indireta e encontrou sistemas políticos e administrativos mais sofisticados, aos quais se superpôs. Hoje, aquelas formas anteriores de organização, ou pelo menos seu espírito, sobrevivem nas organizações políticas do Estado asiático.

GUIMARÃES, S. P. Nação, nacionalismo, Estado. *Estudos Avançados*. São Paulo: EdUSP, v. 22, n. 62, jan.-abr. 2008 (adaptado).

Relacionando as informações ao contexto histórico e geográfico por elas evocado, assinale a opção correta acerca do processo de formação socioeconômica dos continentes mencionados no texto.

- a) Devido à falta de recursos naturais a serem explorados no Brasil, conflitos étnicos e culturais como os ocorridos na África estiveram ausentes no período da independência e formação do Estado brasileiro.
- b) A maior distinção entre os processos histórico-formativos dos continentes citados é a que se estabelece entre colonizador e colonizado, ou seja, entre a Europa e os demais.
- c) À época das conquistas, a América Latina, a África e a Ásia tinham sistemas políticos e administrativos muito mais sofisticados que aqueles que lhes foram impostos pelo colonizador.
- d) Comparadas ao México e ao Peru, as instituições brasileiras, por terem sido eliminadas à época da conquista, sofreram mais influência dos modelos institucionais europeus.
- e) O modelo histórico da formação do Estado asiático equipara-se ao brasileiro, pois em ambos se manteve o espírito das formas de organização anteriores à conquista.

Socialismo: da revolução à crise

Após a Segunda Guerra Mundial, o socialismo expandiu-se por várias regiões do mundo, incluindo países do Leste Europeu, China e Cuba. No auge de sua expansão, calcula-se que cerca de um terço da população mundial vivia em países com governos socialistas. A partir da década de 1980, os governos socialistas foram se desmoronando. Um dos marcos desse processo foi o fim da União Soviética, em 1991. Que razões levaram ao desmoronamento dos regimes socialistas?



VERA MÚKHINA, OPERÁRIO E KOLKHÓZNITSA, 1936/1937.

Operário e *kolkhóznitsa*.
Escultura em bronze de Vera Múkhina representando um homem e uma mulher com suas ferramentas de trabalho (1937). Pertence ao acervo do Museu Russo de São Peterburgo.

Treinando o olhar

1. O que representam os objetos (foice e martelo) que o homem e a mulher da escultura têm nas mãos? Pesquise.
2. No seu entendimento, qual é o significado da escultura?

União Soviética

Do pós-guerra ao fim do império soviético

A Revolução Russa (1917) gerou as condições para a criação, pela primeira vez na história, de um Estado socialista: a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, fundada em 1922.

Após a morte do líder Lenin, em 1924, o então secretário-geral do Partido Comunista, Josef Stalin, passou a concentrar o poder político.

Durante seu governo, Stalin implantou no país uma ditadura cruel, com expurgos, deportações, prisões e execuções de milhões de pessoas. Nos campos social e econômico, no entanto, houve significativo desenvolvimento: por exemplo, a taxa de analfabetismo do país, que era de 90% antes da instalação do socialismo, caiu em apenas vinte anos para quase zero na parte europeia da URSS.

Após a Segunda Guerra Mundial, todavia, o território soviético estava arrasado: quase duas mil cidades e vilas tinham sido devastadas; 65 mil quilômetros de trilhos ferroviários estavam destruídos; e cerca de 100 mil fazendas coletivas encontravam-se em ruínas. Além disso, mais de 26 milhões de pessoas tinham morrido na guerra e outros 25 milhões estavam desabrigados, morando em locais improvisados.

Diante de tantos estragos, a sociedade soviética necessitava de um imenso esforço de reconstrução. O governo Stalin traçou metas para a recuperação do país e tomou atitudes centralizadoras para manter o povo mobilizado.¹

Reconstrução do pós-guerra

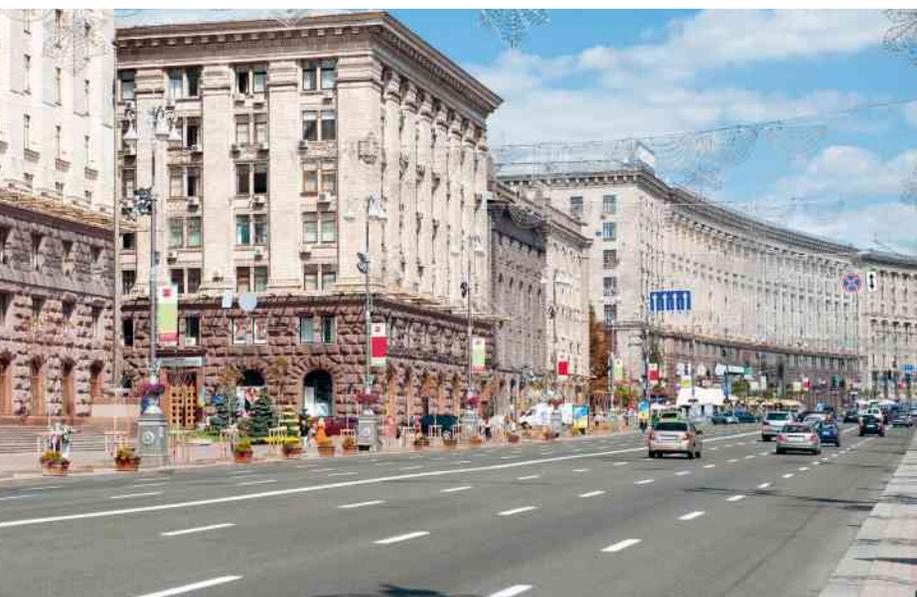
Após a Segunda Guerra Mundial, portanto, Stalin comandou energicamente a reconstrução da União Soviética. Por meio do planejamento econômico estatal, o governo soviético estabeleceu objetivos como:

- reparação da infraestrutura de comunicações e energia;
- reconstrução das indústrias pesadas;
- mecanização da agricultura e ampliação das áreas de cultivo;

- construção de usinas hidrelétricas;
- instalação de indústrias de armas modernas;
- ampliação da educação pública.

Já nos primeiros anos da década de 1950, eram notáveis os resultados dos esforços de reconstrução soviéticos.

Vista da principal avenida da cidade de Kiev, na Ucrânia. Durante a Segunda Guerra Mundial, muitos edifícios foram destruídos pelos pesados bombardeios, mas, alguns anos depois, a reconstrução de prédios praticamente eliminou qualquer vestígio da guerra. Fotografia de 2013.



1 Cf. VOLKOGONOV, Dmitri. *Stalin: triunfo e tragédia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004. v. 2. p. 522.

Economia de mercado e economia planificada

Uma das principais diferenças entre os países capitalistas e os socialistas é a forma como suas economias são organizadas: nos países capitalistas, predomina a economia de mercado; nos socialistas, a economia estatal planificada.

Na economia de mercado, a maior parte da produção econômica (de bens e de serviços) provém das empresas privadas: fábricas, comércio, prestação de serviços controlados por cidadãos particulares etc. Isso quer dizer que são as empresas privadas que detêm a maior parcela dos mecanismos de produção. Em geral, o Estado interfere na atividade econômica somente visando regulamentar e atender setores como energia, segurança, educação e saúde.

Na economia estatal planificada, a produção econômica é dirigida pelo Estado. As fábricas, o comércio e os serviços são controlados por empresas estatais. Os trabalhadores são funcionários do Estado. Nesse sistema, a produção econômica do país é planejada por um órgão central do Estado, tendo em vista as necessidades sociais consideradas relevantes por esse órgão centralizador.

Entre esses dois sistemas opostos há uma variedade de sistemas econômicos mistos que buscam harmonizar, em diversas proporções, o setor privado (livre-iniciativa) e o setor público (empresas estatais).

Culto à personalidade de Stalin

O imenso esforço de reconstrução econômica do país contribuiu para o fortalecimento da autoridade de Stalin. Esse governante acentuou o controle burocrático e policial em seu governo, assumindo e mantendo em suas mãos os principais cargos da União Soviética: secretário-geral do Partido Comunista, presidente do **Soviete** dos Comissários do Povo e marechal da União Soviética, entre outros.

Além disso, o governo coordenava uma imensa campanha publicitária destinada à exaltação patriótica e ao culto da personalidade de Stalin. Em enormes cartazes espalhados pelas ruas, ele era representado como “o maior gênio da história”, “o maior cientista do mundo”, “o amigo e mestre de todos os trabalhadores”. Testemunha desse esforço oficial para divinizar a figura de Stalin, o escritor russo Ilya Ehrenburg escreveu em seu livro de memórias:

A divinização de Stalin não ocorreu do dia para a noite, não foi uma explosão de sentimento popular. Stalin organizou-a por longo tempo e de maneira regularmente planejada: por sua ordem, compunha-se uma história legendaria, na qual ele tinha um papel que não correspondia à realidade: os pintores faziam telas enormes, dedicadas às vésperas da revolução, a outubro, aos primeiros anos da República Soviética, e em cada um desses quadros Stalin aparecia ao lado de Lenin; nos jornais caluniavam-se os demais bolcheviques, que em vida de Lenin foram os seus auxiliares mais chegados.

EHRENBURG, Ilya. *Memórias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970. v. VI, p. 327.

Em relação à vitória soviética sobre o nazismo, por exemplo, os meios de comunicação do país enalteciam Stalin e glorificavam a vitória do “genial estrategista militar”.

Soviete: na Rússia e, posteriormente, na União Soviética, conselho de representantes distritais ou nacionais eleitos.

Investigando

- Em sua opinião, o culto à personalidade ainda é utilizado como arma de propaganda política? Explique sua resposta dando exemplos.

Era Krushev (1953-1964)

Após 29 anos no poder, Stalin morreu devido a um derrame cerebral em 5 de março de 1953. Alguns meses depois, Nikita Krushev assumiu o governo soviético.

No plano interno, Krushev condenou a ditadura stalinista e abriu espaço para a liberalização política. Em 1956, no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, denunciou os crimes de Stalin, sua rigidez doutrinária e a campanha de culto à sua personalidade. As denúncias de Krushev repercutiram mundialmente. Muitos líderes socialistas, chocados com as informações, romperam com suas crenças e adotaram novas posições políticas.

No plano internacional, Krushev defendeu a necessidade de uma coexistência pacífica entre países socialistas e capitalistas. Em suas palavras, “só a paz pode garantir nossas diferenças, pois, no caso de uma guerra nuclear, as cinzas do comunismo e do capitalismo serão totalmente indiferenciáveis”.

O antistalinismo de Krushev e sua política de coexistência pacífica provocaram desentendimentos com os dirigentes políticos da China comunista, que se mantinham fiéis às ideias e aos métodos stalinistas.

De Brejnev a Gorbachev (1964-1991)

A “desestalinização” promovida pelo governo Krushev não foi suficiente para romper a rigidez do comunismo autoritário. Até 1985, os principais dirigentes da União Soviética – Brejnev (1964-1982), Andropov (1982-1984) e Tchernenko (1984-1985) – mantiveram o país submetido ao controle ditatorial do Partido Comunista.

Nesse período, somou-se à falta de liberdade o grave problema da estagnação econômica. Enormes dificuldades tomaram conta do país, entre elas o declínio das produções industrial, comercial e agrícola, o aumento do desemprego em trabalhos qualificados, a falta de alimentos nas cidades, a queda na qualidade dos serviços públicos e o crescimento da corrupção administrativa.

Em 1985, Mikhail Gorbachev tornou-se um dos principais dirigentes da União Soviética. Seu governo tentou administrar a construção de uma política mais livre e uma economia mais moderna no país. Iniciou, assim, um processo de reformas voltadas para a liberalização política, conhecida como *glasnost* (palavra russa que significa transparência), e para a reestruturação econômica, conhecida como *perestroika* (palavra russa que significa reconstrução).

No governo Gorbachev, a *glasnost* consistia basicamente em uma abertura democrática, ligada à *perestroika*, por meio da qual a população soviética passava a ter maior liberdade de expressão em relação aos problemas de ordem econômica, cultural e política do país.

Em destaque Jogos Olímpicos na Guerra Fria

Durante a Guerra Fria, os Jogos Olímpicos também foram palco da rivalidade ideológica entre os blocos socialista e capitalista. Através das competições esportivas, cada bloco queria demonstrar superioridade em relação ao outro.

Para conquistar o maior número de medalhas, muitos países adotaram medidas de incentivo aos esportes (veja o quadro ao lado). Uma das modalidades beneficiadas por essas medidas foi a ginástica artística, que engloba provas, por exemplo, de solo, salto e barras. São exercícios de força e flexibilidade, com acrobacias espetaculares, que testam os limites do corpo.

A ucraniana Larissa Latynina é considerada um ícone da ginástica artística mundial. Ela representou a URSS nos jogos de 1956, 1960 e 1964, nos quais conquistou 18 medalhas, sendo 9 de ouro. Esse recorde olímpico só foi superado em 2012 pelo nadador Michael Phelps.

Após encerrar sua carreira como ginasta, Larissa tornou-se treinadora da equipe de ginástica da URSS, estimulando inúmeras novas atletas a representarem seu país.

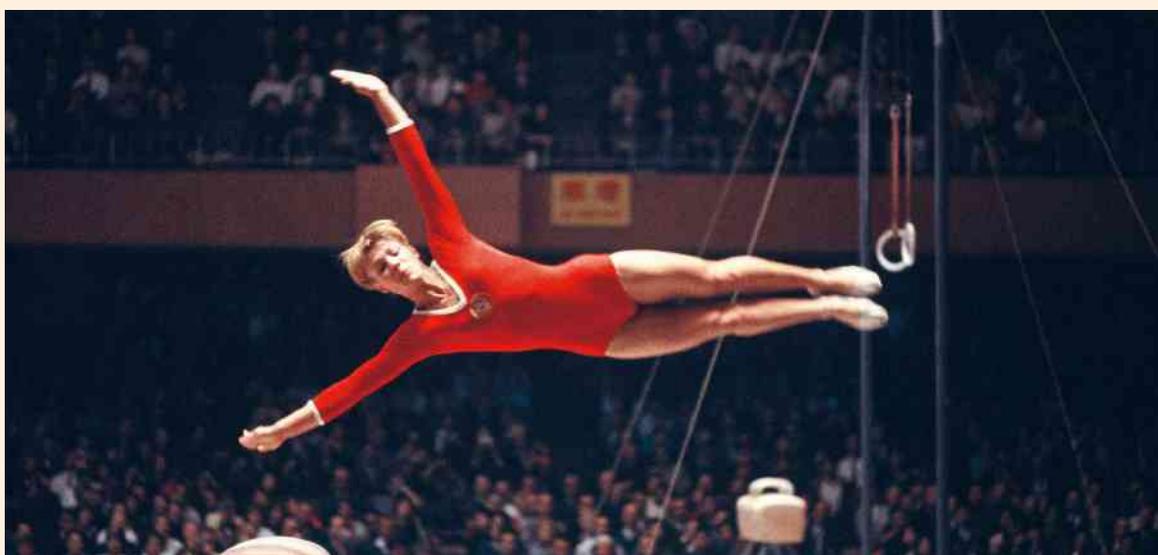
Quadro histórico de medalhas (1896-2012)

País	Ouro	Prata	Bronze	Total
Estados Unidos	975	758	667	2400
Rússia*	574	483	472	1529
Alemanha**	411	432	462	1305
Reino Unido	236	272	271	779
França	202	223	246	671
China	201	144	128	473
Itália	198	166	185	549
Hungria	177	144	164	475
Suécia	143	164	176	483
Austrália***	141	157	182	480
Brasil	23	30	55	108

* Inclui medalhas da URSS (1952-1988), Federação Russa (1908-1912) e CEI (1992).

** Inclui medalhas da Alemanha Ocidental e Oriental (1968-1988) e Equipe Alemã Unificada (1956-1964).

*** Inclui medalhas da Australásia (1908-1912).



Larissa Latynina compete nos Jogos Olímpicos de 1964, em Tóquio, Japão.

1. Você pratica alguma modalidade esportiva? Qual? Por quê?
2. Quais são as funções sociais do esporte? Discuta em grupo.

Interpretar fonte

Reformas econômicas e políticas

As reformas aplicadas pelo governo presidido por Gorbatchev libertaram a produção artística do condicionamento imposto pelo Partido Comunista da URSS. É o caso da pintura *Perestroika*, criada por Vladimir Lyubarov na década de 1990, reproduzida ao lado.



VLADIMIR LYUBAROV. PERESTROIKA. C. 1997/COLEÇÃO PARTICULAR.

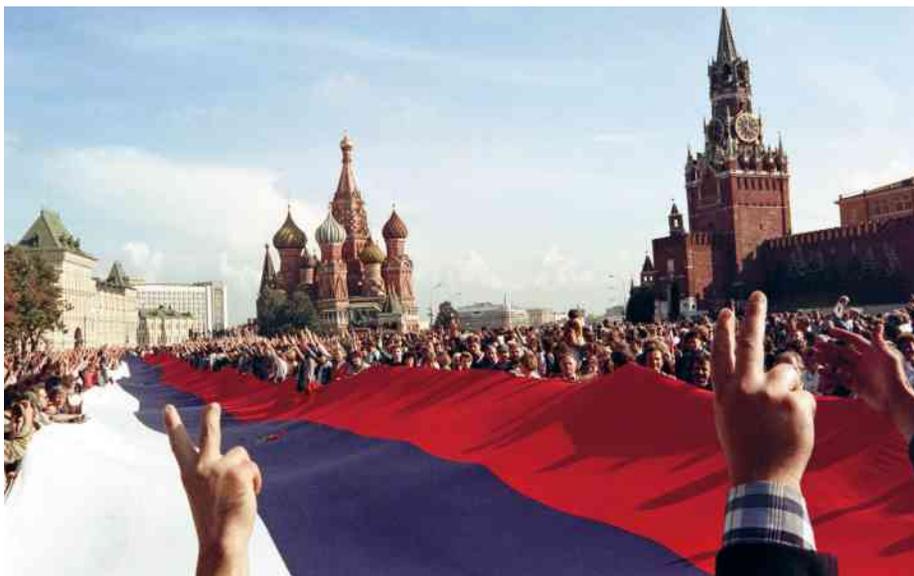
- Relacione o nome dessa obra aos elementos que a compõem.

Tentativa de golpe

No decorrer das transformações, Gorbatchev viu-se no meio de um conflito: de um lado, reagiam os comunistas conservadores e autoritários, que se opunham ao avanço democrático; de outro, agiam os ultrarreformistas, ansiosos por mudanças rápidas e profundas.

Em agosto de 1991, os comunistas autoritários tentaram destituir Gorbatchev do poder. Mas o golpe fracassou devido, em grande parte, à resistência dos reformistas e liberais liderados por Boris Yeltsin, então presidente da Federação Russa.

Pessoas seguram enorme bandeira da Rússia na praça Vermelha, em Moscou. Elas manifestam apoio ao presidente soviético Mikhail Gorbatchev e comemoram o fracasso do golpe que pretendia destituí-lo do poder. Fotografia de 22 de agosto de 1991.



ANATOLY SAPRONENKOV/AFP

Fim da União Soviética

Após esses acontecimentos, o movimento das organizações políticas por autonomia e poder nas repúblicas soviéticas acelerou-se. Esse processo culminou, em dezembro de 1991, com o desmembramento da União Soviética e com a criação da Comunidade dos Estados Independentes (CEI), que congregou a maioria das ex-repúblicas soviéticas, como Rússia, Belarus, Ucrânia e Armênia.

Reconhecendo a perda de poder e o fim da União Soviética, Gorbachev renunciou ao cargo de presidente em 25 de dezembro de 1991. Depois de 69 anos, a poderosa União Soviética, que teve papel central na história do século XX, chegou a seu final.

Interpretar fonte

Brasileiros testemunham o fim da URSS

Dois escritores brasileiros que visitavam Moscou em agosto de 1991 registraram em um livro suas impressões sobre a situação na Rússia.

Leia um pequeno trecho deste livro, reproduzido a seguir.

Em cima de um tanque, um oficial e um deputado do povo tentando se dirigir aos populares. O militar pede o alto-falante que estava com o deputado:

— Sou um oficial. Não estamos aqui para fazer mal ao povo.

— Então, por que vieram? — grita um cidadão.

— Para manter a ordem.

O povo vaia.

— Não viemos atirar sobre o povo. Nós também somos povo. Somos os filhos do povo.

Mas o povo parece não reconhecer este filho, e grita:

— Fora! Vergonha!

O deputado do povo pede o alto-falante:

— O exército é o povo de farda, não pode nos ameaçar. Sou oficial aposentado e quero lhes dizer: os nossos verdadeiros inimigos estão ali dentro — o deputado do povo aponta para o Kremlin, o povo aplaude.

Desprovido do alto-falante, o oficial fala, sem que se ouça o que diz. Mas seu gesto é eloquente. Tira o revólver do coldre, extrai o pente e levanta a mão acima da cabeça, mostrando para a multidão que está vazio.

O povo aplaude, alguns ainda vão.

Algo realmente extraordinário está acontecendo aqui. Um militar se explicando à massa, e um deputado do povo erguendo o braço acusador contra o Kremlin.

COLASANTI, Marina; SANT'ANNA, Affonso Romano de. *Agosto de 1991: estávamos em Moscou*. São Paulo: Melhoramentos, 1992. p. 25.

- Explique o seguinte trecho: “Algo realmente extraordinário está acontecendo aqui. Um militar se explicando à massa, e um deputado do povo erguendo o braço acusador contra o Kremlin.”

Europa Oriental

Do socialismo autoritário à abertura democrática

No pós-guerra, o socialismo se expandiu na Europa Oriental.

A instalação do socialismo nos países do Leste Europeu teve como ponto em comum a luta contra o nazismo. Terminada a guerra, os antigos colaboradores dos nazistas foram repelidos pela população, e o partido comunista de cada um desses países, apoiado pela União Soviética, conquistou o poder e instalou um governo baseado no modelo soviético.

Entre as principais medidas adotadas nesses países estavam o domínio político do partido comunista, o fim da propriedade privada dos meios de produção e o controle da economia pelo Estado. Bancos, fazendas, fábricas, transportes, comunicação e educação passaram ao controle direto do governo.

No contexto da Guerra Fria, tratados de cooperação econômica (*Comecon*, 1949) e militar (Pacto de Varsóvia, 1955) foram assinados entre o governo da URSS e os governos socialistas dos países da Europa Oriental. O objetivo era fortalecer a aliança do bloco socialista diante da oposição dos governos capitalistas ocidentais, comandados pelos EUA.

Luta por reformas

Com o tempo, os regimes comunistas da Europa Oriental foram se desgastando, principalmente em

consequência da falta de liberdade política e da crise econômica. Diante das revoltas populares, os governos desses países só resistiram com o apoio da força militar soviética.

Hungria e Tchecoslováquia

Em Budapeste, na Hungria, em outubro de 1956, iniciou-se uma manifestação de estudantes que reivindicava o fim da dominação soviética e a construção de um socialismo “verdadeiro”. O movimento recebeu a adesão de oficiais e soldados do exército húngaro. Líderes socialistas favoráveis a reformas democráticas assumiram a chefia do partido comunista local e o levante espalhou-se por todo o país. Poucos dias depois, no entanto, forças soviéticas invadiram a Hungria e derrotaram os revoltosos.

Movimento semelhante ocorreu em 1968, na Tchecoslováquia. Foi a chamada **Primavera de Praga**, liderada por intelectuais comunistas tchecos, que reivindicavam um “socialismo com face humana” e a democratização do país. Diversos setores sociais aderiram ao movimento, mas o governo da URSS novamente impediu a concretização do sonho de um socialismo diferente. Em agosto de 1968, enviou tanques do Pacto de Varsóvia a Praga, que enfrentaram os manifestantes nas ruas da cidade. O regime político na Tchecoslováquia voltou a enrijecer.



Manifestantes nas ruas de Praga durante o movimento que ficou conhecido como Primavera de Praga, em 28 de agosto de 1968. Os jovens almejavam um socialismo democrático e humano.

Polônia: o Solidariedade

Em 1980, surgiu na Polônia um vigoroso movimento contra o governo comunista. Esse movimento era liderado pelo sindicato Solidariedade (dirigido por Lech Walesa) e contava com o apoio de membros da Igreja Católica. Diante das críticas, o governo comunista reagiu com violência policial, decretou estado de guerra, prendeu Walesa e declarou ilegal o sindicato Solidariedade.

A repressão não foi suficiente para esmagar as oposições ao governo. Em consequência da *perestroika* e da *glasnost*, as pressões militares de Moscou afrouxaram-se no Leste Europeu, o que permitiu o fortalecimento das oposições aos regimes comunistas. O Solidariedade transformou-se em partido político, disputando e vencendo as eleições polonesas de 1989. A Polônia abandonou o regime comunista, adotando a economia de mercado.



DNUSZC WOITEGAF

Passeata reúne centenas de pessoas nas ruas de Varsóvia, Polônia, durante comício organizado pelo Sindicato Solidariedade (Solidarność) no Dia do Trabalho, 1ª de maio de 1989.

Investigando

- Na região onde você mora, ocorrem manifestações de rua? O que os manifestantes costumam reivindicar? Você já participou de alguma dessas manifestações?

Fim dos regimes socialistas

Depois da Polônia, as reformas democráticas espalharam-se por toda a Europa Oriental. Os regimes comunistas foram caindo, um a um:

- Hungria, Romênia, Bulgária, Albânia, Tchecoslováquia (que, desmembrada, formou em janeiro de 1993 a República Tcheca e a Eslováquia);
- Iugoslávia (que deu origem a seis países: Sérvia, Croácia, Macedônia, Eslovênia, Montenegro e Bósnia-Herzegovina);
- Alemanha Oriental (que se reuniu com a Alemanha Ocidental, passando a ser conhecida apenas por Alemanha).

As sociedades do Leste Europeu lutaram por instituições políticas mais livres e por uma economia mais aberta e obtiveram êxito. Atualmente, abandonados os dogmas e as práticas comunistas, muitas dessas sociedades ainda lutam por resultados concretos na melhora da sua qualidade de vida. Em fevereiro de 2008, Kosovo proclamou unilateralmente sua independência.

O socialismo no país mais populoso do mundo

A China tem uma história que remonta a mais de 4 mil anos. Por volta de 221 a.C. foi fundada a primeira dinastia imperial chinesa: a dinastia Qin.

Na época moderna, por mais de dois séculos a China foi governada pela dinastia Mandchu (ou Qing) (1644-1911), a última da China imperial.

Instalação da República

No século XIX, o país passou a ser alvo da expansão imperialista ocidental, principalmente por parte dos ingleses. Com o declínio da monarquia chinesa, surgiu um movimento liberal burguês, liderado por Sun Yat-sen, que em 1911 derrubou a monarquia Mandchu e proclamou a República.

Guerra civil

Nas duas décadas de lutas políticas que se seguiram, a República chinesa não conseguiu livrar o país da intervenção estrangeira nem das dificuldades nas disputas pelo poder. Por volta de 1930, dois grupos políticos rivais e ideologicamente antagônicos disputavam o controle do país:

- de um lado, as forças capitalistas, comandadas pelo general Chiang Kai-shek, do Kuomintang (KMT, ou Partido Nacionalista);
- de outro, as forças comunistas, conduzidas por Mao Tsé-tung, do Partido Comunista Chinês (PCC), que se consagraria como principal líder da

Revolução Chinesa a partir da “Grande Marcha” – travessia de quase 10 mil quilômetros, empreendida entre 1934 e 1935 pelas tropas comunistas, até o noroeste da China.

Os dois grupos enfrentaram-se em uma guerra civil, interrompida em 1937 devido ao ataque japonês à China. Na ocasião, comunistas e nacionalistas chineses firmaram uma aliança provisória que durou até o término da Segunda Guerra Mundial, em 1945.

Duas Chinas

Reiniciadas as lutas entre as tropas de Mao Tsé-tung e as de Chiang Kai-shek, os comunistas obtiveram sucessivos êxitos. Em 1º de outubro de 1949, venceram definitivamente seus inimigos internos e criaram a República Popular da China, que compreende todo o território continental chinês.

Apoiados pelo governo dos Estados Unidos, no entanto, o general Chiang Kai-shek e seus seguidores fugiram para a ilha de Formosa. Ali fundaram a República da China, mais conhecida como China Nacionalista, ou Taiwan.

Tanto os representantes da China Popular como os da China Nacionalista passaram a reivindicar, desde então, a condição de legítimo governo da China. Em 1971, o governo comunista chinês aproximou-se diplomaticamente do governo dos Estados Unidos. Nesse mesmo ano, a China Popular entrou para a ONU, tornando-se um dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança.

Chiang Kai-shek, por sua vez, governou a China Nacionalista até sua morte em 1975. A população de Taiwan viveu sob **lei marcial** até 1987 e o Partido Nacionalista manteve-se no poder até 1991.

Lei marcial: leis militares que limitam a liberdade social com o fim de evitar desordens e insubordinações ao governo.



LI SHAN, JOVEM MAO COM FLOR DE LÓTUS, 1994, FUNDAÇÃO BIENAL, SÃO PAULO (SP).

Série vermelha: jovem Mao com flor de lótus (1994). Acrílico sobre tela, de Li Shan. A tradição chinesa considera sagrada a flor de lótus, que é associada à elevação e à expansão espiritual da pessoa.

Comunismo chinês

Após a vitória, em 1949, os comunistas chineses, liderados por Mao Tsé-tung, estabeleceram laços de amizade e cooperação com o governo de Stalin, da União Soviética. Em 1950, os dois governos assinaram um tratado de amizade, aliança militar e assistência mútua.

Essa aliança não durou muito tempo. Depois da morte de Stalin, em 1953, o pacto entre os representantes dos governos chinês e soviético foi abalado. O principal motivo era que os chineses não aceitavam as teses de Kruschev sobre a coexistência pacífica entre capitalismo e comunismo. Preferiam a teoria stalinista sobre a separação ideológica e política dos dois blocos rivais.

Na década de 1960, os chineses fabricaram sua primeira bomba atômica, mostrando ao mundo seu poderio militar, e persistiram na ruptura com o governo soviético. Além disso, disputaram com a URSS a liderança ideológica internacional do movimento comunista.

Planificação da economia

O regime socialista chinês adotou inicialmente o modelo econômico soviético, recebendo grande ajuda do governo da União Soviética. Em 1953, estabeleceu o primeiro plano quinquenal de desenvolvimento para a China, centrado no aumento da produção agrícola, com reforma agrária, aumento da superfície cultivada, formação de cooperativas agrícolas e educação obrigatória para toda a população.

Em 1958, já em meio à crise sino-soviética, foi elaborado um segundo plano econômico, de três anos, que abandonava o modelo soviético e dava origem ao programa conhecido como **Grande Salto para a Frente**. Pretendia-se transformar a China em uma potência em pouco tempo, centrando-se todos os esforços na industrialização do país. Seu objetivo principal era a formação de um parque industrial diversificado que diminuísse a dependência chinesa em relação ao comércio exterior.

O plano foi um fracasso. A partir de 1961, a planejada industrialização estagnou, sendo retomada somente na década de 1980, no contexto da globalização da economia. O fracasso do Grande Salto para a Frente, que gerou fome e mortes por desnutrição de milhões de chineses, também custou a Mao Tsé-tung a diminuição de seu poder dentro do PCC.

Revolução Cultural

Em 1966, procurando retomar o controle sobre o partido, Mao Tsé-tung promoveu, com a chamada

Camarilha dos Quatro (que incluía sua poderosa esposa, Jiang Qing), um movimento que ficou conhecido como **Revolução Cultural**.

O objetivo declarado da Revolução Cultural era revitalizar o espírito revolucionário chinês contra os privilégios de classes e o modo de vida burguês, expressos e mantidos basicamente pelas manifestações culturais. Visava também livrar a sociedade chinesa da influência da cultura ocidental, considerada nociva, promovendo uma revolução permanente.

No entanto, o movimento assumiu feições autoritárias, mobilizando a Guarda Vermelha (formada por jovens estudantes) contra os inimigos políticos de Mao, acusados de reacionários e imperialistas. As perseguições políticas foram expandidas aos intelectuais e a outros grupos da sociedade. Acompanhadas de humilhações públicas, deportações e linchamentos, as punições aos supostos “contrarrevolucionários” despertaram um clima de terror entre a população.

Sobre a repressão imposta pelo governo comunista chinês nesse período, o historiador Eric Hobsbawm comentou:

O regime de Mao Tsé-tung atingiu seu clímax na Revolução Cultural de 1966-76, uma campanha contra a cultura, a educação e a inteligência sem paralelos na história do século XX. Praticamente fechou a educação secundária e universitária durante dez anos, suspendeu a prática da música clássica e outras (ocidentais), quando necessário, através da destruição de seus instrumentos, e reduziu o repertório nacional de teatro e cinema a meia dúzia de obras politicamente corretas [...], interminavelmente repetidas. Em vista dessa experiência e da tradição chinesa de impor ortodoxia, modificada mas não abandonada na era pós-Mao, a luz que brilhava da China comunista nas artes continuou **bruxuleante**.

Bruxuleante:
fraco, oscilante.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 488.

Após a morte de Mao Tsé-tung, em 1976, os partidários do antigo líder foram afastados do poder político. Os membros da chamada Camarilha dos Quatro foram presos, julgados por liderar os excessos da Revolução Cultural e condenados a punições que variavam de 20 anos de prisão à pena de morte, depois comutada para prisão perpétua.

Mudanças no regime

Os novos dirigentes chineses, em especial Deng Xiaoping, passaram a estimular a modernização do país, promovendo um processo de abertura econômica para o mundo capitalista e promulgando, em 1982, uma nova Constituição. Também intensificaram a reaproximação com o governo dos Estados Unidos, o que levou ao restabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países, em 1979.

Uma das principais mudanças implementadas pelos últimos governos chineses foi a adoção do que alguns especialistas denominam socialismo de mercado: uma combinação de controle estatal dos meios de produção com certos mecanismos de mercado. Como resultado, no período de 1981 a 2001, o PIB chinês cresceu à taxa média de 9,5% ao ano, uma das mais altas do planeta.

Segundo a historiadora Merle Goldman, especializada em história chinesa:

[...] no início do século XXI, a China realizou, por fim, o desejo acalentado dos reformistas desde o final do século XIX de tornar o país “rico e poderoso”. A presença econômica

crescente da China no cenário mundial significava um renascimento do seu poder econômico dominante em séculos passados. Muito mais que Mao, Deng possibilitou atingir o sonho centenário de transformar a China em uma grande potência.

FAIRBANK, John King; GOLDMAN, Merle. *China: uma nova história*. Porto Alegre: L&PM, 2008. p. 420.

Entretanto, os novos dirigentes pouco fizeram para criar instituições mais democráticas. Na China, continuou a existir uma política unipartidária sob o governo do Partido Comunista, que reprimia brutalmente as manifestações populares e a livre expressão. Exemplo disso foi o massacre promovido pelo governo na praça da Paz Celestial, em Pequim, em 1989. A manifestação, que pedia democracia, terminou sob a mira de tanques de guerra, levando à morte centenas de pessoas (estimativas da imprensa internacional referem-se a um número bem variado, entre 500 e 5 mil mortos).

Na atualidade, “embora a China permaneça como Estado autoritário, controlado pelo Partido Comunista, alguns analistas já apontam sinais de ampliação do espaço de liberdade pessoal”.²



Jovem desarmado diante de uma fileira de tanques de guerra na praça da Paz Celestial, em Pequim, em 1989.

2 FAIRBANK, John King; GOLDMAN, Merle. *China: uma nova história*. Porto Alegre: L&PM, 2008. p. 423.

Uma revolução socialista na América Latina

Cuba é uma ilha localizada no norte do mar do Caribe. Foi colônia espanhola durante aproximadamente quatro séculos. Tornou-se um Estado independente em 1898, com a ajuda do governo dos Estados Unidos, que declarou guerra à Espanha e determinou a ocupação da ilha por suas forças militares.

Influência dos Estados Unidos

Desde sua independência, Cuba ficou sob a influência dos Estados Unidos. Em 1902, o Congresso cubano foi convencido a inserir na nova Constituição do país a Emenda Platt, que concedia ao governo dos EUA o direito de intervir em Cuba sempre que seus interesses se vissem ameaçados. Na prática, Cuba tornou-se um **protetorado** dos Estados Unidos.

O governo do novo país manteve a mesma estrutura econômica herdada dos tempos coloniais, baseada na exportação do açúcar. Na primeira metade do século XX, a ilha, que tem agradável clima tropical e belas praias, passou a atrair muitos turistas estrangeiros, razão pela qual se construiu uma infraestrutura ligada principalmente à vida noturna.

Governo Fulgêncio Batista

De 1933 a 1959, o sargento Fulgêncio Batista foi o “homem forte” de Cuba, tendo assumido o controle das forças armadas e liderado a deposição do presidente Gerardo Machado y Morales.

Batista, atuando diretamente na chefia do governo ou “por trás das cortinas”, acumulou uma fortuna ilícita. Utilizando métodos violentos contra seus inimigos, levou ao máximo o servilismo em relação aos governos e empresas estadunidenses.

Nesse período, atividades como produção de açúcar, turismo e mineração continuaram atraindo para Cuba investimentos do governo dos Estados Unidos.

Revolução Cubana

Reagindo à situação de dependência e subordinação em relação aos Estados Unidos, um grupo de guerrilheiros, comandado por Fidel Castro e Ernesto “Che” Guevara, começou a lutar contra o governo Batista, em 1956.

Ao longo de dois anos de combate, a guerrilha conquistou simpatia popular e derrubou Batista do poder, em janeiro de 1959.

Vitoriosa, a Revolução Cubana caminhou rumo ao socialismo. Entre suas principais medidas, destacou-se a reforma agrária, pela qual o uso da terra por latifundiários cubanos e estrangeiros foi proibido e as propriedades foram confiscadas pelo Estado.

Protetorado: no direito internacional, país que apresenta algumas características de Estado independente, mas subordina-se juridicamente, em diversos aspectos, ao governo de outra nação.



Encontro de Fidel Castro com Che Guevara na década de 1960 em Havana, capital de Cuba.

Conflitos com os EUA

Iniciaram-se, então, conflitos entre o novo governo e o governo dos EUA. Como marcos desses conflitos, podemos destacar: a invasão da baía dos Porcos, o embargo econômico e a crise dos mísseis.

Em 1961, uma força militar treinada e financiada pelos Estados Unidos, composta de mais de mil exilados cubanos, invadiu a **baía dos Porcos**, em Cuba, na tentativa de derrubar o governo socialista. Após três dias de combates, a força militar invasora foi derrotada.

Inconformado com o fracasso da invasão da baía dos Porcos, em 1962, o governo dos EUA conseguiu que Cuba fosse suspensa da Organização dos Estados Americanos (OEA), sob a alegação de que o país não era uma democracia. Também impôs um **embargo econômico aos cubanos**.

Nesse contexto, ocorreu o fortalecimento das relações do Estado cubano com o governo da União

Soviética, liderado na época por Nikita Krushev. A aproximação desses países levou à decisão de instalar mísseis nucleares soviéticos na ilha de Cuba, como resposta à invasão da baía dos Porcos e à instalação de mísseis nucleares dos EUA na Turquia, em 1961.

O presidente dos Estados Unidos, John Kennedy, reagiu duramente à estratégia militar soviética, por considerá-la uma ameaça à segurança nacional dos EUA. Numa mobilização de guerra, a Marinha dos Estados Unidos impôs um bloqueio naval à ilha de Cuba, impedindo a chegada das embarcações soviéticas.

A **crise dos mísseis** foi um dos momentos mais tensos da Guerra Fria, a um passo do confronto direto entre as duas superpotências. Durante 13 dias, na iminência de uma guerra nuclear, os governos das duas superpotências negociaram um acordo, que acabou determinando a retirada dos mísseis dos territórios cubano e turco e o fim da crise.



CARL MYDANS/SHUTTERSTOCK.COM

Navio militar da marinha dos EUA intercepta um navio da marinha soviética que transportava mísseis para Cuba em 1961.

Cuba socialista

Na história latino-americana, a Revolução Cubana distinguiu-se por romper, pela primeira vez, com a tradicional influência dos Estados Unidos sobre a América Latina. Além disso, seus líderes construíram o primeiro Estado socialista do continente, baseado no modelo soviético.

Depois de décadas priorizando a educação e a saúde, o governo Fidel Castro passou a exibir seus frutos nessas áreas, alcançando principalmente:

- a eliminação do analfabetismo;
- a redução do desemprego, mas com nível de renda relativamente baixo para os trabalhadores;

- a extensão da assistência médico-hospitalar gratuita a toda a população, o que favoreceu a queda significativa da taxa de mortalidade infantil;
- a promoção de pesquisas e tecnologias no campo da saúde pública.

No campo político, entretanto, são inúmeras as críticas feitas ao regime cubano, que permanece como uma ditadura do Partido Comunista, alheio a reformas democráticas. Nesse regime, Fidel Castro permaneceu à frente do governo cubano por 49 anos. Em fevereiro de 2008, aos 81 anos de idade e com problemas de saúde, Fidel transferiu o poder a seu irmão Raul Castro.

No campo econômico, não houve diversificação da produção agrícola e o estímulo à industrialização não prosperou, de tal modo que a economia cubana continuou dependendo, principalmente, das exportações de açúcar e de tabaco.

Com o fim da União Soviética, em 1991, a situação econômica de Cuba ficou bastante delicada. Isso porque Cuba tinha a URSS como principal parceiro comercial. Cerca de 60% do açúcar produzido na ilha era comprado pelos soviéticos a preços geralmente mais altos do que os do mercado internacional. Os soviéticos também forneciam aos cubanos petróleo, veículos, máquinas, entre outros produtos, por baixos preços.

Os novos governos das ex-repúblicas soviéticas não mantiveram esses acordos. Assim, os cubanos

passaram a enfrentar grave crise econômica, que se traduziu na falta de alguns gêneros alimentícios, combustíveis, máquinas e inúmeros outros artigos. Em busca de dólares, o governo cubano passou a investir no turismo. Também flexibilizou a economia, permitindo, dentro da estrutura socialista, a abertura para as atividades capitalistas.

Cuba se tornou uma sociedade entre dois mundos. Não é mais completamente socialista nem, muito menos, capitalista. Nem fechada, como era antigamente, mas ainda muito longe da abertura. [...]

Não há esperança de que o velho modelo estatal tenha muito tempo de sobrevida. Os cubanos parecem apenas desejar que a transição não seja muito dramática e se conservem as conquistas nos campos da educação e da saúde, os dois principais cartões de visita do regime.

ORICCHIO, Luiz Zanin. A ilha de Fidel. *O Estado de S. Paulo*, 5 jan. 1997.

Em dezembro de 2014, o então presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, anunciou que estavam sendo realizadas negociações com o governo de Cuba para colocar fim ao bloqueio econômico e para normalizar as relações diplomáticas entre os dois países. Em março de 2016, Obama realizou uma visita histórica a Cuba para ratificar a retomada das relações diplomáticas. Foi a primeira vez que um presidente estadunidense foi ao país em 88 anos.



OZGE ELIF KIZIL/ANADOLU AGENCY/AFP

Bailarinas graduadas pela Escola de Balé Nacional de Cuba durante uma apresentação em Havana. Fotografia de 2015.

Vivenciar e refletir

1. Observe as fotografias.



FREDERIC I. BROWN/AFP

Discurso do presidente chinês durante a sessão de abertura do 16º Congresso do Partido Comunista, realizado em Pequim. Fotografia de 8 de novembro de 2002.



DYCI/MAGNETHINA/AFP

Caminhões e navio porta-contêineres no porto de Xangai, China, em 21 de agosto de 2009.

- a) Pesquise na internet, em jornais e em revistas a atual situação política na China.
 - b) Qual é a atual situação da economia chinesa? Pesquise. Na sua casa, existem produtos fabricados na China? Quais?
 - c) Observando as fotografias, elabore uma charge inspirada na frase: “Poder intenso, economia extensa”.
2. O governo da República Popular da China considera Taiwan uma província rebelde e pleiteia – ao mesmo tempo que o governo de Taiwan – a condição de legítimo governante desse território. Quem tem ganhado esse “braço de ferro”? Pesquise e justifique.

Diálogo interdisciplinar

Diálogo interdisciplinar com Literatura.

3. Leia um trecho das memórias da escritora Zélia Gattai, esposa do escritor Jorge Amado. Converse sobre o trecho com o professor de Literatura e, depois, responda ao que se pede:

Janeiro de 1956 — Explode a bomba

O relatório apresentado por Nikita Krushev, no XX Congresso da União Soviética, explodiu como uma bomba. Nosso pai, o que zelava pelo nosso destino a iluminar nossa estrada, o que pensava por nossas cabeças, o magnânimo, o magnífico Stalin, nos havia enganado a todos. Existiam campos de concentração na União Soviética, sim! Prisioneiros na Sibéria! Antisemitismo, sim senhor! Os médicos judeus, acusados como traidores da pátria, não eram traidores coisa nenhuma! Tudo o que havíamos pensado ser calúnia do inimigo e havíamos negado quando cobrados era verdade.

Para Jorge [Amado] e para mim, que tínhamos vivido em país socialista e tido contato estreito com os soviéticos, a revelação de Krushev nos chocou profundamente, apesar de que não nos apanhou totalmente desprevenidos. [...] Víamos coisas que nos pareciam erradas, levantávamos a suspeita, custávamos a aceitar as explicações mas acabávamos aceitando. [...]

Tudo se embaralhava em minha cabeça, perdera a graça, o entusiasmo, entrei em conflito comigo mesma, devia continuar a ter esperanças, a confiar no futuro do socialismo? Precisava de um tempo para refletir, esperar o desenrolar dos acontecimentos para assentar a cabeça. Não me sentia em condições de prosseguir trabalhando para o Partido, e na primeira reunião pedi meu desligamento da comissão de finanças. [...]

GATTAI, Zélia. *Chão de meninos*. Rio de Janeiro: Record, 1992. p. 74-75.

- a) Este depoimento revela, a partir de um ponto de vista pessoal, algo que foi explicado no capítulo. Qual seria esse tema?

- b) Em sua opinião, esse relato está relacionado ao declínio da União Soviética? Justifique com ideias do texto.

Diálogo interdisciplinar com Sociologia e Filosofia.

4. Leia atentamente este texto.

A partir do momento em que alguma organização institucional, política, sindical, religiosa ou de qualquer natureza afirma ser “a” portadora da verdade, as outras correntes estarão automaticamente excluídas. É o caminho para o totalitarismo.

ARBEX JR., José. *Revolução em três tempos*: URSS, Alemanha, China. São Paulo: Moderna, 1993. p. 80-82.

- a) A que se refere a crítica contida no texto?
- b) Você pode associar o texto com outras situações ou instituições do passado ou da atualidade?
- c) Debata em grupo a frase provocadora do escritor francês André Gide: “Crê nos que buscam a verdade. Duvida dos que a encontraram”.

De olho na universidade

5. (Enem-2011)

Os chineses não atrelam nenhuma condição para efetuar investimentos nos países africanos. Outro ponto interessante é a venda e compra de grandes somas de áreas, posteriormente cercadas. Por se tratar de países instáveis e com governos ainda não consolidados, teme-se que algumas nações da África tornem-se literalmente protetorados.

BRANCOLI, F. *China e os novos investimentos na África: neocolonialismo ou mudanças na arquitetura global*. Disponível em: <<http://opiniaoenoticia.com.br>>. Acesso em: 29 abr. 2010 (adaptado).

A presença econômica da China em vastas áreas do globo é uma realidade do século XXI. A partir do texto, como é possível caracterizar a relação econômica da China com o continente africano?

- a) Pela presença de órgãos econômicos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, que restringem os investimentos chineses, uma vez que estes não se preocupam com a preservação do meio ambiente.

- b) Pela ação de ONGs (Organizações Não Governamentais) que limitam os investimentos estatais chineses, uma vez que estes se mostram desinteressados em relação aos problemas sociais africanos.
- c) Pela aliança com os capitais e investimentos diretos realizados pelos países ocidentais, promovendo o crescimento econômico de algumas regiões desse continente.
- d) Pela presença cada vez maior de investimentos diretos, o que pode representar uma ameaça à soberania dos países africanos ou manipulação das ações destes governos em favor dos grandes projetos.
- e) Pela presença de um número cada vez maior de diplomatas, o que pode levar à formação de um Mercado Comum Sino-Africano, ameaçando os interesses ocidentais.

6. (UERJ)



A seleção de capas da revista *Veja* acima apresenta importantes fatos e processos relacionados à história da China nas últimas três décadas, incluindo a previsão do surgimento de mais uma potência mundial, numa edição de 2003.

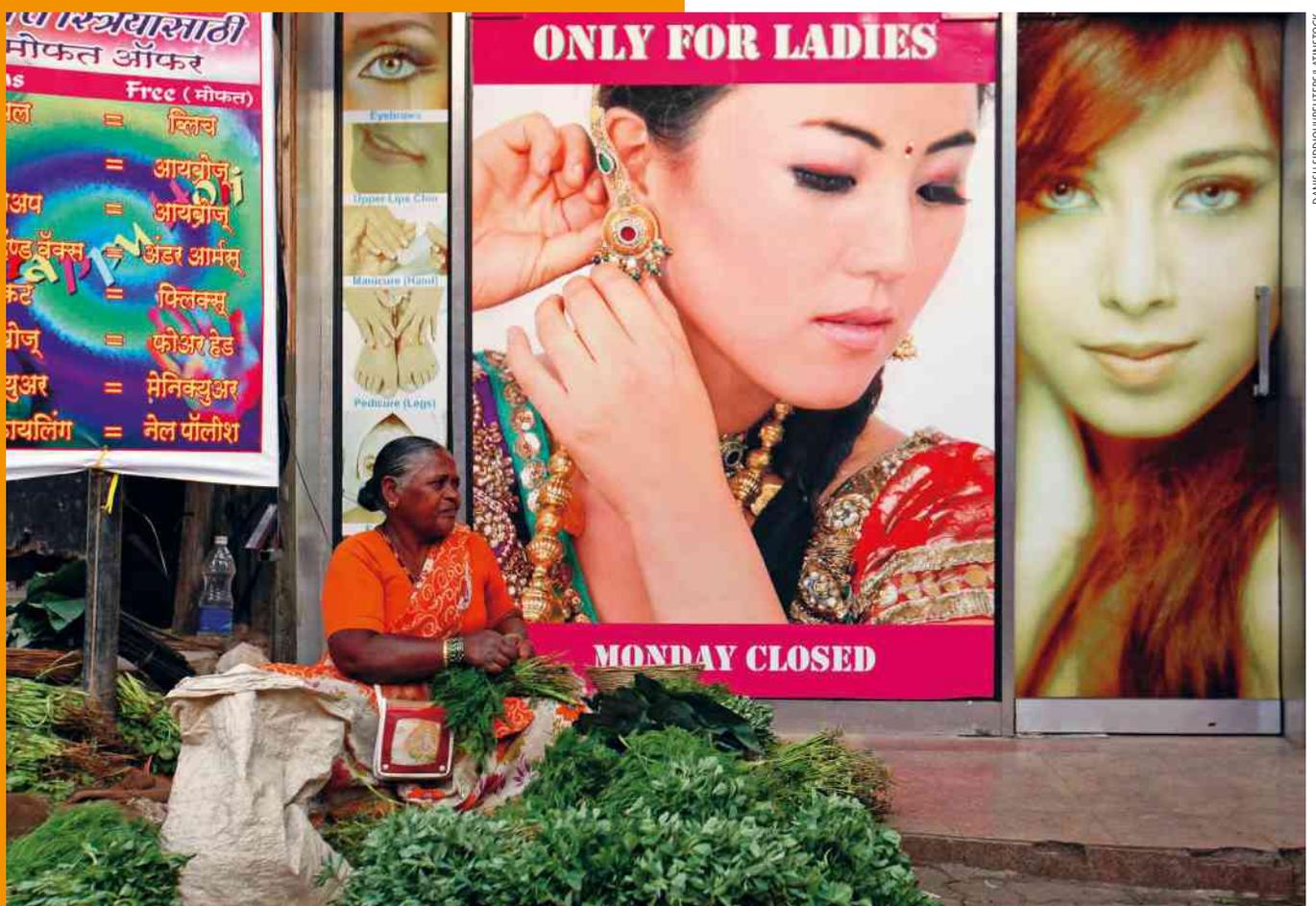
Apesar das mudanças verificadas, as lideranças do Partido Comunista Chinês continuam reafirmando a intenção de “jamais copiar os modelos políticos do Ocidente”.

- a) Apresente duas consequências da modernização da economia chinesa, a partir dos anos de 1980.
- b) A capa “Fúria na China” lembra a rebelião da Praça da Paz Celestial, ocorrida em 1989. Aponte duas reivindicações dos jovens estudantes, à época.

Desigualdades e globalização

Com o fim da Guerra Fria e a crise do socialismo autoritário, uma nova ordem mundial se estabeleceu a partir da década de 1990. Nesse cenário, o processo de globalização mobilizou pessoas, informações, serviços e bens. No entanto, também excluiu considerável parcela da humanidade: mais de 1,3 bilhão de pessoas vivem com cerca de 1 dólar por dia.

Como explicar as imensas desigualdades entre sociedades ricas e pobres?



Mulher vende vegetais em frente a salão de beleza, em Mumbai, na Índia, em março de 2012.

Treinando o olhar

- Reflita sobre a cena retratada na fotografia. Em sua opinião, cenas semelhantes a esta ocorrem exclusivamente nos países pobres? Justifique sua resposta.

Riqueza e pobreza

O abismo que separa os povos do mundo

No mundo contemporâneo, podemos distinguir pelo menos dois grandes conjuntos de países que, há várias décadas, ficaram conhecidos pelas expressões Primeiro Mundo e Terceiro Mundo.

Além de Primeiro Mundo e Terceiro Mundo, os estudiosos utilizavam a expressão Segundo Mundo. De uso relativamente restrito, essa expressão foi utilizada para designar os países socialistas (antiga União Soviética, China, Cuba, entre outros), cuja economia era controlada mais diretamente pelo Estado (planificação estatal).

Primeiro Mundo

O Primeiro Mundo é constituído por um reduzido grupo de **países desenvolvidos**, como Estados Unidos, Canadá, Japão, Austrália, Nova Zelândia, Alemanha, França, Inglaterra e outras nações da Europa Ocidental. Caracterizam-se basicamente por apresentar economias industrializadas, além de grande desempenho científico e tecnológico. Esses países controlam aproximadamente 45% da produção econômica mundial e cerca de 85% das mais poderosas empresas transnacionais têm neles suas matrizes.

Seus indicadores sociais também são elevados. Apresentam, em média, Índice de Desenvolvimento Humano (**IDH**) superior a 0,8, expressando a boa qualidade de vida de suas populações: baixa mortalidade infantil, elevada expectativa de vida, quase inexistência de analfabetos, alta escolaridade, ampla rede de saneamento básico, acesso generalizado a modernos meios de transporte e de comunicação etc.

De modo geral, constituem sociedades com maior distribuição de renda e menor desigualdade entre os grupos sociais, se comparadas com as dos **países subdesenvolvidos**. Além disso, predominam no Primeiro Mundo regimes democráticos, com grande organização e atuação da sociedade civil.

IDH: o Índice de Desenvolvimento Humano, utilizado pela ONU, tem por objetivo avaliar o nível de bem-estar de uma sociedade, considerando três aspectos da população: saúde e longevidade (expectativa de vida), grau de conhecimento (escolaridade) e padrão econômico (PIB *per capita*). A escala do IDH varia de 0 a 1, sendo que, quanto mais próximo de 1, melhor a qualidade de vida.



HOWARD DAVIES/ALAMY/FOTARENA

Vista da cidade de Oslo, capital da Noruega, considerada um país desenvolvido.



Vista da Catedral Metropolitana da Cidade do México, capital do México, considerado um país subdesenvolvido.

Terceiro Mundo

O Terceiro Mundo é constituído por um vasto conjunto de nações subdesenvolvidas ou em desenvolvimento, abrangendo cerca de 75% a 80% de todos os países do globo.

A expressão Terceiro Mundo foi criada pelo demógrafo francês Alfred Sauvy (1898-1990), em 1952, e alcançou rápida repercussão. Originalmente, foi utilizada tendo como referência o terceiro estado, isto é, a maioria da população da França que impulsionou a Revolução Francesa. Na interpretação de Sauvy, do mesmo modo que o terceiro estado, o Terceiro Mundo é “ignorado e explorado” pelo Primeiro Mundo.

Na atualidade, a expressão Terceiro Mundo é utilizada para distinguir, genericamente, os países pobres dos países ricos. Ela se refere a um conjunto tão amplo quanto heterogêneo de países espalhados pela África, Ásia, Europa Oriental e América Latina, que possuem diferentes características sociais, políticas e econômicas.

Apesar dessa diversidade, podemos dizer, de modo geral, que as sociedades do chamado Terceiro Mundo apresentam economias instáveis, com índices de industrialização baixos ou moderados e IDH abaixo de 0,799.

Essas sociedades também apresentam elevada concentração de renda e desigualdade entre os grupos sociais. E, quando há regimes democráticos nesses países, suas instituições expressam certa fragilidade, havendo, frequentemente, pouca participação da sociedade civil nas decisões públicas.

A noção de Terceiro Mundo tem sido matizada por outras expressões, que procuram dar conta da diversidade do mundo atual. Vejamos algumas:

- **países em desenvolvimento** – vários estudiosos preferem o uso desse termo, procurando destacar o esforço de grande parte das nações para sair do subdesenvolvimento;
- **países emergentes** – dentre os países em desenvolvimento, há também um conjunto de nações que têm avançado consideravelmente nos processos de industrialização, diversificação produtiva e crescimento de suas economias, como México, Brasil, Indonésia e África do Sul. São, por isso, chamados de países de economia emergente ou simplesmente países emergentes;
- **BRICS** – dentro do conjunto dos países emergentes, há países que, por seu tamanho territorial e disponibilidade de recursos, apresentam significativo potencial de crescimento econômico e exercem influência no equilíbrio da economia globalizada. É o caso do grupo formado por Brasil, Rússia, Índia e China, conhecido pela sigla formada com as iniciais de seus nomes (BRIC). Em 2011, a África do Sul passou a fazer parte do grupo, que adotou, por isso, a sigla BRICS (sendo o “S” a inicial do nome do país africano em inglês: *South Africa*).

A utilização dos termos Terceiro Mundo, países em desenvolvimento, países emergentes ou BRICS, entre outros, depende das escolhas político-ideológicas que pesquisadores fazem em seus estudos, assim como do contexto em que são abordados.

Raízes das desigualdades

Historiadores e pesquisadores costumam identificar algumas características comuns entre as trajetórias históricas dos países do chamado Terceiro Mundo. Elas ajudam a entender parte dos problemas que essas sociedades enfrentam atualmente.

A maioria dos países do Terceiro Mundo foi colonizada por países europeus, e seus recursos naturais e humanos foram explorados em benefício das metrópoles. Especializaram-se na exportação de matérias-primas e produtos primários, bem como na importação de produtos industrializados, em uma economia moldada a partir dos interesses dos colonizadores.

Mesmo depois da independência, os países do Terceiro Mundo continuaram vinculados a um modelo econômico que preservava os interesses estrangeiros, aliados aos das elites locais. Quase todos mantiveram uma economia pouco diversificada e extremamente dependente dos mercados externos. Sem diversificação da economia e sem incorporação de novas tecnologias, esses países não promoveram transformações estruturais. Nesta linha de interpretação, o economista Celso Furtado declarou:

Alguns países podem ter crescimento econômico a partir dos produtos primários. Terão aumento de renda, o qual poderá ser apropriado por uma minoria, por uma elite que adota, então, padrões de consumo e formas de viver típicas dos países mais ricos [...]. Esse país crescerá economicamente, mas não se transformará, ao contrário, se deformará [...].

Crescem a produtividade e a renda *per capita*, mas, se não houver distribuição de renda, apenas se reproduzem os padrões de consumo dos países ricos. As elites do Brasil vivem tão bem, ou melhor, que as do chamado Primeiro Mundo. O subdesenvolvimento cria um sistema de distribuição de renda perverso, que sacrifica os grupos de baixa renda. Pois é inerente à economia capitalista a tendência à concentração social da renda. [...] Essa tendência pode ser corrigida pela ação das forças sociais organizadas, que levam o Estado capitalista a adotar uma política social [...]. Daí o fator político ser tão relevante nos países do Terceiro Mundo.

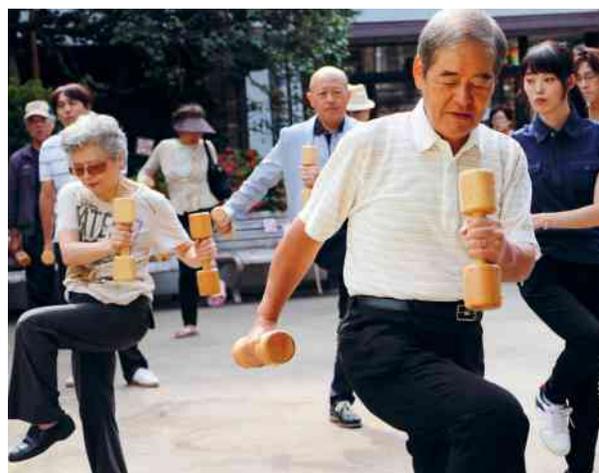
FURTADO, Celso. In: *Estatísticas do Século XX* – IBGE. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. p. 16.

Concentração de renda

A riqueza material produzida nos países capitalistas não é distribuída de forma equilibrada entre as populações do mundo inteiro. Portanto, há um abismo entre as sociedades dos países ricos e as dos países

pobres. Calcula-se que 80% da renda produzida no mundo concentra-se nas mãos de 15% da população do planeta, que vive, em sua maioria, nos países ricos. Enquanto isso, mais da metade da humanidade enfrenta problemas relacionados à pobreza, como má nutrição, falta de moradia, desamparo à saúde, baixos salários e desemprego.

Esse desnível socioeconômico entre países ricos e pobres reflete-se também no tempo médio de vida dos habitantes. Por exemplo: em 2013, de acordo com dados do Banco Mundial, no Japão as pessoas viviam, em média, 83 anos. Já em Serra Leoa, um dos países mais pobres do continente africano, a expectativa média de vida era de 50 anos.¹



Em Tóquio, idosos participam de atividades físicas com halteres de madeira, na celebração do *Keiro no Hi*, o Dia do Respeito ao Idoso, comemorado no Japão desde 1966. Até 2060, a proporção de habitantes com 65 anos ou mais será de 40% da população japonesa. Fotografia de 2015.



Médico contabiliza dados estatísticos da situação da saúde pública na vila de Masiaka, em Serra Leoa. Fotografia de 2007.

¹ Cf. Banco Mundial. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/country>>. Acesso em: 21 fev. 2016.

Globalização

O processo de integração mundial

A partir da década de 1970, iniciou-se uma reorganização das forças produtivas, em termos internacionais. Trata-se da chamada **globalização**, um processo amplo, com aspectos econômicos, políticos e culturais.

O processo de globalização envolve os setores público (Estados) e privado (empresas), além de diversos organismos internacionais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC), que começou a atuar em 1995.

Entre os fatores que contribuíram para acelerar a globalização, podemos destacar a abertura econômica dos países do antigo bloco socialista e os avanços tecnológicos.

A partir de 1991, com o fim da Guerra Fria, a economia de mercado alcançou dimensões mundiais, por meio da expansão do capitalismo e da integração de mercados de várias regiões do planeta.

Os avanços das tecnologias de comunicação e de transporte permitiram a intensificação das relações internacionais entre governos, empresas, universidades e imensa rede de pessoas. Houve enorme circulação de informações, bens e serviços, de forma cada vez mais rápida e eficiente. Em contrapartida, o ambiente de “superinformação” em que vivemos pode gerar estresse, dificuldade de atenção e um estado de hiperatividade.

Investigando

- Você consegue filtrar as informações que circulam atualmente na internet? Como você seleciona os conteúdos importantes e confiáveis? Debata esse assunto com seus colegas.



Os avanços da tecnologia de comunicação possibilitam o aumento do acesso a informações. Na fotografia, mulheres de vilarejo rural na Índia reúnem-se em torno de computador, em 2015.

Mudanças econômicas

A globalização pode ser observada em diversas mudanças ocorridas na economia mundial ao longo dos anos, como o crescimento do comércio internacional, a produção mundializada, o aumento do fluxo financeiro internacional e a criação de blocos políticos e econômicos macrorregionais.

Comércio internacional

Nas últimas décadas, as trocas comerciais em todo o mundo multiplicaram-se imensamente.

Em 1985, o valor das exportações de todos os países chegava a 1,9 trilhão de dólares. No ano 2000, esse total triplicou, chegando a 6,3 trilhões de dólares.² Já em 2011, de acordo com dados da Organização Mundial do Comércio (OMC), o valor das exportações mundiais alcançou mais de 18 trilhões de dólares.³

Entre os fatores que explicam esse crescimento, podemos citar:

- o desenvolvimento de países de industrialização mais recente, como Brasil, Taiwan, Cingapura, Coreia do Sul, México, Hong Kong (região administrativa especial da China desde 1997) e China;
- a expansão das empresas transnacionais, também chamadas multinacionais (isto é, que têm sede em um país e atuam em vários outros);
- os acordos feitos pelos governos dos países em órgãos internacionais, como a OMC;
- o desenvolvimento de novas tecnologias de comunicação, como telefone celular, *tablets*, internet etc.;
- a redução dos custos de transporte.

De acordo com a revista *Forbes*, em 2015, das dez maiores empresas do mundo, cinco eram sediadas nos Estados Unidos e cinco na China. Mas, entre as 2 000 maiores empresas, 579 eram estadunidenses.⁴

Produção mundializada

Nas últimas décadas, além de dominar a maior parte do comércio e da produção industrial no mundo, as multinacionais têm promovido uma nova divisão internacional do trabalho. Como uma mesma empresa transnacional atua em diversas regiões do mundo, com frequência ela divide entre suas filiais as fases de feitura do produto. Ou seja, a produção de um mesmo bem torna-se globalizada.

Assim, uma fábrica de eletrônicos pode instalar sua unidade de produção na China, seu departamento de vendas e contabilidade na Índia e sua administração na Inglaterra. Uma indústria automobilística pode, por exemplo, projetar veículos no Japão e montá-los no Brasil, com peças fabricadas nos Estados Unidos.

Essa divisão é definida levando-se em conta as características mais vantajosas de cada país: custo da mão de obra, qualificação profissional, carga tributária, existência de infraestrutura, incentivos fiscais, entre outras.

2 Cf. National Geographic, *Atlas da História do Mundo*, p. 326.

3 Segundo dados divulgados pela Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2015, em 2014 o Brasil ocupou 1,2% das vendas mundiais. A China liderava as exportações, com US\$ 2,3 trilhões em vendas em 2014, seguida pelos Estados Unidos e pela Alemanha. O Brasil ocupava a 25ª posição no *ranking* de países exportadores. Cf. *Organização Mundial do Comércio*. Disponível em: <https://www.wto.org/english/news_e/pres15_e/pr739_e.htm>. Acesso em: 18 jan. 2016.

4 *FORBES*. The world's biggest public companies. Disponível em: <<http://www.forbes.com/global2000/list/>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

Fluxo financeiro

Outro aspecto econômico que reflete a globalização da economia é o aumento do fluxo financeiro internacional nas últimas décadas. Na atualidade, trilhões de dólares giram diariamente pelos bancos, bolsas de valores e mercados de investimentos de todo o mundo. Esse capital é especulativo, ou seja, seus administradores aplicam em determinado país em busca de lucro rápido e, quando se sentem ameaçados por problemas locais (como instabilidade política ou econômica), transferem suas aplicações para mercados mais atraentes no momento seguinte.

Essa entrada e saída de capitais pode conduzir países de economia mais frágil a uma crise econômica. Foi o que sofreram, por exemplo, as sociedades russa e brasileira, em 1998-1999, e a argentina, em 2001-2002.

Nesse período, bilhões de dólares deixaram de ser investidos nesses países por especuladores estrangeiros e nacionais que, inseguros com a situação político-econômica desses países, foram em busca de estabilidade em outros mercados.

Blocos econômicos e políticos macrorregionais

Uma das principais tendências econômicas das últimas décadas tem sido a formação de blocos macrorregionais de países com o objetivo de reduzir as barreiras alfandegárias e facilitar as trocas comerciais e financeiras entre eles. Assim, nessas grandes unidades econômicas, são cada vez mais livres a circulação de capitais e as associações entre empresários. Isso tem estimulado – ao mesmo tempo em que caracteriza – o processo de globalização da economia.

Existem diferentes tipos de blocos macrorregionais, com objetivos distintos, como a **área de livre-comércio**, a **união aduaneira** e o **mercado comum**.

Observe, a seguir, alguns blocos de destaque, categorizados por região:

- **América do Norte** – conhecido como Nafta (*North American Free Trade Agreement* ou Tratado Norte-Americano de Livre-Comércio), formado em 1994. Abrange as economias dos Estados Unidos, do Canadá e do México;
- **Pacífico** – conhecido como Apec (*Asia-Pacific Economic Cooperation*, ou Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico), oficializado em 1993. Reunia, inicialmente, países do sudeste asiático, como Japão, Coreia do Sul, Cingapura, Hong Kong e Taiwan. Atualmente, incorpora outras nações da Ásia (como a Rússia), da Oceania (como a Austrália) e da América que são banhadas pelo oceano Pacífico (como o Chile, o Peru, o México, o Canadá e os EUA), totalizando 21 países-membros até 2016;
- **Europa** – conhecido como União Europeia (UE), instituído em 1992, embora seu processo de constituição tenha se iniciado em 1951. Abrange quase todos os países da Europa Ocidental e boa parte dos da Europa Oriental, totalizando 28 países-membros até 2015;
- **América do Sul** – destaca-se no continente americano o Mercado Comum do Sul (Mercosul), bloco econômico formado por Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai desde 1991, além da Venezuela, cuja adesão definitiva ocorreu em 2012. A partir de 1996, o bloco passou a contar com a participação do Chile e da Bolívia como Estados-associados, mesma condição adquirida pelo Peru, em 2003, além da Colômbia e do Equador, em 2004. Guiana e Suriname tornaram-se Estados-associados em 2013.



RUBENS GERCHMAN, NAFTA/ALCA, 2001, COLEÇÃO PARTICULAR

Nafta/Alca, de 2001. Serigrafia e desenho sobre papel de Rubens Gerchman.

Impactos socioambientais

A globalização é um processo de dimensões variadas e impactos amplos. Muitas de suas consequências ainda não foram suficientemente avaliadas, mas já se observam alterações nos modos de vida de populações inteiras, afetando instituições e indivíduos em partes distintas do mundo e até mesmo o próprio planeta.

Mundo interligado

Uma das principais mudanças ocasionadas pela globalização tem sido o aumento da velocidade não apenas dos meios de transporte – muito mais rápidos que décadas atrás –, mas principalmente nos meios de comunicação. Isso se deve às chamadas **novas tecnologias de informação e comunicação** (NTIC), que vêm promovendo **conectividade**, isto é, conexão de pessoas de várias partes do planeta.

Entre as NTIC, destaca-se a rede mundial de computadores, conhecida como **internet**. Junto às transmissões ao vivo das rádios e televisões, a internet permite que as notícias sejam difundidas quase instantaneamente em todos os lugares.⁵ Ela também facilita a troca de informações, o que trouxe muitas mudanças para o ambiente do trabalho: com a internet, pessoas de diferentes regiões do planeta, separadas por milhares de quilômetros, passaram a trabalhar e tomar decisões conjuntamente, como se estivessem em uma mesma sala de escritório.

Neste mundo interligado, a opinião pública organizada passa a ter uma força social mais relevante, podendo difundir suas reivindicações e exercer, assim, pressão sobre governos e instituições para a solução de problemas urgentes.

Todavia, o acesso a essas novas tecnologias de comunicação se espalha de forma desigual. Dados correspondentes a novembro de 2015⁶ estimavam que 46,4% da população mundial utilizavam a internet. Desse conjunto, eram usuários da rede 87,9% dos estadunidenses e canadenses e 73,5% dos europeus. Enquanto isso, apenas 28,6% da população africana tinha acesso à rede. Essa **brecha digital** reflete a desigualdade entre sociedades distintas no mundo globalizado. No entanto, os dados apontam para a crescente expansão dos meios digitais.

Brecha digital:

expressão usada para designar a diferença existente entre grupos sociais distintos no acesso às novas tecnologias da informação, como a internet, ou no domínio de outras ferramentas básicas de informática, como computadores e softwares.

Investigando

1. As pessoas do seu convívio têm acesso à internet? Comente.
2. Você já utilizou a internet para se comunicar com pessoas que estão em cidades ou países distantes? Você se comunica com essas pessoas para bater papo, disputar jogos eletrônicos, trocar informações ou fazer pesquisas?

Aumento do desemprego

Entre os aspectos negativos da globalização, o que mais chama a atenção nas últimas décadas é o aumento do desemprego. Os economistas apontam, de modo geral, dois tipos básicos de desemprego:

- **estrutural** – ocorre, por exemplo, quando as indústrias substituem mão de obra por máquinas automatizadas ou robôs;
- **conjuntural** – ocorre quando empresas menos competitivas (isto é, que não venceram dificuldades de um contexto econômico) acabam dispensando muitos trabalhadores.

Na produção globalizada, podem ocorrer esses dois tipos de desemprego, o estrutural e o conjuntural. Além disso, as decisões sobre o emprego podem ser tomadas por uma empresa que atua em nível mundial. O emprego, por exemplo, de um trabalhador em uma indústria automobilística instalada no Brasil pode deixar de existir se a matriz da empresa – situada, por exemplo, na Alemanha – decidir que é mais conveniente fechar a fábrica aqui para instalá-la em outro país, reduzir o número de funcionários ou substituir uma parcela da mão de obra por equipamentos eletrônicos sofisticados, objetivando ampliar os lucros.

5 De acordo com a União Internacional de Telecomunicações (agência da ONU especializada em tecnologias de informação e comunicação), o número de usuários de internet no mundo alcançou, em 2015, cerca de 3 bilhões de pessoas. Em 2000, esse número era de 250 milhões.

6 Cf. *Internet World Stats*. Disponível em: <<http://www.internetworldstats.com/stats.htm>>. Acesso em: 18 jan. 2016.

Baixos salários

Nas últimas décadas, empresas instaladas em países como Coreia do Sul, Indonésia, China e Brasil, bem como em Hong Kong, passaram a produzir bens similares aos fabricados, por exemplo, no Japão, nos Estados Unidos e na Alemanha. Só que os custos de mão de obra em alguns desses países de industrialização recente são em geral mais baixos, de tal modo que as empresas neles instaladas ganharam em competitividade.

Isso significa que, se os trabalhadores dessas economias emergentes recebem salários bastante inferiores aos de seus colegas dos países mais desenvolvidos, a globalização não está contribuindo para melhorar significativamente o padrão de vida desses trabalhadores – que se mantém em níveis que vão de baixo a moderado.

Com relação às sociedades dos países desenvolvidos, é preciso destacar, no entanto, que a conjuntura da produção globalizada também está gerando alguns problemas para suas populações. Em vários países, tem havido aumento do desemprego (estrutural e conjuntural), o que vem pressionando a baixa dos salários

e a supressão de vários direitos conquistados durante décadas por seus trabalhadores. Isso confirma uma tendência geral de queda no valor do trabalho, o que vem afetando, sobretudo, as classes médias em várias partes do planeta.

Concentração de riquezas

Apesar das grandes transformações ligadas ao processo de globalização, a maioria dos países em desenvolvimento ainda continua desempenhando o papel de exportador de matérias-primas e sofrendo as consequências de seu atraso tecnológico. Paralelamente, seus mercados foram inundados por produtos mais baratos feitos em outras partes do mundo, sem que suas exportações aumentassem na mesma medida.

Assim, podemos concluir que as mudanças decorrentes da globalização não vêm se traduzindo em ganhos econômicos e sociais na maior parte do mundo. Como observou o sociólogo alemão Heinz Sonntag, o processo atual de globalização da economia tem favorecido ainda mais a concentração de riquezas, ampliando a distância entre ricos e pobres, seja em termos nacionais, seja internacionais.⁷

Vivemos, assim, em um mundo marcado por imensos contrastes. De um lado, temos realidades cada vez mais padronizadas: *shoppings*, comidas e roupas sofisticadas, aeroportos, hotéis luxuosos, automóveis, computadores, telefones celulares, entre outros produtos do mundo globalizado, bens e lugares desfrutados por grupos restritos de indivíduos (os “incluídos”). Do outro lado, encontramos carências e mazelas vividas diariamente por bilhões de seres humanos que não usufruem os benefícios da globalização (os “excluídos”).



CRACK PALINGGIREUTERS/LATINSTOCK

Em 2007, operários indonésios trabalham na fabricação de tênis esportivos de uma empresa estadunidense. A fábrica está localizada em Java, ilha do arquipélago da Indonésia, local onde menores custos de mão de obra podem ser encontrados.

⁷ Cf. *Revista del CLAD*. Centro Latinoamericano de Administración para el Desarrollo, Caracas, out. 1998. p. 17.

Em destaque Globalização e exclusão social

Ao final do século XX, o geógrafo brasileiro Milton Santos (1926-2001) fez observações contundentes a respeito da globalização. Segundo ele, esse processo acentuou os contrastes sociais por todo o mundo. Leia um trecho de suas análises.

A fome deixa de ser um fato isolado ou ocasional e passa a ser um dado generalizado e permanente. Ela atinge 800 milhões de pessoas espalhadas por todos os continentes. Quando os progressos da medicina e da informação deviam autorizar uma redução substancial dos problemas de saúde, sabemos que 14 milhões de pessoas morrem todos os dias, antes do quinto ano de vida.



Milton Santos durante uma entrevista. Ele foi professor do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (USP). Fotografia de 2000.

Dois bilhões de pessoas sobrevivem sem água potável. [...] O fenômeno dos sem-teto, [...] na primeira metade do século XX, hoje é um fato banal, presente em todas as grandes cidades do mundo. O desemprego é algo tornado comum. [...] A pobreza também aumenta. No fim do século XX havia mais 600 milhões de pobres do que em 1960; e 1,4 bilhão de pessoas ganham menos de um dólar por dia. [...] O fato, porém, é que a pobreza, tanto quanto o desemprego, são considerados como algo “natural”, inerente a seu próprio processo. Junto ao desemprego e à pobreza absoluta, registre-se o empobrecimento relativo de camadas cada vez maiores graças à deterioração do valor do trabalho.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 59.

- Reflita e debata com os colegas: é possível dizer que a desigualdade social apresentada por Milton Santos aumenta cada vez mais?

Crise ambiental

Outra questão que pode ser vinculada à expansão do capitalismo e à globalização é a crise ambiental que ameaça a sobrevivência do planeta e da humanidade.

Um dos principais problemas apontados nesse sentido é o fenômeno de mudança climática conhecido como **aquecimento global**. Cientistas calculam que as temperaturas médias superficiais do planeta Terra vêm aumentando após a Revolução Industrial.

O aquecimento global está sendo relacionado pelos cientistas com o efeito estufa. Ele ocorre há milhões de anos na Terra, mas se acentuou especialmente nos últimos 50 anos devido à emissão na atmosfera de grande quantidade de gases, como o dióxido de carbono (CO₂), o metano (CH₄) e o ozônio (O₃). A emissão desses gases costuma ser vinculada à ação humana, ocorrendo principalmente na produção industrial e no consumo de petróleo.⁸

Na opinião de muitos especialistas, os países desenvolvidos (suas populações, empresas e governos) são os maiores responsáveis pela deterioração ambiental, sobretudo os Estados Unidos, por sua produção, seu consumismo e o modelo econômico que implementaram e impõem. No entanto, esses mesmos especialistas

8 Cf. Intergovernmental Panel on Climate Change. *Climate Change 2007: The Physical Science Basis*. Paris, fev. 2007.

alertam para o fato de que a situação está se agravando com a ascensão das economias de países emergentes, principalmente China e Índia, que entraram com muita força no mercado globalizado. Esses países já estão gerando grande impacto ambiental, pois apresentam, juntos, uma população de 2,5 bilhões de pessoas que começou a adotar os mesmos hábitos de consumo do mundo ocidental, além do costume de poluir.

Assim, o problema, que já é grande, pode se tornar bem maior: se mais nações passarem a produzir e consumir com a mesma intensidade das nações desen-

volvidas, o mundo entrará em colapso rapidamente, conforme advertem cientistas e pessoas de bom senso.

Em dezembro de 2015, foi realizada na cidade de Paris, França, a 21ª Conferência do Clima (COP 21), com a participação de 195 países. Ali foi aprovado um acordo com o objetivo de reduzir os níveis de aquecimento global, que é uma ameaça urgente para as sociedades humanas e a vida na Terra. Apesar da gravidade do problema, o acordo da COP 21 foi tímido, ainda que tenha representado um marco na cooperação internacional sobre questões ambientais.

Interpretar fonte

Carta da Terra

No ano 2000, uma comissão internacional de estudiosos, com o apoio da ONU, terminou a elaboração da Carta da Terra. Trata-se de um documento que pretende ser um código de ética planetário, capaz de orientar pessoas e povos do mundo inteiro na busca de um desenvolvimento sustentável, que não seja apenas econômico, mas também social e humano.

Leia a seguir parte do **preâmbulo** dessa Carta, em que se destacam valores éticos como a integridade ecológica, a justiça social e econômica, a democracia e a paz.

Preâmbulo: texto preliminar de uma lei, que anuncia seu conteúdo e facilita sua compreensão.

Preâmbulo

Estamos diante de um momento crítico na história da Terra, numa época em que a humanidade deve escolher o seu futuro. [...] Para seguir adiante, devemos reconhecer que, no meio de uma magnífica diversidade de culturas e formas de vida, somos uma família humana e uma comunidade terrestre com um destino comum. [...]

Terra, nosso lar

A humanidade é parte de um vasto universo em evolução. A Terra, nosso lar, está viva, com uma comunidade de vida única. [...]

A situação global

Os padrões dominantes de produção e consumo estão causando devastação ambiental, redução dos recursos e uma massiva extinção de espécies. [...] Os benefícios do desenvolvimento não estão sendo divididos equitativamente e o fosso entre ricos e pobres está aumentando. [...]

Desafios para o futuro

A escolha é nossa: formar uma aliança global para cuidar da Terra e uns dos outros, ou arriscar a nossa destruição e a da diversidade da vida. [...]

Responsabilidade universal

Para realizar estas aspirações, devemos decidir viver com um sentido de responsabilidade universal, identificando-nos com toda a comunidade terrestre bem como com nossa comunidade local. Somos, ao mesmo tempo, cidadãos de nações diferentes e de um mundo no qual as dimensões local e global estão ligadas. [...]

Carta da Terra. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/carta-da-terra>>. Acesso em: 21 fev. 2016.

1. A frase “Estamos diante de um momento crítico na história da Terra” refere-se a qual “momento crítico”?
2. O que o texto propõe, em síntese, para se enfrentar essa crise?



DARRELL GULIN/GETTY IMAGES

Derretimento de gelo na baía de Nekko, na Antártida. Fotografia de 2011. O aquecimento global tem diminuído as grandes formações de gelo.

Grandes potências

As beneficiárias da globalização

Serão explicitados a seguir alguns aspectos históricos recentes dos centros capitalistas mais ricos do mundo – Estados Unidos, União Europeia e Japão – principais beneficiários do atual processo de globalização.

Estados Unidos

Depois da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos consolidaram-se como superpotência capitalista, espalhando sua influência nos campos econômico, militar e cultural por boa parte do planeta. Investindo na reconstrução da Europa (Plano Marshall), do Japão e do sudeste da Ásia (Plano Colombo), o governo e os banqueiros dos Estados Unidos converteram-se nos maiores credores mundiais.

Uma das maiores economias do mundo

Com base na supremacia econômica dos Estados Unidos no pós-guerra, o dólar tornou-se a moeda padrão das transações internacionais. O país passou a exercer enorme influência em organismos econômicos como o Fundo Monetário Internacional (FMI), criado em 1945, e a Organização Mundial do Comércio (OMC), criada em 1995.

Atualmente, a economia dos Estados Unidos é uma das maiores do planeta, respondendo (em 2013)

por cerca de 22,4% do PIB mundial, seguida pelas economias de China (12,3%), Japão (6,5%) e Alemanha (4,9%).

A riqueza econômica dos Estados Unidos distribuiu-se de forma desigual entre sua população. No começo do século XXI, os 5% mais ricos da população dos EUA ficavam com 22% da renda do país, enquanto os 40% mais pobres detinham 12%.⁹

Desigualdades

Os descendentes dos primeiros colonizadores compõem, em regra, os setores mais ricos, sendo caracterizados, de modo geral, pela sigla WASP – das palavras inglesas *White, Anglo-Saxon e Protestant* –, que significam “branco, anglo-saxão e protestante”. No outro extremo, há uma população de cerca de 35 milhões de pessoas (12% do total do país), composta majoritariamente por negros, latinos e asiáticos. Esse grupo vive, em sua maioria, na pobreza.

Dependendo do contexto, essas populações são acolhidas ou segregadas pelos indivíduos bem-sucedidos do próprio grupo. Por sua vez, tanto os mais como os menos segregados desenvolvem mecanismos de segregação e intolerância recíprocos. Em geral, o grupo já estabelecido desconfia do recém-chegado.

9 U.S. Census Bureau. In: KARNAL, Leandro et al. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2007. p. 265.

Em destaque **Rebelião em Los Angeles**

Um exemplo marcante de conflitos étnicos nos Estados Unidos ocorreu na cidade de Los Angeles, em 1992. Leia a interpretação do historiador Sean Purdy para esse episódio.

Em março de 1991, um motorista negro, Rodney King, foi parado na estrada e brutalmente espancado pela polícia. Uma pessoa filmou o incidente, que acabou amplamente divulgado pela mídia. Os quatro policiais julgados pela violência foram absolvidos, um ano mais tarde, por um júri branco. A população pobre de Los Angeles explodiu em reação: por cinco noites seguidas, multidões enfurecidas queimaram prédios, saquearam lojas e lutaram contra a polícia. Cinquenta e oito pessoas morreram, 2,3 mil ficaram feridas, 9,5 mil foram presas, mais de mil prédios foram destruídos e 10 mil, danificados. Os danos financeiros somaram US\$ 1 bilhão.

A rebelião em Los Angeles foi diferente de outros motins urbanos do século XX em três aspectos. Primeiro, a ira dos manifestantes foi alimentada não pelo racismo, mas também pelo profundo mal-estar econômico que tinha germinado há décadas na cidade. “Preste atenção ao que essas pessoas estão roubando” — comentou na ocasião a poetiza Meri Nana-Anna Danquah — “comida, fraldas, brinquedos”. Segundo, as pessoas envolvidas na rebelião eram de origem diversa. De acordo com a polícia, de todos os presos, 30% eram negros; 37%, latino-americanos; 7%, brancos e 26%, “outra etnia ou desconhecida”. Terceiro, além de atingir símbolos do poder público, os participantes direcionaram muito da sua fúria contra lojistas coreanos instalados nos bairros pobres negros e latino-americanos da cidade. Como o historiador Mike Davis concluiu, a sublevação de Los Angeles foi uma “revolta social híbrida” dos pobres multirraciais e um conflito interétnico, refletindo simultaneamente os novos rumos e os velhos enigmas da sociedade americana.

PURDY, Sean. *Mc globalização e a nova direita: 1980-2000*. In: KARNAL, Leandro. Op. cit. p. 266-267.

- O texto afirma que a rebelião em Los Angeles se deu não apenas devido à questão do racismo, mas também por causa do “profundo mal-estar econômico que tinha germinado há décadas na cidade”. Relacione esse comentário à situação da população estadunidense apontada nos textos do capítulo.



Política militarista

Os Estados Unidos também constituem a principal potência militar do planeta. A nação estadunidense foi a primeira a reunir condições para a fabricação da bomba atômica e, posteriormente, a que mais investiu na expansão da sofisticada tecnologia de armas nucleares.

Primeiro desembarque de açúcar em Londres (Inglaterra, 1949) após a criação do Plano Marshall. Esse plano visava reconstruir os países europeus ocidentais e impedir a expansão do comunismo soviético.

Desenvolvendo, desde o pós-guerra, uma política internacional amparada em seu poderio militar, os sucessivos governos estadunidenses negociaram ou impuseram sua presença em várias regiões do mundo. Além de possuir bases espalhadas pelo planeta, os Estados Unidos prestam assistência econômica e dão treinamento a exércitos de países com quem mantêm acordos de cooperação.

Dados sobre gastos militares (2014)		
	Orçamento em US\$ bilhões	% do PIB
1ª) EUA	610	3,5
2ª) China*	216	2,0
3ª) Rússia*	84,5	3,6
4ª) Arábia Saudita	80,8	7,7
5ª) França	62,3	2,5
6ª) Reino Unido	60,5	2,4
7ª) Índia	50,0	2,8
8ª) Alemanha*	46,5	1,4
9ª) Japão	45,8	1,0
10ª) Coreia do Sul	36,7	2,5
11ª) Brasil	31,7	1,5

* Estimativas.

Fonte: Sipri – Instituto Internacional de Pesquisa de Paz de Estocolmo. Disponível em: <<http://www.sipri.org/>>. Acesso em: 18 jan. 2016.

Depois do colapso da União Soviética, o poderio armamentista dos Estados Unidos transformou seus governos numa espécie de “polícia” do planeta, como ficou claro nas guerras ocorridas no Iraque, em 1991, e na Iugoslávia, em 1999.

Após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 aos Estados Unidos, que deixaram um saldo de quase 3 mil mortos, esse papel se acentuou ainda mais: o governo do presidente George W. Bush (2001-2009), em uma atitude de retaliação, liderou forças aliadas na invasão do Afeganistão em 2001 e do Iraque em 2003, países considerados, pelas autoridades estadunidenses, vinculados aos terroristas que comandaram os ataques de 11 de setembro.

A partir de 2005, as autoridades dos Estados Unidos também passaram a pressionar os governos da Coreia do Norte e do Irã, sob a acusação de que desenvolvem programas com armas nucleares. Em 2008, Barack Hussein Obama foi eleito presidente dos Estados Unidos. Nas eleições que ocorreram em 2012 naquele país, Obama foi reeleito.



JIM BOURGHEUIS/ISTOCK

Barack Obama, primeiro presidente negro dos Estados Unidos, toma posse no início de 2009, anunciando que pretendia coordenar uma política internacional capaz de preservar a segurança do país sem desviá-lo do império da lei e do respeito aos direitos humanos.

Cultura de massa

No plano cultural, os Estados Unidos são um dos principais produtores de tecnologias de comunicação de massa de penetração mundial – tanto nas áreas de cinema, música, televisão e jornalismo como na da informação digital –, contando com a criação da rede mundial de computadores, a internet.

Essas poderosas tecnologias de informação e comunicação cumprem importante papel na divulgação da cultura dos EUA – como a língua inglesa – e de seus valores – presentes em seu estilo de vida e padrões de consumo. Isso atende aos interesses de certos grupos e promove a hegemonia cultural dos Estados Unidos sobre o planeta.

Influência sociocultural

Referindo-se a essa influência sociocultural dos Estados Unidos, o historiador John Lukacs escreveu:

O século XX foi o Século Americano devido não apenas ao esmagador poder dos Estados Unidos, mas por causa também da esmagadora influência e prestígio das coisas americanas. O dólar americano tornou-se o padrão de moeda universal em todo o mundo. As universidades americanas tornaram-se centros mundiais de pesquisas e de estudos. Os costumes americanos, as práticas americanas, a música americana e a cultura popular

americana foram imitados nos recantos mais longínquos do planeta. Já em 1925, milhões de pessoas na Europa conheciam nomes e rostos de astros de cinema americano, ao passo que não sabiam o nome de seu próprio primeiro-ministro. Tal situação ainda persiste em grande parte.

LUKACS, John. *O fim do século 20 e o fim da Era Moderna*. São Paulo: Best-Seller, 1993. p. 290.

Calcula-se que, atualmente, cerca de 90% dos filmes vistos no mundo são produções do cinema dos EUA.

Investigando

- No seu cotidiano, você percebe a influência de valores culturais estadunidenses? Em que situações?

Crise estadunidense em 2007/2008

Os Estados Unidos passaram por uma grave crise econômica entre 2007 e 2008. A crise teve início no setor imobiliário. Até então, nos EUA, as pessoas financiavam a compra de seus imóveis dando como garantia do financiamento os próprios imóveis.

Entretanto, na tentativa de ampliar ainda mais os lucros, algumas instituições financeiras passaram a comercializar essas garantias (hipotecas) pelo valor original dos imóveis quando, na realidade, os imóveis foram desvalorizados em virtude da inadimplência de seus compradores originais, que deixaram de pagar

os financiamentos contratados. Um dos motivos para o não pagamento foi o desemprego que começava a assolar o país.

A desvalorização das hipotecas (chamadas **subprimes**) trouxe grandes prejuízos às financeiras que atuavam no setor imobiliário e aos bancos que investiam nessas empresas. Posteriormente, a crise se espalhou por vários setores da economia. A falência do banco de investimentos Lehman Brothers foi um marco da crise. Depois disso, outros bancos e outras instituições financeiras do país “quebraram”.

O principal índice da Bolsa de Valores de Nova York acumulou perdas de cerca de 30% em 2008. Em setembro e em outubro daquele ano, a Bolsa registrou suas maiores quedas. Falência de empresas, desemprego e recessão foram o resultado dessa crise nos Estados Unidos, que atingiu, nos anos seguintes, economias da União Europeia e da Ásia, como Alemanha e Japão.

Estudiosos consideram que, com a crise, o governo dos Estados Unidos e de outros países afetados passaram a ampliar a ajuda estatal na manutenção dos fundos bancários. Nos EUA, por exemplo, para combater a crise, o governo elaborou, já no final de 2008, um plano de ajuda às instituições financeiras, seguido por outras medidas de auxílio aos setores bancário, automobilístico e de habitação.

Subprimes: o termo refere-se às hipotecas de alto risco concedidas aos clientes de baixa renda para a compra de um imóvel.

Em setembro de 2008, manifestantes nos arredores da Bolsa de Valores de Nova York protestam enquanto o poder legislativo americano votava uma injeção de fundos de 700 bilhões para o mercado financeiro. Nos cartazes, lê-se: “Sem dinheiro para Wall Street e para a guerra!”, “Nada será de graça para Wall Street”, “Socorro financeiro para as pessoas, não para os bancos”.



SHANNON STAPLETON/REUTERS/LATINSTOCK

União Europeia

No período do pós-guerra, países da Europa ocidental receberam ajuda financeira e militar do governo dos Estados Unidos para sua reconstrução econômica (Plano Marshall). Foi uma estratégia desenhada para promover o desenvolvimento capitalista das diversas sociedades europeias e evitar que elas se inclinassem para o socialismo. Essa estratégia alcançou seus objetivos.

Estado de bem-estar social

Os partidos de esquerda (socialistas e comunistas) da Europa ocidental, no entanto, se fortaleceram, disputando eleições e participando do poder. Por outro lado, passaram a se orientar, de modo geral, no sentido de corrigir as principais injustiças do capitalismo, sem pretender promover uma revolução que desestruturasse o sistema como um todo. Era a concepção política defendida pela **social-democracia** (ou socialismo democrático) desde o final do século XIX.

Essa mudança de orientação foi fruto, entre outros fatores, das denúncias sobre as práticas stalinistas, feitas no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, em 1956.

A atuação dos partidos com orientação social-democrata contribuiu para a construção, na Europa ocidental, de Estados organizados no sentido de atender a uma agenda social vinculada principalmente às reivindicações dos trabalhadores desses países e de seus sindicatos. Trata-se do chamado **Estado de bem-estar social** (*Welfare State*, em inglês), isto é, o Estado entendido principalmente como agente promotor e defensor do bem-estar de seus cidadãos.

Diversos direitos passaram a ser instituídos pelos diferentes Estados da Europa Ocidental, como garantia de renda mínima, salários segundo certos patamares (mais elevados que antes), auxílio aos desempregados, garantia de habitação e transportes, assistência médica gratuita, acesso à educação em todos os níveis etc. Os principais exemplos de Estados de bem-estar social são os países escandinavos: Suécia, Noruega, Finlândia e Dinamarca.

Nas décadas de 1980 e 1990, no entanto, ocorreu a ascensão ao poder de governos seguidores do **neoliberalismo** em países como Inglaterra e França. Mais interessados em tornar suas economias competitivas no mercado mundial, trataram de liberalizar o Estado e a economia, revendo ou suprimindo muitos dos direitos conquistados durante décadas de reivindicações.

Social-democracia: corrente de pensamento político de esquerda que, a partir do final do século XIX, iniciou uma revisão de alguns conceitos marxistas, sendo por isso denominada revisionista. Os partidos social-democratas foram se distanciando do marxismo e se aproximando do liberalismo, ao defender o pleno desenvolvimento do capitalismo, mas com reformas que garantissem a distribuição de riquezas.

Neoliberalismo: embora o termo tenha mais de um sentido, na atualidade refere-se à vertente do liberalismo econômico surgida nos Estados Unidos, com a chamada Escola de Chicago, que defendia liberdade do mercado e mínima intervenção estatal na economia. Alcançou grande repercussão a partir da década de 1970 nos governos de várias partes do mundo.



Em 18 de julho de 1987, o então presidente Ronald Reagan (1911-2004) e o secretário de Estado George Shultz assistem à primeira-ministra britânica Margaret Thatcher (1925-2013) ler um acordo, na área externa da Casa Branca, em Washington, Estados Unidos. Thatcher declarou que o mundo precisava, mais do que nunca, da liderança estadunidense.

J. SCOTT APPLEWHITE/AP PHOTO/GLOW IMAGES

Integração europeia

Além da ajuda dos EUA e das políticas socioeconômicas implementadas por seus governos, os países da Europa Ocidental também contaram com a progressiva superação de seus conflitos regionais para alcançar a recuperação econômica. Isso se deu, em grande parte, com a adoção de uma política de integração econômica e com a criação de organismos supranacionais.

Dentre os principais organismos criados para integrar a Europa, destacam-se:

- **Benelux** – união alfandegária firmada em 1944 por Bélgica, Holanda e Luxemburgo, visando ao estímulo do comércio mediante a eliminação das barreiras alfandegárias. Em 1960, tornou-se uma união econômica. O nome do bloco é composto a partir da primeira sílaba dos nomes dos países-membros (em holandês, Holanda é *Nederland*). É considerado o primeiro embrião da atual União Europeia. Seu tratado expirou em 2010.
- **Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (Ceca)** – criada em 1951 por França, Itália, Alemanha Ocidental, Bélgica, Luxemburgo e Holanda, com o objetivo de coordenar a produção do carvão e do aço regionalmente.
- **Mercado Comum Europeu (MCE)** – estabelecido em 1957 por França, Alemanha Ocidental, Itália, Holanda, Luxemburgo e Bélgica, era conhecido também como Comunidade Econômica Europeia (CEE). Tinha como objetivo básico promover entre os países-membros a integração alfandegária, a li-

vre circulação de capitais e a progressiva uniformização das políticas trabalhista e fiscal. Posteriormente, foram admitidos Irlanda, Reino Unido e Dinamarca (1973), Grécia (1981), Espanha e Portugal (1986). Em 1993, converteu-se na União Europeia.

- **Associação Europeia de Livre Comércio (Aelc)** – criada em 1960 por Suécia, Noruega, Dinamarca, Suíça, Áustria, Portugal e Reino Unido, países que não participavam do MCE. Seu objetivo principal era promover a isenção tarifária sobre produtos industrializados comercializados pelos países-membros. Aderiram posteriormente Finlândia (1961), Islândia (1970) e Liechtenstein (1991). Com a saída de vários países, a Aelc é integrada atualmente apenas por Noruega, Suíça, Islândia e Liechtenstein.
- **União Europeia (UE)** – criada nos termos do Tratado de Maastrich (1992), entrou em vigor em 1993, sobre os pilares do MCE, reunindo seus países-membros. Foram admitidos posteriormente Áustria, Finlândia e Suécia (1995), Chipre, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Malta, Polônia e República Tcheca (2004), Bulgária e Romênia (2007) e Croácia (2013), totalizando 28 membros. Outros países negociam sua entrada no bloco.

A formação da União Europeia pode ser entendida no contexto da fragmentação da União Soviética e do fim da Guerra Fria, a partir do início da década de 1990, quando se acentuou a tendência de formação de polos macrorregionais com objetivos econômicos, e não mais ideológicos ou militares. Considerou-se necessário fazer frente aos blocos econômicos norte-americano e asiático (em formação).



Jornalistas trabalham em Centro de Imprensa na sede do Conselho da União Europeia, em Bruxelas, Bélgica, em 28 de junho de 2012.

Assim, sob a orientação do neoliberalismo, os países da União Europeia buscaram ampliar a unificação econômica supranacional já existente, para tornar cada vez mais livres a circulação de capitais e as associações empresariais em toda a Europa. Faz parte desse processo de unificação a implantação, em 2001, do **euro** — que substituiu as moedas nacionais dos países-membros e tornou-se um novo padrão para o comércio mundial, competindo com o dólar.

A União Europeia é reconhecida atualmente, por vários analistas, como o estágio mais avançado do processo de formação de blocos econômicos no cenário da globalização.

Nacionalismos

A União Europeia vem esbarrando, no entanto, em uma tendência que está na contramão de seu processo de integração: a explosão de diversos nacionalismos no continente. Nas últimas décadas, principalmente a partir dos desmembramentos da União Soviética e da Iugoslávia, o mundo tem assistido à revitalização de antigas rivalidades entre grupos étnicos ou nações da região. Isso tem levado à emergência de movimentos nacionalistas, com reivindicações autonomistas e independentistas.

Em alguns casos, a separação tem ocorrido de forma pacífica, como entre tchecos e eslovacos, que dividiram a antiga Tchecoslováquia para formar, em 1993, dois novos Estados: a República Tcheca e a Eslováquia. Na maioria das vezes, porém, as reivindicações das regiões separatistas têm sido negadas, resultan-

do em situações conflituosas, muitas delas violentas, como foi o caso das repúblicas da ex-Iugoslávia.

Movimentos nacionalistas atingem atualmente quase toda a Europa, envolvendo regiões como Catalunha, Galícia e País Basco (Espanha), Flandres, habitada pelos flamengos (Bélgica), Escócia e Irlanda do Norte (Reino Unido), Bretanha (França) e Chechênia (Rússia), entre outras.

Xenofobia e racismo

Os países europeus também têm enfrentado, desde o final do século XX, o ressurgimento de manifestações violentas de **xenofobia** e racismo. Apesar de distintos, ambos os fenômenos se confundem, pois se baseiam na não aceitação do outro, na rejeição das diferenças pessoais e culturais. Eles ocorrem muitas vezes de forma paralela e comumente são a expressão negativa de sentimentos nacionalistas. Ou seja, é o lado negativo daqueles que buscam exaltar a sua identidade rejeitando e desrespeitando a pluralidade social.

Esses fenômenos pareciam contidos desde a derrota do nazismo e a formação de sociedades com grande cultura democrática na Europa Ocidental. Mas se espalham atualmente pelo continente europeu, alcançando outras partes do mundo. Os resultados são atitudes que vão desde o preconceito nas relações cotidianas até a violência brutal de assassinatos e massacres.

Xenofobia: medo ou aversão ao que é estranho, incomum ou estrangeiro (seja pessoa ou coisa).



Manifestação contra a xenofobia e o racismo na Alemanha. Na imagem, uma mulher segura cartaz com os dizeres em inglês: “We are all equal” (“Somos todos iguais”). Fotografia de 2016.

É o que está acontecendo, por exemplo, na Alemanha, onde ressurgiu o preconceito racista e xenofóbico contra imigrantes turcos, que representam cerca de um terço da população estrangeira que vive em território alemão atualmente.

Na França, país europeu de grande tradição democrática, surpreende a expansão de ideias e condutas xenofóbicas em alguns setores nos últimos anos. Exemplo disso é o fato de que cerca de 1,2 milhão de imigrantes magrebinos (da Argélia, do Marrocos e da Tunísia, países que foram colonizados pela França) são vistos com desconfiança e espírito de segregação por parte de parcela considerável da população francesa.

Esse fenômeno tem sido relacionado, por alguns estudiosos, ao cenário atual de crescente desemprego, o que tem aumentado a competitividade entre pessoas pela sobrevivência, gerando insegurança, medo e violência. Com o desmonte dos Estados de bem-estar social na Europa, essa

problemática tende a se acentuar. As populações — especialmente jovens e desempregados — tornam-se mais vulneráveis a explicações simplistas e discriminatórias (adotadas sobretudo por partidos de extrema direita), tais como responsabilizar os estrangeiros pelo desemprego, pela criminalidade e pela insegurança em seus países, o que conduz à xenofobia.¹⁰



E.D. TORRAL/ALAMY/FOTOREMA

Assistente social aposentado trabalha como voluntário ensinando língua alemã para africanos refugiados. Atualmente, milhares de pessoas da África e do Oriente Médio estão migrando e se refugiando na Europa. A maioria foge de conflitos internos em seus países, como é o caso dos sírios, que entre 2011 e 2015 realizaram cerca 900 mil pedidos de asilo em países europeus. Fotografia de 2014.

Em destaque Racismo e xenofobia em tempos de crise

Exemplos de racismo e xenofobia podem ser encontrados em todos os continentes. Veja o que diz sobre o assunto o jornalista francês Gilles Lapouge.

Nenhum país fica isento dessa praga: o estrangeiro, o diferente, o minoritário é detestado. O planeta parece ter entrado no tempo do ódio do outro.

A crise econômica é um dos motivos mais apontados para o atual surto de racismo e xenofobia. Aí, sem dúvida, localizamos a raiz mais primitiva do racismo. Na origem, o comportamento de exclusão tem sua fonte no medo do outro. A passagem para o racismo é automática: passa-se a detestar esse outro que nos causa temor.

Em tempos de crise econômica, os homens reproduzem de maneira alucinada antigos comportamentos de grupos primitivos que, na floresta, detestam tudo o que não pertence à sua tribo. Assim, o imigrante, o outro, aquele que tem religião diferente, cujos cabelos são crespos, aquele que não come batatas, cuja pele é morena, passa subitamente a ser visto como predador nos momentos em que a luta pela sobrevivência torna-se mais dura. Esse outro, esse homem diferente, passa a ser visto como um ladrão que vive em sua terra, invade seu solo e rouba seu emprego.

LAPOUGE, Gilles. Ódio é um velho cúmplice da humanidade. In: *O Estado de S. Paulo*, 20 jun. 1993.

- Identifique e explique a principal causa apontada no texto para o atual surto de racismo e xenofobia.

10 Cf. ANDRIOLI, Antônio Inácio. O retorno da xenofobia. Revista *Espaço Acadêmico*, ano II, n. 13, jun. 2002.

Japão

Após a derrota na Segunda Guerra Mundial, a sociedade japonesa apresentava um cenário dramático, com milhares de vidas sacrificadas e cidades inteiras destruídas pelos bombardeios aéreos, como foi o caso de Hiroshima e Nagasaki, gravemente afetadas pelo lançamento de bombas atômicas.

No plano econômico, reinava o caos: a produção agrícola e industrial do país estava arruinada, e o comércio exterior, paralisado pela destruição quase total de sua marinha mercante.

Reconstrução e reforma

Oficializada a rendição japonesa na Segunda Guerra, as tropas dos Estados Unidos ocuparam militarmente o país em nome das forças aliadas. Durante sete anos, de agosto de 1945 até abril de 1952, o governo estadunidense comandou, com grande investimento de capitais, a reconstrução e recuperação socioeconômica do Japão.

Esse processo foi dirigido pelo general estadunidense Douglas MacArthur e consistiu de uma série de reformas. Em 1946, por exemplo, já se elaborava uma nova Constituição para o país, inspirada na dos Estados Unidos. A nova Carta Magna japonesa estabeleceu a criação de um regime parlamentar de governo e impôs severas limitações ao papel do imperador, obrigado a renunciar à tradicional crença na origem divina de seu poder.

O objetivo básico das reformas e da reconstrução japonesa era afastar totalmente a sociedade e a economia do Japão da influência do bloco socialista, que se expandia no continente asiático com a Revolução Chinesa comandada por Mao Tsé-tung. Tudo foi feito para que o Japão se transformasse num lugar seguro para as operações capitalistas na Ásia.

Assim, o desenvolvimento industrial japonês foi estimulado com grandes investimentos de capital estadunidense. De inimigo derrotado, o Japão transformou-se no mais importante aliado dos Estados Unidos no continente asiático.

Milagre japonês

Quando o general MacArthur deixou o Japão, em abril de 1952, a sociedade japonesa exibiu uma face inteiramente nova. Nas três décadas seguintes, sua economia atingiu um espantoso ritmo de crescimento que a transformou numa das mais importantes e competitivas nações do mundo, destacando-se nos setores eletrônico, automobilístico e naval. Alguns analistas chamaram esse processo de “milagre japonês”.

Além dos investimentos estadunidenses, o milagre econômico japonês foi produto principalmente da capacidade tecnológica, do elevado empenho educacional, da disciplina e da produtividade dos trabalhadores.

O Japão tornou-se o grande centro capitalista asiático, e ao seu redor passaram a girar outros países integrados pelos mesmos interesses econômicos: Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong, Cingapura, Tailândia e Filipinas.

Em 1968, a economia japonesa já alcançava a segunda posição no mundo, atrás apenas dos Estados Unidos, posição que ainda mantém nos últimos anos. De acordo com dados do Banco Mundial, em 2014, o Japão detinha o terceiro maior PIB do mundo e, também, o 20º maior índice de desenvolvimento humano mundial (IDH = 0,891).



Distrito de Ginza, em Tóquio, capital do Japão, em fotografia de 1951. Desde o “milagre japonês”, Ginza é um importante centro de moda e luxo que acolhe as mais importantes marcas mundiais.

WERNER BISCHOF/MAGNUM PHOTOS/LATINSTOCK

Expansão econômica no pós-guerra

Rompendo o isolamento que mantinham em relação ao mundo – característica de boa parte de sua história –, os empresários japoneses atualmente participam ativamente do comércio internacional, inundando os mercados mundiais com produtos de informática, eletrônicos e automóveis que conquistaram o Ocidente. O poderio de suas indústrias e finanças rivaliza com o das empresas e da economia dos Estados Unidos.

A outra face do “milagre japonês” tem sido, entretanto, a descaracterização das tradições culturais do país, que se adaptaram, em grande parte, ao estilo de vida europeu e estadunidense das sociedades industriais. Além disso, a estagnação da economia japonesa nos últimos anos tem levado analistas a proclamar o “fim do milagre econômico”.

Paradoxo japonês

Um dos aspectos mais interessantes da situação do Japão no mundo moderno consiste no relacionamento do país com os Estados Unidos.

Desde a rendição japonesa no final da Segunda Guerra, o Japão foi despojado de suas forças armadas e seu governo foi obrigado a estabelecer constitucionalmente sua renúncia à guerra para resolver disputas internacionais. A defesa do território japonês ficou, então, a cargo das forças de ocupação estadunidenses, e até hoje ela depende de uma aliança estratégica com os Estados Unidos. Na década de 1950, criaram-se no Japão as chamadas forças de autodefesa, sem *status* de forças armadas, que podem atuar somente em atividades de defesa e segurança, mas não de ataque.

No entanto, desde que o governo norte-coreano iniciou, em 1998, testes com mísseis de longo alcance no sudeste asiático, o governo japonês encontrou justificativa para reforçar sua tecnologia militar e fortalecer as forças de autodefesa com um exército de 250 mil integrantes bem-equipados. Também renasceram debates entre os políticos e a população sobre reduzir as limitações do exército japonês, definidas na chamada Constituição pacifista do Japão.

Assim, surgem várias questões sobre os desdobramentos da política internacional japonesa. A aliança política dos Estados Unidos com o Japão sofrerá abalo em decorrência da rivalidade econômica entre essas nações? O poderio econômico japonês será suficiente para sustentar o país sem um correspondente poderio político-militar próprio? Essas são questões que ainda permanecem em aberto.



Robô anda de bicicleta durante apresentação em Tóquio, no Japão. Fotografia de 2015.

Investigando

- Comente a afirmação do historiador John Lukacs de que “O século XX foi o Século Americano”.

Vivenciar e refletir

1. O historiador africano Joseph Ki-Zerbo assim se referiu ao processo de globalização:

Se você comparar o papel da África com o dos Estados Unidos, verá dois polos da situação na globalização: os globalizadores, que são os Estados Unidos, e os globalizados, que são os africanos.

Para quando a África?: entrevista com René Holenstein/Joseph Ki-Zerbo. Rio de Janeiro: Pallas, 2006. p. 23.

Escreva um texto comentando a frase de Ki-Zerbo.

2. A seguir, leia o texto e faça o que se pede:

O celular, ou mais precisamente o *smartphone*, [...] é um aparelho que mudou nossa capacidade de escrever [...]. Ele interliga milhões de pessoas instantaneamente por todo o planeta [...], e, onde quer que exista acesso à internet, expande os horizontes do conhecimento para muito além dos sonhos do Iluminismo. Nas sociedades avançadas, a vida sem o celular é quase inimaginável. [...]

Um estudo recente sobre pescadores de sardinha do estado de Kerala, na Índia, mostrou as mudanças que podem ocorrer pelo acesso ao celular. Graças a ele, os pescadores passaram a ter informações sobre o

tempo que tornaram a pesca mais segura e também informações sobre o mercado, que reduziram o desperdício e aumentaram os lucros em uma média de 8%.

MACGREGOR, Neil. A história do mundo em 100 objetos. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2013.

- a) Os celulares alteraram o modo de vida das pessoas nos dias atuais? Em quais aspectos?
 - b) Em sua interpretação, os aparelhos celulares modificam nossa capacidade de escrever? Explique.
 - c) Para você, o celular é um bem de consumo supérfluo ou necessário?
 - d) O celular melhorou ou piorou a qualidade de vida das pessoas? Debata.
3. Vimos neste capítulo que o processo de globalização tem sido acompanhado pelo aumento da exclusão social, vinculada à pobreza. Em grupo, respondam às questões a seguir.
 - a) Quais são as formas de inclusão e de exclusão social, além da financeira?
 - b) Quem são os incluídos e os excluídos na sociedade em que vocês vivem?
 - c) Quais são as formas mais eficazes de se promover a inclusão social?

Diálogo interdisciplinar

Diálogo interdisciplinar com Geografia e Arte.

4. Observe a charge abaixo. Qual é a situação criticada e como ela se relaciona com o conteúdo deste capítulo.



Charge produzida pelo artista Millôr Fernandes (1923-2012).

Diálogo interdisciplinar com Geografia.

5. O Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) se apresenta como um movimento social que atua, desde 1994, em favor dos excluídos do capitalismo, principalmente os povos indígenas no estado de Chiapas, no México. Leia atentamente o trecho que trata da forma pela qual o movimento funciona:

Diz o mito tzotzil que o ladino “roubou o livro”.

Engendrado pelo cruzamento de um índio e uma cachorra, o ladino resultou perverso e ao nascer arrebatou da comunidade a palavra escrita, o suporte simbólico do saber. Como resultado desse furto originário chama-se os índios de ignorantes e os ladinos se proclamam “homens de razão”.

Mas ao fim do milênio o mito adquire sua devida simetria simbólica quando outro ladino, agora justiceiro e narigudo [subcomandante Marcos] devolve “o livro” aos maias de Chiapas. Por sua mediação, desde o primeiro de janeiro de 1994 a palavra índia navega pela “rede” e outros “meios”.

Se o “livro” roubado simboliza uma possibilidade de diálogo mais além do intercâmbio oral comunitário, o “livro” de nossos dias é a internet, a televisão, o rádio, o vídeo, os periódicos; meios de comunicação massiva aos quais hoje está chegando a voz indígena potencializada pelo levante do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) e traduzida pelo subcomandante Marcos, o ladino que ajudou a endireitar o torcido.

Tradução livre. BARTRA, Armando. Mitos de la Aldea Global. In: *Subcomandante Marcos. Relatos del Viejo Antonio*. Chiapas, México: Centro de Información y Análisis de Chiapas, 1998. p. 6-7.

- a) Faça uma pesquisa a respeito do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN).
- b) Após a leitura do texto, discuta com seus colegas: De que forma esse movimento social, o EZLN, utiliza-se das possibilidades trazidas pela globalização a fim de fortalecer a sua luta? Você consegue pensar em outras formas de utilização dos recursos técnicos que temos atualmente a fim de criticar o próprio sistema no qual eles estão inseridos?

De olho na universidade

6. (Enem-1999) Em dezembro de 1998, um dos assuntos mais veiculados nos jornais era o que tratava da moeda única europeia. Leia a notícia destacada a seguir.

O nascimento do Euro, a moeda única a ser adotada por onze países europeus a partir de 1^a de janeiro, é possivelmente a mais importante realização deste continente que assistiu nos últimos dez anos à derrubada do Muro de Berlim, à reunificação das Alemanhas, à libertação dos países da Cortina de Ferro e ao fim da União Soviética. Enquanto todos esses eventos têm a ver com a desmontagem de estruturas do passado, o Euro é uma ousada aposta no futuro e

uma prova da vitalidade da sociedade europeia. A “Euroland”, região abrangida por Alemanha, Áustria, Bélgica, Espanha, Finlândia, França, Holanda, Irlanda, Itália, Luxemburgo e Portugal, tem um PIB (Produto Interno Bruto) equivalente a quase 80% do americano, 289 milhões de consumidores e responde por cerca de 20% do comércio internacional. Com este cacife, o Euro vai disputar com o dólar a condição de moeda hegemônica.

Gazeta Mercantil, 30/12/1998.

A matéria refere-se à “desmontagem das estruturas do passado” que pode ser entendida como:

- a) o fim da Guerra Fria, período de inquietação mundial que dividiu o mundo em dois blocos ideológicos opostos.
- b) a inserção de alguns países do Leste Europeu em organismos supranacionais, com o intuito de exercer o controle ideológico no mundo.
- c) a crise do capitalismo, do liberalismo e da democracia levando à polarização ideológica da antiga URSS.
- d) a confrontação dos modelos socialistas e capitalista para deter o processo de unificação das duas Alemanhas.
- e) a prosperidade das economias capitalistas e socialistas, com o consequente fim da Guerra Fria entre EUA e a URSS.

Para saber mais

Na internet

- Depois do colapso da URSS:
http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/08/110818_urss_timeline_vale.shtml
Linha do tempo com textos, vídeos e fotografias de acontecimentos marcantes nos países que compunham a URSS. Em grupo, selecionem alguns acontecimentos mostrados na linha do tempo e pesquisem informações sobre seus desdobramentos. Depois, escrevam um breve texto dissertativo relacionando suas pesquisas ao que vocês estudaram no capítulo 11.
(Acesso em: 21 jan. 2016.)

Nos livros

- JUDT, Tony. *Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945*. São Paulo: Objetiva, 2008.
Narrativa sobre o continente europeu após uma das mais violentas guerras da história.
Em grupo, apresentem um seminário sobre uma das quatro partes do livro (1. Pós-guerra: 1945-1953; 2. O mal-estar na

prosperidade: 1953-1971; 3. Recessão: 1971-1989 e 4. Depois da queda: 1989-2005). Enriqueçam o seminário com fotografias, charges e vídeos.

Nos filmes

- *Hotel Ruanda*. Direção de Terry George. Estados Unidos/Itália/África do Sul, 2004, 121 min.
Baseado na história real de Paul Rusesabagina, um gerente de hotel que ajudou a salvar mais de mil pessoas durante o genocídio dos tútsis em Ruanda.
Em grupo, elaborem uma resenha sobre o filme destacando a relação entre o conflito étnico de Ruanda e a colonização belga.
- *Uma verdade inconveniente*. Direção de Davis Guggenheim. Estados Unidos, 2006, 100 min.
Documentário que analisa as causas e as consequências do aquecimento global e sugere soluções para a sociedade evitar uma catástrofe climática.
Em grupo, a partir do que vocês aprenderam nesta unidade e no filme, criem uma campanha pela preservação do meio ambiente propondo ações na região onde vocês moram.

UNIDADE

4

Democracia e movimentos sociais

Democracia é o regime de governo em que o poder político se fundamenta na vontade popular.

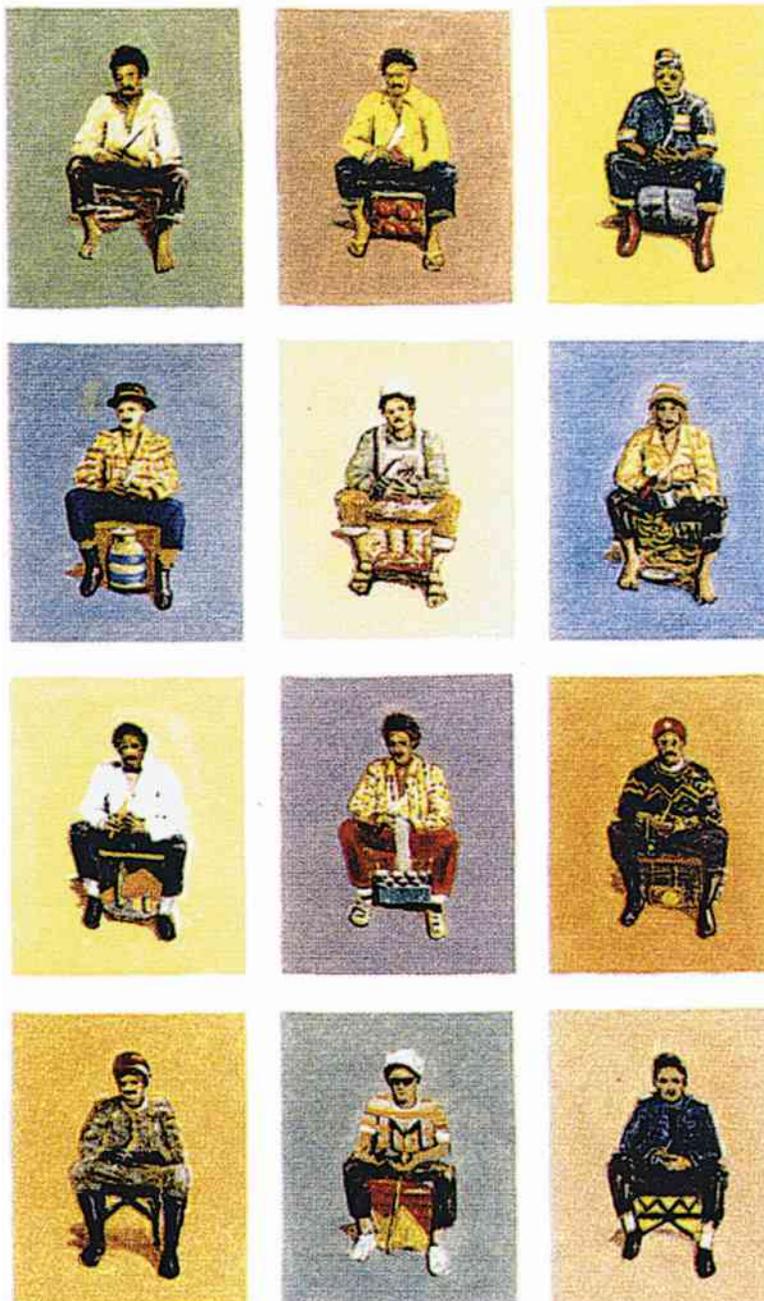
Na história recente do Brasil, de 1946 até os dias atuais, vigorou no país o regime democrático, com exceção do período da ditadura militar, quando a democracia foi interrompida e a cidadania, violada.

Após o fim da ditadura militar, a democracia ampliou-se não somente pelas eleições de representantes políticos, mas também pela expansão dos movimentos sociais. Entre as características desse regime estão as eleições periódicas, o voto secreto e universal, a liberdade de imprensa e de expressão, o respeito pela dignidade da pessoa humana.

Apesar dos benefícios da democracia, não são poucos aqueles que a criticam, cedendo às tentações autoritárias. Para reagir a essa situação, lembremos a frase do estadista inglês Winston Churchill: “a democracia é o pior regime de governo, excetuando todas as outras experiências que aparecem de vez em quando”. De fato, a democracia está longe de ser perfeita, mas ainda é o melhor dos regimes já inventados. Por isso devemos sempre lutar pelo seu aprimoramento em busca de uma sociedade mais livre e mais justa.

Conversando

- Por que devemos lutar pelo regime democrático?



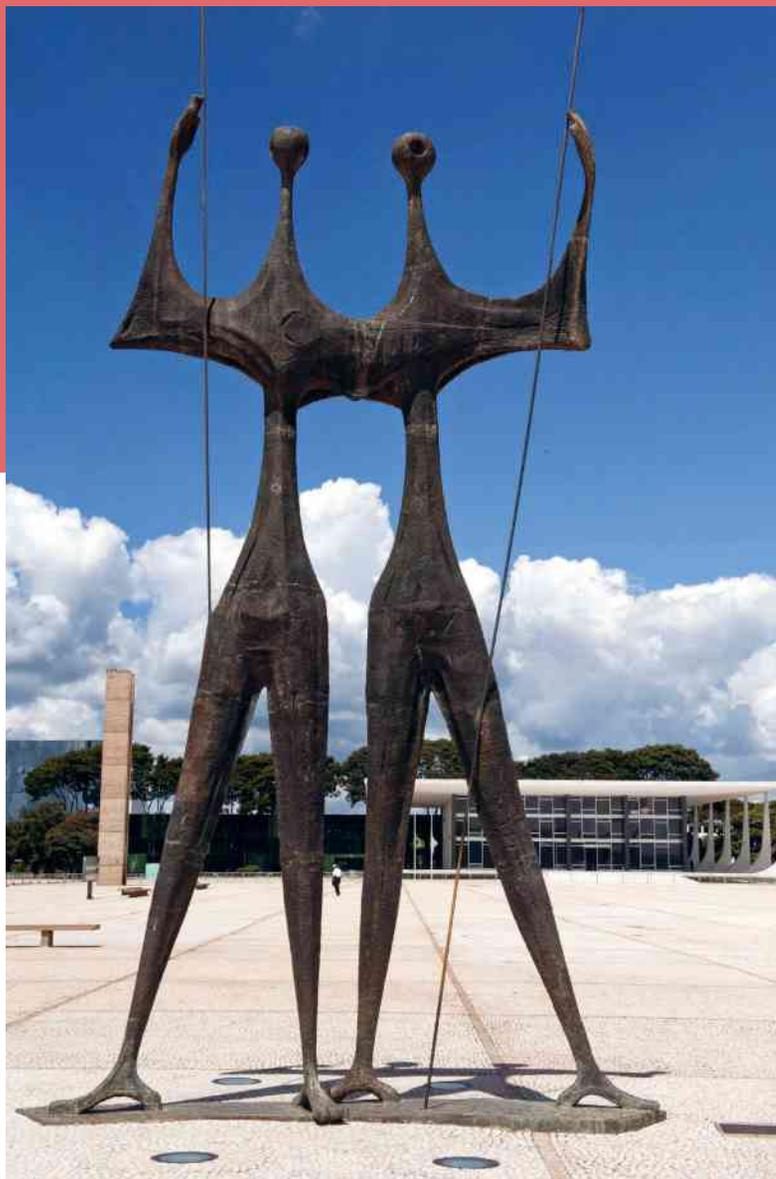
Os excluídos, acrílico sobre tela de Nelson Sorenci, de 1999.



O Brasil democrático

Após a derrota do nazismo na Segunda Guerra Mundial, os ideais democráticos tomaram impulso em grande parte do mundo ocidental. No Brasil não foi diferente. Houve eleições gerais no país e a sociedade viveu um período de efervescência política e cultural.

Quais foram os principais momentos desse período democrático?



LUCIANA WHITAKER/OLUSAR IMAGENS

Monumento aos candangos. Escultura em bronze de Bruno Giorgi, de 1959, localizada em Brasília. A obra homenageia os 80 mil trabalhadores que construíram essa cidade. Fotografia de 2011.

Treinando o olhar

1. Que personagens foram homenageados na escultura?
2. Como eles foram representados?

Eleições e a nova Constituição

Após a renúncia de Getúlio Vargas, em 1945, ocorreram eleições por todo o Brasil. Com o fim da ditadura do Estado Novo, iniciava-se o processo de democratização do país.

Para a presidência da República, foi eleito o general Eurico Gaspar Dutra, que teve como principal concorrente o brigadeiro Eduardo Gomes.

Para os cargos legislativos, foram eleitos deputados federais e senadores. Esses parlamentares, reunidos em uma Assembleia Constituinte, elaboraram a nova Constituição do país. Entre os senadores, estava Getúlio Vargas, que não abandonara a vida política e fora eleito com expressivo número de votos.

Instalada em 2 de fevereiro de 1946, a Assembleia Constituinte era composta de representantes dos principais partidos políticos da época: Partido Social Democrático (PSD), União Democrática Nacional (UDN), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e Partido Comunista do Brasil (PCB).

Constituição de 1946

Depois de sete meses de trabalho legislativo, foi promulgada, em 18 de setembro de 1946, a quinta Constituição brasileira, que vigorou até 1967.¹ De acordo com historiadores, esta era uma Constituição liberal, que se afastava do perfil autoritário da Constituição de 1937 e retomava aspectos da Constituição de 1934. De seu conteúdo, podem ser destacados alguns pontos principais:

- **democracia** – estabelecimento da democracia como regime político do país. Manteve-se a República como forma de governo, a Federação como forma de Estado e o Presidencialismo como sistema de governo. Ao contrário da centralização de poderes que ocorria no Estado Novo, a nova Constituição conferia poderes ao Legislativo, ao Executivo e ao Judiciário, para que atuassem de modo independente e com equilíbrio de forças;

- **direito de voto** – confirmação do voto secreto e universal para os maiores de 18 anos que fossem alfabetizados. Continuavam sem direito ao voto os analfabetos, os cabos e os soldados. É importante lembrar que os analfabetos representavam cerca de 50% da população brasileira na época;
- **direito trabalhista** – preservação da legislação trabalhista da Era Vargas, tendo como novidade a garantia constitucional do direito de greve. No entanto, para exercer esse direito, os trabalhadores dependiam de uma avaliação da Justiça;
- **mandatos eletivos** – estabelecimento do mandato presidencial de cinco anos, sendo proibida a reeleição. Os deputados teriam mandato de quatro anos, e sua reeleição seria permitida. Por sua vez, os senadores teriam mandato de oito anos, sendo em número de três para cada estado da federação;
- **direitos dos cidadãos** – garantia constitucional de direitos fundamentais, como a liberdade de pensamento, de crença religiosa, de expressão, de locomoção, de reunião e de associação para fins lícitos.

BIANKA KADIC/ALAMY/FOTARENA



Fachada do Palácio Tiradentes, no Rio de Janeiro (RJ). A Câmara dos Deputados Federais funcionou nesse prédio entre 1926 e 1960, exceto durante os oito anos do Estado Novo, quando o Legislativo foi fechado. Fotografia de 2015.

¹ A Constituição de 1946 vigorou até 1967, embora, a partir de 1964, tenha sido sobreposta pelos Atos Institucionais dos governos militares.

Democracia brasileira: alcances e limites

A Constituição de 1946 promoveu a volta da democracia ao país. No entanto, pode-se dizer que essa democracia constituía, em grande parte, um modelo abstrato, pois não se refletiu no cotidiano da maioria dos brasileiros. Como explicar essa situação?

Analisando o conceito de democracia, podem ser estabelecidas as seguintes distinções:

- **aspecto formal da democracia** – diz respeito, por exemplo, à existência de periodicidade de eleições populares, de voto secreto e universal, de pluripartidarismo político, de autonomia dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, de liberdade de pensamento e de expressão. São os meios pelos quais se exerce o “jogo democrático”;

- **aspecto substancial da democracia** – diz respeito, por exemplo, à democratização da educação de qualidade, do trabalho digno, das condições de saúde pública e do acesso à justiça. São os fins, isto é, os conteúdos alcançados pelos meios formais no “jogo democrático”.²

Assim, o que se observou no Brasil desse período (e ainda se observa) foi uma disparidade entre os aspectos formal e substancial da democracia. Em outras palavras, permaneceu uma considerável distância entre o país **legal** (democrático) e o **real** (não democrático).

Em nossos dias, apesar das desigualdades sociais, milhões de brasileiros lutam para fazer valer seus direitos de cidadãos estabelecidos pela Constituição. Nesse contexto, destacam-se a presença dos **movimentos sociais**, que procuram representar as reivindicações dos cidadãos junto ao Estado e à sociedade em geral.

Investigando

1. É possível que o Brasil seja uma sociedade verdadeiramente democrática com os índices de concentração de renda que apresenta? Debata o assunto em grupo.
2. Que movimentos sociais atuais você conhece? O que eles reivindicam? Pesquise.

Governo Dutra

Conservador na política, liberal na economia

Depois de exercer o cargo de ministro da Guerra durante o Estado Novo, o general Eurico Gaspar Dutra venceu as eleições de 1945 pelo PSD e assumiu a presidência da República em 31 de janeiro de 1946.

Dutra foi considerado um político sisudo, que não despertava simpatia na população. No entanto, contou com o apoio do PTB, partido fundado e liderado por Getúlio Vargas. Nas eleições, recebeu cerca de 55% dos votos. O segundo colocado, o brigadeiro Eduardo Gomes, recebeu cerca de 35% dos votos.

Alinhamento com os EUA

O governo Dutra foi influenciado por acontecimentos internacionais que marcaram o pós-guerra, notadamente a Guerra Fria. Nesse contexto, o governo brasileiro optou por um alinhamento com o bloco

liderado pelos Estados Unidos e, em 1947, rompeu as relações diplomáticas com a União Soviética.

Internamente, o governo Dutra conseguiu obter decisão do Supremo Tribunal Federal para suprimir o registro do Partido Comunista do Brasil. Postos na ilegalidade, todos os parlamentares eleitos por esse partido – entre eles Luís Carlos Prestes, que ocupava o cargo de senador – tiveram seus mandatos cassados, principalmente sob a acusação de receber dinheiro e orientação da União Soviética.

Além disso, o governo brasileiro agiu de modo autoritário em relação aos trabalhadores urbanos. Na época, enquanto os operários estavam insatisfeitos com a perda do poder aquisitivo de seus salários (veja o quadro na próxima página), a equipe do governo Dutra defendia que, para combater a inflação, não podia autorizar aumentos salariais. Diante disso, as greves organizadas por trabalhadores espalharam-se pelo país.

2 Cf. ARANHA, M. Lúcia A.; MARTINS, M. Helena P. *Temas de filosofia*. São Paulo: Moderna, 2005.



Após aumento das tarifas, população incendeia um ônibus durante manifestação na praça Ramos de Azevedo, na cidade de São Paulo, em 1947. O salário dos trabalhadores urbanos estava congelado.

Salário mínimo real em São Paulo	
Ano	Porcentagem em relação ao salário de 1944 (= 100)
1946	70,9
1947	53,8
1948	49,6
1949	50,4
1950	47,9
1951	53,0

Fonte: OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira: crítica à razão dualística*. São Paulo: Brasiliense/Cebrap, 1976. p. 41.

O governo reagiu às greves e aos protestos dos trabalhadores. Em nome do combate ao comunismo, suspendeu o direito de greve, interveio em 143 sindicatos e determinou a prisão de vários líderes operários.

Outra medida governamental de impacto foi a proibição dos jogos de azar em todo o país, em 1946, o que provocou a eliminação de postos de trabalho ligados a essas atividades.

Diretrizes econômicas

Durante a Segunda Guerra Mundial, as exportações brasileiras tinham superado as importações, resultando em superávit na balança comercial do país. Isso permitiu que o governo saldasse os compromissos de sua dívida externa e ainda acumulasse

reservas cambiais de milhões de dólares. Assim, o governo Dutra iniciou sua gestão com o país em boa situação financeira.

Reserva cambial: “caixa” do país, proveniente dos recursos financeiros disponíveis.

No mandato de Dutra, o nacionalismo econômico “herdado” da Era Vargas seria enfraquecido. Porém, reservaram-se alguns setores, considerados prioritários, para maior intervenção estatal: saúde, alimentação, transporte e energia.

Procurando criar uma política de investimentos nessas áreas, o governo lançou o **Plano Salte** (sigla formada pelas letras iniciais desses quatro setores). Foi o primeiro projeto de planejamento econômico no Brasil, cuja elaboração teve início em 1946 e cobria um período de quatro anos.

Por falta de recursos e de boa gestão, o plano não foi bem-sucedido. Mas foram realizadas algumas medidas importantes, como o combate à malária em 11 estados e a conclusão da rodovia Rio-São Paulo, denominada rodovia Presidente Dutra.

Foi nesse contexto, também, que o governo Dutra realizou a compra de velhas ferrovias inglesas instaladas no Brasil no século XIX, como a São Paulo Railway (posteriormente nomeada Estrada de Ferro Santos-Jundiaí), a Great Western of Brazil Railway (posteriormente nomeada Rede Ferroviária do Nordeste) e a Leopoldina Railway (posteriormente nomeada Estrada de Ferro Leopoldina). Esse investimento contribuiu para dilapidar as reservas cambiais do país.

Abertura da economia

Seguindo uma orientação liberal, o governo Dutra abriu a economia do país às empresas estrangeiras. Sem a preocupação de incentivar o desenvolvimento da indústria nacional, facilitou a importação de produtos como brinquedos de plástico, automóveis, geladeiras e aparelhos de rádio.

Houve protestos dos líderes das entidades industriais brasileiras, que criticavam a liberação indiscriminada das importações. Na visão desse grupo, o

aumento das importações prejudicava a comercialização dos produtos nacionais. Eles defendiam a adoção de uma política de seleção das importações, dizendo que estas deveriam estar voltadas para a compra de bens de produção, como equipamentos industriais e combustíveis.

Pressionado por grupos nacionalistas, o governo passou a dificultar as importações, mas já era tarde. Em dois anos, quase 80% das reservas cambiais brasileiras haviam acabado.

Governo Vargas

O retorno de Getúlio ao poder

Ao final do governo Dutra, Getúlio Vargas concorreu à presidência da República pelo PTB e elegeu-se com 48,7% dos votos. O segundo lugar coube ao brigadeiro Eduardo Gomes, da UDN, com 29,7% dos votos. A UDN se tornaria o principal partido de oposição a Vargas.

Antes da eleição, para conseguir aliados, Getúlio procurou apagar a imagem de ditador do Estado Novo e construir um perfil de líder democrático. Em seu retorno à Presidência, enfatizou duas diretrizes associadas à sua imagem pública: o nacionalismo econômico e a política trabalhista.

O nacionalismo econômico

De volta ao poder, Vargas afirmou que era “preciso atacar a exploração das forças internacionais” para que o país conquistasse sua “independência econômica”.

Essa postura nacionalista foi duramente combatida pelos representantes do governo dos Estados Unidos, pelos dirigentes das empresas estrangeiras instaladas no Brasil e pelos empresários brasileiros associados aos negócios internacionais.

No Congresso Nacional e na imprensa, estabeleceu-se um grande debate político sobre o assunto. De um lado, estavam os nacionalistas, que apoiavam o governo. De outro, os internacionalistas, que pretendiam estimular a abertura econômica do país ao capital estrangeiro e eram, por isso, chamados pejora-

tivamente de “entreguistas”, apelido que os acusava de querer entregar as riquezas do país à livre exploração estrangeira.

Nesse debate, podem ser destacados dois momentos relevantes:

- **Campanha do petróleo** – os nacionalistas queriam que a extração do petróleo no Brasil fosse realizada por uma empresa estatal brasileira. Criaram, então, o *slogan* “O petróleo é nosso”. Seus oponentes defendiam a exploração do petróleo por grupos internacionais. A campanha teve um final favorável aos nacionalistas, com a fundação, em 1953, da Petrobras, empresa estatal que obteve o monopólio da extração do petróleo no Brasil, responsabilizando-se também, parcialmente, pelo seu refino. A aprovação da lei que criou a Petrobras foi possível em razão de um acordo político. Os nacionalistas e os adeptos da participação estatal na economia conseguiram a aprovação do monopólio de importação, de prospecção e de refino. Os liberais e internacionalistas obtiveram a permanência das refinarias particulares instaladas, e a distribuição de derivados passaria a ser feita por empresas privadas.
- **Lei de Lucros Extraordinários** – proposta pelo governo ainda em 1953, limitava em 8% a remessa para o exterior dos lucros das empresas estrangeiras estabelecidas no Brasil. A lei, entretanto, foi barrada no Congresso, devido a pressões de grupos internacionais.

Política trabalhista

Vargas também retomou sua política trabalhista. Em discursos, declarava aos trabalhadores urbanos que seu objetivo era a construção de uma “verdadeira democracia social e econômica”, em que cada um tivesse, além dos direitos políticos, o direito a desfrutar o progresso que ajudava a construir.

Coerente com essa promessa, seu governo recuperou significativamente o poder aquisitivo do salário mínimo. Em 1954, Vargas autorizou aumento de 100% no salário mínimo, atendendo à proposta do ministro do Trabalho, João Goulart. Essa medida provocou enormes protestos entre os representantes do empresariado.

Salário mínimo real em São Paulo	
Ano	Porcentagem em relação ao salário de 1944 (= 100)
1951	53,0
1952	124,8
1953	101,7
1954	138,3

Fonte: OLIVEIRA, Francisco de. op. cit. p. 41.

Oposição e crise

A política de Vargas recebeu diversas críticas de grupos de empresários e de adversários do nacionalismo. Entre os críticos, destacava-se o governo dos Estados Unidos, que não escondia seu desagrado pela criação da Petrobras e pela Lei de Lucros Extraordinários. Foi nesse contexto que políticos da UDN – partido que liderava a oposição ao governo – e setores ligados ao capital estrangeiro começaram a conspirar para derrubar Vargas.

Um dos principais líderes oposicionistas era Carlos Lacerda, político vinculado à UDN e diretor do jornal *Tribuna da Imprensa*, de onde comandava violentas críticas ao governo. Em 5 de agosto de 1954, Lacerda foi vítima de um atentado, ocorrido na rua Toneleros, em Copacabana, na cidade do Rio de Janeiro. O político levou um tiro no pé e escapou com vida. Já Rubem Vaz, major da Aeronáutica que o acompanhava, morreu.

As investigações posteriores ao crime, conduzidas pela Aeronáutica, indicaram que o assassino cumpria ordens de Gregório Fortunato, chefe da guarda presidencial. Informado sobre essas acusações, conta-se que Getúlio teria desabafado: “Acho que estou sobre um mar de lama”.

Morte de Vargas

As notícias sobre o crime da rua Toneleros tiveram grande repercussão na imprensa. A oposição multiplicou os ataques ao governo federal. Nos dias 22 e 23 de agosto, manifestações de oficiais militares exigiram a renúncia de Getúlio Vargas, que se recusava a deixar o cargo, embora não tivesse condições para reagir. Isolado politicamente, Vargas escreveu no dia seguinte uma carta-testamento ao povo brasileiro e, em seguida, suicidou-se com um tiro no coração.

No período que ainda faltava para o término do mandato de Vargas (cerca de um ano e meio), a presidência da República foi exercida inicialmente pelo vice-presidente Café Filho, que depois se afastou sob a alegação de motivos de saúde. Posteriormente, a presidência foi ocupada por Carlos Luz (presidente da Câmara dos Deputados) e em seguida por Nereu Ramos (presidente do Senado).

Leia trechos da carta-testamento de Getúlio Vargas, seu último manifesto, escrita em 24 de agosto de 1954.

Mais uma vez, as forças e os interesses contra o povo coordenaram-se novamente e se desencadeiam sobre mim.

Não me acusam, insultam; não me combatem, caluniam e não me dão o direito de defesa. [...] Depois de décadas de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci. Iniciei o trabalho de libertação e instaurei o regime de liberdade social. Tive de renunciar. Voltei ao Governo nos braços do povo. A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. A lei de lucros extraordinários foi detida no Congresso. Contra a justiça da revisão do salário mínimo se desencadearam os ódios. [...] Não querem que o trabalhador seja livre. Não querem que o povo seja independente. [...]

Tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma agressão constante, incessante, tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo, renunciando a mim mesmo para defender o povo que agora se queda desamparado. Nada mais posso dar a não ser o meu sangue. Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida. Escolho este meio de estar sempre convosco. [...] Meu sacrifício vos manterá unidos e meu nome será a vossa bandeira de luta. [...] Ao ódio respondo com o perdão. E aos que pensam que me derrotaram respondo com a minha vitória. Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna. Mas esse povo de quem fui escravo não mais será escravo de ninguém. Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue será o preço de seu resgate.

Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na história.



Populares durante o cortejo fúnebre de Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, em 25 de agosto de 1954. O suicídio de Vargas provocou uma enorme comoção popular. Milhares de pessoas compareceram a seu enterro.

VARGAS, Getúlio. *Carta-testamento*. Disponível em: <<http://www0.rio.rj.gov.br/memorialgetuliovargas/conteudo/expo8.html>>. Acesso em: 24 fev. 2016.

- De acordo com os trechos da carta-testamento de Getúlio Vargas:
 - a) quais teriam sido as principais lutas de sua vida política?
 - b) quais teriam sido os interesses e as estratégias da oposição ao governo Vargas?

Governo Juscelino

Uma onda de otimismo e “progresso”

Em 3 de outubro de 1955, no final do mandato de Vargas, que era cumprido por seus substitutos, realizaram-se novas eleições presidenciais. Os vencedores foram os candidatos da coligação PTB-PSD, partidos de origem getulista: Juscelino Kubitschek de Oliveira (PSD) elegeu-se presidente, e João Goulart (PTB), vice-presidente.

Golpismo da UDN

Diante dos resultados das eleições de 1955, mais uma vez a UDN – grande adversária do getulismo – era derrotada. Inconformados, os udenistas tentaram impedir a posse de Juscelino e Goulart. Alegavam que os candidatos vitoriosos recebiam apoio do “comunismo internacional” e não tinham obtido a maioria absoluta dos votos (ou seja, 50% e mais um voto). De fato, venceram com apenas 35% dos votos, mas a lei vigente na época – a Constituição de 1946 – não exigia a maioria absoluta.

O então presidente da República, Café Filho, mostrou-se favorável à tese dos udenistas e uniu-se aos golpistas, bem como parte das Forças Armadas. No entanto, militares ligados ao ministro da Guerra, general Henrique Teixeira Lott – de perfil **legalista** –, desmontaram a conspiração, forçaram o afastamento de Café Filho e garantiram a posse de Juscelino, em 31 de janeiro de 1956.

A UDN, porém, não desistiu. Logo após a posse, preparou novo golpe com a ajuda de alguns oficiais da Aeronáutica. O movimento, entretanto, foi contido pelo governo, e, em uma prova de habilidade política, Juscelino anistiou as pessoas envolvidas nesses movimentos conspiratórios.

Legalista: que apoia a observação rigorosa das leis instituídas ou o governo legalmente instituído.

Desenvolvimentismo da Era JK

Antes de chegar à presidência, Juscelino Kubitschek havia sido prefeito de Belo Horizonte e governador de Minas Gerais. Com ele, iniciaram-se as políticas desenvolvimentistas no Brasil. Entusiasta da modernidade e do progresso, adotou como lema de seu governo fazer o Brasil crescer “50 anos em 5”.

Para tanto, lançou em 1956 um plano nacional de desenvolvimento, também conhecido como **Plano de Metas**, programa que priorizava as obras de infraestrutura (energia, transporte) e o estímulo à industrialização. Entre as principais realizações de seu governo, podem ser citadas:

- **construção de usinas hidrelétricas** – foram construídas a hidrelétrica de Furnas (no rio Grande), que na época se tornou a maior do Brasil, e a de Três Marias (no rio São Francisco) – as duas no estado de Minas Gerais;
- **implantação da indústria automobilística** – novas fábricas produziram mais de 300 mil veículos por ano, com 90% das peças fabricadas no Brasil;
- **ampliação da extração de petróleo** – que cresceu mais de 150% no período;
- **construção de rodovias** – cerca de 20 mil quilômetros de rodovias foram construídos, entre elas a Belém-Brasília.



O Romi-Isetta foi o primeiro automóvel produzido no Brasil, lançado em 1956. Projetado na Itália, esse modelo de carro era fabricado em diversos países do mundo. Na fotografia, de 2014, Isetta em exposição em museu na cidade de Munique, Alemanha.

Construção de Brasília

Além dessas obras, o governo Juscelino destacou-se pela construção da nova capital do país, Brasília. Para Juscelino, a construção de Brasília era a obra-símbolo das mudanças modernizadoras que idealizava, a meta-síntese de seu programa de governo.

O plano urbanístico da cidade foi traçado por Lúcio Costa e os projetos de arquitetura foram conce-

bidos por Oscar Niemeyer. Milhares de trabalhadores pioneiros, os candangos – vindos principalmente do Nordeste –, revezavam-se noite e dia para concluir as obras ainda no governo Juscelino. Depois de três anos, Brasília foi inaugurada, em 21 de abril de 1960.

O Centro-Oeste do país, tal como ocorreria com a região Sudeste, passou a ser visto por milhares de brasileiros excluídos economicamente como uma nova “terra prometida”.



Fotografia do Palácio do Congresso Nacional em construção em Brasília, em 1960.

Modernização e desnacionalização

Apesar dessa política desenvolvimentista em alguns setores – com atuação preponderante do Estado –, o Plano de Metas também promoveu a internacionalização da economia, permitindo que grandes empresas multinacionais instalassem filiais no país e controlassem importantes setores industriais, como os de eletrodomésticos, automóveis, tratores e produtos farmacêuticos.

Por isso, representantes dos nacionalistas diziam que a política econômica de Juscelino tinha a vantagem de ser modernizadora para a indústria, mas o defeito de ser desnacionalizadora. De acordo com historiadores, começou, “então, um processo que se desenvolve até o presente e que consiste em optar

entre o nacionalismo ou a internacionalização da economia”.³

Além disso, a política desenvolvimentista do governo Juscelino trouxe custos sociais e econômicos, como:

- **aumento da dívida externa** – os empréstimos obtidos no exterior para a realização das obras aumentaram enormemente a dívida externa brasileira;
- **inflação e baixos salários** – indiretamente, os gastos com as grandes obras públicas também contribuíram para elevar a inflação, enquanto os salários permaneciam em um patamar baixo, sacrificando os trabalhadores brasileiros e aumentando a concentração de renda;

3 PRIORE, Mary del; VENÂNCIO, Renato Pinto. *O livro de ouro da história do Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001. p. 382.

- **êxodo rural** – atraídos pelo desenvolvimento industrial, que se concentrava em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, milhões de brasileiros continuaram migrando do campo para as cidades, em busca de emprego na indústria e no setor de serviços. Em 1960, a população urbana já atingia cerca de 45% da população total do país. Entretanto, a maioria, quando se instalava nas cidades, encontrava a miséria.

Na tentativa de resolver os problemas de desemprego e pobreza absoluta – que ocasionavam o êxodo das populações nordestinas –, o governo federal criou, em 1959, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Ao longo dos anos, porém, esse órgão obteve poucos resultados efetivos e, acusado de ser alvo fácil de políticos corruptos, foi extinto em 2001.

Os anos dourados

O governo de Juscelino é frequentemente associado a grandes obras – como Brasília – e a um momento de prosperidade e otimismo que refletiu nos hábitos de consumo e no modo de pensar, sobretudo da elite e da classe média. Devido a esse aspecto, o período ficou conhecido, romanticamente, como anos dourados.

Durante os anos dourados, a televisão dava seus primeiros passos e grande parte da população ainda acompanhava os programas do rádio. A programação das emissoras era diversificada, incluindo: musicais, humorismo, esportes, novelas, orações e noticiários. Um dos destaques do rádio eram os programas de auditório com cantores-estrelas, como as irmãs Linda e Dirce Batista, Marlene, Emilinha Borba, Ângela Maria, Nelson Gonçalves, Nora Ney e Jorge Goulart.

Como meio de comunicação mais popular no país, o rádio difundia informações e sonhos, acompanhando de perto o cotidiano das cidades. Por meio dele, a nova realidade das capitais era apresentada aos migrantes que vinham do campo e das pequenas cidades do interior. Desse modo, além de divertir, o rádio funcionava como um veículo de integração social das populações recém-chegadas aos grandes centros urbanos.

As músicas mais populares dessa época eram as marchinhas e o samba-canção. A maioria dos cantores participava ativamente do carnaval e empenhava-se para que suas composições fizessem sucesso. Outros gêneros musicais também eram apreciados, como o chorinho, a valsa, o frevo e o baião.

No final dos anos 1950, teve início o movimento musical conhecido como **bossa nova**. Na história da música brasileira, a bossa nova trouxe sofisticação, principalmente no campo da **harmonia**. Faziam parte desse movimento Vinicius de Moraes, Tom Jobim, Carlos Lyra, Luiz Bonfá, João Gilberto etc. Uma das canções que se tornou símbolo da bossa nova foi “Garota de Ipanema”, de Vinicius e Jobim.

Harmonia: em música, técnica de construção de acordes.

Democracia liberal

Apesar da estabilidade política do país, o governo Juscelino não escapou de acusações de corrupção – por parte de seus opositores e de parcela da imprensa –, principalmente em relação às obras de construção de Brasília.

De modo geral, o governo garantiu as liberdades democráticas e não houve prisões por motivos políticos. As diversas correntes políticas manifestavam suas ideias, exceto o Partido Comunista, que ainda estava na ilegalidade.

Ao final do mandato de Juscelino Kubitschek, ocorreram eleições livres. Nessas eleições venceu Jânio Quadros, que soube explorar as denúncias de corrupção contra seu antecessor durante a campanha eleitoral.

Nos anos 1950, boa parte das revistas femininas projetava um conceito de felicidade para a mulher bem diferente do atual. Sobre o assunto, leia o texto a seguir.

A mulher ideal é carinhosa em casa e austera na rua. Como é preciso manter o casamento, a esposa que desconfia da infidelidade do marido precisa redobrar seu carinho e as provas de afeto. Absurdo? Para muitas leitoras que acompanhavam as revistas voltadas para o público feminino nas décadas de 1940, 50 e início dos anos 60, esses conselhos eram frequentes – o que não significa que esses padrões de conduta fossem seguidos por todas as mulheres.

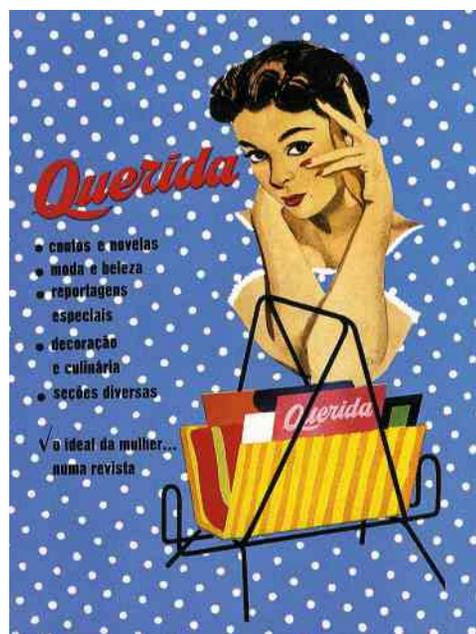
“O conceito de felicidade mudou”, observa a historiadora Carla Silvia Beozzo Bassanezi. [...] Há 30 ou 40 anos a realização de muitas mulheres dependia de um casamento bem-sucedido.

Atualmente, sua maior preocupação é com a realização pessoal, profissional, intelectual, afetiva e sexual. Veja alguns exemplos de “conselhos” divulgados pelas revistas femininas desse período:

- Não se deve irritar o homem com ciúmes e dúvidas. (*Jornal das Moças*, 1957)
- A mulher deve fazer o marido descansar nas horas vagas, nada de incomodá-lo com serviços domésticos. (*Jornal das Moças*, 1959)
- A esposa deve vestir-se depois de casada com a mesma elegância de solteira, pois é preciso lembrar-se de que a caça já foi feita, mas é preciso mantê-la bem presa. (*Jornal das Moças*, 1955)
- Se o seu marido fuma, não arrume brigas pelo simples fato de caírem cinzas no tapete. Tenha cinzeiros espalhados por toda a casa. (*Jornal das Moças*, 1957)
- Mesmo que um homem consiga divertir-se com sua namorada ou noiva, na verdade ele não irá gostar de ver que ela cedeu. (*Revista Querida*, 1954)
- O lugar da mulher é no lar, o trabalho fora de casa masculiniza. (*Revista Querida*, 1955).

LEAL, Gláucia. In: *O Estado de S. Paulo*, 27 dez. 1993.

Propaganda no *Jornal das moças* (1946), que circulou no Brasil entre 1914 e 1965.



IN: MEU ROMANCE, AGOSTO DE 1954/COLEÇÃO PARTICULAR

Peça de divulgação feita para publicação em outras revistas (1954).



IN: JORNAL DAS MOÇAS, N. 1642, MAIO DE 1946/COLEÇÃO PARTICULAR

1. Com base no texto, o que se conclui sobre o conceito de felicidade que se projetava para a mulher em meados do século XX? O que permite essa conclusão? Dê exemplos.
2. Que fatores, atualmente, podem ser relacionados à busca da felicidade pela mulher? Em sua opinião, o que causou essa mudança?

Governo Jânio

Gestão breve e cheia de surpresas

Jânio da Silva Quadros, político sem grandes vínculos partidários, foi apoiado pela UDN e por outras forças antigetulistas e venceu as eleições para a presidência. Conseguiu 48% da preferência do eleitorado e larga vantagem sobre o segundo colocado, o marechal Henrique Teixeira Lott, candidato da coligação PTB-PSD. Tomou posse do cargo em 31 de janeiro de 1961, em cerimônia que, pela primeira vez, realizou-se na nova capital do país: Brasília.

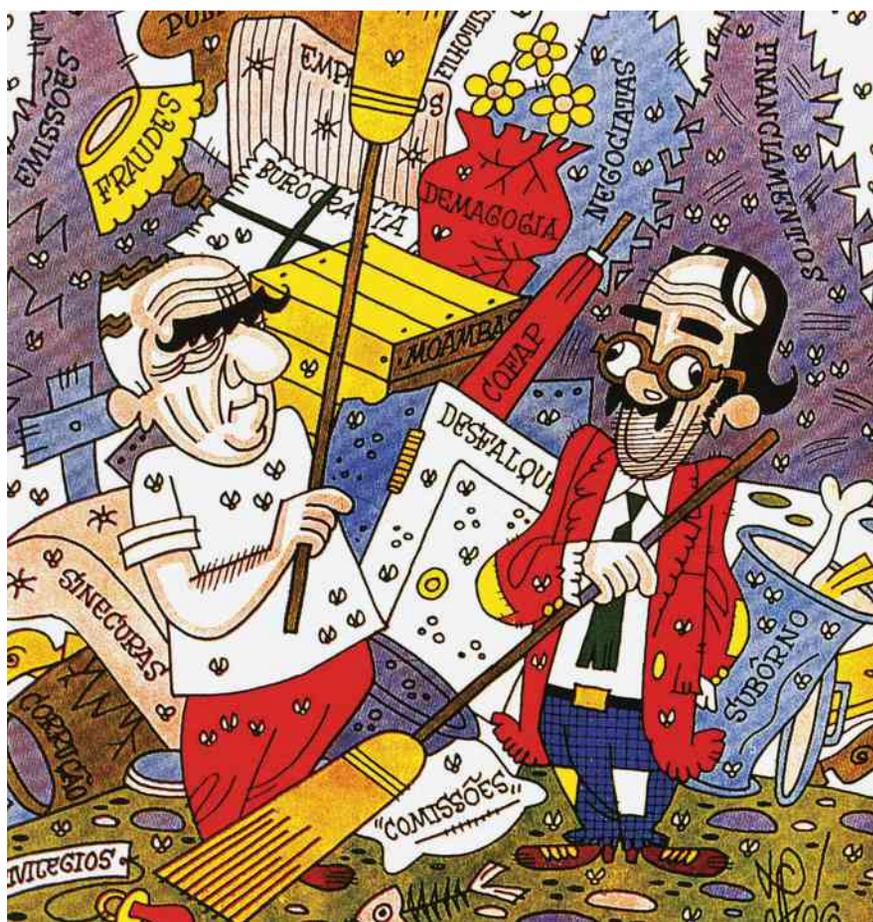
De acordo com a legislação eleitoral vigente naquele período, o presidente eleito podia ser de uma **chapa** e o vice-presidente, de outra. Foi eleito para a vice-presidência João Goulart, do PTB. Goulart, considerado herdeiro político do getulismo, era adversário de Jânio.

Estilo janista de governar

Jânio chegou à presidência da República coroadando uma carreira política rápida e repleta de sucessos. Em São Paulo, tinha exercido sucessivamente os cargos de vereador, deputado, prefeito da capital e governador do estado.

Com um estilo político considerado por analistas como exibicionista, moralista e demagógico, Jânio conquistou muitos eleitores prometendo combater a corrupção e “varrer” a sujeira da administração pública – o símbolo de sua campanha era justamente uma vassoura.

Chapa: lista oficial de candidatos que representa uma composição coordenada em determinada eleição.



THEO. IN: CARETA, ANO 52, N.2689, 9 DE JANEIRO DE 1960/FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, RIO DE JANEIRO, BRASIL

Caricatura de Jânio Quadros (à direita) feita por Théo e publicada na revista *Careta* em 9 de janeiro de 1960. O candidato à presidência carrega uma vassoura, símbolo de sua campanha, representando o moralismo e o combate à corrupção.

Na presidência, tomou atitudes que surpreenderam, sobretudo porque se ocupou, pessoalmente, de assuntos corriqueiros. Por meio de bilhetinhos, escritos de próprio punho, dava ordens, como a proibição de lança-perfumes no carnaval, das brigas de galo, das corridas de cavalo em dias de semana e do uso de biquínis em desfiles de beleza.

Os analistas políticos consideram Jânio Quadros uma figura política difícil de ser definida. Ele não era de direita nem de esquerda. Por um lado, era contrário ao comunismo e queria manter o país aberto ao capital estrangeiro, além de seguir a política econômica ditada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI); mas, ao mesmo tempo, em plena Guerra Fria, defendia uma política externa independente das pressões das grandes potências e enviou ao Congresso uma **lei antitruste** e outra de regulamentação e restrição do envio de lucros para o exterior.

Lei antitruste: tem como objetivo evitar a fusão de empresas de um mesmo ramo que tenham o propósito de eliminar a concorrência.

Foi principalmente no contexto da política exterior e da diplomacia que ocorreram duas decisões que provocaram a crise política de seu governo. Na primeira, Jânio determinou o reatamento das relações diplomáticas do Brasil com a União Soviética e com a China comunista. Tal medida provocou violentas críticas dos partidários da UDN e dos representantes das empresas multinacionais. Na segunda, em 19 de agosto de 1961, Jânio Quadros condecorou o ministro da Economia de Cuba, Ernesto “Che” Guevara, com a principal comenda brasileira: a Ordem do Cruzeiro do Sul. Era uma homenagem pública a um dos principais líderes da revolução socialista cubana de 1959, o que deixou as elites capitalistas – nacionais e estrangeiras – de sobreaviso.

Oposição e renúncia

Diante das atitudes do presidente da República, a UDN rompeu com o governo. Por meio de uma rede de televisão, o líder udenista Carlos Lacerda acusou Jânio de “abrir as portas do Brasil ao comunismo internacional”.

Apesar do prestígio popular, Jânio não contava com forças políticas organizadas na sociedade para sustentá-lo no poder. Sem o apoio da UDN, dos grandes empresários e dos grupos que dominavam a imprensa, o presidente tomou mais uma decisão que surpreendeu o país: renunciou ao cargo em 25 de agosto de 1961, deixando uma carta de renúncia, endereçada ao Congresso, na qual justificava sua atitude.

Forças terríveis levantam-se contra mim e me intrigam ou infamam [...]. Se permanecesse, não manteria a confiança e a tranquilidade, ora quebradas e indispensáveis ao exercício de minha autoridade [...]. A mim não falta a coragem da renúncia.

Apud CARONE, Edgard. *A quarta república (1945-1964)*. São Paulo: Difel, 1980. p. 181.

Segundo algumas interpretações, Jânio teria pretendido, com a carta de renúncia, gerar uma mobilização de forças populares e militares a favor de sua continuidade, o que lhe daria maiores poderes contra seus opositores. Mas isso não ocorreu. Sem demora, o Congresso aceitou seu pedido de renúncia.

Depois desse episódio, o retorno de Jânio Quadros a um cargo político só ocorreria em 1985, quando se reelegeu prefeito da cidade de São Paulo, mantendo seu estilo “excêntrico” de governar.

Em destaque Parque Indígena do Xingu

Em 1961, durante o governo de Jânio Quadros, foi criado o Parque Indígena do Xingu (PIX), considerado uma das mais bem-sucedidas reservas de conservação da diversidade cultural e ambiental do Brasil.

A história da criação do PIX está relacionada à Expedição Roncador-Xingu, organizada em 1943, no governo de Getúlio Vargas, com o objetivo de colonizar o interior do país, explorando riquezas naturais e implantando meios de comunicação e transporte.

Durante essa expedição, houve contatos com diversos povos indígenas do interior do Brasil. Diante da ocupação das terras desses povos, pessoas como os irmãos Villas Bôas defenderam a criação do Parque Indígena do Xingu.

A criação do PIX demarcou um espaço privilegiado para os povos indígenas que corriam risco de desaparecimento ou desagregação social. No entanto, ela também significou o confinamento dessas populações a um território muito menor do que aquele que elas tradicionalmente habitavam.

Atualmente, a reserva tem mais de 27 mil quilômetros quadrados, onde vivem cerca de 5 mil indígenas, que lutam constantemente para manter seu território protegido.



REMATO SOARES/IMPULSA/IMAGENS

No início da década de 2010 havia 68 professores, de 14 etnias, lecionando em 36 escolas localizadas nas aldeias e postos do Parque Indígena do Xingu, que é administrado pela Fundação Nacional do Índio (Funai), órgão do governo federal. Na fotografia, de 2012, sala de aula na aldeia Kuikuro, em Gaúcha do Norte, Mato Grosso.

- Segundo o texto, que debate existe acerca da criação do Parque Indígena do Xingu? O que você pensa sobre esse assunto? Pesquise mais informações sobre ele e converse com os colegas.

A posse de Goulart

De acordo com as normas constitucionais, com a renúncia de Jânio Quadros, a presidência da República deveria ser ocupada pelo vice-presidente, João Goulart, que tinha o apelido de Jango. Como ele estava em visita oficial à China comunista, tomou posse do cargo, interinamente, conforme determinava a Constituição, o presidente da Câmara dos Deputados.

A renúncia de Jânio ia ao encontro dos interesses udenistas e dos demais grupos de oposição. Mas o mesmo não ocorria em relação à posse de Jango: uma junta militar declarou veto ao vice-presidente, provocando a reação de diversos setores políticos e sociais. Formaram-se dois grupos políticos opostos em relação à posse do vice-presidente:

- **grupo contrário à posse** – usava como argumento a acusação de que João Goulart seria um “perigoso comunista”. Reunia comandantes militares, políticos udenistas e grandes empresários nacionais e estrangeiros;
- **grupo favorável à posse** – defendia a legalidade, isto é, o cumprimento da lei, da ordem constitucional. Incluía uma parcela dos líderes sindicalistas e trabalhadores, profissionais liberais e pequenos empresários. Para representar esse grupo, foi organizada a Frente Legalista, que pretendia garantir a posse de Jango em cumprimento da lei. Formada no Rio Grande do Sul, a Frente era liderada pelo governador desse estado, Leonel Brizola (cunhado de Jango), e apoiada pelo comandante do III Exército, general Machado Lopes.

Solução parlamentarista

O confronto entre esses dois grupos parecia encaminhar o país a uma guerra civil. Para que isso não ocorresse, foi negociada uma solução política: o vice-presidente assumiria o poder, desde que aceitasse o sistema parlamentarista.

Nesse sistema de governo, o presidente da República exerce apenas a chefia de Estado, enquanto a chefia de governo cabe a um primeiro-ministro, indicado pelo Legislativo. Por essa solução, portanto, João Goulart assumiria a Presidência com poderes limitados e vigiados pelo Congresso Nacional.

Manifestação pública pela legalidade e posse de João Goulart no Rio Grande do Sul (agosto de 1961). Governado por Leonel Brizola, o Rio Grande do Sul foi o principal centro de apoio à posse de Jango.

AUTORIA: DESCONEHIDA. 1961. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, BRASIL



Governo Goulart

O nacionalismo reformista

João Goulart tomou posse na presidência em 7 de setembro de 1961. A chefia de governo, no entanto, coube a Tancredo Neves, político do PSD mineiro, empossado como primeiro-ministro. Mas o sistema parlamentarista não duraria mais que 14 meses.

A emenda constitucional que tinha estabelecido o parlamentarismo previa que a adoção desse sistema de governo deveria ser referendada por um plebiscito. Realizado em 6 de janeiro de 1963, o plebiscito reuniu votos de mais de 12 milhões de cidadãos, dos quais quase 10 milhões se manifestaram contra o parlamentarismo, votando pelo restabelecimento do presidencialismo.

Com mais poder para governar depois do plebiscito, João Goulart se empenharia em uma linha política nacionalista e reformista que lhe causaria muitos problemas.

Goulart aceitou a condição negociada para resolver o impasse, e uma emenda constitucional, aprovada pelo Congresso em 30 de agosto de 1961, estabeleceu o parlamentarismo no Brasil.

Plano Trienal

O governo João Goulart iniciou-se em um período de graves problemas econômicos e sociais no país, e com uma inflação que não foi suficientemente controlada. Sua estratégia socioeconômica foi formalizada, em 1962, por meio do Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, organizado por Celso Furtado, economista que ocupava o cargo de ministro do Planejamento.

O Plano Trienal visava fundamentalmente:

- promover melhor distribuição das riquezas nacionais, desapropriando os latifúndios improdutivos para defender interesses sociais;
- encampar as refinarias particulares de petróleo;
- reduzir a dívida externa brasileira;

- diminuir a inflação e manter o crescimento econômico sem sacrificar exclusivamente os trabalhadores.

Mas a inflação e o custo de vida não paravam de subir. As despesas com as importações aumentavam e os preços das exportações caíam. Também diminuía o ritmo de crescimento da indústria, e os grandes empresários nacionais e estrangeiros reduziam os investimentos na produção, numa demonstração de desconfiança em relação às intenções políticas de Jango. Havia o temor de que o governo pudesse implantar o socialismo no Brasil – uma opção que parecia remota para a maioria dos estudiosos daquele período.

Polarização da sociedade

O período do governo Goulart foi marcado, desde o início, pela mobilização social e política de diversos setores da sociedade brasileira. Com o tempo, esses movimentos e associações foram levando a uma radicalização das posições e a uma polarização social.

De um lado, estavam movimentos que traziam reivindicações populares e pregavam transformações que, segundo eles, visavam a uma sociedade mais

justa e igualitária. Eram mobilizações organizadas por grupos formados por estudantes, operários, camponeses etc.

Os estudantes eram ligados à União Nacional dos Estudantes (UNE) e à Juventude Universitária Católica (JUC); os operários eram ligados à Central Geral dos Trabalhadores (CGT); e os camponeses, às Ligas Camponesas, que se difundiam principalmente pelo Nordeste. Um de seus líderes, o advogado socialista Francisco Julião, denunciava que os camponeses do Nordeste sobreviviam “num regime de servidão, movendo-se dentro de um cenário trágico, de onde só emergem para ir habitar o mocambo, a favela, a maloca, o prostíbulo, o hospital, o cárcere e, por fim, o cemitério. Não conhecem o berçário, a creche, a escola, a cultura, a saúde, a paz, o futuro, a vida”.⁴

Do outro lado, atuavam associações como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), fundado em 1959, e o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), criado em 1961. Esses institutos opunham-se aos movimentos políticos que, segundo eles, estavam contaminados pelas ideologias comunista e anticapitalista.



ESTADÃO CONTELDIO

Durante o governo João Goulart (1961-1964), os movimentos sociais de operários e de camponeses tiveram seu espaço. As Ligas Camponesas se organizavam na luta pela reforma agrária. Na fotografia, de 28 de setembro de 1970, camponeses concentram-se na praça Dantas Barreto, no Recife (PE), para ouvir discurso do PCB.

4 JULIÃO, Francisco. In: RIBEIRO, Darcy. *Aos trancos e barrancos*. Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 1985. Nota 1652.



ALCERVO/ICONGRAFIA

Ao lado de sua esposa, Maria Thereza Goulart, Jango discursa em defesa de seu governo diante da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, em 13 de março de 1964.

Reformas de base

Em fins de 1963 e início de 1964, ficou evidente que o Plano Trienal não tinha alcançado os resultados esperados. As tensões sociais aumentavam no país.

Este quadro levou, em 13 de março de 1964, João Goulart a falar a mais de 300 mil pessoas em um comício diante da Estação Central do Brasil (área de grande afluência popular no centro da cidade do Rio de Janeiro).

Em seu discurso, ele expôs as dificuldades do país e a necessidade de realizar um conjunto de reformas que seriam adotadas por seu governo.

Eram as chamadas **reformas de base**, que acirram ainda mais os ânimos das elites dominantes e contrariaram os interesses estrangeiros. Entre elas, estavam:

- **reforma agrária** – para facilitar o acesso à terra a milhões de lavradores que desejavam trabalhar e produzir no campo. Com melhores condições de vida e trabalho, o morador do campo poderia permanecer em seu local de origem em vez de se dirigir para as grandes cidades em busca de emprego;
- **reforma urbana** – para socorrer milhões de favelados, moradores de cortiços e inquilinos nas grandes cidades;

- **reforma educacional** – para aumentar o número de escolas públicas, matricular todas as crianças brasileiras e combater o analfabetismo;
- **reforma eleitoral** – para dar ao analfabeto o direito de participar da vida política, votando nas eleições;
- **reforma tributária** – para corrigir as desigualdades sociais na distribuição dos deveres entre ricos e pobres, patrões e empregados.

Além das reformas de base, Jango procurou, pela Lei de Remessa de Lucros, limitar o envio de dólares das empresas multinacionais para o exterior. A aprovação dessa lei provocou forte reação entre representantes das multinacionais, bem como dos grupos políticos defensores dos interesses estrangeiros.

Alguns setores populares favoráveis ao governo passaram a fazer manifestações em apoio às reformas de base.

Paralelamente, as oposições organizaram seus protestos, como a Marcha da Família com Deus pela Liberdade – série de passeatas de senhoras católicas, autoridades civis, empresários e parte da classe média. A primeira marcha ocorreu em São Paulo, no dia 19 de março.

A agitação política e social intensificou-se no país. Grupos de esquerda e de direita radicalizavam suas posições. Em Brasília, 600 sargentos do Exército e da Aeronáutica ocuparam a tiros suas guarnições, para exigir o direito de voto. A rebelião dos sargentos foi controlada, mas os oficiais militares se assustaram com a indisciplina da tropa e responsabilizaram o governo pelo “clima de desordem”.

Golpe militar

Em 31 de março de 1964, explodiu a rebelião das Forças Armadas contra o governo João Goulart. O movimento militar teve início em Minas Gerais, apoiado pelo governador mineiro Magalhães Pinto. Rapidamente, os golpistas contaram com a adesão de unidades militares de São Paulo, do Rio Grande do Sul e do antigo estado da Guanabara (criado no lugar do antigo Distrito Federal, situado na cidade do Rio de Janeiro até a transferência da capital federal para Brasília, em 1960).

Sem condições de resistir ao golpe militar, o presidente João Goulart deixou Brasília em 1ª de abril de 1964. Passou pelo Rio Grande do Sul e, em seguida, foi para o Uruguai como exilado político. Era o começo do período de governos militares.

Oficina de História

Vivenciar e refletir

1. Durante certo período histórico, estudado neste capítulo, o governo brasileiro rompeu relações diplomáticas com os governos comunistas, mas depois as reatou. Explique em que contexto mundial esses dois episódios se deram.
2. Pesquise o que podemos entender pela palavra “populismo”, em termos históricos. Depois, faça o que se pede:
 - a) Dê exemplos de líderes considerados populistas no Brasil e no mundo atual.
 - b) Selecione um desses líderes e procure uma imagem dele.
 - c) Entreviste três pessoas propondo as seguintes perguntas: Você considera esse líder populista? Por quê? Através de que meios de comunicação você ouviu falar dessa pessoa? Quais seriam as intenções dos órgãos de comunicação ao utilizar a palavra populista?
3. Explique o contexto histórico do surgimento da campanha retratada nesta fotografia. Em seguida, procure responder: Quais foram os resultados dessa campanha?



Integrantes do Centro Acadêmico XI de Agosto, da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, durante campanha pelo petróleo, em São Paulo, em 1947.

Diálogo interdisciplinar

Diálogo interdisciplinar com Sociologia e Arte.

4. Em grupos, pesquisem informações sobre um local público de Brasília (Congresso Nacional, Palácio do Itamaraty, Superior Tribunal de Justiça etc.). Investiguem aspectos da história e da função política desse local. Em seguida, apresentem o trabalho para os colegas. Não se esqueçam de selecionar imagens interessantes daquilo que foi investigado.

Diálogo interdisciplinar com Arte.

5. Durante o período democrático brasileiro (1946-1964), foram desenvolvidas diversas produções artísticas. Vamos fazer um seminário sobre uma delas? Para isso, reúnam-se em grupo e sigam as orientações.
 - a) Selecione uma das obras que aparecem no quadro abaixo.

- *O auto da compadecida* (1955), livro de Ariano Suassuna.
- *Grande sertão: veredas* (1956), livro de João Guimarães Rosa.
- *O pagador de promessas* (1962), filme dirigido por Anselmo Duarte.
- *Rio 40°* (1955), filme dirigido Nelson Pereira dos Santos.
- *Chega de saudade* (1958), música de Vinicius de Moraes e Antônio Carlos Jobim.
- *Asa-branca* (1947), música de Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira.

- b) Pesquise informações sobre o(s) autor(es) da obra escolhida. Que acontecimentos marcaram a trajetória profissional desse(s) artista(s)? Ele(s) era(m) engajado(s) em questões sociais ou políticas?
- c) Pesquise informações sobre a obra. Que ideias ela divulgava? Qual foi sua repercussão na época em que foi lançada?
- d) Apresentem o seminário utilizando recursos como fotografias, vídeos, sons e textos.

Diálogo interdisciplinar com Sociologia e Filosofia.

6. Setores da imprensa de oposição desempenharam papel importante, em certos momentos do período democrático de 1946 a 1964, nas estratégias para desestabilizar governos eleitos democraticamente. Isso ocorreu com Getúlio (que se suicidou), com JK (que teve dificuldades para assumir o poder), com Jânio (que renunciou) e com Jango (que teve de abandonar o cargo).

- a) Em sua opinião, como age, de modo geral, a grande mídia atualmente? Ela noticia de maneira imparcial os assuntos públicos? A imparcialidade é possível?
- b) Como devemos ler, ouvir ou assistir às mensagens da mídia? Pesquise e reflita sobre esse assunto. Depois, debata-o com seus colegas.

De olho na universidade

7. (Enem)

Não é difícil entender o que ocorreu no Brasil nos anos imediatamente anteriores ao golpe militar de 1964. A diminuição da oferta de empregos e a desvalorização dos salários, provocadas pela inflação, levaram a uma intensa mobilização política popular, marcada por sucessivas ondas grevistas de várias categorias profissionais, o que aprofundou as tensões sociais. “Dessa vez, as classes trabalhadoras se recusaram a pagar o pato pelas sobras” do modelo econômico juscelinista.

MENDONÇA, S. R. *A industrialização brasileira*. São Paulo: Moderna, 2002 (adaptado pela instituição).

Segundo o texto, os conflitos sociais ocorridos no início dos anos 1960 decorreram principalmente:

- a) da manipulação política empreendida pelo governo João Goulart.
- b) das contradições econômicas do modelo desenvolvimentista.

- c) do poder político adquirido pelos sindicatos populistas.
- d) da desmobilização das classes dominantes frente ao avanço das greves.
- e) da recusa dos sindicatos em aceitar mudanças na legislação trabalhista.

8. (PUC-RJ)

Aqui estão os meus amigos trabalhadores, vencendo uma campanha de terror ideológico e sabotagem, cuidadosamente organizada para impedir ou perturbar a realização deste memorável encontro entre o povo e seu presidente, na presença das mais significativas organizações operárias e lideranças populares deste país. [...] O caminho das reformas é o caminho do progresso pela paz social. Reformar é solucionar pacificamente as contradições de uma ordem econômica e jurídica superada pelas realidades do tempo em que vivemos.

[...] Sei das reações que nos esperam, mas estou tranquilo, acima de tudo porque sei que o povo brasileiro já está amadurecido [...] e não faltará com seu apoio às medidas de sentido popular e nacionalista.

Discurso do Presidente João Goulart no Comício da Central do Brasil, Rio de Janeiro, 13 de março de 1964.

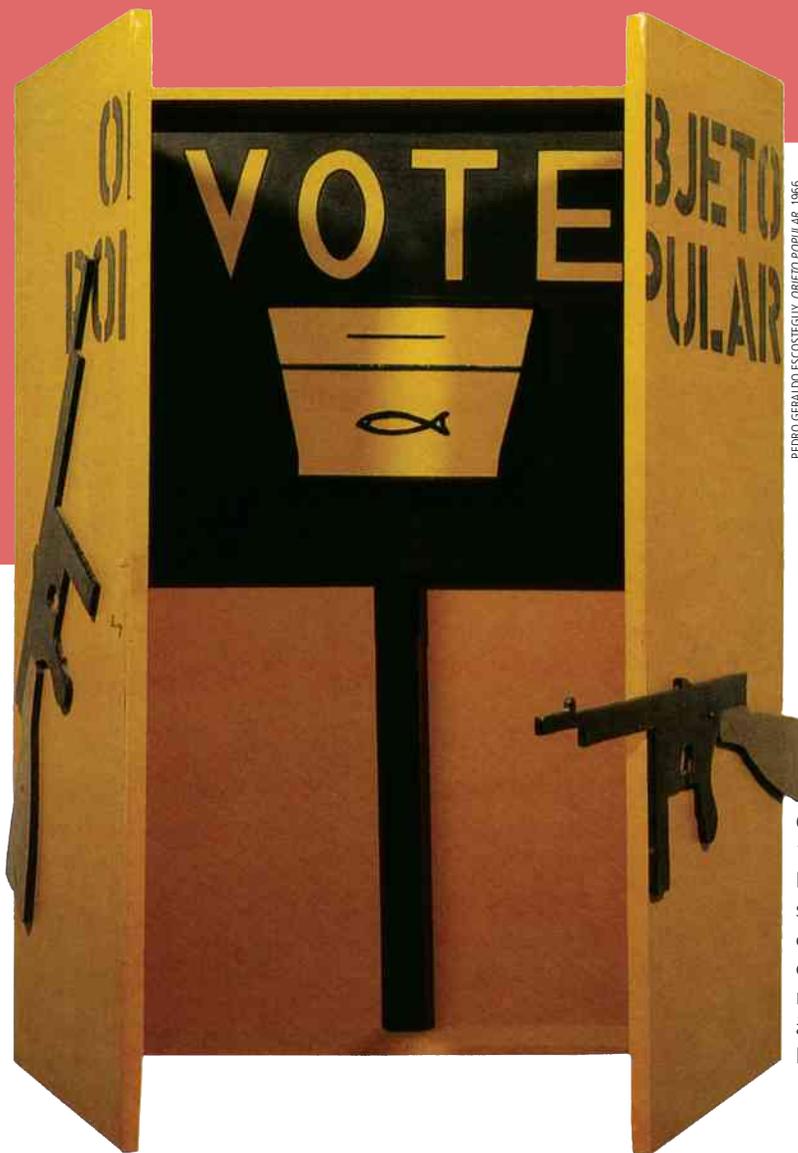
O governo de João Goulart (1961-1964) demarcou um momento de mudanças na história brasileira contemporânea.

O discurso acima, pronunciado no polêmico Comício da Central do Brasil, apresenta algumas das ideias e propostas desse governante, alvos de intensa crítica por parte dos grupos de oposição. Tendo-o como referência:

- a) Caracterize duas propostas do programa político de Goulart.
- b) Identifique dois grupos opositores à implementação desse programa.

Governos militares

De 1964 a 1985, as Forças Armadas exerceram controle sobre a vida política brasileira. A democracia foi interrompida e a liberdade dos cidadãos, limitada. Quais são as principais características desse período ditatorial?



PEDRO GERALDO ESCOSTEGUY: OBJETO POPULAR, 1966.

Objeto popular, de 1966, de Pedro Geraldo Escosteguy. Acrílico sobre madeira. Exemplo de arte realizada durante o regime da ditadura militar no Brasil. Pertence à coleção Sérgio Fadel, Rio de Janeiro (RJ).

Treinando o olhar

1. Muitas obras do artista plástico brasileiro Pedro Geraldo Escosteguy (1916-1989) carregam uma crítica social e política. Quais detalhes dessa obra revelam seu caráter crítico?
2. Esta obra não é uma pintura nem uma escultura, mas um “objeto” que pede a participação ativa do espectador. Com base em tais considerações, interprete a obra.

Militares no poder

A ruptura com o regime democrático

Em face das pressões militares, o presidente João Goulart, na noite de 1º de abril de 1964, deixou Brasília e voou para Porto Alegre. No dia 2 de abril, o presidente do Senado, Auro Soares de Moura Andrade, declarou vago o cargo de presidente da República e convocou o presidente da Câmara Federal, Ranieri Mazzilli, para assumir o governo. Efetivamente, o controle político do país já estava sob a direção geral das Forças Armadas. Cada uma das corporações militares (Exército, Marinha e Aeronáutica) indicou um representante para formar o autodenominado Comando Supremo da Revolução.

Segundo os novos comandantes do país, a intervenção militar seria de caráter provisório para restabelecer a ordem social, conter o avanço do comunismo e da corrupção e retomar o crescimento econômico.

A supressão da democracia, entretanto, não foi provisória. Durante 21 anos, a sociedade brasileira viveu sob o comando de governantes militares. Até 1985, dois marechais e três generais se sucederam na presidência da República – Castello Branco, Costa e Silva, Médici, Geisel e Figueiredo – contando com o apoio de várias lideranças civis.

Autoritarismo

Uma das características dos governos militares foi o **autoritarismo**. De acordo com o historiador Boris Fausto, as:

diferenças entre o regime representativo, vigente entre 1945 e 1964, e o regime militar são claras. Quem manda agora não são os políticos profissionais, nem o Congresso é uma instância decisória importante. Mandam a alta cúpula militar, os órgãos de informação e repressão, a burocracia técnica do Estado.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2001. p. 513.

Por meio dos chamados **Atos Institucionais (AI)**, os governos militares foram restringindo as liberdades democráticas, como a de imprensa, com a imposição da censura aos meios de comunicação.

Nesse período, muitos brasileiros que se opunham a essa situação foram perseguidos, exilados, torturados ou mortos pelos órgãos de repressão política. Segundo a **Comissão Nacional da Verdade**, cerca de 50 mil pessoas tiveram a cidadania violada durante a ditadura militar.

Ato Institucional: no plano técnico-jurídico, conjunto de normas superiores, promulgadas pelo poder público federal, que se sobrepunham até mesmo à Constituição Federal.

Comissão Nacional da Verdade: instituição criada por lei, em 2011, com o objetivo de apurar graves violações dos Direitos Humanos ocorridas entre 1946 e 1988.

Investigando

1. Você tem o hábito de ler jornais e revistas variados?
2. Qual é a importância de existirem meios de comunicação livres de censura? Reflita.

Desenvolvimentismo e concentração de renda

Outro aspecto que caracterizou os governos militares foi o abandono do nacionalismo reformista que marcou o último governo de Vargas e o de Goulart. Em seu lugar, foi adotado um modelo econômico baseado na aliança de três grandes grupos: a burocracia

técnica estatal (militar e civil), os grandes empresários estrangeiros e os grandes empresários nacionais.

Em razão da aliança desses grupos, alguns historiadores se referem a uma **ditadura civil-militar**. Segundo estudiosos, esse modelo conduziu à modernização da economia, mas também à concentração de renda entre as classes altas e médias e à marginalização da classe baixa.¹

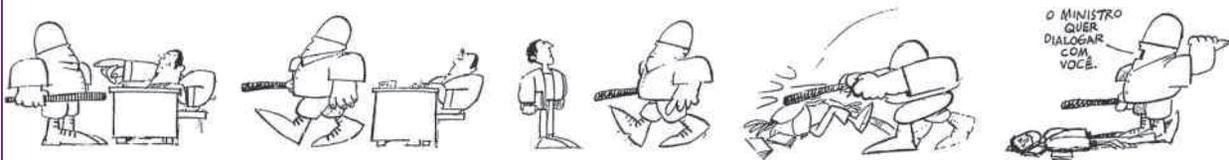
1 Cf. PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *Desenvolvimento e crise no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1972. p. 223-230.

Interpretar fonte

Humor de protesto

Durante os governos militares, artistas, escritores e jornalistas protestaram contra o cerceamento das liberdades democráticas, entre eles, o escritor e desenhista Ziraldo.

Nesta tira, de 1968, Ziraldo utilizou o humor para criticar a ditadura, que impôs severa censura aos meios de comunicação.



Tira publicada no jornal *Correio da Manhã*, em 23 de junho de 1968. Faz parte do acervo da Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, RJ.

- Qual é o humor expresso na tira? Escreva um texto relacionando o que está sendo representado na tira ao conteúdo estudado neste capítulo.

ZIRALDO. IN: CORREIO DA MANHÃ, ANO 68, N.23.068, 23 DE JUNHO DE 1968.

Governo Castelo Branco

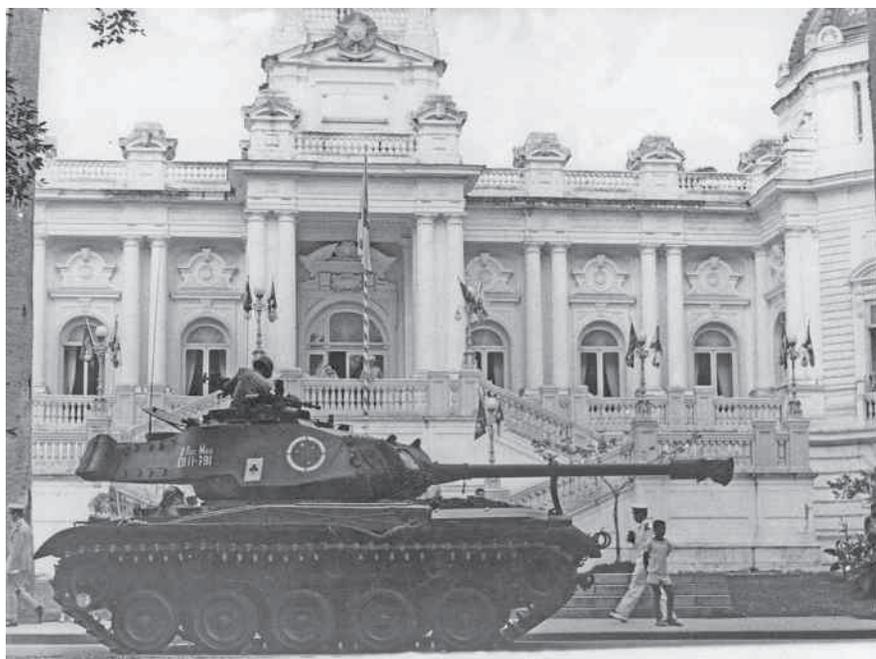
Primeiros passos do regime militar

O comando militar que passou a governar o país decretou, em 9 de abril de 1964, o **Ato Institucional nº 1 (AI-1)**, que modificava a Constituição em vigor, conferindo ao Executivo federal poderes para:

- cassar mandatos de parlamentares;
- suspender direitos políticos de qualquer cidadão;
- realizar outras modificações na Constituição;
- decretar **estado de sítio** sem aprovação do Congresso.

No dia 10 de abril, o Congresso Nacional foi reunido e, sob pressão, elegeu para a presidência da República o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, que assumiu o governo em 15 de abril de 1964.

Seu mandato iria até 31 de janeiro de 1966, mesmo prazo fixado para a vigência do AI-1. No entanto, esse prazo foi prorrogado até 15 de março de 1967, sob a alegação de que o anterior era insuficiente para implementar todas as medidas de reestruturação política e econômica projetadas.



ESTADÃO CONTEÚDO

Em 8 de abril de 1964, um tanque do exército estaciona diante do Palácio Guanabara, sede administrativa do antigo estado da Guanabara, hoje município do Rio de Janeiro (RJ).

Estado de sítio: suspensão temporária de direitos e garantias individuais previstos na Constituição Federal.

Apoio dos Estados Unidos

O governo Castello Branco foi imediatamente reconhecido pelos Estados Unidos e contou com o apoio de grandes empresários brasileiros e diretores de empresas multinacionais.

Um motivo importante para a obtenção desse apoio foi a adoção, pelos militares brasileiros, de um conjunto de princípios conhecidos como **Doutrina de Segurança Nacional** – elaborada pelos EUA e desenvolvida pela Escola Superior de Guerra. De acordo com essa doutrina, o governo brasileiro assumia o compromisso de combater as ideias socialistas e/ou comunistas.

Com base nesse compromisso, promoveu-se forte repressão policial contra várias entidades sociais: sindicatos foram fechados e a União Nacional dos Estudantes (UNE), invadida e também fechada. Em 60 dias de governo militar, mais de 300 pessoas tiveram mandatos cassados e direitos políticos suspensos – entre elas, três ex-presidentes da República: Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart. No plano externo, em maio de 1964, as relações diplomáticas com Cuba – único país latino-americano que adotava um regime socialista – foram rompidas.

Outra medida que agradou principalmente autoridades e empresários dos Estados Unidos foi a extinção da Lei de Remessa de Lucros (sancionada por Goulart em janeiro de 1964), permitindo que as multinacionais voltassem a enviar a suas matrizes no exterior grandes somas de dinheiro, resultado dos lucros obtidos no Brasil.

Medidas econômicas impopulares

A política econômica era dirigida por Roberto Campos, ministro do Planejamento, e Otávio Gouveia de Bulhões, ministro da Fazenda, que elaboraram o **Programa de Ação Econômica do Governo (Paeg)**. Uma das principais propostas desse programa era o combate à inflação mediante favorecimento do capital estrangeiro, restrições ao crédito e redução dos salários.

Durante esse período, os trabalhadores perderam o direito de estabilidade no emprego e foram reprimidos em suas tentativas de protestos. Muitos sindicatos sofreram intervenção. As medidas econômicas realizadas tornaram o governo impopular, provocando a reação até mesmo de antigos aliados do golpe militar, como Carlos Lacerda. Este teria dito que o ministro Roberto Campos era um homem imparcial, porque estava matando imparcialmente pobres e ricos.

Escalada autoritária

Esse descontentamento refletiu-se nas eleições para os governos estaduais de 1965, quando as oposições ao regime militar conseguiram vitórias significativas. Em resposta, e para combater a oposição, o governo federal editou novas normas antidemocráticas.

- **Ato Institucional nº 2** – editado em outubro de 1965, conferia mais poderes ao presidente da República para cassar mandatos e direitos políticos. Além disso, estabelecia a eleição indireta para presidente e extinguiu todos os partidos políticos existentes.
- **Ato Institucional nº 3** – de fevereiro de 1966, estabelecia o fim das eleições diretas para prefeitos das capitais e governadores. A partir de então, os governadores seriam indicados pelo presidente da República e submetidos à aprovação das Assembleias Legislativas. Os prefeitos seriam indicados pelos governadores.
- **Ato Institucional nº 4** – de dezembro de 1966, dava ao governo poderes para elaborar uma nova Constituição, com o objetivo de incorporar a legislação criada pelo regime militar. Em 24 de janeiro de 1967, foi promulgada uma nova Constituição, que fortalecia o poder do presidente da República e enfraquecia o Legislativo e o Judiciário.
- **Lei de Segurança Nacional** – promulgada em março de 1967, tornou-se, na prática, o instrumento jurídico destinado a enquadrar como inimigos da pátria aqueles que, muitas vezes em nome dela, se opunham às diretrizes do governo.

Bipartidarismo

No mês seguinte à decretação do AI-2 e à extinção dos partidos políticos, o governo determinou como seria a nova organização partidária: haveria apenas dois partidos, um representando o governo e outro, a oposição. Era a instalação do bipartidarismo no país. Formaram-se, então:

- a **Aliança Renovadora Nacional (Arena)** – partido que congregou os políticos que apoiavam o governo; e
- o **Movimento Democrático Brasileiro (MDB)** – partido que reuniu os políticos que se opunham ao governo (dentro de limites considerados “aceitáveis” pelos militares).

Governo Costa e Silva

O recrudescimento da ditadura

Ao final do governo Castelo Branco, o alto comando militar escolheu como novo presidente o marechal Arthur da Costa e Silva, ministro da Guerra de Castelo Branco. Essa escolha foi referendada em 3 de outubro de 1966 pelos políticos da Arena, que eram maioria no Congresso Nacional. Para registrar seu protesto, os integrantes do MDB retiraram-se do local de votação. Costa e Silva assumiu a presidência em 15 de março de 1967.

Movimentos de protesto

Durante o governo Costa e Silva, apesar da repressão policial, aumentaram os protestos contra a ditadura militar no país. As manifestações reuniam diversos grupos sociais. Estudantes saíam às ruas em passeata, operários organizavam greves contra o arrocho salarial, políticos de oposição faziam pronunciamentos criticando as arbitrariedades da ditadura. Carlos Lacerda, por exemplo, procurou organizar uma frente ampla de oposição política. Entre membros da Igreja Católica, padres denominados progressistas denunciavam a fome do povo e a tortura policial contra os adversários da ditadura.

No Rio de Janeiro, mais de 100 mil pessoas saíram às ruas em passeata, no dia 26 de junho de 1968, em protesto contra o assassinato do estudante Edson Luís de Lima Souto, de 18 anos, morto pela polícia durante uma manifestação. Até aquele momento, essa passeata havia sido a maior manifestação pública contra o regime militar. Alguns meses depois o governo reagiu com a publicação do Ato Institucional nº 5, ou, simplesmente, AI-5.



A Passeata dos Cem Mil, como ficou conhecida, reuniu artistas, intelectuais e estudantes que se manifestavam contra a repressão. Entre eles, Chico Buarque, Caetano Veloso e Gilberto Gil. Rio de Janeiro (RJ), junho de 1968.

Investigando

- Você conhece produções culturais que critiquem a sociedade atual? Pense em músicas, livros, filmes, charges etc.

Muitos intelectuais – professores, jornalistas, dramaturgos, atores, músicos – procuraram utilizar seu espaço de atuação para protestar contra o autoritarismo do governo militar. Foi o caso do cantor e compositor Geraldo Vandré, que, no III Festival Internacional da Canção, realizado no Rio de Janeiro, em 1968, apresentou a música *Pra não dizer que não falei das flores*.

A música foi classificada em segundo lugar no festival, conquistando o público jovem – principalmente os estudantes universitários. Considerada subversiva pelos militares, a canção de Vandré difundiu-se pelo país e tornou-se um hino de contestação à ditadura. Leia a letra dessa canção.

Caminhando e cantando e seguindo a canção	Nos quartéis lhes ensinam antigas lições
Somos todos iguais, braços dados ou não	De morrer pela pátria e viver sem razão
Nas escolas, nas ruas, campos, construções	Nas escolas, nas ruas, campos, construções
Caminhando e cantando e seguindo a canção	Somos todos soldados armados ou não
Vem, vamos embora que esperar não é saber	Caminhando e cantando e seguindo a canção
Quem sabe faz a hora, não espera acontecer	Somos todos iguais, braços dados ou não
Pelos campos há fome em grandes plantações	Os amores na mente, as flores no chão
Pelas ruas marchando indecisos cordões	A certeza na frente, a história na mão
Ainda fazem da flor seu mais forte refrão	Caminhando e cantando e seguindo a canção
E acreditam nas flores vencendo o canhão	Aprendendo e ensinando uma nova lição
Há soldados armados, amados ou não	Vem, vamos embora que esperar não é saber
Quase todos perdidos de armas na mão	Quem sabe faz a hora, não espera acontecer

VANDRÉ, Geraldo. *Pra não dizer que não falei das flores*. © By Fermata do Brasil/Editora Música Brasileira Moderna Ltda.

1. Identifique, na letra da canção, alguns versos que expressam uma crítica, um protesto ou um chamamento contra a situação do país durante o regime militar.
2. Pesquise outras canções (música e letra) de protesto contra a ditadura militar no Brasil.

Fechamento político

Em setembro de 1968, o deputado Márcio Moreira Alves, do MDB, fez um discurso veemente contra os militares no Congresso Nacional, responsabilizando-os pela violência policial praticada contra os estudantes e outros grupos. Ele propôs à população boicotar a parada militar de 7 de setembro.

Oficiais militares consideraram o discurso ofensivo à honra das Forças Armadas e exigiram que o deputado fosse processado. Devido à imunidade parlamentar dos deputados, para processá-lo era necessária uma autorização da Câmara Federal. O ministro da Justiça solicitou, então, ao Congresso licença para entrar com uma ação contra Moreira Alves, mas a Câmara Federal negou-se a conceder tal autorização.

Ato Institucional nº 5 (AI-5)

A resistência dos parlamentares provavelmente serviu de pretexto para os setores militares que pretendiam endurecer ainda mais o regime.

Em dezembro de 1968, o governo determinou o fechamento do Congresso por tempo ilimitado e a cassação do mandato do deputado Márcio Moreira Alves e de outros parlamentares. Também decretou o **Ato Institucional nº 5 (AI-5)**, um dos mais terríveis instrumentos normativos lançados pelo regime militar. Era o fechamento político, defendido pela “linha dura” do comando militar.

O AI-5 conferia ao presidente da República amplos poderes para perseguir e reprimir as oposições. Podia, por exemplo, decretar estado de sítio, intervir nos estados e municípios, cassar mandatos eletivos, suspender direitos políticos, demitir funcionários públicos etc.

Utilizando o AI-5, o governo Costa e Silva determinou a prisão de milhares de pessoas em todo o país – inclusive a de Carlos Lacerda, do marechal Lott e de Juscelino Kubitschek; fechou o Congresso Nacional por tempo indeterminado; cassou o mandato de centenas de deputados federais e estaduais, vereadores e prefeitos; e afastou quatro ministros do Supremo Tribunal Federal.

Governo da Junta Militar

A legislação arbitrária parecia preocupar o presidente Costa e Silva, que não queria passar à história apenas como o criador do AI-5. Por isso, confiou ao vice-presidente, Pedro Aleixo (advogado, não militar e contrário ao AI-5), a missão de elaborar o anteprojeto de uma nova Constituição para o país. A Carta estava praticamente concluída quando Costa e Silva foi obrigado a se afastar da presidência por razões de saúde.

Pedro Aleixo foi impedido de substituí-lo: os militares não queriam um civil no poder. Assim, durante dois meses (de 31 de agosto a 30 de outubro de 1969), o país foi governado por uma Junta Militar, composta de ministros do Exército, da Marinha e da Aeronáutica.

Em 22 de outubro de 1969, por determinação da Junta Militar, o Congresso foi reaberto – mas sem os deputados cassados dez meses antes, logo após a edição do AI-5.



Página do *Jornal do Brasil* de 14 de dezembro de 1968 noticiando o AI-5, símbolo máximo da legislação autoritária decretada pelo governo militar.

CAMPANELLA NETO/AGÊNCIA JB

Governo Médici

Os anos de chumbo do regime militar

Reconhecendo a impossibilidade de Costa e Silva reassumir a presidência, o alto comando militar indicou o general Emílio Garrastazu Médici para sucedê-lo. Seu nome foi referendado pelos parlamentares da Arena no Congresso, e o novo presidente assumiu o cargo em 30 de outubro de 1969.

Apoiado na legislação instituída no final do governo Costa e Silva, o governo Médici representou os chamados anos de chumbo da ditadura, período em que o poder ditatorial e a violência repressiva contra as oposições chegaram ao seu auge.

Com a suspensão dos direitos fundamentais do cidadão, qualquer um que se pronunciasse contra o governo podia ser perseguido politicamente, demitido do emprego ou até mesmo preso.

Os militares procuraram esconder da população o combate violento que moveram contra grupos sociais de diversas tendências políticas que se opunham à ditadura: liberais, socialistas e comunistas. Com a censura aos meios de comunicação, grande parte da

população não sabia o que acontecia nos porões dos órgãos de segurança pública ou em outros locais para onde eram levados os presos políticos.

Luta armada

Com o endurecimento político, alguns grupos opositores decidiram partir para a luta armada. Promoveram diversas ações violentas, incluindo assaltos a bancos, com o objetivo de obter dinheiro para financiar a luta, e sequestros de diplomatas estrangeiros, para trocá-los por presos políticos.

Dois líderes guerrilheiros desse período, o ex-deputado comunista Carlos Marighella (da Ação Libertadora Nacional – ALN) e o ex-capitão do Exército Carlos Lamarca (da Vanguarda Popular Revolucionária – VPR), foram mortos. Além deles, milhares de pessoas acusadas de **subversão** foram torturadas pelos agentes da repressão; centenas delas foram mortas em todo o país.

Subversão:
insubordinação às leis ou às autoridades constituídas.

Em destaque

Tortura: nunca mais

Leia um trecho do livro *Brasil: nunca mais*, em que o autor, Dom Paulo Evaristo Arns, denunciou os crimes praticados por integrantes dos órgãos de segurança a serviço dos governos militares.

Diz o artigo 5º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinada pelo Brasil, que “ninguém será submetido a tortura ou castigo cruel, desumano ou degradante”.

Em 20 anos de regime militar, esse princípio foi ignorado pelas autoridades brasileiras. A pesquisa do projeto “Brasil: nunca mais” (1964-1979) mostrou quase uma centena de modos diferentes de tortura mediante agressão física, pressão psicológica e utilização dos mais variados instrumentos, aplicados aos presos políticos brasileiros [...] como o “pau de arara”, o choque elétrico, o “afogamento”, a “geladeira”, a “cadeira do dragão”, o uso de produtos químicos etc.

[...] crianças foram sacrificadas diante dos pais, mulheres grávidas tiveram seus filhos abortados, esposas sofreram para incriminar seus maridos.

O emprego da tortura foi peça essencial da engrenagem repressiva posta em movimento pelo regime militar que se implantou em 1964.

ARNS, Dom Paulo Evaristo. Prefácio. In: *Brasil: nunca mais: um relato para a história*. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 34-35.

- Retome os artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, reproduzidos no capítulo 9. Elabore um texto apresentando como os governos militares e suas ações interferiram nesses direitos.

Propaganda do governo

Para divulgar seus projetos ao país, o governo militar passou a fazer uso da televisão, que nesses anos ampliava consideravelmente sua importância como veículo de comunicação social. De acordo com a interpretação do historiador Boris Fausto:

As facilidades de crédito pessoal permitiram a expansão do número de residências que possuíam televisão: em 1960, apenas 9,5% das re-

sidências urbanas tinham televisão; em 1970, a porcentagem chegava a 40%. Por essa época, beneficiada pelo apoio do governo, de quem se transformou em porta-voz, a TV Globo expandiu-se até se tornar rede nacional e alcançar praticamente o controle do setor. A propaganda governamental passou a ter um canal de expressão como nunca existira na história do país.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2001. p. 484.

Interpretar fonte

Brasil: ame-o ou deixe-o

Para encobrir a violência e promover uma percepção positiva do governo, os chefes militares investiram muito em um tipo de propaganda destinado a criar a imagem de um governo sério e competente e a de um país próspero e pacífico. Um dos *slogans* que mais se destacaram no governo Médici foi “Brasil: ame-o ou deixe-o”.

Nessa época, uma marchinha, “Eu te amo, meu Brasil”, da dupla Dom e Ravel, alcançou grande sucesso. Com letra ufanista, ela respondia favoravelmente ao apelo do governo.

As praias do Brasil ensolaradas
O chão onde o país se elevou
A mão de Deus abençoou
Mulher que nasce aqui
tem muito mais amor

O céu do meu Brasil tem mais estrelas
O sol do meu país mais esplendor
A mão de Deus abençoou
Em terras brasileiras
vou plantar amor

Eu te amo, meu Brasil, eu te amo
Meu coração é verde, amarelo, branco,
[azul anil
Eu te amo, meu Brasil, eu te amo!
Ninguém segura a juventude do Brasil

As tardes do Brasil são mais douradas
Mulatas brotam cheias de calor
A mão de Deus abençoou
Eu vou ficar aqui porque existe amor
[...]

Dom. *Eu te amo, meu Brasil!* © 1970 By BMG Music Publishing Brasil.

- Que imagem do Brasil passa a letra dessa canção? Qual é o sentido do último verso?

“Milagre brasileiro”

O governo Médici foi marcado ainda por um período de desenvolvimento econômico que a propaganda oficial chamou de “milagre brasileiro”, destacado por grandes projetos de integração nacional – como a rodovia Transamazônica – e de crescimento econômico.

Comandada por Antônio Delfim Netto, ministro da Fazenda desde o governo Costa e Silva, a economia passou a crescer a altas taxas anuais, tendo como base o aumento da produção industrial – com destaque para a indústria automobilística –, o crescimento da geração de energia elétrica e das exportações (bens manufaturados, veículos etc.) e a acentuada utilização

de capital estrangeiro na forma de investimentos diretos e empréstimos.

A contrapartida desse crescimento foi a adoção de uma rígida política de arrocho salarial, contra a qual os trabalhadores e os sindicatos não podiam reagir devido à repressão política. A concentração de renda no país se intensificou. O próprio presidente Médici teria admitido o lado desfavorável do “milagre brasileiro” ao afirmar: “A economia vai bem, mas o povo vai mal”.

Segundo Elio Gaspari, “o Milagre Brasileiro e os Anos de Chumbo foram simultâneos. Ambos reais, coexistiram negando-se [...]. Quem acha que houve um, não acredita (ou não gosta de admitir) que houve o outro”².

2 GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 13.

Em destaque **Copa do Mundo de 1970**

No texto a seguir, o cardeal e arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, discute a relação entre a Copa do Mundo de 1970 e a realidade socioeconômica do Brasil no período. Leia-o.

Em 1970, no domingo em que o capitão Carlos Alberto fez o quarto gol contra a Itália, na Copa do México, e deu à seleção a Taça Jules Rimet – e o cobiçado tricampeonato mundial –, andar de carro nas ruas brasileiras sem uma bandeira verde-amarela tornou-se uma temeridade. Os adesivos “Brasil: ame-o ou deixe-o” grudaram em grande parte de um país em que o Produto Interno Bruto (PIB) subia 10% ao ano, as Bolsas de Valores disparavam, as obras da Transamazônica começavam, e 160 milhões de dólares eram torrados na compra de 16 aviões supersônicos Mirage.

O Brasil estava contagiado pela emoção. Mas o momento inesquecível de autoestima nacional estava aplicado sobre um fundo falso. O “Brasil Grande” era apenas virtual. Assim, Médici chorou diante da seca do Nordeste, ao descobrir que a economia ia bem, mas o povo ia mal. A Transamazônica até hoje é uma miragem de empreiteiro.

A classe média, entretanto, comemorava as novas possibilidades de consumo. O paraíso nos anos 70 consistia em tirar o automóvel Corcel da garagem, fazer compras no supermercado Jumbo, ver futebol na maravilha do ano – a tevê em cores – e sonhar com a próxima viagem a Bariloche, na Argentina.

ARNS, Dom Paulo Evaristo. *Brasil: nunca mais* – um relato para a história. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 34-35.

O capitão da seleção brasileira, Carlos Alberto Torres, ergue a taça Jules Rimet após conquistar o tricampeonato na Copa do Mundo de 1970, no México.



POPPEFOTO/GETTY IMAGES

- O texto apresenta uma grande contradição na realidade brasileira no período da ditadura militar. Que contradição é essa? Comente.

Crise econômica

O “milagre”, porém, durou pouco. A partir de 1973, teve início a primeira crise do petróleo, que provocou uma alta vertiginosa nos preços desse produto. A economia mundial desestabilizou-se, e a brasileira – que não se baseava de forma predominante nas próprias forças econômicas – sofreu grande impacto. A inflação começou a subir, e a dívida externa brasileira elevou-se de maneira assustadora.

Teve início, então, uma longa e amarga crise econômica. O governo militar começou a perder um de seus principais argumentos de sustentação no poder: estava provado que a ditadura não garantia o desenvolvimento.

As oposições políticas foram lentamente se reorganizando para exigir a volta da democracia.

Governo Geisel

O lento caminho da abertura política

Terminado o mandato de Médici, o general Ernesto Geisel foi indicado pelo alto comando militar para sucedê-lo. Pela primeira vez, no entanto, havia um concorrente indicado pelo partido de oposição: foi a chamada anticandidatura do deputado Ulysses Guimarães, do MDB, cujo objetivo era denunciar a farsa do processo eleitoral. Geisel foi eleito pelo Colégio Eleitoral, com os votos dos membros da Arena, e assumiu o cargo em 15 de março de 1974.

Geisel integrava um grupo de oficiais militares favoráveis à devolução gradual do poder aos civis e dizia-se disposto a promover um processo “gradual, lento e seguro” de abertura democrática. Com “seguro” o novo presidente queria dizer que não permitiria uma guinada “à esquerda” no regime político e garantiria a manutenção das grandes diretrizes do golpe de 1964.

No plano econômico, Geisel recebeu um país com dificuldades que anunciavam o fim do “milagre”: queda do PIB, aumento da inflação e uma enorme dívida externa. Com a crise do petróleo, o novo governo percebeu que era necessário modificar alguns fundamentos da política econômica adotada até então, tanto no plano interno como no externo.

Pragmatismo na política externa

As autoridades do governo promoveram mudanças na política externa brasileira revendo o alinhamento automático com os Estados Unidos. Reconheciam que nem tudo que interessava aos EUA também interessava ao Brasil. Assim, o governo Geisel, por meio do **Itamaraty**, intensificou o estabelecimento de relações bilaterais com países africanos, asiáticos e europeus.

Já em 1974, aproximou-se de nações árabes, como Arábia Saudita, Iraque, Líbia e Argélia, bem como de países da África subsaariana, como Angola, Moçambique e Guiné Equatorial, todos ricos em reservas de petróleo ou gás natural. Também restabeleceu relações diplomáticas com a China comunista e reconheceu a legitimidade da Organização para a Libertação da Palestina (OLP). Paralelamente, o governo Geisel selou acordos de cooperação comercial e estratégica com potências capitalistas, como Alemanha Ocidental e Japão.

Em detrimento das restrições ideológicas, próprias da Guerra Fria, o novo governo buscava resultados práticos. Era o chamado **pragmatismo** responsável e **ecumênico** da diplomacia brasileira.³

Itamaraty: denominação frequentemente usada para se referir ao Ministério das Relações Exteriores, pelo fato de sua sede, em Brasília, ser o Palácio do Itamaraty. No Rio de Janeiro, há também um Palácio do Itamaraty, antiga sede do Ministério das Relações Exteriores e, atualmente, escritório de representação desse ministério.

Pragmatismo: em política, tendência que considera o lado prático das coisas e escolhe aquele que traz os melhores resultados.

Ecumênico: que congrega todos os credos e todas as ideologias.

3 Cf. VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Geisel e a diplomacia do “pragmatismo responsável”*. Disponível em: <<http://educatererra.terra.com.br/vizentini/artigos/2004/09/01/000.htm>>. Acesso em: 24 fev. 2016.

Desenvolvimentismo

No plano econômico interno, o governo Geisel buscou diminuir a dependência externa do país, desenvolvendo setores estratégicos da economia nacional. Para tanto, lançou, em 1974, o **II Plano Nacional de Desenvolvimento – PND** (1975-1979), que previa a expansão das indústrias de bens de produção (máquinas, equipamentos pesados, aço, cobre, energia elétrica etc.). Em vez de recuar para uma política econômica conservadora, o governo radicalizou a estratégia desenvolvimentista nacional, que exigiu o investimento de grandes recursos financeiros.

Um dos aspectos desse plano foi a ênfase dada ao setor energético em resposta à crise do petróleo. Por um lado, o governo iniciou a construção de grandes hidrelétricas, projetadas havia tempo, como as usinas de Tucuruí, no rio Tocantins, e Itaipu, no rio Paraná. Por outro, procurou diversificar a matriz energética do país com programas como:

- o **Programa Nacional do Álcool (Proálcool)** – criado em 14 de novembro de 1975, para incentivar a produção de álcool no Brasil. O objetivo final era que esse produto passasse a ser usado, em larga escala, como combustível veicular, em substituição à gasolina (derivada do petróleo); e
- o **Programa Nuclear Brasileiro** – impulsionado em 1975, com a assinatura de um acordo com o governo da Alemanha Ocidental para a instalação de uma usina de enriquecimento de urânio, além de centrais termonucleares.

Dificuldades econômicas

O plano de desenvolvimento do governo exigia gastos bilionários. Para colocá-lo em prática, foi necessário obter recursos externos.

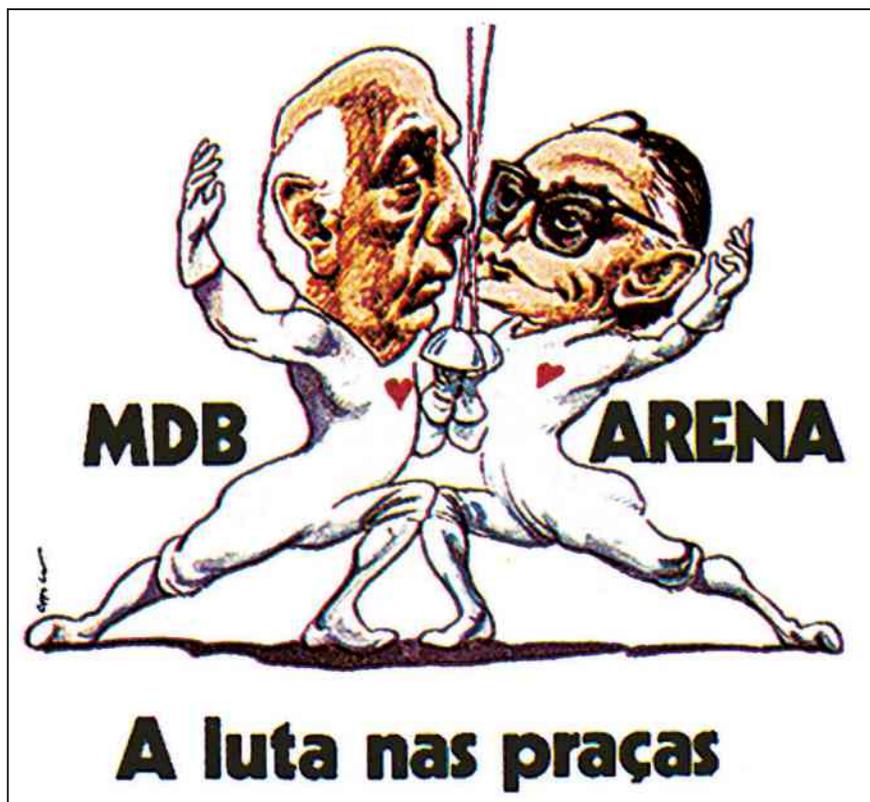
Em 1979, uma segunda crise do petróleo elevou o preço do produto a valores

recordes. Naquela época, 80% do petróleo consumido no Brasil era importado. Assim, um valor equivalente a quase metade da receita das exportações brasileiras passou a ser utilizado para pagar a conta das importações desse produto pelo país.

Nessa conjuntura, o governo ficou sem recursos para custear seus investimentos e saldar seus compromissos. Por isso, teve de fazer novos empréstimos no exterior, o que aumentou ainda mais a dívida externa brasileira.

Charge de Chico Caruso satirizando o confronto entre MDB e Arena – representados por seus presidentes, Ulysses Guimarães e Francelino Pereira – na década de 1970.

CHICO CARUSO



Vaivém da abertura política

O governo Geisel iniciou o processo de abertura política do regime militar diminuindo a censura sobre os meios de comunicação e realizando, em 1974, eleições livres para senador, deputado e vereador.

Nessas eleições, o MDB, único partido de oposição, alcançou uma vitória significativa sobre a Arena, o partido do governo. Isso assustou os militares da chamada linha dura.

Resistência nos quartéis

Apesar das declarações do governo, os comandantes dos órgãos de repressão não tinham nenhuma simpatia pela ideia de uma abertura democrática, razão pela qual continuaram agindo com a mesma violência do período anterior.

Foi nesse contexto que ocorreu, em São Paulo, a morte do jornalista Vladimir Herzog, em outubro de 1975. O fato foi noticiado na grande imprensa. Pouco tempo depois, em janeiro de 1976, morreu o operário Manoel Fiel Filho. Ambos haviam sido presos, torturados e mortos nas dependências do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), ligado ao II Exército.

As ações dos órgãos de repressão, que alegavam agir em nome da segurança nacional, escandalizaram a opinião pública. Geisel reagiu afastando imediatamente o general comandante do II Exército. Em outubro de 1977, exonerou o ministro da Guerra, general Sílvio Frota, que pertencia à chamada linha dura.

Restrições político-eleitorais

Em face da derrota do governo nas eleições de 1974, Geisel decidiu recuar no processo de abertura política. Sua preocupação eram as eleições municipais de 1976 e, depois, as eleições estaduais e federais de 1978. Os problemas econômicos do país, junto com as críticas da oposição, poderiam determinar uma votação contrária ao governo. Assim, foram decretadas novas normas restritivas em relação ao processo político-eleitoral, como a Lei Falcão e o Pacote de Abril.

Decretada em junho de 1976, a **Lei Falcão** – cujo nome deriva do ministro da Justiça, Armando Falcão – limitava a propaganda eleitoral, no rádio e na televisão, à apresentação protocolar de um breve resumo das atividades políticas do candidato. Foi a forma encontrada pelo governo para impedir o debate político.

Com o **Pacote de Abril**, divulgado em abril de 1977, Geisel fechou o Congresso Nacional por duas



Em 2 de abril de 1977, o jornal O Estado de S. Paulo noticia, em primeira página, o fechamento do Congresso Nacional pelo então presidente Geisel.

semanas e decretou uma série de normas autoritárias que, entre outras medidas, determinava que um terço dos senadores fosse escolhido por eleições indiretas. Criava-se o que a imprensa apelidou, pejorativamente, de senadores **biônicos**, isto é, que não eram eleitos pelo voto popular e sempre votavam a favor do governo.

Biônico: relativo à Bionica, ciência que estuda os processos biológicos para criar modelos semelhantes na engenharia. O atributo biônico dado aos senadores era, provavelmente, uma alusão ao personagem principal de um seriado produzido nos Estados Unidos – então em exibição na TV brasileira – que teve partes de seu corpo trocadas por peças bionicas ou robóticas.

Revogação do AI-5

Apesar de todos os esforços do governo, nas eleições de 15 de novembro de 1978 o MDB superou a Arena na votação para o Senado e quase igualou o partido governista na Câmara.

Pressionado pelas oposições e pelos problemas econômicos, Geisel fez seu último gesto na direção da abertura política: em outubro de 1978, revogou o AI-5 e os demais atos institucionais que marcaram a legislação arbitrária da ditadura.

Governo Figueiredo

A transição do regime militar para a democracia

A sucessão de Geisel foi decidida novamente em eleição indireta, com o Congresso Nacional convertido em Colégio Eleitoral. Havia duas chapas: pela Arena concorriam o general João Baptista de Oliveira Figueiredo (presidente) e o civil Aureliano Chaves (vice); pelo MDB, disputavam o general Euler Bentes Monteiro (presidente) e o civil Paulo Brossard (vice).

Figueiredo foi o vencedor, com 335 votos, contra 266 dados ao general Euler. Assumiu a presidência da República em 15 de março de 1979, permanecendo no cargo durante seis anos, e não cinco, de acordo com uma das medidas do Pacote de Abril.

Processo de redemocratização

As críticas ao autoritarismo e à manutenção do regime militar já atingiam diversos setores sociais quando Figueiredo iniciou seu governo. Sindicatos de trabalhadores, grupos de empresários, a Igreja Católica, associações artísticas e científicas, organizações estudantis e de advogados, universidades e imprensa, enfim, um grande espectro social reivindicava, de modo cada vez mais insistente, a redemocratização do país.

Diante das pressões de grande parte da sociedade, Figueiredo assumiu de pronto o compromisso de dar continuidade à abertura política e reinstalar a democracia no Brasil.

Movimento sindicalista

Durante o processo de abertura política, destacou-se o surgimento de um novo sindicalismo, de perfil oposicionista em relação às diretrizes governamentais. Esse movimento liderou as primeiras greves operárias contra o achatamento dos salários e o autoritarismo do governo militar.

Durante o ano de 1979, em todo o Brasil, mais de 3 milhões de trabalhadores fizeram greve. Entre as paralisações destacaram-se as greves dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo, na Grande São Paulo, sob a liderança de Luiz Inácio Lula da Silva, então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC – região que abrange os municípios paulistas de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul e concentrava grandes e médias indústrias metalúrgicas na época.

Lei da Anistia

O primeiro grande marco do processo de redemocratização foi a **Lei da Anistia**, que resultou de um movimento nacional impulsionado por vários segmentos da sociedade civil.

Milhares de pessoas foram beneficiadas com a anistia promulgada em agosto de 1979: os presos políticos da ditadura militar puderam ser liberados; os brasileiros que estavam exilados em outros países tiveram a possibilidade de regressar ao Brasil; as pessoas que tinham perdido seus direitos políticos foram reabilitadas em sua cidadania.

Em contrapartida, a anistia foi ampla o suficiente para absolver os militares acusados de praticar torturas ou cometer assassinatos. Mas não foi irrestrita. Militares punidos por não terem se engajado no golpe e aqueles que haviam cometido atos considerados terroristas pelo regime militar não foram beneficiados com a anistia.

Fim do bipartidarismo

Outra mudança foi a aprovação pelo Congresso, em novembro de 1979, de uma nova **Lei Orgânica dos Partidos**, que restabeleceu o pluripartidarismo, acabando, portanto, com o bipartidarismo no país.

Os registros da Arena e do MDB foram cancelados e nos meses seguintes formaram-se seis novas legendas que deveriam contar, obrigatoriamente, com a palavra partido em seu nome. Eram elas:

- **Partido Democrático Social (PDS)** – sucessor da Arena, reuniu a maioria de seus antigos integrantes e continuou apoiando o governo militar;
- **Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)** – sucessor do MDB, manteve boa parte de seus antigos membros;
- **Partido dos Trabalhadores (PT)** – fundado por líderes sindicais e intelectuais;
- **Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)** – recriado por uma sobrinha de Getúlio Vargas (Ivete Vargas), após disputa na Justiça com Leonel Brizola pelo nome da legenda;
- **Partido Democrático Trabalhista (PDT)** – fundado sob a liderança de Leonel Brizola e com a reivindicação de ser o legítimo herdeiro do trabalhismo de Vargas;
- **Partido Popular (PP)** – constituído por dissidentes da Arena, dissolveu-se em pouco tempo.

O governo também determinou o restabelecimento de eleições diretas para governador de estado, que deveriam ocorrer em 1982.

Crise econômica

Enquanto a abertura política avançava, no plano econômico o governo Figueiredo – ainda contando com Delfim Netto, agora como ministro do Planejamento – não foi capaz de equacionar sérios problemas, como inflação, desemprego e dívida externa.

- **Inflação** – a inflação bateu recordes históricos, superando a cifra de 200% ao ano. Os mais prejudicados eram os trabalhadores, com seus salários sendo corroídos dia a dia pela elevação do custo de vida.
- **Desemprego** – a falta de investimento no setor produtivo resultou numa redução do crescimento econômico, cuja consequência mais grave foi o aumento do desemprego, que em 1983 chegou a níveis altíssimos, ocasionando até mesmo saques a lojas e supermercados.
- **Dívida externa** – com a crise econômica, toda vez que o governo brasileiro obtinha empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI) era com a condição de se submeter às exigências dos banqueiros internacionais, que começaram a ditar regras de “ajustamento” da economia. Dependendo de novos empréstimos para saldar os já obtidos, o país passou a protagonizar uma escalada contínua de crescimento da dívida externa.

Eleições para governador

Foi no contexto do agravamento da crise econômica e da insatisfação popular com o governo que ocorreram as eleições de 1982. Apesar da continuidade da Lei Falcão e de outras dificuldades impostas pelo governo, o eleitorado manifestou seu descontentamento elegendo um grande número de candidatos da oposição nos estados mais populosos, onde os movimentos sociais eram mais organizados.

Em 15 de março de 1983, depois de 18 anos de ditadura, novos governadores, eleitos pelo voto direto, assumiram a liderança dos estados brasileiros. Com força renovada, as oposições políticas passaram a exigir eleições diretas para presidente da República e a volta dos civis ao poder.

Um breve balanço

Avanço tecnológico e problemas sociais

Eis um balanço resumido da situação socioeconômica do país durante os governos militares (1964-1985).

Setor de infraestrutura

As grandes conquistas modernizadoras desses 21 anos situaram-se principalmente nos setores de infraestrutura: comunicações, energia, transportes.

Comunicações

Durante os governos militares, houve expansão e modernização do sistema de comunicações (telefones, telégrafos, correio, antenas de micro-ondas, satélites), além da integração do Brasil ao sistema de comunicações internacionais.

Entre as empresas estatais criadas nesse período destacaram-se: a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT, mais conhecida por Correios), em 1969; a Telecomunicações do Brasil (Telebras), em 1972; a Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel), criada em 1965 e transformada em subsidiária da Telebras em 1972.

Tanto a Telebras como a Embratel foram privatizadas na década de 1990, no contexto das políticas consideradas neoliberais adotadas por governos desse período.

Energia

A partir do governo Geisel, houve ênfase na produção de energia, destacando-se:

- o aumento da produção nacional de petróleo;
- a construção de grandes usinas hidrelétricas, como Itaipu e Tucuruí;
- a criação do Proálcool, para promover a substituição progressiva do petróleo importado pelo álcool nacional;
- a compra de reatores nucleares para as usinas de Angra dos Reis, negociados com os Estados Unidos, em 1971 (Angra 1), e com a Alemanha, em 1975 (Angra 2 e Angra 3).

Transportes

Observou-se, de modo geral, durante as duas décadas de governos militares:

- o crescimento da rede rodoviária, com a construção de estradas para integrar as diferentes regiões do país;
- a modernização da indústria naval;
- o desenvolvimento do setor aeronáutico, merecendo destaque a criação, em 1969, da Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), fabricante de aviões. Foi privatizada em 1994, de acordo com as políticas neoliberais adotadas por governos dessa época.

Setor social

Na área social os governos militares não fizeram grandes avanços. Os problemas existentes nos setores de educação, saúde, alimentação e emprego permaneceram iguais ou se agravaram.

Questão fundiária e alimentação

Durante os governos militares, acentuou-se a concentração da propriedade rural nas mãos de uma reduzida minoria de latifundiários, que passou a possuir quase metade de todas as terras agrícolas disponíveis.

Como agravante, parte considerável dos latifúndios brasileiros era (e ainda é) improdutivo. E os considerados produtivos eram (e ainda são) destinados a culturas de exportação, como é o caso da soja e da cana-de-açúcar. Em outras palavras: não produziam (e ainda não produzem) alimentos para consumo interno.

Essa situação contribuiu para agravar a fome de milhões de brasileiros, em um país com imenso potencial agrícola. A questão fundiária, infelizmente, ainda aflige o Brasil atual.

Educação

Para enfrentar o problema do analfabetismo no Brasil, o governo militar criou, em 1967, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral). Embora as taxas de alfabetização tenham aumentado com o projeto, ele não conseguiu cumprir totalmente seus objetivos, e acabou sendo extinto na década de 1980. Ainda hoje, as taxas de analfabetismo no país são consideradas elevadas, em comparação com outros países do mundo, inclusive os latino-americanos. (Segundo dados do IBGE de 2014, a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade era cerca de 8,3%.)

Durante os governos militares, também persistiram problemas gerais da educação pública brasileira, como o de milhões de crianças fora da escola por terem de trabalhar para ajudar no orçamento doméstico, pela longa distância entre suas casas e a escola ou simplesmente por desmotivação social. Também se avalia que houve queda na qualidade do ensino e na remuneração dos professores. Grande parte desses problemas perdura até nossos dias.

Concentração de renda

O economista Delfim Netto (ministro da área econômica dos governos militares), ao se referir à distribuição de renda no país, teria dito: “É preciso fazer o bolo crescer para depois dividi-lo.”. O bolo, de certo modo, cresceu, mas foi dividido entre poucos, gerando uma elevada concentração de riquezas. Isso quer dizer que o crescimento geral da economia (avaliado pelo PIB) durante o regime militar não se traduziu em condições de vida satisfatórias para a maioria da população.

Os números da tabela dão uma ideia do aumento da concentração de renda durante os governos militares.

Participação na renda total brasileira (em %)		
População	Ano de 1960	Ano de 1983
20% dos mais ricos	54,82	64,6
50% dos mais pobres	17,4	12,7

Fonte: Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea).

Na interpretação de economistas como Ricardo Paes de Barros, o Brasil do final do século XX não era um país exatamente pobre, mas um país com muitos pobres, extremamente injusto e desigual.⁴

4 Cf. BARROS, Ricardo Paes de et al. *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

Vivenciar e refletir

1. Que comparações podem ser feitas entre o Estado Novo (1937-1945) e os governos militares (1964-1985)? Aponte semelhanças e diferenças entre os dois períodos autoritários.
2. Pesquise, na Constituição Federal do Brasil (1988), se existem situações em que o estado de sítio pode ser decretado. Cite-as, se houver, e mencione o que ocorre com os cidadãos nesses casos.
3. Interprete o *slogan*: “Brasil: ame-o ou deixe-o”.
 - a) O que os governos militares pretendiam ao utilizá-lo?
 - b) Você acha que só existiam essas duas alternativas: amar ou deixar o Brasil? Poderia haver outras escolhas, mais opções? Debata com seus colegas.

Diálogo interdisciplinar

Diálogo interdisciplinar com Arte e Língua Portuguesa.

4. Leia o trecho de uma canção composta por Chico Buarque durante os chamados anos de chumbo da ditadura militar. Por ter duplo sentido, ela foi censurada pelo regime. Em seguida, escreva um texto explicando a ambiguidade contida na canção.

Apesar de você

Hoje você é quem manda
Falou, tá falado
Não tem discussão
A minha gente hoje anda
Falando de lado
E olhando pro chão, viu
Você que inventou esse estado
E inventou de inventar
Toda a escuridão
Você que inventou o pecado
Esqueceu-se de inventar
O perdão
[...]

Chico Buarque. *Apesar de você* (1970).
© Marola Edições Musicais.

Diálogo interdisciplinar com Sociologia e Filosofia.

5. A Comissão Nacional da Verdade (CNV) procurou esclarecer as graves violações de direitos humanos ocorridas no Brasil entre 1946 e 1988, com especial atenção para o período da ditadura militar (1964-1985). Leia o artigo publicado no jornal *Folha de S. Paulo*, em 10 de dezembro de 2014, que anuncia a publicação do relatório final da CNV. Depois, responda às questões propostas.

Verdade e reconciliação

[...]

Dividido em três volumes, o relatório contempla, no primeiro deles, a descrição das atividades da CNV, seguindo-se a apresentação das estruturas, cadeias de comando, métodos e dinâmica das graves violações de direitos humanos e culmina com as conclusões e recomendações.

No segundo volume, foram reunidos textos que enfocam as graves violações sob a perspectiva de sua incidência em diferentes segmentos sociais – militares, trabalhadores urbanos, camponeses, povos indígenas, membros de igrejas cristãs, LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros), professores e estudantes universitários. Também integram esse volume textos que tratam da resistência à ditadura militar, assim como da participação de civis no golpe de 1964 e no regime ditatorial, notadamente empresários.

O terceiro volume, o mais extenso, de expressivo significado para a CNV, descreve a história de 434 mortos e desaparecidos políticos [...].

É certo [...] que o rol de vítimas do terceiro volume não é definitivo e que as investigações seguintes certamente acarretarão a identificação de número maior de mortos e desaparecidos, especialmente entre as populações camponesa e indígena.

[...]

O trabalho conduzido permitiu à Comissão Nacional da Verdade concluir que as graves violações de direitos humanos ocorridas no período investigado, especialmente nos 21 anos da ditadura instaurada em 1964, foram resultado de uma ação generalizada e sistemática do Estado, configurando crimes contra a humanidade.

Nessa conduta estatal, o protagonismo foi das Forças Armadas. [...] Em consideração ao resultado do trabalho da CNV e assim como já feito por outras instâncias do Estado, é imperativo que haja, por parte das Forças Armadas, o reconhecimento de sua responsabilidade institucional.

Trata-se de gesto que abrirá caminho para a superação definitiva do passado, consolidando em base permanente o compromisso dos militares com o Estado democrático de Direito e reconciliando-os plenamente com a sociedade brasileira.

[...]

DIAS, José Carlos; CAVALCANTI FILHO, José Paulo; KEHL, Maria Rita; PINHEIRO, Paulo Sérgio; DALLARI, Pedro; CARDOSO, Rosa. Verdade, memória e reconciliação. *Folha de S.Paulo*, 10 dez. 2014. Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/outras-destaques/576-verdade-e-reconciliacao-dentro-e-fora.html>>. Acesso em: 24 fev. 2016.

- a) O texto menciona a participação de civis no regime ditatorial brasileiro? Em que passagem?
- b) De acordo com o texto, por que as Forças Armadas devem reconhecer sua responsabilidade institucional em relação às violações de direitos humanos durante a ditadura?

O Brasil contemporâneo

Nos dias atuais, cidadania é a palavra-síntese que traduz as aspirações dos brasileiros por uma vida mais digna e feliz. Cidadania é uma construção histórica coletiva. Exige consciência do que fomos para transformar o que somos. Quais são os rumos da cidadania brasileira? Você exerce a cidadania?



ROGÉRIO RESPUSSAR IMAGENS

Manifestação popular em favor das eleições diretas para presidente da República realizada em 1984. Fazia parte de uma campanha que ficou conhecida como Diretas Já.

Treinando o olhar

- Após a leitura do capítulo, explique qual é a mensagem do cartaz que aparece na fotografia. O que ele critica?

Redemocratização

Conquista da sociedade brasileira

O processo de redemocratização do Brasil ocorreu gradualmente. Nos últimos anos do regime militar, a legislação mais autoritária foi suprimida, abriu-se espaço para a vida pluripartidária e ocorreram eleições livres para as três instâncias legislativas (municipal, estadual e federal). Em 1982, ocorreu a primeira eleição direta, desde 1964, para o cargo de governador de estado.

Aos poucos, a sociedade brasileira reconquistava os direitos democráticos. Os avanços políticos eram exigidos, inclusive, para superar os fracassos econômicos do governo Figueiredo.

Nesse período, a economia brasileira mergulhara em grave crise. O país apresentava elevadas taxas de inflação e assombrosos índices de endividamento externo e interno.

Campanha Diretas Já

Foi nesse contexto que diversos setores da sociedade (partidos políticos, Igreja Católica, entidades científicas, estudantes, artistas, imprensa, sindicatos de trabalhadores, universidades, associações de empresários etc.) uniram-se, reivindicando com veemência o fim da ditadura militar e a redemocratização do país.

As lideranças de oposição aproveitaram o momento para lançar um movimento em favor das eleições diretas para presidente da República. O objetivo era fazer com que o Congresso Nacional, que contava ainda com parlamentares ligados ao governo militar, aprovasse uma emenda constitucional para restabelecer eleições diretas para a presidência da República. A emenda foi proposta pelo deputado Dante de Oliveira (PMDB-MT), em março de 1983, e por isso recebeu seu nome. Se aprovada, implicaria o fim do Colégio Eleitoral, instituição criada pelo regime militar.

De janeiro a abril de 1984, a campanha pelas eleições diretas reuniu milhões de pessoas em diversas cidades do país. Esse movimento ficou conhecido pelo nome **Diretas Já**.

Frustração popular

O presidente Figueiredo mostrava-se irresoluto sobre a sucessão presidencial, ora dizendo que não tinha apego pelo poder, ora dando sinais de querer permanecer. Mas parecia certo que ele pretendia

que a próxima eleição presidencial fosse pela via indireta. Na véspera da votação da emenda Dante de Oliveira, marcada para 25 de abril de 1984, o governo decretou estado de emergência em Brasília, e forças policiais militares cercaram o Congresso. Os governistas alegavam que havia necessidade de proteger os parlamentares da “pressão popular”.

No dia da votação, apesar da ampla mobilização da sociedade civil, a emenda Dante de Oliveira não alcançou número suficiente de votos na Câmara para entrar em vigor. Uma série de manobras de políticos ligados ao regime militar impediu que se obtivesse o número de votos necessários.

O principal grupo contrário à emenda Dante de Oliveira era liderado pelo então deputado federal paulista Paulo Maluf, que acreditava poder eleger-se para a presidência da República por meio das eleições indiretas promovidas no Colégio Eleitoral.



CHICO CARUSO, IN: O GLOBO, 18/03/1984.

João Figueiredo em charge de Chico Caruso publicada no jornal *O Globo*, em 18 de março de 1984. Sob pressão do governo Figueiredo, a emenda constitucional que permitia a eleição direta para presidente não obteve os votos necessários no Congresso Nacional.



Comício da campanha pelas Diretas Já realizado na praça da Sé, São Paulo, em janeiro de 1984.

Eleição de Tancredo Neves

Assim, contrariada a vontade da maioria dos cidadãos brasileiros, teve prosseguimento o processo de eleição por via indireta. Após intensas negociações entre políticos e o governo, foram para o Colégio Eleitoral dois candidatos:

- **Paulo Maluf** – deputado e candidato oficial do PDS. O partido representava o governo, entretanto, não contava com o apoio efetivo de todas as forças tradicionais que estavam no poder. Seu vice era o deputado Flávio Marçílio;
- **Tancredo Neves** – governador de Minas Gerais. O candidato era filiado ao PMDB, mas concorria como candidato de uma aliança heterogênea (a chamada Aliança Democrática), composta de ex-integrantes do PDS (que formaram a denominada Frente Liberal) e dos membros do PMDB. Seu vice era o senador José Sarney, ex-PDS.

Em 15 de janeiro de 1985, o Colégio Eleitoral deu maioria de votos à chapa da Aliança Democrática, elegendo Tancredo Neves como sucessor de Figueiredo.

Apesar da eleição indireta, a escolha de Tancredo foi bem acolhida pela população, despertando um sentimento de esperança de transformações democráticas.

Tancredo era conhecido como um político conciliador. Na qualidade de presidente eleito, visitou governantes de diversos países no mês seguinte e, quando voltou, negociou e anunciou seu ministério. No entanto, atingido por grave enfermidade, foi internado na véspera da posse (14 de março) e não pôde assumir a presidência.

Submetido a várias cirurgias, faleceu em 21 de abril de 1985, deixando de luto boa parte da sociedade. Por força de uma lei de 21 de abril de 1986, Tancredo Neves é considerado ex-presidente do Brasil, embora não tenha sido empossado.

Governo Sarney

A reconstrução das instituições democráticas

Devido à doença de Tancredo, e na qualidade de vice-presidente eleito, José Sarney assumiu a presidência da República interinamente em 15 de março de 1985. No dia 21 de abril, com a morte de Tancredo, Sarney tornou-se presidente por sucessão automática.

Medidas redemocratizantes

A posse de José Sarney como presidente da República foi uma decepção para grande parte das oposições políticas. O motivo era que, em sua carreira, Sarney oferecera apoio – direto ou indireto – à ditadura militar. Havia sido presidente nacional da Arena e do PDS e, na liderança desse partido, ajudara a derrubar a emenda constitucional Dante de Oliveira.

Tentando superar essa imagem negativa, o novo presidente prometeu honrar os compromissos políticos assumidos por Tancredo, que estavam relacionados à redemocratização do país e à necessidade de superar a crise econômica. Já em maio de 1985, Sarney sancionou um pacote de medidas redemocratizantes.

Entre as medidas redemocratizantes sancionadas por Sarney estavam:

- eleições diretas, em dois turnos, para a presidência e para as prefeituras das capitais e dos municípios considerados, até então, “áreas de segurança nacional”;
- maior liberdade para a criação de novos partidos. Isso permitiu, por exemplo, a legalização de grupos políticos considerados clandestinos, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB);
- direito de voto para os analfabetos.

Plano Cruzado

Nessa época, como na atualidade, milhões de brasileiros sofriam o drama da falta de moradia e das péssimas condições de saúde. Havia urgência na melhoria das condições sociais. A equipe de economistas do governo – liderada pelo ministro da Fazenda, Dílson Funaro – defendia que nenhuma política social daria resultado sem o combate à inflação.

Assim, em 28 de fevereiro de 1986, o governo lançou medidas de impacto para combater a inflação, conhecidas como Plano Cruzado. Entre essas medidas, estavam:

- o congelamento dos preços das mercadorias;
- a extinção do cruzeiro e a criação de uma nova moeda, o cruzado;
- o fim da correção monetária;
- o congelamento dos salários, que seriam reajustados automaticamente sempre que a inflação atingisse 20% (o chamado “gatilho salarial”).

O congelamento de preços foi, aos poucos, derrubado por produtores e comerciantes. Diversos produtos sumiram do mercado e só reapareciam mediante o pagamento de **ágio**. Longas filas formavam-se para a compra das mercadorias essenciais. Desse modo, o Plano Cruzado transformou-se rapidamente em um fracasso.

Até o final do mandato, o governo Sarney não conseguiu acabar com a grave crise econômica do Brasil. Essa crise envolvia três problemas principais: inflação elevada, dívida externa e dívida interna. Em janeiro de 1987, o governo chegou a decretar **moratória** – o país devia, então, 107 bilhões de dólares aos **credores** internacionais.

Ágio: valor adicional cobrado sobre um preço tabelado quando a procura pelo produto supera a oferta.

Moratória: dispositivo legal por meio do qual as autoridades de um Estado declaram a suspensão do pagamento de sua dívida externa.

Credor: pessoa ou instituição a quem se deve dinheiro.

Constituição Federal de 1988

Mantendo um dos compromissos firmados por Tancredo Neves, o governo Sarney assumiu como prioridade a convocação de eleições de representantes para a Assembleia Nacional Constituinte, encarregada de elaborar uma nova Constituição para o Brasil. Na ocasião, a Constituição de 1969, imposta pelos militares, ainda estava em vigor.

Instalada em 1^a de fevereiro de 1987, a Assembleia Constituinte compunha-se dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal eleitos em novembro de 1986.

Um dos principais objetivos que pautaram a elaboração da nova Constituição foi a **redemocratização** do país.

Depois de 20 meses de trabalho, debates e discussões, a Assembleia Constituinte promulgou, em 5 de outubro de 1988, a nova Carta Magna do país. Ela estabeleceu, entre outras diretrizes:

- eleições diretas, em dois turnos, para presidência da República, governos estaduais e prefeituras com mais de 200 mil eleitores;
- voto facultativo para jovens entre 16 e 18 anos e para pessoas com mais de 70 anos;
- jornada de trabalho limitada a 44 horas semanais (era de 48);
- licença-maternidade de 120 dias e licença-paternidade de 5 dias;
- multa de 40% sobre o valor total do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) nas dispensas sem justa causa.

A Constituição de 1988 também criou a **Medida Provisória** (MP), instrumento jurídico, com força de lei, que pode ser usado pelo presidente em caso de relevância ou urgência. Se aprovada pelo Congresso, ela pode tornar-se lei, perdendo seu caráter provisório. A Medida Provisória substituiu, de certo modo, os antigos Decretos-lei usados pelos governos militares.

PAULA SIMAS/PULSAR IMAGENS



Última sessão da Assembleia Nacional Constituinte, em 1988.

Investigando

1. Você acha importante que os jovens de 16 a 18 anos votem? Por quê?
2. Em sua opinião, como os jovens devem se preparar para votar nas eleições?

“Constituição Cidadã”

Pela proteção conferida aos cidadãos, a Constituição de 1988 tornou-se conhecida também como “Constituição Cidadã”.

Observe, a seguir, alguns pontos que se referem aos direitos fundamentais do cidadão:

- **igualdade jurídica** – todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país está garantida a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Homens e mulheres são iguais em direitos e deveres;
- **subordinação de todos à lei** – ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei. Significa que a liberdade de cada pessoa só tem como limite os mandamentos contidos nas normas jurídicas, e não o arbítrio de outra pessoa, por mais influente que seja;
- **liberdade de pensamento, de crença religiosa, de expressão intelectual, de locomoção, de associação** – é livre a manifestação do pensamento (sendo assegurado o direito de resposta); é livre o exercício dos cultos religiosos; é livre a expressão intelectual (artística, científica e de comunicação), independentemente de censura ou licença; é livre a locomoção pelo território nacional em tempo de paz (direito de ir e vir: qualquer pessoa pode entrar, permanecer ou sair do Brasil, nos termos da lei); é livre o direito de reunião e de associação para fins lícitos. É lícito o ato que não contrarie o direito;
- **liberdade da pessoa** – ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita fundamentada de autoridade judiciária competente (juízes, desembargadores, ministros de tribunais), exceto nos casos de transgressões ou crimes militares. A prisão de qualquer pessoa e o local para onde ela será levada devem ser comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada. Ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;
- **reconhecimento jurídico da culpa** – todo cidadão acusado de um delito tem o direito de ser considerado inocente até que sua culpa seja definitivamente comprovada em julgamento público, no qual tenham sido asseguradas garantias necessárias à livre defesa.
- **direitos sociais** – os cidadãos têm direito à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à segurança, à previdência social, à proteção à maternidade e à infância, à assistência aos desamparados.

A Constituição Federal em vigor confere amplos direitos aos cidadãos. No entanto, somente quando esses direitos são efetivamente exercidos pelo conjunto das pessoas é que percebemos a prática da cidadania. Isso quer dizer que a cidadania não deve ser vista como “doação” do Estado à sociedade. Cidadania é uma construção coletiva, que resulta de processos históricos de lutas e conquistas das pessoas e dos grupos sociais.

Os povos indígenas

A democratização do país abriu espaço para um amplo debate sobre as questões indígenas no Brasil contemporâneo. Desse debate participaram os próprios indígenas e suas comunidades, bem como amplos setores da sociedade brasileira.

Assim, como resultado da luta do movimento indígena e dos grupos que apoiam a sua causa, a Constituição Federal consagrou um capítulo para os indígenas, referindo-se a eles como grupos autônomos, com direito sobre suas terras e o de manter suas organizações sociais, suas línguas, seus costumes e suas tradições. A seguir, leia a transcrição do texto constitucional.

Capítulo VIII

Dos índios

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

[...]

Art. 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 25 fev. 2016.

Governo Collor

Promessa de modernização e decepção

Após quase 30 anos sem eleições diretas para presidente da República, os eleitores brasileiros voltaram a exercer esse direito nos dias 15 de novembro e 17 de dezembro de 1989.

Ao final de uma agitada campanha eleitoral, venceu o ex-governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello, tendo como vice Itamar Franco. Eles concorreram por uma pequena agremiação política, o Partido da Renovação Nacional (PRN).

No segundo turno, Collor derrotou por pequena diferença de votos o ex-líder sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), que concorria pela primeira vez à presidência da República e recebera apoio de lideranças do PMDB, PSDB e PDT.

Durante a campanha eleitoral, Collor apresentou discurso centrado na moralização do serviço público e no combate aos **marajás**. Outra proposta de seu programa de governo era modernizar a administração do Estado e a economia do país conforme pensamento neoliberal, isto é, privatizar (vender para a iniciativa privada) empresas estatais, combater os monopólios, abrir o país à concorrência internacional e desburocratizar as regulamentações econômicas, entre outras propostas.

Plano Collor

O novo governo teve início em 15 de março de 1990. O país vivia um período de **hiperinflação**, que chegara a 2751,34% ao ano. No dia seguinte à posse, Collor anunciou um plano de estabilização da economia.

Marajá: denominação pejorativa para o funcionário público ou de empresa pública que goza de salários e vantagens considerados exorbitantes em relação à maioria da população. O termo é uma alusão ao título dado aos antigos príncipes indianos.

Hiperinflação: inflação acentuada, com preços muito elevados ou fora de controle e forte desvalorização monetária.

Entre outras medidas, o plano bloqueou contas e aplicações financeiras nos bancos, confiscou cerca de 80% do dinheiro que circulava no país (incluindo o das cadernetas de poupança) e extinguiu a moeda vigente, o cruzado, restabelecendo o cruzeiro.

O impacto social do chamado Plano Collor foi violento e atingiu grande parte da população, obrigada a aceitar o sacrifício – uma vez que o objetivo alegado era conter o processo inflacionário.

Com relação a seu projeto de modernizar o país, o governo Collor iniciou um processo de abertura econômica, facilitando a entrada de mercadorias e capitais estrangeiros no Brasil. Também adotou medidas que apontavam para um enxugamento da máquina estatal: demissão de funcionários públicos e extinção de empresas públicas, fundações e autarquias.

Não demorou muito, porém, para que viessem as decepções. Após um controle inicial, a inflação voltou a crescer, bem como a recessão, e o governo foi perdendo credibilidade.

Denúncias de corrupção

Depois de dois anos do governo Collor, começaram a surgir na imprensa do país inúmeras denúncias de corrupção envolvendo a cúpula governamental e a própria família Collor.

A gravidade das denúncias, aliada à grande repercussão alcançada na mídia, levou a Câmara dos Deputados a instituir uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), em maio de 1992, destinada a apurar as eventuais irregularidades.

Aos poucos, foram expostas ao público notícias de uma suposta rede de corrupção, sonegação fiscal e contas “fantasmas” do chamado “esquema PC”: uma série de negócios obscuros dirigidos por Paulo César ou PC Farias, amigo e ex-tesoureiro da campanha presidencial de Collor.

Impeachment

Ao final dos trabalhos, a CPI apresentou um relatório que incriminava o presidente Collor. Estava aberto o caminho legal para o **impeachment**, que foi aprovado pela Câmara Federal em 29 de setembro de 1992. A votação dos parlamentares (441 votos a favor e apenas 38 contra) foi transmitida pelas emissoras de rádio e TV e acompanhada, com grande interesse, pelos cidadãos brasileiros.

Impeachment: palavra inglesa que significa “impedimento”. Usada em sentido jurídico, é o processo que pune com o afastamento do cargo aquele que praticou delito grave no exercício das funções públicas.

Assim, Fernando Collor foi impedido de exercer a função de presidente da República para ser julgado pelo Senado Federal. No dia 2 de outubro de 1992, o vice-presidente Itamar Franco assumiu a presidência da República, governando interinamente até 29 de dezembro, quando, durante julgamento no Senado Federal, Collor entregou sua carta-renúncia. Mesmo após a apresentação da renúncia, o Senado prosseguiu o julgamento de Collor, cassando seus direitos políticos por oito anos.

Em destaque A presença indígena

O ano final do governo Collor, 1992, coincidiu com as comemorações dos 500 anos da “descoberta” da América por Colombo. A data foi aproveitada pelos indigenistas para debater questões relacionadas à realidade indígena brasileira. Um dos objetivos desse debate era mostrar que os povos indígenas fazem parte do presente do país e, por isso, lutam por direitos como a demarcação de suas terras.

Em 1992, foi encaminhado à presidência da República um abaixo-assinado de milhares de crianças, jovens e adultos exigindo a demarcação das terras indígenas e o respeito à autonomia político-cultural das nações indígenas.

Na cidade de São Paulo, foi realizada a mostra “Índios no Brasil: alteridade, diversidade e diálogo cultural”, que ocupou uma área de quase 5 000 m² no Pavilhão da Bienal do Parque Ibirapuera. Essa exposição representou um marco expressivo na difusão pública de conhecimentos sobre as sociedades indígenas brasileiras.

Inserido nesse momento histórico, o texto a seguir, do jornalista Washington Novaes, realça alguns valores culturais dos povos indígenas do Brasil atual, que devem constituir importante referência para a identidade pluriétnica da cultura brasileira.

É preciso começar com uma advertência: o que se vai ver aqui não é, nem pretende ser, uma visão científica da questão do índio diante da modernidade. Não é uma visão das chamadas ciências sociais. É apenas o relato desprezioso de quem, por força da atividade como jornalista, como documentarista, teve o privilégio da convivência com alguns grupos indígenas na Amazônia, no Centro-Oeste e no Sul do país, alguns deles ainda na força de sua cultura, antes do massacre determinado pela convivência forçada com outras culturas.

Ao fim de muitos anos de convivência e observação, resta a convicção muito forte de que nas culturas indígenas se encontram muitos traços, muitas direções, de uma verdadeira modernidade.

Não significa que se proponha um retorno coletivo à condição de índios – nem teríamos competências para isso. Significa que o encontro de uma verdadeira modernidade, no caso brasileiro, exige a reincorporação de muitos modos de ser e de viver encontráveis nas culturas indígenas, da organização política à organização social e ao relacionamento com o meio ambiente. Tal reencontro, além do mais, nos permitiria valorizar, realçar, desfrutar de nossa incomparável diversidade cultural [...], hoje desprezada e esmagada, e da nossa diversidade biológica.

Poderíamos, se caminhamos nessa direção, escapar às visões que a maioria da sociedade brasileira tem hoje do índio. Uma parte dos brasileiros sequer entende ou admite que se demarcuem terras indígenas e se cogite a preservação dos grupos, sob o argumento de que se trata de indivíduos improdutivos, obstáculos ao “progresso” ou ao “desenvolvimento”, numa hora em que tantas pessoas vivem na miséria. Outra parte, numa visão condescendente, admite a demarcação, embora aqui e ali invoque a necessidade de “compatibilizar” a preservação com outros interesses nacionais, sejam eles o “desenvolvimento”, a manutenção da soberania ou um “limite de terra por índio”. Uma terceira parcela de brasileiros, minoritária, defende a demarcação das áreas indígenas como um direito constitucional, ao mesmo tempo em que proclama o direito dos indígenas à existência e à diferença cultural.

Quanto à primeira visão, não é difícil lembrar que transfere para o índio a responsabilidade por injustiças sociais que devem ser localizadas em outros grupos sociais – pois essa visão não contesta nenhum outro tipo de propriedade de terras, seja qual for a extensão ou a utilização do patrimônio. A segunda visão também não resiste a confronto, na medida em que o argumento da ressalva só é invocado quando se trata de índios e deslembrando que sua posse da terra é imemorial, numa sociedade que admite até a propriedade por usucapião, após duas décadas

de posse por não índios. E mesmo a visão mais generosa, que proclama o direito à existência e à diferença cultural, talvez precise ser completada com outra visão: a do direito à semelhança, lembrado, por exemplo, pelo prof. Kabengele Munanga, da Universidade de São Paulo, ele próprio um discriminado racial na sua África. Diz o prof. Munanga que o racista agride e mata por não admitir o direito à semelhança, à possibilidade de o discriminado fazer o que ele, racista, é capaz de fazer profissionalmente, à possibilidade de esse discriminado ocupar o lugar dele, racista. Nada mais verdadeiro em relação ao índio: é a cobiça por sua terra e pelo que nela se encontra que explica a negação de seus direitos, da mesma forma que em outros tempos foi o desejo de transformá-lo em escravo, de apropriação do seu trabalho. E a tal ponto que foi preciso um papa proclamar que índio também tinha alma para negar o “direito” de morte sobre ele.

Será indispensável, entretanto, que a sociedade brasileira – para mudar sua visão –, além de ser informada corretamente sobre a questão indígena e os direitos dos 250 mil índios remanescentes, tome conhecimento também de características desses grupos que podem ser muito “úteis” e adequadas aos tempos em que estamos ingressando.

Pode-se começar pela organização política. Em muitas nações indígenas brasileiras, a organização política é marcada pela ausência de delegação de poderes. Os indivíduos não delegam poder a ninguém. Por isso, o chefe não manda, não tem poder, não dá ordens. É o representante da tradição, da cultura, depositário da experiência. Em geral, é o que mais sabe, o que fala melhor. E o que mais sofre. Mas não dá ordens.

Nesses grupos de relações igualitárias entre os indivíduos, a informação costuma ser aberta: o que um sabe, todos podem saber; ninguém se apropria da informação para transformá-la em poder político ou econômico.

Da mesma forma, a relação com a terra não costuma ser uma relação patrimonial. Embora o indivíduo tenha sua casa e sua roça, embora o grupo ocupe determinado “território”, a relação não é de propriedade individual, e sim coletiva.

Enquanto na força de sua cultura, esses grupos não costumam trabalhar para produzir excedentes comerciáveis. E sequer circula dinheiro entre eles.

Com todas essas peculiaridades, se ninguém delega poder, se ninguém se apropria da informação, se ninguém pode dar ordens, será impossível estabelecer repressão organizada. E sem repressão, não será possível a dominação de um grupo por outro grupo, ou de um indivíduo por outro grupo. Nestes tempos em que se questiona em todas as partes do mundo a organização e as funções do Estado, em que se proclama a necessidade de descentralizar o poder, de conferir a autonomia aos cidadãos, que outra organização social pode permitir-nos uma visão mais moderna e estimulante? Que pode haver de mais instigante que uma sociedade onde cada indivíduo é educado para ser autossuficiente? Um índio na força de sua cultura sabe fazer sua casa, sua rede, sua canoa, arco e flecha, esteira e objetos de adorno. Sabe caçar, pescar e fazer roça, não depende de ninguém para seu próprio sustento. Identifica no seu ambiente plantas e frutos úteis. Sabe cantar e dançar. Sabe tudo de que precisa.

NOVAES, Washington. O índio e a modernidade. In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (Org.), *Índios no Brasil*. São Paulo: Global; Brasília: MEC, 1998. p.181-182.

1. Na visão do autor, quais características das culturas indígenas deveríamos levar em conta em nossa sociedade moderna?
2. Esse texto foi publicado pela primeira vez em 1992, alguns anos após o fim da ditadura militar. Na sua interpretação, é possível perceber no texto uma crítica à ditadura militar? Explique.

Governo Itamar

A busca de equilíbrio em meio à crise

Com a saída de Collor, Itamar Franco assumiu efetivamente o cargo de presidente da República, em 29 de dezembro de 1992. Com um estilo diferente do de seu antecessor, o novo presidente procurou compor um governo com o apoio de diversos partidos políticos.

Governo de coalizão

Itamar Franco recebeu uma pesada herança socioeconômica: a persistência da inflação; a altíssima concentração de renda; a recessão econômica e o desemprego; o agravamento dos problemas da miséria social. A fim de enfrentar esses desafios, Itamar convidou para compor seu ministério figuras das mais variadas tendências ideológicas. Formou, assim, um governo de **coalizão**.

Plebiscito

Entre os fatos que marcaram o início do governo Itamar, destaca-se a realização, em abril de 1993, de um plebiscito para decidir a forma e o sistema de governo que o Brasil iria adotar: se república ou monarquia, se presidencialismo ou parlamentarismo. Esse plebiscito estava previsto na Constituição de 1988.

A maioria dos eleitores decidiu que o Brasil continuaria sendo uma república presidencialista: 66% votaram pela república e 10%, pela monarquia; 55% escolheram o presidencialismo e 25%, o parlamentarismo.

Plano Real

No primeiro ano, o governo Itamar não conseguiu controlar a inflação, promovendo a substituição de sucessivos ministros da Fazenda. Na última substituição, Itamar nomeou Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, para o Ministério da Fazenda.

Alguns meses depois, no final de 1993, Fernando Henrique encarregou-se de coordenar um plano de estabilização da economia desenvolvido por uma equipe de especialistas que o assessorava no ministério.

O objetivo básico era controlar a hiperinflação brasileira, considerada crônica. Assim, no dia 1º de julho de 1994 passou a vigorar no país uma nova moeda: o real. Por isso, o plano ficou conhecido como **Plano Real**.

Queda da inflação

Acolhido com certa desconfiança pelas oposições, o Plano Real foi ganhando o apoio de crescente parcela da população. O plano não promovia congelamento de preços ou de salários. A inflação desabou de quase 50% ao mês, em junho de 1994, para índices próximos a 4%, no final de julho do mesmo ano. No ano anterior, havia sido de mais de 2000%. Em 1995, o índice inflacionário foi reduzido para 22,41% pelo IPCA/IBGE.

Os resultados positivos do Plano Real impulsionaram a candidatura de Fernando Henrique à presidência da República nas eleições de 1994.

Coalizão: acordo ou aliança interpartidária para um fim comum.



RENATO ALVES/FOLHAPRESS

O político mineiro Itamar Franco (1930-2011) foi o 33º presidente do Brasil. Fotografia de 21 de dezembro de 1994.



SÉRGIO AMARAL/ESTADÃO CONTEÚDO

Fernando Henrique Cardoso, então ministro da Fazenda, exhibe cédulas da nova moeda brasileira, o real, em 1º de julho de 1994.

Denúncias de corrupção

De 1993 a 1994, o governo Itamar sofreu crises devido a denúncias de irregularidades. Entre elas, destacou-se a que deu origem à chamada CPI do Orçamento. A investigação da Comissão Parlamentar de Inquérito apontou a existência de um esquema de corrupção que, por meio do tráfico de influência, desviava verbas previstas no orçamento da União para entidades filantrópicas “fantasmas”, apadrinhados políticos, empreiteiras etc.

A acusação inicial envolvia mais de vinte parlamentares, seis ministros e ex-ministros e três governadores de estado. Entretanto, apenas seis deputados, conhecidos na imprensa como “anões do orçamento”, tiveram seus mandatos cassados pelo plenário da Câmara. Os demais denunciados renunciaram ou foram absolvidos.

Governo Fernando Henrique

Um projeto liberal-reformista

Formando uma coligação entre o PSDB e o PFL (Partido da Frente Liberal), Fernando Henrique Cardoso – também conhecido como FHC – venceu, no primeiro turno, as eleições de outubro de 1994, com quase 55% dos votos válidos. Assumiu a presidência da República em 1ª de janeiro de 1995, para cumprir um mandato que terminaria em 31 de dezembro de 1998.

Em 1997, porém, foi aprovada, pelo Congresso Nacional, uma emenda constitucional permitindo a reeleição do presidente da República, de governadores de estado e de prefeitos.

Fernando Henrique concorreu à reeleição e saiu outra vez vitorioso no primeiro turno. Tornou-se, assim, o primeiro presidente brasileiro a exercer dois mandatos consecutivos. O segundo mandato de Fernando Henrique teve início em 1ª de janeiro de 1999 e terminou em 31 de dezembro de 2002.

Nas duas eleições, seu principal adversário foi Luiz Inácio Lula da Silva, do PT. PT e PSDB passaram a dominar e a polarizar o cenário político brasileiro.

PAULO JARES/ABRIL COMUNICAÇÕES S/A



Posse do presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1995.

Reformas na gestão econômica

No plano econômico, o governo FHC dedicou-se ao combate à hiperinflação do país e deu prosseguimento ao Plano Real.

Adotando, entre outras medidas, uma política de juros altos, o resultado desse combate pode ser percebido pelos seguintes indicadores:

- de 1988 a 1993, a taxa média da inflação brasileira havia sido de 1 280,9% ao ano;
- com a implantação do Plano Real, em julho de 1994, até maio de 2000, a taxa média da inflação caiu para 11,4% ao ano (com base no Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE).

Outro aspecto marcante da gestão de Fernando Henrique foi a retomada da reforma do Estado e da economia, projeto que tinha certos antecedentes no governo Collor. A ideia defendida pela equipe de FHC era romper com o modelo de Estado interventor, que ganhou expressão na Era Vargas.

Programa de privatizações

Adotando uma política econômica considerada neoliberal por uns, ou liberal-reformista por outros, o governo FHC procurou reduzir o papel do Estado como produtor de bens e serviços diretos, com uma série de privatizações de empresas públicas. Foram privatizadas, por exemplo, empresas de telecomunicações (Sistema Telebras), de geração e distribuição de energia elétrica (Eletrobras), de mineração (Companhia Vale do Rio Doce), de siderurgia (Usiminas, Cosipa, Companhia Siderúrgica Nacional) e do setor químico (Copene, Copesul). Para supervisionar as áreas privatizadas, o governo criou diversas agências reguladoras – entidades públicas independentes dos governos, idealizadas com o propósito de não serem suscetíveis a pressões políticas. São exemplos de agências reguladoras a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), a Agência Nacional do Petróleo (ANP) e a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), entre outras.

As autoridades responsáveis pelo programa de privatizações defenderam-no argumentando, principalmente, que:

- era preciso fortalecer o Estado regulador em detrimento do Estado empresário. Desse modo, retirando-se do setor empresarial, poderia cumprir melhor seu papel de provedor e executor de políticas sociais nas áreas de segurança, saúde, educação etc.;
- as privatizações atrairiam capital estrangeiro, modernizariam setores econômicos, expandiriam a cobertura dos serviços e dinamizariam a economia;
- o dinheiro arrecadado pelo governo com a venda das estatais seria usado para pagar parte da dívida do país (interna e externa).

O programa de privatizações empreendido pelo governo enfrentou a oposição de grupos corporativos que defendiam seus interesses. Também se defrontou com a reprovação daqueles que, por convicções nacionalistas, eram (e são) contrários à desestatização.



GREGG NEWTON/REUTERS/LATINSTOCK

Manifestante enrolado na bandeira do Brasil em frente à Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, na manhã de 29 de julho de 1998. Nessa data, ocorreu o leilão de privatização da empresa de telecomunicações Telebras em meio a protestos que terminaram em confronto entre manifestantes e policiais.

Mas as privatizações também foram criticadas por outros motivos. Segundo diversos analistas:

- a liquidação do patrimônio público teria sido feita por preços muito baixos; e
- o pagamento das dívidas interna e externa do país com os recursos arrecadados não alcançou o efeito esperado. Ao contrário, durante o mandato de Fernando Henrique, as dívidas interna e externa do país aumentaram muito.

Lei de Responsabilidade Fiscal

Uma iniciativa do governo FHC considerada importante para o aprimoramento da gestão das finanças públicas foi a aprovação da **Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)**, em 4 de maio de 2000.

A LRF estabeleceu regras precisas para todo administrador público – no âmbito municipal, estadual e federal –, com o propósito de alcançar um equilíbrio entre receitas e despesas na administração das contas públicas.

O princípio fundamental da LRF consiste em proibir a criação de uma nova despesa (por mais de dois anos) nos orçamentos públicos sem a indicação de receita correspondente ou de redução equivalente de gastos já previstos para cobri-la. Ou seja, não se pode gastar mais do que o arrecadado. O desrespeito às determinações da LRF pode gerar graves punições, como a perda dos direitos políticos, o pagamento de pesadas multas e a prisão dos infratores.

Avanços sociais

Durante o governo FHC, as injustiças sociais históricas do país não foram eliminadas. No entanto, houve avanços positivos em alguns setores, como na educação e na saúde.

Redução do analfabetismo

Na educação, durante o governo FHC, o Brasil praticamente alcançou a universalização do Ensino Fundamental, garantindo o acesso à escola para 97% das crianças do país com idade entre 7 e 14 anos (segundo dados de 2002).

Além disso, houve significativa queda na taxa de analfabetismo entre a população com mais de 10 anos de idade. Em 1990, havia no país cerca de 18,3% de analfabetos; em 2002, esse percentual caiu para 12,8%. A redução mais notável ocorreu entre os jovens de 15 a 19 anos, faixa etária em que a taxa baixou de 12% para 6%.

Essa redução entre os jovens indica que o analfabetismo, no Brasil atual, tende a se confinar entre as gerações mais velhas, não alcançadas pelas recentes políticas de alfabetização. No entanto, quando comparada a outros países, a taxa de analfabetismo brasileira ainda é bastante elevada.

Apesar desses avanços na educação brasileira em termos quantitativos, resta ainda um imenso trabalho a ser desenvolvido para a melhoria da qualidade dos ensinos público e privado no país.



No estado do Amazonas, um menino atravessa de canoa o rio Purus para ir à escola na cidade de Pauini, um dos municípios com maior índice de analfabetismo no Brasil. Fotografia de 1996.

Queda da mortalidade infantil

Na área de saúde, o governo FHC expandiu o atendimento médico-hospitalar e as campanhas públicas de vacinação. Esses esforços refletiram-se, por exemplo, na queda da taxa de mortalidade infantil: em 1994, essa taxa era de 36,5 mortos por mil nascidos vivos; em 2002, caiu para 27,8 mortes.

Expressando uma melhoria nas condições gerais de saúde, houve uma ampliação da expectativa de vida no país. Em 1980, o brasileiro vivia, em média, 60 anos; em 2002, a expectativa média de vida subiu para 71 anos.

Apesar dos progressos apontados, ainda são muitos os problemas que afetam as condições da saúde pública no Brasil. Na tabela ao lado podemos comparar a taxa de mortalidade infantil e a expectativa de vida no Brasil com as de alguns países selecionados.

Mortalidade infantil e expectativa de vida (estimativa de 2015)		
País	% mortalidade infantil	Expectativa de vida (anos)
Argentina	9,69	77,69
Brasil	18,60	73,53
Chile	6,86	78,61
Estados Unidos	5,87	79,68
França	3,28	81,75
Itália	3,29	82,12
Japão	2,08	84,74
México	12,23	75,65
Portugal	4,43	79,16
Venezuela	18,91	74,54

Fonte: CIA World Factbook. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>>. Acesso em: 1º mar. 2016.

Final da Era FHC

No último ano do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, cresceram o descontentamento popular e as críticas de parte da imprensa em relação ao desempenho de seu governo. Vários fatores contribuíram para isso:

- crise de fornecimento de energia elétrica no país, gerando risco de “apagão”. Na época, atribuiu-se o problema à falta de investimentos do governo em infraestrutura e às privatizações no setor energético;
- crescimento intenso das dívidas externa e interna do setor público, gerando desconfiança na capacidade do governo de honrar seus compromissos e pondo em dúvida a efetividade do processo de privatizações;
- retorno da pressão inflacionária, levando a certa desilusão com o Plano Real;
- elevadas taxas de desemprego, causando descontentamento popular.

A insatisfação social desse período converteu-se em anseio por mudanças políticas que, em grande medida, foram direcionadas para o candidato da oposição, Luiz Inácio Lula da Silva, nas eleições à presidência da República em 2002.

Denúncias de corrupção

Durante o mandato de Fernando Henrique também houve denúncias de corrupção e irregularidades envolvendo parlamentares, assessores, altos funcionários públicos e empresários ligados ao governo.

Algumas dessas denúncias converteram-se em investigações parlamentares, como a CPI do Sivam (Sistema de Vigilância da Amazônia) e a CPI dos Bancos. Grande parte dessas investigações não foi avante no Congresso. Entre elas, pode ser destacada a suposta compra de votos de parlamentares para a aprovação da emenda constitucional da reeleição.

A favor do governo ficou o fato de que não houve nenhuma comprovação jurídica para essas denúncias, atribuídas ao jogo político dos opositoristas. Do lado das oposições restou a suspeita de que as alegações eram verdadeiras, dado o empenho dos governistas em impedir que as investigações fossem levadas adiante.

Governo Lula

Esperanças de inclusão social

Depois de três tentativas de alcançar a presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva, candidato do PT, conseguiu vencer as eleições em 2002. Pela primeira vez na história republicana brasileira, um líder político de origem popular (ex-operário e ex-líder sindical) chegava à Presidência da República.

No segundo turno, Lula alcançou 61,3% dos votos válidos, derrotando José Serra, do PSDB.

Em 2006, ao final de seu mandato, Lula disputou nova eleição e foi reeleito no segundo turno, com pouco mais de 60% dos votos válidos. Seu adversário foi Geraldo Alckmin, também do PSDB.

Primeiro mandato (2003-2006)

Lula assumiu a presidência em 1º de janeiro de 2003. Seu programa de governo propunha-se a enfrentar problemas sociais antigos e profundos que afligiam a maioria do povo brasileiro. Prometia também preservar os fundamentos da ordem econômica. Neste sentido, o governo Lula procurou, desde o início, tranquilizar os mercados, ganhar a confiança de grandes empresários, preservar a estabilidade da moeda e conter a pressão inflacionária.



Cerimônia de posse de Luiz Inácio Lula da Silva, que aparece usando a faixa presidencial, ao lado de sua esposa, Marisa Letícia Lula da Silva. À direita, estão o seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso, e sua esposa, Ruth Cardoso. Fotografia de 1º de janeiro de 2003.

Para isso, a equipe econômica do governo adotou uma conduta semelhante à da gestão anterior, o que gerou críticas daqueles que esperavam mais ousadia. Porém, essa estratégia trouxe bons resultados, como:

- controle da inflação;
- crescimento das exportações brasileiras; e
- ligeira queda nos índices de desemprego.

Entre 2003 e 2006, o PIB (a soma de todos os bens e serviços produzidos no país) cresceu num ritmo médio de 3,4% ao ano, e isso já representava uma taxa superior à do governo anterior. Observe os dados da tabela abaixo.

Produto Interno Bruto (PIB)		
Média do PIB por período de governo		
Governo	Período	PIB médio
Fernando Henrique	1999-2002	2,2%
Lula	2003-2006	3,4%

Fonte: IBGE.

Denúncias de corrupção

O governo Lula também sofreu denúncias de corrupção em seu primeiro mandato. Algumas delas foram investigadas pelos parlamentares, como a CPI dos Bingos e a CPI dos Correios. A acusação mais grave, porém, deu origem a um escândalo que ficou conhecido como “mensalão”.

Desde 2003, o governo procurou reunir, no Congresso Nacional, o apoio de um número de parlamentares que garantisse a aprovação das propostas legislativas de interesse do Executivo. Para isso, promoveu alianças e acordos com membros de diversos partidos, como PL, PP, PTB, PMDB etc.

A partir de 2005, o mecanismo de sustentação dessas alianças causou suspeita: denúncias apontaram para a existência de um esquema, coordenado por líderes do PT, por meio do qual um grupo de parlamentares aliados ao governo recebia um suposto pagamento mensal em dinheiro em troca de seu apoio político.

O escândalo do “mensalão” recebeu destaque na grande imprensa e foi investigado por uma CPI e pela Polícia Federal.

Após 120 dias de investigação, a CPI do Mensalão não conseguiu provas conclusivas a respeito das principais acusações ao governo. No entanto, alguns deputados denunciados renunciaram, e três foram cassados.

Por iniciativa da Procuradoria Geral da República, muitas dessas denúncias foram encaminhadas ao Supremo Tribunal Federal, que decidiu abrir processo contra os indiciados. Em 2012, o processo do “mensalão” foi finalmente julgado pelo STF e vários acusados foram condenados pela Corte Suprema.

Charges são desenhos humorísticos que costumam apresentar críticas sociais e políticas. Observe a charge sobre denúncias de corrupção no governo Lula envolvendo pessoas ligadas ao PT e ao governo federal.



Charge de autoria de Glauco.

- Qual é a crítica feita nesta charge? Procure analisar elementos como o quadro na parede, a bandeira nacional e a postura do presidente.

Segundo mandato (2006-2010)

Apesar do bombardeio de denúncias promovido pela oposição e pela grande imprensa, Lula conseguiu reeleger-se em 2006. Alguns analistas entenderam essa vitória como uma demonstração de que a maior parte do eleitorado ainda considerava Lula um político comprometido com as causas populares. Outros atribuíram a reeleição ao Bolsa Família, um programa de distribuição de renda que beneficiou cerca de 11 milhões de famílias pobres do país durante o primeiro mandato. Posteriormente, o programa foi ampliado, alcançando cerca de 25% da população do país, em meados de 2007.

Durante o ano de 2008, vários países sofreram o impacto de uma crise financeira internacional (retome o capítulo 12). Devido às interações do mundo globalizado, essa crise repercutiu também no Brasil, provocando queda das ações de empresas brasileiras, restrições ao crédito e fechamento de alguns postos de trabalho. No entanto, a relativa solidez da economia brasileira fez com que o país atravessasse a crise em condições melhores do que muitos países ricos do hemisfério norte.

No segundo mandato, a popularidade do presidente Lula continuou em alta, alcançando índices em torno de 80% de aprovação popular.

Desigualdade social, o grande desafio do país

Nas eleições de 2010, a candidata do PT, Dilma Rousseff, que foi ministra do governo Lula, venceu as eleições e tomou posse em janeiro de 2011. Ela foi a primeira mulher a assumir o cargo de presidente do Brasil.

Dilma começou sua vida política aos 16 anos. Entre as décadas de 1960 e 1970, participou da luta armada contra a ditadura militar, tendo sido presa e torturada por órgãos repressivos do governo.

Continuidade das políticas sociais

O governo Dilma buscou manter as linhas gerais do governo anterior, dando continuidade aos programas sociais que envolviam construção de moradias populares, expansão da educação pública e distribuição de renda, entre outros.

Em 2004, cerca de 3,2% dos domicílios brasileiros não dispunham de iluminação elétrica; em 2014, esse número caiu para 0,3%.

Além disso, em 2013, o analfabetismo, que era de 12,8% em 2002, caiu para 7,9% entre pessoas com 10 anos ou mais de idade. O número de matrículas em cursos de graduação universitária subiu para mais de 7 milhões. Desse total, cerca de 55% dos matriculados eram mulheres.¹

No ano de 2014, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) divulgou que o Brasil havia reduzido a **pobreza extrema** para 1,7%. Em 2002, havia 19 milhões de pessoas subalimentadas no país. Esse número caiu para 3,4 milhões em 2013. Ainda segundo a FAO, programas como o Bolsa Família contribuíram para esse resultado.²

Pobreza extrema: para a FAO, são consideradas extremamente pobres as pessoas que vivem com renda inferior a um dólar por dia.

Crise política e econômica

Em 2013, eclodiram protestos contra o aumento nas tarifas dos transportes públicos na cidade de São Paulo. Esses protestos se espalharam pelo país, chegando a reunir mais de 1 milhão de pessoas. Além da redução da tarifa, as pautas das manifestações passaram a incluir queixas sobre corrupção pública e os gastos com as obras da Copa do Mundo de 2014, que foi realizada no Brasil. Mesmo com a popularidade afetada, Dilma reelegeu-se em 2014 para um novo mandato como presidente da República.

A partir de 2014, alguns indicadores, como o aumento do desemprego, da inflação e da dívida pública e a retração do PIB do país, mostravam a extensão da crise econômica.

Segundo o IBGE, no início de 2016, a taxa de desemprego atingiu 10,9% da população economicamente ativa. Isso significa que havia mais de 11 milhões de pessoas sem trabalho no Brasil. Já a inflação acumulada em 2015 chegou a cerca de 10,7%, a maior taxa desde 2002. E o PIB teve queda de 3,8% em 2015, a maior desde 1996.³

1 Cf. IBGE. *Brasil em síntese*. Disponível em: <<http://brasilemsintese.ibge.gov.br>>; MEC/Inep. Censo da Educação Superior 2013. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/apresentacao/2014/coletiva_censo_superior_2013.pdf>. Acessos em: 2 maio 2016.

2 Cf. FAO. *The state of food insecurity in the world 2014*. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-i4030e.pdf>>. Acesso em: 3 maio 2016.

3 Cf. IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 3 maio 2016.

No segundo mandato de Dilma, cresceu a insatisfação popular com o desempenho do governo. Várias frentes de oposição ao governo buscaram promover o *impeachment* da presidente da República sob a acusação de crime de responsabilidade fiscal (abertura de créditos suplementares sem autorização do Congresso e tomada de “empréstimos” de bancos públicos).

Alegavam, também, omissão em relação às irregularidades que estavam ocorrendo na Petrobras. Contando com ações da Polícia Federal, do Ministério Público Federal e da Justiça Federal, a Operação Lava Jato investigou e denunciou imenso esquema de pagamento de propinas envolvendo diretores da Petrobras, empreiteiros do setor privado e políticos de diversos partidos.

Nesse período, o clima político se radicalizou entre os grupos a favor do governo e contra ele. Milhões de brasileiros saíram às ruas para manifestar seu posicionamento. Sindicatos, grupos estudantis e movimentos sociais protestavam pela continuidade do mandato de Dilma Rousseff, defendendo a manutenção do resultado das urnas.

Em abril de 2016, sob a alegação de que a presidente havia cometido crime de responsabilidade fiscal, a Câmara dos Deputados encaminhou o processo de *impeachment* ao Senado Federal. Em 12 de maio, a maioria dos senadores votou pelo afastamento de Dilma Rousseff da presidência. Na mesma data, o vice-presidente Michel Temer tomou posse interinamente e anunciou o novo ministério.



ROBERTO STUCKERT FILHO/PR/HANDOUT/PA/CORBIS/FOTARENA

A presidente Dilma Rousseff, primeira mulher a abrir a Assembleia Geral da ONU, em Nova York (EUA). Fotografia de 19 de fevereiro de 2011.

Democracia e cidadania

Sociedade livre, justa e solidária

No Brasil atual, a democracia precisa se fortalecer no plano das instituições públicas. Além disso, precisa se efetivar na vida cotidiana da população.

Nos últimos 30 anos, houve várias conquistas da sociedade brasileira. Entre elas podemos citar: o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o Estatuto do Idoso, o Estatuto da Igualdade Racial e a Lei da Ficha Limpa.

Criado em 1990, o ECA define como criança o menor de até 12 anos incompletos e como adolescente aquele com idade entre 12 e 18 anos. Esse estatuto assegura, por exemplo: o acesso à escola pública e gratuita próxima da residência, proibindo qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz; e a oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador.

Estabelecido em 2003, o Estatuto do Idoso define como idosa a pessoa com idade igual ou maior do que 60 anos. Esse estatuto assegura direitos como: o atendimento preferencial imediato e individualizado junto aos órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população e a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semiurbanos aos maiores de 65 anos, com reserva de 10% dos assentos para os idosos.

Instituído em 2010, o Estatuto da Igualdade Racial considera que população negra abrange as pessoas que se autodeclararam pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pelo IBGE, ou que adotam autodefinição análoga. Esse estatuto estabelece, entre outras coisas: a liberdade de crença e o livre exercício aos cultos de origem africana; e a obrigatoriedade do ensino da história africana e afrobrasileira nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e de Ensino Médio, públicos e privados.

No ano de 2012, entrou em vigor a Lei da Ficha Limpa. Essa lei determinou, entre outras coisas, a inelegibilidade, por oito anos, de políticos condenados em segunda instância por processo criminal, cassados ou que renunciaram para evitar a cassação.

Evidentemente, existem muitas tarefas a serem empreendidas na democratização das relações sociais. Essa luta inclui a expansão da educação de qualidade, da saúde pública, da segurança social etc. “Se há algo importante a se fazer em termos de consolidação democrática, é reforçar a organização da sociedade para [...] democratizar o poder.”⁴

Os novos desafios apontam para a necessidade de mais democracia, mais cidadania e mais ética nas relações humanas. Reduzir os abismos das desigualdades sociais e erradicar a pobreza talvez sejam as maiores de todas as prioridades da sociedade brasileira, tanto para os governantes como para os cidadãos.

Investigando

- Comente a frase: “Vivemos, na prática, um *apartheid* social”.

4 CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 227.

Oficina de História

Vivenciar e refletir

1. Em grupo, pesquisem as experiências de pessoas de sua comunidade durante épocas de hiperinflação, como foram os anos 1980. Depois, respondam às questões.
 - a) Como as pessoas se comportavam diante do aumento indiscriminado dos preços?
 - b) Que diferenças podem ser apontadas com relação à situação econômica do país no começo do século XXI?
2. Que direitos foram conquistados pelos cidadãos a partir do início da vigência da Constituição de 1988? Em grupo, entrevistem pessoas que viveram antes desse período para descobrir se elas sentiram as mudanças constitucionais no cotidiano. Em seguida, baseando-se nas entrevistas, escrevam um texto dissertativo sobre o assunto.
3. Vários estudos indicam que a sociedade brasileira ainda é vítima de crimes de corrupção generalizada, que, às vezes, parecem tomar proporções endêmicas. Formem grupos e debatam esse tema a partir das questões propostas a seguir.
 - a) Que danos a corrupção causa para as pessoas e para o país? Como vocês explicam esse fenômeno?
 - b) Em geral, a maioria das pessoas associa a corrupção à conduta de políticos e grandes empresários, e poucas refletem sobre as pequenas corrupções do dia a dia. Em sua opinião, o que seriam essas pequenas corrupções do dia a dia?
 - c) O que vocês acreditam que precisa ser feito para combater a corrupção?

Diálogo interdisciplinar

Diálogo interdisciplinar com Arte.

4. A partir da década de 1990, é possível observar no cenário cultural brasileiro uma revitalização do cinema nacional. Em grupo, pesquisem filmes pro-

duzidos no Brasil contemporâneo que façam parte dessa revitalização. Em seguida, montem uma mostra de cinema com os filmes pesquisados. Para isso, reúna e organize a ficha técnica, uma sinopse e uma imagem (do cartaz, por exemplo) de cada um dos filmes.

Diálogo interdisciplinar com Arte, Língua Portuguesa, Sociologia e Filosofia.

5. Leia a letra de uma das músicas mais conhecidas da banda Legião Urbana, que fez muito sucesso nas décadas de 1980 e 1990. Inspirando-se nessa música e por meio do que você aprendeu e discutiu neste capítulo, escreva uma redação refletindo sobre o tema: "Que país é esse?".

Nas favelas, no Senado

Sujeira pra todo lado

Ninguém respeita a Constituição

Mas todos acreditam no futuro da nação

Que país é esse?

No Amazonas, no Araguaia, na Baixada Fluminense

No Mato Grosso, Minas Gerais e no Nordeste tudo em paz

Na morte eu descanso mas o sangue anda solto

Manchando os papéis, documentos fiéis

Ao descanso do patrão

Que país é esse?

Terceiro mundo se for

Piada no exterior

Mas o Brasil vai ficar rico

Vamos faturar um milhão

Quando vendermos todas as almas

Dos nossos índios num leilão.

Que país é esse?

Renato Russo. *Que país é esse?* (1987). © Edições Musicais Tapajós Ltda. 1987.

De olho na universidade

6. (Enem-2015)

Não nos resta a menor dúvida de que a principal contribuição dos diferentes tipos de movimentos sociais brasileiros nos últimos vinte anos foi no plano da reconstrução do processo de democratização do país. E não se trata apenas da reconstrução do regime político, da retomada da democracia e do fim do regime militar. Trata-se da reconstrução ou construção de novos rumos para a cultura do país, do preenchimento de vazios na condução da luta pela redemocratização, constituindo-se como agentes interlocutores que dialogam diretamente com a população e com o Estado.

GOHN, M. G. M. *Os sem-terras, ONGs e cidadania*. São Paulo: Cortez, 2003. (Adaptado.)

No processo da redemocratização brasileira, os novos movimentos sociais contribuíram para:

- diminuir a legitimidade dos novos partidos políticos então criados.
- tornar a democracia um valor social que ultrapassa os momentos eleitorais.
- difundir a democracia representativa como objetivo fundamental da luta política.
- ampliar as disputas pela hegemonia das entidades de trabalhadores com os sindicatos.
- fragmentar as lutas políticas dos diversos atores sociais frente ao Estado.

Para saber mais

Na internet

- Anistia Internacional: <<https://anistia.org.br/campanhas/>>.

Site com vídeos e textos de diversas campanhas voltadas para a defesa dos direitos humanos. Em grupo, produzam um cartaz para divulgar uma dessas campanhas. Para isso, selecionem imagens e criem uma frase chamativa sobre o tema. (Acesso em: 25 fev. 2016.)

Nos filmes

- *Xingu*. Direção de Cao Hamburger. Brasil, 2012, 130 min.

Filme baseado em uma história real. Três jovens, os irmãos Villas-Bôas, participam da Expedição Roncador-Xingu na década de 1940, quando estabelecem contato com diversos povos e culturas indígenas e se engajam na luta pela demarcação de terras indígenas na região central do Brasil. Em grupo, escrevam uma resenha sobre o filme, destacando as dificuldades encontradas para a criação do Parque Indígena do Xingu.

- *O ano em que meus pais saíram de férias*. Direção de Cao Hamburger. Brasil, 2006, 105 min.

Em 1970, Mauro tem 12 anos. Adora futebol e jogo de botão. Um dia, sua vida muda completamente, quando seus pais saem de férias de forma inesperada. Na verdade, os pais de Mauro foram obrigados a fugir da perseguição política e a deixá-lo com seu avô paterno.

O filme é ambientado no Brasil nos chamados anos de chumbo da ditadura militar. Como esse período foi representado no filme? Procure analisar aspectos como personagens, temas e cenários do filme.

- *O contador de histórias*. Direção de Luiz Villaça. Brasil, 2009, 100 min.

Filme baseado na história de Roberto Carlos Ramos, deixado pela mãe em uma entidade assistencial do governo. Após ser considerado "irrecuperável", ele recebe a visita da pedagoga francesa Margherit Duvas. Aos poucos, os dois desenvolvem uma relação de amizade e confiança.

Inspirando-se no filme, debata com seus colegas o seguinte tema: "Não somos responsáveis pelo mundo que encontramos ao nascer, mas precisamos, na medida de nossas possibilidades, fazer alguma coisa pelo mundo que está sendo construído".



Projeto temático

Cidade em movimento

Nos projetos temáticos, vocês irão realizar atividades experimentais que problematizam a realidade e ajudam a pensar historicamente.

O tema deste projeto é a cidade em movimento. Para desenvolvê-lo, propõe-se a elaboração de um seminário que envolverá o estudo do espaço social.

Reúnam-se em grupos e leiam as orientações a seguir.

1. Escolham um dos seguintes temas:

• Moradia

• Cultura e lazer

• Transportes

Estação de trem em Juazeiro do Norte, no Ceará. Fotografia de 2010.



DELFIN MARTINS/PULSAR IMAGENS

Pessoas atravessam a Avenida Paulista em faixa de pedestres localizada na frente do parque Trianon, em São Paulo (SP). Fotografia de 2015.



CESAR DINIZ/PULSAR IMAGENS

2. Todos os grupos, independentemente do tema escolhido, devem responder às seguintes questões utilizando as fontes sugeridas.

Questões

- Quando sua cidade foi fundada?
- Quem é o atual prefeito de sua cidade? E quem são os atuais vereadores?
- Qual é a população de sua cidade? E quais são as cidades mais populosas do Brasil?
- Qual é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de seu município? E o Produto Interno Bruto (PIB)?
- Existem áreas verdes em sua cidade? Elas estão bem conservadas?

Fotografia, de 2015, do Largo da Carioca, região de intensa movimentação de pessoas e de variada oferta de comércio e serviços na cidade do Rio de Janeiro (RJ).

Fontes sugeridas

- IBGE Cidades: <http://www.cidades.ibge.gov.br>
Página com informações sobre os municípios brasileiros, incluindo população, história, PIB e IDH. Apresenta gráficos, tabelas, textos e fotografias.
- Cidade de papel | ONU: <https://youtu.be/pj2Xwrq2n-o>
Animação sobre os atuais desafios das cidades no mundo globalizado.
- Série Valor do lixo | TV Cultura: http://tvcultura.com.br/videos/17933_assista-a-1-reportagem-da-serie-valor-do-lixo.html
Vídeo com série de reportagens sobre a situação do lixo no Brasil.
- Da garoa à tempestade – Pesquisa FAPESP: <https://youtu.be/rgTx-3VLGd8>
Vídeo sobre pesquisa que procurou identificar fatores globais e urbanos nas mudanças climáticas da cidade de São Paulo.
- Lixo – problemas e soluções | Universidade de São Paulo: <http://www.ib.usp.br/coletaseletiva/saudecoletiva/>
Página do Instituto de Biologia da USP que apresenta os tipos de lixos, os locais para onde costumam ser levados, as doenças que podem ser causadas pelo lixo, além de orientações sobre coleta seletiva.

3. Para o **estudo do espaço social**, sigam as etapas a seguir.

a) De acordo com o tema escolhido, promovam visitas a locais como os indicados na tabela.

Tema	Locais a serem visitados
Moradia	Áreas residenciais
Cultura e lazer	Cinemas, museus, centros esportivos, praças, parques, bibliotecas etc.
Transportes	Terminais de ônibus, estações de metrô, portos, aeroportos etc.

b) Pesquisem aspectos históricos a respeito do local a ser visitado, tais como:

- data de fundação do bairro ou da construção;
- usos que o local teve ao longo do tempo;
- reformas ou ampliações realizadas na área.



Jovem se exercita em aparelhos no parque Barigui, em Curitiba, Paraná. Fotografia de 2014.

RUBENS CHAVES/PULSAR IMAGENS

c) Durante as visitas, analisem e registrem os elementos propostos nos quadros a seguir.

Moradia

- Tipos de moradia (casas, apartamentos, cortiços etc.) e suas características.
- Grupos sociais que moram na região.
- Estado de conservação e manutenção das ruas e calçadas.
- Nomes das ruas, avenidas e praças.
- Acesso a serviços de saneamento básico (abastecimento de água, tratamento de esgoto e coleta de lixo).
- Proximidade de comércios, escritórios, indústrias, escolas e faculdades.

Cultura e lazer

- Estado de conservação e manutenção do local.
- Perfil do público (crianças, idosos, jovens, famílias).
- Tipos de eventos realizados no local.
- Formas de interação das pessoas com o espaço.
- Acessibilidade para pessoas com deficiência (rampas de acesso, sinalização em Braille etc.).

Transportes

- Estado de conservação e manutenção dos veículos e espaços.
- Perfil e quantidade de pessoas circulando no local.
- Destinos e percursos dos meios de transporte.
- Tempo médio gasto pelos passageiros para se locomover.
- Sinalização com informações sobre os itinerários e seus horários.
- Acessibilidade para pessoas com deficiência (rampas de acesso, veículos adaptados etc.).

- d) Redijam um relatório sobre a visita. O texto deve apresentar: introdução que contextualize o tema escolhido pelo grupo e descrição e análise dos elementos observados durante a visita.
4. Preparem um seminário utilizando o relatório da visita e as sugestões de pesquisa específicas para o grupo. Reflitam sobre a importância do local visitado na dinâmica da cidade. Elaborem *slides*, cartazes e, se possível, selecionem fotografias e vídeos de sua visita. **Apresentem** o seminário aos colegas.
 5. Avaliem o que vocês aprenderam durante a elaboração deste projeto.

Sugestões de pesquisa

Moradia

- Como promover moradia popular nas cidades | Canal Futura: <https://youtu.be/qaHMu-bGC38>
Vídeo sobre os atuais problemas e possíveis soluções para a moradia nas cidades brasileiras.
- Direito à moradia | ONU: <http://direitoamoradia.org/>
Site sobre moradia como direito humano universal estabelecido na Declaração dos Direitos Humanos de 1948.
- RODRIGUES, Arlete Moysés. *Moradia nas cidades brasileiras*. São Paulo: Contexto, 1997.
Livro de uma geógrafa que analisa os problemas habitacionais no Brasil, especialmente nas grandes cidades.
- LEVA. Direção de Juliana Vicente e Luiza Marques. *Brasil, 2011, 55 min.*
Documentário sobre a vida dos moradores da ocupação do edifício Mauá, na cidade de São Paulo. O filme pode ser assistido na página: <<http://pretaportefilmes.com.br/leva/>>.

Cultura e lazer

- Desigualdade na distribuição dos pontos de cultura e lazer nas cidades | TV UFG – Parte I: <https://youtu.be/SQkjPNYsBHE>; Parte II: <https://youtu.be/43828JrdsA0>
Vídeo sobre distribuição dos equipamentos de lazer e cultura na América Latina, sobretudo em Goiânia, Goiás.
- Hábitos culturais dependem da oferta de espaços de lazer | Canal Futura: <https://youtu.be/3u6z7Mc3pEE>
Vídeo sobre uma pesquisa que apontou os principais fatores que influenciam os hábitos culturais no estado de São Paulo.

- Os moradores que transformam espaços urbanos | BBC Brasil: <https://youtu.be/Mt6mdLhaPqQ>
Vídeo sobre ações de moradores que começaram a utilizar os espaços públicos de sua cidade.
- CAMARGO, Luiz Octavio de L. *O que é lazer*. São Paulo: Brasiliense, 1992. (Col. Primeiros Passos)
Livro de um educador e professor da USP sobre a importância do lazer e do tempo livre na vida das pessoas.

Transportes

- Mobilidade urbana | TV Brasil: <http://www.ebc.com.br/irevir>
Vídeo-documentário do programa *Ir e Vir* sobre mobilidade urbana.
- Série Passageiros da agonia | TV Cultura: <http://tv.cultura.cmais.com.br/jornaldacultura/series/serie-passageiros-da-agonia>
Vídeo sobre mobilidade na capital de São Paulo e o impacto do trânsito na vida das pessoas.
- Lei da Acessibilidade | Superior Tribunal de Justiça: <https://youtu.be/Aezsy85ovzk>
Vídeo sobre as mudanças implementadas pelas leis de acessibilidade para pessoas com deficiência.
- Dia mundial sem carro | TV Brasil: <https://youtu.be/oxbOCCGFRiw>
Documentário sobre o Dia Mundial sem carro, comemorado em 22 de setembro, visando estimular reflexões sobre o uso excessivo do automóvel.

Cronologia

1891

É promulgada a primeira Constituição da República brasileira.

Deodoro da Fonseca é eleito, pelo Congresso Nacional, o primeiro presidente brasileiro. Em novembro desse ano, renuncia ao cargo, e Floriano Peixoto assume o poder.

1892

Explode a Primeira Revolta da Armada. Carta-manifesto dos 13 generais, exigindo a convocação de novas eleições presidenciais.

1893

Explode a Segunda Revolta da Armada. Início da Revolução Federalista, no Rio Grande do Sul.

1894

Tem início o governo de Prudente de Morais. Antônio Conselheiro começa a organizar o arraial de Canudos.

1895

Os irmãos Auguste e Louis Lumière, inventores do cinematógrafo, realizam a primeira exibição de cinema, em Paris.

1897

Marconi desenvolve o telégrafo sem fio. Destruição do arraial de Canudos por tropas federais.

1898

Início do governo de Campos Sales e da montagem da política dos governadores.

1900

O livro *A interpretação dos sonhos*, de Sigmund Freud, marca o início da Psicanálise (Áustria).

1902

Euclides da Cunha publica *Os sertões*.

1903

O Acre é incorporado ao Brasil, pelo Tratado de Petrópolis, pondo fim a disputas com a Bolívia.

1904

Revolta da Vacina, no Rio de Janeiro.

1905

Albert Einstein apresenta a Teoria da Relatividade.

1906

Alberto Santos Dumont realiza com êxito, em Paris, o primeiro voo do 14-Bis, avião por ele inventado.

Convênio de Taubaté: soluções para a crise de superprodução de café. Os governos estaduais deveriam comprar e estocar a produção excedente.

1907

Exposição de pinturas cubistas do espanhol Pablo Picasso e do francês Georges Braque, na França.

1908

Primeiro filme brasileiro: *Nhô Anastácio chegou de viagem*.

1910

Revolta da Chibata, no Rio de Janeiro. Criação do Serviço de Proteção ao Índio, patrocinado pelo marechal Rondon.

1912

Início da Guerra do Contestado, movimento messiânico que perdurou até 1916.

1913

Harry Brearley produz o aço inoxidável, na Inglaterra.

1914

Início da Primeira Guerra Mundial, que se prolonga até 1918.

No período que abrangeu a Primeira Guerra Mundial, a industrialização recebeu grande impulso no Brasil.

1917

Eclode a Revolução Russa. Em São Paulo, exposição da pintora paulista Anita Malfatti, introduzindo as modernas estéticas estrangeiras no Brasil.

1918

Fim da Primeira Guerra Mundial.

1920

Surgimento do jazz nos Estados Unidos, destacando-se Louis Armstrong, Duke Ellington e Count Basie.

Cresce o descontentamento social contra o tradicional sistema oligárquico que dominava o Brasil.

1922

Criação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

O fascista Benito Mussolini assume o poder na Itália.

Revolta do Forte de Copacabana (Os 18 do Forte), a primeira revolta do movimento tenentista.

Fundação do Partido Comunista do Brasil. Ocorre em São Paulo a Semana de Arte Moderna.

1923

Fundação da primeira emissora de rádio comercial brasileira: Rádio Sociedade do Rio de Janeiro.

Exposição de Lasar Segall em São Paulo, introduzindo no Brasil o expressionismo alemão.

1924

Eclode em São Paulo outra revolta tenentista. Início da Coluna Prestes.

1927

Surge o cinema sonoro.

Criação da primeira empresa brasileira de aviação comercial: a Viação Aérea Rio Grandense (Varig).

1928

Em Londres, Alexander Fleming descobre a penicilina.

Oswald de Andrade e Tarsila do Amaral lançam o Movimento Antropofágico.

1929

Quebra da Bolsa de Valores de Nova York, com repercussões mundiais.

A crise econômica mundial reflete-se no Brasil, provocando violenta queda nos preços do café.

Formação da Aliança Liberal (Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba).

1930

Estoura, no Rio Grande do Sul, a Revolução de 1930, que forçou a deposição de Washington Luís, representando o fim da Primeira República. Instala-se o governo revolucionário de Getúlio Vargas.

Começam a ser produzidos os primeiros filmes musicais brasileiros.

1932

Eclode a Revolução Constitucionalista, em São Paulo.

Fundação do Integralismo, que apresenta tendências nazifascistas.

1933

Adolf Hitler torna-se chanceler na Alemanha. É o início da trajetória ditatorial do nazismo no poder.

Realizam-se eleições para a escolha dos membros da Assembleia Nacional Constituinte brasileira.

1934

É promulgada a segunda Constituição da República brasileira.

1935

O governo decreta o fechamento da Aliança Nacional Libertadora.

Eclodem rebeliões militares em batalhões do Rio Grande do Norte, de Pernambuco e do Rio de Janeiro (Intentona Comunista).

1936

Início da Guerra Civil Espanhola, que se estende até 1939.

O general Franco assume o poder no país, governando-o até 1976.

O helicóptero, projetado por Heinrich Focke, realiza seu primeiro voo, na Alemanha.

1937

Picasso pinta *Guernica*.

Início do Estado Novo. Uma nova Constituição é imposta ao Brasil.

1939

Eclode a Segunda Guerra Mundial, que se prolonga até 1945.

1941

Fundação da Companhia Siderúrgica Nacional, marco do desenvolvimento industrial brasileiro.

Criação da Companhia Atlântida Cinematográfica, que passou a produzir comédias inspiradas nos filmes de Hollywood, conhecidas como chanchadas.

1942

O Brasil entra na Segunda Guerra Mundial, ao lado dos Aliados.

1944

A Força Expedicionária Brasileira (FEB) vai para a Itália.

1945

Em agosto, a bomba atômica é lançada sobre as cidades de Hiroshima e Nagasaki, no Japão.

Fim da Segunda Guerra Mundial.

Criação da Organização das Nações Unidas (ONU).

Início da Guerra Fria: EUA × URSS.

As Forças Armadas obrigam Getúlio Vargas a renunciar.

1946

Desenvolvimento do primeiro computador eletrônico, nos Estados Unidos.

É promulgada a quarta Constituição da República brasileira.

Início do governo Dutra.

1947

Invenção do transistor por John Bardeen, Walter Brattain e William Shockely.

O governo Dutra decreta a extinção do Partido Comunista.

1948

Implantação do Plano Marshall: os Estados Unidos fornecem auxílio para a recuperação econômica da Europa devastada pela guerra. Criação do Estado de Israel.

1949

Surgimento da República Popular da China, liderada por Mao Tsé-tung.

Divisão da Alemanha em Alemanha Oriental (socialista) e Alemanha Ocidental (capitalista).

1950

Transmissão do primeiro programa de televisão no Brasil.

O samba torna-se a dança da moda.

1951

Início da descolonização africana.

Getúlio Vargas, por eleições populares, retorna à Presidência da República.

1953

O governo Vargas cria a Petrobras.

1954

Início das transmissões de televisão em cores, nos Estados Unidos.

Em 24 de agosto, Getúlio Vargas suicida-se.

1955

Juscelino Kubitschek é eleito presidente da República.

1956

Repressão soviética à revolução liberal, na Hungria.

Início do *rock and roll*.

O governo JK, com base em seu Plano de Metas, empreende diversas realizações desenvolvimentistas.

1957

Lançamento do Sputnik, pela URSS: o primeiro satélite artificial da Terra.

1959

Fidel Castro lidera a Revolução Cubana.

1960

Inauguração de Brasília, nova capital do Brasil, planejada por Oscar Niemeyer.

Jânio Quadros é eleito presidente da República.

1961

Construção do Muro de Berlim, dividindo a cidade entre as duas Alemanhas.

Início da Guerra do Vietnã, que se prolonga até 1975.

Yuri Gagarin, da URSS, é o primeiro astronauta a atingir o espaço sideral.

Jânio Quadros renuncia à presidência da República. O vice-presidente, João Goulart, assume o governo sob o sistema parlamentarista.

1963

Um plebiscito revela a preferência dos brasileiros pela volta do sistema presidencialista.

1964

Golpe militar derruba o presidente João Goulart. O marechal Castelo Branco assume a presidência no novo governo militar.

1965

São extintos todos os partidos políticos brasileiros, instituindo-se o bipartidarismo (Arena e MDB).

1967

Guerra dos Seis Dias, entre Israel e Estados árabes.

É promulgada uma nova Constituição da República brasileira.

Costa e Silva assume a presidência da República.

Criação da Fundação Nacional do Índio (Funai).

1968

Invasão soviética na Tchecoslováquia. Movimentos estudantis explodem na França. É editado o Ato Institucional nº 5 (AI-5).

1969

Os primeiros astronautas pisam o solo lunar: Neil Armstrong e Edwin Aldrin, dos Estados Unidos.

Festival de música em Woodstock (EUA) reúne 300 mil pessoas.

Em razão da doença de Costa e Silva, uma Junta Militar assume o poder, impedindo a posse do vice-presidente, Pedro Aleixo. A Junta Militar entrega o poder ao general Emílio Garrastazu Médici.

1970

Criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

O Brasil conquista o tricampeonato mundial de futebol, em clima de grande euforia. Ao mesmo tempo, vive-se o período de maior repressão da ditadura militar.

1972

Primeira transmissão de televisão em cores no Brasil.

1973

Crise do petróleo provocada pelo aumento dos preços controlados pela Opep (Organização dos Países Produtores de Petróleo).

Guerra do Yom Kippur, entre israelenses e árabes.

Período do "milagre brasileiro".

1974

A Revolução dos Cravos põe fim ao regime autoritário em Portugal.

Início do governo do general Ernesto Geisel.

1976

Crescimento da conscientização ecológica.

1978

João Paulo II é escolhido papa.

1979

Início do governo do general João Figueiredo. Promove-se a abertura política.

1980

Início da crise polonesa e fortalecimento do sindicato Solidariedade.

1982

Guerra das Malvinas, entre Argentina e Inglaterra.

Israel invade o Líbano.

Realizam-se, em todo o Brasil, eleições diretas para governador de estado.

1983

A crise econômica agrava as tensões populares. Diversos supermercados são saqueados.

1985

Mikhail Gorbatchev assume o poder na URSS. Início da *perestroika* e da *glasnost*.

Fim dos governos militares. Tancredo Neves é eleito presidente pelo Colégio Eleitoral, mas morre antes de tomar posse. Assume o governo o vice-presidente, José Sarney.

1986

Desastre com reator de energia nuclear em Chernobyl (Ucrânia).

Implantação dos planos Cruzado I e II, tentativas de recuperar a economia.

1988

Promulgação da oitava Constituição da República brasileira.

1989

Queda do Muro de Berlim.

Realização da primeira eleição direta para presidente da República, no Brasil, após quase 30 anos.

1990

Queda dos regimes comunistas do Leste Europeu e reunificação das duas Alemanhas.

Posse do presidente eleito, Fernando Collor de Mello.

Implantação do Plano Collor I.

1991

Fim da URSS. Criação da Comunidade dos Estados Independentes (CEI).

Implantação do Plano Collor II.

1992

Impeachment do presidente Collor, acusado de corrupção.

Assume o governo o vice-presidente, Itamar Franco.

1993

Entra em vigor a União Europeia (UE), criada nos termos do Tratado de Maastrich.

Criação do Nafta, acordo de livre-comércio entre os países da América do Norte (Estados Unidos, Canadá e México).

Plebiscito nacional escolhe a forma republicana e o sistema presidencialista de governo para o Brasil.

1994

Nelson Mandela torna-se o primeiro presidente negro da África do Sul, em 25 de maio.

Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai firmam acordo para a criação do Mercosul (união aduaneira).

Implantação do Plano Real.

1995

Início do governo Fernando Henrique Cardoso.

1996

Massacre de dezenove camponeses sem-terra em confronto com a polícia militar em Eldorado dos Carajás (PA).

1997

Hong Kong é devolvida à República Popular da China. É o fim de 156 anos de colonialismo britânico.

1998

Fernando Henrique Cardoso é reeleito presidente da República.

O segundo mandato tem início em 1ª de janeiro de 1999.

1999

O filme *Central do Brasil*, de Walter Salles Jr., ganha prêmios internacionais, entre eles o Urso de Ouro do Festival de Berlim.

2000

EUA e Vietnã assinam um acordo histórico, abrindo caminho para o livre-comércio entre os dois países, que tinham as relações abaladas desde a Guerra do Vietnã.

Comemoração dos 500 anos do “descobrimento” do Brasil.

Em São Paulo, foi organizada a Mostra do Redescobrimento Brasil + 500, a maior exposição de artes plásticas realizada no país até então.

2001

Em 11 de setembro, quatro aviões são sequestrados nos Estados Unidos: dois são arremessados contra as torres do World Trade Center, em Nova York; outro atinge o Pentágono, em Washington; o quarto cai nas proximidades de Pittsburgh. Em represália, forças militares dos EUA e do Reino Unido atacam cidades do Afeganistão, onde vivia Osama bin Laden, acusado de ser o mentor intelectual desses atentados.

Crise energética leva o governo brasileiro a estabelecer um plano de racionamento de energia elétrica.

2002

Implantação do euro na UE.

2003

Início do governo Luiz Inácio Lula da Silva. O segundo mandato tem início em 1ª de janeiro de 2007.

2004

Com a morte de Yasser Arafat, Mahmoud Abbas é eleito presidente da Organização para a Libertação da Palestina (OLP).

2005

O furacão Katrina devasta a costa do Golfo do México e arrasa a cidade de Nova Orleans, nos EUA, que teve 80% de sua superfície inundada e um saldo de mais de 1800 mortos.

Em Londres, capital inglesa, quatro explosões no metrô e em um ônibus matam 56 pessoas e deixam cerca de 700 feridos. No mesmo dia, a rede terrorista Al-Qaeda assume os ataques.

2006

Escândalo do Mensalão: nome dado à maior crise política sofrida pelo governo do presidente Lula, envolvendo um esquema de compra de votos de parlamentares.

Execução por enforcamento do ex-ditador iraquiano Saddam Hussein.

2007

O filme *Tropa de Elite*, do diretor José Padilha, torna-se fenômeno de público. A história retrata os bastidores do Batalhão

de Operações Especiais do Rio (Bope), que age contra traficantes em favelas cariocas.

Na Venezuela, ocorrem protestos contra o presidente Hugo Chávez, que fechou a RCTV, o canal de televisão de maior audiência no país. A emissora apoiou abertamente o golpe frustrado contra ele, em 2002.

2008

Após 49 anos no poder, Fidel Castro renuncia à presidência de Cuba por problemas de saúde.

Crise econômica nos Estados Unidos.

2009

Início do governo do presidente Barack Obama, nos Estados Unidos.

2010

Um terremoto devastador atinge o Haiti, matando mais de 250 mil pessoas.

2011

Início do governo de Dilma Rousseff.

2012

Barack Obama é reeleito presidente dos Estados Unidos.

A presidente Dilma Rousseff instala a Comissão da Verdade para investigar violações dos direitos humanos ocorridos durante o regime militar brasileiro.

2013

O ex-analista de sistemas da NSA e da CIA, Edward Snowden, denuncia um amplo programa de espionagem mundial desenvolvido por agências de inteligência dos EUA.

Em junho, manifestações populares levam às ruas mais de 1 milhão de pessoas em diversas cidades brasileiras. Esses protestos eclodiram devido ao aumento da tarifa dos transportes.

2014

Realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil.

2015

Início do segundo mandato do governo Dilma Rousseff.

Rompimento de uma barragem em Mariana (MG) causa um dos maiores desastres ambientais e sociais da história brasileira.

Representantes de 195 países aprovam um acordo com o objetivo de reduzir os níveis de aquecimento global, durante a 21ª Conferência do Clima (COP 21), na França.

2016

Barack Obama é o primeiro presidente dos EUA a realizar uma visita oficial a Cuba após cerca de 90 anos, o que indica a retomada das relações diplomáticas entre os dois países.

Em abril, a Câmara dos Deputados vota a favor da abertura do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff. Em 12 de maio, o Senado aprova o afastamento, e o vice-presidente Michel Temer toma posse interinamente.

Bibliografia

- ABDALA JR. *Canudos: palavra de Deus, sonho da terra*. São Paulo: Senac/Boitempo Editorial, 1997.
- AFONSO, Eduardo José. *O Contestado*. São Paulo: Ática, 1994.
- ALVES FILHO, Ivan. *Brasil, 500 anos em documentos*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- ARBEX JR., José. *A outra América: apogeu, crise e decadência dos Estados Unidos*. São Paulo: Moderna, 1998.
- _____. *Revolução em três tempos: URSS, Alemanha, China*. São Paulo: Moderna, 1993.
- ARNS, Dom Paulo Evaristo. *Brasil: nunca mais – um relato para a história*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BARRACLOUGH, Geoffrey (Coord.). *Atlas da história do mundo*. São Paulo: Folha de S.Paulo/Times Books, 1985.
- BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de política*. Brasília: Editora da UnB, 1986.
- _____. *Elogio da serenidade e outros escritos morais*. São Paulo: Editora da Unesp, 2002.
- BOSCO, João; BLANC, Aldir. *O mestre-sala dos mares*. © 1974 by BMG Music Publishing Brasil.
- BRAUDEL, Fernand. *Gramática das civilizações*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- _____. *Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- CAMBI, Franco. *História da pedagogia*. São Paulo: Editora da Unesp, 1999.
- CARONE, Edgard. *A primeira república (1889-1930)*. São Paulo: Difel, 1976.
- _____. *A quarta república (1945-1964)*. São Paulo: Difel, 1980.
- CARR, Edward Hallet. *Que é História?* São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- _____. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- COLASANTI, Marina; SANT'ANNA, Affonso Romano de. *Agosto 1991: estávamos em Moscou*. São Paulo: Melhoramentos, 1992.
- COLETÂNEA de documentos históricos para o primeiro grau. São Paulo: Cenp, 1978.
- CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil. São Paulo: Saraiva, 1985.
- COTRIM, Gilberto. *Acorda Brasil: o que você deve saber sobre a Constituição*. São Paulo: Saraiva, 1999.
- CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. Rio de Janeiro: Paulo Azevedo, 1914.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. *Direitos humanos e cidadania*. São Paulo: Moderna, 1998.
- _____. *Elementos da teoria geral do Estado*. São Paulo: Saraiva, 2005.
- DELOUCHE, Frédéric (Org.). *História da Europa*. Portugal: Minerva, 1992.
- DONGHI, Tulio Halperin. *História da América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 1976.
- ECO, Umberto. *Cinco escritos morais*. Rio de Janeiro: Record, 1988.
- EHRENBURG, Ilya. *Memórias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
- ESTATÍSTICAS históricas do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.
- EURÍPEDES. *Ifigênia em Áulide*. Coimbra: Fund. Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, s/d.
- FAUSTO, Boris (Org.). *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1995.
- _____. *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1985. v. 9.
- FERNÁNDEZ, Luis Ínigo. *La historia de Occidente: contada com sencillez*. Madri: Maeva Ediciones, 2008.
- FERRO, Marc. *A manipulação da História no ensino e nos meios de comunicação*. São Paulo: Ibrasa, 1983.
- _____. *História da Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Ática, 1995.
- _____. *O século XX explicado aos meus filhos*. Rio de Janeiro: Agir, 2008.
- FLANDRIN, Jean-Louis; MONTARI, Massimo (Dir.). *História da alimentação*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.
- FRANCO JR., Hilário; ANDRADE FILHO, Ruy de Oliveira. *Atlas de História Geral*. São Paulo: Scipione, 1993.
- _____; CHACON, Paulo Pan. *História econômica geral*. São Paulo: Atlas, 1995.
- FRANK, Anne. *O diário de Anne Frank*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- GATTAL, Zélia. *Chão de meninos*. Rio de Janeiro: Record, 1992.
- HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- _____. *O novo século*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O extremo oeste*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- ISNENGI, Mario. *História da Primeira Guerra Mundial*. São Paulo: Ática, 1995.
- JAGUARIBE, Hélio. *Um estudo crítico da história*. São Paulo: Paz e Terra, 2001. v. 1.

- JANOTTI, Maria de Lourdes. *A Primeira Guerra Mundial: o confronto do imperialismo*. São Paulo: Atual, 1992.
- KARNAL, Leandro et al. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2007.
- LARA, Sílvia H. *Pátria amada esquartejada*. São Paulo: DPH/SMC, 1992.
- LE MONDE Actuel. Paris: P.U.F., 1963.
- LE MONDE Diplomatique. Paris: P.U.F., abril 2003.
- LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas: Papirus/Unicamp, 1986.
- LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- LOZÓN, Ignacio et al. *História*. Madri: Esla, 1992.
- LUKACS, John. *O fim do século 20 e o fim da Era Moderna*. São Paulo: Best-Seller, 1993.
- MACEDO, Carmen Cinira. *Imagem do eterno: religiões no Brasil*. São Paulo: Moderna, 1989.
- MARABINI, Jean. *A Rússia durante a Revolução de Outubro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- MARX, Karl. *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- _____; ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. São Paulo: Ched Editorial, 1980.
- MONTEFIORE, Simon Sebag. *Stalin: a corte do czar vermelho*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- MOREL, Edmar. *A Revolta da Chibata*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Brasil em perspectiva*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- _____. (Org.). *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000). Formação*. São Paulo: Senac, 2000.
- NADEAU, Maurice. *História do surrealismo*. São Paulo: Perspectiva, 1985.
- NEVES, Margarida de Souza; HEIZER, Alda. *A ordem é o progresso: o Brasil de 1870 a 1910*. São Paulo: Atual, 1991.
- NOVOS estudos Cebrap. São Paulo, jul. 1988. n. 21.
- OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira: crítica à razão dualística*. São Paulo: Brasiliense/Cebrap, 1976.
- PALMÉRIO, Mário. *Vila dos Confins*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.
- PEDRO, Antonio. *A Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Atual, 1994.
- PESAVENTO, Sandra Jatthy. *O tempo social*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP, fev. 1951. (Coleção Documentos)
- PESSOA, Fernando. *Obra poética*. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1969.
- PRADO, Antonio Arnoni. (Org.). *Libertários no Brasil – Memória, lutas, cultura*. São Paulo: Brasiliense, s/d.
- PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- _____. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- PRIORE, Mary del (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.
- _____; VENÂNCIO, Renato P. *O livro de ouro da História do Brasil*. São Paulo: Ediouro, 2001.
- REED, John. *Os dez dias que abalaram o mundo*. São Paulo: Círculo do Livro, s/d.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *A aventura socialista no século XX*. São Paulo: Atual, 1999.
- RÉMOND, René. *Introdução à história do nosso tempo: do Antigo Regime aos nossos dias*. Lisboa: Gradiva, 1994.
- RIBEIRO, Darcy. *Aos trancos e barrancos*. Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 1985.
- _____. *O povo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- RIBEIRO, Renato Janine. *A República*. São Paulo: Publifolha, 2005.
- RICHARD, Lionel. *A República de Weimar (1919-1933)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SALVADORI, Maria Ângela B. *Cidade em tempos modernos*. São Paulo: Atual, 1995.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SARAIVA, José Hermano. *História concisa de Portugal*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1996.
- SUBCOMANDANTE Marcos. *Relatos del Viejo Antonio*. Chiapas, México: Centro de Información y Análisis de Chiapas, 1998.
- TRAGTENBERG, Maurício. *A Revolução Russa*. São Paulo: Atual, 1988.
- VOLKOGONOV, Dmitri. *Stalin: triunfo e tragédia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004. v. 2.

Jornais

Folha de S. Paulo, 26 jan. 1995; 19 jan. 1997; 16 jul. 2000; 23 set. 2001; 6 jan. 2002.

O Estado de S. Paulo, 5 jan. 1997; 21 nov. 1999; 13 dez. 2005.

The Times. Londres, 28 ago. 1993.

Revistas

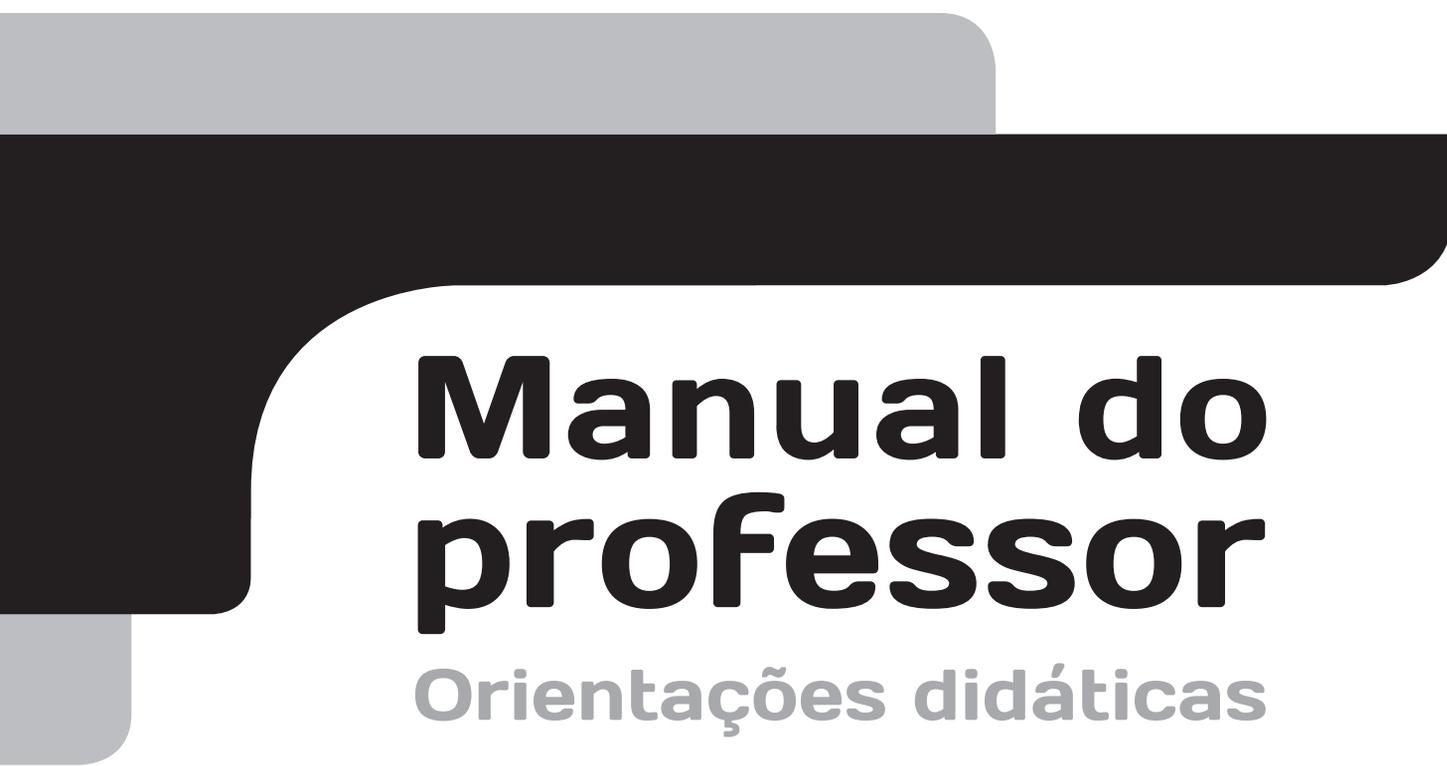
Civilização Brasileira, n. 1, jul. 1978.

Revista de História. São Paulo, USP, n. 1, 1950; n. 7, 1951; n. 141, 1999.

Revista del CLAD. Caracas, Centro Latinoamericano de Administración para el Desarrollo, out. 1998.

Trabalhadores. Campinas, Fundo de Assistência à Cultura, 1989.

Veja. São Paulo, Abril, 2 mar. 1994; 24 dez. 1997; 29 mar. 2000; 14 nov. 2001; 19 dez. 2001.



Manual do professor

Orientações didáticas

Apresentação

Esta obra é destinada aos estudantes do Ensino Médio e aborda aspectos históricos de várias sociedades, especialmente aqueles que se referem ao contexto brasileiro.

Ao elaborá-la, o objetivo fundamental foi apresentar à professora e ao professor alguns caminhos pelos quais o ensino de História pode contribuir para:

- a construção da cidadania;
- o desenvolvimento da autonomia intelectual dos estudantes;
- a interpretação histórica de diversas fontes e linguagens;
- e a compreensão das práticas, atitudes e produções de múltiplos agentes históricos.

A **parte geral** deste manual apresenta os pressupostos teóricos e metodológicos que nortearam a concepção desta obra. Nela, encontram-se reflexões sobre o ofício do historiador, sobre a amplitude das tarefas educacionais, da aula e do livro didático e sobre os projetos temáticos e os recursos interdisciplinares que podem ser utilizados a partir do componente curricular História.

A **parte específica** deste manual tem por finalidade apresentar os trabalhos que podem ser desenvolvidos em cada um dos volumes desta coleção. Nela, encontram-se comentários sobre os objetivos pedagógicos das unidades, sugestões de textos de aprofundamento para a formação do docente, atividades complementares para os estudantes, assim como considerações sobre as atividades do livro.

Aos professores de História, desejo um excelente trabalho com sua turma, convicto de que nós, professores, desempenhamos um papel de alta relevância na construção de uma sociedade mais livre, justa e solidária.

O autor

Sumário

1 Pressupostos teórico-metodológicos	292
1.1. Ofício do historiador.....	292
1.2. Tarefas educacionais.....	293
1.3. História e representações.....	294
1.4. Aula e livro didático.....	294
1.5. Cidadania.....	295
2 Concepção da obra	296
2.1. Metodologia da História.....	296
2.2. Metodologia do ensino-aprendizagem.....	298
2.3. Sumários da coleção.....	298
2.4. Estrutura da obra.....	300
2.5. Projetos temáticos.....	301
3 Avaliação pedagógica	302
3.1. O que avaliar?.....	302
3.2. Critérios e instrumentos.....	302
4 Perspectiva interdisciplinar	303
4.1. Iconografia.....	304
4.2. Mapas.....	305
4.3. Espaço social.....	305
4.4. Filmes.....	306
4.5. Internet.....	310
4.6. Memória oral.....	311
4.7. Literatura (ficção).....	311
5 Africanos, afro-brasileiros e indígenas	312
5.1. Africanos e afro-brasileiros.....	312
5.2. Os povos indígenas.....	316
6 Orientações específicas para o Volume 3	318
7 Bibliografia	368

1. Pressupostos teórico-metodológicos

A História nunca nos conta tudo.

José Saramago¹

1.1. Ofício do historiador

A historiografia guarda expressiva relação com o contexto social em que foi produzida. Em seu ofício, o historiador dialoga com o tempo em que vive, marcado por desafios, problemas e esperanças.² Desse modo, o historiador constrói conhecimentos interagindo e reagindo, dialogicamente, às tradições culturais do pensamento historiográfico, filosófico, científico etc.

O ofício do historiador demanda pesquisas laboriosas, mas seus resultados não se cristalizam em “verdades absolutas”, completas ou definitivas. Aliás, a palavra história, em sua etimologia, refere-se à procura de saber. Como escreveu o historiador Jacques Le Goff (1924-2014):

[...] *historein* em grego antigo é “procurar saber”, “informar-se”. *Historie* significa pois “procurar”. É este o sentido da palavra em Heródoto, no início das suas Histórias, que são “investigações”, “procuras”.³

Em sua “procura”, o historiador se debruça sobre as vivências humanas em diferentes épocas e espaços, buscando compreender, explicar e interpretar o papel dos sujeitos históricos como agentes de encontros e confrontos, continuidades e rupturas, mudanças e permanências que marcaram sua vida no convívio social. Mas suas investigações não são onipotentes para dar conta da totalidade do “passado”. Para ilustrar esse aspecto, observe uma alusão ao conto *Funes*, o *memorioso*, do escritor argentino Jorge Luis Borges (1899-1986).

Nesse conto, Borges criou o personagem Irineu Funes, que, depois de sofrer um tombo, adquiriu uma percepção absoluta, uma memória prodigiosa e implacável:

Funes não recordava somente cada folha de cada árvore de cada monte, como também cada uma das vezes que a tinha percebido ou imaginado [...]. Era o solitário espectador de um mundo multiforme, instantâneo e quase intoleravelmente exato [...]. Era-lhe muito difícil dormir. Dormir é distrair-se do mundo [...]. Tinha aprendido sem esforço o inglês, o francês, o português, o latim. Suspeito, entretanto, que não era muito capaz de pensar. Pensar é esquecer diferenças, é generalizar, abstrair. No abarrotado mundo de Funes não havia senão pormenores, quase imediatos.⁴

Borges escreveu esse conto como uma metáfora da insônia, segundo suas palavras. Outra metáfora possível para a figura de Funes seria, para boa parte do senso comum, a do historiador “ideal”, capaz de memorizar integralmente o passado, dando conta de vastíssimo repertório de fatos e conteúdos. No entanto, ao contrário da ficção de *Funes*, o historiador constrói conhecimentos limitados e seletivos, baseado em escolhas, lentes, filtros, esquecimentos e intencionalidades. Limitados porque, por mais ampla que seja a visão, ela atinge partes, aspectos ou ângulos dos objetos de estudo. Ao serem perscrutados, esses objetos descortinam os universos polifônicos das vivências humanas. Seletivos porque cada historiador, ao eleger seu tema de estudo e ao desenvolver suas pesquisas, faz opções metodológicas no seu ofício de reconstruir o “passado” ou construir o conhecimento histórico.

1 SARAMAGO, José. In: *Da justiça à democracia, passando pelos sinos*. Texto lido no Fórum Mundial Social, Porto Alegre, 2002.

2 Cf. BRASIL. MEC. *Parâmetros Curriculares Nacionais — Ensino Médio*. Brasília: MEC, 1999. p. 300.

3 LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996. p. 17.

4 BORGES, Jorge Luis. *Ficções*. Trad.: Carlos Nejar. São Paulo: Círculo do Livro, 1975. p. 116-118.

A palavra historiador refere-se aqui a todos os profissionais de História, sobretudo aos professores. No ofício do historiador, pode-se afirmar que ensino e pesquisa são faces de uma mesma atividade e, nesse sentido, é importante realçar as construções e invenções permanentes que envolvem a História como área de conhecimento.

Por sua vez, a obra didática também compartilha características do ofício do historiador. Fruto do seu tempo, está permeada de escolhas que se manifestam, por exemplo, nas formas de tratamento dos múltiplos textos, das iconografias, das atividades que mobilizam os estudantes, na pulsão inevitável entre ênfases e ausências, própria de toda produção cultural. Ao lado das intencionalidades, existem, é claro, critérios teóricos, metodológicos e pedagógicos que nortearam a elaboração da obra e que serão aqui explicitados.

Considerando-se a “perspectiva de uma aprendizagem permanente, de uma formação continuada”,⁵ quaisquer dos conteúdos (conceituais, procedimentais e atitudinais) desta obra didática devem ser tomados como ponto de partida, nunca como ponto de chegada. Isso significa que as propostas do livro devem ser discutidas, ampliadas e questionadas.

Afinal, o saber histórico escolar, como todo processo de conhecimento, é uma atividade contínua, passível de ser desenvolvida por diferentes caminhos. O importante é que esses caminhos sejam consistentes e conduzam à construção de sentidos, principalmente no contexto da sala de aula.

1.2. Tarefas educacionais

Em função do pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, muito já se debateu e se escreveu sobre a complexidade da tarefa educacional. Vale destacar que a ação educativa compreende dois pro-

cessos indissociáveis e complementares. O primeiro remonta à dimensão do *educare*, termo latino que se refere à ideia de nutrir, alimentar, transmitir formas de saber e fazer. O segundo remete à dimensão do *educere*, termo latino que se refere à ideia de extrair, desabrochar, desenvolver conhecimentos e práticas.⁶ Assim,

[...] o conceito de educação já encerra, nas suas origens, uma contradição, na medida em que abriga, sob uma mesma raiz, sentidos diversos. O sentido de *educare* transmite a ideia de algo que se acrescenta ao indivíduo, procurando dar-lhe condições para o seu desenvolvimento. Já o sentido de *educere* sugere a liberação de forças que estão latentes e que dependem de estimulação para vir à tona.⁷

O sentido de *educare* ressalta aspectos voltados para a transmissão das formas de saber e de fazer, que constituem conteúdos considerados socialmente relevantes.

O sentido de *educere* enfatiza, na atividade educacional, aspectos relacionados ao desenvolvimento das potencialidades do educando, instigando-o a produzir saberes e atitudes, propiciando situações em que possa emergir sua própria ação e interpretação em face dos conteúdos transmitidos.

Assim, *educare* e *educere* são procedimentos circulares que integram o processo educacional. Desse modo, tão importante quanto a transmissão de conhecimentos e experiências socialmente acumulados é o estímulo ao desenvolvimento das competências e habilidades de cada estudante, visando torná-lo capaz de aprender a conhecer, fazer e conviver. Enfim, aprender a ser.⁸

Em suas diversas seções,⁹ esta coleção procurou contemplar as dimensões *educare* e *educere*.

5 BRASIL. MEC. *Parâmetros Curriculares Nacionais — Ensino Médio*. Brasília: MEC, 1999. p. 13.

6 Cf. verbetes *ēdūcō dūxī, ductus, ere* e *ēdūcō āvī, ātus, āre* em LEWIS, Charlton T. *An Elementary Latin Dictionary*. Disponível em: <<http://www.perseus.tufts.edu/hopper>>. Acesso em: 2 mar. 2016.

7 GARCIA, Walter E. *Educação: visão teórica e prática pedagógica*. São Paulo: McGraw-Hill, 1977. p. 1.

8 Cf. DELORS, Jacques (Dir.). *Educação — um tesouro a descobrir*. Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Brasília: Unesco; São Paulo: Cortez, 1997. p. 89-102. Disponível em: <<http://infoeuropa.euroid.pt/files/database/000046001-000047000/000046258.pdf>>. Acesso em: 1 mar. 2016.

9 As seções desta coleção serão apresentadas de maneira detalhada no tópico **2.4. Estrutura da obra**.

1.3. História e representações

O termo **representação** comporta uma pluralidade de sentidos. Sem o propósito de inventariar a polissemia do termo, estão indicados, a seguir, alguns de seus sentidos mais relevantes, seguidos de uma enunciação da noção de representação no contexto deste Manual do Professor.

De modo geral, representação refere-se às diversas modalidades de percepção ativa das realidades. Sobre o sentido de representações, o historiador Michel Vovelle declarou:

Penso que a palavra representação traduz uma espécie de mutação de uma história ontem focalizada numa abordagem que se pretendia objetiva sobre realidades percebidas como tal.¹⁰

A noção de representação é fundamental para uma história cultural que, na concepção do historiador Roger Chartier,

[...] tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma realidade social é construída, pensada, dada a ler.¹¹

Essa concepção pode ser bem aplicada à necessidade de se identificar o modo como um livro didático apresenta suas formas e seus conteúdos, que são pensados, construídos e dados à leitura.

As representações podem constituir discursos que, vinculados aos sujeitos sociais, interpretam realidades, expressando percepções e apreciações. Ao construir sentidos, as representações revelam (ou velam) concepções de mundo e “falam” tanto de quem as representa quanto daquilo que é representado. Isso se aplica a todos os discursos, incluindo o discurso de qualquer

livro didático. Como decorrência dessa condição, todo livro fala de objetos e objetivos, enquanto ele próprio é também um objeto a ser estudado, analisado e criticado.

Assim como os “documentos deixaram de ser considerados apenas o alicerce da construção histórica, sendo eles mesmos entendidos como parte dessa construção em todos os seus momentos e articulações”,¹² os livros didáticos também podem ser considerados objetos de estudo de uma história cultural a ser desenvolvida por professores e estudantes. Ou seja, ambos devem considerá-los criticamente, sempre indagando sobre as motivações que levaram o “passado” a ser “representado” de determinada maneira e não de outra. Isso se aplica a toda e qualquer leitura de livros históricos ou didáticos.

1.4. Aula e livro didático

Nesse contexto, o desafio do professor de História consiste em acompanhar o jogo dinâmico, as circularidades dos processos educacionais.

Há momentos, por exemplo, em que é preciso selecionar os conteúdos a serem trabalhados com os estudantes, o que, inevitavelmente, implica promover escolhas de temas e interpretações históricas para serem analisados. Como salientou o historiador Eric Hobsbawm (1917-2012):

Todo estudo histórico, portanto, implica uma seleção, uma seleção minúscula, de algumas coisas da infinidade de atividades humanas do passado, e daquilo que afetou essas atividades. Mas não há nenhum critério geral aceito para se fazer tal seleção [...].¹³

Há outros momentos em que é necessário empenhar-se para que os estudantes desenvolvam o senso crítico em relação aos conteúdos trabalhados, ressignifiquem o que lhes foi ensinado e construam seu modo de ser, saber e fazer.

10 VOVELLE, Michel. In: D'ALESSIO, Marcia M. *Reflexões sobre o saber histórico*. Entrevistas com Pierre Vilar, Michel Vovelle, Madeleine Rebérioux. São Paulo: Unesp, 1998. p. 83.

11 CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. p. 16-17.

12 BRASIL. MEC. *Parâmetros Curriculares Nacionais — Ensino Médio*. Brasília: MEC, 1999. p. 21.

13 HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 71.

É na ação educadora entre professor e estudante que surgem as variáveis dos processos anteriormente referidos, concretizáveis na dinâmica da aula.

No processo de aprendizagem, o professor é o principal responsável pela criação das situações de trocas, de estímulo na construção de relações entre o estudado e o vivido, de integração com outras áreas de conhecimento, de possibilidade de acesso dos alunos a novas informações, de confrontos de opiniões, de apoio ao estudante na recriação de suas explicações e de transformação de suas concepções históricas.¹⁴

Essas considerações remetem à questão do papel do livro didático no processo educativo.

O livro didático é um instrumento que, utilizado na aula, pode contribuir no processo ensino-aprendizagem. É um importante recurso de que professores e estudantes dispõem. No entanto, o livro didático não é — nem deve ser tomado como — uma coletânea de aulas. Aula é processo vivo, mutável, dinâmico em que professores e estudantes são autores e atores da relação pedagógica ensino-aprendizagem. Nessa relação, são inúmeras as questões em jogo, por exemplo, as diferentes realidades sociocognitivas dos estudantes, o momento histórico em que os temas de estudos são abordados, o contato singular entre professores, estudantes e comunidade escolar.

No contexto da relação pedagógica, professores e estudantes podem e devem utilizar o livro didático de múltiplas maneiras, sem a pretensão de tratar exaustivamente, em aula, de uma gama enorme de conteúdos. Desse modo, é possível alterar a sequência dos capítulos, “pular” trechos considerados menos relevantes, selecionar ou refazer atividades. Há professores, por exemplo, que utilizam o livro em momentos específicos da aula; outros buscam nele subsídios para as “tarefas extraclasse”. Alguns, ainda, para complementar conteúdos a serem discutidos, questionados e amplia-

dos, enquanto outros fazem dele uma fonte para sistematizar e reforçar certos aspectos que já foram trabalhados em aula.

Assim, um livro didático será diferente dele mesmo e de outro não apenas pelos conteúdos, mas pela modificação de suas formas de uso. O livro muda quando mudam leitores, leituras e práticas educativas. O fundamental é que o livro didático esteja subordinado à autoria das aulas — esse momento vivo de interlocução entre professores, estudantes, escola e materiais pedagógicos.

Esta coleção de livros didáticos, ao desenvolver sua proposta e sistematizar seu conteúdo, também reconstrói, a seu modo e nos seus limites, uma parte do chamado saber histórico escolar. Isso porque esse saber histórico compõe-se de amplas dimensões.

Esse saber é proveniente do diálogo entre muitos interlocutores e muitas fontes e é permanentemente reconstruído a partir de objetivos sociais, didáticos e pedagógicos. Dele fazem parte as tradições de ensino da área; as vivências sociais de professores e alunos; as representações do que e como estudar; as produções escolares de docentes e discentes; o conhecimento fruto de pesquisas dos historiadores, educadores e especialistas das Ciências Humanas; as formas e conteúdos provenientes dos mais diferentes materiais utilizados; as informações organizadas nos manuais e as informações difundidas pelos meios de comunicação.¹⁵

1.5. Cidadania

Ao longo desta coleção, o processo de construção e conquista da cidadania é investigado, fazendo-se constante referência à História brasileira. Nesse sentido, há muito o que fazer para se alcançar o exercício da cidadania plena em nossa sociedade.

Muitos brasileiros e brasileiras enfrentam dificuldades no acesso à escola de qualidade em todos os níveis, a serviços de saúde, segurança pública e justiça; enfrentam também questões de trabalho, má dis-

14 BRASIL. MEC. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: 3º e 4º ciclos do Ensino Fundamental*. Brasília: MEC/SEF, 1998. p. 40.

15 BRASIL. MEC. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: 3º e 4º ciclos do Ensino Fundamental*. Brasília: MEC/SEF, 1998. p. 38-9.

tribuição de renda, de moradias e formas variadas de discriminação, étnica, sexual etc.

Nessa luta permanente, é nosso dever reverter o paradigma de que a construção da cidadania é guiada principalmente pelas ações dos governantes. Cidadania não é algo que se ofereça como uma dádiva, de cima para baixo. Ao contrário, cidadania requer mobilização, participação e energia dos sujeitos históricos.

Assim, o caminho que conduz a uma cidadania plena exige mais do que uma pontual participação nas eleições através do voto: exige, entre outras coisas, a articulação entre a educação e a mobilização da sociedade.

Um dos princípios norteadores desta coleção consistiu em utilizar os temas históricos para trabalhar conceitos e atitudes vinculados à construção de uma cidadania cada vez mais plena e solidária.

2. Concepção da obra

Observe, a seguir, uma explicitação a respeito das escolhas feitas durante a elaboração da proposta histórico-pedagógica desta coleção.

2.1. Metodologia da História

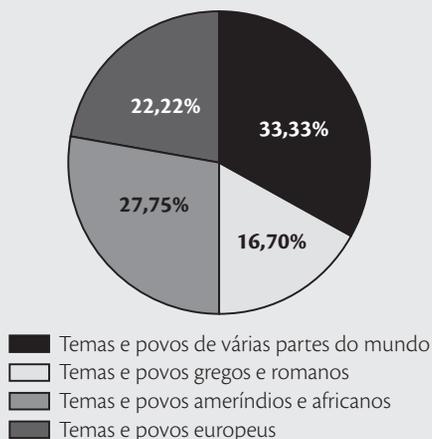
Esta coleção adotou a perspectiva da chamada “história integrada”, abordando temas desde a origem das primeiras sociedades até as desigualdades da globalização contemporânea. Tendo em vista as simultaneidades dos acontecimentos no tempo e no espaço, os conteúdos foram intercalados para não forçar as especificidades de cada processo. As relações exploradas entre esses conteúdos são feitas de diferentes maneiras por meio dos textos de abertura das unidades e capítulos, nas interpretações das iconografias, nas atividades da seção **Investigando**, nas seções **Oficina de História**, nos projetos temáticos de cada volume da obra etc.

A obra desenvolve estudos sobre povos africanos, chineses, indianos, mesopotâmicos, hebreus, fenícios, persas, bizantinos, americanos, europeus, islâmicos, e, sobretudo, os estudos pertinentes à história brasileira. Observe:

Volume 1

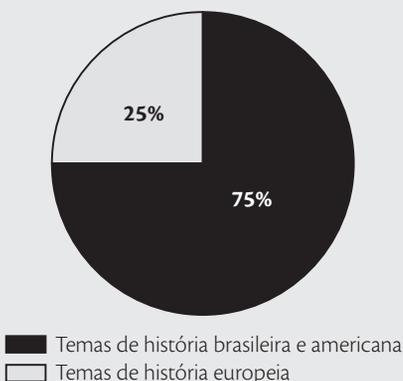
Dos 18 capítulos do primeiro volume, 6 capítulos contemplam temas e povos de várias partes do mundo, 5 capítulos correspondem a povos ameríndios e africanos, 3 capítulos remetem aos gregos e romanos antigos e 4, a outros temas europeus. Mas é preciso dizer que no ocidente medieval as pessoas não se denominavam europeus, e sim cristãos, habitualmente. Só a partir do século XIV o

conceito geográfico e cultural de “Europa” foi se firmando. O resultado é demonstrado no gráfico:



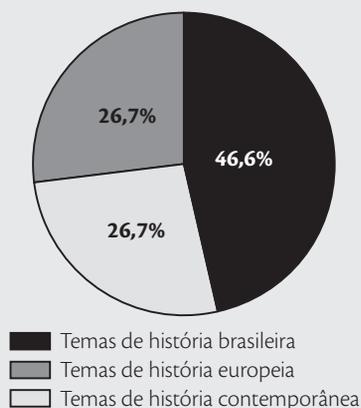
Volume 2

Dos 20 capítulos do segundo volume, 15 capítulos tratam de história brasileira e americana e 5 remetem à história europeia. O gráfico demonstra essa proporção:



Volume 3

Os 15 capítulos do terceiro volume são mais difíceis de serem classificados pelos critérios anteriores. Entretanto, podemos dizer que 7 capítulos tratam da história brasileira, 4 capítulos remetem à história europeia e 4 capítulos tratam de temas que abordam várias questões históricas do mundo contemporâneo. O gráfico demonstra essa configuração:



Nos múltiplos conteúdos históricos desenvolvidos, as dimensões econômicas, sociais, políticas e culturais são articuladas incorporando, tanto quanto possível, as contribuições mais recentes da historiografia e do ensino de História.

Com frequência, o texto-base refere-se às interpretações e aos debates dos historiadores para que os estudantes percebam que o saber histórico não é um dado pronto, mas uma construção cognitiva. Além disso, na seção **Interpretar fonte**, o próprio estudante exercita sua capacidade de analisar fontes diversas, aproximando-o de alguns procedimentos do ofício do historiador. Operando com esses procedimentos, o estudante vai desvendando as trilhas da construção dos conhecimentos.

O enfoque predominante volta-se para o passado público, embora também sejam apresentados aspectos da vida privada das diferentes sociedades estudadas.

As referências aos chamados “grandes eventos” da vida pública não têm o propósito de enaltecer ou glorificar personagens detentores do poder político, econômico ou cultural. Ao contrário, procuram trabalhar com uma perspectiva crítica sobre

a forma como esses personagens responderam às pressões de seu tempo e se inscreveram na trama dos conflitos e interesses históricos.

Os diversos processos históricos são, geralmente, abordados do passado para o presente. No entanto, em cada capítulo, por meio de diversas atividades e na seção **Oficina de História**, estimula-se a percepção do estudante para as relações presente-passado e vice-versa, isto é, as mudanças e permanências, rupturas e continuidades que ressoam até nossos dias. Pretende-se, dessa maneira, instrumentalizar, da melhor forma possível, práticas de ensino que fazem uso de abordagens cronológicas sem que isso represente a única chave possível para se compreender o “passado”. Como salientou Jacques Le Goff:

Um mal-entendido particularmente surpreendente produziu-se no domínio da cronologia, onde a introdução das novas concepções do tempo e da duração em história levou, às vezes, a uma quase liquidação da cronologia, ao passo que esta continua sendo um conjunto de referências que sem dúvida deve ser enriquecido, flexibilizado, modernizado, mas que permanece fundamental para o próprio historiador, para os jovens e para o grande público.¹⁶

A concepção adotada, todavia, procurou incorporar o passado e o presente como “possibilidades” e não como algo inexorável. Dessa maneira, as situações do presente não são destinos inevitáveis do processo histórico, assim como o passado não constitui uma realidade cristalizada, mas sim um campo de estudo e pesquisa no qual se deve ingressar munido de perspectivas e indagações. O resultado dessas buscas depende, fundamentalmente, dos tipos de questões formuladas e dos “instrumentos” utilizados no estudo da História. Dessa maneira, esta obra rejeita o enfoque teleológico e procura escapar das armadilhas do determinismo, pois nada está previamente estabelecido na história.

¹⁶ LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 8.

2.2. Metodologia do ensino-aprendizagem

Coerente com a concepção de educação esboçada anteriormente, esta obra traz uma abordagem que procura superar a contradição entre *educare* (transmissão-assimilação de conteúdos) e *educere* (desenvolvimento das potencialidades, das competências e habilidades). Há uma circularidade nesses processos que, articulados, resultam no desenvolvimento da consciência crítica e favorecem dimensões como: a atenção e a reflexão, o escutar e o falar, a criação e o aproveitamento, a identidade e a alteridade.

Desse modo, tão importante quanto a transmissão de conhecimentos e experiências histórico-sociais é o estímulo ao desenvolvimento das competências e habilidades que levam ao pensamento crítico e à autonomia da ação. A questão não consiste em menosprezar os “conteúdos” do *educare*, mas em mobilizá-los como recursos para que o estudante desempenhe papel ativo frente ao contexto social e à produção de conhecimento.

Por meio das interações recíprocas que envolvem os processos de *educare* e *educere*, os conteúdos históricos podem servir para a investigação e análise das permanências e transformações nos processos históricos, interpretações de fontes diversas, debates sobre a identidade pessoal e social, reflexões sobre a construção da memória,

compreensão das produções culturais em seus contextos sociais. Além disso, múltiplas atividades instigam os estudantes a perceberem a historicidade das experiências sociais bem como a refletirem sobre seu cotidiano juvenil e o mundo em que vivem.

As estratégias desenvolvidas no conjunto da obra levaram em conta que o atual ensino de História deve:

- a) propiciar a produção de conhecimentos e de vivências mobilizadoras. Por isso, são enfatizados os trabalhos de pesquisa, de uso da internet, de reflexão, de estudo do espaço social, de entrevistas etc., presentes nas seções **Investigando**, **Oficina de História** e **Projetos Temáticos**.
- b) utilizar a pluralidade de fontes documentais (textos escritos, linguagem falada, imagens, sons). Por isso, são trabalhados documentos escritos, letras de músicas, representações pictóricas, fotográficas, cinematográficas etc.

O conjunto dessas estratégias da metodologia ensino-aprendizagem será mais bem explicitado nos itens **Estrutura da obra** e **Avaliação pedagógica** neste Manual do Professor.

2.3. Sumários da coleção

Observe, a seguir, os sumários com as unidades e os capítulos dos três volumes da coleção.

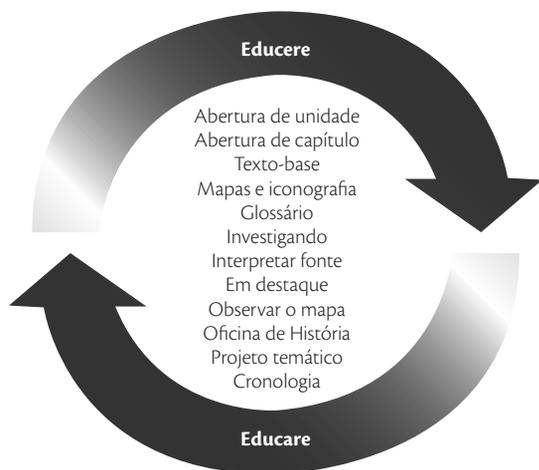
Volume 1	Unidade 1 História e cultura	Capítulo 1: Refletindo sobre a História Capítulo 2: Primeiros humanos Capítulo 3: Primeiros povos da América
	Unidade 2 Escrita e memória	Capítulo 4: Povos da Mesopotâmia Capítulo 5: África: egípcios e cuxitas Capítulo 6: Hebreus, fenícios e persas Capítulo 7: Povos da China e da Índia Capítulo 8: Grécia Antiga Capítulo 9: Roma Antiga
	Unidade 3 Identidade e diversidade	Capítulo 10: Império Bizantino Capítulo 11: Mundo islâmico Capítulo 12: A Europa feudal Capítulo 13: Mundo cristão
	Unidade 4 Contatos e confrontos	Capítulo 14: Renascimentos e reformas Capítulo 15: Povos africanos Capítulo 16: Povos da América Capítulo 17: Expansão europeia Capítulo 18: A conquista da América
	Projeto temático	Cultura e cidadania

Volume 2	Unidade 1 Trabalho e sociedade	Capítulo 1: Mercantilismo e colonização Capítulo 2: Estado e religião Capítulo 3: Sociedade açucareira Capítulo 4: Escravidão e resistência Capítulo 5: Holandeses no Brasil Capítulo 6: Expansão territorial Capítulo 7: Sociedade mineradora
	Unidade 2 Súdito e cidadão	Capítulo 8: Antigo Regime e Iluminismo Capítulo 9: Inglaterra e Revolução Industrial Capítulo 10: Formação dos Estados Unidos Capítulo 11: Revolução Francesa e Era Napoleônica Capítulo 12: Independências na América Latina
	Unidade 3 Liberdade e independência	Capítulo 13: Independência do Brasil Capítulo 14: Primeiro Reinado Capítulo 15: Período regencial Capítulo 16: Segundo Reinado Capítulo 17: Crise do império
	Unidade 4 Tecnologia e dominação	Capítulo 18: Europa no século XIX Capítulo 19: Imperialismo na África e na Ásia Capítulo 20: América no século XIX
	Projeto temático	Dimensões do trabalho

Volume 3	Unidade 1 Coesão e coerção	Capítulo 1: Primeira Guerra Mundial Capítulo 2: Revolução Russa Capítulo 3: Abalo capitalista e regimes totalitários Capítulo 4: Segunda Guerra Mundial
	Unidade 2 República e sociedade	Capítulo 5: A instituição da República Capítulo 6: República Oligárquica Capítulo 7: Revoltas na Primeira República Capítulo 8: Era Vargas
	Unidade 3 Globalização e meio ambiente	Capítulo 9: Pós-guerra e novos confrontos Capítulo 10: África, Ásia e Oriente Médio Capítulo 11: Socialismo: da revolução à crise Capítulo 12: Desigualdades e globalização
	Unidade 4 Democracia e movimentos sociais	Capítulo 13: O Brasil democrático Capítulo 14: Governos militares Capítulo 15: O Brasil contemporâneo
	Projeto temático	Cidade em movimento

2.4. Estrutura da obra

Cada volume desta coleção está organizado em 4 unidades temáticas, que agrupam os capítulos.



Observe a função de cada seção da obra.

- **Abertura de unidade** – apresenta texto e imagem, sempre acompanhada de legenda, que conversam com temas abordados nos capítulos da unidade, por vezes estabelecendo relações entre o passado e o presente. As atividades da seção **Conversando** dialogam com o tema da abertura, muitas vezes trabalhando os conhecimentos prévios e as vivências dos estudantes, podendo ser feitas oralmente.
- **Abertura de capítulo** – procura atrair a atenção dos estudantes para o tema histórico que será estudado. Apresenta um breve texto que sintetiza o conteúdo do capítulo, uma imagem acompanhada de legenda e a seção **Treinando o olhar**, que propõe atividades de leitura da imagem, muitas vezes estabelecendo relações com História da Arte.
- **Texto-base** – desenvolve um dos possíveis caminhos para construção do conhecimento histórico, utilizando uma linguagem que leva em conta o nível de estudo dos estudantes. Esse texto está fundamentado tanto na historiografia clássica como nas correntes historiográficas mais recentes, o que pode ser observado na bibliografia apresentada no final de cada volume.
- **Mapas e iconografia** – integram o texto-base. Há diversos mapas (tanto históricos como atuais) e reproduções de imagens (documentos, fotografias, obras arquitetônicas, pinturas, esculturas etc.) que ilustram, complementam o texto-base e explicitam aspectos dele.
- **Glossário** – pequenas notas laterais que, de forma sucinta, trazem uma explicação sobre palavras e expressões pouco usuais para os estudantes. Sempre que julgar conveniente, o professor deverá complementar a explicação ou orientar os estudantes a pesquisarem outros sentidos para palavras e expressões desconhecidas.
- **Investigando** – atividades variadas que buscam associar os temas históricos com as vivências pessoais e culturais dos jovens do Ensino Médio. Esta seção aparece ao longo dos capítulos para promover um diálogo contínuo com os estudantes e uma aproximação com a realidade concreta vivida por eles.
- **Interpretar fonte** – boxe com fonte histórica (texto ou imagem), sempre acompanhada de atividades. Procura estimular o exercício de interpretação crítica e a reflexão sobre a produção do conhecimento histórico.
- **Em destaque** – boxe com textos que podem aprofundar um tema ou apresentar outras versões historiográficas. Em muitos casos, os textos são acompanhados de imagens contextualizadas. Propõe atividades que visam estimular a reflexão sobre o processo de construção do conhecimento histórico.
- **Observar o mapa** – atividades de leitura de mapas. Esta seção apresenta interdisciplinaridade com Geografia.
- **Oficina de História** – conjunto de atividades que aparece no final de cada capítulo. Esta seção é parte fundamental da obra, pois visa promover a autonomia e o pensamento crítico dos estudantes. O objetivo é levá-los a investigar e enfrentar problemas históricos do passado e do presente. As atividades estão agrupadas em:

- a) Vivenciar e refletir – atividades de contextualização, reflexão, debate, pesquisa e, muitas vezes, de experimentação. De forma geral, elas buscam aproximar o saber histórico escolar e as vivências do estudante.
- b) Diálogo interdisciplinar – atividades que realizam diálogos entre a História e outros componentes curriculares.
- c) De olho na universidade – questões de vestibulares de diferentes regiões do país e do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).
No último capítulo de cada unidade, **Para saber mais** indica livros, *sites* e filmes relacionados a conteúdos da unidade. Essas indicações são acompanhadas de atividades.
- **Cronologia** – ao final do livro, resume e localiza alguns eventos históricos ocorridos no Brasil e no mundo.

2.5. Projetos temáticos

Ao final de cada volume, é apresentado um projeto temático que reforça a dimensão experimental e interdisciplinar do ensino-aprendizagem mobilizando os estudantes a trabalhar com temas abrangentes das áreas do conhecimento, especialmente em Ciências Humanas e Linguagens. O objetivo é articular dimensões fundamentais da educação no Ensino Médio, como: cultura, cidadania, trabalho e dinâmica das cidades. Por isso, os temas dos projetos são:

- Volume 1: Cultura e cidadania;
- Volume 2: Dimensões do trabalho;
- Volume 3: Cidade em movimento.

Os projetos propõem atividades de reflexão e investigação que demandam, por exemplo: pesquisas e manejo com fontes diversas, análise e interpretação de dados e informações, usos de linguagens diferentes (textos, imagens, sons), entrevistas com pessoas da comunidade, estudo do espaço social em que os estudantes estão inseridos, construção e apresentação de argumentos a partir dos conhecimentos desenvolvidos.

Os projetos podem (e devem) ser flexibilizados levando em consideração a diversidade nacional e as necessidades pedagógicas de professores e estudantes.

A seguir, há indicações de alguns filmes, *sites* e livros associados aos projetos temáticos para o professor (e também para os estudantes).

Cultura e cidadania

- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2011.
- CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria [Orgs.]. *Nova História das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012.
- *O Povo Brasileiro*. Direção de Isa Grinspum Ferraz. Brasil, 2000, 280 min.

Dimensões do trabalho

- COMTE-SPONVILLE, André. *A vida humana*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ANTUNES, Ricardo (Org.). *O avesso do trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- BRASIL. MEC. *Juventude e trabalho*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/06_cd_al.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2016.
- BENDASSOLLI, Pedro F. Felicidade e trabalho. In: *Revista de Administração de Empresas*, vol. 6, n. 4, 57-61, jul./ago. 2007.

Cidade em movimento

- LEITE, Carlos. *Cidades sustentáveis, cidades inteligentes*. Porto Alegre: Bookman, 2012.
- MIKE, Davis. *Planeta favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A cidade*. São Paulo: Contexto, 1999.
- SPOSITO, Eliseu Saverio. *A vida nas cidades*. São Paulo: Contexto, 1996.

3. Avaliação pedagógica

Estamos no mundo não para observar como marcham as coisas, mas para produzir, para fazer, para transformar a realidade.

Gianni Vattimo¹⁷

A avaliação pedagógica é um processo que implica estimar o valor, a extensão e a intensidade do desempenho educacional. Ao promover diagnósticos da ação educativa, a avaliação deve assumir caráter contínuo, formativo e participativo, superando, de vez, os velhos paradigmas de “vigiar e punir”¹⁸.

Dessa maneira, a avaliação é uma parte essencial do currículo escolar destinada a redimensionar as tarefas educacionais. Serve tanto para identificar potencialidades e dificuldades da aprendizagem quanto para sinalizar problemas do ensino, permitindo repensar as estratégias utilizadas pelo professor.

Outro aspecto fundamental é que a avaliação deve ser apresentada aos pais ou responsáveis para que eles sejam informados sobre o desempenho escolar dos estudantes. Cultivar o diálogo com a família do estudante, discutindo os resultados da avaliação, contribui para a criação de um ambiente favorável à educação.

3.1. O que avaliar?

O ensino de História visa múltiplos objetivos que, evidentemente, variam segundo as concepções de historiadores e educadores.

Nesta obra, o objetivo subjacente ao ensino-aprendizagem de História é ampliar a consciência do que fomos para transformar o que somos. Transformar o “presente” em busca de uma sociedade mais livre, mais justa e solidária. O cerne do

ensino de História consiste no desenvolvimento da consciência crítica, que se desdobra em duas dimensões complementares: a consciência de si e a consciência do outro.

- **Consciência de si, identidade própria, pessoalidade:** processo em que nos debruçamos sobre nosso próprio ser e fazer, percebendo-nos como criaturas e criadores da sociedade, pessoas capazes de conferir e diferir, de propor e inovar.
- **Consciência do outro, alteridade, socialidade:** processo que nos leva ao reconhecimento e acolhimento do outro, na convivência democrática, fazendo-nos promover, por exemplo, escuta social, tolerância com as diferenças e respeito pelas minorias.

A resposta para a pergunta “O que avaliar?”, em termos amplos: deve-se avaliar o desenvolvimento da consciência histórica, que implica reflexão sobre si, atenção para o mundo, superação do isolamento narcísico e do alheamento social. Por sua vez, esse desenvolvimento está associado ao conhecimento e à produção de conteúdos históricos, à capacidade de expressão, de análise, síntese e interpretação de fontes diversas.

Tendo em vista os objetivos anteriores, a avaliação pedagógica deve buscar o entrelaçamento dos sentidos de *educare* (nutrir, transmitir conhecimento) e de *educere* (extrair, produzir conhecimento). Em outras palavras, deve-se avaliar tanto os aspectos voltados à aprendizagem dos conteúdos, da heteronomia e da alteridade social, quanto os aspectos voltados ao desenvolvimento do senso crítico sobre os conteúdos, da autonomia, da criatividade e da singularidade pessoal.

3.2. Critérios e instrumentos

As atividades propostas nesta obra buscam promover uma avaliação ampla e contínua. Elas são encontradas: nas aberturas de unidade (**Conversando**); nas aberturas de capítulo (**Treinando o olhar**); ao longo do texto-base (**Investigando e Observar o mapa**); nos boxes (**Em destaque**

17 VATTIMO, Gianni; RORTY, Richard. *Uma ética para laicos*. Buenos Aires: Katz, 2009. p. 11.

18 Alusão à obra *Vigiar e punir*, do filósofo e historiador francês Michel Foucault (1926-1984). Nessa obra, Foucault analisa os processos disciplinares das prisões que, de certo modo, constituem modelos de controle e adiestramento para outras instituições, como fábricas, hospitais e escolas.

e **Interpretar fonte**); ao final de cada capítulo (**Oficina de História**); e ao final de cada volume da coleção (**Projetos temáticos**).

Ao aplicar essas atividades, é interessante que o professor explique os critérios pelos quais os estudantes serão avaliados. Algumas atividades, por exemplo, podem ser realizadas de forma oral, outras de forma escrita; algumas de maneira individual, outras em grupo; algumas demandam respostas que implicam compreensão e análise dos conteúdos estudados, outras extrapolam esses conteúdos e exigem a livre expressão das experiências pessoais. Em cada caso, o professor deve explicitar o que se está avaliando, isto é, ao que se atribui “valor”. O objetivo da avaliação é servir à formação dos estudantes e não instituir rituais de punição.

Além das atividades do livro, o professor pode e deve promover outras formas de avaliação, como:

- organização de debates entre os estudantes, levando-os a se posicionar diante de questões do presente a partir de interpretações sobre suas relações com o passado;
- seminários, individuais ou em grupo, para a apresentação de temas históricos, comparando problemáticas atuais e de outras épocas e espaços;
- relatórios de pesquisas em diferentes fontes (imagem, som, texto escrito) e visitas a museus, exposições, locais históricos, “lugares de memória” etc.;
- produção de textos interpretativos, como artigos para um jornal, a serem elaborados pelos estudantes;

- crítica de filmes, livros, exposições etc.

Na prática escolar, é comum a alguns professores avaliar os estudantes no final do bimestre ou semestre. Nesse caso, é recomendável que as questões que levam a uma “resposta única” sejam menos valorizadas. Esse formato, que induz à resposta “correta”, única e rígida, não cria oportunidades para que os estudantes expressem seu potencial de aprendizagem. Além disso, a recomendação dos educadores e da própria Lei é que o estudante seja avaliado de forma contínua e cumulativa, prevalecendo os aspectos qualitativos sobre os quantitativos e os resultados de longo prazo sobre os de eventuais provas finais (LDB, art. 24, V, alínea a).

A avaliação contínua e cumulativa não deve estabelecer uma separação rígida entre o momento de ensinar e o momento de aprender, o momento de demonstrar e o momento de produzir conhecimentos. Todos esses momentos podem estar articulados e entrelaçados de forma participativa.

A avaliação qualitativa depende do acompanhamento dos estudantes nas atividades em sala de aula e na realização dos trabalhos individuais e coletivos. Requer a observação e a valorização dos debates, do esforço de argumentação e do respeito aos outros.

Em resumo, a avaliação deve ser flexível e dinâmica, com diferentes graus de complexidade, utilizando variados instrumentos, explicitando seus critérios, respeitando o desenvolvimento das competências e habilidades a serem alcançadas ao longo do processo pedagógico.

4. Perspectiva interdisciplinar

[...] os desenvolvimentos disciplinares das ciências não só trouxeram as vantagens da divisão do trabalho, mas também os inconvenientes da superespecialização [...] e do despedaçamento do saber.

Edgar Morin¹⁹

19 MORIN, Edgar. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. Trad: Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p. 15.

Ao longo da chamada Idade Moderna, o vasto campo do saber humano foi sofrendo um processo de especialização dos estudos. Gradativamente, muitas ciências conquistaram autonomia, como se fossem ramos se alastrando a partir da árvore comum. Essas ciências, por sua vez, subdividiram-se em disciplinas cada vez mais específicas, que direcionaram suas investigações para objetos e objetivos próprios.

O estreitamento sistemático dos campos de conhecimentos conduziu a uma “era dos especialistas”, marcada pela pulverização do saber e a perda das visões de conjunto. Daí a frase provocativa, atribuída ao dramaturgo inglês Bernard Shaw (1856-1950), que diz: “o especialista é aquele que sabe cada vez mais sobre cada vez menos, e, por fim, acaba sabendo tudo sobre o nada”.

Contra os exageros da especialização, surge a busca pela interdisciplinaridade que aponta para a:

[...] possibilidade de se relacionar as disciplinas em atividades ou projetos de estudo, pesquisa e ação. [...] O conceito de interdisciplinaridade fica mais claro quando se considera o fato trivial de que todo conhecimento mantém um diálogo permanente com outros conhecimentos, que pode ser de questionamento, de confirmação, de complementação, de negação, de ampliação, de iluminação de aspectos não distinguidos. [...]

É importante enfatizar que a interdisciplinaridade supõe um eixo integrador, que pode ser o objeto de conhecimento, um projeto de investigação, um plano de intervenção. Nesse sentido, ela deve partir da necessidade sentida pelas escolas, professores e alunos de explicar, compreender, intervir, mudar, prever algo que desafia uma disciplina isolada e atrai a atenção de mais de um olhar, talvez vários. [...]

A partir do problema gerador do projeto, que pode ser um experimento, um plano de ação para intervir na realidade ou uma atividade, são identificados os conceitos de cada disciplina que podem contribuir para descrevê-lo, explicá-lo e prever soluções.²⁰

Esta coleção foi elaborada de maneira atenta à perspectiva interdisciplinar. Ela pode ser observada nas aberturas de unidade, em aspectos do texto-base, em textos complementares, na iconografia e suas legendas, nas atividades que permeiam os capítulos. De modo especial, a interdisciplinaridade encontra destaque nos projetos temáticos que finalizam cada volume e no conjunto de atividades específicas da **Oficina de História** intitulado **Diálogo**

interdisciplinar. Esse item promove o diálogo da História com outros componentes curriculares de Ciências Humanas e, também, com outras áreas do conhecimento. Além disso, o item **Vivenciar e refletir**, também localizado na seção **Oficina de História**, propõe, muitas vezes, atividades de caráter interdisciplinar ou experimental, que demandam: visitas, entrevistas, produção e análise de charges, vídeos, memoriais, letras de música etc.

A História tem muito a contribuir em projetos interdisciplinares desenvolvidos pelos professores em suas escolas. Assim, o trabalho pedagógico pode utilizar variados recursos, tais como: iconografia, mapas, espaço social, filmes, internet, memória oral e literatura (ficção).

4.1. Iconografia

No processo de aprendizagem, a iconografia é recurso importante para o conhecimento interdisciplinar. Lidar com fontes e linguagens diferenciadas, principalmente visuais, requer habilidades que podem ser desenvolvidas pelo exercício constante do olhar e envolvem observar, identificar e compreender o significado das imagens.

A iconografia, seja uma fotografia ou a reprodução de uma obra de arte (pintura, escultura, gravura, desenho ou caricatura, por exemplo), pode ser um documento histórico tão importante quanto a documentação manuscrita ou impressa.

Há um ponto em comum entre a documentação iconográfica e a escrita: ambas são, fundamentalmente, representações da realidade, isto é, expressam versões a respeito dos eventos históricos e carregam intencionalidades.

Algumas dessas representações estão bastante impregnadas no imaginário das sociedades. É o caso, por exemplo, da independência do Brasil. Os variados grupos sociais do período, as divergências e convergências entre os grupos políticos e a questão das relações internacionais são alguns dos elementos que devem ser considerados em uma análise do episódio da independência. No entanto, é provável que a maioria das pessoas pense na cena criada no quadro de Pedro Américo (1843-1905) *Independência ou morte*. Essa obra, feita mais de meio século depois da proclamação da independência, não reconstitui a cena exata do chamado

20 BRASIL. MEC. *Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio*. Brasília: MEC, 1999. p. 75-6.

“grito do Ipiranga”, embora muitos a vejam assim. Trata-se de uma representação, de uma interpretação do artista sobre um tema histórico. Todavia, essa imagem cristalizou-se na mente de boa parte dos brasileiros como a cena real da proclamação da independência por D. Pedro. Esse exemplo, em meio a tantos outros possíveis, é revelador do poder da imagem, especialmente entre os jovens.

Ao trabalhar com recursos iconográficos como fontes históricas, procure:

- identificar o tipo de obra (fotografia, desenho, pintura, escultura, caricatura etc.), sua data e local de produção, bem como pesquisar informações sobre seu autor (nacionalidade, idade, formação, outros trabalhos etc.);
- observar detalhes da imagem, suas cores, personagens, paisagens, temas etc., refletindo sobre as diferentes impressões e sentimentos que ela pode despertar nos estudantes;
- analisar o contexto de produção da imagem e de como ela foi apropriada ao longo do tempo. Verifique, por exemplo, se as referências utilizadas na obra têm o mesmo significado no contexto de sua produção e no momento presente.

Leitura para o professor

A revista *Acervo*, editada pelo Arquivo Nacional (RJ), publicou um número especial dedicado à fotografia como fonte histórica (v. 6, n. 1/2, jan./dez. 1993). Nesse número, foram reunidos diversos artigos úteis, dentre os quais destacamos o de Boris Kossoy, “Estética, memória e ideologia fotográfica: decifrando a realidade interior das imagens”, que analisa fotografias de diversos períodos da história do Brasil e o papel do fotógrafo como “criador de realidades”. Disponível em: <http://www.arquivo.nacional.gov.br/media/v6_n1_2_jan_dez_1993.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2016.

Outra coletânea interessante para uma discussão sobre o uso de fontes diversas está no “Dossiê arte e linguagens”, da *Revista Brasileira de História*, v. 18, n. 35, 1998. A publicação, editada pela Associação Nacional de História (Anpuh), reúne importantes artigos sobre música popular, literatura, cinema, fotografia e pintura, em diversas épocas. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issueoc&pid=0102018819980001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 4 mar. 2016.

4.2. Mapas

Ao construir sociedades e culturas, os grupos humanos transformam o ambiente natural e organizam o espaço de acordo com suas necessidades e possibilidades. Os mapas são representações desse espaço percebido pelos seres humanos, do passado ou do presente.

Assim, é indicado que o professor utilize atlas históricos e geográficos em suas aulas, além dos mapas apresentados nesta obra.

Utilizando mapas, podem ser analisados com os estudantes aspectos como:

- a orientação espacial, a escala, o título e a legenda;
- as técnicas e os objetivos da representação;
- as delimitações de fronteiras, os acidentes geográficos, as concepções de mundo;
- as mudanças e permanências em um território ou uma região ao longo do tempo.

Leitura para o professor

O livro *Uma história do mundo em doze mapas*, do pesquisador Jerry Brotton, analisa alguns marcos da cartografia, das representações da Antiguidade até as imagens de satélite atuais (Rio de Janeiro: Zahar, 2014). O livro procura mostrar como os mapas influenciam e refletem os sistemas de poder, a religiosidade e a criatividade das sociedades que os produziram.

4.3. Espaço social

Retirar os alunos da sala de aula e proporcionar-lhes o contato ativo e crítico com as ruas, praças, edifícios públicos e monumentos constitui excelente oportunidade para o desenvolvimento de uma aprendizagem significativa.²¹

Os espaços sociais podem ser utilizados como fonte histórica e um importante recurso didático. Portanto, visitas ao centro da cidade, ao bairro em

21 BRASIL. MEC. *Parâmetros Curriculares Nacionais — Ensino Médio*. Brasília: MEC, 1999. p. 27.

que a escola se situa, a museus, a parques e a outras localidades nas quais se possa fazer um estudo de temas abordados em sala de aula são momentos enriquecedores do aprendizado.

O espaço social transforma-se em uma fonte de pesquisa quando ele é investigado e interpretado pelo observador. Assim, analisar a maior ou menor presença de residências, indústrias, comércios, serviços ou área agropastoril, as áreas verdes em contraste com as áreas edificadas, os meios de transporte disponíveis, os estilos arquitetônicos e o tamanho das construções, seu uso público ou privado, o nome dos logradouros e os monumentos públicos, entre outras evidências, nos permite obter dados sobre o presente e o passado.

A conveniência dos estudos de campo depende de uma avaliação realista do professor. Normalmente, as atividades extraclasse empolgam os estudantes e transformam-se em oportunidades de sociabilidade e aprendizado diferentes das que são vivenciadas dentro da escola.

Em todo caso, as atividades voltadas ao estudo do espaço social requerem uma preparação anterior bastante criteriosa, para que sejam realizadas

com segurança e, também, para que não se transformem em simples passeios. Essa preparação requer uma série de providências do professor, como solicitar a ajuda de pais e/ou funcionários da escola no monitoramento dos estudantes, levantar materiais de consulta sobre o local a ser visitado; dominar informações básicas sobre o local e priorizar as questões a serem pesquisadas.

4.4. Filmes

Antes de recomendar um filme, é imprescindível que o professor assista a ele e o avalie, tendo em vista a necessidade de um trabalho prévio de contextualização. Isso é válido, inclusive, para os filmes indicados ao longo dos volumes desta coleção, sobretudo na seção **Para saber mais**, que se encontra ao final de cada unidade. Dentre essas indicações, além dos filmes estrangeiros, há sugestões de obras do cinema brasileiro, o que contribui para a observância da Lei 13.006/2014, que obriga a exibição de filmes de produção nacional nas escolas de educação básica.

Na tabela a seguir, encontra-se a relação dos filmes indicados no livro do estudante:²²

	Produção	Filme	Seção
Volume 1	Nacional e estrangeira	Narradores de Javé. Direção de Eliane Caffé. Brasil/França, 2003, 100 min.	Iconografia, capítulo 1
	Estrangeira	Romeu + Julieta. Direção de Baz Luhrmann. EUA, 1996, 120 min.	Iconografia, capítulo 1
	Estrangeira	A guerra do fogo. Direção de Jean-Jacques Annaud. França/Canadá, 1981, 100 min.	Para saber mais, unidade 1
	Estrangeira	Gladiador. Direção de Ridley Scott. EUA, 2000, 155 min.	Para saber mais, unidade 2
	Estrangeira	O príncipe do Egito. Direção de Brenda Chapman, Simon Wells e Steve Hickner. EUA, 1998, 98 min.	Para saber mais, unidade 2
	Estrangeira	Robin Hood. Direção de Ridley Scott. EUA, 2010, 140 min.	Iconografia, capítulo 12
	Estrangeira	Joana d'Arc. Direção de Luc Besson. França, 1999, 155 min.	Para saber mais, unidade 3
	Estrangeira	Moça com brinco de pérola. Direção de Peter Webber. Inglaterra/Luxemburgo, 2003, 99 min.	Para saber mais, unidade 4

²² Além dos filmes indicados no livro do estudante, o professor irá encontrar outras indicações na parte específica deste Manual.

Volume 2	Nacional	Xica da Silva. Direção de Cacá Diegues. Brasil, 1976, 107 min.	Iconografia, capítulo 7
	Nacional e estrangeira	Abril despedaçado. Direção de Walter Salles. Brasil/França/Suíça, 2001, 105 min.	Para saber mais, unidade 1
	Estrangeira	Libertador. Direção de Alberto Arvelo. Venezuela/Espanha, 2014, 123 min.	Para saber mais, unidade 2
	Nacional	Mauá: o imperador e o rei. Direção de Sérgio Rezende. Brasil, 1999, 135 min.	Iconografia, capítulo 16
	Nacional	Carlota Joaquina: princesa do Brasil. Direção de Carla Camurati. Brasil, 1994, 100 min.	Para saber mais, unidade 3
	Estrangeira	Oliver Twist. Direção de Roman Polanski. Reino Unido/República Tcheca/França/Itália, 2005, 130 min.	Iconografia, capítulo 18
	Estrangeira	12 anos de escravidão. Direção de Steven McQueen. EUA, 2014, 134 min.	Para saber mais, unidade 4
	Estrangeira	Biutiful. Direção de Alejandro González Iñárritu. Espanha, 2010, 147 min.	Projeto temático
	Nacional e estrangeira	O banheiro do papa. Direção de César Charlone, Enrique Fernández. Brasil/França/Uruguai, 2007, 90 min.	Projeto temático
	Estrangeira	Erin Brockovich. Direção de Steven Soderbergh. EUA, 2000, 131 min.	Projeto temático
	Estrangeira	Terra fria. Direção de Niki Caro. EUA, 2005, 126 min.	Projeto temático
	Nacional	Que horas ela volta? Direção de Anna Muylaert. Brasil, 2015, 112 min.	Projeto temático
Volume 3	Estrangeira	O encouraçado Potemkin. Direção de Sergei Eisenstein. Rússia, 1925, 75 min.	Iconografia, capítulo 2
	Estrangeira	O coração corajoso de Irena Sendler. Direção de John Kent Harrison. EUA, 2009, 95 min.	Iconografia, capítulo 4
	Estrangeira	A queda! As últimas horas de Hitler. Direção de Oliver Hirschbiegel. Alemanha, Áustria, Itália, 2005, 156 min.	Iconografia, capítulo 4
	Estrangeira	A lista de Schindler. Direção de Steven Spielberg. EUA, 1993, 195 min.	Para saber mais, unidade 1
	Estrangeira	Arquitetura da destruição. Direção de Peter Cohen. Suécia, 1989, 121 min.	Para saber mais, unidade 1
	Estrangeira	Feliz Natal. Direção de Christian Carion. França/Alemanha/Reino Unido/Bélgica/Romênia/Noruega/Japão, 2005, 116 min.	Para saber mais, unidade 1
	Nacional	Guerra de Canudos. Direção de Sérgio Rezende. Brasil, 1997, 167 min.	Para saber mais, unidade 2
	Estrangeira	Hotel Ruanda. Direção de Terry George. EUA/Itália/África do Sul, 2004, 121 min.	Para saber mais, unidade 3
	Estrangeira	Uma verdade inconveniente. Direção de Davis Guggenheim. EUA, 2006, 100 min.	Para saber mais, unidade 3
	Nacional	O ano em que meus pais saíram de férias. Direção de Cao Hamburger. Brasil, 2006, 105 min.	Para saber mais, unidade 4
Nacional	O contador de histórias. Direção de Luiz Villaça. Brasil, 2009, 100 min.	Para saber mais, unidade 4	

Ao analisar um filme, em primeiro lugar, convém esclarecer que o autor (diretor) trabalhou com um recorte da realidade, observou-a sob determinado ângulo e fez escolhas.

Em seguida, pode-se refletir sobre as formas de narrativa, levando os estudantes a observar as diferenças entre obras ficcionais e documentários (por exemplo, as imagens, os diálogos, as legendas, as falas em *off* etc.); todos esses recursos revelam opções na maneira de contar uma história. Os efeitos produzidos por um filme em cores diferem daqueles produzidos por um filme em preto e branco, que, apesar do seu caráter mais documental, permite jogos de luz e sombra, evocando sensações singulares no espectador. Da mesma forma, o uso de *close-ups*, ou seja, a aproximação da câmera para enquadrar paisagens, eventos ou atores (ou depoentes, no caso de documentários), pode direcionar a atenção do espectador.

As sugestões a seguir podem ser úteis como procedimentos de trabalho com filmes históricos.

1. Elabore uma ficha técnica com os dados básicos do filme — título, ano em que foi produzido, diretor, atores principais, época em que se desenvolveu a ação, local das filmagens, livro em que o roteiro foi baseado (se for o caso) etc.
2. Registre os elementos mais significativos em relação a aspectos como cenário (ruas, casas, edificações variadas, cidades, paisagens, objetos etc.) e personagens (vestuário, alimentação, costumes, modo de falar etc.).
3. Relacione aspectos mostrados pelo filme com outros conteúdos históricos apresentados e discutidos em sala de aula.
4. Elabore uma resenha sobre o filme. A resenha pode ser organizada a partir de questões como:
 - Que conflitos são narrados e de qual perspectiva?
 - Que imagens o autor constrói sobre os temas abordados?
 - Como os personagens vivenciam suas experiências?

- Qual é o peso da presença de “heróis” protagonistas? Que valores eles expressam?
- Há um caráter de denúncia ou um compromisso com a versão de um personagem ou grupo social?
- Como é abordada a temporalidade no filme? Isso é feito a partir das experiências dos personagens?
- O que é presente/passado/futuro nessa obra?

Agora, leia um trecho de um artigo de José Manuel Moran, professor da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, sobre as possibilidades do uso do vídeo em sala de aula, mas que se aplicam em grande medida a todos os filmes.

Proposta de uso do vídeo

Usos inadequados em sala de aula:

- a. **Vídeo tapa-buraco:** colocar vídeo quando há um problema inesperado, como ausência do professor. Usar esse expediente eventualmente pode ser útil, mas, se for feito com frequência, desvaloriza o uso do vídeo e o associa — na cabeça do aluno — a não ter aula.
- b. **Vídeo enrolação:** exibir um vídeo sem muita ligação com a matéria. O aluno percebe que o vídeo é usado como forma de camuflar a aula. Pode concordar na hora, mas discorda do seu mau uso.
- c. **Vídeo deslumbramento:** o professor que acaba de descobrir o uso do vídeo costuma empolgar-se e passar vídeo em todas as aulas, esquecendo outras dinâmicas mais pertinentes. O uso exagerado do vídeo diminui a sua eficácia e empobrece as aulas.
- d. **Vídeo perfeição:** existem professores que questionam todos os vídeos possíveis, porque possuem defeitos de informação ou estéticos. Os vídeos que apresentam conceitos problemáticos podem ser usados para descobri-los junto com os alunos e questioná-los.

- e. **Só vídeo:** não é satisfatório didaticamente exibir o vídeo sem discuti-lo, sem integrá-lo com o assunto de aula, sem voltar e mostrar alguns momentos mais importantes.

Propostas de utilização:

- a. Começar por vídeos mais simples, mais fáceis, e exibir depois vídeos mais complexos e difíceis, tanto do ponto de vista temático quanto técnico. Pode-se partir de vídeos ligados à televisão, vídeos próximos à sensibilidade dos alunos, vídeos mais atraentes, e deixar para depois a exibição de vídeos mais artísticos, mais elaborados.
- b. **Vídeo como sensibilização.** É, do nosso ponto de vista, o uso mais importante na escola. Um bom vídeo é interessantíssimo para introduzir um novo assunto, para despertar a curiosidade, a motivação para novos temas. Isso facilitará o desejo de pesquisa nos alunos para aprofundar o assunto do vídeo e da matéria.
- c. **Vídeo como ilustração.** O vídeo muitas vezes ajuda a mostrar o que se fala em aula, a compor cenários desconhecidos dos alunos. Por exemplo, um vídeo que exemplifica como eram os romanos na época de Júlio César ou Nero, mesmo que não seja totalmente fiel, ajuda a situar os alunos no tempo histórico. Um vídeo traz para a sala de aula realidades distantes dos alunos, como, por exemplo, a Amazônia, a África ou a Europa. A vida aproxima-se da escola através do vídeo.
- d. **Vídeo como simulação.** É uma ilustração mais sofisticada. O vídeo pode simular experiências de química que seriam perigosas em laboratório ou que exigiriam muito tempo e recursos. Um vídeo pode mostrar o crescimento acelerado de uma planta, de uma árvore — da semente até a maturidade — em poucos segundos.
- e. **Vídeo como conteúdo de ensino.** Vídeo que mostra determinado assunto, de forma direta ou indireta. De forma direta, quando in-

forma sobre um tema específico orientando a sua interpretação. De forma indireta, quando mostra um tema permitindo abordagens múltiplas, interdisciplinares.

f. **Vídeo como produção.**

- **Como documentação:** registro de eventos, de aulas, de estudos do meio, de experiências, de entrevistas, de depoimentos. Isso facilita o trabalho do professor, dos alunos e dos futuros alunos. O professor deve poder documentar o que é mais importante para o seu trabalho, ter o seu próprio material de vídeo, assim como tem os seus livros e suas apostilas para preparar as suas aulas. O professor estará atento para gravar o material audiovisual mais utilizado, para não depender sempre do empréstimo ou aluguel dos mesmos programas.
- **Como intervenção:** interferir, modificar um determinado programa, um material audiovisual, acrescentando uma nova trilha sonora ou editando o material de forma compacta, ou introduzindo novas cenas com novos significados. O professor precisa perder o medo, o excessivo “respeito” ao vídeo. Assim como ele interfere num texto escrito, modificando-o, acrescentando novos dados, novas interpretações e contextos mais próximos do aluno, assim ele poderá fazê-lo com o vídeo.
- **Como expressão:** como nova forma de comunicação adaptada à sensibilidade principalmente das crianças e dos jovens. As crianças adoram fazer vídeo, e a escola precisa incentivar o máximo possível a produção de pesquisas em vídeo pelos alunos. A produção em vídeo tem uma dimensão moderna, lúdica. Moderna, como meio contemporâneo, novo e que integra linguagens. Lúdica, pela miniaturização da câmera, que permite brincar com a realidade, levá-la junto para qualquer lugar. Filmar é uma das experiências mais envolventes, tanto para as crianças como para os adultos. Os alunos podem ser in-

centivados a produzir dentro de uma determinada matéria ou dentro de um trabalho interdisciplinar. E também produzir programas informativos, feitos por eles mesmos e colocá-los em lugares visíveis dentro da escola e em horários em que muitas crianças possam assistir.

g. Vídeo como avaliação: dos alunos, do professor, do processo.

- Videoespelho. Ver-se na tela para poder compreender-se, para descobrir o próprio corpo, os gestos, os cacoetes. Videoespelho para análise do grupo e dos papéis de cada um; para acompanhar o comportamento de cada um, do ponto de vista participativo; para incentivar os mais retraídos e pedir aos que falam muito para darem mais espaço aos colegas. O videoespelho é de grande utilidade para o professor se ver na tela, examinar sua comunicação com os alunos, suas qualidades e seus defeitos.

h. Vídeo como integração/suporte de outras mídias.

- Vídeo como suporte da televisão e do cinema. Gravar em vídeo programas importantes da televisão para utilização em aula.
- Alugar ou comprar filmes de longa-metragem, documentários para ampliar o conhecimento de cinema, iniciar os alunos na linguagem audiovisual.
- Vídeo interagindo com outras mídias como o computador, o videodisco, o CD-ROM, o CD-I (Compact Disc Interactive), com os video games [...].²³

Leitura para o professor

O livro *Cinema brasileiro hoje*, de Pedro Butcher, aborda questões relacionadas à produção cinematográfica nacional contemporânea (Série Folha Explica. São Paulo: Publifolha, 2005). Entre essas questões estão dilemas políticos, econômicos e artísticos.

Já a obra *A História vai ao cinema*, organizada por Mariza de Carvalho Soares e Jorge Ferreira, apresenta vinte filmes brasileiros analisados por historiadores (Rio de Janeiro: Record, 2001).

No livro *História e cinema*, organizado por Maria Helena Capelato [et al.], pesquisadores das disciplinas de História e Audiovisual discutem temas como as relações entre cinema e História, o filme como documento e a representação cinematográfica do passado (São Paulo: Alameda, 2007).

O livro *Passado imperfeito: a história do cinema*, organizado por Mark C. Carnes (Rio de Janeiro: Record, 1997), traz análises e reflexões sobre vários filmes com temáticas históricas.

Para entender um pouco sobre as linguagens do cinema, sugerimos *Gramática do cinema*, de Marie-France Briselance e Jean-Claude Morin (Lisboa: Texto e Grafia, 2011).

Por fim, para uma discussão sobre o cinema na sala de aula, o professor pode se basear no livro *Como usar o cinema na sala de aula*, de Marcos Napolitano (São Paulo: Contexto, 2004).

4.5. Internet

A internet pode tornar-se uma poderosa aliada no processo de ensino-aprendizagem. É preciso, no entanto, avaliar cautelosamente a quantidade quase inesgotável de informações disponibilizadas na rede, pois são, muitas vezes, tão variadas quanto caóticas.

Nesse sentido, o semiólogo italiano Umberto Eco (1932-2016) comparou a internet a um “imenso Funes” — o personagem de Borges, referido na página 292 deste Manual, que possuía uma memória implacável, mas não conseguia discernir informações.

Com a web, todo saber, toda informação possível, mesmo a menos pertinente, está lá, à nossa disposição. Então pergunta-se: quem filtra? [...] Ora, a incapacidade de filtrar é a impossibilidade de discriminar. [...] Ampliamos nossa capacidade de estocagem da memória, mas não encontramos ainda o novo parâmetro de filtragem.²⁴

²³ MORAN, José Manuel. O vídeo na sala de aula. *Comunicação & Educação*, (2):jan./abr. 1995. p. 29-31. Disponível em: <<http://revistas.univerciencia.org/index.php/comeduc/article/view/3927/3685>>. Acesso em: 16 fev. 2016.

²⁴ ECO, Umberto. Para todos os fins úteis. Entrevista realizada por Catherine David, Frédéric Lenoir e Jean-Philippe Tonnac. In: *Entrevistas sobre o fim dos tempos*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999. p. 189-190.

Assim, o primeiro passo para trabalhar com esse recurso na sala de aula seria um debate sobre os parâmetros de filtragem de seus conteúdos. Vale lembrar que estipular critérios não é o mesmo que censura (restrição ou proibição da circulação de ideias), algo indesejável em sociedades que prezam a liberdade de expressão.

Os parâmetros de filtragem são, na verdade, critérios de seleção, que envolvem desde a análise de autoria até a verificação de indicação etária dos conteúdos *on-line*. Por isso, são recomendados alguns *sítes* pertinentes na seção **Para saber mais** de cada unidade desta coleção e também nos **Projetos temáticos**.

4.6. Memória oral

O trabalho com fontes orais (entrevistas, depoimentos) pode levar a bons resultados, envolvendo os estudantes em atividades interdisciplinares.

Todos nós conhecemos pessoas interessantes que podem nos relatar suas experiências de vida, suas percepções da sociedade, suas conquistas e decepções. É possível aproveitar esses relatos como fonte de pesquisa para ampliar, por exemplo, a construção do conhecimento histórico, geográfico, sociológico, antropológico etc.

As sugestões a seguir podem ser interessantes para o professor trabalhar com a memória oral.

1. Escolha de temas – selecionar temas históricos de interesse da turma.
2. Preparação de roteiros – solicitar aos estudantes que preparem perguntas para montar um roteiro de entrevista. As primeiras perguntas referem-se à identificação do entrevistado:
 - nome;
 - idade;
 - nacionalidade;
 - lugar onde mora;
 - ocupação;
 - escolaridade;
 - atividades de lazer.

Além dessas perguntas, outras devem ser formuladas, conforme o que se pretende destacar em relação aos temas em estudo: opinião sobre um conflito, informações sobre o próprio trabalho

ou sobre a vida comunitária, concepções sobre política, participação em movimentos sociais etc.

3. Escolha dos depoentes – deve ser feita após a escolha do tema de estudo e levará em conta a experiência pessoal, a idade e a disponibilidade do depoente, bem como seu grau de envolvimento com o estudante.
4. Registro da entrevista – os depoimentos podem ser gravados ou anotados, de acordo com os recursos de que o estudante disponha.
5. Elaboração de relatórios – o resultado da entrevista pode ser organizado na forma de uma redação.

Leitura para o professor

As sugestões de leituras sobre a pesquisa com fontes orais e o trabalho com depoimentos a seguir visam aprofundar os conhecimentos do professor sobre o tema para incentivar e orientar os estudantes na coleta e na interpretação desse tipo de fonte. O professor pode ler os trabalhos apresentados no evento “Ética e História Oral” — promovido pelo Centro Cultural Banco do Brasil e pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) — reunidos em um número especial da revista *Projeto História*, editada pela PUC/SP (n. 15, abr. 1997). Nos artigos reunidos, autores estrangeiros e brasileiros abordam a questão da individualidade coletiva e do cinema-documentário, ao lado de depoimentos de historiadores e cineastas sobre a forma como realizam seus trabalhos. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/issue/view/786/showToc>>. Acesso em: 7 mar. 2016.

4.7. Literatura (ficção)

A literatura, como qualquer outra fonte, é testemunho e documento de sua época. A leitura de obras de ficção escritas em tempos diversos pode ser transformada em importante instrumento da aprendizagem e da construção do saber. O primeiro passo para isso é “dessacralizar” a literatura (como qualquer outra obra de arte) e analisá-la, não como um objeto autônomo, mas como parte constitutiva da sociedade no interior da qual foi produzida. Além disso, é importante

lembrar que a literatura não apenas reflete sua época, mas age sobre ela, por meio das representações que ajuda a difundir e que, por sua vez, também modelam as práticas sociais.

A ficção literária, assim como outras fontes, possibilita uma reconstituição de vários elementos que interessam à história, entre eles:

- os modos de vida, costumes e cotidiano das sociedades representadas;
- a análise do papel dos personagens e sua inserção social;
- o contexto no qual a história se passa — descrição dos ambientes, das relações sociais, famílias e de poder, dos preconceitos, da política etc.

A discussão de textos de ficção literária em seus diversos gêneros (conto, romance, poesia, crônica) pode estimular o diálogo interdisciplinar entre os componentes curriculares História e Língua Portuguesa.

Leitura para o professor

Um bom exemplo do uso da literatura como fonte em pesquisas históricas pode ser visto na coletânea *A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*, organizada por Sidney Chalhoub e Leonardo A. de M. Pereira (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998). Nessa obra, a literatura e o mundo dos literatos brasileiros foram tomados como caminhos possíveis para a recuperação da história do Brasil a partir do período imperial. Publicações nesse sentido surgem a todo o momento. Dentre elas, destaca-se, ainda, *Com palmas medida: terra, trabalho e conflito na literatura brasileira* (São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Boitempo, 1999), organizada por Flávio Aguiar, com prefácio de Antonio Candido, e *Civilização e exclusão* (São Paulo: Boitempo, 2001), organizada por Flávio Aguiar e Ligia Chiappini.

5. Africanos, afro-brasileiros e indígenas

5.1. Africanos e afro-brasileiros

Em 9 de janeiro de 2003, entrou em vigor a Lei nº 10.639, que alterou as diretrizes e bases da educação no Brasil. Desde então, tornou-se

obrigatória a presença dos temas de história e cultura afro-brasileira no currículo escolar. A lei estabelece que:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.²⁵

25 A lei, disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>, foi alterada pela Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, que não restringiu a legislação anterior, apenas acrescentou a obrigatoriedade de incluir a história e a cultura indígena nos currículos escolares em todos os níveis de ensino. Essa última encontra-se disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm>. Acessos em: 16 fev. 2016.

A exigência não se limita à História; abrange também Literatura, Arte e, de modo geral, todos os demais componentes curriculares. A obrigatoriedade talvez tenha sido tardia, como será discutido a seguir.

De certa forma, temas de história e cultura afro-brasileira vinham sendo estudados nos livros didáticos desde muito tempo. No entanto, esses temas eram frequentemente limitados à escravidão e ao domínio sofrido pelos africanos e seus descendentes. Em geral, além da diáspora africana, essa história só tinha vez quando se estudava o colonialismo do século XIX e as independências dos países do continente no século XX. Assim mesmo, esses temas costumam ser abordados apenas da perspectiva europeia.

À primeira vista, instituir conteúdos obrigatórios por meio da legislação parece um pouco arbitrário. Todavia, as leis — como tudo o mais — têm história, e o processo que levou à promulgação da Lei nº 10.639 foi fruto de pressões democráticas da sociedade, particularmente do movimento negro no Brasil que, legitimamente, exigia um tratamento à altura da importância dos negros brasileiros para a sociedade aqui construída ao longo de cinco séculos.

Mas uma lei não resolve por si os problemas. Desde a sua entrada em vigor, em 2003, muitos esforços têm sido feitos por professores, bibliotecários, administradores escolares, autores e editores de livros didáticos. E ainda será preciso fazer muito mais para construir a igualdade no que se refere à apropriação, pelos brasileiros, de sua história. Este livro é resultado desse esforço.

Discussões e diretrizes sobre os temas da história e da cultura da África, e dos africanos e seus descendentes pelo mundo, têm surgido em diversos lugares. Assim, é preciso estar atento para se considerar o debate e incorporá-lo tanto quanto possível.

Dentre muitas vozes e resultados de debates, são aqui destacados os princípios norteadores

elencados por Rosa M. Rocha, que são fundamentais para a elaboração do material a ser usado pelos estudantes e para a avaliação da própria postura de autores, editores, professores, estudantes e da sociedade em geral quando se trata de discutir a questão racial na sala de aula:

1. a questão racial deve ser um conteúdo multidisciplinar, debatido durante todo o ano letivo;
2. deve-se reconhecer e valorizar as contribuições reais do povo negro à nação brasileira;
3. estabelecer uma conexão entre as situações de diversidade com a vida cotidiana nas salas de aula;
4. combater as posturas etnocêntricas para a desconstrução de estereótipos e preconceitos atribuídos ao grupo negro;
5. incorporar a história dos negros, a cultura, a situação de sua marginalização e seus reflexos ao conteúdo do currículo escolar;
6. extinguir o uso de material pedagógico contendo imagens estereotipadas do negro, com repúdio às atitudes preconceituosas e discriminatórias;
7. dar maior atenção à expressão verbal escolar cotidiana;
8. construir coletivamente alternativas pedagógicas com suporte de recursos didáticos adequados.²⁶

Uma vez refletida, essa pauta pode nortear as ações dos agentes envolvidos no processo de ensino-aprendizagem ocorrido na escola. O livro didático é um instrumento desse processo e, nesse caso, houve um esforço para incorporar posturas apropriadas no que se refere à valorização da diversidade da população brasileira e à recusa do etnocentrismo e dos preconceitos em todo o processo histórico mundial aqui trabalhado.

Nesse contexto, esta coleção de História para o Ensino Médio engaja-se no esforço de contri-

26 ROCHA, Rosa Margarida de Carvalho. Princípios norteadores quanto ao trato da questão racial no cotidiano escolar. In: *Almanaque pedagógico afro-brasileiro*. Belo Horizonte: Mazza, 2006. p. 15-16.

buir para a inserção de conteúdos pertinentes à história e à cultura dos africanos e afro-brasileiros. Além dos conteúdos que os livros da coleção já trazem, há neste Manual do Professor sugestões de textos e de atividades que contemplam essas novas exigências, que serão encontradas

na parte específica correspondente a cada volume da coleção.

O quadro a seguir destaca alguns pontos em que o estudo da história da cultura da África e dos afrodescendentes se torna mais evidente nesta coleção.

	Capítulo	Abordagem
Volume 1	Capítulo 1	Atividade com fontes históricas sobre a escravidão africana no Brasil. Apresenta a obra <i>Uma senhora de algumas posses em sua casa</i> , de Debret, e um recibo de compra e venda de escravo.
	Capítulo 2	A África apresentada como o local de origem da humanidade. Mapa com principais sítios arqueológicos do continente africano.
	Capítulo 5	Capítulo dedicado a duas importantes civilizações africanas antigas: egípcios e cuxitas.
	Capítulo 9	Indicação de <i>site</i> acompanhado de atividade sobre o Egito Antigo, na seção Para saber mais .
	Capítulo 11	A presença do islamismo no Brasil atual e a participação dos escravos islamizados na Revolta dos Malês.
	Capítulo 15	Capítulo destinado a povos africanos e sua pluralidade cultural, com destaque para aspectos do Reino de Gana, do Reino do Mali, do Reino do Congo e dos bantos.
	Capítulo 17	Navegações portuguesas, Périplo Africano.
	Projeto temático	Escravidão e racismo. Cultura afro-brasileira e protagonismo negro no Brasil.

Volume 2	Capítulo 3	A importância do trabalho africano para a economia colonial da América portuguesa, abordando a escravidão africana e o cotidiano dos escravos nos engenhos. Atividade de leitura de imagem com representação de indígena, negro e europeu.
	Capítulo 4	Capítulo dedicado à escravidão e à resistência dos africanos e de seus descendentes no Brasil. A presença da cultura africana no patrimônio histórico nacional (Ofício das Baianas do Acarajé).
	Capítulo 7	A importância do trabalho africano na economia e sociedade mineradora, destacando os conhecimentos dos escravos sobre a extração de ouro de aluvião e a obra do arquiteto e escultor afro-brasileiro Antônio Francisco Lisboa (Aleijadinho).
	Capítulo 10	Trabalho escravo africano nas Treze Colônias (EUA). Atividade sobre movimentos contra segregação racial dos negros nos EUA, com texto de Martin Luther King.
	Capítulo 12	Independência do Haiti, processo liderado por escravos de origem africana.
	Capítulo 13	A participação de negros libertos e escravizados na Conjuração Baiana, movimento que planejava, entre outras coisas, abolir a escravidão.
	Capítulo 14	As lutas de independência na Bahia e a participação dos escravos nesses movimentos.
	Capítulo 15	A Revolta dos Malês, considerada uma das mais importantes rebeliões de escravos do século XIX. A participação de negros na Cabanagem, revolta popular que aconteceu no Pará.
	Capítulo 16	O fim do tráfico negreiro e a participação do negro na sociedade imperial.
	Capítulo 17	A participação dos negros na Guerra do Paraguai. Abolicionismo, com destaque para Luís Gama, André Rebouças e Chiquinha Gonzaga. As limitações do fim da escravidão no Brasil. Os sentidos do 13 de maio. Atividades com textos do escritor Machado de Assis e do compositor Gilberto Gil.
	Capítulo 19	Capítulo dedicado à dominação neocolonial no continente africano e aos movimentos de resistência.
Capítulo 20	Fim da escravidão nos Estados Unidos: direitos restritos Indicação de filme, acompanhado de atividade, sobre a escravidão nos EUA, na seção Para saber mais . Indicação de livro, acompanhado de atividade, sobre história do continente africano, na seção Para saber mais .	

Volume 3	Capítulo 6	A participação do negro em uma importante manifestação cultural brasileira: o futebol.
	Capítulo 7	A participação dos negros na Revolta da Chibata, com destaque para a liderança de João Cândido. A presença da cultura africana no patrimônio histórico nacional (Matriizes do samba do Rio de Janeiro).
	Capítulo 10	Capítulo dedicado à descolonização da África. O protagonismo dos africanos nos movimentos de luta pela independência de diversos países. Destaque de figuras como a bióloga queniana Wangari Maathai, o político sul-africano Nelson Mandela e o filósofo e educador ganense James Aggrey. O regime de segregação racial (<i>apartheid</i>) na África do Sul.
	Capítulo 12	Questões raciais nos EUA, a Rebelião de Los Angeles. Xenofobia e racismo na Europa em relação a imigrantes africanos.
	Capítulo 15	Estatuto da Igualdade Racial. Indicação de filme, acompanhado de atividade, sobre cidadania da população negra brasileira, na seção Para saber mais .

5.2. Os povos indígenas

Ao longo do século XX, as relações entre o Estado brasileiro e os povos indígenas foram marcadas por políticas formalmente integracionistas, que tinham por objetivo assimilar e integrar à sociedade nacional aqueles povos culturalmente diferentes. No fundo, essa política de integração compulsória significava negar aos indígenas seu direito à diferença e à identidade cultural. Sob o manto da proteção estatal, os povos indígenas enfrentavam um cotidiano de discriminação, adversidades e, não raro, situações de violência extrema por parte de grupos que pretendiam tomar suas terras.

Com o advento da Constituição Federal de 1988, ao final do regime militar, operou-se radical transformação nas relações jurídicas entre Estado e populações indígenas. A nova Carta reconheceu que esses povos têm o direito de permanecer para sempre como indígenas. Assim, como explicou o especialista Carlos Frederico Marés, o texto constitucional “avançou significativamente em relação a todo sistema anterior porque:

1. ampliou os direitos dos índios, reconhecendo sua organização social, seus usos, costumes, religiões, línguas e crenças;
2. considerou o direito à terra como originário, isto é, anterior à lei ou ato que assim o declare;
3. conceituou terra indígena, incluindo aquelas necessárias não só à habitação, mas à produção, à preservação do meio ambiente e à sua reprodução física e cultural;

4. pela primeira vez admitiu-se no Brasil, em nível constitucional, que existem direitos indígenas coletivos, seja reconhecendo a organização social indígena, seja concedendo à comunidade o direito de opinar sobre o aproveitamento dos recursos naturais e o de postular em juízo;
5. tratou com mais detalhes, estabelecendo assim melhores garantias, da exploração dos recursos naturais, especialmente os minerais, para o que exige prévia anuência do Congresso Nacional;
6. proibiu a remoção de grupos indígenas, dando ao Congresso Nacional a possibilidade de estudo das eventuais e estabelecidas exceções;
7. mas acima de tudo chamou os índios de índios e lhes deu o direito de continuar a sê-lo.”²⁷

Os novos preceitos e princípios constitucionais repercutiram para outras esferas do ordenamento jurídico e, no âmbito educacional, a Lei nº 11.645 (10/3/2008) tornou obrigatório o estudo da história e da cultura indígena, cujos conteúdos devem ser ministrados em todo o currículo escolar, especialmente nas áreas de Arte, Literatura e História brasileira.

²⁷ MARÉS, Carlos Frederico. Da tirania à tolerância: o direito dos índios. In: NOVAES, Adauto (Org.). *A outra margem do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 58-59.

Nesse contexto, esta coleção de História para o Ensino Médio engaja-se no esforço de contribuir para a inserção de conteúdos pertinentes à história e à cultura dos povos indígenas. Além dos conteúdos que os livros da coleção já trazem, este Manual do Professor traz sugestões de textos e de atividades

que contemplam essas novas exigências, que serão encontradas na parte específica correspondente a cada volume da coleção.

O quadro a seguir destaca alguns pontos em que o estudo da temática indígena se torna mais evidente nesta coleção.

	Capítulo	Abordagem
Volume 1	Capítulo 1	Atividade com fontes históricas (imagem e texto) sobre diversidade cultural indígena.
	Capítulo 3	Capítulo dedicado aos primeiros povos da América. Entre eles os sambaquieiros, marajoaras e santarenos.
	Capítulo 16	Capítulo dedicado aos povos indígenas da América. Entre eles, a cultura dos tupis.
	Capítulo 18	Capítulo dedicado às consequências da chegada dos europeus para as populações indígenas americanas, incluindo os povos que viviam no atual Brasil.
	Projeto temático	Discriminação e preconceito contra indígenas. Cultura e protagonismo dos indígenas brasileiros.
	Volume 2	Capítulo 1
Capítulo 2		Catequização dos indígenas. Confederação dos Tamoios. A presença da cultura indígena no patrimônio histórico nacional (Círio de Nazaré).
Capítulo 3		Atividade de leitura de imagem com representação de indígena, negro e europeu.
Capítulo 5		Os indígenas nas lutas contra os holandeses. Atividade com representações de indígenas em obras de arte produzidas pelo pintor holandês Albert Eckhout.
Capítulo 6		Os ataques às populações indígenas durante as expedições militares e as bandeiras. Povos indígenas na atualidade. As missões jesuíticas. Resistência indígena no sertão nordestino.
Capítulo 15		Representação do indígena como símbolo do Brasil. A participação de indígenas na Cabanagem, revolta popular que aconteceu no Pará.
Volume 3	Capítulo 6	A criação do Serviço de Proteção aos Índios e a situação dos indígenas no Brasil no começo do século XX.
	Capítulo 8	A primeira menção aos direitos dos povos indígenas em uma Constituição.
	Capítulo 13	A criação do Parque Indígena do Xingu.
	Capítulo 15	Os indígenas na Constituição Federal de 1988. Protagonismo indígena na sociedade brasileira atual e suas principais demandas. Indicação do filme, acompanhado de atividade, sobre a criação do Parque Indígena do Xingu, na seção Para saber mais .

6. Orientações específicas para o Volume 3

Nesta parte específica do Manual, o professor vai encontrar:

- objetivos educacionais para cada unidade;
- comentários de contextualização para os temas dos capítulos;
- textos de aprofundamento;
- atividades complementares às do livro do estudante;
- indicações de *sites*, livros e filmes;
- considerações e respostas para as atividades do livro do estudante.

Unidade 1: Coesão e coerção

Objetivos da unidade

- Estudar o contexto em que ocorreram as duas grandes guerras mundiais.
- Conhecer formas de resistência que se desenvolveram durante essas guerras e refletir sobre o enorme custo humano desses e de todos os conflitos bélicos.
- Analisar o processo e os significados da revolução socialista na Rússia em 1917.
- Conhecer os principais aspectos da crise econômica internacional na década de 1930 e seus efeitos em diversos países.
- Identificar as características dos regimes totalitários instituídos na Europa nas primeiras décadas do século XX.
- Estimular atitudes contrárias ao racismo, ao preconceito e a qualquer forma de discriminação.
- Avaliar criticamente os impactos da Segunda Guerra Mundial para as populações dos países envolvidos.
- Ler e interpretar fontes históricas (escritas e não escritas).

Conversando (p. 8)

- Resposta pessoal. Tema para reflexão e debate. Os estudantes podem citar exemplos de mecanismos de coesão presentes na educação, na religião e nos valores comuns, e de coerção, como sanções e punições, existentes nas sociedades atuais.

Capítulo 1: Primeira Guerra Mundial

Contextualizando o tema

Este capítulo coloca em evidência os principais fatores que levaram ao primeiro grande conflito armado em escala mundial. A Primeira Guerra envolveu países da Europa, do Oriente e também os Estados Unidos. Para compreender o contexto anterior aos conflitos, é importante observar com os estudantes o avanço das práticas imperialistas e dos projetos nacionalistas em vários países, que impulsionaram, em ambos os casos, o expansionismo territorial, as disputas e a concorrência entre

as potências econômicas. Além disso, o contexto do pós-guerra é fundamental para elucidar o novo arranjo geopolítico na Europa e a projeção dos Estados Unidos como potência.

Texto de aprofundamento

Leia, a seguir, trechos do livro *Dividir para dominar: a partilha da África (1880-1914)*. Esta obra pode ser utilizada como aprofundamento do item **Momentos críticos**, estudado na página 12 do livro do estudante.

Franceses e alemães disputam o Marrocos

A partilha da África terminou onde começara: na África do Norte. [...] O problema do Marrocos [...] dominara a política europeia durante anos e desempenhara importantíssimo papel na história das relações internacionais. Na história da partilha da África, contudo, não passou de um mero epílogo, pois essa partilha, de modo geral, havia sido concluída 10 anos antes: os principais tratados de partilha, assinados na década de 1890, haviam fixado as esferas de influência europeia na África ocidental, central e oriental. [...] Portanto, a partilha da África fora concluída 20 anos depois que se iniciara. Ficava faltando resolver um único problema, e não insignificante: o futuro do império xerifeano. O Marrocos não era de modo algum o prêmio mais insignificante a ser ganho na corrida europeia por possessões africanas. Ao contrário, o país era de importância política, estratégica e econômica. Muito mais, de qualquer modo, do que muitas outras partes da África. [...]

A Alemanha começara a se interessar pelo Marrocos sob Bismarck, principalmente por motivos diplomáticos, já que para ele o Marrocos era um meio de dificultar a vida para a França. Entretanto, essa política não obtivera muito sucesso. A Alemanha, sabidamente, também mantinha contatos comerciais com o Marrocos, mas jamais de grande intensidade. No que lhe dizia respeito, a questão marroquina era e continuava sendo antes de tudo de interesse político. A Alemanha considerava um direito seu opinar nos assuntos marroquinos e recusava-se a permitir à França tirá-la do caminho. [...]

Não é de admirar, portanto, que essa política tenha desorientado tantos observadores. Qual era exatamente o objetivo da Alemanha? Será que ela tinha ambições territoriais próprias, buscava compensação, ou tentava forçar a Entente colocando a Grã-Bretanha e a França sob pressão? A diplomacia germânica estava confusa e faltava-lhe comando. Seu novo rumo, também, era tudo menos firme. Vários elementos interagiam: o chanceler, o ministro das Relações Exteriores, o embaixador alemão em Tânger e, finalmente, mas não por último, o próprio Kaiser. Em suma, a Alemanha não sabia o que queria, mas sabia

que queria alguma coisa. Em seguida ao acordo anglo-francês de 1904, fazia-se necessário algum tipo de ação para conter a dissimulada expansão francesa no Marrocos ou, pelo menos, para forçar a França a consultar a Alemanha.

A questão marroquina, portanto, assumiu uma importância que transcendia de longe a preocupação com o próprio Marrocos. As crises marroquinas eram os únicos fatos em toda a partilha da África a ameaçar a paz mundial. [...]

[...] Convocou-se uma conferência para discutir o Marrocos e, no que dizia respeito à Alemanha, acabar com a Entente. A Alemanha não conseguiu atingir esse objetivo, pois os alemães, não os franceses, viram-se isolados na conferência. Esta foi realizada em Algeciras, no sul da Espanha [...].

O isolamento da Alemanha foi consequência da extremamente canhestra diplomacia alemã. Bernhard von Bülow, chanceler desde 1900, não sabia o que buscava na realidade e oscilou entre o firme rumo defendido por Friedrich von Holstein e a política conciliatória do Kaiser.

[...] o Tratado de Algeciras proporcionou à França apoio estrangeiro suficiente para uma política de intervenção militar. [...]

A Alemanha não aceitou a nova situação e seguiu-se uma série de incidentes diplomáticos. [...]

[...] Em 24 de março de 1912, o enviado francês a Tânger chegou a Fez para apresentar um tratado de protetorado ao sultão. Passados alguns dias de complexas discussões, Mulay Hafid, o antigo rival do sultão, que nesse meio tempo fora reconhecido como sultão, resignou-se diante do inevitável e assinou o Tratado de Fez em 30 de março de 1912. Ele abdicou então ao trono em favor do irmão, Mulay Yussuf, e exilou-se.

[...] O estado marroquino sobrevivia apenas na forma. No conteúdo, tornou-se francês.

A real sujeição do Marrocos não ocorreu, na realidade, de acordo com o plano. Logo depois que vieram a público os itens do tratado, as tropas e habitantes de Fez sublevaram-se e assassinaram todo europeu que puderam encontrar. O protetorado teve, portanto, de ser estabelecido pela força e isso acabou sendo uma tarefa prolongada e dispendiosa. O homem a quem caberia essa responsabilidade, Lyautey, optou por uma tática gradual. Iniciou com “le Maroc

utile”, em outras palavras, o Marrocos urbano e das planícies, deixando a região do Atlas Central para mais tarde. Por fim, dirigiu-se para o sul. A conquista de todo o Marrocos só terminou em 1934, 22 anos depois da assinatura do Tratado de Fez. Em 1956, passados outros 22 anos, o Marrocos reconquistou sua independência.

WESSELING, H. L. *Dividir para dominar: a partilha da África* (1880-1914). Rio de Janeiro: UFRJ/Revan, 1998. p. 365-390.

Atividade complementar

- Leia o texto a seguir, que trata do crescimento da participação feminina no mercado de trabalho, durante a Primeira Guerra Mundial, em atividades até então consideradas masculinas.

[...] À medida que os homens morriam nas trincheiras, aos milhares, as mulheres precisavam substituí-los. As fábricas de munição da Grã-Bretanha, França e Alemanha exigiam, cada vez mais, operários; essa carência de mão de obra foi suprida pelas mulheres, [...] [que] totalizavam sessenta por cento dos operários na indústria de explosivos.

A imprensa britânica elogiava, extasiada, a habilidade e o patriotismo das operárias. Evidenciou-se que as mulheres podiam trabalhar tão eficientemente quanto os homens no mundo supostamente não feminino da indústria de engenharia. [...]

A substituição dos homens pelas mulheres não ocorreu só nas fábricas de munições: conduziam o metrô de Paris e os ônibus de Londres; executavam reparos nos navios [...] e trabalhavam nos estaleiros da marinha alemã. Atuavam como eletricistas, encanadoras e empreiteiras. [...]

BLACK, Louise. *As mulheres e a guerra*. São Paulo: Abril Cultural, 1974. v. 2. p. 673-674. (Col. História do século XX).

Em grupos, pesquisem os temas propostos a seguir.

- a) Como era a situação das mulheres no mercado de trabalho após o término da Primeira Guerra Mundial: elas continuaram ascendendo profissionalmente ou houve um retrocesso com a volta dos homens, uma vez terminado o conflito?

Resposta pessoal, em parte. Os estudantes devem indicar que, nas sociedades ocidentais, houve contínuo crescimento do espaço ocupado pelas mulheres no mundo do trabalho. No caso brasileiro, o professor pode sugerir aos estudantes que pesquisem a evolução da População Economicamente Ativa (PEA), medida pelo IBGE, na segunda metade do século XX, para perceber o avanço das mulheres no mercado de trabalho comparativamente aos homens.

- b) Atualmente as mulheres atuam em todos os segmentos profissionais? Justifique com exemplos.

Nas sociedades ocidentais as mulheres atuam em inúmeras profissões que abrangem os mais variados setores da atividade social (engenharia, medicina, advocacia, magistério, cargos públicos e políticos, pesquisa científica, artes etc.). Isso representou, historicamente, no século XX, uma verdadeira revolução da mulher. No entanto, ainda persistem certos preconceitos machistas que, com as lutas das mulheres, vão paulatinamente cedendo.

Considerações e respostas para as atividades

Treinando o olhar (p. 10)

1. A figura da morte aparece dançando, provavelmente aos sons da guerra e da agitação entre inimigos. A obra sugere uma reflexão sobre a vida e a morte e, bem provavelmente, a exaltação da guerra. Afinal, o esqueleto dançarino, misturado às cores vivas, chega a ser alegre.
2. Gino Severini foi um dos signatários do texto *A pintura futurista – Manifesto técnico*, de 1910, uma ampliação do *Manifesto futurista*, do compatriota italiano Filippo Tommaso Marinetti, publicado no ano anterior. Na pintura *Dança da morte* podemos observar a decomposição da matéria nas linhas retas diagonais e nos ângulos pontiagudos; o uso de cores vivas contrastantes; a alternância de planos com a sobreposição de imagens. O autor substituiu a tradicional representação estática do objeto para a totalidade dinâmica das múltiplas realidades que o envolvem. Esses artificios eram utilizados pelos futuristas para conferir dinamismo à imagem.

Investigando (p. 12)

- Resposta pessoal, em parte. Tema para debate e reflexão. Depois de ouvir as respostas dos estudantes, o professor pode comentar que diversas medidas são tomadas para promover o respeito às culturas. Na esfera pública, existem leis e campanhas. Na esfera privada, existem ONGs e empresas que valorizam e respeitam a pluralidade cultural. Para mais informações, sugere-se a videoaula “Diversidade/pluralidade cultural na escola”, de Daniele Kowalewski, socióloga e pesquisadora em Sociologia da Educação pela Universidade de São Paulo (USP). O documento está disponível no endereço: <<http://eaulas.usp.br/portal/video.action?iditem=549>>. (Acesso em: 10 mar. 2016.)

Observar o mapa (p. 14)

- a) Alemanha, Áustria-Hungria, Império Otomano e Itália (até 1915).
- b) França, Reino Unido, Rússia, Portugal, Sérvia, Romênia, Grécia, Chipre e Itália (a partir de 1915).
- c) Bélgica, Montenegro e Albânia.
- d) Espanha, Suíça, Países Baixos, Dinamarca, Noruega e Suécia.

Interpretar fonte (p. 15)

1. O texto e a imagem podem ser utilizados como fontes históricas pois eles fornecem pistas ou indícios sobre o tema pesquisado: aspectos da Primeira Guerra Mundial. É importante destacar que todos os tipos de fonte devem ser analisados e interpretados pelo historiador.
2. Os dois documentos (a carta e o cartão postal) referem-se às vivências de soldados alemães combatentes na Primeira Guerra Mundial. Utilizando linguagens diferentes, ambos os documentos expressam experiências pessoais, como o drama e a penúria dos participantes da guerra, e apresentam os horrores da guerra.

Em destaque (p. 16)

- De acordo com o texto, a escassez ou a falta de alimentos causava fome e desnutrição, tornando suas populações mais vulneráveis às doenças, e levava milhares de pessoas à morte.

Investigando (p. 17)

- Resposta pessoal, em parte. Com base nas suas experiências cotidianas, os estudantes podem

apontar se ocorre predomínio de homens ou de mulheres no exercício de certas funções de trabalho. No entanto, deve-se observar que a Constituição Federal estabelece que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações”. Portanto, a igualdade de acesso ao trabalho é condição fundamental para a construção de uma sociedade mais justa, livre e solidária. Se achar oportuno, o professor pode indicar a leitura de uma série de reportagens e entrevistas cujo tema é a contribuição das mulheres em diversas áreas do conhecimento e os desafios a serem superados para aumentar a participação feminina na pesquisa científica brasileira. Esses documentos podem ser encontrados no site da revista *Pesquisa Fapesp*. Disponível em: <<http://revistapesquisa.fapesp.br/2016/03/08/mulheres-na-ciencia-6/>>. (Acesso em: 14 mar. 2016.)

Interpretar fonte (p. 18)

1. A obra apresenta diversos elementos que podem ser considerados uma crítica à guerra. No fundo da imagem, flutuando sobre o rio, observamos o cadáver de uma pessoa. A paisagem é dominada por estacas pontiagudas que formam um cenário hostil. O céu está encoberto por nuvens. Além disso, os personagens que aparecem em primeiro plano estão exaustos. Esses soldados foram representados de tal modo integrados à paisagem que parecem ser rochas ou troncos de árvores apodrecidos.
2. Resposta pessoal. O objetivo da atividade é integrar a reflexão histórica com o senso estético dos estudantes.

Investigando (p. 18)

- Resposta pessoal, em parte. Depois de ouvir as respostas dos estudantes, o professor pode comentar, por exemplo, que, na Constituição brasileira, há princípios que legitimam a resolução pacífica de conflitos, como: prevalência dos direitos humanos; autodeterminação dos povos; não intervenção; defesa da paz; solução pacífica dos conflitos; repúdio ao terrorismo e ao racismo.

Interpretar fonte (p. 19)

- O Tratado de Versalhes buscava frear as possíveis pretensões territoriais e militares alemãs estabelecendo, por exemplo: a renúncia da

Alemanha a todos os direitos sobre colônias ultramarinas; o dever de a Alemanha respeitar a independência da Áustria; o dever de o exército alemão não ter mais do que sete divisões de infantaria e três de cavalaria etc.

Observar o mapa (p. 20)

- a) Áustria, Tchecoslováquia e Hungria.
- b) Alemanha e Rússia.
- c) Hungria e Rússia.
- d) Formaram a Iugoslávia.

Oficina de História (p. 22)

VIVENCIAR E REFLETIR

1. De acordo com o texto, o “rosto da guerra” foi alterado com a Primeira Guerra Mundial em função de três condições: a) utilização de armas desconhecidas até então (metralhadoras, granadas de mão, aviões militares etc.); b) envolvimento de ampla base populacional configurando um quadro de guerra total; c) propaganda maciça para reforçar a vontade de vencer.
2. Respostas pessoais. Trata-se de atividade experimental e de contextualização sociocultural. Instiga o estudante a situar historicamente produções culturais e a refletir sobre a preservação das memórias por meio de livros, filmes, fotografias etc. O professor pode aproveitar a atividade para debater sobre a questão da representação em História.

DIÁLOGO INTERDISCIPLINAR

3. Respostas pessoais, em parte. Após realizarem a pesquisa, espera-se dos estudantes, basicamente, uma resposta afirmativa, pois é amplamente sabido que os governos dos Estados Unidos se valem de sua extraordinária importância econômica e superioridade tecnológica, sobretudo em termos de armamentos, para impor seus interesses e pontos de vista às outras nações. O poderio estadunidense é exercido de diversas maneiras: mediante as organizações internacionais (como ONU e OEA), pressões econômicas e militares diretas sobre os países, intervenções militares, além da imposição de padrões culturais veiculados pelos meios de comunicação de massa, principalmente cinema e televisão.
4. Espera-se que o estudante concorde. A Iugoslávia é um bom exemplo, pois foi criada após a

Primeira Guerra Mundial e reuniu nacionalidades que entraram em conflito nos últimos anos, inclusive chegando a guerras sangrentas, como a guerra civil da Bósnia-Herzegovina (1992-1995) entre sérvios, croatas e bósnios.

5. Resposta pessoal. O movimento dadaísta surgiu da insatisfação com a conjuntura europeia da década de 1910. A Primeira Guerra Mundial, percebida como um acontecimento sem sentido, fortaleceu a tendência niilista dos artistas modernos, que percebiam uma decadência social no século que se iniciava (século XX). Nesse sentido, a crítica voraz à racionalidade moderna, realizada com atos artísticos baseados na aleatoriedade, fez do movimento dadaísta um grande agente das críticas à Primeira Guerra Mundial.
6. Resposta pessoal, em parte. A frase de Einstein é uma crítica à Liga das Nações, por sua incapacidade em manter a paz de maneira equânime. Quanto à discussão sobre se a mesma crítica poderia ser aplicada à ONU, espera-se que os estudantes pesquisem sobre esse organismo e os últimos conflitos em que conseguiu intervir, e, depois, troquem informações em um debate com todos da sala.

DE OLHO NA UNIVERSIDADE

7. No caso do primeiro documento, datado de 1916, expressa-se uma posição favorável à participação no conflito, em acordo com o princípio nacionalista. Para os nacionalistas, a guerra associava-se à defesa da pátria, o que exigia a unidade do povo para defender os interesses internos. Nesse sentido, os nacionalistas atribuíram ao combate um caráter positivo e saneador, inclusive moral. No interior dessa atribuição, o soldado era visto como um herói e o entusiasmo articulava-se a um sentimento de dever para com a pátria que, por sua vez, preenchia de sentido a vida do combatente.

No caso do segundo documento, datado de 1915, a posição é contrária à guerra, sendo a expressão de um princípio socialista. Mesmo considerando as tensões internas ao movimento e a existência de alguns socialistas que apoiavam a participação no conflito, a guerra é interpretada, neste documento, como um sintoma da disputa imperialista e como um entrave aos interesses dos trabalhadores.

Capítulo 2: Revolução Russa

Contextualizando o tema

Neste capítulo é possível estudar o contexto pré-revolucionário na Rússia no final do século XIX e início do XX: o processo de industrialização, as condições sociais da maioria da população e dos trabalhadores, as revoltas contra o regime absolutista do império e a crise econômica que atingiu a Rússia durante a Primeira Guerra Mundial. Os conteúdos abordados permitem traçar paralelos com o tema do capítulo anterior e retomar algumas reflexões para que os estudantes compreendam os efeitos internos da participação russa na Primeira Guerra e a crise que afetou a população, devido à queda da produção agrícola, ao aumento dos preços e à escassez de alimentos. Operários, trabalhadores e líderes socialistas passaram a organizar greves e reivindicar mudanças políticas e sociais, até que, em 1917, com o apoio de setores liberais, os grupos oposicionistas depuseram o czar e instituíram um governo provisório revolucionário.

A Revolução Russa foi um processo histórico significativo, que passou por algumas fases até a consolidação do regime socialista. O boxe **Os dez dias que abalaram o mundo** apresenta texto do escritor John Reed sobre a tomada de poder pelos bolcheviques e o discurso de Lenin anunciando o fim da participação russa na guerra. O governo socialista, no entanto, teve de enfrentar uma guerra civil (1918-1920) e lutar contra as forças lideradas por representantes da antiga monarquia com apoio de outros países que temiam o avanço das ideias comunistas no mundo. O professor pode, a partir das reflexões desenvolvidas em sala de aula, propor aos estudantes uma avaliação crítica da revolução e das diversas fases do regime socialista implantado na Rússia.

Atividade complementar

- Apesar da mobilização popular, a Revolução Russa desembocou em um tipo de totalitarismo cujo poder, exercido com mão de ferro, estava nas mãos de apenas um partido político. Em que medida a Revolução de 1917 mudou efetivamente as condições de vida da população, quando comparada ao período sob governo dos czares?

Resposta pessoal. Tema polêmico. O professor deve solicitar aos estudantes que, tanto quanto possível, sustentem seus argumentos com pesquisas e dados.

Considerações e respostas para as atividades

Treinando o olhar (p. 24)

1. A pintura mostra uma imagem quase monumental. Uma mulher forte, com ombros largos, segurando uma broca. Além da força, a representação da mulher transmite beleza e objetividade. O autor desta obra era um grande incentivador do movimento revolucionário e enaltecia a participação de todos, representando em suas obras, por meio de figuras robustas, virtudes como coragem e força. As cores quentes e a luminosidade da cena mostram o clima do trabalho. A Revolução Russa e o processo de industrialização exigiam toda mão de obra possível, inclusive a das mulheres. Essa necessidade gerou uma mudança radical nas condições de vida e nos direitos das mulheres, que passaram a tomar parte na Revolução e na vida pública. Importante observar que a obra foi produzida em 1937, durante a ditadura de Stalin, época em que a produção artística sofria as imposições estéticas estabelecidas pelo Partido Comunista da URSS. A arte era um dos meios pelos quais os princípios estéticos socialistas eram difundidos. Chamada de realismo socialista, entre outros objetivos, visava valorizar a classe operária e o novo papel da mulher na sociedade soviética.
2. Espera-se uma resposta negativa, pois, no início do século XX, o papel da mulher limitava-se, na maioria dos países, às funções de dona de casa e mãe; muitas delas não podiam sequer sair de casa desacompanhadas. Em relação aos direitos civis, como o direito ao voto, é possível dizer que essa foi uma conquista que se deu ao longo do século XX.

Interpretar fonte (p. 30)

- Lenin é retratado de forma positiva no texto. O autor o caracteriza com termos como calmo e enérgico – elementos que comoviam e uniam as pessoas presentes no discurso.

Em destaque (p. 34)

- De acordo com o texto, os aspectos que permitem estabelecer uma analogia entre Brasil e Rússia são: a) a existência, no século XIX, em ambos os países, do império como forma de governo que oscilava entre o conservadorismo

visceral e a necessidade de modernização; b) o fato de os dois países serem presos a instituições como a escravidão, no Brasil, e a servidão, na Rússia, caracterizadas pela brutalidade e pelo atraso social; c) certa semelhança nas atitudes dos imperadores D. Pedro II e Alexandre II, levados a libertar escravos e servos, respectivamente, desencadeando movimentos sociais que acabaram por derrubar ambas as dinastias.

Oficina de História (p. 35)

VIVENCIAR E REFLETIR

1. Resposta pessoal, em parte. Para realizar a atividade é necessário pesquisar alguns levantes ou revoluções populares e comparar esses casos à Revolução Russa. Ao construir a tabela, os estudantes podem identificar semelhanças e diferenças entre os levantes ou revoluções. Alguns exemplos para pesquisa: a Comuna de Paris, a Revolução Francesa (em algumas etapas), a Cabanagem, a Balaiada etc.

Podem-se destacar, entre as causas mais comuns das revoltas populares, as crises econômicas que conduzem à miséria e à fome de grande parte da população. A elas se somam as injustiças sociais e a opressão política, havendo, portanto, um quadro de grande desigualdade social e autoritarismo. A fome, por ser insuportável, costuma ser a causa mais explosiva.

Entre a diversidade de projetos das revoltas ou revoluções populares, podem-se destacar como as medidas mais comuns aquelas ligadas ao bem-estar da população em geral, como o controle (redução) dos preços dos alimentos e aluguéis, aumento dos salários, educação para a população etc.; no plano político, direitos iguais e maior participação popular nas decisões políticas etc.

DIÁLOGO INTERDISCIPLINAR

2. Atividade de pesquisa. O objetivo desta atividade é desenvolver o senso crítico dos estudantes integrando a reflexão histórica com suas vivências culturais. O professor pode indicar para os estudantes o *site* da enciclopédia *Britannica Escola*, disponível em: <<http://escola.britannica.com.br/>>. (Acesso em: 8 abr. 2016.)

Segundo o dicionário *Houaiss*, “revolução” é:

1 ato ou efeito de revolucionar(-se), de realizar ou sofrer uma mudança sensível

2 movimento de uma curva fechada

2.1 astr retorno periódico de um corpo astral a um ponto da própria órbita

[...]

2.5 fís movimento circular ou elíptico no qual um móvel volta à sua posição inicial

[...]

3 p.ana. fig. grande transformação, mudança sensível de qualquer natureza, seja de modo progressivo, contínuo, seja de maneira repentina

[...]

3.1 alteração brusca e significativa de alguma coisa, esp. de natureza político-social

3.1.1 pol movimento de revolta contra um poder estabelecido, feito por um número significativo de pessoas, em que ger. se adotam métodos mais ou menos violentos; insurreição, rebelião, sublevação

3.1.2 pol conjunto de acontecimentos históricos que têm lugar numa sociedade e que envolvem ger. o país inteiro, quando parte dos insurgentes consegue tomar o poder, e mudanças profundas (políticas, econômicas, sociais) se produzem na sociedade

[...]

5 fig. agitação qualquer; ebulição, efervescência, fermentação

[...]

6 fig. sensação de repulsa diante de alguma coisa que se rejeita; repugnância, asco

[...]

Disponível em: <<http://houaiss.uol.com.br/busca?palavra=revolu%25C3%25A7%25C3%25A3o>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

Segundo o dicionário *Houaiss*, “reforma” é:

1 ação ou efeito de reformar

2 mudança introduzida em algo para fins de aprimoramento e obtenção de melhores resultados; nova organização, nova forma; renovação

[...]

3 melhoramento introduzido em âmbito moral ou social

4 restabelecimento da disciplina, numa ordem religiosa

5 hist.rel movimento que, no início do sXVI, se afastou da Igreja católica romana e originou o protestantismo inicial ger. maiúsc.

6 aprimoramento gradativo da ordem social; reformismo cf. revolução

[...]

Disponível em: <<http://houaiss.uol.com.br/busca?palavra=reforma>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

3. a) Os marinheiros passam por várias dificuldades que os levam à revolta. Eles são punidos fisicamente, têm de comer alimentos estragados etc. Ao demonstrar sua insatisfação com a comida, são ameaçados de morte. No entanto, a ordem de atirar não é cumprida por aqueles que possuem cargo superior ao dos marinheiros e, com isso, inicia-se a revolta.
- b) Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes respondam que Vakulinchuk foi o primeiro marinheiro a se revoltar contra os maus-tratos. Ele representa, portanto, o sentimento de coletividade dentro do navio. De forma irônica, seus companheiros colocaram uma mensagem sobre seu corpo que dizia o seguinte: “Morto por causa de um prato de sopa”. Ele foi deixado no cais, exposto para a população, de forma que todos passaram a ter conhecimento da revolta do encouraçado. O povo, então, apoia os marinheiros e se rebela contra a tirania.
- c) As cenas da brutalidade e opressão dos militares com relação ao povo demonstram uma opinião negativa a respeito dessas forças. Exemplos de cenas são: a mãe e o menino assassinados na escadaria, o carrinho do bebê descendo os degraus após a morte de sua responsável, os ferimentos apresentados e as pessoas caídas nas escadas.
- d) O filme possui uma visão absolutamente positiva a respeito da revolução. São mostradas cenas coletivas de grande força, e as únicas situações nas quais há cores são aquelas em que a bandeira vermelha — símbolo da Revolução — tremula com o vento. No final do filme, Eisenstein mostra de forma vibrante a vitória das forças populares ao apresentar a fraternidade entre os tripulantes do Potemkin e os almirantes do czar.
- e) Uma interpretação possível do cartaz é a de que o marinheiro, figura central na imagem, é a grande força da situação representada, já que possui o poder sobre os canhões do encouraçado, mostrados ao fundo da cena.
4. Respostas pessoais. Proposta de discussão sobre tema muito polêmico e sempre atual. Há o exemplo recente de intervenção de forças aliadas no Iraque. Para ajudar na reflexão, o professor pode sugerir a seguinte pergunta: Com quais interesses o governo de determinada nação realiza ou apoia a intervenção em outro país?
5. a) O “montanhês do Kremlin” é uma *referência* à figura de Stalin.
- b) O poema refere-se à violência da ditadura stalinista em passagens como: “só ele é quem açoita, quem atíça”, “E prega decretos-ferraduras”, “Degusta execuções como quem prova uma framboesa”.

DE OLHO NA UNIVERSIDADE

6. a) A necessidade de endurecimento do governo revolucionário de Robespierre foi justificada como uma resposta às ações dos contrarrevolucionários, representados, no plano interno, por grupos políticos de oposição aos jacobinos e, no plano externo, por invasores estrangeiros temerosos do êxito da Revolução Francesa. Situação idêntica (inimigos internos e externos) teriam enfrentado os comunistas após o triunfo da Revolução de 1917.
- b) O regime político soviético baseava-se na atuação dos soviets (conselhos de trabalhadores), definindo-se como uma democracia popular, sob a direção do Partido Comunista. Na prática, porém, estabeleceu-se uma ditadura de partido único que adquiriu feições de um Estado totalitário.

Capítulo 3: Abalo capitalista e regimes totalitários

Contextualizando o tema

Neste capítulo é possível perceber que a produção industrial estadunidense cresceu vertiginosamente com a Primeira Guerra Mundial e que a economia do país experimentou uma fase de prosperidade na década de 1920. Porém, o crescimento industrial tornou-se incapaz de acompanhar queda

da demanda do mercado internacional com o final da guerra. Assim, em 1929, uma grave crise econômica abalou os Estados Unidos e atingiu muitos outros países do mundo. É possível discutir com os estudantes as medidas para frear a crise, que começaram a ser postas em prática em 1933, no governo de Franklin Roosevelt, no programa socioeconômico chamado *New Deal*.

Além disso, oferece informações significativas a respeito dos regimes totalitários que começaram a se configurar principalmente na Europa a partir da década de 1920 e proporciona elementos para trabalhar com os estudantes as simultaneidades históricas. A ascensão do fascismo na Itália e do nazismo na Alemanha, por exemplo, pode se relacionar ao contexto pós-guerra, à crise econômica do capitalismo e das democracias liberais. Dessa forma, seria interessante discutir os temas propostos no capítulo de forma integrada aos outros assuntos que compõem a unidade, introduzindo também algumas reflexões para o estudo do capítulo seguinte.

Atividades complementares

1. Entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, o racismo impôs-se na forma de “discurso científico”. De que maneira o racismo se apresenta nos dias atuais?

Não há “discurso científico” que possa sustentar, ainda que remotamente, o racismo. Todavia, pode-se dizer que o racismo sobrevive como prática social excludente, movida por ideologias e preconceitos, criminalmente punida no Brasil (Constituição Federal, Art. 5º, XLII).

2. Reúnam-se em grupos e debatam o seguinte tema: O desenvolvimento social, econômico, tecnológico e militar tem valor quando o preço a ser pago é a falta de liberdade? Justifiquem.

Resposta pessoal. O professor deve solicitar aos estudantes que reflitam sobre o significado de “liberdade” e suas dimensões — política, econômica, comportamental, filosófica. Cremos que o ideal está indicado no axioma: “Cidadão livre, sociedade justa”. Por isso, acreditamos que não pode haver sociedade justa sem liberdade para os cidadãos.

3. Em grupos, façam um painel comparativo dos regimes totalitários surgidos na Europa nas primeiras décadas do século XX. Coloquem o nome do regime que se instalou, em que país ele ocorreu, qual a situação do país antes da instalação desse regime, qual o período de duração, quem foi o principal líder, e de que forma a política e a economia eram conduzidas.

Os estudantes devem pesquisar dados históricos sobre a crise da democracia liberal e o avanço das ditaduras em países como: Itália (Mussolini, 1922); Bulgária (Zankov, 1923); Alemanha (Hitler, 1933), Espanha (Franco, 1939).

Considerações e respostas para as atividades

Treinando o olhar (p. 37)

1. Resposta pessoal. Esta obra é uma das mais conhecidas do movimento expressionista. A angústia e o desespero existencial de Edvard Munch foram representados na pintura pelo uso de cores quentes, em um céu manchado de sangue, em contraste com as cores frias e escuras do rio. A contraposição de imagens onduladas e deformadas (onde deveriam estar os elementos da natureza) com a retidão e dureza da ponte (único elemento artificial da obra) intensifica a vertigem causada pela imagem. As linhas da ponte produzem a sensação de profundidade e remetem a um ponto de fuga, representado pelos personagens posicionados em segundo plano, à esquerda. A figura magra e debilitada que grita e tampa os ouvidos é uma figura que não tem identidade, é irreconhecível. Seu rosto é uma fonte de sons e ondas de cor, irradiando o sentimento trágico da vida e a sensação de desespero. A obra, que tem quatro versões feitas pelo artista e inicialmente foi chamada de *Desespero*, só recebeu o nome de *O grito* com as críticas e reportagens da época.
2. Inicialmente, pode-se relacionar o sofrimento e a angústia expressos pela pintura à situação de crise e depressão, ao desemprego em massa e a todo o clima social instável da época. Porém, outra relação entre a imagem e o título do capítulo pode ser apresentada: durante o regime nazista, essa obra foi classificada como “arte demente” e Edvard Munch, como um “artista degenerado”. Todas as suas obras foram excluídas das exposições na Alemanha.

Investigando (p. 38)

- Resposta pessoal. Tema para reflexão. O objetivo desta atividade é desenvolver o senso crítico dos estudantes e aproximar os conteúdos abordados do cotidiano de cada um. Sobre o tema, é possível refletir que “ter mais” (consumir mais) não significa necessariamente “ser mais” (viver bem).

Interpretar fonte (p. 39)

1. Resposta pessoal, em parte. A fotografia é do final da década de 1930, quando os efeitos da Grande Depressão ainda podiam ser sentidos. No cartaz, pode-se observar o protótipo de uma feliz famí-

lia estadunidense desse período, com um casal de filhos e o cachorro em seu automóvel; diante desse cartaz há uma fila de homens, mulheres e crianças (a maioria negros), com sacolas e cestos na mão, à espera, provavelmente, de alimentos e roupas. É uma imagem irônica e eloquente das contradições vividas pela sociedade dos Estados Unidos, em especial nesse período.

2. Provavelmente, o fotógrafo quis expressar a ironia da situação: uma fila de pessoas na miséria econômica junto a um cartaz que enaltece o consumo e a vida próspera nos Estados Unidos. A foto pode ser também uma crítica ao *American way of life*.

Em destaque (p. 40)

- O *laissez-faire* é o princípio básico do liberalismo econômico, segundo o qual o mercado deve funcionar livremente, sem interferência do governo, até se reequilibrar naturalmente. Segundo o texto, Keynes acreditava que essas forças de equilíbrio da economia não eram tão naturais assim, que os “impulsos” dos empresários poderiam ser até “antinaturais”, com sérias consequências para os trabalhadores e a economia. E defendia que a interferência do Estado era necessária para garantir o equilíbrio e a eficiência do sistema sempre que isso parecesse não estar ocorrendo.

Investigando (p. 41)

1. Resposta pessoal, em parte. O estudante pode observar que, nos regimes ditatoriais, os direitos do cidadão e as liberdades individuais ficam restritos e subordinados ao controle dos governantes e, em alguns casos, chegam a ser completamente eliminados. Espera-se que reflita também sobre quem ganha e quem perde com essa situação e troque opiniões sobre o tema com os colegas.
2. Tema para reflexão e debate. Depois de ouvir as respostas dos estudantes, é possível comentar que os totalitarismos (de direita e de esquerda), ao sufocar os direitos e garantias do cidadão e eliminar a liberdade política, representam o avesso do Estado democrático de direito, pois este tem como fundamentos: a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre-iniciativa, o pluralismo político.

Se o professor achar oportuno, pode apresentar aos estudantes o conteúdo do artigo primeiro da Constituição Federal:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I - a soberania;
- II - a cidadania;
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre-iniciativa;
- V - o pluralismo político.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 14 mar. 2016.

Interpretar fonte (p. 43)

- a) O indivíduo deve subordinar-se totalmente às necessidades do Estado, pois o fascismo tem o seguinte princípio fundamental: “Tudo no Estado, nada contra o Estado, nada fora do Estado”.
- b) O Estado deve ser disciplinador para “reconstruir” (condicionar) o caráter e a fé do futuro cidadão.
- c) Bélica, militarista, antipacifista, pois, para o fascismo, a vida é luta incessante, e a possibilidade de uma paz permanente não existe; mesmo que existisse, seria inútil.

Em destaque (p. 47)

- Resposta pessoal. Tema para debate e reflexão. Depois de ouvir as respostas dos estudantes, o professor pode informar que situações como essa ainda ocorrem no mundo. No Brasil, entre os princípios fundamentais da Constituição, está o objetivo de promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Além disso, a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito a pena de reclusão, nos termos da lei. O professor também pode apresentar aos estudantes os Artigos 3º, inciso IV, e 5º, inciso XLII, da Constituição Federal. O documento está disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. (Acesso em: 14 mar. 2016.)

Investigando (p. 47)

- Resposta pessoal. O objetivo da atividade é desenvolver o senso crítico dos estudantes integrando a reflexão histórica com suas vivências cotidianas, no caso, o uso da internet. É possível refletir que a internet, ao mesmo tempo em que presta serviço à divulgação de conhecimentos, também dá voz a mentirosos e difamadores que utilizam o ambiente virtual para praticar crimes contra a honra (calúnia, injúria e difamação).

Interpretar fonte (p. 48)

1. Espera-se que o estudante observe que os judeus são caricaturados com cabelos negros e nariz grande, enquanto os não judeus apresentam cabelos claros (ou mais claros) e traços suaves, revelando o viés étnico, racista.
2. A ideia de superioridade da raça ariana, o que supostamente daria o direito às crianças de humilhar os não arianos, e o antissemitismo, já que são judeus os que estão sendo expulsos da escola.

Interpretar fonte (p. 50)

1. e 2. Respostas pessoais, em parte. Espera-se que o estudante observe e interprete os diversos elementos iconográficos, relacionando-os com a tragédia de Guernica. O uso das cores negra, cinza e branca cria um clima sombrio. O “olho-lâmpada” no alto pode simbolizar a tecnologia que tira a vida e traz a morte. Há diversas figuras que representam dor e destruição: ao centro, um cavalo apavorado, que parece gritar; abaixo e ao chão, cabeças e mãos estendidas, esquartejadas; a cabeça de touro à esquerda pode representar a Espanha, que estava em guerra civil, impotente perante a destruição que a envolvia.

Oficina de História (p. 51)

VIVENCIAR E REFLETIR

1. **a)** O autor do texto, provavelmente, referiu-se à situação em que, atualmente, muitas pessoas não sabem o que significa historicamente a palavra “Guernica” – qual é o fato histórico relacionado à representação do massacre de 1937 na obra de arte.
b) e **c)** Respostas pessoais. O objetivo é promover um debate sobre a relação entre os “fatos” e suas “versões”.
2. **a)** Resposta pessoal. Os estudantes podem apontar que, de modo geral, no contexto pós-Primeira Guerra Mundial havia evidências de que o ser humano não era movido apenas por sentimentos de generosidade e amor ao próximo. O ser humano era também um agente de maldades, capaz de humilhar, provocar sofrimentos, torturar e matar.
b) Resposta pessoal. Tema para reflexão e debate. O professor pode comentar que, na concepção de Freud, há uma poderosa quota de agressividade entre os dotes instintivos do ser humano.

DIÁLOGO INTERDISCIPLINAR

3. **a)** Nas três cenas é possível observar o culto à personalidade e a mobilização das massas em torno da figura do líder.

- b)** Resposta pessoal, em parte. Espera-se que o estudante observe que fascismo, nazismo e stalinismo tinham em comum o fato de serem regimes totalitários, com o Estado interferindo em todas as esferas de poder (política, econômica e social), exigindo total submissão dos indivíduos. Nos três casos, o poder era centralizado nas mãos de líderes que, para mantê-lo, faziam uso de todos os meios de controle, desde a educação até a opressão policial e militar. Entre suas diferenças podem ser mencionadas, por exemplo, a origem (o stalinismo originou-se de uma revolução que pregava princípios socialistas, mesmo que eles tenham sido desvirtuados, enquanto o nazismo e o fascismo ascenderam com o apoio das elites econômicas), e a finalidade socioeconômica (no stalinismo, a coletivização da propriedade e dos meios de produção; no fascismo e no nazismo, a proteção da propriedade privada e dos bens das elites).

4. Resposta pessoal, em parte. Espera-se que o estudante observe que ainda existem violentos conflitos raciais no mundo. Exemplos recentes disso são os diversos conflitos étnicos na África, como a luta entre tutsis e hutus, em Ruanda; e os conflitos na região da ex-Iugoslávia, como os massacres perpetrados por sérvios contra não sérvios.

5. **a)** O ditador Hynkel da Tomânia representa o ditador Hitler, da Alemanha. Possíveis cenas que demonstram essa semelhança entre ambos são: a sátira do discurso de Hynkel, já no início do filme, para uma multidão organizada como na Alemanha nazista; o humor feito com a língua alemã; as cenas de antissemitismo do regime apresentadas do início ao fim do filme; o símbolo do governo – a “Dupla Cruz” –, que se assemelha à suástica, adotada pelo regime nazista; o comportamento e os gestos de Hynkel, que lembram os de Hitler etc.

- b)** O filme mostra a difícil situação dos judeus no período do regime antissemita. Eles têm dificuldades econômicas e são ameaçados e atacados pelas milícias do governo.

- c)** O barbeiro não percebe o antissemitismo presente no momento histórico vivido, discute com as milícias e desconhece os símbolos e gestos do governo de Hynkel. Ele chega a pedir à polícia que prenda um miliciano que escreveu “judeu” nos vidros de sua barbearia. Tudo isso está recheado com o humor de Charles Chaplin.

- d) Durante essa cena, o ditador sonha em ser o “ditador do mundo”. Ele pensa: “Imperador do mundo... Meu mundo, só meu”. Essa seria a exacerbação de uma ideia totalitarista.
- e) Sim, pois os judeus não aceitam as ações do governo sem criticar e agir em favor da liberdade. Exemplos disso são o ato de esconder o comandante Schultz dentro do gueto e as agressões feitas por Hannah com a panela à milícia do ditador Hynkel.
- f) O personagem Napaloni representaria o ditador Mussolini, da Itália. Ambos os governantes concorrem a fim de afirmar qual dos dois seria o maior e mais poderoso líder. Eles disputam qual dos dois países conquistaria Osterlich. Por isso, Hynkel desejava que Napaloni se sentisse inferior a ele. Daí a sátira apresentada com a visita de Napaloni à Tomânia.
- g) A ironia vem do fato de que, apesar de Hynkel detestar os judeus e admirar a apa-

rência dos “arianos”, ele possui semelhanças físicas justamente com um judeu. No início do filme, é apresentada a seguinte frase irônica: “Qualquer semelhança entre o ditador Hynkel e o barbeiro judeu é mera coincidência”.

- h) Resposta pessoal. Seria interessante que os estudantes percebessem o peso desse discurso em plena época da Segunda Guerra Mundial. Chaplin, além de criar um discurso humanista e a favor da paz entre os povos, faz também uma crítica à modernidade, ao excesso de racionalidade e à falta de sentimentos entre as pessoas. Ele também convida os soldados a refletirem a respeito de suas funções, declarando sua oposição aos regimes totalitários e à guerra.

DE OLHO NA UNIVERSIDADE

6. Resposta A.

Capítulo 4: Segunda Guerra Mundial

Contextualizando o tema

A Segunda Guerra Mundial, considerada o maior conflito armado da história, se iniciou em 1939 e se prolongou até 1945. Ao trabalhar esse assunto, o professor pode propor uma reflexão sobre as fases da guerra, os diferentes posicionamentos dos países, os momentos de expansão do conflito e, fundamentalmente, uma avaliação crítica de seus impactos para as populações dos países envolvidos.

A tensão entre as duas potências militares, Estados Unidos e URSS, é fundamental para a compreensão da correlação de forças no mundo, das disputas políticas e da manutenção da ordem capitalista naquele momento. O poderio militar e econômico do governo dos Estados Unidos é reforçado com a participação na guerra e com o uso da bomba atômica nas cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki. A nova ordem mundial que seria estabelecida no pós-guerra, delimitando as forças políticas de cada país, começava a ser delineada.

Texto de aprofundamento

Texto de reflexão sobre a memória do século XX. Se possível, compartilhe-o com os estudantes e debata com a turma os temas de reflexão aqui sugeridos.

O século: vista panorâmica

Em 28 de junho de 1992 o presidente Mitterrand, da França, apareceu de forma súbita, não anunciada e inesperada em Sarajevo, que já era o centro de uma guerra balcânica que iria custar cerca de 150 mil vidas no decorrer daquele ano. Seu objetivo era lembrar à opinião pública mundial a gravidade da crise bósnia. E, de fato, foi muito observada e admirada a presença do conhecido estadista — idoso e visivelmente frágil sob o fogo das armas portáteis e da artilharia.

Um aspecto da visita de Mitterrand, contudo, embora claramente fundamental, passou despercebido: a data. Por que o presidente da França escolheu aquele dia específico para ir a Sarajevo? Porque 28 de junho era o aniversário do assassinato, em Sarajevo, em 1914, do arquiduque Francisco Ferdinando da Áustria-Hungria, ato que em poucas semanas levou à eclosão da Primeira Guerra Mundial. Para qualquer europeu culto da geração de Mitterrand, saltava aos olhos a ligação entre data e lugar e a evocação de uma catástrofe histórica precipitada por um erro político e de cálculo. Que melhor maneira de dramatizar as implicações potenciais da crise bósnia que escolhendo uma data assim tão simbólica? Mas quase

ninguém captou a alusão, exceto uns poucos historiadores profissionais e cidadãos muito idosos. A memória histórica já não estava viva.

A destruição do passado — ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas — é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. Por isso os historiadores, cujo ofício é lembrar o que outros esquecem, tornam-se mais importantes que nunca no fim do segundo milênio. Por esse mesmo motivo, porém, eles têm de ser mais que simples cronistas, memorialistas e compiladores. [...]

Contudo, não é propósito deste livro contar a história da época de que trata, o Breve Século XX entre 1914 e 1991, embora todo aquele que já tenha ouvido um estudante americano inteligente perguntar-lhe se o fato de falar em “Segunda Guerra Mundial” significa que houve uma “Primeira Guerra Mundial” saiba muito bem que nem sequer o conhecimento de fatos básicos do século pode ser dado por certo. Meu objetivo é compreender e explicar por que as coisas deram no que deram e como elas relacionam entre si. Para qualquer pessoa de minha idade que tenha vivido todo o Breve Século XX ou a maior parte dele, isso é também, inevitavelmente, uma empresa autobiográfica. Trata-se de comentar, ampliar (e corrigir) nossas próprias memórias. E falamos como homens e mulheres de determinado tempo e lugar, envolvidos de diversas maneiras em sua história como atores de seus dramas — por mais insignificantes que sejam nossos papéis —, como observadores de nossa época e, igualmente, como pessoas cujas opiniões sobre o século foram formadas pelo que viemos a considerar acontecimentos cruciais. Somos parte deste século. Ele é parte de nós. Que não o esqueçam os leitores que pertencem a outra era, por exemplo os estudantes que estão ingressando na universidade no momento em que escrevo e para quem até a Guerra do Vietnã é pré-história. [...]

Como iremos compreender o Breve Século XX, ou seja, os anos que vão da eclosão da Primeira Guerra Mundial ao colapso da URSS, que, como agora podemos ver retrospectivamente, formam um período histórico coerente já encerrado? Não sabemos o que virá a seguir, nem como será o segundo milênio, embora possamos ter certeza de que ele terá sido moldado pelo Breve Século XX.

Contudo, não há como duvidar seriamente de que em fins da década de 1980 e início da década de 1990 uma era se encerrou e outra nova começou. Esta é a informação essencial para os historiadores do século, pois embora eles possam especular sobre o futuro à luz de sua compreensão do passado, seu trabalho não tem nada a ver com palpites em corridas de cavalos. As únicas corridas de cavalos que esses historiadores podem pretender relatar e analisar são as já ganhas ou perdidas. Seja como for, nos últimos trinta ou quarenta anos o desempenho dos adivinhos, fossem quais fossem suas qualificações profissionais como profetas, mostrou-se tão espetacularmente ruim que só governos e institutos de pesquisa econômica ainda têm, ou dizem ter, maior confiança nele. É possível mesmo que depois da Segunda Guerra Mundial esse desempenho tenha piorado. [...]

HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 12-13, 15.

Temas para reflexão

Com base na leitura do texto, os seguintes assuntos podem ser debatidos:

- as memórias do breve e intenso século XX;
- as rupturas e continuidades entre os séculos XX e XXI;
- a preservação do passado, a compreensão do presente e as lições para o futuro.

Atividades complementares

1. A partir do filme *Império do Sol* (direção: Steven Spielberg, EUA, 1987, 152 min), analise a situação das crianças no contexto de uma guerra (perigos, medos, esperanças, sensações etc.).

Professor, na impossibilidade de exibir o filme completo (por ser muito longo), escolha ao menos três trechos: 1) do início até um pouco depois de o menino se perder dos pais (para mostrar como era a vida dele antes da ocupação japonesa na China em 1941); 2) o menino tentando sobreviver no campo de prisioneiros, já perdendo a “inocência”, quando consegue ser mais esperto que outro em uma aposta; 3) a sequência final em que um grupo grande de crianças que foram separadas de seus pais é reunido para tentar reencontrá-los; entre eles está o garoto, cujo olhar de desesperança lhe dá a aparência de um velho.

2. Leia o texto a seguir.

[...] Quando relatam as monstruosidades presenciadas nos campos da morte, os sobreviventes geralmente se recordam primeiro das crianças. Falam dos bebês arremessados vivos nos crematórios; dos moribundos corroídos pelas doenças injetadas pelo médico de Auschwitz, doutor Josef Mengele; dos concursos de arremessos de crianças judias entre os guardas da SS. Também falam das mulheres; as mais jovens, estupradas repetidamente antes de mortas, seus corpos usados como tochas humanas em fogueiras de mortos — a carne delas, constataram os guardas, queima mais rápido. Quando pergunta-se sobre as pilhas de corpos, as testemunhas lembram de ratazanas mordiscando os cadáveres; de prisioneiros ainda vivos lutando para se expelir de uma montanha de mortos; de mulheres grávidas abortando fetos. E do cheiro, dizem todos. [...]

II Guerra Mundial: Fábrica da morte. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/especiais_online/segunda_guerra/edicao008/capa_imp.shtml>. Acesso em: 14 mar. 2016.

A partir do texto, debata com os demais colegas o seguinte tema: Quais seriam as origens da violência e da maldade?

Resposta pessoal. O tema é complexo e de amplitude filosófica. Os estudantes devem conversar com os professores de Filosofia e Sociologia e, tanto quanto possível, ler autores que trataram do tema (Konrad Lorenz, Hannah Arendt, Sigmund Freud etc.).

Considerações e respostas para as atividades

Treinando o olhar (p. 54)

1. Na obra, existem vários elementos que levam à conclusão de que George Grosz era contra o nazismo. O momento representado é o da derrota de Hitler. Ele está sentado, encolhido, enxugando o suor da testa. Pelas cores quentes e pela presença de esqueletos, imagina-se que ele esteja no inferno. Mas os esqueletos não estão mortos. Ao contrário, escalam as pernas do ditador como se fossem ervas daninhas. A cidade em chamas, no segundo plano, simboliza as consequências das ordens dadas por Hitler.
2. O título da obra, *Caim ou Hitler no inferno*, compara Hitler a Caim, o primeiro filho de Adão e Eva, que matou seu irmão mais novo por ciúmes. Abel, o irmão assassinado, aparece à direita na imagem, caído, como se tivesse sido apunhalado pelas costas.

Investigando (p. 55)

- Resposta pessoal. O objetivo da atividade é integrar a reflexão histórica com a análise de produções artísticas sobre a Segunda Guerra Mundial.

Interpretar fonte (p. 57)

- Resposta pessoal, em parte. Espera-se que o estudante observe e interprete os diversos elementos iconográficos e os relacione ao contexto de 1938, quando Hitler já havia ocupado a Renânia e a Áustria. Há o gigante Hitler no centro do cenário, cercado de “homenzinhos” que brincam à sua volta, vários deles de cartola e fraque (as elites capitalistas), um deles sentado sobre sua mão esquerda, com quem parece conversar (talvez Mussolini) etc. Seria uma alegoria de seus sonhos de grandeza, de suas ambições expansionistas, bem como de suas alianças com as elites, os militares, os fascistas etc., que ainda não se davam conta do perigo que ele representava.

Em destaque (p. 58)

- Resposta pessoal. O objetivo é estimular a produção de textos e a criatividade dos estudantes a partir de temas históricos, além de valorizar o protagonismo feminino na historiografia. Os estudantes podem compartilhar seus textos com os colegas.

Observar o mapa (p. 60)

- a) Portugal, Espanha, Suíça, Irlanda, Suécia e Turquia.
- b) Finlândia, Hungria, Romênia e Bulgária.
- c) Albânia e Líbia.
- d) Polônia (1939), Dinamarca, Noruega, Holanda, Bélgica, norte da França (1940), Estônia, Letônia, Lituânia, Iugoslávia, Grécia, oeste da União Soviética (1941), Tunísia, sul da França, centro da União Soviética (1942).

Observar o mapa (p. 62)

- a) Conjunto de ilhas que formam o Japão, além de parte da Ilha Sacalina, da Coreia e de Formosa.
- b) Manchúria.
- c) Costa leste da China, Hong Kong, Indochina, Filipinas etc.

Interpretar fonte (p. 63)

- Há muitas passagens no texto que se referem à dureza da batalha de Stalingrado: “Para tomarmos uma única casa lutamos 15 dias”; “A luta não cessa nunca”; “Depois imaginem Stalingrado oitenta dias e oitenta noites só de luta corpo

a corpo”; “os cães lançam-se às águas do Volga e nadam desesperadamente à outra margem [...]. Só os homens resistem” etc.

Interpretar fonte (p. 66)

- Quando foi ao jornaleiro, no dia seguinte ao da queda de Mussolini na Itália. Primeiro, ele notou que havia jornais diferentes, não eram mais os mesmos de sempre. Depois, ele percebeu que eles não diziam todos a mesma coisa, como era antes – característica das ditaduras –, mas, sim, coisas distintas entre si. Por último, ele descobriu, por uma mensagem assinada por vários partidos, que num país podia haver várias organizações partidárias ao mesmo tempo – outra característica de Estados não totalitários.

Investigando (p. 68)

- Resposta pessoal. Depois de ouvir as respostas dos estudantes, é possível comentar que a ciência está voltada sobretudo para fornecer métodos e instrumentos mas, em si mesma, não é capaz de pensar nos valores e fins da atividade humana. A ciência desprovida de ética pode servir à “banalização do mal”.

Oficina de História (p. 69)

VIVENCIAR E REFLETIR

1. Respostas pessoais, em parte. As duas guerras mundiais foram marcadas por sua extensão e pela violência dos conflitos, com o uso de armas sofisticadas e destruidoras. A Primeira Guerra contribuiu para a deflagração da Segunda Guerra de duas maneiras: o Tratado de Versalhes criou problemas para a recuperação econômica alemã, levando o país ao ressentimento, alimentando projetos de revanche; com a desorganização socioeconômica dos principais países depois da Primeira Guerra, os governos das democracias liberais e capitalistas se enfraqueceram, possibilitando o surgimento de ditaduras expansionistas que acabaram por formar blocos antagônicos que disputavam territórios, poder político e, principalmente, vantagens econômicas no mundo todo.
2. Primeiramente, porque ocorreu outra guerra, o que significa um fracasso total no que se pretendia. Segundo, porque as condições impostas pelo Tratado de Versalhes não apenas fracassaram em impedir o conflito, mas acabaram sendo um dos fatores que causaram a Segunda Guerra, pelo ressentimento que geraram nos países derrotados, especialmente entre os alemães. Isso significa que foram inadequadas para o que pretendiam explicitamente.

DIÁLOGO INTERDISCIPLINAR

3. **a)** Conforme o texto, os judeus foram perdendo sua liberdade nos países dominados pelo nazismo. Eram tantas as proibições que, num dado momento, o medo de fazer algo fora da lei tornou-se presente entre os judeus.
- b)** Resposta pessoal. O objetivo é estimular a produção de textos e a criatividade dos estudantes a partir de temas históricos. Para mais informações, há as seguintes sugestões:
 - o *site* do Museu Anne Frank, no qual há uma série de textos e imagens sobre a vida dessa personagem. Disponível em: <<http://www.annefrank.org/pt/>>. (Acesso em: 16 mar. 2016);
 - o documentário *A lembrança de Anne Frank* (Direção de Jon Blair. Reino Unido/EUA/Holanda, 1995, 122 min). Para contar a história de Anne Frank, desde a infância até a sua captura e morte, o filme apresenta testemunhos pessoais, cartas e diversas imagens de arquivo.
4. Resposta pessoal. Ambos os textos tratam da memória e do esquecimento: por um lado, o horror de esquecer um acontecimento como aquele ocorrido em agosto de 1945 em Hiroshima; por outro, a necessidade de lembrar para que um episódio semelhante ao das bombas atômicas no Japão nunca mais ocorra.
5. **a)** O governo do presidente Harry Truman, dos Estados Unidos, foi o responsável pelo lançamento das bombas atômicas sobre o Japão. Há várias tentativas de explicação para esse ato: dar fim imediato à guerra, demonstrar o poder dos EUA perante o mundo, sobretudo perante a URSS, entre outras.
- b)** Resposta pessoal. Tema para reflexão. O professor pode sugerir que os estudantes trabalhem em duplas.
- c)** Ainda há ameaças de uso de armas nucleares. Os países que possuem armas nucleares são: Estados Unidos, Rússia, França, Inglaterra, China, Índia e Paquistão. Existem informações de que Israel também possui armas nucleares, bem como a Coreia do Norte.
- d)** Resposta pessoal, em parte. Os estudantes podem trabalhar em duplas. O professor pode indicar *sites* para pesquisa, como o da Eletrobras, por exemplo, disponível em: <<http://www.eletronuclear.gov.br/Home.aspx>>. Também pode indicar a leitura do artigo “Vantagens e Desvantagens das Usinas Nucleares”, publicado na página do Grupo de Ensino de Física da Universidade Federal de Santa Maria, disponível em: <<http://coral.ufsm.br/gef/Nuclear/nuclear14.pdf>>. (Acessos em: 10 mar. 2016.)

DE OLHO NA UNIVERSIDADE

6. Resposta A.

Para saber mais (p. 71)

NA INTERNET

- Primeira Guerra Mundial – 100 anos: <http://infograficos.estadao.com.br/especiais/100-anos-primeira-guerra-mundial/>

A atividade visa estimular a pesquisa e o aprofundamento dos estudos sobre a Primeira Guerra Mundial. Para realizar essa atividade, os estudantes devem: a) escolher um dos temas indicados no menu; b) ler o artigo correspondente; c) elaborar uma resenha sobre o tema; d) selecionar imagens; e) definir a forma de apresentação do trabalho; f) distribuir as falas entre os membros do grupo; g) organizar um ensaio. Além disso, na apresentação do seminário, os estudantes podem utilizar recursos como *slides*, painéis ou cartazes. Se achar oportuno, o professor pode sugerir que cada grupo elabore uma pergunta sobre seu tema e apresente-a para a classe. Isso poderá estimular um debate envolvendo todos os estudantes.

NOS LIVROS

- ZUSAK, Markus. *A menina que roubava livros*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

O professor pode comentar que os regimes totalitários procuram fortalecer seu poder por meio de instrumentos como: força militar, econômica e ideológica. No caso do governo de Hitler, a educação era um veículo da ideologia nazista. Nas escolas alemãs, as crianças deveriam aprender, desde cedo, os valores do regime, a fim de construir um pensamento único. Não havia margem para o debate ou a divergência. Assim, todas as pro-

duções culturais, inclusive os livros, consideradas pelos nazistas como uma ameaça eram censuradas. Nessa época, a educação escolar atuou como um instrumento de doutrinação do regime nazista.

NOS FILMES

- *A lista de Schindler*. Direção de Steven Spielberg. Estados Unidos, 1993, 195 min.

A atividade visa aprofundar os conhecimentos dos estudantes sobre a Segunda Guerra Mundial. Além disso, é uma oportunidade para debater alguns conceitos fundamentais para o componente curricular História como: memória e representação. O filme apresenta a história de Oskar Schindler, um empresário alemão que flertava com o regime nazista. Com o intuito de fazer dinheiro durante a guerra, Schindler adquire uma fábrica para produzir painéis para o exército. Com essa fábrica, Schindler conseguiu salvar mais de mil judeus dos campos de concentração.

- *Arquitetura da destruição*. Direção de Peter Cohen. Suécia, 1989, 121 min.

O documentário pode ser considerado uma crítica ao nazismo na medida em que mostra como esse regime utilizou as produções culturais (arquitetura, cinema, artes plásticas etc.) para difundir sua ideologia.

- *Feliz Natal*. Direção de Christian Carion. França/Alemanha/Reino Unido/Bélgica/Romênia/Noruega/Japão, 2005, 116 min.

A frase faz referência à amizade e, principalmente, à solidariedade desenvolvida pelos soldados inimigos durante a guerra. Enquanto muitas autoridades, de certa forma, estavam preservadas dos confrontos diretos, os soldados de vários países compartilhavam as mesmas dificuldades e sofrimentos (fome, medo, doenças etc.).

Unidade 2: República e sociedade

Objetivos da unidade

- Estudar o processo de instituição da República no Brasil.
- Conhecer aspectos políticos, econômicos, culturais e sociais do período da Primeira República, além de refletir sobre o coronelismo e o funcionamento das chamadas política dos governadores e política do café com leite.
- Analisar as mudanças sociais advindas da imigração, do desenvolvimento da indústria e do movimento operário.
- Refletir sobre o contexto histórico das principais revoltas e movimentos ocorridos na Primeira República.
- Estudar a situação social, política e econômica do Brasil durante o governo de Getúlio Vargas.
- Estimular a preservação do patrimônio histórico nacional.
- Valorizar o protagonismo feminino.

Conversando (p. 72)

- Resposta pessoal. Tema para debate. O objetivo desta atividade é desenvolver o senso crítico dos estudantes integrando a reflexão histórica com as vivências cotidianas dos jovens e o exercício da cidadania.

Capítulo 5: A instituição da República

Contextualizando o tema

Este capítulo apresenta algumas indagações sobre os grupos políticos que apoiaram a mudança de regime, seus interesses, os motivos da não participação popular no processo de instituição da República e sobre o episódio liderado pelo Marechal Deodoro da Fonseca, em 1889.

Atividade complementar

- Leia os trechos a seguir, das Constituições brasileiras de 1824 e de 1891, que tratam do direito de voto.

Das Eleições

Art. 90. As nomeações dos Deputados, e Senadores para a Assembléa Geral, e dos Membros dos Conselhos Geraes das Provincias, serão feitas por Eleições indirectas, elegendo a massa dos Cidadãos activos em Assembléas Parochiaes os Eleitores de Provincia, e estes os Representantes da Nação, e Provincia.

Art. 91. Têm voto nestas Eleições primarias

I. Os Cidadãos Brazileiros, que estão no gozo de seus direitos politicos.

II. Os Estrangeiros naturalizados.

Art. 92. São excluidos de votar nas Assembléas Parochiaes.

I. Os menores de vinte e cinco annos, nos quaes se não comprehendem os casados, e Officiaes Militares, que forem maiores de vinte e um annos, os Bachares Formados, e Clerigos de Ordens Sacras.

II. Os filhos familias, que estiverem na companhia de seus pais, salvo se servirem Officios publicos.

III. Os criados de servir, em cuja classe não entram os Guardalivros, e primeiros caixeiros das casas de commercio, os Criados da Casa Imperial, que não forem de galão branco, e os administradores das fazendas ruraes, e fabricas.

IV. Os Religiosos, e quaesquer, que vivam em Communidade claustral.

V. Os que não tiverem de renda liquida annual cem mil réis por bens de raiz, industria, commercio, ou Empregos.

Constituição política do Império do Brasil (de 25 de março de 1824). Capítulo VI.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm>. Acesso em: 15 mar. 2015.

Dos Cidadãos Brasileiros

[...]

Art 70 - São eleitores os cidadãos maiores de 21 anos que se alistarem na forma da lei.

§ 1º - Não podem alistar-se eleitores para as eleições federais ou para as dos Estados:

1ª) os mendigos;

2ª) os analfabetos;

3ª) as praças de pré, excetuados os estudantes das escolas militares de ensino superior;

4ª) os religiosos de ordens monásticas, companhias, congregações ou comunidades de qualquer denominação, sujeitas a voto de obediência, regra ou estatuto que importe a renúncia da liberdade Individual.

[...]

Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891). Título IV. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm>. Acesso em: 15 mar. 2016.

Compare os textos e analise os avanços e os limites da Constituição de 1891 em relação à participação popular.

Após a leitura atenta desses dispositivos constitucionais, os estudantes deverão indicar as restrições aos votos da Constituição de 1824 (Império) e da Constituição de 1891 (primeira Constituição da República). Entre outras distinções significativas, o estudante perceberá que a Constituição do Império instituiu o voto censitário, proibindo de votar nas assembleias paroquiais aqueles que não tiverem renda líquida anual de cem mil réis por bens de raiz, indústria, comércio ou empregos. No entanto, a Constituição de 1891 proibia de votar os analfabetos, que compunham grande parte da população do país.

Considerações e respostas para as atividades

Treinando o olhar (p. 74)

1. Estão representados o início da República e o fim da Monarquia no Brasil. O destaque é dado à república, cuja cena aparece em primeiro plano. No lado esquerdo da imagem, estão as figu-

ras que são — como é possível constatar pelos trajes — membros da elite brasileira, os únicos envolvidos na cena além dos militares. O marechal Deodoro da Fonseca é quem entrega a bandeira, acompanhado por outros militares e também por alguns líderes republicanos. É ele também que carrega o que parece ser a coroa do imperador deposto. Para receber a bandeira, vê-se uma mulher que tanto pode representar a “nação brasileira” como a República. Esses personagens seguram nas mãos um documento escrito da proclamação. No canto direito, ao fundo, o imperador deposto e sua família embarcam para a Europa. Observe que todos os personagens estão de costas para ele.

2. Na parte inferior direita da imagem, um grupo de negros e pessoas pobres observa e comenta, aparentemente, sem saber o que acontece. Espera-se que o estudante interprete que a proclamação da República deu-se a partir da articulação entre elites e militares, sem qualquer participação popular.

Em destaque (p. 76)

- Resposta pessoal. A bandeira é, tradicionalmente, um dos elementos que representam a identidade nacional de um país. No Brasil, costuma ser utilizada em manifestações cívicas, esportivas e de conclamação da cidadania.

Investigando (p. 78)

- Resposta pessoal. O objetivo é desenvolver o senso crítico dos estudantes e promover o

debate em torno de situações concretas em prol do exercício da cidadania.

Investigando (p. 79)

- Resposta pessoal. Tema para debate e reflexão. Depois de ouvir as respostas dos estudantes, o professor pode comentar que a vocação de um país não é uma fatalidade, nem um destino, nem uma dádiva da natureza. A vocação de uma sociedade é uma construção histórica que depende da ação, reação e integração dos cidadãos.

Oficina de História (p. 81)

VIVENCIAR E REFLETIR

1. Resposta pessoal, em parte. Pode haver, por exemplo, uma discordância em relação à definição de Florestan Fernandes, ou o argumento de que a mudança de monarquia para república já é, em si, uma transformação radical da sociedade. Espera-se, no entanto, que o estudante demonstre seu conhecimento a respeito das medidas adotadas pelo governo provisório de Deodoro da Fonseca, sua preocupação principal com a manutenção da ordem pública e em assegurar o cumprimento dos compromissos internacionais. Para construir o quadro comparativo, sugerimos o seguinte modelo:

	Regime monárquico	Governo provisório
Mão de obra predominante	Escrava	Livre
Forma de produção econômica estimulada pelo governo	Agrícola	Industrial
Relação entre Igreja e Estado	Estado e Igreja unidos	Estado e Igreja separados
Participação popular nas decisões políticas	Pouca	Pouca

Para complementar a atividade, o professor pode propor um debate com base nas informações pesquisadas pelos estudantes. A construção da tabela é um ponto de partida para reflexões sobre esses contextos históricos, suas

mudanças e permanências. É polêmico afirmar, por exemplo, que a mão de obra no Brasil Republicano era “livre”, que o Brasil mudou sua forma de produção agrícola para a industrial etc.

2. A Farroupilha teve duração maior que a Revolução Federalista e se estendeu para além das fronteiras do Rio Grande do Sul, alcançando Santa Catarina; os revoltosos chegaram a proclamar a República de Piratini e a instituir um governo republicano, em oposição à monarquia. As duas revoltas tinham por objetivo o estabelecimento da autonomia provincial ou estadual; ambas representavam interesses de grupos socioeconômicos dominantes e foram duramente reprimidas pelo poder central, registrando-se, nos dois casos, elevado número de mortes e a prisão dos líderes.

DIÁLOGO INTERDISCIPLINAR

3. a) O texto destaca que a característica fundamental da República consiste no uso do poder público para o bem comum.
- b) Resposta pessoal. O objetivo é desenvolver o senso crítico dos estudantes integrando a reflexão histórica com temas atuais da sociedade brasileira.

4. Seria interessante que os estudantes refletissem a respeito do que é uma república e de sua função de servir ao bem comum. É esperado que eles discutam sobre o que seria esse bem comum no início da República brasileira e como ela serviu ao bem das elites, uma vez que o povo assistiu “bestializado” às transformações.

5. a) Resposta pessoal. Tema para pesquisa integrando a reflexão histórica com aspectos do componente curricular Filosofia.
- b) Resposta pessoal, em parte. Espera-se que o estudante, ao se posicionar de maneira pessoal sobre a pergunta, já que não existe uma resposta definitiva para ela, apresente argumentos que sustentem sua opinião com base em sua interpretação histórica.

DE OLHO NA UNIVERSIDADE

6. Resposta D.

Capítulo 6: República Oligárquica

Contextualizando o tema

Este capítulo analisa de forma mais profunda as estruturas políticas da Primeira República, como o sistema eleitoral, as relações entre os poderes local e central, os grupos que se mantinham e se alternavam no poder por meio de acordos, troca de favores e negociações, o mandonismo dos chamados coronéis e a política dos governadores.

Ao trabalhar os aspectos sociais e econômicos da Primeira República, seria interessante salientar a importância do processo migratório para o desenvolvimento industrial e a formação do operariado brasileiro. O professor pode realizar discussões com os estudantes sobre o crescimento do número de trabalhadores urbanos e fabris, assim como sobre as primeiras organizações operárias, que tiveram papel de destaque nas lutas e conquistas de direitos sociais no Brasil no início do século XX. Vale ainda lembrar a situação das mulheres, que, apesar de excluídas até então das esferas políticas, começaram a participar da vida urbana, a trabalhar nas fábricas e em outros segmentos, principalmente a partir da República. A leitura do item **A luta pela autonomia feminina** oferece subsídios para essas reflexões.

Texto de aprofundamento

Após a expulsão dos missionários jesuítas do Brasil, ainda no Período Colonial, os indígenas passaram a viver uma situação *sui generis*. Apesar de os missionários terem sido os principais responsáveis pela destruição dos modos de vida das populações indígenas, foram também os principais defensores dessas comunidades contra a ação predadora dos colonizadores.

Dessa forma, ao longo de todo o Império, os povos indígenas ficaram a mercê das forças sociais dos não indígenas. A situação tornou-se mais grave com a Lei de Terras de 1850, pois os indígenas não tinham como fazer reconhecer burocraticamente a terra que habitavam como sua, havia muito tempo.

A situação dos povos indígenas se modificou um pouco quando um grupo do exército, chefiado pelo Marechal Rondon, instalou postes e postos de telégrafos no interior de Goiás, no início do século XX, e deparou-se com a situação daqueles povos. Daí nasceu o Projeto Rondon, de acolhimento dos indígenas. Desse projeto se originou um órgão federal denominado Serviço de Proteção ao Índio (SPI), em 1910.

De acordo com historiadores e pesquisadores, o lado negativo desse projeto estava no fato de que

ele não se propunha a respeitar o modo de vida dos indígenas, nem a reconhecer sua cultura e seus costumes ou garantir a posse de sua terra; ao contrário, visava integrar esses povos à sociedade não indígena. O processo de aculturação iniciado pelos jesuítas continuava, assim, de outra forma, e esta se tornou uma das poucas garantias de sobrevivência dos povos nativos no Brasil.

O texto a seguir dá subsídios ao professor ao tratar com detalhes do Projeto Rondon.

Rondon: amigo dos indígenas e agente de integração

O marechal Cândido Mariano da Silva Rondon tornou-se um grande nome não apenas no exército brasileiro, como também na história recente do Brasil. Atuou na demarcação das fronteiras do telégrafo no centro-oeste e oeste, integrando, por meio da comunicação, essas áreas ao restante do país.

Foi nessa missão que descobriu a real situação dos povos indígenas e, como descendente dos Bororo, ficou extremamente chocado com o que viu. Sua formação positivista, doutrina que influenciou os que lutaram pela República e que também tinha muitos adeptos no próprio Exército, tornou-o mais sensível a essa causa.

Assim, em 1910, com outros militares, resolveu criar o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais, ligado ao Ministério da Agricultura, quando foi nomeado primeiro-diretor. O próprio nome indicava a ambiguidade do trabalho que colocava os povos indígenas no mesmo nível dos trabalhadores sem terra e sem trabalho, vindos da escravidão, recém-abolida.

Desde o início, Rondon procurou passar seu ideal aos funcionários do novo órgão, traduzido pela frase que o imortalizou: “Morrer se preciso for, matar nunca”.

Mas, na realidade, ficou apenas sete meses à frente do órgão, que agora se chamava apenas Serviço de Proteção ao Índio — SPI. Dirigido por substitutos, que nem sempre tiveram seu idealismo, aos poucos o SPI foi envolvido em corrupção e ineficiência. A falta de preparo dos funcionários para lidar com povos de culturas diferentes também contribuiu para que o projeto que tinha como meta a salvação dos povos indígenas se transformasse num projeto de destruição.

Pressionadas pela visão integracionista do exército, que desejava transformar em brasileiros todos os habitantes deste país, sem se preocupar com a preservação das culturas tradicionais, as aldeias indígenas começaram a ostentar símbolos e

instituições militares, como bandeira, fardamento, cadeia, guarda policial, recebendo o cacique o título de capitão, que subsiste até hoje em várias regiões.

As terras indígenas foram também reduzidas, pois a demarcação de pequenas áreas facilitava a entrada de colonos, num processo de ocupação de espaços vazios. Sem recursos para manter o novo sistema de aldeamento, que em alguns casos congregava indígenas de vários grupos, o SPI passou a arrendar as áreas maiores, que depois foram ocupadas por colonos e fazendeiros. E, em decorrência disso, os indígenas passaram a trabalhar como mão de obra semiescrava.

Como podemos perceber, a visão romântica de Rondon foi derrotada pelo projeto do Estado brasileiro, que não previa espaço para grupos com culturas diferentes. O que foi um sonho tornou-se pesadelo.

HECK, Egon; PREZIA, Benedito. Rondon: amigo dos indígenas e agente de integração. In: *Povos indígenas: terra é vida*. 2. ed. São Paulo: Atual, 1999. p. 36.

Considerações e respostas para as atividades

Treinando o olhar (p. 83)

- A charge faz humor com a política do café com leite, apresentando a cadeira presidencial sendo dominada por São Paulo e Minas Gerais. A expressão “política do café com leite” foi o apelido dado à aliança entre o Partido Republicano Paulista (PRP) e o Partido Republicano Mineiro (PRM), que praticamente dominaram a vida política brasileira durante a Primeira República. Era uma alusão ao fato de São Paulo ser o primeiro estado em produção de café e Minas Gerais um estado que se destacava pela produção de leite.

Investigando (p. 85)

- a) e b) Respostas pessoais. Espera-se que os estudantes reflitam sobre a participação de brasileiras e brasileiros na vida política. Participação não apenas nos dias das eleições, mas também na vida cotidiana, nos movimentos sociais, nas manifestações políticas etc.

Interpretar fonte (p. 88)

1. De acordo com o texto, a eleição é encarada como uma oportunidade de se fazer um bom negócio, “o alistamento rende a estima do patrão”. A eleição não representa um ato de cidadania. Além disso, o trecho mostra a grande influência dos políticos locais e suas artimanhas para a obtenção de votos. O professor pode comentar

que o livro *Vila dos Confins* conta uma história ficcional da primeira eleição para prefeito e vereadores de um município remoto chamado “Vila dos Confins”. A obra é uma triste ironia sobre o processo eleitoral brasileiro no século XX. Nesse período, diversos políticos praticavam compra, aliciamento e coação de eleitores e fraudes.

2. A frase refere-se ao fato de que, se os trabalhadores rurais votassem nos candidatos escolhidos pelos patrões, sairiam do anonimato, deixariam de ser simplesmente “gente” não conhecida. Passariam a ser reconhecidos por aqueles que mandavam e receberiam, com isso, benefícios.

Investigando (p. 89)

- Resposta pessoal. O objetivo da atividade é integrar a reflexão histórica com o componente curricular Geografia e aproximar os conteúdos abordados das vivências cotidianas dos jovens. Além disso, busca valorizar as produções culturais de todas as regiões do país.

Em destaque (p. 95)

- Resposta pessoal. O objetivo desta atividade é integrar a reflexão histórica com conteúdos vivenciados no cotidiano dos estudantes, e promover senso crítico sobre o papel dos esportes e dos espetáculos esportivos.

Investigando (p. 98)

- Resposta pessoal. O objetivo desta atividade é promover reflexão sobre as condições de trabalho no Brasil contemporâneo, incluindo questões relativas ao emprego, salários e qualificação dos jovens para o mercado de trabalho.

Em destaque (p. 99)

- O anarquismo defende fundamentalmente a ausência de dominação de uma pessoa por outra e, por extensão, a dominação do Estado sobre os indivíduos e a sociedade. Portanto, os anarquistas eram também contrários à exploração dos trabalhadores pelos industriais, o que motivou sua participação no movimento operário.

Oficina de História (p. 101)

VIVENCIAR E REFLETIR

1. Respostas pessoais. Atividades para estimular uma reflexão crítica sobre propostas que podem ser consideradas utópicas e, ao mesmo tempo, a possibilidade de sonhar e de buscar meios para tornar possíveis esses sonhos.
2. Respostas pessoais, em parte. Espera-se que o estudante elabore uma ampla reflexão sobre as práticas eleitorais vigentes e a própria mentali-

dade dos eleitores em geral, no país e em sua região. Ainda há denúncias de manipulações eleitorais e, principalmente, de clientelismo. A cobertura tendenciosa dos meios de comunicação de massa sobre as eleições ou a vida política local ou nacional pode ser entendida, por exemplo, como uma nova forma de “cabresto”, conduzindo direta ou subliminarmente a percepção de milhões de eleitores (com o uso de seus medos, preconceitos, ignorância) na direção dos interesses daqueles que controlam esses meios ou são apoiados por eles.

DIÁLOGO INTERDISCIPLINAR

3. **a) e b)** Tema para reflexão e debate. Na reportagem, há o depoimento de Alicia Orellana, que acredita que o trabalho feito pelos bolivianos não é escravo: eles trabalham porque querem. Já o depoimento de N. vai pelo lado oposto: teve que fugir de seu emprego, onde era maltratado e não recebia salário. É interessante que os estudantes compreendam que podem existir inúmeras situações vividas pelos bolivianos, que fazem com que as opiniões a respeito do assunto sejam divergentes. No entanto, podemos questionar o comentário de Alicia Orellana sobre o fato de que os imigrantes “trabalham porque querem”, pois, muitas vezes, não há outras opções no mercado de trabalho.
- c) Espera-se que os estudantes comentem que a reportagem trata da imigração boliviana e do trabalho, muitas vezes análogo ao escravo, nas fábricas de costura de São Paulo. É possível relacionar esse tema às questões da imigração e do operariado no início do século XX, mostrando que os problemas vividos pelos trabalhadores nas fábricas, bem como suas lutas e suas reivindicações, estão longe de cessar.

DE OLHO NA UNIVERSIDADE

4. Resposta E.
5. **a)** Até então, a borracha brasileira não possuía grandes concorrentes. Porém, países como Inglaterra e Holanda passaram a investir no cultivo de seringais em suas colônias na Ásia. Como nessas regiões o cultivo era mais produtivo, em pouco tempo, elas conquistaram o mercado internacional, desvalorizando a borracha brasileira.
- b)** No sul do país uma parte do capital do café foi investida em indústrias. Portanto, a crise cafeeira não foi tão sentida, já que ocorreu um sensível crescimento industrial no mesmo período.

Capítulo 7: Revoltas na Primeira República

Contextualizando o tema

Este capítulo oferece informações sobre as revoltas sociais que ocorreram na Primeira República, bastante significativas por seu caráter de oposição ao regime, à ordem estabelecida, aos projetos oficiais excludentes e pela capacidade de organização e resistência popular. Muitas delas eclodiram no interior do país, em regiões de extrema pobreza e com graves conflitos sociais. É o caso, por exemplo, da Revolta de Canudos, da Guerra do Contestado e da formação de grupos organizados que viviam no Nordeste às margens da lei, no movimento conhecido como cangaço.

No Rio de Janeiro, então capital da República, muitos protestos também ocorreram. Em 1904, houve uma reação popular contra a demolição de cortiços, casebres e a expulsão de seus moradores, medidas que integravam os projetos do governo federal e municipal de urbanização e modernização da cidade. Além disso, o governo investiu na campanha de vacinação obrigatória para combater a epidemia de varíola. Parte da população se opôs à imposição e à obrigatoriedade da vacina, protestando nas ruas no episódio que ficou conhecido como Revolta da Vacina. O capítulo aborda ainda a revolta dos marinheiros (1910) e o movimento tenentista (1922-1926).

Os conflitos sociais no Brasil frente aos projetos defendidos pelo governo (de modernização, progresso e manutenção da ordem) podem ser dimensionados de maneira ampla e discutidos em sala de aula após a leitura do boxe **Revolta dos excluídos**. Além disso, é importante analisar as contestações no âmbito cultural colocadas em pauta pelo movimento modernista, que também tiveram fundamental importância para os rumos das discussões intelectuais e artísticas no Brasil a partir de então.

Texto de aprofundamento

O texto a seguir pode ser utilizado como aprofundamento do item **Campanha de vacinação**, presente na página 110 do livro do estudante. Se possível, compartilhe esse texto com os estudantes e debata com eles os temas de reflexão sugeridos.

Tradições de origem africana na Revolta da Vacina

Os escravos e negros livres pobres no Brasil podiam achar que determinadas doenças eram utilizadas pelos senhores como armas para atin-

gi-los. E este entendimento acontecia dentro de um universo cultural determinado: a doença, para o negro, podia ser causada por feitiços, pelo poder de feiticeiros que conseguiam manipular as forças nefastas do universo. O flagelo causado pelo sortilégio mágico era apenas uma possibilidade, pois havia doenças provocadas pela violação de uma tradição, por erro ritual, ou pelo descumprimento de deveres para com os deuses. De qualquer forma, os negros — mas não só eles no Brasil do século XIX — acreditavam que a doença não era uma coisa natural; as moléstias eram sempre provocadas por causas sobrenaturais — causas estas que poderiam ou não ter sido evocadas por feiticeiros —, sendo a cura, como veremos, prioritariamente ritual. Em suma, havia toda uma tradição cultural e religiosa que, dependendo de contextos históricos específicos, podia transformar esculápios em agentes da cólera, [...] em inoculadores de bexigas e morte. Certamente havia motivos que os doutores não podiam ou não se esforçavam por entender no “horror” à vacina registrado repetidamente em seus relatórios.

[...] João do Rio, escrevendo sobre as religiões do Rio da *belle époque*, dedica vários capítulos ao mundo dos orixás e babaloxás, revelando de forma inequívoca a importância que estes haviam adquirido na cidade no período. Acompanhado do negro Antônio, pessoa familiarizada com os “orixalás da África”, mas que “só respeita o papel moeda e o vinho do Porto”, João do Rio foi conhecer “as casas das ruas de São Diogo, Barão de S. Félix, Hospício, Núncio e da América, onde se realizam os candomblés e vivem os pais de santo”. À parte os preconceitos com os quais o jornalista se atira à empreitada, há aqui informações, e mesmo coincidências, curiosas. Por exemplo, João do Rio publicou tais reportagens pela primeira vez na Gazeta de Notícias exatamente em 1904, o ano da Revolta da Vacina; as ruas onde diz que se concentravam os candomblés eram locais onde havia grande número de cortiços — até mesmo o lendário Cabeça de Porco, na Barão de São Félix, já demolido nessa época; esta região serviu de cenário a escaramuças importantes durante a revolta de 1904, e é próxima ou vizinha aos bairros da Gamboa e da Saúde, redutos tradicionais de baianos e candomblés, e onde a resistência popular às forças de repressão ficou famosa. João do Rio conta ainda que estivera num “sacrifício de Obaluaié, o santo da varíola”. A personagem principal era um negro de bigode preto, trajando “roupa de Polichinello e uma touca branca orlada de urtigas”. Enquanto o santo “agita-

va uma vassourinha, o seu xaxará”, todos em volta do “babaloxá víamos morrer sem auxílio de faca, apenas por estrangulamento, uma bicharada que faria inveja ao Jardim Zoológico.”

[...] Sendo a etiologia da varíola de ordem sobrenatural, a cura teria de acontecer prioritariamente por meio de práticas rituais; por conseguinte, e seguindo a lógica do culto a Omolu, cabia a seus sacerdotes, mediante procedimentos apropriados — e que provavelmente incluíam a variação e outros rituais de purificação —, aplacar a vingança de Omolu e obter dele proteção contra a peste reinante. Sabemos talvez agora a fonte do “horror” que os médicos e suas vacinas inspiravam aos populares, ao menos àqueles dentre eles que adoravam Omolu e temiam provocar a sua ira: obstaculizar a ação dessa divindade era provocar mais devastação e morte, uma noção já presente na versão do culto entre os daomeanos [...].

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 136-151 (trechos).

Temas para reflexão

Com base na leitura do texto, pode-se propor o debate dos seguintes assuntos:

- as relações entre saber médico e saber popular durante a Revolta da Vacina;
- as epidemias, a população mais pobre e as elites políticas;
- o respeito e a compreensão das tradições africanas no Brasil.

Atividades complementares

1. Elabore um quadro-resumo da Revolta de Canudos e da Guerra do Contestado, apresentando:
 - a) localização;
 - b) nome do povoado fundado pela comunidade;
 - c) principal líder;
 - d) organização da comunidade;
 - e) quem combatia a comunidade;
 - f) resultado do conflito.

	Revolta de Canudos	Guerra do Contestado
Localização	Canudos (sertão da Bahia)	Contestado (entre Paraná e Santa Catarina)
Nome do povoado	Belo Monte	Monarquia Celeste
Principal líder	Antônio Conselheiro (Antônio Vicente Mendes Maciel)	João Maria (Atanás Marcaf); depois, José Maria (Miguel Lucena Boaventura)
Organização	20 mil a 30 mil sertanejos viviam com normas próprias: sistema comunitário; propriedade privada apenas dos bens de uso pessoal; não cobrança de impostos; proibição da prostituição e da venda de bebidas alcoólicas.	20 mil sertanejos viviam com governo próprio e normas igualitárias, sem obedecer às autoridades da República.
Adversários	Igreja Católica, fazendeiros, elites políticas e governo.	Coronéis-fazendeiros, donos de empresas estrangeiras e governo.
Resultado	Perseguidos por forças locais, resistiram. Morte de quase todo o povoado por tropas do governo federal, em 1897.	Perseguidos violentamente, fundaram novos núcleos. Todos foram destruídos em 1916 por tropas do governo federal.

2. De que forma os movimentos messiânicos representavam obstáculos ao coronelismo e à política dos governadores na Primeira República?

Os movimentos messiânicos apresentavam formas alternativas de organização social (já que a ordem oficial excluía os setores mais populares da sociedade), vinculadas à cultura popular, escapando, desse modo, ao controle dos chefes locais e das autoridades do governo central.

Considerações e respostas para as atividades

Treinando o olhar (p. 103)

1. São muitas as características que comprovam ser um cangaceiro a figura representada nesta obra. Os cangaceiros usavam roupas de tecido resistente, geralmente brim cáqui, para se proteger dos espinhos da vegetação da caatinga. As calças e as

mangas das camisas eram compridas, protegendo-os do Sol. Os calçados, chamados alpercatas ferradas, eram um tipo de sandália que cobria o pé e facilitava a movimentação. Os chapéus de couro ou feltro, com aba larga, também protegiam do Sol. Além da vestimenta, a posse de rifles e de uma grande quantidade de munição é uma característica importante desse tipo, que colocava a munição em cinturões e cartucheiras de couro atravessadas no peito. As cartucheiras simples levavam 50 balas; as duplas, 99 ou 101.

2. A cor avermelhada do papel escolhido como fundo do desenho indica o clima seco dos ambientes pelos quais circulavam os cangaceiros.

Observar o mapa (p. 105)

1. Bahia.
2. A área de influência de Canudos.
3. Boa Vista, Várzea da Ema, Monte Santo, Jeremoabo e Queimadas.

Interpretar fonte (p. 106)

1. Euclides da Cunha relata o heroísmo com que os conselheiristas defenderam seu sonho, resistindo até o esgotamento das energias, até a morte de quase todos, enquanto ironiza os 5 mil soldados que rugiam furiosamente diante de seus miseráveis e indefesos opositores, especialmente dos únicos quatro sobreviventes.
2. Tema para debate. Atualmente, essas ideias a respeito de evolução racial são vistas como preconceituosas. A diferença de raças não é mais percebida como um alterador da realidade cultural e histórica no sentido de inferioridade ou superioridade de uma raça sobre outra.

Investigando (p. 108)

- Resposta pessoal. O objetivo da atividade é sondar as experiências dos estudantes sobre assuntos da história brasileira e promover debates sobre temas controversos tanto na historiografia como no imaginário popular. Para alguns, o cangaço (o contexto em que estavam inseridos Lampião e Maria Bonita) era uma forma de banditismo e criminalidade; para outros, era uma forma de banditismo social, isto é, de reação das pessoas que viviam oprimidas.

Investigando (p. 109)

- Resposta pessoal. Depois de ouvir as respostas dos estudantes, o professor pode comentar que a função do poder público é promover melhorias que sirvam ao bem comum e, portanto, que promovam inclusão social.

Em destaque (p. 110)

- Resposta pessoal. O objetivo da atividade é desenvolver o repertório cultural e a criatividade dos estudantes integrando a reflexão histórica com temas da expressão artística brasileira como a música.

Investigando (p. 110)

- Resposta pessoal. O objetivo é promover o debate sobre as ações do poder público nos locais onde os estudantes vivem e aproximar os conteúdos abordados do cotidiano dos jovens.

Em destaque (p. 111)

- a) Era uma ordem que excluía muitas pessoas da cidadania plena, que hierarquizava a sociedade, que tinha o café como principal produto da atividade econômica, que “deixara de ter escravos para ter ex-escravos, imigrantes e trabalhadores nacionais trabalhando no pesado”. Nesse cenário, no qual a maior parte da população estava privada de condições mínimas de educação, saúde, transporte, segurança etc., o governo e as elites temiam que essas pessoas marginalizadas se revoltassem.
- b) “Ordem e progresso”, lema da bandeira nacional.

Em destaque (p. 112)

1. Os marinheiros reivindicavam que fossem dados a eles os direitos garantidos pela República, bem como a retirada dos oficiais “incompetentes e indignos”, a reforma do “Código Imoral e Vergonhoso” que os regia, o aumento do soldo, educação para os marinheiros e a entrada em vigor da tabela de serviço diário.
2. No documento, os marinheiros reivindicam seus direitos baseados no poder e na ordem da República, afirmando que desejam ser tratados como “cidadãos fardados em defesa da Pátria”.

Interpretar fonte (p. 113)

- a) “Bravo feiticeiro/navegante negro” refere-se a João Cândido, sua bravura, sua magia ao liderar os marinheiros, sua pele negra.
- b) “Rubras cascatas” refere-se ao sangue que corria das costas dos marujos durante as punições com chibatadas.
- c) “Pessoal do porão” refere-se aos companheiros do marujo castigado, sem graduação de oficial, que geralmente se alojavam nos porões dos navios e da sociedade brasileira.
- d) “Lutas inglórias” refere-se à luta daqueles que caíram buscando melhorar a sociedade e que não foram reconhecidos em toda a sua grandeza e glória, como João Cândido.

Observar o mapa (p. 115)

- a) Teresina, no Piauí.
- b) Nordeste e Centro-Oeste.
- c) Iniciou a retirada na região de Serra Nova, Minas Gerais; finalizou a retirada por Mato Grosso, entrando no território da Bolívia.

Investigando (p. 117)

1. e 2. Respostas pessoais. Tema para debate e reflexão. O objetivo é desenvolver o senso crítico dos estudantes, levando-os a refletir sobre sua identidade social e as influências culturais que os cercam.

Oficina de História (p. 118)

VIVENCIAR E REFLETIR

1. a) Ensino primário gratuito (o ensino fundamental, de 9 anos), instrução profissionalizante e técnica (ao menos como formas alternativas de educação), liberdade de pensamento, voto secreto e liberdade sindical.
b) Resposta pessoal. Espera-se que o estudante reflita sobre as propostas de então e a realidade atual e se posicione a respeito. As diversas propostas são polêmicas, mas é difícil que alguém esteja satisfeito com a falta de justiça em relação aos defraudadores do patrimônio público. A corrupção ainda é um grande problema para a sociedade brasileira. Contudo, deve-se observar que o “castigo” deve ser uma pena prevista em lei.
2. a) e b) Resposta pessoal, em parte. Espera-se que o estudante expresse, em certa medida, uma compreensão dos diversos problemas apontados ao longo deste livro (a herança da colonização exploratória, em que o país e sua gente são vistos como uma “empresa” que deve dar lucro a uma elite governante etc.) e, com seus colegas, sintetize-os e comente-os com sua perspectiva crítica.
c) Atividade experimental e integrada com os componentes curriculares Sociologia e Arte. Procura estimular o estudante a se posicionar criticamente diante de situações de seu cotidiano. A atividade é uma oportunidade para debater a desigualdade social na atualidade e suas possíveis relações com a história brasileira. Para produzir o álbum ou o vídeo, o professor encontra orientações mais detalhadas no item **Perspectiva interdisciplinar** e nos subitens **Iconografia** e **Filmes** deste Manual.

DIÁLOGO INTERDISCIPLINAR

3. a) O conceito de “paisagem cultural” é utilizado pela Unesco desde a Convenção de 1972, e está definida como porção singular de um território onde a inter-relação entre a cultura humana e o ambiente natural confere à paisagem uma identidade singular.
b) Seria interessante que os estudantes comentassem sobre a história de Canudos e de sua importância como luta social para a história do país a fim de argumentar a favor do processo de reconhecimento de Canudos como “paisagem cultural”. Com isso, os estudantes podem perceber o importante papel dos locais históricos para a memória e a história que se pretende construir.
4. a) A canção afirma que não há um fim para a história. Acontecimentos podem ser afirmados e posteriormente negados. Ações podem ser realizadas contra algo e, em seguida, outras ações podem ser realizadas contra aquilo que foi posteriormente estabelecido. Ou, como afirma Gilberto Gil, “Vem a história, escreve um capítulo/ Cujo título pode ser ‘Nunca Mais’/ Vem o tempo e elege outra história, que escreve/ Outra parte, que se chama ‘Nunca É Demais’ [...]”.
b) Assim como a história é escrita e reescrita, reconstruída todo o tempo, o cangaço é também criticado e reverenciado. A discussão presente no capítulo é justamente essa: como compreender o evento conhecido como cangaço? De acordo com o texto, “para alguns estudiosos, foi uma forma pura e simples de banditismo e criminalidade. Para outros, constituiu uma forma de contestação social [...]”.
5. Respostas pessoais. Espera-se que o estudante trabalhe o tema da terra dos pontos de vista filosófico (a terra deve ter dono? Ela pode não ter dono?), econômico (os problemas socioeconômicos que a concentração da terra gera), político (é legítimo lutar pela redistribuição de terras no Brasil?) e jurídico (as formas legais pelas quais se pode mudar uma situação social).
6. O conflito social abordado pelo poema *Morte e Vida Severina*, de João Cabral de Mello Neto, é pela distribuição da terra. No trecho, aquele que lutou pela distribuição da terra morre tendo apenas a própria cova como sua parte no grande latifúndio. Morreu tendo apenas a cova e não a terra que queria ver dividida.

DE OLHO NA UNIVERSIDADE

7. Resposta A.

Capítulo 8: Era Vargas

Contextualizando o tema

A Era Vargas (1930-1945) é o tema deste capítulo. O professor pode retomar conteúdos trabalhados no capítulo 3, sobre a crise do capitalismo e a quebra da bolsa de valores de Nova York, para que os estudantes compreendam o contexto internacional em que ocorreu o movimento de 1930, a tomada de poder por Getúlio Vargas e o início da política varguista.

A Era Vargas passou por fases distintas, de ditadura e democratização, de maior e menor centralização do poder. É importante destacar algumas características do Estado varguista, como os mecanismos de propaganda e legitimação do governo, as mudanças estabelecidas com a fixação das leis trabalhistas, a nacionalização dos recursos, o investimento na industrialização, a criação de empresas estatais, entre outras. Desse modo, o período pode ser analisado criticamente pelos estudantes, em todos os seus aspectos e complexidade.

Atividades complementares

1. Cite qual foi o principal legado da Era Vargas na área do trabalho.

Foi a decretação de leis trabalhistas (como salário mínimo, férias remuneradas, jornada diária não superior a oito horas, proteção ao trabalho da mulher e do menor, estabilidade no emprego etc.). Algumas dessas leis já haviam sido instituídas em meados da década de 1920, como resultado da luta dos trabalhadores, mas eram sistematicamente descumpridas pelos empresários. Durante o Estado Novo, porém, todas essas leis foram reunidas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), decreto-lei assinado em 1ª de maio 1943 por Getúlio Vargas, constituindo um importante marco na história do direito laboral no país.

2. Explique o que são “trabalhismo” e “populismo” e que relação se pode estabelecer entre eles na Era Vargas.

Trabalhismo é uma corrente política centrada nos direitos e no bem-estar dos trabalhadores e na valorização do trabalho. Populismo é uma política fundada na sedução dos grupos sociais de menor poder aquisitivo por meio de medidas que representam ou parecem representar seus interesses. Ao adotar uma legislação social e trabalhista que beneficiava uma grande massa de trabalhadores

urbanos, especialmente durante o Estado Novo, o governo Vargas inaugurou o trabalhismo no Brasil. Mas, para muitos estudiosos, a adoção de leis trabalhistas pelo governo Vargas não passou de uma tática populista, pois entendem que ele percebeu a força política do operariado nas cidades e, por isso, procurou adotar leis que os beneficiavam para, com isso, obter o apoio deles e, ao mesmo tempo, conseguir controlá-los.

Considerações e respostas para as atividades

Treinando o olhar (p. 122)

1. Apesar de não estar trabalhando, cada pessoa do grupo representado segura seu instrumento de trabalho: uma vassoura. O grupo circular, bem fechado, parece discutir, quase clandestinamente, algum assunto de interesse comum. Nenhum rosto é mostrado. Todos estão atentos, e a coloração da imagem colabora para dar a impressão de que estejam falando reservadamente.
2. O clima parece ser de conspiração, ou pelo menos de união de forças por um objetivo comum. O grupo se reúne em um lugar escuro e discreto, tendo apenas um pequeno cão como testemunha do fato. A iluminação da imagem sugere um fim de tarde/início de noite, talvez o momento posterior ao término do trabalho. A calçada, a rua de paralelepípedos e a parede da construção mostram que o ambiente é urbano. O tom escurecido e o alaranjado apagado da cena indicam que algo não vai bem, fazendo-nos imaginar um possível motivo para a pequena reunião.

Interpretar fonte (p. 128)

- Resposta pessoal, em parte. Na caricatura, vê-se um Getúlio relaxado e com um sorriso irônico nos lábios, amortizando os golpes de peteca de maneira tranquila e despreocupada, sem sequer olhar diretamente para seu adversário nem para a plateia que o apoia. Parece ser uma alusão à maneira como estava tratando aqueles que o pressionavam para convocar a Assembleia Constituinte. Depois de ouvir a resposta dos estudantes, o professor pode lançar a seguinte questão: Qual seria a mensagem implícita nessa caricatu-

ra? A mensagem poderia ser: “Eu o farei quando e se eu quiser. Vocês não representam ameaça para mim”.

Investigando (p. 129)

- Resposta pessoal. O objetivo da atividade é promover debates dentro do diálogo passado-presente, levando os estudantes, a partir de suas vivências cotidianas, a refletir sobre a questão da mulher e da emancipação feminina nos âmbitos das relações familiares, educacionais e profissionais e sobre o exercício da cidadania.

Em destaque (p. 131)

- Resposta pessoal. O objetivo é levar os estudantes, a partir de suas vivências pessoais, a valorizar a história das mulheres brasileiras. O professor pode sugerir que os estudantes pesquisem informações sobre mulheres como: Bertha Lutz, Dorina Norwill, Irmã Dulce, Pérola Byington, Raquel de Queirós e Clarice Lispector. Para maiores informações sobre o assunto, recomendamos ao professor o livro *Dicionário de Mulheres do Brasil*, organizado por Schuma Schumacher e Érico Vital Brazil (Rio de Janeiro: Zahar, 2000). Também é possível pesquisar histórias sobre mulheres que convivem com os estudantes.

Investigando (p. 133)

1. Resposta pessoal. Depois de ouvir as respostas dos estudantes, o professor pode comentar que a educação na Era Vargas era também um meio de propaganda para o governo e uma forma de conduzir o pensamento juvenil a ser favorável à política daquele presidente. Com relação aos dias atuais, os estudantes podem discutir se a educação possui alguma função ideológica e os motivos que orientam a política educacional do país.
2. Resposta pessoal. Tema para reflexão. O objetivo é desenvolver o senso crítico dos estudantes refletindo sobre a escola e o espaço social onde vivem.

Investigando (p. 137)

1. Resposta pessoal, em parte. Segundo o *site* do Ministério do Trabalho e Previdência Social, “o documento possui capa azul em material sintético [...], é confeccionado em papel de segurança e traz plástico autoadesivo inviolável que protege as informações relacionadas à identificação profissional e à qualificação civil do indivíduo, [...]”. As carteiras de trabalho contêm, por exemplo, informações sobre a qualificação e experiências

profissionais do trabalhador, assim como anotações sobre sua filiação ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Teoricamente, a carteira é um documento que visa garantir acesso a alguns dos principais direitos trabalhistas, como férias, décimo terceiro salário, repouso remunerado, seguro-desemprego, aposentadoria e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS. Espera-se que o estudante aborde que a carteira de trabalho é um documento oficial de identificação ou de licença profissional, que pode servir como prova de uma relação de trabalho.

Há trabalhadores que possuem carteira de trabalho; outros não. Existem variadas formas de regulamentação do trabalho, uma delas é por meio da carteira. Sendo assim, o trabalhador que não possui esse documento pode ser um trabalhador informal. A atividade é uma oportunidade para debater os principais motivos que levam ao trabalho informal.

Segundo o Ministério do Trabalho e do Emprego, atualmente a carteira de trabalho “é emitida por meio de um Sistema Informatizado que permite a integração nacional dos dados impedindo as emissões em duplicidade e forma um banco de dados do trabalhador que contém informações dos dados da qualificação civil e outros complementares como: endereço, número do CPF, do Título de Eleitor, da CNH, fotografia, impressão digital e assinatura digitalizadas e nº do NIS/PIS”. O interessado, maior de 14 anos, deve comparecer a locais como a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE), a um Posto de Atendimento ao Trabalhador (PAT) ou a um posto de atendimento e prestação de serviços ao trabalhador conveniado com o Ministério do Trabalho e Emprego (como: Poupatempo, SP; Ganha Tempo, GO; Casa do Cidadão, CE; Posto de Serviço Integrado Urbano, MG). Deve levar uma foto 3X4, comprovante de residência e um documento de identificação original (RG, certidão de nascimento ou casamento, certificado de reservista).

Todas essas informações, entre outras, estão disponíveis na página eletrônica do Ministério do Trabalho e Previdência Social: <<http://www.mte.gov.br/carteira-de-trabalho-e-previdencia-social-ctps>>. (Acesso em: 15 mar. 2016.)

2. A resposta depende da pesquisa atualizada sobre o valor do salário mínimo. O objetivo é levar os estudantes a tomarem conhecimento do valor do salário mínimo e se ele é satisfatório para atender às necessidades básicas do trabalhador,

como preceitua a Constituição Federal, art. 7º, inciso IV: “salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim”. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. (Acesso em: 15 mar. 2016.)

Oficina de História (p. 138)

VIVENCIAR E REFLETIR

1. A ditadura do Estado Novo assemelhava-se ao nazismo e ao fascismo em muitos aspectos: no caráter totalitário do Estado, que intervinha em todos os setores da sociedade, desde a economia até as atividades artísticas; no uso da propaganda como forma de arregimentar e controlar adeptos, principalmente nas camadas populares; no cerceamento dos direitos individuais e no controle de todas as formas de manifestação de pensamento, de opiniões etc.; na perseguição e intolerância contra todos os que se manifestassem criticamente sobre as atitudes do governo; e no rigor na punição dos adversários políticos.
2. No texto a respeito da imigração boliviana, podemos perceber que há situações nas quais as leis trabalhistas não são aplicadas no Brasil. Um exemplo é a situação da família entrevistada na reportagem, que tem salários atrasados a receber e que tinha que trabalhar 17 horas por dia.

DIÁLOGO INTERDISCIPLINAR

3. a) *O bonde de São Januário* exalta o trabalho. A letra foi escrita por Wilson Batista em parceria com Ataúlfo Alves, em 1940.
 - b) A canção *Lenço no pescoço* exalta a malandragem. A letra foi escrita por Wilson Batista em 1933.
 - c) Espera-se que os estudantes comentem que é notória a mudança de mensagem. *Lenço no pescoço* e exalta a malandragem e *O bonde de São Januário* exalta o trabalho. Essa mudança deve-se à ação do DIP, que procurava cooptar os artistas populares para compor letras do interesse do governo.
4. Resposta pessoal, em parte. Tema para debate e reflexão. Espera-se que os estudantes apontem que os políticos atuais também utilizam as imagens como um instrumento de propaganda.

Para elaborar o relatório, é recomendável que os estudantes: a) escolham um tipo de mídia, por exemplo, *sites* oficiais, programas de televisão, revistas etc., b) analisem as representações dos personagens, cores utilizadas e cenários nessas mídias.

5. a) Segundo o texto, diversas doenças como a tuberculose, a difteria, a paralisia infantil, a varíola e a sífilis provocavam temor na população. Hoje em dia é diferente. Esse temor foi abrandado pelas descobertas de como as doenças são transmitidas e pela conscientização da população.
- b) Resposta pessoal, em parte. Os estudantes podem citar que as diversas formas de câncer são mais temidas que outras doenças, porque ainda não se sabe como curá-las. Também podem citar doenças como as transmitidas pelo mosquito *Aedes Aegypti*, que motivaram, por sua grande incidência e temíveis consequências, a ação do governo em fortes campanhas para combater o vetor. O professor poderá complementar a atividade lançando questões como: Que doenças afligem nossa sociedade hoje em dia? Como a poluição se tornou um tema de saúde ambiental? Pode o cigarro ser considerado, em algum sentido, um “hábito higiênico”? As possibilidades de pesquisa são amplas, e o enfoque é pessoal.

DE OLHO NA UNIVERSIDADE

6. No início dos anos 1930 estava em formação o modelo populista, caracterizado pelo fortalecimento do Estado e de sua ação sobre a vida socioeconômica do país. Uma de suas características foi a importância dada à “política trabalhista”, a partir da qual os trabalhadores urbanos receberam alguns direitos, porém, foram submetidos a intenso controle por parte do governo, como pode-se perceber pelo documento apresentado, que é um alerta ao empresariado e uma discreta ameaça ao trabalhador.

Para saber mais (p. 139)

NA INTERNET

- Lampião, uma viagem pelo cangaço: www2.uol.com.br/lampiao
Resposta pessoal. A atividade visa aprofundar os estudos sobre a história de Lampião e o cangaço. Para realizar essa atividade, os estudantes devem: a) escolher um dos temas indicados no menu; b) ler as informações correspondentes; c) elaborar um texto sobre o tema; d) selecionar imagens; e) definir a forma de apresentação do trabalho; f) distribuir as falas entre os membros

do grupo; g) organizar um ensaio. Além disso, na apresentação do seminário, os estudantes podem utilizar recursos como *slides*, painéis ou cartazes. Se achar oportuno, para envolver ainda mais a turma no debate, o professor pode sugerir que cada grupo elabore uma pergunta sobre seu tema e apresente-a para a classe.

- Modernismo no Brasil: <<http://www.mac.usp.br/mac/templates/projetos/seculoxx/modulo2/modernismo/index.html>>.

Resposta pessoal. A atividade busca valorizar as produções culturais brasileiras por meio da aproximação dos estudantes com as obras de arte modernistas.

- Museu da República: <http://www.eravirtual.org/mrepublica_01_br/>.

Resposta pessoal. A atividade é uma ótima oportunidade para se discutir a importância do patrimônio histórico brasileiro. O relatório deve apresentar informações como: a) nome do local a ser visitado; b) informações sobre esse espaço; c) que objetos são expostos no museu etc. Após a visita, é interessante que estudantes e professores reflitam sobre as diferentes impressões que eles tiveram ao realizar esse trabalho.

NOS LIVROS

- SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina*. São Paulo: Scipione, 1993.

A atividade visa aprofundar os estudos sobre a Revolta da Vacina e seus desdobramentos sociais. Segundo a interpretação do historiador Nicolau Sevcenko, a Revolta da Vacina esteve relacionada às reformas urbanas promovidas na capital

do Brasil no começo do século XX. Para o autor, essas reformas de “modernização”, ao demolir cortiços e desabrigar milhares de pessoas, acabaram por segregar a população mais pobre da cidade. Em um cenário com altas taxas de desemprego e falta de moradia, a vacinação obrigatória foi a gota d’água. De acordo com Sevcenko, a revolta eclode de maneira independente, sem partidos, nem objetivos explícitos. Ela era uma improvisação que não pretendia vencer, não podia ganhar nada, era “somente um grito, uma convulsão de dor, uma vertigem de horror e indignação” (p. 67). Foi duramente reprimida pelas forças policiais, com muita truculência e arbitrariedades: não necessariamente eram presos os envolvidos na revolta, mas, sim, todos os miseráveis, que eram comparados à “sujeira” da sociedade, que precisava ser “limpa”. Essa humilhação e violência continuava nos julgamentos sumários e no cumprimento da pena. Os presos foram deportados para o Acre em navios sob condições precárias, às quais poucos resistiram.

NOS FILMES

- *Guerra de Canudos*. Direção de Sérgio Rezende. Brasil, 1997, 167 min.

Atividade de reflexão e debate. A partir da atividade, os estudantes poderão comparar a representação da história de Canudos no filme com a versão historiográfica apresentada nesta obra didática, apontando semelhanças e diferenças. A frase de Euclides da Cunha refere-se à violenta campanha empreendida pelos governos para reprimir Canudos. Para o escritor, essa repressão foi um crime e precisa ser denunciada.

Unidade 3: Globalização e meio ambiente

Objetivos da unidade

- Compreender o contexto político-econômico internacional após a Segunda Guerra Mundial.
- Refletir sobre os processos de independência em países da África, da Ásia, do Oriente Médio e da Oceania, no contexto pós-guerra e com a nova ordem mundial.
- Valorizar os diversos aspectos da cultura africana.
- Analisar as origens e os desdobramentos do conflito árabe-israelense, as dificuldades e os esforços no presente para estabelecer acordos de paz que contemplem os interesses de ambos os povos que habitam a região da Palestina.
- Estudar o impacto do fim da União Soviética e compreender a nova ordem mundial que se estabeleceu com o fim da Guerra Fria e com a expansão da globalização econômica.
- Avaliar criticamente os efeitos da globalização em relação aos avanços tecnológicos, à desigualdade social e à crise ambiental.

- Destacar o protagonismo feminino nos processos históricos.
- Combater o racismo e qualquer outra forma de discriminação e preconceito social.
- Promover a consciência ambiental.

Conversando (p. 140)

- Resposta pessoal. O objetivo da atividade é promover atitudes em prol de uma boa qualidade de vida e em respeito ao meio ambiente. Depois de ouvir as respostas dos estudantes, o professor pode indicar várias atitudes, como: reduzir a produção de lixo e descartá-lo de forma correta; economizar o consumo de água e energia elétrica; escolher uma dieta saudável e não desperdiçar alimentos; proteger a fauna; cuidar da flora e plantar árvores; não poluir o ambiente; propagar a educação ambiental e denunciar agressões ambientais.

Capítulo 9: Pós-guerra e novos confrontos

Contextualizando o tema

A partir deste capítulo, é possível analisar, com os estudantes, o contexto internacional do pós-guerra, a reorganização geopolítica do mundo e a ascensão das duas grandes potências daquele período, EUA e URSS. Vale salientar que entre as medidas importantes estabelecidas no plano internacional está a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945, e a aprovação, em 1948, de um documento por esse mesmo órgão que define princípios para a defesa dos direitos humanos de todos os povos do mundo, referência válida até o presente. No box **Declaração Universal dos Direitos Humanos** é possível identificar alguns desses princípios.

Considerações e respostas para as atividades

Treinando o olhar (p. 142)

1. Apenas observando a imagem, sem conhecer o filme, poderíamos cair no engano de dizer que a cena mostra um alienígena na forma de robô, mais à frente, e um ser humano vestido como astronauta, um pouco atrás. Na verdade trata-se de dois tripulantes de uma nave que aterrisou em Washington (EUA): o alienígena é o que tem forma humana e chama-se Klaatu; o robô é Gort, assistente do alienígena em sua missão.
2. É possível concluir pela imagem que se trata de um filme com extraterrestres graças à presença da nave espacial, compondo o ambiente. Como está descrito no capítulo, a corrida espacial foi um dos frutos da rivalidade entre Estados Unidos e União Soviética, na chamada Guerra Fria.

A ambição de conquistar espaços fora do planeta fez fervilhar também muitas histórias sobre vida fora da Terra. Além disso, quem assistir ao filme descobrirá que a mensagem trazida pelo alienígena Klaatu é um alerta sobre os perigos da Guerra Fria. Na época, acelerava-se a corrida armamentista, e as duas superpotências, EUA e URSS, ampliavam seus arsenais atômicos. Na hipótese de uma guerra, toda a humanidade corria o risco de desaparecer. O alienígena Klaatu entrega um ultimato aos cientistas reunidos perto da nave espacial. Os governantes da Terra deveriam se unir a uma confederação universal pacífica. Caso contrário, eles determinariam a destruição total de nosso planeta. Há um *remake* do filme, feito em 2008, com direção de Scott Derrickson, estrelado por Keanu Reeves (no papel de Klaatu) e Jennifer Connelly.

Investigando (p. 146)

- A ONU foi criada com os objetivos de garantir a manutenção da paz e da segurança internacionais, o desenvolvimento de relações amistosas entre as nações e o estímulo à cooperação entre os países na busca de soluções para problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural e humanitário, promovendo o respeito aos direitos humanos. É estruturada em diversos órgãos, entre eles: Assembleia Geral, composta de todas as nações-membros; Conselho de Segurança, composto de 15 países-membros, dos quais cinco são permanentes e têm poder de vetar resoluções (Estados Unidos, França, Reino Unido, República Popular da China e Rússia); Corte Internacional de Justiça, órgão encarregado de decidir questões jurídicas internacionais; e Secretariado, encarregado da administração da própria ONU, chefiado por um secretário-geral.

Interpretar fonte (p. 147)

- Resposta pessoal, em parte. Espera-se que o estudante reflita de maneira crítica sobre cada um dos preceitos citados dentro do contexto da sociedade brasileira atual.

Observar o mapa (p. 149)

- a) Portugal, Espanha, França, Irlanda, Reino Unido, Bélgica, Luxemburgo, Países Baixos, República Federal da Alemanha, Suíça, Áustria, Itália, Grécia, Turquia, Islândia, Dinamarca, Suécia, Noruega e Finlândia.
- b) Portugal, Espanha, França, Reino Unido, Bélgica, Luxemburgo, Países Baixos, República Federal da Alemanha, Itália, Grécia, Turquia, Dinamarca e Noruega.
- c) Estônia, Letônia, Lituânia, República Democrática Alemã, Polônia, Tchecoslováquia, Hungria, Romênia, Iugoslávia, Bulgária e Albânia.
- d) União Soviética, República Democrática Alemã, Polônia, Tchecoslováquia, Hungria, Romênia e Bulgária.

Investigando (p. 150)

- Tema para reflexão. A suposição trágico-cômica é que em uma “Terceira Guerra Mundial” a catástrofe das armas nucleares seria tanta que, para o conflito posterior, restariam somente paus e pedras.

Investigando (p. 150)

1. e 2. Resposta pessoal. O objetivo da atividade é desenvolver o senso crítico dos estudantes aproximando os conteúdos abordados com as vivências do cotidiano e as culturas juvenis. Para aprofundar a discussão, sugerimos o vídeo disponibilizado pelo programa *3 a 1*, veiculado no canal TV Brasil, que discutiu a privacidade na internet. O programa está disponível em: <<http://tvbrasil.etc.com.br/3a1/episodio/privacidade-na-internet>>. (Acesso em: 16 mar. 2016.)

Interpretar fonte (p. 151)

- Resposta pessoal, em parte. A imagem é bastante eloquente, mas sempre há margem para leituras pessoais. A proposta é fazer o estudante exercitar sua percepção visual e desenvolver suas capacidades estéticas e associativas, em conjunção com as informações históricas fornecidas no capítulo. Na obra, foram representadas mulheres e crianças nuas à esquerda sob a mira das armas dos personagens à direita. É possível destacar a mulher que segura uma criança de colo, cujo rosto parece mostrar medo e pavor. E também o personagem

com uma espada cujo corpo parece uma armadura. Além disso, todos os personagens foram representados em preto, branco e tons de cinza, em um cenário verde. Em sua análise, os estudantes poderão indicar o contraste entre as figuras desprotegidas e desarmadas com as figuras em posição de ataque e repletas de armas.

Em destaque (p. 152)

1. e 2. Respostas pessoais. O objetivo é sondar as experiências dos estudantes e integrar a reflexão histórica com as expressões artísticas.

Oficina de História (p. 153)

VIVENCIAR E REFLETIR

1. A frase refere-se às tensões políticas da chamada Guerra Fria: não havia um conflito bélico direto, mas também não havia paz entre esses países.
2. Elaboração pessoal. O objetivo da atividade (criação de uma página de jornal) é desenvolver a criatividade dos estudantes integrando a reflexão histórica com a expressão escrita e icográfica.
3. Resposta pessoal, em parte. A charge apresentada pela atividade foi criada pelo cartunista brasileiro Belmonte durante a Guerra Fria, um momento marcado pelo enfrentamento político-ideológico entre União Soviética (socialismo) e Estados Unidos (capitalismo). Na charge, estão representados dois personagens emblemáticos do contexto da Guerra Fria: do lado esquerdo, o presidente dos Estados Unidos, Harry Truman, que governou o país de 1945 a 1953; do lado direito, o líder soviético Josef Stalin, que esteve no comando da União Soviética de 1922 a 1953. As rivalidades políticas, ideológicas e militares entre Estados Unidos e União Soviética teriam bipolarizado o mundo. O humor da charge se baseia na comparação entre uma partida de futebol e a Guerra Fria, em que o mundo (a bola) é disputado pelos líderes de dois times (duas potências).

DIÁLOGO INTERDISCIPLINAR

4. a) Aquecimento global é a expressão usada para designar o fenômeno climático de aumento da temperatura média na superfície da Terra, que vem se acelerando desde o início da Revolução Industrial.
- b) As causas do aquecimento global ainda são objeto de intenso debate entre os cientistas. Costumam ser consideradas causas internas e externas e, entre estas, as naturais e as antropogênicas (provocadas pelo homem). O principal fator externo natural seria a varia-

bilidade da radiação solar. Entre os fatores externos antropogênicos, destaca-se a emissão de poluentes na atmosfera, responsável pela intensificação do efeito estufa.

- c) Os efeitos do aquecimento global já podem ser observados na diminuição da cobertura de gelo, no aumento do nível do mar e nas mudanças dos padrões climáticos do planeta. Em curto, médio e longo prazo, os prognósticos variam. Calcula-se que, com mares mais quentes, haverá o desaparecimento de muitas espécies marinhas. Com a elevação do nível do mar, milhões de pessoas em cidades costeiras e em bacias de rios sofrerão mais enchentes e poderão ser obrigadas a abandonar essas regiões.

Além disso, estados insulares poderão desaparecer sob as ondas. Estima-se também que essas mudanças causarão falta de água potável, quebra de safras e uma pobreza crescente etc.

DE OLHO NA UNIVERSIDADE

5. Resposta E.
6. Significado político: para a Alemanha, a destruição do Muro de Berlim definiu o início do processo de sua reunificação política.
- Significado simbólico: no contexto político internacional, a queda do Muro de Berlim simbolizou o fim da Guerra Fria, do domínio soviético sobre a Europa do leste e, sobretudo, um marco do descrédito da via socialista como contraponto à via capitalista.

Capítulo 10: África, Ásia e Oriente Médio

Contextualizando o tema

Neste capítulo, o professor pode trabalhar com os estudantes os processos que levaram à conquista da independência em países da África, da Ásia e da Oceania, marcos das lutas anticolonialistas e anti-imperialistas na contemporaneidade. As lutas emancipacionistas foram, por um lado, uma reação frente à geopolítica e à divisão do mundo iniciadas em meados do século XIX, e, por outro, uma reação frente à tendência imperialista moderna, relacionada à nova ordem mundial do pós-guerra.

Diante do complexo emaranhado de relações e interesses, essas independências se processaram de formas variadas nos diferentes lugares. É interessante mostrar aos estudantes que, por vezes, tomaram a feição de verdadeiras guerras civis entre colônia e metrópole; por outras, os embates se estenderam entre grupos étnicos ou políticos locais ou foram estabelecidos acordos para o reconhecimento formal da autodeterminação política de cada país. Os estudantes podem dimensionar com maior nitidez a multiplicidade dos processos de emancipação ao longo das décadas, assim como as áreas de dominação colonial, com base na observação dos mapas e dos quadros reproduzidos no capítulo (Países asiáticos e oceânicos, páginas 158 e 159, e Países africanos, páginas 163 e 164). As atividades sugeridas podem contribuir para a construção significativa do conhecimento a respeito do tema. Seria interessante pedir aos estudantes que façam uma pesquisa sobre a situação dos conflitos árabe-israelenses no presente.

Textos de aprofundamento

O texto a seguir pode ser utilizado como aprofundamento do item **Colônias portuguesas**, es-

tudado na página 168 do livro do estudante. Se possível, leia-o com a turma e debata com os estudantes os temas de reflexão sugeridos.

Da colonização aos Estados nacionais africanos

Entre 1956 e 1960, a maior parte dos países africanos passou muito subitamente para a independência. Os novos regimes foram herdeiros do sistema autoritário e brutal anterior. A maioria dos dirigentes africanos que tomaram o poder, nesse momento, não era verdadeiramente legítima. Além disso, nessa ocasião, não houve uma aprendizagem da democracia. Durante o período colonial, na África francófona, houve alguns simulacros de poderes democráticos. Foram organizadas eleições para enviar africanos para as assembleias francesas; mas apenas uma seleção de alguns funcionários foi enviada à França para a Assembleia Nacional, o Senado, o Conselho da República. Eles aprenderam ali alguns aspectos da prática parlamentar. Todavia, não eram encarregados de ensinar a democracia aos “súditos africanos”, e por isso os regimes independentes passaram rapidamente do multipartidarismo para o monopartidarismo. Os dirigentes africanos da época tinham medo de ser depostos, e não se dedicaram ao multipartidarismo. Preferiram amoldar os outros partidos, embora não os suprimissem diretamente. O monopartidarismo, no caso dos países francófonos, durou aproximadamente até o discurso de La Baule, após a queda do muro de Berlim. Foi nesse momento que foi introduzida a condicionalidade de uma democracia formal.

Hoje, os Estados decompõem-se porque os programas de ajustamento estrutural foram impostos com a ideia fixa de que o Estado é a pior forma de gerir os assuntos públicos. Era preciso, a qualquer preço, que o Estado desse lugar ao setor privado. Tratava-se de destruir todo o poder do Estado ou de diminuí-lo consideravelmente, transferindo, ao máximo, tudo o que era da sua competência, para organizações privadas ou estruturas descentralizadas. É este o postulado do neoliberalismo posto em voga pelo Banco Mundial e pelo FMI. O Estado neocolonial foi substituído pelo setor privado. Mas como o setor privado africano não está solidamente implantado, a supressão do Estado, na África, deixou um vazio considerável. De fato, o Estado não é substituído por nada; as pessoas perderam o hábito do Estado africano tradicional e não se apropriaram do Estado moderno do tipo colonial. É uma grande deficiência que, na realidade, abre caminho para uma espécie de caos que não existe em nenhum outro lugar. Este vazio é preenchido pelos mais ricos e por aqueles que ascenderam ao poder. Assim, o Estado nacional não significa nada para nós, o Estado africano nem sequer é uma verdadeira realização do Estado nacional, é uma metamorfose, uma seqüela do sistema colonial.

KI-ZERBO, Joseph. *Para quando a África?*
Rio de Janeiro: Pallas, 2006. p. 62-63.

Temas para reflexão

Com base na leitura do texto, podemos debater os seguintes assuntos:

- as eleições periódicas e o multipartidarismo na construção da democracia;
- o colonialismo e o neoliberalismo na organização do setor público das sociedades africanas;
- a importância da preservação da memória para a conscientização política da sociedade.

Atividade complementar

- Leia os trechos abaixo, de autoria do jornalista Adam Hochschild.

[...] Seria uma simplificação excessiva culpar o imperialismo europeu pelos problemas todos da África atual: a história é bem mais complicada. [...]

[...] Dos tempos coloniais para cá, o maior legado que a Europa deixou para a África [...] foi o autoritarismo e o saque. [...]

HOCHSCHILD, Adam. *O fantasma do rei Leopoldo*.
São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 312-315.

Com base na leitura, debata com os colegas o seguinte tema: Quais são as razões histórico-sociais da atual situação de instabilidade política e carência econômica da África subsaariana?

Resposta pessoal. Os estudantes devem refletir sobre o peso dos fatores exógenos, como o tráfico de escravos, o colonialismo, os interesses econômicos globalizados e, também, sobre as questões endógenas que alimentam as guerras civis africanas (disputas étnicas, sociais etc.).

Considerações e respostas para as atividades

Treinando o olhar (p. 155)

- O protagonista desta pintura é o líder indiano Mahatma Gandhi. Na imagem, ele foi representado em duas situações: na parte superior da imagem, ele conversa com muçulmanos e, na parte inferior, dialoga com hindus. Nas duas cenas, Gandhi utiliza roupa branca e está com a mão direita erguida. Provavelmente, está pregando suas ideias pacifistas. Os ouvintes prestam bastante atenção em suas palavras e todos estão voltados para ele.

Investigando (p. 156)

- Resposta pessoal. Depois de ouvir as respostas dos estudantes, o professor pode comentar que a linguagem é simbólica, carregando em si uma forma de ver as coisas, de expressá-las e interpretá-las.

Observar o mapa (p. 158)

- A Grã-Bretanha possuía o maior império colonial (Índia, Austrália e Nova Zelândia). Depois vinha a Holanda (Indonésia) e a França (Indochina).

Investigando (p. 160)

- Resposta pessoal, em parte. A resposta é afirmativa. Para justificá-la, espera-se que o estudante pesquise aspectos da vida de Gandhi e construa argumentos para sua resposta. Para contextualizar o assunto, é possível indicar o filme *Gandhi*, que foi produzido e dirigido por Richard Attenborough, em 1982. O filme foi estrelado por Ben Kingsley, no papel principal.

Observar o mapa (p. 163)

- a) Guiné-Bissau ou Angola e Moçambique.
- b) África do Sul.
- c) Argélia ou Tunísia.

Investigando (p. 163)

- A maioria dos países africanos se tornou independente na década de 1960. Pouco antes, no ano de 1955, ocorreu na Indonésia a Conferência de Bandung, em que governos de países da Ásia e da África se reuniram para discutir a descolonização e uma nova compreensão da divisão político-econômica do mundo, que não estaria mais dividido entre leste (URSS) e oeste (EUA), mas, sim, entre norte (Primeiro Mundo) e sul (Terceiro Mundo). Nesse sentido, podemos dizer que o que contribuiu para acelerar a independência dos países africanos nos anos 1960 foi sua luta e organização.

Em destaque (p. 165)

- Resposta pessoal. O objetivo é desenvolver a criatividade dos estudantes integrando a reflexão histórica com o debate contemporâneo sobre os problemas da globalização e da preservação do meio ambiente. Se achar oportuno, o professor pode indicar para os estudantes o livro *Mata Atlântica: patrimônio nacional dos brasileiros*, disponível no site do Ministério do Meio Ambiente: <<http://www.mma.gov.br/component/phocadownload/category/27-mata-atlantica>>. (Acesso em: 16 mar. 2016.)

Investigando (p. 166)

- De certa forma, o *apartheid* guarda semelhanças com outros regimes racistas. Exemplos: o regime nazista na Alemanha, na primeira metade do século XX, que pressupunha a superioridade da “raça” ariana; os regimes estabelecidos nas repúblicas que compunham a Iugoslávia, sobretudo a Bósnia-Herzegovina, que se propuseram a realizar uma “limpeza étnica” na sua população; a segregação racial e a violência sofrida pelos afrodescendentes nos Estados Unidos durante o século XX; os regimes segregacionistas que foram instalados pelos europeus em todo o mundo colonial.

Em destaque (p. 167)

- Resposta pessoal. Tema para reflexão. O objetivo é desenvolver o senso crítico dos estudantes e sensibilizá-los a partir da análise do texto que relata uma história vivida por James Aggrey.

Oficina de História (p. 170)

VIVENCIAR E REFLETIR

1. A autonomia econômica não acompanhou os processos de independência política de muitos países africanos e asiáticos. Mas a população, de modo geral, conquistou o direito de lutar por seus interesses e pelo atendimento de suas

reais necessidades. Por outro lado, em razão da independência, eclodiram rivalidades e disputas locais que haviam ficado sob controle durante a dominação externa. Manteve-se inalterada a situação de pobreza e de submissão a uma ordem internacional que correspondia mais aos interesses dos poderosos do que às necessidades das pessoas comuns.

2. Resposta pessoal. Atividade experimental que desenvolve a criatividade dos estudantes integrando a reflexão histórica com o componente curricular Geografia e a área de Linguagens. Procura aproximar o estudante das variadas produções culturais das sociedades estudadas no capítulo. É importante que o professor indique livros, sites e revistas para pesquisa. O guia pode ter o formato de um panfleto, um *blog* ou uma revista. Como alternativa para fonte de pesquisa, o professor pode sugerir aos estudantes o site do IBGE Países, disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/paisesat/>>. (Acesso em: 11 mar. 2016.)
3. a) A frase do escritor africano Hampâte Bá enfatiza e reconhece a vivência e os conhecimentos guardados na memória das pessoas e transmitidos oralmente como fonte legítima de conhecimentos históricos.
b) Resposta pessoal. O objetivo é destacar a importância da oralidade e da escrita como forma de expressão e de registro das culturas. A escrita é uma importante forma de comunicação presente nos jornais e revistas (impressos e *on-line*), nos documentos oficiais, nos *e-mails*, nos livros, nos currículos profissionais, nas mensagens eletrônicas e em outros meios. Já a fala está muito presente em conversas presenciais, virtuais e ao telefone, em entrevistas, em debates, em seminários etc. Também é uma oportunidade para o professor comentar sobre as formas de comunicação utilizadas por pessoas com deficiência, como é o caso do Sistema Braille e da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Para subsidiar esse comentário, sugerimos as seguintes páginas na internet:
 - O Sistema Braille no Brasil – Instituto Benjamin Constant. Disponível em: <<http://www.ibr.gov.br/?itemid=10235>>;
 - Braille Virtual – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://www.braillevirtual.fe.usp.br/pt/>>;
 - TV Ines – Canal *on-line* cuja programação prioriza a Língua Brasileira de Sinais (Libras). Disponível em: <<http://tvines.com.br/>>;
 - Dicionário de Libras. Disponível em: <<http://www.aceessobrasil.org.br/libras/>>. (Acessos em: 16 mar. 2016.)

DIÁLOGO INTERDISCIPLINAR

4. a) A capa de 1965 apresenta a frase *Deeper into the Vietnam War* (“Cada vez mais embrenhados na Guerra do Vietnã”) e a imagem de um soldado sendo deslocado com o auxílio de outros dois. Provavelmente a imagem deseja mostrar o companheirismo existente entre os soldados estadunidenses na guerra e a sua resistência frente às dificuldades. Os rostos dos soldados apresentam leves sorrisos, o que ameniza um pouco a situação mostrada. A capa de 1966 apresenta a frase *The war goes on* (“A guerra continua”) e uma foto de dois soldados feridos numa trincheira, parecendo frágeis diante da situação. Provavelmente, a revista pretendia mostrar as dificuldades passadas pelos soldados estadunidenses na guerra do Vietnã e a realidade de uma guerra que não acabava – sendo, talvez, uma crítica ao conflito.
- b) Não, as fotografias não são “neutras”. Elas

explicitam um ponto de vista, uma forma de visualizar determinada situação.

DE OLHO NA UNIVERSIDADE

5. Resposta E.
6. a) O governo dos Estados Unidos temia a expansão socialista pela região do Pacífico. Por isso, envolveu-se não só no conflito vietnamita como também na Guerra da Coreia. Um fator que levou os estadunidenses a temer o socialismo na Ásia foi a implantação desse sistema na China durante a revolução liderada por Mao Tsé-tung.
- b) O conflito no Vietnã causou indignação na sociedade dos Estados Unidos. O grande número de soldados mortos, a extrema violência e as imagens de destruição e morte mostradas pela imprensa estimularam movimentos de oposição, sobretudo entre jovens estudantes, religiosos liberais, negros e grupos pacifistas. As manifestações dos *hippies* clamando por paz foram das mais expressivas da década de 1960.
7. Resposta B.

Capítulo 11: Socialismo: da revolução à crise

Contextualizando o tema

Neste capítulo é possível compreender que a ascensão da URSS como grande potência após a Segunda Guerra Mundial significou também o avanço do socialismo em diferentes regiões do mundo e a formação de blocos aliados com interferência direta do Estado soviético. Porém, a partir de 1980, diversos movimentos contra a severidade e a falta de liberdade dos regimes comunistas passaram a ser organizados na Europa Oriental, com a participação de setores que apoiavam a democratização ou mesmo a abertura econômica. Além da derrocada dos regimes socialistas e do fim da URSS (1991), houve em muitas regiões um processo de separação geopolítica que culminou com a formação de novos países. Poucos resistiram a essa onda de mudanças. China e Cuba representam hoje os únicos Estados socialistas, mas que já incorporaram muitas características da economia de mercado – preservando-se as diferenças entre os dois países e seus processos de flexibilização.

Considerações e respostas para as atividades

Treinando o olhar (p. 173)

1. O homem segura um martelo, instrumento de trabalho na indústria, e a mulher carrega uma

kolkhóznitsa, uma foice, objeto usado para ceifar ervas e cereais, empregado, portanto, na agricultura. Juntos, unem o poder dos trabalhadores da cidade e do campo e passam a ser o símbolo da União Soviética. São erguidos ao máximo para enaltecer o poder crescente da nação. Os *kolkhozes* eram cooperativas agrícolas de produção, com base no trabalho coletivo e na socialização dos meios de produção.

2. Além de erguerem os símbolos da nação, os dois personagens – um operário e uma camponesa – caminham a passos largos e rápidos (pelo que indica o movimento dos tecidos), e de maneira imponente, demonstrando confiança no futuro. Esses trabalhadores são representados aqui de forma heroica, e o monumento foi instrumento da propaganda socialista. A escultura serviu de modelo para a construção de um enorme conjunto escultórico de 24 metros de altura e 75 toneladas e se tornou um símbolo do governo soviético e da época stalinista. É um exemplo típico do realismo socialista, a arte oficial soviética.

Investigando (p. 176)

- Resposta pessoal. Tema para reflexão e debate. O objetivo é desenvolver o senso crítico dos estudantes e levá-los a refletir sobre as estratégias variadas do *marketing* político contemporâneo.

Em destaque (p. 177)

1. e 2. Respostas pessoais. O objetivo das atividades é integrar a reflexão histórica com as vivências cotidianas dos estudantes e das culturas juvenis. Para aprofundar as discussões sobre este tema, o professor pode sugerir aos estudantes a consulta aos seguintes sites:

- *Revista de Educação Física, Esporte e Lazer*, da Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivencia/article/view/19978>>;
- Ministério do Esporte. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/>>.

(Acessos em: 11 mar. 2016.)

Interpretar fonte (p. 178)

- A palavra *perestroika* significa “reestruturação, reconstrução”. Ela deu nome a uma nova etapa na União Soviética com suas propostas de reformas político-econômicas. A imagem apresenta uma chuva de letras e símbolos e quatro personagens que tentam agarrá-los enquanto ainda estão caindo. Talvez essa chuva possa representar uma nova etapa na vida das pessoas que aparecem na imagem, assim como a *perestroika* significou uma renovação, uma vez que esses personagens podem visualizar novos horizontes por meio dos símbolos que caem do céu.

Interpretar fonte (p. 179)

- Os autores comentam que essa situação é extraordinária porque não havia uma abertura política, na história anterior da União Soviética, em que o próprio deputado pudesse criticar o governo soviético, do qual ele mesmo fazia parte. Há nesse fato, portanto, uma ruptura. Além disso, o ato de um militar ter que se explicar ao povo simboliza que sua legitimidade como guardião da ordem estava abalada.

Investigando (p. 181)

- Resposta pessoal. O objetivo é desenvolver o senso crítico dos estudantes e levá-los a refletir sobre seu espaço social e sua participação no exercício da cidadania.

Oficina de História (p. 188)

VIVENCIAR E REFLETIR

1. a) A República Popular da China possui um regime político dominado por partido único, o Partido Comunista Chinês (PCC), no poder desde a Revolução Chinesa de 1949. O estudante, por

meio de suas pesquisas, pode trazer dados que permitam analisar a situação política chinesa.

- b) Sob a liderança dos membros do Partido Comunista Chinês, a China vem passando por um processo de liberalização econômica. O país atrai investidores estrangeiros que, motivados pela exploração da mão de obra barata disponível no país, instalam empresas industriais exportadoras altamente competitivas nos mercados internacionais. Em vários setores da produção há uma avalanche de artigos fabricados na China que se espalham pelo mundo.
- c) Atividade experimental e interdisciplinar com Arte. Podemos dizer que a frase se refere a dois aspectos da China atual: o intenso poder político que o Estado concentra nos órgãos do governo, impondo restrições às liberdades democráticas, e a extensa economia chinesa, que dispõe de produção em larga escala para atender ao mercado global e ao mercado interno.
2. Resposta pessoal, em parte. A situação de ambas as Chinas ainda é controversa, mas quem tem ganhado, de certo modo, o braço de ferro entre elas é a China comunista, que conseguiu, a partir de 25 de outubro de 1971, data da Resolução 2758 da Assembleia Geral das Nações Unidas, substituir Taiwan em todas as instâncias da ONU, inclusive no Conselho de Segurança.

DIÁLOGO INTERDISCIPLINAR

3. a) O tema é a revelação, feita por Nikita Kruchev, a respeito dos crimes de Stalin durante seu governo.
- b) Sim. A partir de um depoimento pessoal, podemos perceber a desilusão com o Partido Comunista e o desligamento de um de seus membros das atividades partidárias.
4. a) e b) Respostas pessoais, em parte. A crítica se refere ao fato de que, tanto na União Soviética como nos regimes socialistas em geral, o Partido Comunista (PC) monopolizou completamente a vida do país, gerando um sistema ultracentralizador e paternalista, que depositava nas mãos de um partido ou de um Estado o papel de porta-voz da “verdade” e condutor da vida. Espera-se que o estudante reflita sobre situações semelhantes, como o totalitarismo do nazismo ou do fascismo, das ditaduras de direita da América Latina, de partidos políticos de diversas correntes, da Igreja Católica, do islamismo etc., instituições que se consideram como únicas portadoras da verdade, condenando, portanto, todos aqueles que delas discordam.

- c) Resposta pessoal. Tema para debate e reflexão. A atividade visa estimular a busca permanente pelo conhecimento e o entusiasmo pelo debate democrático.

DE OLHO NA UNIVERSIDADE

5. Resposta D.
6. a) Algumas consequências: aumento do PIB nacional; desenvolvimento tecnológico; aumento do crime organizado; aumento dos crimes de corrupção; ampliação da desigualdade social; modernização dos centros industriais; crescimento dos problemas am-

bientais; desenvolvimento da educação tecnológica; aumento da capacidade de consumo urbano; ampliação das desigualdades entre campo e cidade; crescimento da produção e da produtividade agrícola-industrial; transformação do país em grande exportador de manufaturados; melhora significativa da balança comercial chinesa com os países capitalistas.

- b) Algumas reivindicações: fim da censura; pluripartidarismo; liberdade de opinião; eleições livres e diretas; liberdade de imprensa; liberalização do sistema político chinês.

Capítulo 12: Desigualdades e globalização

Contextualizando o tema

O tema deste capítulo é extremamente relevante para que os estudantes realizem uma avaliação crítica do mundo atual. Tem como eixo a análise da globalização econômica sob o prisma das relações transnacionais e o aprofundamento das desigualdades entre ricos e pobres.

Ao trabalhar o conteúdo apresentado no capítulo em sala de aula, o professor deve comentar que o Brasil, que pode ser identificado como um país do Terceiro Mundo – conceito muito usado entre as décadas de 1950 e 1970 –, passou a ser considerado um país emergente, em desenvolvimento, junto à Rússia, à Índia, à China e à África do Sul. Apesar do avanço de muitos desses países emergentes, que passaram a influenciar a economia global (mesmo que numa posição instável), não se pode deixar de atentar para a disparidade existente entre eles e os países de blocos econômicos que monopolizam as relações de mercado e o capital internacional.

Também não se pode negar a importância das transformações que acompanharam o processo de globalização, principalmente no que diz respeito aos meios de comunicação e ao fluxo de informação que passou a transitar no planeta com rapidez impressionante. Mas a apropriação dessas ferramentas tecnológicas ocorre de maneira desigual. Outro problema que aflige não só as populações dos países em desenvolvimento como também as do chamado Primeiro Mundo é o constante aumento do desemprego. Soma-se a tudo isso a crise ambiental, que, como a globalização, é uma preocupação de todo o mundo e de todos. Esse tem sido um dos assuntos mais discutidos nos últimos tempos e deve ser considerado, pois põe em risco o ambiente

e a vida no planeta. O professor pode sugerir uma série de discussões e trabalhos de pesquisas interdisciplinares para que os estudantes reflitam sobre os efeitos causados no meio ambiente pela poluição resultante da industrialização e do aumento do consumo no mundo globalizado e, ao mesmo tempo, pensem em possíveis ações para minimizar o problema. As propostas internacionais que visam contribuir para o desenvolvimento sustentável e os obstáculos para que sejam postas em prática são temas frequentemente divulgados, que estão presentes no nosso cotidiano e podem ser analisados por meio de jornais, revistas e textos da internet. Os boxes **Globalização e exclusão social**, com reprodução de texto do geógrafo Milton Santos, e **Carta da Terra** podem contribuir para essas reflexões.

Texto de aprofundamento

Um dos aspectos mais difíceis de lidar no mundo globalizado é a crise ambiental. Até recentemente, os países que mais emitem poluentes vinham se recusando sistematicamente a controlar suas emissões. Foi o que ocorreu em Kyoto, em 1992, quando países como os Estados Unidos se recusaram a assinar o compromisso; e em Copenhague, em 2009, em que também não se firmou nenhum acordo conclusivo. Essa situação só se alterou com a assinatura do Protocolo de Paris em 2015.

Enquanto isso, alguns países mais pobres tentam sobreviver diante das mudanças climáticas. No continente africano há algumas iniciativas, como a de São Tomé e Príncipe, pequeno arquipélago na costa atlântica que tem enfrentado as agruras das alterações no clima. O texto a seguir, retirado de um jornal de grande circulação, trata desse assunto.

São Tomé e Príncipe faz plano contra mudanças do clima a partir de consultas públicas

Talvez os cientistas não gostem. Mas, no arquipélago de São Tomé e Príncipe, na costa oeste da África, o Pana (Plano de Ação Nacional para as Mudanças Climáticas) foi quase todo elaborado [...] sem informações vindas de modelos matemáticos. “Não se trata de ciência no nosso caso. Basta perguntar para as pessoas, que estão sentindo o problema em seu dia a dia”, disse o pesquisador Aderito Santana [...].

O são-tomense, além de ser o coordenador do plano, é diretor do Instituto de Meteorologia do seu país, que também representa na OMM (Organização Meteorológica Mundial), no IPCC (Painel Intergovernamental de Mudança Climática) e na Convenção do Clima das Nações Unidas.

“A estrada que vai para o nosso aeroporto – ponto de saída fundamental para uma ilha que está a 160 km da costa – só fica 1,5 metro acima do mar. Precisamos ter cuidado”, explica Santana, que aprovou seu plano com o governo nacional no início de agosto.

“Ele será financiado em parte pelo braço financeiro do Banco Mundial”, explica o pesquisador, que se baseou indiretamente nos relatórios do IPCC para justificar a necessidade de agir.

Todo o plano, feito em dois anos, partiu de informações obtidas com a sociedade. “Foram inquiridos mulheres e homens das camadas mais desfavorecidas do país, tais como agricultores, pescadores (que fornecem 70% da proteína consumida no país), habitantes das zonas rurais longe das zonas urbanas, assim como habitantes de bairros degradados”, diz o texto da metodologia do plano [...]. Empresas, gestores públicos e ONGs também foram entrevistados.

Uma lista de 16 problemas foi colocada para os habitantes da zona costeira.

O aumento do nível do mar, a erosão costeira e a diminuição das chuvas (o aquecimento poderá também causar secas) causam preocupação em 100% dos entrevistados.

Realidade

“É a realidade das pessoas. Elas estão vendo os processos erosivos com frequência nas praias. Para elas, não importa muito se é por causa do aquecimento global, a questão é que o mar está mesmo subindo.”

De acordo com o plano, a “diminuição dos ‘caudais’ dos rios, a queda das chuvas, as gravanas [secas] prolongadas, o aumento da temperatura, a subida do nível do mar, as cheias dos rios e a consequente contaminação das águas, como ainda a erosão costeira” são os problemas considerados mais críticos para todo o território nacional.

O arquipélago de São Tomé e Príncipe, formado pelas duas ilhas principais, além de várias ilhotas, tem 1.001 km² de área e 137 mil habitantes (79% com menos de 35 anos e 53% abaixo da linha de pobreza). O país tem regiões altas também, com até 2 mil metros de altitude. Mas a maior parte da população, além de urbana, mora perto da costa.

Balanco negativo

País pequeno e pobre – a população total são-tomense tem a mesma dimensão que a da cidade de Palmas (TO), a menor das capitais brasileiras –, a nação africana precisa ser ajudada. Assim como todas as que estão na mesma situação que ela.

O inventário nacional de gases de efeito estufa, feito em São Tomé e Príncipe em 1999 (o do Brasil só saiu em 2004), é mostrado com orgulho por Santana. O texto revela que o país emite 568.663 toneladas de carbono, mas absorve 1.544.545 toneladas.

Os maiores emissores são os setores de energia e transporte. A absorção é feita pelas florestas do país, que ainda estão bem preservadas, segundo Santana.

“Quem mais contribuiu com essa situação [a do aquecimento global] tem de pagar. O problema não é de um grupo, ele é global. A discussão precisa ser desapassionada, pessoas e países vão sofrer as consequências”, exclama Santana, aproveitando para dar um recado claro para os países ricos.

No caso de São Tomé e Príncipe a luta contra o aquecimento global não poderá ser feita sem o desenvolvimento social, cultural e ambiental dos habitantes do país. O projeto mais prioritário do Pana, por exemplo, é capacitar e fornecer estrutura para os pescadores.

Ainda no pódio, aparecem os projetos de criação de um sistema de alerta climático e ações de comunicação para que a sociedade mude seu comportamento ambiental. Custo das iniciativas: US\$ 1 milhão, para um PIB de US\$ 70,6 milhões.

GERAQUE, Eduardo. São Tomé e Príncipe faz plano contra mudanças do clima a partir de consultas públicas.

Folha de S.Paulo, 16 set. 2007. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe1609200701.htm>>.

Acesso em: 16 mar. 2016.

Considerações e respostas para as atividades

Treinando o olhar (p. 191)

- Resposta pessoal, em parte. Espera-se que o estudante responda que a pobreza não é uma situação exclusiva dos países pobres; há pessoas pobres também nos países ricos. A diferença pode estar nos recursos de que o poder público dispõe para atendê-las em suas necessidades.

Investigando (p. 195)

- Resposta pessoal. Tema para reflexão. O objetivo da atividade é desenvolver o senso crítico e promover debates sobre os “parâmetros de filtragem” que os estudantes adotam para lidar com a internet. O professor pode comentar que antes de ler um artigo ou assistir a um vídeo, por exemplo, é recomendável checar informações como: data, autor, bibliografia, edição e comentários críticos.

Investigando (p. 199)

1. e 2. Respostas pessoais. O objetivo das atividades é integrar a reflexão histórica aproximando os conteúdos abordados das vivências cotidianas dos estudantes, no caso o acesso à internet e suas formas de uso. Para ampliar a discussão, o professor poderá indicar aos estudantes a leitura do texto “Como a Internet está mudando a amizade”, publicado na revista *Super Interessante* e disponível em: <<http://super.abril.com.br/comportamento/como-a-internet-esta-mudando-a-amizade>>. (Acesso em: 16 mar. 2016.)

Em destaque (p. 201)

- O assunto é polêmico. Mas é possível argumentar que a globalização faz com que o número de excluídos do sistema aumente cada vez mais devido ao crescimento do desemprego estrutural e conjuntural. Além disso, os baixos salários e a alta competitividade fazem com que os direitos trabalhistas conquistados pelos trabalhadores com muita luta sejam, muitas vezes, suprimidos.

Interpretar fonte (p. 202)

1. Refere-se ao fato de que o mundo se torna cada vez mais interdependente e que, em meio a uma rica diversidade de culturas, formamos uma família humana e uma comunidade terrestre. Daí o “momento crítico”, pois é a humanidade que deve escolher o seu futuro comum.
2. Propõe que nos reconheçamos como uma grande família humana e comunidade terrestre, com um destino comum; que declaremos nossa responsa-

bilidade mútua, com a comunidade da vida e com as futuras gerações; que nos unamos para gerar uma sociedade global sustentável baseada no respeito à natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e em uma cultura da paz.

Em destaque (p. 204)

- Segundo o texto do capítulo, os EUA, apesar de terem a maior economia do mundo, possuem também uma grande desigualdade social: os 5% dos mais ricos da população possuem 22% da renda do país e os 40% mais pobres detêm 12% da renda. Nesse extremo da pobreza, há um grupo composto majoritariamente por negros, latinos e asiáticos. Um grande número de pessoas desses grupos estava envolvido na rebelião em Los Angeles.

Investigando (p. 206)

- Resposta pessoal. O objetivo é integrar a reflexão histórica com as vivências cotidianas dos estudantes. Depois de ouvir as respostas da turma, o professor pode comentar sobre a influência cultural dos EUA na sociedade brasileira em aspectos como: idioma, músicas, filmes, livros, artigos de consumo, grifes etc.

Em destaque (p. 210)

- De acordo com o texto, a crise econômica é um dos motivos mais apontados para o atual surto de racismo e xenofobia. Segundo o autor, em tempos de crise econômica, as pessoas “reproduzem de maneira alucinada antigos comportamentos de grupos primitivos, que, na floresta, detestam tudo o que não pertence à sua tribo”. Assim, o imigrante, esse outro, essa pessoa diferente passa a ser vista como um ladrão que vive em sua terra, invade seu solo e rouba seu emprego.

Investigando (p. 212)

- O século XX foi o “Século Americano”, segundo John Lukacs, porque nele se verificou a influência cultural e o prestígio dos Estados Unidos, além de seu poderio político e militar. O dólar é a moeda-padrão; as universidades dos EUA são centros mundiais de pesquisas e estudos. Seus costumes, práticas, valores culturais foram (e ainda são) imitados no mundo todo.

Oficina de História (p. 213)

VIVENCIAR E REFLETIR

1. Resposta pessoal. No texto, o historiador africano Joseph Ki-Zerbo denuncia os atuais padrões em que se desenvolvem a globalização marcada pelas desigualdades internacionais e relações

de hegemonia entre as grandes potências e os países mais pobres.

2. Respostas pessoais. Tema para reflexão. O objetivo da atividade é promover debate sobre os usos e abusos do telefone celular, desenvolvendo o senso crítico dos estudantes em torno de suas vivências cotidianas.
3. **a)** Há muitas formas, ao longo da história, como: a exclusão dos escravos e dos servos nas sociedades antiga e medieval, respectivamente; das mulheres em quase todas as sociedades; dos hereges na sociedade medieval europeia; dos povos nativos nas áreas colonizadas pelos europeus; a exclusão por motivos raciais etc. Lembrar que a pobreza tem sido um dos mais recorrentes fatores de exclusão.
b) Resposta pessoal, em parte. Os estudantes podem citar exemplos relacionados ao acesso das pessoas ao saneamento básico, à educação, ao lazer, à saúde, à internet etc. É recomendável que os estudantes fundamentem suas respostas indicando fontes de pesquisa.
c) Resposta pessoal. Tema para reflexão e debate. Existem múltiplos caminhos que promovem a inclusão social. Com a orientação do professor, os estudantes podem pesquisar alguns exemplos de ações, campanhas, leis, entre outros, que buscam esse objetivo.

DIÁLOGO INTERDISCIPLINAR

4. Resposta pessoal, em parte. Para responder à questão proposta, o estudante pode observar que o humor na charge de Millôr Fernandes resulta de uma ironia. De um lado, há uma fala sobre as vantagens de um processo que se diz “global”; de outro, uma imagem que sugere desigualdades político-econômicas entre o hemisfério norte (rico) e o hemisfério sul (pobre). Além disso, o estudante pode debater o posicionamento do governo brasileiro no contexto polêmico da globalização. Uma das possíveis relações entre a charge e o capítulo é a crítica às diferentes faces da globalização e o problema da desigualdade social.
5. **a)** O Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) surgiu em dezembro de 1993, na região de Chiapas, no sul do México. Inspirado no líder mexicano Emiliano Zapata, assassinado em 1919, o movimento zapatista também recuperou alguns objetivos de seu programa político, como a reforma agrária radical e o respeito pela organização comunitária dos camponeses por parte do Estado. O EZLN alia técnicas bastante contrastantes: de um lado, armamentos antigos, de outro,

a utilização intensa da internet. O professor pode indicar aos estudantes, entre outras fontes, a leitura do texto “Zapatismo, vinte anos depois”, publicado na revista *Carta Capital*. O documento está disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/zapatismo-vinte-anos-depois-6195.html>>. (Acesso em: 16 mar. 2016.)

- b)** Os estudantes poderão comentar que o EZLN utiliza-se de recursos de comunicação trazidos pela globalização (internet, televisão etc.) a fim de divulgar sua luta, dando palavra àqueles que não são privilegiados pelo capitalismo. Eles globalizam o próprio movimento, universalizando sua causa para todos os excluídos do planeta. Isso faz com que o movimento possa ser reconhecido mundialmente e tenha adesões em todas as partes. É interessante que os estudantes percebam que atualmente há diversas formas de manifestar a insatisfação para com o sistema em que vivemos; podemos, por exemplo, utilizar os próprios recursos que fortalecem o capitalismo e são desenvolvidos em torno dele.

DE OLHO NA UNIVERSIDADE

6. Resposta A.

Para saber mais (p. 215)

NA INTERNET

- Depois do colapso da URSS: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/08/110818_urss_timeline_vale.shtml>.

Atividade de pesquisa cujo objetivo é aprofundar os estudos sobre a história dos países que compunham a URSS.

(Acesso em: 21 jan. 2016.)

NOS LIVROS

- JUDT, Tony. *Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945*. São Paulo: Objetiva, 2008.

O objetivo da atividade é aprofundar os estudos sobre o pós-guerra. Para realizar o seminário, os estudantes devem: a) ler uma das seções do livro; b) elaborar um texto sobre o tema; c) pesquisar imagens; d) definir a forma de apresentação do trabalho; e) distribuir as falas entre os membros do grupo; f) organizar um ensaio. Além disso, na apresentação do seminário, os estudantes podem utilizar recursos como *slides*, painéis ou cartazes. Se achar oportuno, o professor pode sugerir que cada grupo elabore uma pergunta sobre seu tema e apresente-a

para a classe. Isso poderá estimular um debate envolvendo toda a turma.

NOS FILMES

- *Hotel Ruanda*. Direção de Terry George. Estados Unidos/Itália/África do Sul, 2004, 121 min.

Por meio dessa atividade, o professor pode debater com os estudantes algumas noções importantes para o componente curricular História, tais como memória, representação e historiografia. O professor pode encontrar orientações mais detalhadas sobre o trabalho com filmes no tópico **4.4. Filmes deste Manual**.

- *Uma verdade inconveniente*. Direção de Davis Guggenheim. Estados Unidos, 2006, 100 min.

Atividade que visa promover a consciência ambiental. Para realizá-la, os estudantes podem consultar os *sites*:

- Ministério do Meio Ambiente: <<http://www.mma.gov.br/>>;
- Instituto Chico Mendes: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/>>;
- Green Peace: <<http://www.greenpeace.org/brasil/pt/>>;
- WWF: <<http://www.wwf.org.br/>>;
- SOS Mata Atlântica: <<https://www.sosma.org.br/>>.

(Acessos em: 17 mar. 2016.)

Unidade 4: Democracia e movimentos sociais

Objetivos da unidade

- Problematicar os alcances e os limites da cidadania no Brasil contemporâneo.
- Estudar o processo de democratização do Brasil e de consolidação do regime republicano, avaliando criticamente os projetos de desenvolvimento econômico e social dos governos de 1945 a 1964.
- Promover debates sobre as políticas indigenistas implantadas no país durante o século XX.
- Analisar a situação política, econômica e social durante os governos militares.
- Conhecer as diversas formas de resistência à ditadura militar (canções de protesto, charges, passeatas etc.).
- Estudar o processo de redemocratização do Brasil e avaliar a situação política, econômica e social do país a partir de 1985.
- Refletir sobre questões éticas na sociedade brasileira atual.
- Valorizar o patrimônio histórico nacional.
- Ler e interpretar fontes históricas.

Conversando (p. 216)

- Resposta pessoal. Tema para reflexão. Apesar de suas imperfeições, o regime democrático tem como fundamentos, por exemplo, a dignidade da pessoa humana, a cidadania, o pluralismo político, os valores sociais do trabalho e da livre-iniciativa.

Capítulo 13: O Brasil democrático

Contextualizando o tema

Neste capítulo podemos observar os diferentes projetos de desenvolvimento econômico e social dos governos que se sucederam entre 1946 e 1964. O governo Dutra (1946-1950), em linhas gerais, promoveu a política econômica liberal, com a abertura do mercado para importações e empresas estrangeiras. Em 1950, Getúlio Vargas foi eleito novamente presidente e voltou ao governo federal, projetando-se

como líder popular e democrático, dando continuidade à política trabalhista e nacionalista. O boxe **Carta-testamento**, com a reprodução de trecho da carta escrita por Vargas antes do suicídio, pode ser interpretado em sala de aula como um documento histórico e suscitar indagações a respeito de seus propósitos.

Em relação ao governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), cabe ressaltar a tendência desenvolvimentista e modernizadora de suas propostas. Seria interes-

sante explorar com os estudantes o universo cultural e especificamente a difusão de valores voltados para as mulheres nesse período, utilizando o boxe **As revistas femininas**, que oferece vasto campo de reflexões.

Para que compreendam o período que antecedeu o golpe militar, os estudantes devem analisar a trajetória política de Jânio Quadros e de seu sucessor João Goulart. O primeiro renunciou ao cargo de presidente após sete meses da posse. Seu estilo político é de difícil interpretação, mas, em seu governo, pode ser destacado o acirramento da polarização entre “esquerda” e “direita” no contexto internacional da Guerra Fria, que contribuiu para a crise política que começava a se instalar.

A radicalização ideológica e a polarização dos grupos sociais se intensificaram no governo João Goulart, marcado por tendências nacionalistas e reformistas. Ex-ministro do Trabalho do governo Vargas, Goulart propôs as chamadas reformas de base, incluindo a reforma agrária e a extensão do direito de voto aos analfabetos. Assim, o golpe militar de 1964 pode ser interpretado como uma reação conservadora à tendência reformista do governo João Goulart e ao avanço dos movimentos sociais no campo e nas cidades, que contrariavam os interesses das elites nacionais e estrangeiras.

Pesquisar e enriquecer

NA INTERNET

- Petrobras: <<http://www.petrobras.com.br/pt/quem-somos/trajetoria/>>.

Cronologia da história da Petrobras.
(Acesso em: 11 mar. 2016.)

NOS LIVROS

- DANTAS FILHO, José; DORATIOTO, Francisco. *A república bossa-nova*. São Paulo: Atual, 2004. (Coleção História em movimento).

Traz documentos (textos oficiais, cartas, artigos de jornal, letras de músicas e fotografias, entre outros) e análises a respeito dos governos Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros.

NOS FILMES

- *Jânio a 24 quadros*. Direção de Luís Alberto Pereira. Brasil, 1981, 85 min.

O documentário traça um panorama político do Brasil entre as décadas de 1950 e 1980, destacando a figura de Jânio Quadros.

- *Os anos JK: uma trajetória política*. Direção de Silvio Tendler. Brasil, 1980, 100 min.

Documentário sobre a trajetória política de Juscelino Kubitschek, da presidência até a ditadura militar.

Considerações e respostas para as atividades

Treinando o olhar (p. 218)

1. e 2. A escultura homenageia os 80 mil trabalhadores que construíram Brasília. Por sua imponência (8 metros de altura) e localização (no meio da Praça dos Três Poderes), seus personagens podem ser tomados como guardiões do lugar. Alguns a chamam de *Os guerreiros*, mas o nome pelo qual é realmente identificada é *Monumentos aos candangos*. Candango é o nome pelo qual ficaram conhecidos os operários vindos de todas as partes do Brasil (especialmente do Nordeste) para ajudar na construção da nova capital do país. As duas figuras unem-se na parte superior formando uma só força. Os braços unidos mais se parecem com uma grande asa. As proporções modernistas formam um desenho de traçado estilizado. Podemos até pensar que não representam seres humanos: a cabeça pequena, se comparada ao restante do corpo, e a falta de características da fisionomia dão uma impressão alienígena às figuras. As pessoas que formaram a população de Brasília nos tempos da construção tinham diferentes origens. Inicialmente, moravam em acampamentos. A solidão era ampliada pelo fato de terem deixado parte da família (ou até mesmo toda a família) em seus locais de origem. A solidão e a sensação de isolamento da região do cerrado fizeram com que os candangos se unissem, como na escultura.

Investigando (p. 220)

1. Resposta pessoal. Espera-se que o estudante reflita sobre a imensa desigualdade existente em nossa sociedade, que impede, por exemplo, que todos tenham acesso a vários direitos constitucionais, como saúde e educação de qualidade. Isso debilita a democracia, pois impede que a população participe das decisões políticas em igualdade de condições.
2. Resposta pessoal. O objetivo é sondar as experiências dos jovens e fazê-los pesquisar sobre movimentos sociais que ampliam as formas pelas quais exercemos a cidadania.

Interpretar fonte (p. 224)

- a) Segundo o texto, Getúlio teve duas lutas principais: a defesa do trabalhador, para lhe oferecer um regime de garantias trabalhistas, e o combate à espoliação dos grupos econômicos financeiros internacionais, para defender os interesses econômicos do Brasil.

- b) No texto, Getúlio Vargas afirma que a oposição era contra as medidas adotadas por seu governo, que conduziram à independência econômica do país e dos trabalhadores. Entre essas medidas, estão especificamente citadas: as garantias aos trabalhadores, o aumento do salário mínimo e a Lei de Lucros Extraordinários. Ainda segundo Vargas, a “campanha subterrânea dos grupos internacionais” se aliou a grupos nacionais para “insultá-lo” e “caluniá-lo”. Ele se refere às campanhas promovidas contra seu governo por meio da imprensa, que o acusava de corrupção, e ao crime da rua Toneleros.

Interpretar fonte (p. 228)

1. Segundo o texto, aproximadamente 60 anos atrás, a realização de muitas mulheres dependia de um casamento bem-sucedido. O que permite essa conclusão são os conselhos dados nas revistas femininas da época, geralmente dirigidos para a satisfação do esposo: “Não se deve irritar o homem com ciúmes e dúvidas”; “A mulher deve fazer o marido descansar nas horas vagas, nada de incomodá-lo com serviços domésticos”; “A esposa deve vestir-se depois de casada com a mesma elegância de solteira, pois é preciso lembrar-se de que a caça já foi feita, mas é preciso mantê-la bem presa” etc.
2. Segundo o texto, atualmente, a felicidade da mulher depende de um conjunto complexo de fatores, contemplando as realizações pessoal, profissional, intelectual, afetiva e sexual. Espera-se que o estudante inclua em suas considerações as mudanças econômicas, sociais e culturais que caracterizaram o mundo contemporâneo (por exemplo, a maior participação da mulher no sistema produtivo, as conquistas políticas femininas, os efeitos da urbanização e dos meios de comunicação, responsáveis pela “importação” de valores culturais etc.).

Em destaque (p. 231)

- Resposta pessoal. Tema para reflexão e debate. O objetivo dessa atividade é estimular o posicionamento crítico dos estudantes. De acordo com o texto, a criação do PIX suscita debates porque, por um lado, ela estabeleceu um espaço de proteção para povos indígenas que corriam risco de desaparecimento ou desagregação social; por outro, significou o confinamento dessas populações a um território muito menor do que aquele que elas tradicionalmente habitavam. É interessante o professor comentar que as áreas vizinhas ao PIX estão passando por um acelerado processo de degradação ambiental. Sugerimos que os estudantes e o professor leiam o *Almanaque Socioambiental Parque Indígena do Xingu: 50 anos*, produzido pelo Instituto Socioambiental (ISA). O documen-

to está disponível em: <<https://www.socioambiental.org/pt-br/o-isa/publicacoes/almanaque-socioambiental-parque-indigena-do-xingu-50-anos-0>>. (Acesso em: 11 mar. 2016.)

Oficina de História (p. 235)

VIVENCIAR E REFLETIR

1. O governo Dutra rompeu relações com a União Soviética no contexto da Guerra Fria, indicando a opção política de integração ao bloco capitalista, liderado pelos Estados Unidos. O reatamento, no governo Jânio, ocorreu numa conjuntura na qual a desestalinização da URSS e a proposta de coexistência pacífica de Krushev pareciam afastar o perigo de contaminação comunista. Ainda nessa época, a organização do chamado Terceiro Mundo indicava a possibilidade de distanciamento em relação ao controle das duas superpotências mundiais, o que se expressava, no Brasil, pela chamada política externa independente.
2. Respostas pessoais. Atividade experimental e interdisciplinar com Sociologia. Procura instigar o estudante a se posicionar diante de acontecimentos atuais a partir da interpretação de fontes históricas de natureza diversa. Para a entrevista, o professor pode encontrar orientações mais detalhadas no item **4.6. Memória oral** deste Manual.
3. A campanha pelo petróleo tinha como fundo o debate entre grupos políticos denominados “nacionalistas” e “internacionalistas”. Os primeiros defendiam que a extração do petróleo no Brasil deveria ser realizada por uma empresa estatal brasileira e criaram o *slogan* “O petróleo é nosso”. Já os segundos defendiam que a exploração do petróleo poderia ser aberta a grupos econômicos estrangeiros. A campanha teve final favorável aos nacionalistas, com a fundação, em 1953, da Petrobras, empresa estatal que obteve o monopólio da extração do petróleo no Brasil.

DIÁLOGO INTERDISCIPLINAR

4. Resposta pessoal. Atividade de pesquisa. O professor poderá indicar fontes para os alunos. Sugerimos as seguintes:
 - Congresso Nacional: <<http://www.congresso.nacional.leg.br/portal/congresso/historico>>;
 - Palácio da Alvorada: <<http://www2.planalto.gov.br/presidencia/palacios-e-residencias-oficiais/palacio-da-alvorada/palacio-do-alvorada>>;
 - Palácio do Itamaraty: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/visite-o-itamaraty>>;
 - Palácio da Justiça: <<http://www.justica.gov.br/Acesso/institucional>>;
 - Palácio do Planalto: <<http://www2.planalto.gov.br/presidencia/palacios-e-residencias-oficiais/palacio-do-planalto/palacio-do-planalto>>;

- Panteão da Pátria: <<http://www.cultura.df.gov.br/panteao-da-patria.html>>;
- Superior Tribunal de Justiça: <http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Institucional/Hist%C3%B3ria/Surge-o-STJ>.

(Acessos em: 19 maio 2016.)

5. Respostas pessoais, em parte. O objetivo é integrar a reflexão histórica com conteúdos da área de Linguagens, levando os estudantes a valorizar manifestações artísticas da cultura brasileira.
6. Resposta pessoal. Tema para reflexão e debate. A atividade estimula uma reflexão sobre a grande mídia, sua atuação, seu papel, sua importância, suas tendências etc.

DE OLHO NA UNIVERSIDADE

7. Resposta B.
8. a) O estudante pode identificar: a defesa da implementação das reformas de base (agrária,

administrativa, universitária, tributária); a aplicação de medidas econômicas de orientação nacionalista, como a lei de controle sobre a remessa de lucros e a criação da Eletrobrás; a decretação de anistia para marinheiros e sargentos envolvidos nas revoltas e sublevações então promovidas, em 1963 e 1964; a orientação trabalhista valorizadora da aproximação e do diálogo entre lideranças sindicais e o governo federal.

- b) Entre os grupos opositores ao governo João Goulart, o estudante pode identificar: segmentos do alto escalão das Forças Armadas, com destaque para facções da cúpula dirigente do Exército; facções da burguesia industrial e comercial, contrárias às medidas de natureza nacionalista; lideranças político-partidárias contrárias ao trabalhismo, ao varguismo e ao nacionalismo, destacando-se grupos da UDN e do PSD; setores da classe média urbana descontentes com a escalada inflacionária.

Capítulo 14: Governos militares

Contextualizando o tema

No período de 1964 a 1985, tratado neste capítulo, o Brasil passa a ser governado por militares sob um regime autoritário. Os cinco governos militares que se sucederam foram marcados pela repressão, perseguição e censura política. O regime instituiu instrumentos legais antidemocráticos, suprimiu as eleições diretas, decretou o fim do pluripartidarismo, da liberdade de opinião e de participação política.

Seria interessante discutir com os estudantes o fato de que, mesmo com o processo de abertura e redemocratização a partir de 1985, enfrentamos até hoje dificuldades para construir a democracia de forma ampla e efetiva e superar os resquícios desse período na vida política do país.

Atividade complementar

- Lygia Fagundes Telles é uma escritora brasileira consagrada. Em 1985, foi eleita membro da Academia Brasileira de Letras e, em 2005, recebeu o prestigiado Prêmio Camões, pelo conjunto de sua obra. Um de seus romances mais importantes é *As meninas* (1973), que conta a história de três jovens universitárias vivendo na época da ditadura militar brasileira. Na obra, as protagonistas Lorena, Ana Clara e Lia convivem e compartilham experiências, mesmo tendo personalidades diferentes.

O livro *As meninas* foi considerado ousado para a época por tratar de temas como a radicalização política, a liberação sexual da mulher e o uso de drogas. Além disso, apresenta críticas ao autoritarismo, sem fazer referências explícitas ao regime militar brasileiro. Assim, a obra acabou sendo liberada pela censura do governo.

Em sua opinião, por que é importante existirem protagonistas mulheres em histórias de ficção? Debata o assunto com seus colegas.

Resposta pessoal. Essa atividade tem como objetivo valorizar o protagonismo feminino nas produções culturais. É interessante discutir também como as personagens femininas (protagonistas ou não) costumam ser representadas.

Pesquisar e enriquecer

NA INTERNET

- Memória Cine BR: <www.memoriacinebr.com.br/default.asp>.
- Página com textos e documentos relacionados à história da censura no cinema brasileiro.
(Acesso em: 5 maio 2016.)

NOS LIVROS

- NAPOLITANO, Marcos. *O regime militar brasileiro (1964-1985)*. São Paulo: Atual, 1998. (Coleção Discutindo a História do Brasil).
Analisa os principais aspectos dos governos militares no Brasil.

NOS FILMES

- *Eles não usam black tie*. Direção de Leon Hirszman. Brasil, 1981, 134 min.

Durante uma greve, jovem trabalhador decide continuar a trabalhar e, por esse motivo, entra em conflito com seu pai, um sindicalista veterano.

Considerações e respostas para as atividades

Treinando o olhar (p. 237)

1. A obra representa uma caixa ou um armário. Em sua porta encontra-se escrito: “Objeto popular”, expressão que deu nome à obra e que indica, aparentemente, o que está guardado em seu interior. Contudo, o tal “objeto popular” encontra-se protegido por armas. As armas são a fechadura do armário, aquilo que o protege e impede o acesso ao seu interior. No interior, verificamos que o “objeto popular” é uma urna, identificada pela palavra “vote”, escrita com letras bem grandes. A obra de Pedro Escoteguy se caracteriza pela depuração da linguagem na busca de uma vinculação entre texto (por vezes, uma simples palavra) e formas plásticas. Assim, a palavra deve ser integrada à imagem. Eram essas as características de um dos movimentos que dominaram as artes plásticas no Brasil na década de 1960, conhecido como Nova Figuração.
2. Para chegar ao “objeto popular”, é necessário enfrentar a força das armas (que, provavelmente, indica o regime militar instaurado no Brasil a partir de 1964), abrir as portas e ter acesso ao espaço interior. É preciso um posicionamento ativo das pessoas. “Abrir as portas”, no contexto dessa obra, simboliza atuar politicamente. Dentro do objeto, encontra-se o modo mais significativo dessa participação: o direito e o dever de votar. Em fevereiro de 1966, ampliou-se o endurecimento do regime militar. Por meio do Ato Institucional nº 3, os eleitores perdiam o direito de escolher os governadores de estado e prefeitos das capitais e das cidades consideradas de segurança nacional. Opositor do regime, o artista protesta ao transformar o vocábulo “vote” na palavra-chave de sua obra.

Investigando (p. 238)

1. e 2. Resposta pessoal. Tema para debate e reflexão. Espera-se que o estudante reflita sobre a importância das liberdades de expressão e pensamento a partir de suas vivências.

Interpretar fonte (p. 239)

- Resposta pessoal. O humor consiste no fato de que o personagem que representa um militar primeiramente agride a vítima com violência e, depois, a informa que o ministro quer ter um “diálogo”. É a predominância da violência sobre a comunicação.

Investigando (p. 241)

- Resposta pessoal. O objetivo da atividade é desenvolver o senso crítico dos estudantes por meio da interpretação de produções artísticas contemporâneas.

Interpretar fonte (p. 242)

1. Resposta pessoal. Praticamente todos os versos expressam alguma crítica ou chamamento ideológico: “Vem, vamos embora que esperar não é saber/Quem sabe faz a hora, não espera acontecer”; “Há soldados armados, amados ou não/Quase todos perdidos de armas na mão/Nos quartéis lhes ensinam antigas lições/De morrer pela pátria e viver sem razão” etc.
2. Atividade experimental e interdisciplinar com o componente curricular Arte. O professor pode propor uma pesquisa sobre os Festivais da Música Popular Brasileira realizados de 1965 a 1968, o surgimento do videoclipe, os primeiros que foram produzidos no Brasil etc. Para orientações mais detalhadas sobre o trabalho com vídeo em sala de aula, confira o item **4.4. Filmes** deste Manual.

Em destaque (p. 244)

- Resposta pessoal. É esperado que os estudantes identifiquem, na atividade, todos os crimes contra a humanidade cometidos pelos governos militares estudados até esse trecho do capítulo. Alguns dos assuntos a serem desenvolvidos na redação podem ser os seguintes: a censura aos meios culturais, os Atos Institucionais, a cassação dos direitos políticos daqueles que representavam a oposição, a tortura denunciada no texto de Dom Paulo Evaristo Arns, a repressão aos protestos etc.

Interpretar fonte (p. 245)

- Trata-se de uma letra de exaltação patriótica exagerada, que passa uma imagem bastante positiva do país, onde tudo é beleza e amor, dando a impressão de que nada se sofre e nada falta para a população. A última estrofe é uma resposta ao slogan “Brasil: ame-o ou deixe-o”, uma declaração de amor e fidelidade ao país.

Em destaque (p. 246)

- A contradição refere-se à existência, por um lado, do milagre econômico naquele período (aumento de 10% no PIB anual, compra de aviões, novas possibilidades de consumo para a classe média) e, por outro, da enorme desigualdade social no país (miséria daqueles que sofriam na seca do Nordeste, ilusão da ideia de Transamazônica).

Oficina de História (p. 254)

VIVENCIAR E REFLETIR

1. Apesar da característica comum – ambos foram ditaduras originadas de golpes, em 1937 e em 1964 –, algumas diferenças fundamentais entre o Estado Novo getulista e os governos militares podem ser apontadas. O segundo período teve caráter militar; Getúlio Vargas, embora apoiado e sustentado no poder pelas Forças Armadas, era civil e governava nessa condição. A política econômica do governo Vargas era nacionalista, voltada para os interesses internos do país, enquanto a dos governos militares seguia os ditames do capitalismo internacional, gerenciado pelo FMI. A política social e trabalhista de Vargas resultou em alguns efetivos avanços populares (legislação específica que assegurou direitos dos trabalhadores, por exemplo); a política socioeconômica dos governos militares calou as reivindicações trabalhistas, sobretudo impondo o arrocho salarial. É possível atribuir um caráter mais popular ao regime getulista, enquanto o regime militar se caracterizava pela conciliação com os setores mais conservadores da classe média e das elites. Contudo, é importante destacar que ambos fizeram uso da repressão e da violência contra os cidadãos. A propaganda governamental também foi largamente utilizada pelos dois regimes.
2. O estado de sítio pode ser decretado nos seguintes casos: comoção grave de repercussão nacional, declaração de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira (Constituição Federal – Art. 137). No estado de sítio, podem ocorrer: obrigação de permanência em localidade determinada; suspensão da liberdade de reunião; busca e apreensão em domicílio; requisição de bens.
3. Respostas pessoais, em parte. Esse *slogan*, assim como outras propagandas da ditadura, pretendia promover uma imagem positiva do governo. Está implícito nesse *slogan* um patriotismo exacerbado, em geral matriz de atitudes maniqueístas extremamente perigosas, em um momento no qual se propalava a existência de inimigos internos. Espera-se que os estudantes reflitam que, durante os governos militares, milhares de pessoas criticavam, contestavam ou resistiam à repressão do regime. Assim, seria uma simplificação credi-

tar que, naquele momento, haveria apenas duas alternativas: amar ou deixar o Brasil.

DIÁLOGO INTERDISCIPLINAR

4. A música “Apesar de você” pode ser uma canção feita para uma “mulher muito mandona”, tal como justificou Chico Buarque para a censura, ou pode ser uma canção elaborada para criticar a ditadura, já que afirma que “Hoje você é quem manda/Falou, tá falado/Não tem discussão”. Para ampliar a discussão, o professor pode citar a música “Cálice”, também de Chico Buarque, considerando que ela pode se referir ao episódio de Jesus Cristo contido na *Bíblia* ou pode ser um jogo de palavras entre “cálice” e “cale-se”, criticando a violenta censura praticada pelos governos militares.
5. Segundo o texto da Comissão Nacional da Verdade, o reconhecimento da responsabilidade institucional representa um gesto que abrirá caminho para a superação definitiva do passado, consolidando em base permanente o compromisso dos militares com o Estado Democrático de Direito e reconciliando-os plenamente com a sociedade brasileira.
6. Resposta pessoal. Atividade interdisciplinar abrangendo meio ambiente, cujo debate é bastante importante e atual. Sabe-se que o Brasil precisa diversificar sua matriz energética, muito centrada no petróleo e em hidrelétricas, tanto pela variação do preço e pela escassez futura do petróleo como pelos impactos ambientais que ambas as fontes geram. O álcool é menos poluente do que a gasolina, mas o aumento do plantio de cana-de-açúcar pode gerar impactos socioambientais ainda não bem estimados. A energia nuclear não gera os gases poluentes que causam o efeito estufa, nem suas usinas ocupam áreas tão grandes como as hidrelétricas, mas geram lixo nuclear, extremamente perigoso para a saúde humana, além do risco de um vazamento ou explosão. O tema é amplo e polêmico.

DE OLHO NA UNIVERSIDADE

7. Resposta D.
8. Ao pesquisar o assunto, o estudante poderá indicar que o PIB brasileiro desse período cresceu; no entanto, a concentração de renda também cresceu. Ou seja, o crescimento econômico do país concentrou-se, percentualmente, nas mãos de uma minoria. Os salários, por exemplo, permaneceram arrochados sem que os trabalhadores pudessem reagir, temendo a repressão política. O próprio presidente Médici teria admitido o lado desfavorável do milagre econômico, ao afirmar: “A economia vai bem, mas o povo vai mal”.

Capítulo 15: O Brasil contemporâneo

Contextualizando o tema

Neste capítulo, é possível acompanhar o processo de redemocratização e expor aos estudantes as pressões de vários setores sociais para que fossem realizadas eleições diretas. Cabe ainda salientar a importância da nova Constituição, aprovada em 1988, que trouxe para a sociedade princípios baseados na defesa da cidadania, da liberdade e dos direitos sociais e humanos. O professor pode refletir com os estudantes sobre alguns desses princípios e as possíveis contradições entre a lei e a prática a partir da leitura do item **“Constituição Cidadã”**.

As primeiras eleições diretas para presidente após a ditadura militar ocorreram em 1989. Fernando Collor de Mello tomou posse, mas seu governo teve duração de apenas dois anos, após uma série de denúncias de corrupção e forte pressão social para que fosse afastado do poder. O capítulo oferece informações significativas sobre as diversas gestões posteriores, passando pelos governos de Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff.

O capítulo apresenta também textos sobre as lutas e as conquistas indígenas na atualidade, que podem ser debatidos e explorados em sala de aula. É interessante mostrar aos estudantes que as mobilizações indígenas vêm ganhando cada vez mais importância e espaço no Brasil. A Constituição de 1988 garantiu aos povos indígenas uma série de direitos, mas muitos deles precisam, ainda, ser efetivamente respeitados e conquistados.

A cidadania e a democracia são garantias que existem nas leis, no entanto não encontram completa correspondência na realidade e na vida cotidiana de imensa parcela da população brasileira.

Texto de aprofundamento

A redução das desigualdades no Brasil é um dos grandes desafios da democratização do país, se não o maior deles. Entre as desigualdades mais gritantes, aquela que distingue brancos de negros é reveladora da persistência do racismo na sociedade. Oportunidades de acesso à educação de qualidade, aos serviços de saúde ou ao mercado de trabalho são menores entre os negros do que entre os brancos pobres. Essa desigualdade fica ainda mais sensível quando se observa a situação das mulheres negras.

O texto a seguir pode subsidiar uma discussão mais ampla sobre as desigualdades de raça e gênero que ainda existem no Brasil contemporâneo e sobre como superá-las. Se possível, comparti-

lhe esse texto com os estudantes para debatê-lo com eles.

Lutar contra o preconceito

Por que dizemos que o preconceito racial faz parte de nossa cultura? Como entender esse conceito em pleno século XXI?

Infelizmente não temos ainda uma resposta pronta e acabada para essa questão ou dúvida que surge a todo instante. O preconceito se faz presente ainda com tanta frequência porque não foi trabalhado entre as famílias, instituições de ensino e até mesmo nas igrejas que procuram não comentar o assunto, dizendo ser desnecessário. Se assim reagem, é porque não sabem como tratar de um assunto considerado tão difícil de ser abordado pelas pessoas.

É na família que esse problema atinge a mulher negra, quer ela tenha frequentado ou não os bancos escolares: a família exerce um papel extremamente importante para tentar solucionar esse preconceito, porque é através da família que se adquire uma boa base para tudo na vida. Essa ajuda deve começar desde cedo com as crianças contando histórias que falem e problematizem o preconceito. Na realidade, muitas pessoas têm tanto preconceito que acabam omitindo a existência de pessoas negras em suas famílias, considerando-as como seres de pouca inteligência e incapazes, principalmente se tratando do mercado de trabalho, cada vez mais competitivo e no qual ainda predomina não a capacidade ou habilidade existente em cada pessoa, mas sim a cor de sua pele e sua aparência.

Se a família, desde cedo, ou seja, quando criança, começar a conscientizar seus filhos sobre a aceitação das pessoas negras, principalmente das crianças de conviverem ou brincarem com outras crianças consideradas negras, vai fazer com que as crianças cresçam pensando que todos são iguais, não existindo nenhum tipo de “barreira” entre as pessoas. Nos grandes centros urbanos, ou mesmo em pequenos centros, percebe-se, no entanto, que as cores das pessoas negras são trocadas pela classe social ou econômica. Ou seja, as pessoas de cor (sic), profissionais e economicamente bem-sucedidas, são extremamente raras e quase exclusivamente do sexo masculino, o que faz com que procurem um cônjuge no grupo branco, uma vez que elas se distanciam social e culturalmente do grosso da população de cor (sic) e suas relações

socialmente simétricas tenham que ocorrer nas camadas sociais consideradas iguais.

A origem do racismo não é científica, é “fruto” político, social ou econômico, sendo usado pelos indivíduos para justificar seus interesses, exploração econômica, ou como pretexto para a dominação política. Do ponto de vista comportamental, o racismo é identificado através do preconceito e das medidas discriminatórias. A manifestação comportamental do preconceito é a discriminação destinada a manter as características de nosso grupo, bem como sua posição privilegiada, à custa dos participantes do grupo de comparação. Mediante o preconceito, as pessoas são julgadas não pelo mérito próprio, mas em função de ideias deturpadas.

Antes do século XV, o preconceito não estava relacionado, especificamente, ao antagonismo de raças. A aversão entre os grupos estava presa às divergências religiosas existentes entre cristãos e infiéis. Com as grandes descobertas e a colonização de novas terras, os interesses políticos das grandes potências colonizadoras foram encobertos por justificativas raciais e religiosas e o preconceito racial assumiu “novas cores”, mesclando-se ao imperialismo praticado pelos europeus.

O preconceito, portanto, tem uma longa história e foi uma arma muito eficiente para a dominação das pessoas. Isso faz com que entendamos melhor a permanência do preconceito racial existente no dia a dia e, principalmente, nas escolas. Foram atribuídos aos negros certos adjetivos, como: brutais, estúpidos, sujos e imorais. Falsos argumentos étnicos ou religiosos foram adotados como signos para distinguir os “bons” dos “maus”. Dessa forma passou a existir, de um lado, os “limpos de sangue”, os pertencentes a uma raça pura, superior e inteligente, e, de outro, os “infectos”, os párias, membros de uma raça inferior. Esses signos compõem uma ordem simbólica estipulada pelo grupo dominante, que, para manter sua posição privilegiada, [manipulam] leis e convenções, além de controlar os meios de propaganda e comunicação.

Essas relações desiguais presentes na sociedade brasileira ocupam todos os espaços, e na escola, nos deparamos muitas vezes com cenas que nos chocam e podemos perceber que até nos livros didáticos o preconceito e a discriminação podem ser notados. Alguns educadores percebem, entretanto, a importância de se trabalhar o assunto, buscando a compreensão, conscientizando as crianças da contribuição cultural vinda dos negros e o tanto que eles enriqueceram os nossos costumes. Dessa maneira as crianças vão crescendo, tendo uma nova visão do negro e enca-

rando este povo como algo precioso para a nossa cultura e não como algo pejorativo ou vergonhoso.

VERTUAN, Maria José dos S. A luta constante por uma educação igualitária. In: ANDREI, Elena Maria; FERNANDES, Frederico A. Garcia (Org.). *Cultura afrobrasileira: construindo novas histórias*. Londrina: UEL, 2007. p. 108-110.

Atividade complementar

- Leia o texto a seguir, a respeito da feira de Caruaru, patrimônio histórico brasileiro.

A feira de Caruaru, em Pernambuco, foi indicada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) como Patrimônio Imaterial do Brasil, em 2006. Na feira ocorre um intenso comércio de produtos tão variados como frutas, ervas medicinais, carnes, roupas, couro, panelas, artesanato, artigos eletrônicos e importados.

A feira de Caruaru também abriga, desde 1999, o Museu do Cordel, fundado pelo poeta Olegário Fernandes. Seu acervo reúne cordéis, fotografias de poetas, livros, xilogravuras, entre outras referências à arte popular nordestina.

Além disso, era na feira que o caruarense Mestre Vitalino vendia seus bonecos artesanais de barro, que ficaram conhecidos mundialmente. Vitalino iniciou uma tradição que inspira os artesãos brasileiros até os dias atuais.

Realizada há mais de 200 anos, a feira deu origem à cidade de Caruaru e cresceu junto com ela. Tornou-se uma das principais e mais movimentadas feiras do país. Além de concentrar diversas atividades econômicas, é um polo de preservação e recreação da identidade cultural nordestina.

- a) O texto menciona o Museu do Cordel, em Caruaru. Você sabe o que é cordel?
Cordel é literatura desenvolvida por poetas populares, principalmente nordestinos. Geralmente, os livros de cordel são de baixo custo e são vendidos em ruas e feiras pendurados em varais (cordéis).
- b) Em grupos, debatam sobre os temas a seguir:
 - que patrimônios históricos brasileiros vocês conhecem? O que sabem sobre eles?;
 - por que a preservação do patrimônio brasileiro ajuda a fortalecer a identidade nacional?;
 - como vocês podem contribuir para preservar o patrimônio histórico brasileiro? Pensem no caso do bairro, cidade ou estado onde vocês residem.

Temas para debate e reflexão. O professor pode mediar o debate e, em seguida, solicitar que cada grupo expresse suas conclusões em um texto, que poderá ser divulgado por toda a escola (em mural, por exemplo, ou por meio das redes sociais).

Pesquisar e enriquecer

NA INTERNET

- Cédulas e Moedas Brasileiras: <www.bcb.gov.br/?CEDMOEBR>.

Página do Banco Central do Brasil que dá acesso a fotografias e informações sobre as moedas já vigentes no Brasil.

(Acesso em: 16 mar. 2016.)

NOS LIVROS

- MARTINEZ, Paulo. *Constituição: legalidade versus realidade*. São Paulo: Moderna, 1991.

Apresenta uma análise a respeito da Constituição, discutindo sua relação com a sociedade brasileira, seus possíveis avanços e suas limitações.

- MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. *O que é cidadania*. São Paulo: Brasiliense, 2010. (Coleção Primeiros Passos).

Apresenta os significados de cidadania, revisitando sua história e suas práticas.

- SILVEIRA, Marco Antônio. *A volta da democracia no Brasil (1984-1992)*. São Paulo: Saraiva, 2006.

Analisa o período que vai dos comícios das Diretas Já até o *impeachment* de Fernando Collor de Mello, abordando as características econômicas e sociais desse período.

Considerações e respostas para as atividades

Treinando o olhar (p. 257)

- Na fotografia, há uma multidão de pessoas, e sobressai um cartaz com a frase “Diretas ontem”. Essa frase remete ao *slogan* da campanha Diretas Já e anuncia a urgência de se restabelecer as eleições diretas para presidente da República, pondo fim ao Colégio Eleitoral.

Investigando (p. 261)

1. e 2. Resposta pessoal. Tema para reflexão. O professor pode fazer diversas considerações sobre o assunto. Por exemplo, que é recomendável ler as propostas dos candidatos, identificando as promessas vazias e eleitoreiras. É importante

debater as propostas dos candidatos com sua família, seus amigos e colegas de trabalho. É importante considerar que o voto pode contribuir para transformar a vida da comunidade. Ter sempre em mente que voto não se vende, uma vez que representa suas convicções.

Em destaque (p. 265-266)

1. De acordo com o texto, deve-se levar em conta a organização política desses povos e a ausência de delegação de poderes, sendo o chefe um representante da tradição, e não aquele que manda. Outra característica é a ausência de relação de propriedade individual para com a terra. Além disso, os povos indígenas não trabalham a fim de produzir excedentes comerciáveis, e sequer circula dinheiro entre eles.
2. Sim. Ao final do texto, Washington Novaes afirma que a ausência de delegação de poderes nas comunidades indígenas impossibilitaria uma repressão organizada. Assim, seria impossível a “dominação de um grupo por outro grupo ou de um indivíduo por outro grupo”. Isso faria com que a ditadura não fosse novamente uma ameaça à democracia brasileira.

Interpretar fonte (p. 274)

- O humor está relacionado ao quadro localizado ao lado do desenho que representa o ex-presidente Lula: “Em caso de CPI quebre o vidro”. Isso porque dentro dele há uma pizza, aludindo ao fato de que a CPI acabaria “em pizza”, ou seja, sem condenações e sem resultados a favor da transparência política.

Investigando (p. 277)

- Depois de ouvir as respostas dos estudantes, o professor pode comentar que, o uso do termo *apartheid*, que designa o antigo regime de segregação racial da África do Sul, refere-se à grande desigualdade social que existe no Brasil, traduzida numa separação real dentro da sociedade brasileira entre dois grupos: aquele que goza de todos os direitos de um cidadão e a enorme massa, que vive uma condição de exclusão social e subcidadania, com direitos que, em muitos casos, se restringem à letra da lei.

Oficina de História (p. 278)

VIVENCIAR E REFLETIR

1. Resposta pessoal, em parte. De modo geral, espera-se que o estudante indique que, na virada do século XX para o XXI, passou a haver certa estabilidade econômica, assinalada pela

contenção da inflação e pelo aumento das taxas cambiais. Contudo, verifica-se também a elevação das taxas de juros, de modo que essa estabilidade acarreta recessão econômica, levando ao aumento do desemprego. Nas épocas inflacionárias, os salários, mesmo quando ajustados, eram corroídos pela inflação desenfreada.

Em ambos os casos, a situação dos trabalhadores é precária. A concentração de renda, apesar das mudanças econômicas, aumentou nos dez primeiros anos do Plano Real.

2. Com a Constituição de 1988, os cidadãos brasileiros conquistaram direitos políticos, sociais e de cidadania formulados pelos diversos estatutos que se originaram das lutas político-ideológicas travadas pelas diversas sociedades ocidentais, desde a Independência dos Estados Unidos e a Revolução Francesa, consolidados principalmente na Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU. Esses direitos são referentes aos preceitos de igualdade, liberdade e fraternidade e incluem o direito à propriedade, ao trabalho, a salários dignos etc. De modo geral, na sociedade brasileira atual (sobretudo em relação às experiências com regimes ditatoriais), é possível verificar alterações nos direitos individuais e políticos: liberdade de pensamento, de expressão, de associação de todo tipo (sindicais, profissionais, científicas, artísticas, religiosas, político-sindicais); direito de voto universal; igualdade perante a lei, extensiva a mulheres, crianças, adolescentes, portadores de necessidades especiais, homossexuais. O grande limite para essas conquistas encontra-se na desigualdade econômica e social: a sociedade ainda é nitidamente dividida entre uma minoria privilegiada, que pode usufruir de todos os direitos inscritos nos estatutos legais, e uma maioria que, muitas vezes, nem sabe que esses direitos existem.
3. Respostas pessoais. Tema para reflexão e debate. Espera-se estimular entre os estudantes uma discussão ética de grande relevância para a democracia e cidadania brasileira.

DIÁLOGO INTERDISCIPLINAR

4. Atividade experimental e interdisciplinar com o componente curricular Arte. O professor pode encontrar mais orientações na parte geral deste Manual, no item **4.4. Filmes**.
5. Resposta pessoal. Os estudantes podem desenvolver, nas redações, temas como: corrupção, violações à Constituição, o papel do Brasil no cenário internacional, a questão indígena etc.

DE OLHO NA UNIVERSIDADE

6. Resposta B.

Para saber mais (p. 279)

NA INTERNET

- Anistia Internacional: <<https://anistia.org.br/campanhas/>>.

Atividade experimental e interdisciplinar com Sociologia e Língua Portuguesa. O objetivo é alertar os estudantes sobre as violações dos direitos humanos. Estimule-os a divulgar suas campanhas nas comunidades onde vivem. Se considerarem oportuno, os estudantes podem gravar vídeos e postá-los em redes sociais e *blogs*. Depois de realizar as campanhas, é interessante comentar como elas foram recebidas pela comunidade.

(Acesso em: 25 fev. 2016.)

NOS FILMES

- *Xingu*. Direção de Cao Hamburger. Brasil, 2012, 130 min.

Atividade interdisciplinar com Língua Portuguesa, cujo objetivo é valorizar as culturas e histórias dos povos indígenas no Brasil. O professor pode encontrar orientações sobre a elaboração de resenhas no item **4.4. Filmes** deste Manual. Depois de ler as resenhas dos estudantes, o professor pode comentar que, entre as dificuldades encontradas para a criação do Parque Indígena do Xingu, estavam: dificuldade no contato com os povos indígenas, disputas políticas pela demarcação das terras e exposição a doenças nocivas aos indígenas.

- *O ano em que meus pais saíram de férias*. Direção de Cao Hamburger. Brasil, 2006, 105 min.

Espera-se que os alunos indiquem que a ditadura militar é o pano de fundo da história de Mauro, um garoto de 12 anos que, sem saber o motivo, teve que se afastar de seus pais. O drama pessoal vivido pelo garoto se mescla ao contexto político do país, que passa por um momento de forte repressão e censura que ficou conhecido como "anos de chumbo".

- *O contador de histórias*. Direção de Luiz Villaça. Brasil, 2009, 100 min.

Tema para reflexão e debate. Atividade interdisciplinar com Filosofia. A proposta de debate é uma oportunidade para os estudantes refletirem sobre questões relacionadas à cidadania no Brasil contemporâneo.

Bibliografia

- BITTENCOURT, Circe M. F. (Org.). *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1997.
- BORGES, Jorge Luis. *Ficções*. Trad.: Carlos Nejar. São Paulo: Círculo do Livro, 1975.
- BRASIL. MEC. *Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio*. Brasília: MEC, 1999.
- _____. Secretaria de Educação Básica. *Ciências Humanas e suas tecnologias (PCN+)*. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ciencias Humanas.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ciencias%20Humanas.pdf)>.
- _____. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: 3ª e 4ª ciclos do Ensino Fundamental*. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BURKE, Peter (Org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S.; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da História: ensaio de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- D’ALESSIO, Marcia M. *Reflexões sobre o saber histórico*. Entrevistas com Pierre Vilar, Michel Vovelle, Madeleine Rebérioux. São Paulo: Unesp, 1998.
- DE DECCA, Edgard S. et al. *História: vestibular Unicamp*. São Paulo: Globo, 1993.
- DELORS, Jacques (Dir.). Educação – um tesouro a descobrir. *Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI*. Brasília: Unesco; São Paulo: Cortez, 1997.
- FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- GARCIA, Walter E. *Educação: visão teórica e prática pedagógica*. São Paulo: McGraw-Hill, 1977.
- HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- _____. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- KARNAL, Leandro (Org.). *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. São Paulo: Contexto, 2009.
- LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- _____. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- LEWIS, Charlton T. *An elementary latin dictionary*. Disponível em: <<http://www.perseus.tufts.edu/hopper>>.
- MARTINS, Maria Helena. *O que é leitura*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- MORAN, José Manuel. *O vídeo na sala de aula*. Comunicação e Educação (2): jan./abr. 1995.
- MORIN, Edgar. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. Trad.: Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- NOVAES, Adauto (Org.). *A outra margem do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- ROCHA, Rosa Margarida de Carvalho. *Almanaque pedagógico afro-brasileiro*. Belo Horizonte: Mazza, 2006.
- SARAMAGO, José. In: *Da justiça à democracia, passando pelos sinos*. Texto lido no Fórum Mundial Social, Porto Alegre, 2002.
- VATTIMO, Gianni; RORTY, Richard. *Uma ética para laicos*. Buenos Aires: Katz, 2009.
- VIEIRA, Maria do Pilar de A. et al. *A pesquisa em História*. São Paulo: Ática, 1989.

